

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Fernando Adão de Sá Freitas

Santo Agostinho entre a gramática e a dialética:
combinação e ordenação das palavras na
Ars breuiata e no *De dialectica*

Juiz de fora

2021

Fernando Adão de Sá Freitas

Santo Agostinho entre a gramática e a dialética:
combinação e ordenação das palavras na
Ars breuiata e no *De dialectica*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes

Juiz de Fora

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas, Fernando Adão de Sá.

Santo Agostinho entre a gramática e a dialética : combinação e ordenação das palavras na *Ars breuiata* e no *De dialectica* / Fernando Adão de Sá Freitas. -- 2021.
281 f.

Orientador: Fábio da Silva Fortes

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2021.

1. Santo Agostinho. 2. gramática. 3. dialética. 4. sintaxe. 5. Antiguidade Tardia. I. Fortes, Fábio da Silva, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

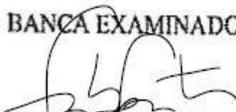
Fernando Adão de Sá Freitas

Santo Agostinho entre a gramática e a dialética: combinação e ordenação das palavras na
Ars breuiata e no *De dialectica*

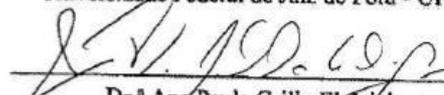
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.
Área de concentração: Linguística

Aprovada em 30 de abril de 2021

BANCA EXAMINADORA



Dr. Fábio da Silva Fortes - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



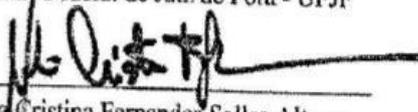
Dr.ª Ana Paula Grillo Ek-Jaick
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Dr. Alexandre Tocetito Beccari
Universidade Estadual Paulista - UNESP



Dr.ª Charlene Martins Miotti
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF



Dr.ª Maria Cristina Fernandes Salles Altman
Universidade de São Paulo - USP

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes – FALE/UFJF

Prof. Dr. Alessandro Jocelito Beccari – FCL/UNESP-ASSIS

Profa. Dra. Cristina Altman – USP

Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick – FALE/UFJF

Profa. Dra. Charlene Martins Miotti – FALE/UFJF

SUPLENTES

Profa. Dra. Juliana Bastos Marques – UNIRIO

Profa. Dra. Patricia Prata – UNICAMP

Prof. Dr. Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jacomé – UFJF

Prof. Dr. Tiago Timponi Torrent – UFJF

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma espécie de vestígios.

Santo Agostinho, *Confissões* (XI, 18, 23).

Tanto quanto sei, não existe nenhum Prêmio de Nobel para Linguística que possa motivar as pessoas para uma preocupação constante que alguém algures primeiro possa fazer uma descoberta importante.

Konrad Koerner (2014 [2002], p. 34).

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

em primeiro lugar a Deus, fonte divina, que me dá força todos os dias;

à minha mãe, Eliza Helena de Sá Freitas, que se dedicou, se doou e que nunca poupou esforços para que pudesse estudar, minha gratidão eterna; ao meu pai, João Fernando Gomes Freitas; a Gisele Ambrósio Gomes, minha companheira, que esteve comigo nos momentos mais alegres e mais difíceis desse percurso; a todos os meus familiares e amigos – em especial a César Monteiro;

ao Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, que aceitou orientar esse trabalho, sem o qual não poderia ter se concretizado e chegado a esse momento, por quem tenho uma profunda admiração, pelo seu trabalho e seriedade e por depositar em meu trabalho tamanha confiança;

à Profa. Dra. Ana Paula Grillo El-Jaick, que, mais do que me mostrar, pelo seu exemplo, como ser um profissional da área de Linguística, sempre solícita e pronta para me auxiliar, ouvir e aconselhar em diversas ocasiões. Tomarei, só por esse breve momento, a liberdade de dizer: - “Ana! Como é que sai desta situação aqui?” (Interpelação mais cotidiana nas reuniões da comissão editorial da *Revista Gatilho* – PPG-Linguística/UFJF);

ao Prof. Dr. Alessandro Beccari por aceitar gentilmente fazer parte não só da defesa deste trabalho, mas também por ter participado da banca de Qualificação, da qual pude server grandes reflexões e apontamentos, que estão inclusos aqui;

à Profa. Dra. Cristina Altman por aceitar, de forma tão solícita, o convite para fazer da banca de defesa deste trabalho, o que é uma honra;

à Profa. Dra. Charlene Martins Miotti por aceitar gentilmente fazer parte da banca de defesa e, por diversas vezes, ter me mostrado a pluralidade que há nos autores da Antiguidade grega e latina em suas aulas e observações;

à Profa. Dra. Juliana Bastos Marques, à Profa. Dra. Patricia Prata, ao Prof. Dr. Alexandre Cadilhe e ao Prof. Dr. Tiago Timponi Torrent pela gentileza em fazer parte desse processo final de defesa da Tese;

ao Programa de Pós-Graduação em Linguística nas figuras dos(as) coordenadores(as) e vice-coordenadores(as) (2016-2021); à equipe da secretaria do PPG-Linguística (2016-2021), que sempre forneceram apoio e foram solícitos em todos os momentos;

agradeço, em especial, à Profa. Dra. Ana Claudia Peters Salgado por ter acolhido e incentivado, de maneira direta, a execução de várias atividades acadêmicas;

aos Professores do Departamento Letras Clássicas da UFJF: Profa. Dra. Carol Martins da Rocha pelos diálogos, Profa. Dra. Fernanda Cunha Sousa, que me auxiliou no meu estágio

de docência e pelas conversas sobre o latim e à Profa. Dra. Neiva Ferreira Pinto, que sempre me mostrou e dialogou acerca da área de Estudos Clássicos no Brasil;

ao Prof. Dr. Gustavo Frade pelas aulas e conversas enriquecedoras acerca dos aspectos literários dos autores gregos;

ao Prof. Dr. Luís Carlos Lima Carpinetti, que, por meio de suas leituras atentas ao pensamento dos autores cristãos da Antiguidade Tardia, me forneceu uma bibliografia e discussões sobre os autores da Patrística Grega e Latina tão valiosas;

ao Prof. Dr. Rodrigo Pinto de Brito, que se tornou mais do que um grande interlocutor sobre os temas da linguagem nos autores da Antiguidade, mas também um colega e parceiro de pesquisa;

aos meus colegas da área de Estudos Clássicos da UFJF, em especial, ao Christiano Almeida Pereira (parceiro de todas as horas) e ao Hudson Carlos da Silva, com quem pude dividir e aprender muito sobre os gramáticos gregos e latinos, Beatriz Rezende, Daniela Brinati, Diego Azevedo, Filipe Cianconi, Frederico Krepe, Eduardo Lacerda, Heitor Pinheiro, Henrique Moraes, Jefferson Pontes, Jéssica, João Vítor, Lydsson Agostinho. Gostaria de agradecer também ao colega pelo esforço Jorge (USP) e da Ângela Zanelato Contier, que gentilmente me forneceu uma bibliografia inestimável sobre Jean Pépin;

gostaria de agradecer, de maneira muito especial, aos Editores e colegas (Pós-Graduação em Linguística da UFJF) da *Revista Gatilho* (2019-2021), com os quais pude aprender e dialogar sobre o fazer científico.

À CAPES por ter financiando essa pesquisa (código 001).

RESUMO

Nossa tese de doutoramento tem como objetivo investigar os elementos de uma “teoria sintática” nas reflexões que Santo Agostinho (séc. IV-V d.C.) produziu nos domínios da gramática e a dialética. Para realizarmos essa tarefa, utilizamos e analisamos os textos escritos por Agostinho, particularmente a *Ars (Augustini pro fratrum mediocritate) breuiata*, o *De dialectica* e o *De ordine*. Mais especificamente, detemo-nos na *Ars breuiata* e no *De dialectica*, textos que apresentam, de forma mais explícita, os conceitos de *coniunctio* e *ordinatio uerborum*. A base teórica e metodológica utilizada em nosso trabalho é a da *História das Ciências da Linguagem* (KOERNER, 1989, 1995, 2014). Nosso objetivo consiste em demonstrar, especificamente, como os conceitos de *coniunctio* e *ordinatio uerborum* (combinação e ordenação das palavras) são os principais pilares de uma reflexão “sintática” a respeito da linguagem presente na obra agostiniana, os quais apresentam, por sua vez, nuances particulares em cada um dos dois campos, o da gramática e da dialética e que reverberam, na reflexão de Agostinho, os postulados da doutrina estoica, sobretudo aqueles desenvolvidos por Crisipo (séc. III a.C.). Para avaliarmos melhor a relação entre as reflexões sobre a *coniunctio* e a *ordo* agostinianas e suas fontes estoicas, consideramos também a discussão presente nas obras de Cícero (séc. I a.C.), principalmente nos fragmentos remanescentes do *Hortensius*, e também, particularmente, na obra de Varrão (séc. I a.C.), cujas obras *De lingua Latina* e os fragmentos do *Disciplinarum libri* são centrais na discussão acerca do nascimento e desenvolvimento da análise sintática no âmbito latino (BARATIN, 1989a, 1992, 2001; TAYLOR, 1993, 2020). Procuramos, portanto, demonstrar, através de uma análise contextualizada das obras de Santo Agostinho, que os conceitos de *coniunctio* e *ordinatio uerborum* tanto no âmbito da gramática, como no da dialética agostiniana são, em certa medida, complementares, ajudando-nos assim a reconstituir a trajetória do pensamento sobre a sintaxe na Antiguidade Tardia.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Agostinho, gramática, dialética, sintaxe, Antiguidade Tardia.

ABSTRACT

Our doctoral thesis aims to investigate the elements of a “syntactic theory” in the reflections that St. Augustine (4th-5th c. AD) made on grammar and dialectics. In order to accomplish this task, we analyzed the works by Augustine, particularly the *Ars (Augustini pro fratrum mediocritate) breuiata*, *De dialectica* and *De ordine*. Specifically, we’ve paid especial attention to the *Ars breuiata* and the *De dialectic*, texts which present, in an explicit way, the concepts of *coniunctio* and *ordinatio uerborum*. The theoretical and methodological framework of our thesis comes from the History of Language Sciences (HLS) (KOERNER, 1989, 1995, 2014). Our objective is to demonstrate how the concepts of *coniunctio e ordinatio uerborum* (combination and ordering of words) are the main pillars of a “syntactic” reflection concerning language in the Augustinian output. Besides, we’ve investigated the way that some postulates of Stoic doctrine, including those developed by Chrysippus (century III BC), echoed in Saint Augustine's reflection on the theme of syntax and its elements. For this, we have also used some works by Cicero (1st century BC), mostly the remaining fragments of *Hortensius*, as well as the work by Varro (1st century BC), whose *De lingua Latina* and the fragments of *Disciplinarum libri* were also central to the discussion on the birth and development of syntactic analysis in the Latin domain (BARATIN, 1989a, 1992, 2001; TAYLOR, 1993, 2020). Therefore, we sought to demonstrate, through a contextualized analysis of the works of Saint Augustine, that the concepts of *coniunctio* and *ordinatio uerborum* both in the context of Augustinian grammar and dialectics are, to a certain extent, complementary, thus helping us to reconstruct the trajectory of thought about syntax in Late Antiquity.

KEYWORDS: Saint Augustine, grammar, dialectic, syntax, Late Antiquity.

ÍNDICE DE TABELAS

- Tabela 1.** Definições do campo teórico da *HCL* cf. Koerner, p. 32
- Tabela 2.** Edições críticas (ed.) e traduções (trad.) de obras dos gramáticos greco-romanos, p. 37-38
- Tabela 3.** Estudos e traduções dos gramáticos latinos no Brasil, p. 42
- Tabela 4.** Paralelo entre o problema da metalinguagem e o da influência, p. 57
- Tabela 5.** Períodos Históricos de Crisipo, Varrão e Agostinho, p. 59
- Tabela 6.** Obras mencionadas nas *Retractationes* (I, 6), p. 66
- Tabela 7.** Paralelo entre a terminologia grega e latina no *CGD* (I, 14,17), p. 101
- Tabela 8.** Varrão e Agostinho: *Latinitas*, p. 150
- Tabela 9.** Comparação de termos entre *De dialectica* e *LL*, p. 158
- Tabela 10.** Citação de Crisipo em Cícero, Aulo Gélcio e Agostinho, p. 166
- Tabela 11.** Comparação entre *Ars breuiata* (I, 51) e *De dialectica* (II), p. 191
- Tabela 12.** Comparação Varrão *LL* (VI, 56) com Agostinho *Conf.* (I, 8, 13), p. 216
- Tabela 13.** Esquema de Baratin sobre a relação entre o *De dialectica* e o *LL*, p. 227
- Tabela 14.** Construção do argumento no *De dialectica* (III), p. 233
- Tabela 15.** Comparação de termos entre Agostinho e Prisciano, p. 245

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIÇÕES DAS OBRAS DE SANTO AGOSTINHO

<i>Ars br.</i>	<i>Ars (pro fratrum mediocritate) breuiata</i> / { <i>*De grammatica</i> } / [A gramática]
<i>C. Acad.</i>	<i>Contra Academicos</i> [Contra Acadêmicos]
<i>C. Cresc.</i>	<i>Contra Cresconium grammaticum et Donatistam (CCD)</i> [Contra Crescônio]
<i>Conf.</i>	<i>Confessiones</i> [As Confissões]
<i>De beat. u.</i>	<i>De beata uita</i> [A vida feliz]
<i>De ciu. Dei</i>	<i>De ciuitate Dei (DCD)</i> [A cidade de Deus]
<i>De dial.</i>	<i>De dialectica</i> [A dialética]
<i>De mag.</i>	<i>De magistro</i> [O Mestre]
<i>De mus.</i>	<i>De musica</i> [A música]
<i>De ord.</i>	<i>De ordine</i> [A ordem]
<i>De rhet.</i>	<i>De rhetorica</i> [A retórica]
<i>De doc. chr.</i>	<i>De doctrina Christiana (DDC)</i> [A doutrina Cristã]
<i>De lib. arb.</i>	<i>De libero arbitrium</i> [O livre-arbítrio]
<i>De Trin.</i>	<i>De Trinitate</i> [A Trindade]
<i>De uer. rel.</i>	<i>De uera Religione</i> [A verdadeira Religião]
<i>Ep.</i>	<i>Epistolae</i> [As cartas]
<i>En. Pl.</i>	<i>Enarrationes in Psalmos</i> [Os Salmos]
<i>Retr.</i>	<i>Retractationes</i> [As retratações]
<i>Sol.</i>	<i>Soliloquium</i> [Solilóquio]

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIÇÕES DE AUTORES ANTIGOS GREGOS

Aristóteles

- Peri herm.* *Peri hermeneias (Da interpretação)*
- Poet.* – *Poetica (Poética)*
- Rh.* – *Rhetorica (Retórica)*

Diógenes Laércio

- D.L.* – *Diogenis Laertii de clarorum philosophorum uitis* [Sobre as vidas dos filósofos ilustres de Diógenes Laércio]

Dionísio de Halicarnasso (D.H.)

Comp. – De compositione uerborum [Sobre a composição das palavras]

Homero

Il. – Ilias (Iliada)

Od. – Odyssea (Odisseia)

Orígenes

Cels. Contra Celsus (Contra Celso)

Platão

Crat. – Cratylus (Crátilo)

Phdr. – Phaedrus (Fedro)

R. – Res publica (República)

Sph. – Sophista (Sofista)

Tht. – Theaetetus (Teeteto)

Sexto Empírico

Adv. Math. – Aduersus Mathematicos (Contra os professores)

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIÇÕES DE AUTORES ANTIGOS LATINOS

Ambrósio (St.)

Hex. – Hexameron [Examerão]

Apuleio

Inter. – De interpretatione /Peri hermeneias [Da interpretação]

De Plat. Dog. – De Platonis eius dogmatis [Sobre Platão e seus dogmas]

Aulo Gélcio

N.A. – Noctes Atticae [Noites Áticas]

Cassiodoro

Inst. – Institutiones diuinarum et saecularium litterarum [Introdução às letras divinas e seculares]

Cícero

Ac.Post. & Pr. – Academica [Acadêmicas]

Att. – Epistolae ad Atticum [Cartas a Ático]

De diu. – De diuinatione [Sobre a adivinhação]

De fat. – De fato [Sobre o destino]

De in. – De inuentione [Sobre a procura]

De or. – De oratoribus [Sobre os oradores]

Hort. – Hortensius

N.D. – Natura Deorum [Sobre a natureza dos deuses]

Or. – Orator [Orador]

Top. – Topica [Tópicos]

Tusc. – Tusculanae disputationes [Tusculanas]

Donato

Ars Mai. – Ars Maior [Arte Maior]

Ars Min. – Ars Minor [Arte Menor]

Isidoro de Sevilha

Ety. – Etymologiae [As etimologias]

Mário Vitorino

Ars gram. – Ars grammatica [A gramática]

De defin. – De definitionibus [Sobre as definições]

Martiano Capella

De dial. – *De dialectica* [A dialética]

De gram. – *De grammatica* [A gramática]

De rhet. – *De rhetorica* [A retórica]

Petrônio

Sat. – *Satyricon*

Possídio

Vita. Ag. – *Vita Augustinus* [A Vida de Santo Agostinho]

Prisciano

Inst. gram. – *Institutiones grammaticae* [Libri I-XVIII]

De conj. – *De conjunctionibus liber XVI* [Sobre as conjunções]

De const. – *De constructionibus liber XVII* [Sobre as construções / Da sintaxe]

Part. – *Partitiones duodecim versuum Aeneidos principalium*

Quintiliano

Ins. Or. – *Institutio Oratoria* [A educação oratória]

Sêneca (Minor/filósofo)

Ep. mor. – *Epistulae morales ad Lucilium* [Epístolas morais a Lucílio]

Suetônio

De gram. – *De grammaticis* [Sobre os gramáticos]

De rhet. – *De rhetoribus* [Sobre os retóricos]

Tácito

Dial. – *Dialogus de oratoribus* [Diálogo dos oradores]

Varrão

LL – *De lingua Latina* [Sobre a língua latina]

Virgílio

Aen. – *Aeneis* [Eneida]

ÍNDICE DE COLEÇÕES E TEXTOS

<i>AL</i>	<i>Augustinus-Lexikon</i>
<i>Aug</i>	<i>Augustinianum</i>
<i>AugStud</i>	<i>Augustinian Studies</i>
<i>BA</i>	<i>Bibliotheca Augustana</i>
<i>BA</i>	<i>Bibliothèque augustinienne</i>
BCG	<i>Biblioteca Clásica Gredos</i>
<i>CC</i>	<i>Corpus Corporum</i>
<i>CCSL</i>	<i>Corpus Christianorum, Series Latina</i>
<i>CGL</i>	<i>Corpus Grammaticorum Latinorum</i>
<i>CQ</i>	<i>Classical Quarterly</i>
<i>CSEL</i>	<i>Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum</i>
<i>GAG</i>	<i>Groupe Ars Grammatica</i>
<i>GLAA</i>	<i>Grammaticae Latinae auctores Antiqui</i> (H. Putsch. 1605)
<i>GL</i>	<i>Grammatici Latini</i> (H. Keil)
<i>GG</i>	<i>Grammatici Graeci</i> (G. Uhlig; R. Schneider; A. Lentz)
<i>GRF</i>	<i>Grammaticae Romanae Fragmenta</i> (G. Funaioli)
<i>H.E.L.</i>	<i>Histoire, Épistémologie, Langage</i>
<i>HL</i>	<i>Historiographia Linguistica</i>
<i>LBL</i>	<i>Les Belles Lettres</i>
<i>LCL</i>	<i>The Loeb Classical Library</i>

<i>LG</i>	<i>Lexicon Grammaticorum</i> (Stammerjohann ed. 2009)
J.Vrin	Librairie Philosophique J. Vrin
LS	Long & Sedley. 1987.
NBA	<i>Nuova Biblioteca Agostiniana</i>
PG	<i>Patrologia Graeca</i> (J.P. Migne)
PL	<i>Patrologia Latina</i> (J.P. Migne)
<i>REAug</i>	<i>Revue des études augustiniennes / Revue d'études augustiniennes et patristiques</i>
SC	Sources chrétiennes
SiHoLS	<i>Studies in the History of Language Science</i>
<i>SP</i>	<i>Studia Patristica</i>
<i>SVF</i>	<i>Stoicorum Veterum Fragmenta</i> (Arnim)
TGL	H. Stephanus (et alii), <i>Thesaurus Graecae Linguae</i> , Paris Didot 1831-1865
TLL	<i>Thesaurus Linguae Latinae</i>
<i>VChr</i>	<i>Vigiliae Christianae</i>

ÍNDICE DE ASSOCIAÇÕES E EVENTOS

CEDOCH	Centro de Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo-USP, 1994-
HSS	<i>Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas</i> . Oxford, 1984-
ICHoLS	<i>International Conference on the History of the Language Sciences</i> . 1987-
NAAHoLSA	<i>North American Association for the History of the Language Sciences</i> . 1987-
SHL	<i>Seminarium Historiographia Linguistica</i> (K.U. Leuven)
S.H.E.S.L.	<i>Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage</i> . Paris, 1978-
SFL	<i>Società di Filosofia del Linguaggio</i> . Itália, 1994-
SEHL	<i>Sociedad Española de Historiografía Lingüística</i> . Espanha, 1995-

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIIS:

abl.	- ablativo
acus.	- acusativo
adj.	- adjetivo
adv.	- advérbio
at.	- voz ativa
com.	- comum
dat.	- dativo
fem.	- feminino
fut.	- futuro
gen.	- genitivo
imperf.	- pretérito imperfeito
masc.	- masculino
méd.	- voz média
m. q. perf.	- pretérito mais-que-perfeito
n.	- neutro
nom.	- nominativo
pass.	- voz passiva
pl.	- plural
pres.	- presente
pret. perf.	- pretérito perfeito
sg.	- singular
subst.	- substantivo
v.	- verbo

OUTRAS ABREVIACÕES

LSJ	- <i>Greek-English Lexicon</i> , Liddell, H., Scott, R., Jones, S. (ed.).
NGB	- <i>Nomenclatura Gramatical Brasileira</i>
OLD	- <i>Oxford Latin Dictionary</i> .

Nota sobre dicionários & estudos gerais e específicos

Como referência para as citações dos autores latinos, escolhemos não adotar o modelo presente no *Oxford Latin Dictionary* [OLD] (1933-), a edição que dispomos é a de 1968 (Ed. por LEE). Justificamos esse posicionamento por dois motivos: i) o OLD não inclui em sua catalogação textos de autores cristãos, como expresso na própria nota editorial do dicionário, ao mencionar que: “*A proposal that the Dictionary should be extended to include Christian Latin had been finally rejected in 1951.*” (OLD, 1968, p. vi)¹; ii) diante do impasse entre as inúmeras formas de uniformizar a multiplicidade de textos de autores latinos – fator que se estende também aos autores gregos – de várias épocas diferentes, adotamos a numeração que vem expressa nas edições críticas das quais fizemos uso, assim como das traduções. Entendemos que cada edição crítica, por meio de seu(s) editor(res), estabelece uma forma de intelexção do texto editado, o que, em certa medida, pode se distanciar do uso abonado pelo(s) dicionário(s), visto que a atualização dos dicionários de latim e de grego têm uma baixa (re)edição. Diante disso, preferimos guiarnos pelo critério filológico e não pelo lexicográfico geral.

Como referência sobre a nomenclatura gramatical latina, utilizamos o dicionário de termos gramaticais *A Lexicon of Latin Grammatical Terminology* de Samantha Schad (2007).

Para entendimento do vocabulário cristão, utilizamos o volumoso trabalho *Études sur le Latin des Chrétiens* (tomo I & II) de Christine Morhrmann (1961).

¹ Cf. Burton (2009, p. 328): “The editors of the Oxford Latin Dictionary set their limit at around AD 200, while allowing that this is “necessarily imprecise”: they include the third-century jurists quoted in the sixth-century Digest of Justinian, but exclude (in parentheses) some significant second-century authors (Minucius Felix, Tertullian) on the ground of their religion: ‘(A proposal that the Dictionary should be extended to include Christian Latin had been finally rejected in 1951.)’”.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS, p. 11

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIACÕES DAS OBRAS DE SANTO AGOSTINHO, p. 11

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIACÕES DE AUTORES ANTIGOS GREGOS, p. 11-12

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIACÕES DE AUTORES ANTIGOS LATINOS, p. 12-13

ÍNDICE DE COLEÇÕES E TEXTOS, p. 13-14

ÍNDICE DE ASSOCIAÇÕES E EVENTOS, p. 14

ÍNDICE DE ABREVIATURAS DE TERMOS GRAMATICAIS, p. 14

INTRODUÇÃO	17
I FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	27
1.1 História das Ciências da Linguagem: uma apresentação	27
1.2 O lugar dos gramáticos e filósofos gregos e romanos.....	32
1.3 Questões sobre terminologia/metalinguagem	42
1.4 Algumas palavras sobre método, metodologia e modelos	50
1.5 Em síntese	59
II LINGUAGEM E EDUCAÇÃO: O <i>TRIVIVM</i> DE SANTO AGOSTINHO	62
2.1 A gramática (<i>grammatica</i>)	68
2.2 A dialética (<i>dialectica</i>)	85
2.3 A retórica (<i>rhetorica</i>).....	101
2.4 Em síntese	116
III INTER-RELAÇÕES: GRAMÁTICA, DIALÉTICA E SINTAXE	118
3.1. A “sintaxe” como um campo dos estudos gramaticais	119
3.2 Precedentes da sintaxe antiga (σύνταξις): vocabulário, terminologia e metalinguagem. 124	
3.2.1 As operações das palavras em Platão: o <i>Crátilo</i> e o <i>Sofista</i>	130
3.2.2 Aristóteles: para além do nome (ὄνομα) e do verbo (ῥῆμα).....	134
3.2.3 Os estoicos: o sistema da linguagem.....	138
3.4 Dos estoicos a Agostinho: Varrão, o polímata romano.....	145
3.4.1 O paralelo gramatical-dialético entre Varrão e Santo Agostinho	148
3.5 Em síntese	160
IV CONIVNCTIO VERBORVM	162
4.1 <i>Verba simplicia</i> , palavras simples: ambiguidade e etimologia.....	162
4.2 <i>Verba coniuncta</i> : palavras combinadas	177
4.3 <i>Sententiae simplices et coniunctae</i> : proposições simples e combinadas.....	184
4.3.1 <i>Ars breuiata</i> : outros tipos de combinações.....	188
4.3.2 A combinação de <i>nomen et uerbum</i> no <i>De magistro</i>	191

4.4	As partes da oração: <i>De aduerbio, De coniunctione, De praepositione</i>	199
4.5	Em síntese	204
V ORDINATIO VERBORVM		207
5.1	A questão da <i>Ordem</i> em Santo Agostinho: contextualização	207
5.2	A ordenação (das palavras): entre dialética e gramática	222
5.3.	Relações lógicas e gramaticais.....	230
5.4	Em síntese	252
CONCLUSÃO		254
REFERÊNCIAS		257

INTRODUÇÃO

I

Quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo. A origem de uma tradição pode ser espontânea ou resultar de uma transferência tecnológica. A tradição latina é o resultado de uma transferência, do mesmo modo que a gramática hebraica, como o estudo dos vernáculos europeus, ameríndios, africanos etc.

(AUROUX, 1992, p. 21).

As palavras de Auroux sugerem-nos que, ao falarmos de “origem”, devemos estar atentos quanto ao seu emprego e implicação, pois a “origem” ou “surgimento” de uma disciplina como, por exemplo, a gramática, não é delimitada em um espaço temporal fechado, mas sim aberto, uma vez que esse espaço se apresenta como um processo. Esse dado leva-nos a considerar que a terminologia e a metalinguagem gramatical também passaram por vários estágios até ganharem uma conceptualização mais definida.

Nesse sentido, os conceitos que constituíram o conhecimento gramatical grego e latino, como, por exemplo, o das *partes da oração* (*Tà merē tou lógou / partes orationis*)², assim como o de *sintaxe* (*syntaxis / ordinatio / constructio*) não surgiram ou apresentaram desde o início uma postulação definida ou acabada, seja nas gramáticas gregas, seja nas gramáticas latinas. No caso dos gregos, foi apenas no século II d.C., com Apolônio Díscolo, que a sintaxe se tornou um objeto de análise independente na pauta dos gramáticos³. No âmbito latino, uma preocupação com o mesmo tema, e na mesma proporção teórica e analítica, ocorreu apenas no século VI d.C., com Prisciano de Cesareia, na parte oriental do Império Romano.⁴

² Na tradição grega a discussão remonta desde Homero até Apolônio Díscolo. Segundo Lallot (1988, p. 21-22): “On mesure maintenant le chemin parcouru pendant le millénaire qui separe l'adoption par les Grecs de l'écriture alphabétique (vers 800 av. J.-C.) — point zero de la *grammatikē* — de la grande *synthèse grammaticale* d'Apollonius Dyscole. D'une représentation de la langue comme collection grammaticalement amorphe de « noms » (onomata), on est passé par étapes à une taxinomie rigoureuse selon laquelle tout mot grec relève d'une des huit classes appelées « parties du discours », et d'une seule.” Na tradição latina, os testemunhos sobre a variação do número das partes da oração é extensa e faz parte de observações como a de Quintiliano (*Inst. or.*, I), Donato (*Ars mai.*, 613 H), Sérvio (*GL IV*, 10-15) e Prisciano (*Inst. gram.* II, *GL II*, 54, 4-17).

³ Cf. Luhtala (2000, p. 21): “Syntactical questions were slow to establish themselves as an object in Antiquity. The art of grammar had gained some sort of autonomy over a hundred years before Apollonius, but his fellow grammarians did not seem to have an idea of grammatical syntax.”.

⁴ Para uma discussão detalhada a respeito da influência de Apolônio Díscolo e sua obra nas reflexões de Prisciano, ver Luhtala (2005) e Fortes (2012, 2019).

Além disso, é preciso considerar também que há dois tipos de origem de tradições gramaticais. Como pondera Auroux (1992), existe a “origem espontânea” como, por exemplo, a tradição gramatical grega⁵, e existe a “origem” que se apresenta como resultado de uma “transferência tecnológica”, como, por exemplo, a tradição gramatical latina e vernacular moderna⁶.

Seguindo, portanto, a linha de pensamento defendida por Auroux, queremos destacar que, dentre os campos e domínios do conhecimento gramatical grego e latino, a história do nascimento da sintaxe, nos autores da Antiguidade, vem sendo foco de algumas pesquisas. Dois principais trabalhos, relativamente recentes, se debruçaram sobre o tema: Baratin (1989a), cuja tese destinou-se a tratar do “nascimento da sintaxe em Roma” (*La naissance de la syntaxe à Rome*), e Luhtala (2000), cuja obra propôs-se a falar “sobre a origem da descrição sintática na lógica estoica” (*On the Origin of Syntactical description in Stoic Logic*)⁷. Embora possamos, por meio dessas obras, conhecer um pouco da história da sintaxe, ainda restam em ambas lacunas dessa trajetória ainda a serem investigadas. Referimo-nos, especificamente, ao longo período que se desenrola desde as postulações de Varrão (séc. I a.C.), decorrentes, em certa medida, das considerações de Crisipo (séc. III a.C.), e aquelas contidas na obra de Apolônio Díscolo, na tradição grega (séc. II d.C.), e Prisciano, na tradição latina (séc. VI d.C.). Parece-nos que não foi por acaso, que Swiggers & Wouters (2003, p. 25) consideraram que o estudo

⁵ Cf. Neves (1987, p. 15-16): “O aparecimento da gramática é um fato da cultura helenística, e dela é característico. Como fato da cultura helenística, representa um mecanismo de preservação da cultura helênica. O aspecto criativo desta pôde levar à escalada de teorização que fundamentou a formação de disciplinas tanto teóricas como práticas. A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem. Se foi a cultura helenística que tornou necessária e oportuna a codificação da gramática, foi a cultura helênica que a tornou possível, a partir tanto da riqueza da experiência linguística quanto do exercício do pensamento teórico”. Para mais detalhes com relação ao desenvolvimento da gramática de forma geral, ver Frede (1987a.b.), Montanari (2011, 2015), Seppänen (2014). Para detalhes sobre o surgimento da gramática na Grécia, ver Ildefonse (1997) e Schmidhauser (2010).

⁶ Cf. Holtz (1981, p. 3): “Car il en est de la grammaire comme de toutes les sciences et de toutes les techniques cultivées par l’Antiquité: ce sont des créations de l’esprit grec, dont le monde romain n’a fait qu’hériter.” A consideração de Holtz sublinha, em certo sentido, o processo de intercâmbio cultural entre Grécia e Roma. Entranto, é preciso considerar também, como defendemos ao longo de nosso trabalho, que tais aspectos foram, em grande parte, adaptados e remodelos pelos autores latinos.

⁷ Há também a coletânea de artigos reunidos por Swiggers & Wouters (2003) destinado à “Sintaxe na Antiguidade” (*Syntax in Antiquity*). Além dessa coletânea, encontra-se disponível a tese de doutoramento do pesquisador brasileiro Fortes (2012) sobre a sintaxe greco-romana: Apolônio Díscolo e Prisciano, e do pesquisador belga Denecker (2017), cujo estudo não se dedica unicamente ao tema sintaxe, mas é uma das poucas reflexões que se detém, especificamente, em como os autores cristãos, de Tertuliano (séc. II d.C.) até Isidoro de Sevilha (séc. VI-VII d.C.) lidaram com as questões de linguagem e gramática. Há um volume considerável de artigos relativos ao tema: Egli (1987), Frede (1987a.b.), Baratin (1989a, 2001), Taylor (1993, 1995a, 2020), Luhtala (2000, 2005, 2020), Blank & Atherton (2005, 2013).

sobre a sintaxe na Antiguidade gira(va) em torno de um “buraco negro” (*black hole/ trou noir*). É justamente sobre uma pequena porção desse “buraco negro” que nossa tese pretende se debruçar.

Nossa tese tem como proposta apresentar os elementos de uma possível “teoria sintática” nas reflexões que Santo Agostinho (séc. IV-V d.C.) erigiu sobre a gramática e a dialética. Nosso objetivo consiste em demonstrar, especificamente, como os conceitos de *coniunctio* e *ordinatio uerborum* (combinação e ordenação das palavras), presentes na obra do filósofo Agostinho de Hipona, são os principais pilares dessa reflexão a respeito da linguagem.

Partimos do pressuposto de que a sintaxe no mundo grego e romano pode ser interpretada de forma constitutiva, ou seja, defendemos que em Santo Agostinho há elementos de uma reflexão sobre a combinação e a ordenação das palavras na língua latina, e que esses elementos possuem como fundo histórico e conceitual postulações estoicas, principalmente aquelas oriundas do pensamento lógico de Crisipo recebidas por meio da reflexão dialético-gramatical de Varrão, assim como daquelas presentes em Cícero. Nesse sentido, estabelecer uma ponte entre o período Helenístico e a Antiguidade Tardia, por intermédio da história da sintaxe na Antiguidade, significa, em um plano geral, considerar que não houve uma ruptura absoluta no pensamento linguístico com relação às operações da língua(gem) que se vinculam ao âmbito da sintaxe, mas sim mostrar ter ocorrido uma bifurcação relacionada aos postulados estoicos acerca do tema em Roma; em sentido específico, podemos dizer também que nosso intuito foi demonstrar como as operações realizadas na linguagem por Santo Agostinho, bem como a terminologia e a metalinguagem empregadas por ele para descrever e analisar os fatos da linguagem estão imersos em uma tradição que lhe antecede em vários séculos, mas, que de alguma forma, lhe foram úteis para o seu projeto pedagógico e catequético.

Para realizarmos essa tarefa, utilizamos e analisamos um conjunto de obras atribuídas a Agostinho, a saber: a *Ars (Augustini pro fratrum mediocritate) breuiata (De grammatica)*, o *De dialectica (A dialética)* e o *De ordine (A ordem)*. Nosso foco se detém no exame mais detalhado da *Ars breuiata* e do *De dialectica*, tendo em vista que esses dois textos apresentam, de forma mais específica, os conceitos de *uerba coniuncta*, *sententiae coniuncta* e *ordinatio [uerborum]*, correspondendo, portanto, ao núcleo analítico do nosso trabalho.

Particularmente, investigamos de que maneira os postulados da doutrina estoica, especificamente aqueles desenvolvidos por Crisipo (séc. III a.C.), encontram ecos e

correspondências na reflexão que Santo Agostinho faz em relação ao tema da “combinação” (*coniunctio*) e “ordenação” (*ordinatio*). Para rastrear e identificar essa influência do estoicismo crisipiano em Santo Agostinho, utilizamo-nos das obras de Cícero (séc. I a.C.), principalmente dos fragmentos remanescentes do *Hortensius* (*Hortênsio*), e também de Varrão (séc. I a.C.), cujas obras *De lingua Latina* (*Sobre a língua latina*) e os fragmentos do *Disciplinarum libri* (*Os livros das disciplinas*) são centrais para a reconstituição do nascimento e desenvolvimento da análise sintática no âmbito latino (BARATIN, 1989a.b, 1992, 2001; TAYLOR, 1993, 2020). Procuramos, assim, demonstrar, através de uma análise contextualizada das obras de Santo Agostinho, que os conceitos de *coniunctio* e *ordinatio uerborum* tanto no âmbito da gramática, como no da dialética agostiniana, são, em certa medida, complementares, ajudando-nos, assim, a reconstituir a trajetória do pensamento sobre a sintaxe na Antiguidade Tardia.

São três as justificativas que fundamentam a realização proposta pelo nosso trabalho e a eleição do *corpus* de análise que apresentamos. A primeira justificativa é de cunho geral, ou seja, está ligada à contribuição que o historiógrafo da linguística pode oferecer para os linguistas de forma ampla. Essa contribuição consiste em uma discussão ao mesmo tempo teórico-metodológica – ao apresentarmos e discutirmos os princípios da *História das Ciências da Linguagem* (HCL) e sua aplicação aos Estudos Clássicos, como é o caso desta tese – e epi-historiográfica⁸ – ao elencarmos, ainda que de forma sumária, o que tem sido produzido sobre os gramáticos gregos e romanos, mais especificamente a respeito da história da sintaxe na Antiguidade.

A segunda justificativa é aquela com que historiógrafos da Linguística, como Baratin (1989a, 1992), Taylor (1993, 1995a, 2020), Swiggers & Wouters (2003), Denecker (2017) embasam, nas últimas décadas, o seu estudo dos gramáticos e dialéticos gregos e latinos. Em Taylor (1995a), por exemplo, lemos que:

A informação linguística pode ser encontrada em quase todos os textos [da Antiguidade], pois os antigos não compartimentalizavam o conhecimento como nós fazemos. Filósofos, lógicos, retóricos, poetas, historiadores, filólogos e críticos literários, bem como os gramáticos de *bona fide*, contribuíram para formulação de uma ciência da linguagem no mundo antigo. Da mesma forma, os gregos e romanos nem sempre apresentam os fenômenos linguísticos de maneira familiar para os leitores modernos; a informação

⁸ A epi-historiografia é um ramo lateral da historiografia, que está relacionado com a história dos agentes e dos materiais, como, por exemplo, livros, textos, artigos, manuscritos etc. (SWIGGERS, 2010, p. 5).

sintática, por exemplo, é raramente, se é que o foi, de maneira específica, rotulada como tal.⁹

(TAYLOR, 1995a, p. 84).

A observação de Taylor mostra-nos que os textos dos autores gregos e romanos, de diferentes gêneros, podem ser fontes para informações “linguísticas”, haja vista que havia um grande interesse desses autores pelas questões de língua e linguagem. No entanto, a citação evidencia também que uma compartimentalização dos conhecimentos em relação às línguas e à linguagem – tal como aceitamos contemporaneamente – não correspondia à forma como os antigos as pensavam e descreviam. Informações, por exemplo, sobre a sintaxe das línguas antigas estão difusas em textos das mais diversas ordens e interesses. Por isso, os historiógrafos da linguística devem buscar informações sobre esse domínio em textos filosóficos e também retóricos¹⁰.

Além disso, no que diz respeito à eleição de Agostinho, um autor cristão, temos como justificativa aquilo que o pesquisador belga Denecker (2017) identifica em seu comentário:

a prática de traduzir a Bíblia ou de comparar as versões bíblicas em diferentes línguas uma com a outra fez com que os primeiros autores latinos cristãos estivessem muito mais cientes das diferenças “sintáticas” entre as línguas do que tinham sido seus antecessores pagãos.¹¹

(DENECKER, 2017, p. 259).

⁹ Cf. Taylor (1995a, p. 84): “Linguistic information can be found in almost any text, for the ancients do not compartmentalize knowledge as we do. Philosophers, logicians, rhetoricians, poets, historians, philologists, and literary critics, as well as bona fide grammarians contribute to formulating ancient language science. Likewise, Greeks and Romans do not always broker out linguistic phenomena in ways familiar to modern readers; syntactic information, for example, is rarely if ever specifically labeled as such.”. Todas as traduções são de nossa autoria, salvo aquelas mencionadas em nota.

¹⁰Cf. Taylor (1993, p. 266): “The history of ancient language science extends for over a millennium, roughly from the early fifth century BC to the early sixth century AD, and yet syntax seems to enter that history relatively late, namely, in the second century AD, with the publication of Apollonius Dyscolus’ *Peri Syntáxeos*. Priscian, the last of the late and great *grammatici Romani*, then adapts and translates parts of Apollonius, and so syntax only enters ancient Latin linguistics at its conclusion. Or so the traditional accounts would have us believe. Contemporary historians of linguistics, however, reject the ‘immaculate conception’ of syntax envisaged by received opinion and seek the origin and development of syntax elsewhere, namely, in philosophical, especially logical, and rhetorical texts. Their reasons for doing so are not hard to find, for syntax and syntactic analysis are integral to both ancient dialectic and rhetoric (the second and third disciplines, after grammar, in the *trivium* of the liberal arts) and, more interestingly, are present by implication even in hard-core linguistic texts. We therefore need to consider both traditionally cited texts and the usually neglected ones when surveying the role of syntax in ancient linguistics.”.

¹¹Cf. Denecker (2017, p. 259): “The practice of translating the Bible or of comparing Bible versions in different languages to each other made early Christian Latin authors much better aware of ‘syntactic’ differences between languages than their pagan predecessors had been.”.

A observação de Denecker (2017) mostra que os cristãos latinos, devido às suas necessidades religiosas, tiveram que atentar para os problemas linguísticos por razões práticas. Eles precisaram, desde o início, lidar com a diversidade linguística dos textos *Sagrados*, que estavam originalmente escritos nas línguas hebraica e grega. Um exemplo emblemático dessa questão são os comentários e a tradução das *Sagradas Escrituras* encomendada pelo papa Dâmaso a Jerônimo¹² (séc. IV-V d.C.), cujo resultado foi a *Vulgata Latina*. Portanto, os autores cristãos parecem ocupar também um lugar de destaque na história do pensamento sobre a linguagem na Antiguidade.

Outra questão que justifica o desenvolvimento desta pesquisa consiste no fato de que ainda sabemos muito pouco sobre a influência que a doutrina estoica exerceu no desenvolvimento do pensamento gramatical antigo, especificamente em autores cristãos como Santo Agostinho. Se, por um lado, o pensamento estoico foi substituído, como filosofia “viva”, pelo Cristianismo (GILL, 2006, p. 35), por outro, conforme defende Schmidhauser (2010, p. 400), Crisipo teria sido o inventor da gramática e das primeiras investigações sintáticas dentro da lógica/dialética estoica. Logo, pareceu-nos crucial investigar se essa influência chegou a Varrão e a Santo Agostinho.

O arcabouço teórico adotado para a realização da pesquisa consiste nos princípios delineados pela Historiografia da Linguística (cf. Koerner (1989, 1995, 1999, 2004); Swiggers (2010, 2013); Auroux; Koerner; Niederehe; Versteegh (2000-2006); Law (2003); Baratin (1989a, 1989b, 1994); Desbordes (2007) e Taylor (1993). Segundo Swiggers (2010, p. 2):

A historiografia linguística é o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores intradisciplinares e extradisciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e. estimulante, ou ‘negativo’, i.e. inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou, mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado.

Seguindo a definição dada por Swiggers acima, destaca-se, primeiramente, a característica *interdisciplinar* da Historiografia da Linguística¹³, área em que

¹² Segundo Carpinetti (2013, p. 10): “Jerônimo se tornou secretário e amigo do papa Dâmaso, permanecendo em Roma de 382 a 385. O papa encarregou-o da revisão dos textos latinos da Bíblia, encaminhando-o assim para seu trabalho principal, nos anos próximos.”

¹³ Em que pese a discussão teórica existente sobre as denominações Historiografia Linguística [*Linguistic History*] e Historiografia da Linguística [*History of Linguistics*], adotaremos a denominação Historiografia da Linguística. Como ponto de referência, baseamo-nos nas considerações de Altman (2009, 2019) e Batista (2013, 2019).

conseguimos observar os pontos de interseção existentes entre a *Linguística* e outras disciplinas como, por exemplo, a *História*, a *Filosofia*, a *Retórica*, a *Lógica* (dialética), a *Teologia* etc. (SWIGGERS, 2010, 2013). É justamente nessa interseção que investigaremos as “ideias linguísticas” e as relações existentes entre a gramática e a dialética estoica na Antiguidade.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa segue os postulados da Historiografia da Linguística, conforme Koerner (1989, 1999, 2006); Law (2003); Swiggers (2010, 2013). Diante disso, nosso “plano de estudo” (SWIGGERS, 2013, p. 48) pretende ser realizado utilizando o seguinte método:

- (i) selecionar as edições críticas dos textos dos autores da Antiguidade grega e latina que compõem o nosso *corpus*, a saber: edição de Arnim (1924) dos *Stoicorum Veterum Fragmenta*¹⁴ que contém os fragmentos da lógica estoica de Crisipo; a edição de Traglia (1970) que possui todos os livros e fragmentos da doutrina gramatical de Varrão; a edição e tradução de Pinborg (1975) do *De dialectica* e a edição de Bonnet (2013) da *Ars breuiata* de Santo Agostinho;
- (ii) escolher os trechos em que os termos *coniunctio* e *ordinatio* [*uerborum*] aparecem no *corpus* agostiniano com intuito de, primeiramente, mapear o campo terminológico usado por Agostinho para tratar do tema e em quais ocasiões e, em segundo lugar, com vistas a compreender como Agostinho deixou pistas dentro de sua reflexão sobre a gramática e a dialética acerca do campo da “sintaxe”.

Realizamos, então, a implementação e adequação histórica dos termos e do autor investigado. Para isso, adotamos os princípios metodológicos delineados pela Historiografia da Linguística, a saber:

¹⁴ Aqui é importante lembrarmos o que nos dizem Blank & Atherton (2006[2003], p. 344): “uma complicação é a carência generalizada de informação sobre a gramática exterior a *Stoa* no período crucial: entre os séculos III e I a.C. Nenhum texto gramatical sobreviveu completo antes das obras de Apolônio Díscolo.”.

- (i) o *princípio da contextualização*: processo que designa uma investigação sobre o saber linguístico situado em seu contexto de uso e aplicação;
- (ii) o *princípio da imanência*: cuidado filológico que o historiógrafo deve ter, de modo que uma compreensão mais acurada do texto (como, por exemplo, a leitura e interpretação dos textos fontes é de suma relevância;
- (iii) o *princípio da adequação histórica*: responsável por fazer com que termos que estão fora do conhecimento linguístico usual possam ser entendidos e aproximados a termos mais usuais.

Nossa tese foi desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa *Linguagem e Humanidades* do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFJF, e se desenvolve na esteira de nossa pesquisa de mestrado (2014-2016), *O pensamento gramatical de Santo Agostinho*. Nesse sentido, nosso trabalho, *Santo Agostinho entre a gramática e a dialética: combinação e ordenação das palavras na Ars breuiata e no De dialectica*, debruça-se não só sobre os aspectos gramaticais das observações de Agostinho, mas também sobre aqueles que se referem à dialética, pontuando como esses dois domínios foram inter-relacionados e em que medida uma reflexão com relação ao âmbito da sintaxe emerge desse processo.

II

O plano da tese compõe-se de cinco capítulos. Em cada capítulo, destacamos um aspecto geral e um aspecto específico da questão abordada. No capítulo I, que denominamos de *Fundamentos teórico-metodológicos*, procuramos fazer uma apresentação sobre a História das Ciências da Linguagem (HCL), ressaltando aspectos teóricos e metodológicos que servem de base para nossa reflexão. Além disso, abordamos, em linhas gerais, como os gramáticos gregos e romanos, bem como os filósofos, têm sido lidos e interpretados dentro dessa tradição de pesquisa historiográfica. Como forma de exemplificarmos essa questão, realizamos um levantamento bibliográfico, não exaustivo, sobre os estudos e traduções atualmente disponíveis acerca dos gramáticos gregos e, em especial, dos latinos. De forma específica, apresentamos algumas considerações acerca da metalinguagem e da terminologia, bem como discutimos questões de método,

metodologia e modelos utilizados na e para auxílio da escrita em historiografia linguística que propomos nesta tese.

No capítulo II, *Linguagem e educação: o trivium de Santo Agostinho*, realizamos uma contextualização dos saberes gramaticais, dialéticos e retóricos da Antiguidade Tardia, com ênfase nas postulações que Santo Agostinho teceu em suas obras acerca das *Artes Liberales / Trivium*. Nosso intuito é mostrar como Agostinho estabelece uma relação entre esses domínios.

No capítulo III, *Inter-relações: gramática, dialética e sintaxe*, empreendemos uma apresentação que pretende demonstrar a inter-relação entre a gramática, a dialética e a sintaxe. O desenho desse capítulo tem como ensejo pontuar como a reflexão da sintaxe na Antiguidade grega e latina está, em um primeiro momento, dirimida nas considerações de vários autores. Para isso, seguimos as pistas textuais, que, de alguma forma, apresentam-nos fenômenos linguísticos que podem ser considerados “sintáticos”, bem como procuramos exemplificar trechos de obras e fragmentos que trazem a lume o vocabulário da *syntaxis*, no âmbito grego; ou da *coniunctio uerborum*, no âmbito latino. De forma específica, propomos uma leitura e comparação entre trechos de Varrão e Santo Agostinho com intuito de mostrar como Varrão teve influência gramatical-dialética sobre Agostinho.

No capítulo IV, denominado de *Coniunctio uerborum*, apresentamos e analisamos o que consideramos ser o primeiro eixo da reflexão da sintaxe em Santo Agostinho. Para isso, realizamos uma análise e interpretação de como Agostinho na *Ars breuiata* e principalmente no *De dialectica* fornece-nos, em várias passagens, considerações acerca desse fenômeno. Empreendemos uma leitura, em um primeiro momento, do *De dialectica* considerando os problemas que Agostinho detecta ao tratar das palavras de forma isolada, que são basicamente o problema da ambiguidade das palavras e a insuficiência da investigação etimológica. Na sequência, investigamos as palavras combinadas (*coniuncta uerba*), as proposições simples (*sententiae simplices*) e as proposições combinadas (*sententiae coniunctae*) que parecem ser a solução que o dialético possui para dirimir tais problemas. Dentro desse espectro, demonstramos como Agostinho informa-nos de vários fenômenos de combinação das partes da oração, isto é, entre o nome e o verbo, entre a conjunção e o verbo. Além disso, como o fenômeno da sintaxe está dirimido também em vários lugares, seja nas considerações dos dialéticos, seja nas definições das *partes orationis* que os gramáticos nos fornecem (SWIGGERS; WOUTERS, 2003), estendemos

nossa análise às observações que Agostinho faz sobre o *De aduerbio (Advérbio)*, *De coniunctione (Conjunção)*, *De praepositione (Preposição)* na *Ars breuiata*.

No capítulo V, denominado de *Ordinatio uerborum* (ordenação das palavras), apresentamos o que consideramos ser o segundo eixo da reflexão da sintaxe no pensamento gramatical-dialético de Santo Agostinho. O desenho desse capítulo tem como fio condutor mostrar, em primeiro lugar, como o conceito de *Ordem*, entendido como ontológico e metafísico, compõe um aspecto fundamental das considerações de Agostinho, visto que a *Ordem* é um dos três vestígios da Trindade em todas as coisas. Mostramos e analisamos como a ordem da língua(gem) é um pilar do pensamento agostiniano. Para isso, realizamos uma comparação entre uma passagem do *De lingua Latina* (VI, 55-57) com um trecho das *Confissões* (I, 8, 13), por meio da qual podemos observar como os preceitos da ordenação estão presentes na postulação de Agostinho e como o pano de fundo que se erige dessa comparação é de vertente estoica. Na sequência, empreendemos uma reflexão sobre a ordem dentro dos preceitos da gramática (*Ars breuiata*) e da dialética (*De dialectica*) de Agostinho, fazendo, para isso, um exame do detido dos *exempla* lógicos e gramaticais contidos nesses dois textos. Além disso, interpretamos como a regra sobre a posição das conjunções dentro da sentença latina sofreu uma reformulação por parte de Agostinho da sua obra de juventude (*Ars breuiata*) para sua obra de maturidade (*Enarrationes in Pslamos*).

III

Os textos dos autores da Antiguidade grega e latina citados em nosso trabalho foram retirados de edições críticas. Procuramos usar, para as citações gregas e latinas, traduções que já se encontram em língua portuguesa. Para palavras ou expressões gregas presentes no corpo do texto, utilizamos as transliterações do Sistema Benveniste (*in* BRISSON, 2003, p. 9-10). Não transliteramos as passagens gregas presentes em autores modernos citados e também não as alteramos para o Sistema Benveniste. Os textos e fragmentos citados em língua grega não são transliterados. Os exemplos derivados da lógica estão todos indicados com sinal <<>>. Quanto às formas de *-u* & *-v*, nos vocábulos dos textos latinos, adotamos o critério de não promover alterações nas edições críticas em que aparecem *-v*; em nosso texto, por outro lado, adotamos a convenção da grafia restaurada do latim (*u/V*).

I FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

1.1 História das Ciências da Linguagem: uma apresentação

A história das reflexões e dos esforços envidados em prol do fenômeno da linguagem é uma parcela essencial de nossa história como seres humanos, e seu estudo não só nos ensina muito sobre a história da linguística (e sua proto-história), como também sobre o papel central que exerceu e ainda exerce a linguagem na história das culturas, das sociedades, das atividades intelectuais da humanidade.

(SWIGGERS, 2013, p. 49).

Pierre Swiggers, na citação em epígrafe, afirma que o fenômeno da linguagem repercute diretamente na história da humanidade, pois, através da linguagem, em suas diversas modalidades (oral ou escrita, verbal ou não), podemos veicular nossas impressões sobre o mundo. Sem nos enveredarmos para uma discussão filosófica, devemos ressaltar ainda que todo saber possui uma história, já que ele precisou ser refletido, remodelado e fixado num dado momento (AUROUX, 1992, p. 11-12)¹⁵. Além disso, o conhecimento de uma dada matéria apresenta-se como fruto de longas observações, análises e conjecturas, culminando em uma prática e, conseqüentemente, em seu ensino *a posteriori*¹⁶. Decerto, para não nos perdermos nas múltiplas disciplinas e práticas que propõem narrar a história da gramática, deter-nos-emos, aqui, na História das Ciências da Linguagem; mais especificamente, em como os gregos e os romanos elaboraram a disciplina ou conjunto de disciplinas em torno da linguagem.

¹⁵ Adotando a perspectiva de Auroux (1992, p. 11-12), podemos considerar que: “todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (Auroux, 1987b), assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.” Dentro de uma perspectiva ampla, tal posicionamento de Auroux encontra ecos nas postulações da(s) ciência(s) como um todo, uma vez que todo campo de investigação está intimamente ligado ao fato de que seus agentes se encontram em determinados momentos históricos.

¹⁶ De acordo com Auroux (1980, p. 9): “La maturation et l'apparition des diferentes démarches constitutives de ces disciplines (grammaire, rhétorique, linguistique, historique) obéissent à des temporalités distinctes (cf. Bugarski 1976)”. Pelo prisma da gramática, Neves (1987, p. 106-107) nos apresenta essa distinção ao dizer que: “o que Platão chama *grammatiké* não é o mesmo que a *grammatiké* da cultura helenística que lhe confere o grau de *téchne* ... pode-se aceitar que também na época helenística a gramática tenha sido considerada *téchne*, pois o próprio manual de Dionísio o Trácio recebe o nome de *téchne grammatiké*. Filosoficamente, porém, ela não preencheria os requisitos para assim ser chamada.”

No entanto, escrever a respeito da história de um dado campo do conhecimento configura-se como uma tarefa árdua, que requer uma constante avaliação teórico-metodológica, não só acerca do seu próprio fazer historiográfico, mas também em relação às mudanças das correntes que estruturam os saberes desse campo em um dado momento. De fato, a definição de um quadro histórico de uma disciplina se configura como um desafio para o historiógrafo, uma vez que, no caso das ciências da linguagem, a própria designação da ciência linguística ganhou novas expressões ao longo do tempo ou se transformou, bifurcando-se em investigações de campos teóricos distintos. Auroux (1992) lembra-nos, por exemplo, da problemática que envolve a nomenclatura da “Linguística” enquanto ciência, ao dizer que:

É preciso, em particular, se render à evidência: a linguística, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se, pois, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorreremos, cada vez mais, à expressão plural “ciências da linguagem”).

(AUROUX, 1992, p. 12).

Na perspectiva de Auroux (1992), o escopo do campo de estudos que se denominou *Linguística*, no século XIX, estava condicionado a um “contexto determinado”. Além disso, como pondera Swiggers (2010), em cada época, seus respectivos pensadores – entendidos, em nosso caso, como filósofos, gramáticos e retóricos da Antiguidade grega e romana – possuíam agendas investigativas específicas, já que selecionavam e/ou recortavam de maneira particular seu objeto. Desse modo, em linhas gerais, e amparados no que Altman & Kemmler (2014) denominam de “artigos programáticos” de Koerner¹⁷, vemos emergir a necessidade de reconstituirmos o “clima de opinião” (KOERNER, 1973, p. iv) no qual cada um desses agentes se inserem – os autores, as obras e as questões que são tomadas como objetos. O referido processo está incluído naquilo que Koerner postulou como “princípio da contextualização” (1995, p. 13).

¹⁷ Todas as referências aos textos de Koerner constam da publicação original em inglês/alemão, assim como da tradução desses artigos para o português em artigos e periódicos distintos. O livro compilado por Altman & Kemmler (2014) reúne-os nesse único volume. Além desses, que já estão traduzidos para o português, fazemos menção àqueles que se encontram em inglês, uma vez que são livros.

Antes de apresentarmos nossas considerações a respeito do levantamento bibliográfico que empreendemos logo abaixo, façamos uma distinção teórica preliminar daquilo que entendemos e adotamos para a nossa pesquisa como *História da Linguística, Historiografia (da) Linguística e História das Ciências da Linguagem*¹⁸.

Tentamos seguir a linha de estudiosos como Auroux (1980, 1992, 1994), Koerner & Asher (1995), Swiggers (1992, 2010, 2013), Swiggers & Wouters (1996, 2003), Law (2003), que se dedicaram à História e à Historiografia da Linguística, e nos forneceram os conceitos, as definições e o escopo dessa disciplina, sem idealizá-la ou menosprezá-la ou, ainda, de certo modo, apagar determinados momentos de sua extensa trajetória. Segundo essa perspectiva, a tarefa do historiógrafo da Linguística, pressupõe uma certa “moderação das invenções em matéria de linguagem” (KOERNER, 1999, p. 381). Tal moderação implica que seu agente não é um linguista “treinado”, mas sim um linguista “educado”¹⁹ para perceber os movimentos engendrados por teorias, programas e modelos de análise e para a interpretação das escolas e correntes linguísticas desenvolvidos no curso do tempo.

Segundo Law (2003, p. 2), de forma bem simples, “a história da linguística é a disciplina que investiga o que as pessoas pensaram sobre a linguagem muito antes de

¹⁸ Há uma quarta distinção que é, geralmente, denominada de *História das Ideias Linguísticas* ou *História das Teorias Linguísticas*. Colombat; Fourmier; Puech (2017 [2010], p. 16) ponderam que: “A noção de ‘teoria’ apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas”. Em Batista (2013, p. 16), encontram-se outras duas denominações para a área: *História dos Estudos sobre a Linguagem* e *História do Conhecimento Linguístico*. Não encontramos, na literatura adotada para compilação do nosso trabalho, essas duas denominações.

¹⁹ Segundo Koerner (2014 [2005a], p. 32): “O uso mais óbvio da história da linguística é o de apresentar ao neófito a disciplina da linguística propriamente dita, até aos vários modos de pensar sobre o que a área considera como o seu objeto de investigação e os métodos e conceitos que compõem o seu jogo de ferramentas essencial. Quando um estudante acaba de compreender os fundamentos, porém, existe a probabilidade de que a história da disciplina, a gênese da sua formação de conceitos, a consciência das metas variáveis da linguística durante o longo desenvolvimento de preocupação humana com a língua tende a ser abandonada, se alguma vez chegou a ser discutida. Agora, o estudante será **treinado** nas ciências da linguagem e nas suas partes componentes como a sintaxe, fonologia, morfologia e várias áreas de especialidade hifenizadas; ser-lhe-ão facultados o pensamento atual naquelas áreas de interesse e as ferramentas para participar no trabalho das subdisciplinas particulares. Talvez o estudante possa nunca vir a ser **educado** para desenvolver uma consciência da relatividade da sua prática linguística – a não ser, claro, que o instrutor tenha a visão de que um estudante deve ter um fundamento sólido da herança que informa sobre a atividade da atual investigação”. (Grifos nossos). As considerações de Koerner, em certa medida, servem também como um alerta, pois a diferença de formação de um linguista treinado e de um linguista educado pode ocasionar não só uma lacuna no pensamento linguístico, em termos de epistemologia e método, mas também pode indicar um certo tipo de controle do fazer linguístico, o qual se revelará mais cedo ou mais tarde.

nascermos”²⁰. A definição de Law (2003) indica, portanto, quão extensos são os domínios que envolvem o processo reflexivo sobre a linguagem; e, nesse sentido, emerge dessa dimensão tão ampla a necessidade de delimitações teóricas mais específicas, que buscam, dentro de certas considerações teórico-metodológicas, fornecer aos historiógrafos da linguística direções que auxiliam em relação a cada uma das etapas que fazem parte do processo da escrita historiográfica.

Em Koerner (2014 [1994b], p. 17), por meio de suas considerações acerca do fazer historiográfico, podemos encontrar delineados, de forma mais específica, alguns limites e até mesmo convergências entre os termos “história da linguística”, “historiografia (da) linguística”, “história das ciências da linguagem” e, por fim, “meta-historiografia”:

Ao olhar para a história da linguística – agora também designada de ‘história das ciências da linguagem’ numa tentativa de alargar a área de estudo – como uma disciplina de estudo acadêmico sério desde o ponto de vista dos inícios do século XXI, é óbvio que o desenvolvimento conseguido nos últimos cerca de 30 anos tem sido encorajador. Hoje em dia, o que é normalmente referido como ‘historiografia linguística’ (forma abreviada da designação mais precisa ‘historiografia das ciências da linguagem’, em que o termo ‘ciência’ no sentido estrito da ‘ciência natural’ é claramente evitado) constitui uma investigação metodologicamente informada e a apresentação de acontecimentos passados na evolução da disciplina designada de ‘linguística’ ou ‘ciências da linguagem’. Se a atividade de estabelecer as *res gestae* do estudo da linguagem é chamada de ‘historiografia linguística’, o seu resultado deveria ser designado de ‘história da linguística’. Por outras palavras, a ‘história da linguística’ é o produto e não a atividade de a estabelecer. A permanente discussão em torno de questões relativas ao método, à filosofia e à epistemologia é chamada de ‘meta-historiografia’.

(KOERNER, 2014 [1994b], p. 17).

A citação acima delinea, com bastante clareza, as distinções entre historiografia, história e meta-historiografia da Linguística/Ciências da Linguagem, conforme, esquematicamente, mostramos no quadro abaixo:

²⁰ Cf. Law (2003, p. 2): “the history of linguistics is the discipline which investigates what people thought about language long before we were born”.

Disciplina acadêmica	Fazer historiográfico (investigação histórica)	Produto que resulta da atividade do historiógrafo (narrativa)	Discussões sobre: método, filosofia e epistemologia
História das Ciências da Linguagem	Historiografia da Linguística / Historiografia das Ciências da Linguagem	História da Linguística	Meta-historiografia

Tabela 1. Definições do campo teórico da HCL cf. Koerner.

Diante do que propõe Koerner, parece razoável afirmarmos que a perspectiva de nosso trabalho é a da Historiografia da Linguística (ou das Ciências da Linguagem), uma vez que procuramos realizar análises contextualizadas de textos do passado, utilizando arsenal teórico e metodológico da *Historiografia da Linguística*, oferecendo como resultado uma contribuição para a *história da Linguística* ou, mais precisamente, para *história das ciências da linguagem* ou para a *história do pensamento gramatical antigo*.

Nesse sentido, preferimos utilizar a denominação *História das Ciências da Linguagem* a *História da Linguística*, uma vez que lidamos com textos que são oriundos de tradições anteriores à formulação da Linguística como ciência moderna no início do século XX, tais como as reflexões desenvolvidas no âmbito da lógica antiga como, por exemplo, o estoicismo, assim como os textos gramaticais gregos e romanos da Antiguidade Tardia. Desse modo, por abrangermos os domínios da história da lógica – até certo ponto também da história da filosofia – e da história da gramática, optamos por alargar, dessa forma, como o próprio Koerner sugere, nosso conceito de História da Linguística, procurando manter sob nosso horizonte de investigação a forma plural designada por “Ciências da Linguagem”. Nos próximos itens, procuramos apresentar, em linhas gerais, como se deu o crescimento e a profissionalização dessa disciplina, bem como apresentaremos o modo como essa disciplina se desenvolve no campo maior dos Estudos Clássicos no Brasil.

1.2 O lugar dos gramáticos e filósofos gregos e romanos

A maneira como os modernos percebem as teorias linguísticas da Antiguidade mudou profundamente nos últimos anos (BARATIN, 1989a, p. 7).²¹

A observação de Baratin alude, em um primeiro plano, às iniciativas dos pesquisadores e pensadores do campo da linguagem diante dos textos da Antiguidade greco-romana. Tem-se observado, nas últimas décadas, um interesse investigativo crescente em relação aos textos antigos e, para além disso, tem ocorrido uma preocupação metodológica no que se refere à abordagem e análise desses textos.²²

Tendo em vista o que os próprios historiógrafos da Linguística relatam a respeito do seu ofício, dentro de uma perspectiva metodológica, observamos que analisar os textos antigos configura-se como uma tarefa que envolve múltiplas etapas, que envolve a leitura, a interpretação, o comentário e a tradução desse *corpus*. Swiggers & Wouters (1996, p. vii), por exemplo, destacam que:

A tarefa do historiógrafo da linguística antiga é abordar corretamente os textos linguísticos do passado e interpretar seus conteúdos. Isso implicará uma combinação dialética de tradução e comentário, i.e. de dar um relato apropriado do conteúdo linguístico de textos antigos, colocados em seu contexto. Ao mesmo tempo, somos constantemente obrigados a questionar nossas tradições historiográficas, corrigir mal-entendidos e apontar preconceitos e expectativas injustificadas. É através de um contato próximo com os textos originais e através de uma sensibilidade adequada ao seu fundo variado – filosófico, retórico e mais estritamente gramatical – que podemos alcançar uma melhor compreensão da história da linguística antiga e que podemos - sempre que necessário – revisar sua historiografia.²³

²¹ Cf. Baratin (1989a, p. 7): “La façon dont les Modernes perçoivent les théories linguistiques de l’Antiquité s’est profondément modifiée ces dernières années”.

²² Em 1987, por exemplo, Taylor já desenhava também algumas das guinadas alcançadas com o novo modelo historiográfico. Nas palavras de Taylor (1987, p. vii): “We know more now than we did several decades ago about Greeks and Romans were thinking, writing, and doing in matters grammatical...” Em outra passagem, ele pondera que: “A new historiographical model therefore offers a fresh perspective from which to view Greek and Roman language science and a different framework within which to place familiar texts and authors.” (TAYLOR, 1987, p. 15). Dessa forma, a maneira como os modernos olham para os antigos, ou melhor, para o conhecimento que eles detinham sobre a linguagem, ganhou espaço na agenda dos linguistas. Ver também Fortes (2011).

²³ Cf. “The task of historiographer of ancient linguistics is to correctly approach linguistic texts from the past, and to interpret their contents. This will imply a dialectic combination of translation and commentary, i. e. of giving an appropriate account of the linguistic content of ancient texts, placed in their context. At the same time, we are constantly obliged to question our historiographical traditions, to correct misunderstandings and point out preconceptions and unjustified expectations. It is through close contact with the source texts and through an appropriate sensitivity to their variegated background – philosophical, rhetorical and more strictly grammatical – that we can attain a better understanding of the history of ancient linguistics, and that we can – wherever necessary – revise its historiography.”.

No sentido de mapear algumas das contribuições nesse aspecto, elencamos e trazemos, na sequência, alguns dos trabalhos que vêm sendo produzidos sobre os gramáticos gregos e romanos, através de um levantamento bibliográfico, a respeito do que se tem feito em termos de investigação linguística e gramatical sobre tais autores ou, ainda que de forma ampla, de temas do discurso metalinguístico grego e latino. De maneira geral, consideramos que a bibliografia mencionada por nós se inclui dentro do organograma do campo da Historiografia da Linguística como uma contribuição *epi-historiográfica* (SWIGGERS, 2010, p. 5)²⁴.

Um dos marcos iniciais da História da Linguística ocorreu com a organização da primeira edição da *International Conference on the History of the Language Sciences* (ICHoLS), entre os dias 28-31 de agosto de 1978, realizada na Universidade de Ottawa. De organização trienal, as subseqüentes edições tiveram lugar em Lille (1982), Princeton (1984), Trier (1987), Galway (1990), Washington (1993), Oxford (1996), Fontenay-St. Cloud (1999), São Paulo-Campinas (2002), Urbana-Champaign (2005), Potsdam (2008), São Petersburgo (2011), Vila Real (2014) e Paris (2017) (KOERNER, 2014 [1994b], p. 25; ASSUNÇÃO (2014 *apud* ALTMAN & KEMMLER, p. 7-8)²⁵.

Além das edições trienais do ICHoLS e dos vários outros encontros e sociedades organizados a respeito desse tema²⁶, como, por exemplo, CEDOCH (Centro de

²⁴ Segundo Swiggers (2010, p. 5): “este ramo ‘lateral’ da historiografia concerne à história dos ‘agentes’ (pesquisadores individuais, ou grupos de pesquisadores de uma língua), e ‘materiais produzidos’ (papiros, manuscritos, livros, artigos, textos eletrônicos, etc.), esses últimos constituem o depósito do conhecimento linguístico. Em acréscimo, o componente epi-historiográfico também integra o material documental produzido por historiógrafos, como meio de apoio e reforço à pesquisa meta-historiográfica.”. Um dos exemplos mais prototípicos desse tipo de trabalho historiográfico é o *Lexicon Grammaticorum* de Stammerjohann (ed. 2009). Uma discussão adicional, que não podemos deixar de mencionar, é que esse tipo de levantamento se enquadra nos moldes da *crônica* historiográfica. No entanto, como pondera Batista (2013, p. 40-41): “o trabalho do historiógrafo da linguística, então, não é apenas recolher e datar uma série de acontecimentos e publicações a respeito da linguagem e das línguas, característica de um dos gêneros da escrita da história, a *crônica*”.

²⁵ Cf. <https://ichols14.sciencesconf.org/resource/page/id/13>

²⁶ Cf. Koerner (2014 [1994b], p. 25): “Outro sinal de que a história da linguística se tornou uma área de atividade científica mais madura é a sua geral profissionalização. Em 1978, o primeiro *International Conference on the History of the Language Sciences* (ICHoLS) teve lugar em Ottawa, Canadá, no mesmo ano em que a *Société d’Histoire et d’Épistémologie des Sciences du Langage* (S.H.E.S.L.), em Paris, 1978. *Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas* (HSS), em Oxford, 1984. A sociedade holandesa *Geschiedenis van de Taalwetenschap* (Amsterdã) e a alemã *Arbeitskreis Geschichte der Sprachwissenschaft* (Münster). A *North American Association for the History of the Language Sciences* (NAAHoLS) foi criada em 1987, seguida pelo estabelecimento, na Itália, da sociedade de orientação histórica *Società di Filosofia del Linguaggio* (SFL), em 1994, e a *Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (SEHL), fundada em Espanha em 1995. Até mesmo fora da Europa, em finais da década de 1990, foram criadas sociedades de história da linguística, fundadas, por exemplo em São Paulo e na Cidade do México”. Leite, na apresentação à edição brasileira da obra de Colombat; Fournier; Puech (2017[2010], p. 09-12), apresenta uma resenha bem completa e atual a respeito dos eventos, encontros e periódicos relacionados a historiografia.

Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo) na USP²⁷, o volume de edição de periódicos acadêmicos e antologias multiautorais tem, cada vez mais, ganhado espaço²⁸.

Devido à impossibilidade de reunir nesse levantamento a totalidade das obras que foram publicadas sobre os gramáticos gregos e romanos nos últimos anos, procuramos priorizar e explicitar as obras publicadas por editoras e periódicos que produzem edições críticas, traduções e comentários de textos gregos e latinos em uma escala internacional: John Benjamins (*Studies in the History of Language Science; Historiographia Linguistica*), Librairie Philosophique J. Vrin (*Histoire des doctrines de L'Antiquité Classique*)²⁹, Peeters Publishers (*Orbis Supplementa*), Les Belles Lettres (*Série Grecque G e Série Latine L*), Classical Loeb Library (LHL) e, por fim, Editorial Gredos (*Biblioteca Clásica Gredos*). Dessas editoras apenas a Librairie Philosophique J. Vrin, Les Belles Lettres e Classical Loeb Library apresentam edição, estudo, tradução e notas dos textos traduzidos. A Editorial Gredos só apresenta introdução, tradução e notas.

O periódico *Studies in the History of Language Science* (SiHoLS)³⁰ conta com 126 volumes – até o presente momento de nossa pesquisa – todos sob a edição geral de Konrad Koerner desde 1973. O SiHoLS é o compêndio que apresenta maior monta de investigação em relação ao tema. Ao lado desse, encontra-se o periódico *Historiographia Linguistica* (HL)³¹ – 43 volumes –, também sob a edição geral Konrad Koerner, desde

²⁷ É resultado desse encontro a publicação de *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH*, organizado por Altman & Coelho (2015). O VII MiniENAPOL de Historiografia Linguística ocorreu em 2013. Em 2018, o CEDOCH preparou sua 10ª edição. Recentemente, em 2017, o mesmo *Cadernos de Historiografia Linguística* realizou um número temático sobre os 100 anos do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure, organizado por Altman & Testa-Torelli (2017). Além da publicação do *Cadernos-CHLC*, há também a publicação e as referências do Boletim-CEDOCH (1997-2015). Para mais informações, ver Altman; Coelho (2015, p. 1); Swiggers (2015, p. 2-3). O CEDOCH também mantém essas informações e textos disponíveis em: <http://cedoch.fflch.usp.br/inicio>.

²⁸ Auroux (ed. 1989–2000), Koerner; Asher (eds. 1995); Auroux; Koerner; Niederehe; Versteegh (eds. 2000–2006), Lepschy (ed. 1994–98), Schmitter (ed. 1987–2007) e Sebeok (ed. 1975). Para mais referências dessas antologias, ver Koerner (1995, 2006, 2014).

²⁹ Essa série de estudos fundada por Jean Pépin, na França, tem contribuído de forma sistemática com estudos destinados à linguagem. Ressaltamos que a *Librairie Philosophique J. Vrin* possui em seu catálogo as traduções de Apolônio Díscolo, Prisciano, bem como de obras não gramaticais, mas que possuem como temática central o seu escopo como, por exemplo, o *De magistro* de Santo Agostinho (com estudo, estabelecimento do texto e tradução de Bermon, 2007). Destacamos, além dos volumes de Apolônio Díscolo (Lallot, 1997) e os de Prisciano (Baratin et al., 2010, 2015, 2018), o estudo aprofundado de Ildefonso (1997) sobre o nascimento da gramática na Grécia, assim como os de Bermon (2001) na mesma coleção e o de Bermon (2007), I. Hadot (1984) e de Lallot (2013), estudo sobre a gramática alexandrina, na coleção *Textes et Traditions* – Vrin.

³⁰ Para mais detalhes, ver: <https://benjamins.com/#catalog/books/sihols/volumes>

³¹ Para mais detalhes, ver: <https://benjamins.com/catalog/hl>

1974. Outro periódico especializado é o *Orbis Supplementa*³², o qual possui como ponto de partida as discussões realizadas no *Seminarium Historiographia Linguistica* (SHL – K.U. Leuven), cuja pluralidade temática tem contribuído muito para o entendimento do desenvolvimento da história do pensamento linguístico. O *Orbis Supplementa* fornece, em termos teóricos, metodológicos e analíticos, reflexões consistentes em relação aos textos gregos e latinos. Um adendo que fazemos é que nem todos os volumes dessa série são dedicados aos textos da Antiguidade grega e romana. Além do periódico *Historiographia Linguistica* e o *Orbis Supplementa*, há também o periódico francês *Histoire Epistémologie Langage* (H.E.L) fundado em 1979. O H.E.L também possui volumes e edições destinadas aos estudos dos gramáticos gregos e romanos, assim como traduções parciais de alguns dos textos gramaticais antigos, como, por exemplo, o *De aduerbio* de Prisciano. Quase todos os volumes desse periódico podem ser encontrados no Persée³³.

A respeito do material bibliográfico produzido sobre os gramáticos, ressaltamos, ainda, que as editoras Les Belles Lettres e Classical Loeb Library (LHL) possuem em seu catálogo algumas dessas obras. Por sua vez, o volume de obras editadas e traduzidas por essas editoras são em um número ainda muito pequeno. Só para citarmos um exemplo paradigmático, não há no catálogo de ambas as editoras a tradução do gramático grego Apolônio Díscolo, assim como não há dos gramáticos latinos Donato e Prisciano, como veremos no quadro abaixo.

Diante disso, percebemos que, se o historiógrafo da linguística enseja realizar um trabalho sobre qualquer gramático antigo, necessita, antes de tudo, empreender uma longa

³² Os títulos desse periódico destinado especificamente a questões de linguagem, metalinguagem e terminologia gramatical antiga são: Swiggers; Wouters: *Ancient Grammar: Content and Context* (1996); *Grammatical Theory and Philosophy of Language in Antiquity* (1999); *Syntax in Antiquity* (2003); e o volume editado por Basset; Biville; Colombat; Swiggers; Wouters: *Bilinguisme et Terminologie Grammaticale Gréco-latine* (2007). De forma geral, como ponderam Swiggers & Wouters (2003, p. 1), em nota: “a pesquisa do SHL, tendo como campo a gramática antiga, foca na gramática grega antiga, na terminologia e argumentação dos compêndios gramaticais na Antiguidade, no papel do bilinguismo na gramaticografia antiga, bem como nas questões mais teóricas, por exemplo, o conceito de ‘gramática’ na Antiguidade, as interrelações entre gramática, filosofia e retórica, e a inserção didática da atividade gramatical.” (Cf. “The research of the SHL within the field of ancient grammar focuses on ancient Greek grammar, on the terminology and argumentation of grammatical handbooks in Antiquity, on the role of bilingualism in ancient grammaticography, as well as, on more theoretical issues such as the concept of ‘grammar’ in Antiquity, the interrelationships between grammar, philosophy and rhetoric, and the didactic insertion of grammatical activity.”). Não tivemos acesso aos volumes de 2011, 2018 e 2019, para detalhes desses volumes, ver série *Orbis Supplementa*. Disponível em: https://www.peeters-leuven.be/detail.php?search_key=9789042925762&series_number_str=36&lang=en

³³ <https://www.persee.fr/collection/hel>

pesquisa para verificar se algo já foi produzido a respeito dele, levantamento que realizamos e cujos os resultados apresentamos na seguinte tabela:

<i>Studies in the History of Language Science</i>	<i>Librairie Philosophique J. Vrin</i> (<i>Histoire des doctrines de L'Antiquité Classique</i>)	<i>Les Belles Lettres</i>	<i>Classical Loeb Library (LHL)</i>	<i>Editorial Gredos</i>
Dionísio Trácio <i>Tékhne grammatiké</i> (Trad. Kemp, 1987)				Dionísio Trácio <i>Tékhne grammatiké</i> (Trad. Bécares Botas, 2002)
Apolônio Díscolo <i>Peri Syntáxeos</i> (Trad. Householder, 1981)	Apolônio Díscolo <i>Peri Syntáxeos</i> (ed. e trad. Lallot, 1997); <i>Peri Syndesmos</i> (Trad. Dalimier, 2001); <i>Peri Epirrhemáton</i> (Trad. Dumarty, 2021)			Apolônio Díscolo <i>Peri Syntáxeos</i> (Trad. Bécares Botas, 1987)
Varrão <i>De Lingua Latina</i> X (Trad. Taylor, 1974) ³⁴		Varrão <i>De Lingua Latina</i> VI (ed. e Trad. P. Flobert, 2003 [1985])	Varrão <i>De Lingua Latina</i> V-X e fragmentos (Trad. R. G. Kent, 1938)	Varrão <i>De lingua Latina</i> V-X e fragmentos (Trad. Hernández Miguel, 1998)
		Quintiliano <i>Institutio oratoria liber I</i> <i>De grammatica</i> (Ed. e trad. Cousin, 2012 [1975])	Quintiliano <i>Institutio oratoria liber I-II</i> (Ed. e Trad. Butler, 1920)	
		Suetônio <i>De grammaticis et rhetoribus</i> (ed. e Trad. Vacher, 2003 [1993])	Suetônio <i>De grammaticis et rhetoribus</i> (Trad. J.C. Rolf, 1920 [1914])	Suetônio <i>De grammaticis et rhetoribus</i> (Trad. Lopéz et al., 1985)
		Sérvio <i>Commentarium ad Aeneidam</i> (ed. e Trad., Jeunet-Mancy, 2012)		

³⁴ Há outros dois títulos: Taylor (1974), um estudo sobre a *declinatio* em Varrão; Taylor (1987), um compêndio sobre a *História da Linguística no período Clássico*. Varrão ainda conta com a tradução integral do *De lingua Latina* para a língua italiana, realizada por Traglia (1974), cuja edição não é crítica, mas “criticamente revista”, como Traglia menciona (1974, p. 40-41).

		Santo Agostinho <i>Ars pro fratrum mediocritate breuiata</i> (ed. G. Bonnet; Trad. E. Bermon & G. Bonnet, 2013) ³⁵		
		Dositeu <i>Ars grammatica</i> (ed. G. Bonnet; Trad. E. Bermon & G. Bonnet, 2013)		
		Marciano Capela <i>De dialectica liber IV</i> (ed. e Trad. Ferré, 2007)		
				Carísio <i>Ars grammatica Liber I</i> (Trad. Uría Verela, 2009)
	Prisciano <i>Institutiones grammaticae Libri XI, XII, XIII (2021); XIV, XV, XVI (2013); XVII (2011) e XVIII (2018). [GAG]</i>			

Tabela 2. Edições críticas (ed.) e Traduções (trad.) de obras dos gramáticos gregos e romanos.

Duas questões emergem desse levantamento. A primeira consiste no fato de que, com exceção da série *Histoire des doctrines de L'Antiquité Classique*, o gramático latino Varrão recebeu um tratamento bem acentuado pelos estudiosos da área, pois é o gramático que mais possui traduções em línguas vernáculas. Dessa forma, seu lugar dentro da reconstituição de um pensamento linguístico no mundo greco-romano é percebido como central pelos estudiosos. Outro dado interessante que surgiu desse pequeno levantamento é que constatamos que o gramático latino Donato não recebeu nenhuma tradução dessas

³⁵ Observamos que, dentre todas as obras que, possivelmente, poderiam se enquadrar no gênero *Ars grammatica*, o texto de Santo Agostinho é o único descrito nessa categoria pelo catálogo da Les Belles Lettres (2016, p. 55). As obras de Varrão, Suetônio, Sérvio, Dositeu e Martiano Capella são consideradas obras de *Ars oratoria*.

editoras mencionadas³⁶. Por sua vez, a edição crítica e estudo introdutório realizados por Holtz (1981) assumem um lugar de destaque dentro dos estudos gramaticais, uma vez que esse trabalho se apresenta como um dos exames mais completos.

Especificando um pouco mais a nossa investigação, destacamos que o interesse por traduções e estudos sistemáticos, principalmente dos gramáticos latinos, pode ser observado na iniciativa do estudioso francês Marc Baratin. Ele reuniu vários outros pesquisadores dos gramáticos latinos e fundou o grupo *Ars grammatica* (GAG)³⁷. As justificativas e as considerações para esse projeto são que:

O grupo de tradução *Ars grammatica* nasce da observação de uma lacuna: enquanto os principais textos dos gramáticos gregos da Antiguidade foram traduzidos para todos os tipos de línguas modernas, e em particular em francês, os textos gramaticais latinos não foram, em sua maior parte, traduzidos para qualquer idioma. No entanto, os trabalhos dos gramáticos latinos têm grande interesse em seu próprio princípio: apropriando-se de um sistema de descrição que os gregos inventaram para dar conta de sua língua, e por si mesmos, esses gramáticos tiveram que aderir a este sistema à sua própria língua e, portanto, refletir sobre a proximidade e as diferenças entre sua linguagem e a de seus modelos. Esse processo de adaptação é o protótipo de todos aqueles que serão engendrados na sequência à própria gramática latina: interface entre a origem da gramática ocidental e todas as formas clássicas que dela derivam, a gramática latina. A Antiguidade ocupa uma posição histórica excepcional, que estabelece seu papel como matriz de gramáticas vernaculares posteriores.

(GAG, 2010, p. 7)³⁸.

Três elementos mencionados pelo GAG se destacam. O primeiro é relativo às traduções dos gramáticos gregos mais canônicos, ou seja, Dionísio Trácio e Apolônio Díscolo. Esses dois autores, como podemos observar no quadro acima, possuem

³⁶ Há apenas a tradução da *Ars minor* para o inglês por Chase (1926). Para mais detalhes dessa tradução, ver Law (2003, p. 66).

³⁷ “Rattaché au CNRS par le GDR 2643 *Ars scribendi* et l’UMR 8163 *Sciences Textes Langage*, le groupe *Ars grammatica* est une association (loi de 1901) depuis octobre 2008.” (GAG, 2010, p. 7). O primeiro trabalho do GAG consiste na tradução do livro XV de Prisciano, intitulado de *Les invariables*, que está totalmente disponível online na revista *Histoire Épistémologie Langage*, tome 27, fascicule 2, 2005. Autour du *De Adverbio* de Priscien. Disponível em: http://www.persee.fr/issue/hel_0750-8069_2005_num_27_2

³⁸ Cf. “Le groupe de traduction *Ars grammatica* est né du constat d’une lacune: alors que les principaux textes des grammairiens grecs de l’Antiquité ont été traduits dans toutes sortes de langues modernes, et notamment en français, les textes grammaticaux latins n’ont pour la plupart d’entre eux jamais été traduits dans quelque langue que ce soit. Pourtant, les travaux des grammairiens latins présentent un intérêt majeur dans leur principe même: s’appropriant un système de description que les Grecs avaient inventé pour rendre compte de leur langue, et d’elle seule, ces grammairiens ont dû adapter ce système à leur propre langue, et par là réfléchir à la proximité et aux différences entre leur langue et celle de leurs modèles. Ce processus d’adaptation est le prototype de tous ceux qui s’engendreront par la suite à partir de la grammaire latine elle-même: interface entre l’origine de la grammaire occidentale et toutes les formes classiques qui en sont issues, la grammaire latine antique occupe une position historique exceptionnelle qui fonde son rôle de matrice des grammaires vernaculaires postérieures.” Essa apresentação está presente nas traduções posteriores dos livros XIV, XV, XI (2013) e no livro XVIII (2018) de Prisciano.

traduções para as línguas inglesa, francesa e espanhola, ao passo que Prisciano só possui para a língua francesa, e, ainda assim, parcialmente. Donato possui uma tradução para a língua inglesa. O segundo e o terceiro aspectos estão relacionados, respectivamente, ao processo de adaptação e implementação da terminologia e da metalinguagem descrita pelos gramáticos gregos que os *Grammatici Latini* aplicaram ao latim.

Com o intuito de apresentarmos um quadro mais amplo a respeito dos trabalhos desenvolvidos sobre os gramáticos gregos e romanos, veremos abaixo como esta pesquisa apresenta-se no cenário acadêmico brasileiro. O aumento no volume de pesquisa relacionada aos gramáticos gregos e romanos pode ser notado pelos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, sobretudo em Programas de Pós-graduação da grande área de Linguística e Literatura, além de publicações em periódicos científicos e livros, bem como em trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC)³⁹.

Para realizarmos esse levantamento bibliográfico, adotamos o seguinte método:

- i) Fizemos a primeira triagem no Banco de Teses e Dissertações da CAPES;
- ii) Depois dos resultados obtidos nesse banco de dados, procuramos esses textos nos Repositórios de Teses e Dissertações de cada uma das instituições apontadas na primeira triagem;⁴⁰
- iii) Como forma complementar varredura, verificamos os textos e os nomes dos autores de cada um dos trabalhos na Plataforma Lattes.

Um adendo que fazemos é que, de certa forma, decidimos priorizar e elencar trabalhos que sejam: a) estudos sobre os gramáticos/filósofos antigos que tivessem como tema de pesquisa a linguagem; b) traduções dos gramáticos gregos e romanos. Dessa forma, o levantamento que realizamos representa, por sua vez, apenas uma amostra limitada e contextualizada, que tem por finalidade apenas esboçar a vivacidade das pesquisas nesse campo no Brasil, nos últimos anos. Ou seja, apresentamos em seguida apenas um apanhado geral, de forma quantitativa, sobre quais gramáticos gregos e latinos

³⁹ Nessa amostra, não contabilizamos artigos, resumos e resenhas, uma vez que nos detivemos na catalogação de trabalhos de maior fôlego e que configuram, de certa forma, uma pesquisa em nível de Pós-Graduação ou ainda Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

⁴⁰ Encontramos a maioria dos trabalhos mencionados nesse levantamento nas seguintes instituições: USP, UNICAMP, UFRJ, UFMG, UFJF, UFPR, UNESP, UERJ, UFES, UFRGS, PUC-Rio. Essas universidades aparecem na varredura, ao que nos parece, por dois motivos. O primeiro pode ser oriundo do fato de que a maioria dessas instituições possuem programas que sustentam projetos/linhas/áreas em Estudos Clássicos. Em segundo lugar, alguns deles possuem um núcleo de estudo de história da linguística como, por exemplo, USP, UNICAMP, UFPR.

dos quais já possuímos estudos e/ou traduções. Ressaltamos que nossa finalidade não é apresentar um estudo qualitativo desses trabalhos, o que pressuporia, uma análise, resenha ou resumo de tais trabalhos, mas sim agrupá-los de forma sistemática com o intuito de observarmos o crescimento das pesquisas no Brasil sobre o tema.

Dentre os gramáticos gregos, encontramos estudos sobre: Dionísio Trácio (CHAPANSKI, 2003; SANTOS, 2007), Apolônio Díscolo (FORTES, 2012, 2019); Sexto Empírico (HUGUENIN & BRITO, 2014; EL-JAICK, 2009, 2014; PREZOTTO, 2015) e Demétrio (FREITAS, 2016)⁴¹. A respeito da tradição gramatical grega, não podemos deixar de mencionar ainda os trabalhos de Neves (1987 [2005], 2011, 2012).

No âmbito dos gramáticos latinos, a produção parece ser mais avolumada. Elencamos, nesse ponto, trabalhos ou pesquisas que já foram concluídos, a saber: Varrão (CORADINI, 1999; RUY, 2006; VALENZA, 2010), Quintiliano (PEREIRA, 2006), Suetônio (SANTOS, 2014), Aulo Gélíio (CECATO, 2005), Mário Vitorino (SIMÕES, 2014; 2019), Donato (FORTES, 2008; DEZOTTI, 2011), Santo Agostinho (FREITAS, 2013; 2016), Sérvio (CAMPANHOLO, 2008), João Escoto Erígena (SILVA, 2018), Diomedes (LACERDA, 2014), Isidoro de Sevilha (PINTO, 2008), Prisciano (FORTES, 2008, 2012, 2019; CONTO, 2009; 2011) e Tomás de Erfurt (Modistas Medievais) (BECCARI, 2007, 2013).

De forma mais específica, a Linha de Pesquisa em Linguagem e Humanidades do PPG Linguística da UFJF vem abrigando, desde 2012, pesquisas de Mestrado e Doutorado que foram desenvolvidas no âmbito dos macroprojetos “Bilinguismo e variação linguística nos gramáticos e filósofos greco-latinos” (2012-2016) e “Paradigmas do empreendimento linguístico: história e filosofia das ciências da linguagem”(2017-), sob coordenação e orientação do Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes. A partir desses macroprojetos, podemos citar pesquisas que se debruçam sobre os seguintes autores: Diomedes (LACERDA, 2014), Santo Agostinho (FREITAS, 2013; 2016), Cícero (MORAES, 2017), João Escoto Erígena/Macróbio (SILVA, 2018), Dositeu

⁴¹ Esse trabalho realizado na UFMG insere-se no rol de textos sobre retórica e crítica literária na Antiguidade grega. Como mencionamos acima, nosso recorte circunscreve-se aos textos de gramáticos e filósofos gregos e romanos. Esse recorte não se apresenta de forma randômica, pois os textos retóricos produzidos na Antiguidade grega e latina possuem um volume bem maior do que os dos gramáticos e das reflexões sobre a linguagem em alguns filósofos. Se nos detivéssemos aos textos retóricos, nossa lista seria bem mais extensa do que essa que se apresenta. Portanto, preferimos não os abordar. No entanto, reconhecemos que essa investigação pode fornecer-nos um quadro mais consistente do que esse que nos propomos a realizar.

(GONÇALVES, 2018), *Sacerdos* (CIANCONI, 2020). Ainda estão em desenvolvimento o *Contra os lógicos*, de Sexto Empírico, bem como estudos da obra de Aristóteles.

Segue-se um quadro comparativo entre os trabalhos dos *Grammatici Latini* e as traduções e estudos em língua portuguesa:

<i>Grammatici Latini</i> (Ed. KEIL, 1850-1880) Divisão feita em volumes do I ao VII.	Textos de gramáticos que não estão presentes no <i>GL</i> (1855-1880), mas estão em outras edições.	Traduções/Estudos em língua portuguesa: T: tradução; E: estudos; T/E: estudo & tradução.
Volume I: Charisius, Diomedes, <i>Anonymus Bobiensis</i> ;		E: (LACERDA, 2014 Diom.)
Volumes II, III: Priscianus;		E: (FORTES, 2008, 2012 P); T/E: (CONTO, 2009, 2011 P)
Volume IV: Probus, Donato, Servius;		E: (FORTES, 2008 Don.); T/E: (DEZOTTI, 2011 Don.); T: (CAMPANHOLO, 2008 S)
Volume V: <i>comentadores de Donato</i> - Cleonius, Pompeius; <i>textos curtos:</i> Consentius, Phocas, Eutyches, Augustinus, Palemon, Asper, Macrobius;		T/E: (FREITAS, 2013*, 2016 St. Aug.)
Livro VI: <i>métrica:</i> Asmonius <i>Ars</i> de Victorinus, Bassus, Fortunatianus, Terentianus Maurus, Sacerdos, Mallius Theodorus;		T/E: (TEIXEIRA, 2005 B*); T/E: (SIMÕES, 2014 V); T/E: (SIMÕES, 2019 V*); T/E: (CIANCONI, 2020 S).
Volume VII: <i>ortografia:</i> Scaurus, Longus, Caper, Agroecius, Cassiodore, Papirius, Beda, Albinus; <i>textos curtos:</i> Audax, Dositheus, Arusianus, 'Frontus'		T/E: (GONÇALVES, 2018D); T/E: (MEDEIROS, 2018 Cas.)
	Marcus Terentius Varro	E: (CORADINI, 1999); T/E: (RUY, 2006); T/E: (VALENZA, 2010)
	Quintilianus	T/E: (PEREIRA, 2006)
	Suetonius	T: (MARTINHO DOS SANTOS, 2014)
	Aulus Gellius	E: (CECATO, 2005); T: (SEABRA, 2010)

Tabela 3. Estudos e traduções dos gramáticos latinos no Brasil.

Podemos extrair desse levantamento algumas considerações. Em primeiro lugar, é notável o volume de estudos e traduções que vêm sendo realizados a respeito dos *Grammatici Latini*⁴² no Brasil. A língua portuguesa já conta com a tradução da *Ars minor*

⁴² É preciso lembrar, como destaca Desbordes (2000, p. 466), que: “L’édition des *Grammatici Latini*, procurée par H. Keil et ses collaborateurs au siècle dernier, est toujours le point de départ de toute recherche sur les grammairiens latins de la période post-classique.”. Conforme o prefácio da versão digitalizada de

e *Ars maior* de Donato, a metade dos livros ainda remanescentes da imensa obra de Varrão, o *De lingua Latina*, do qual há as traduções completas dos livros VIII – esse com duas traduções –, IX e X, faltando assim os livros V, VI e VII, os quais pertencem à primeira metade do tratado⁴³. Possuímos também a tradução do livro *De nomine, pronome et uerbo* de Prisciano. Dessa forma, contamos, pelo menos até o presente momento, com traduções e estudos dos três gramáticos mais centrais da tradição latina.

Em segundo lugar, destacamos que, em relação ao quadro geral internacional, os *grammatici Graeci* encontram-se em uma situação diferente daquela desenhada pelo GAG, pois, no Brasil, apesar de contarmos com duas traduções integrais da *Tékhnē grammatiké* de Dionísio Trácio, não encontramos nenhuma tradução das obras de Apolônio Díscolo. Por outro lado, contamos com duas traduções de *Contra os gramáticos* de Sexto Empírico. Por fim, outra consideração extraída desses dados consiste em constatar que a amostra de estudos e traduções de gramáticos, tanto da tradição latina, como da grega, têm como núcleo de partida as instituições universitárias da região Sul e Sudeste do Brasil. Não encontramos, na base de dados do Repositório de Teses e Dissertações CAPES, assim como na Plataforma Lattes, estudos sobre os gramáticos gregos e romanos em outras regiões do país.

1.3 Questões sobre terminologia/metalinguagem

Os objetos linguísticos têm contornos incertos: feixes de critérios, desigualmente satisfeitos, os colocam em subconjuntos fluidos. Cabe ao linguista dizer onde, para autorizar a descrição, ele fixa convencionalmente os

2009: “The eight volumes of the *Grammatici Latini*, published by Teubner between 1855 and 1880 under the general editorship of Heinrich Keil (1822–94), are an outstanding monument of nineteenth-century German philology. Keil published editions of Propertius and of Pliny’s letters before turning to the works of the Latin grammarians, whose attempts to define and describe their own language have influenced the way in which modern researchers in language and linguistics have approached their discipline. Keil’s only predecessor in this field was Helias Putsch, who in 1605 published *Grammaticae Latinae auctores antiqui*; Keil uses the same order in which to present his versions of the texts.” Não há referência que indique um autor específico para essa introdução. Em todos os volumes dessa edição digital de 2009, a introdução é a mesma. Freitas (2016, p. 60), em nota, faz a seguinte consideração e ressalva sobre a (re)edição de Keil: “Há um fato curioso nessa informação, pois, ao averiguarmos a edição de Putsch, a ordem dos gramáticos apresentada por Keil só se mantém parecida com as do filólogo do século XVII em alguns volumes, pois, na edição de Keil, o *De regula* de Agostinho é sucedido pela *Ars grammatica* de Palêmon (séc., I a.C.), diferentemente da edição feita por Putsch, que apresenta a *Ars (De duabus orationis partibus, Nomine et uerbo)* de Consêncio como o texto subsequente. Law (2003, p. 229) endossa a ideia de que: “Keil printed the texts in the same order as Putsch had done, in a remarkable display of editorial continuity down the centuries.”. Longe de questionarmos a autoridade de Law em relação ao conhecimento dos textos gramaticais latinos, mas, nesse caso, não podemos deixar de mencionar essa ocorrência.”

⁴³ Para um estudo detalhado das obras de Varrão, ver Taylor (1974; 1984); Murphy (2006).

limites. Não existe, em linguística, objeto bruto: basta o analista chegar mais perto para o objeto bruto se evaporar. O essencial é que decisões motivadas sejam claramente explicitadas. A todo momento, o linguista deve estar consciente do que faz. A finalidade é modesta, mas é a única razoável.

(MARTIN, 2003, p. 20).

As palavras de Martin ressaltam uma das características mais complexas da investigação linguística, ou seja, escolher de forma consciente sobre qual fenômeno linguístico deseja-se discutir. Se os objetos linguísticos já são, em certa medida, fugidios ao olhar do observador, o que podemos dizer sobre a metalinguagem proposta e/ou estabelecida para falarmos de tais fenômenos? A observação de Martin e a pergunta que nos colocamos ganham uma dimensão ainda mais acentuada quando falamos de saberes linguísticos empreendidos e implementados pré-Saussure, ou seja, antes de a Linguística se estabelecer como disciplina no cenário ocidental no final do século XIX e início do XX. No entanto, mesmo que precisemos evitar, em certa medida, falar de uma Linguística com *L* maiúsculo, ou, como ressaltava Auroux, “linguístico como substantivo” – já que tal uso seria anacrônico –, podemos, contudo, continuar usando o termo “linguístico como um adjetivo” (1992, p. 13-14), associando-o, assim, ao conhecimento que se produziu sobre a linguagem, bem como às suas ferramentas de análise, entendidas aqui por sua terminologia e metalinguagem em todas as épocas.

Além disso, empreender uma análise de textos gregos e romanos⁴⁴ implica considerar, conforme comentamos acima, as demandas contextuais e analíticas próprias desses objetos, o que corresponde, em grande medida, a uma tarefa que requer uma cautela a mais, pois, como nos relata Taylor (1995a, p. 84):

A informação linguística pode ser encontrada em quase todos os textos [da Antiguidade], pois os antigos não compartimentalizavam o conhecimento como nós fazemos. Filósofos, lógicos, retóricos, poetas, historiadores, filólogos e críticos literários, bem como os gramáticos de *bona fide* contribuíram para formulação de uma ciência da linguagem no mundo antigo. Da mesma forma, os gregos e romanos nem sempre apresentam os fenômenos linguísticos de maneira familiar para os leitores modernos; a informação sintática, por exemplo, é raramente, se é que o foi, de maneira específica, rotulada como tal.⁴⁵

⁴⁴ A obra de Baratin & Desbordes (1981) apresenta a questão de forma densa, pontuando alguns dos momentos mais característicos da história da linguagem na Antiguidade.

⁴⁵ Cf. Taylor (1995a, p. 84): “Linguistic information can be found in almost any text, for the ancients do not compartmentalize knowledge as we do. Philosophers, logicians, rhetoricians, poets, historians, philologists, and literary critics, as well as *bona fide* grammarians contribute to formulating ancient language science. Likewise, Greeks and Romans do not always broker out linguistic phenomena in ways familiar to modern readers; syntactic information, for example, is rarely if ever specifically labeled as

Levando-se em conta as observações de Martin (2003) e Taylor (1995a), percebemos que os “objetos linguísticos” do mundo antigo (com)partilham seus limites e fronteiras com outras disciplinas e saberes. Assim sendo, torna-se fundamental que o analista leve também em consideração questões relacionadas à contextualização de tais objetos e disciplinas na linha do tempo, o que nos conduz a duas observações: em primeiro lugar, aquilo que Koerner denominou de “o problema da metalinguagem” (2014 [1993], p. 76), ou seja, como os historiógrafos da Linguística podem precaver-se de uma análise anacrônica e/ou antiquária⁴⁶; em segundo lugar, a definição dos conceitos de terminologia e metalinguagem. Para esse segundo tópico, apresentamos nossas considerações tendo em vista o termo relativo à “sintaxe”.

De acordo com Koerner (2014 [1993] p. 76):

Quando trata de determinado assunto no âmbito da história da linguística, o historiógrafo não pode fugir à questão, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo a tentar torná-las acessíveis ao leitor do presente e a tentar não distorcer a intenção e o significado originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento, entretanto, tem levado a inúmeras e sérias distorções na historiografia linguística e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para a questão da ‘metalinguagem’, isto é, a linguagem empregue para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística. Embora não exista uma solução fácil para o problema – de uma maneira geral, não se pode esperar que o historiógrafo fuja completamente ao presente e ainda tenha uma audiência garantida –, é importante que ele considere a forma como aborda o assunto.

A problemática instaurada pela reflexão de Koerner é relevante, pois uma análise historiográfica desatenta acaba por se tornar mais um peso do que uma contribuição efetiva para a área, o que implica que o dilema entre o passado e o presente no eixo da Historiografia da Linguística precisa ser tratado com cautela: um termo, assim como seu

such.”. Replicamos as observações de Taylor integralmente, pois os pressupostos metodológicos de suas considerações auxiliam no entendimento de como nós (modernos) olhamos para o(s) fenômeno(s) da linguagem na Antiguidade grega e latina.

⁴⁶ Conforme Koerner (2014 [1974b, 1978], p. 10-11): “a natureza deste tipo de atividade histórica é essencialmente a reverência aos antepassados, sendo conservadora no sentido original da palavra: todas as coisas antigas e passadas serão aceites como igualmente veneráveis, na medida em que a inovação e o crescimento serão rejeitados, ou pelo menos objeto de resistência. Nietzsche (1874: 264) observou isso como o possível perigo do tratamento antiquário da história.” Para uma reflexão entre historiador e antiquário, ver Momigliano (2014 [1950], p. 22).

uso metalinguístico, não estão fixados *a priori*. Nesse sentido, a padronização e fixação de determinada terminologia parece estar condicionada ao seu contexto, estando relacionada, portanto, ao estatuto epistemológico que cada pensador, em uma determinada época, lhe conferiu. Por isso, somente uma leitura que leve em consideração, ao mesmo tempo, indícios textuais (filológicos) e contextuais (sócio-culturais) permite delimitar os significados de determinados termos que adquiriam sentidos técnicos para tratar da linguagem.

A “teoria” sintática, por exemplo, presente em Apolônio Discolo (séc. II d.C.), se distancia, de forma substancial, daquilo que a gramática tradicional – utilizamos “gramática tradicional” no sentido delineado por Frede (1987a.b) e Blank & Atherton (2003 [2006])⁴⁷ – designa como “teoria sintática”, ainda que esta tenha por base histórica aquela. Nas observações realizadas por Neves (2011), encontramos algumas considerações que nos ajudam a entender essa dinâmica. Segundo Neves:

o histórico de constituição de uma terminologia gramatical é de significação notável na evolução do pensamento sobre a linguagem, tendo merecido atenção dos estudiosos pelo que representa de apreciação dos pressupostos e dos princípios que dirigiram e até hoje sustentam a instituição da disciplina “gramática” entre nós.

(NEVES, 2011, p. 641).

A primeira observação na análise das denominações das três grandes partes do documento, e que são as partes tradicionais da gramática – Fonética, Morfologia e Sintaxe –, é que elas têm formação grega, mas só **sintaxe** (*syntaxis*) é termo ocorrente nos estudos filosóficos gregos sobre a linguagem (estoicos), embora não falem considerações de cunho fonético já em Platão. Por outro lado, porém, dado o fato de que a “sintaxe” grega tinha total compromisso com a lógica, orientadora de toda a reflexão grega nessa área, é dentro desse terceiro compartimento da *Nomenclatura* oficial que está o menor número de termos gregos originais (apenas **sujeito** e **predicado**, vindos pela tradução latina). O próprio compartimento *Syntaxis* não existe na gramática alexandrina incipiente, já ligada à crítica e à filologia, e sem a bênção direta da filosofia.

(NEVES, 2011, p. 644, grifos da autora).

Como se lê na argumentação de Neves (2011), a formação da terminologia gramatical ocorreu de forma processual, tendo sido elaborada ao longo do tempo não só por uma única disciplina, mas por duas ou mais, não necessariamente contínuas, mas, por

⁴⁷ Cf. Blank & Atherton (2006 [2003], p. 343): “A expressão ‘gramática tradicional’ refere-se ao ramo do conhecimento concernente ao uso correto das formas das palavras e da sintaxe transmitido no Ocidente pelo menos desde os albos da Idade Média para o estudo do latim e do grego, cujas categorias foram utilizadas como modelos para o estudo das demais línguas.”.

vezes, em desenvolvimentos paralelos e em alguma medida independentes, tais como a retórica, a lógica e a filologia. Nesse sentido, a terminologia criada, empregada e consagrada, por possuir um lastro histórico, parece se manter no domínio do discurso que hoje designamos como “gramática” (do ponto de vista moderno, a gramática também é um documento⁴⁸) e suas partes constitutivas, ou seja, a “fonética”, a “morfologia” e a “sintaxe”.

No entanto, ainda que essa terminologia esteja presente nas gramáticas modernas, não se pode esperar que termos empregados pelos gramáticos antigos em suas análises sejam equivalentes ao uso feito pelos gramáticos modernos ou contemporâneos. Assim, a *sýntaxis* delineada por Neves (2011), em última análise, consiste em um termo grego que guarda uma memória do seu passado longínquo, mas que não se relaciona de maneira direta com seu uso corrente na Antiguidade, seu uso ou emprego metalinguístico naquele contexto. Em termos práticos, essa memória parece ser ativada, principalmente, por causa da sua grafia e fonética. Portanto, ainda que a gramática tradicional mantenha, em certa medida, esse passado através da permanência de um termo cognato em língua moderna, não podemos ler através dessa lente o conceito de “sintaxe” presente, por exemplo, nos estoicos, em Apolônio Díscolo ou nos gramáticos latinos, como Prisciano e, em nosso caso, Santo Agostinho. Há questões epistemológicas na formulação do pensamento desses autores que devem ser consideradas a partir de condicionantes histórico-sociais de sua época, o que distancia esse conceito e seus correspondentes latinos *ordinatio*, *dispositio* e *constructio* do conceito de “sintaxe” presente não só nos estudos da gramática tradicional, mas também no campo da Linguística contemporânea⁴⁹.

Parafraseando Swiggers & Wouters (2003, p. 33-35), faz-se necessário observar quando e de que maneira o fenômeno da sintaxe é descrito nos textos da Antiguidade. Para isso, é preciso considerar que:

não há sintaxe, se alguém busca uma definição estritamente linguística da sentença neles; não há sintaxe, se quisermos encontrar o conteúdo de um

⁴⁸ Não podemos nos esquecer de que a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), por exemplo, é um documento com força de lei, ou seja, as questões terminológicas e metalinguísticas da Gramática Tradicional da Língua Portuguesa, para além de um exame em relação a língua(gem), é também um documento da instância política, que é, por sua vez, fundamentado por políticas linguísticas. Dessa forma, em muitos aspectos, tal nomenclatura não mantém os pressupostos propedêuticos que lhe serviram de base. Uma pergunta que poderíamos fazer nesse ponto seria: qual a política linguística por trás da metalinguagem gramatical? Em que medida o debate metalinguístico envolve uma noção histórica? Para uma discussão mais detalhada da NGB, ver Henriques (2009).

⁴⁹ Cf. Swiggers & Wouters (2003, p. 25-26). Retornaremos a essa consideração capítulo III do nosso trabalho.

tratado moderno de sintaxe; não há sintaxe, se queremos dizer com isso um tratamento unificado da estrutura da proposição (e acompanhado por uma terminologia descritiva explícita); não há sintaxe, se queremos dizer com isso uma análise ou sentença puramente/explicitamente formal ou funcional, tal análise está ausente nos gramáticos antigos.⁵⁰

Buscar nos textos antigos a confirmação de princípios contemporâneos, ou sua correspondência, pode gerar análises que buscam ressaltar aspectos e características que não faziam parte da agenda investigativa dos autores daquele tempo, produzindo, dessa forma, uma interpretação deslocada e desconectada dos usos que lhe eram próprios. Assim, adotamos, como base para nossa pesquisa historiográfica em torno de textos metalinguísticos pretéritos, os três princípios estabelecidos por Koerner (2014 [1993], p. 58-59), já citados em nossa introdução,

- i) princípio da contextualização;
- ii) princípio da imanência;
- iii) princípio da adequação.

Cada um desses princípios possui uma finalidade no processo de reconstituição do pensamento linguístico e do fazer historiográfico. O princípio da contextualização, segundo Koerner, serve “para a apresentação das teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos e tem a ver com o estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em questão.” (KOERNER, 2014 [1993], p. 58). Esse princípio, portanto, auxilia-nos no processo de entendimento da teoria sobre a linguagem no momento ou período histórico em ela foi proposta, levando em conta quem produziu, para quem, com qual finalidade e em que contextos.

No princípio da imanência, Koerner destaca que “o próximo passo que o historiógrafo da linguística deveria dar consiste em tentar estabelecer uma compreensão completa do texto linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico como crítico, talvez até mesmo filológico.” (KOERNER, 2014 [1993], p. 58). Nesse sentido, um entendimento da terminologia empregada no texto em análise precisa ser considerado

⁵⁰ Cf. Swiggers & Wouters (2003, p. 33-35): “non, pas de syntaxe, si on cherche une définition strictement linguistique de la phrase chez eux; non, pas de syntaxe, si on veut y trouver le contenu d'un traité moderne de syntaxe, où l'on trouve l'articulation suivante du champ de la syntaxe; non, pas de syntaxe, si on entend par là un traitement unifié de la structure de la proposition (et accompagnée d'une terminologie descriptive explicite); non, pas de syntaxe, si on entend par cela une analyse ou purement/explicitement formelle ou fonctionnelle de la phrase: une telle analyse fait défaut chez les grammariens anciens.”

internamente, e não em relação à “doutrina linguística moderna” (KOERNER, 2014 [1993], p. 58). Dessa forma, só após a reconstituição histórica do período em que o texto sob análise estiver estabelecida, assim como um entendimento e uma leitura crítica do texto já possuírem uma fundamentação adequada, o historiógrafo da linguística pode “aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em questão.” (KOERNER, 2014 [1993], p. 59). Esse terceiro momento da escrita historiográfica é o princípio da adequação.

A utilização desses princípios funciona como a guia mestra de cada etapa do nosso trabalho. Dessa forma, lidamos com o problema da metalinguagem, apresentando o “clima de opinião”: uma leitura dos termos e conceitos-chave presentes nos textos antigos e, por fim, pontuando que tipo de reflexão a respeito do fenômeno da sintaxe se encontra nas obras de Santo Agostinho. Contudo, antes de avançarmos, é preciso dizer o que estamos chamando e entendendo por terminologia e metalinguagem dentro do campo da Historiografia da Linguística. Para isso, utilizamos as definições estabelecidas por Swiggers (2006, p. 15), que diz:

terminologia, conjunto de termos técnicos que fazem parte de um vocabulário <<teórico>> (circunscrito, por exemplo, a um autor, uma escola, uma (sub-) disciplina, etc.);

vocabulário, conjunto de termos, de procedimentos e de definições que representam o quadro teórico (conceptual, metodológico e <<instrumental>>) de uma abordagem (científica ou <<fenomenológica>>) particular (para um autor, uma escola, para uma (sub-)disciplina, etc);

metalinguagem, a terminologia e o vocabulário estudado em relação ao seu campo de aplicabilidade e seu funcionamento sintático, que são implementados no campo de estudos do seu objeto específico, por um autor, por uma escola, por uma (sub-) disciplina, etc.⁵¹

Das definições apresentadas por Swiggers (2006), faremos uso mais enfático das noções de autor e disciplina presentes nos conceitos de terminologia e metalinguagem.

⁵¹ Cf. Swiggers (2006, p. 15): “*terminologie*, l’ensemble des termes techniques faisant partie d’un vocabulaire « théorique » (circonscrit par rapport à un auteur, une école, une (sous-) discipline, etc.); *vocabulaire*, l’ensemble des termes, des procédures et des définitions qui représentent le cadre théorique (conceptuel, méthodologique et « instrumental ») d’une approche (scientifique ou « phénoménologique ») particulière (à un auteur, à une école, à une (sous-) discipline, etc.); *métalangage*, la terminologie et le vocabulaire, étudiés en rapport avec leur champ d’applicabilité et leur fonctionnement syntaxique, qui sont mis en oeuvre, dans l’étude d’un champ d’objets spécifiques, par un auteur, par une école, par une (sous-) discipline, etc.”. Para Luft (1972, p. 123): “é como se chama em linguística moderna a linguagem sobre a linguagem, i.é, o ato ou fenômeno linguístico em que a linguagem ou uma língua é ao mesmo tempo objeto (assunto) e instrumento da comunicação. É o que acontece nas disciplinas linguísticas.”

No caso do autor, como já mencionamos acima, nossa ênfase recai sobre a figura de Agostinho de Hipona. Em relação ao campo das disciplinas, nosso interesse é duplo, logo, procuramos estabelecer relações entre os domínios da gramática e da dialética.

Ainda de acordo com a reflexão de Swiggers (2006), a terminologia parece ganhar um tipo de “funcionamento sintático”, ou seja, uma descrição metalinguística adequada, na medida em que essa terminologia vai sendo aplicada para uma determinada finalidade. Por exemplo, a terminologia gramatical antiga, embora tenha sido em grande parte oriunda de reflexões filosóficas, recebe uma descrição metalinguística específica quando seu uso e implementação como ferramenta de entendimento da linguagem passa para o domínio de outras disciplinas. Nesse sentido, entendemos que a *syntaxis* descrita por Crisipo formula-se de forma diferente da *syntaxis* presente em Apolônio Díscolo, uma vez que este estava vinculado ao campo de leitura e interpretação dos textos poéticos (*Synt.*, I, 1, 2)⁵², enquanto aquele postulava uma *syntaxis* destinada ao entendimento e funcionamento da proposição lógica⁵³. Em que pese o fato de Apolônio Díscolo erigir suas considerações adotando, em certa medida, uma terminologia estoica (LUHTALA, 2000), a finalidade de sua “sintaxe”, conforme declarado na introdução de seu tratado, era para leitura dos textos⁵⁴.

Dessa forma, deve-se considerar que o processo de adaptação terminológica e metalinguística, ou seja, o processo de “transferência tecnológica” (AUROUX, 1992) ocorre, em um primeiro momento, de forma assimétrica. A importação da terminologia necessita de uma alguma adaptação ao sistema (meta)linguístico que o recebe. Essa característica pode, em certa medida, proporcionar usos e reflexões acerca de tal transferência que não estavam previstos no momento de sua inserção, assim como não

⁵² Luhtala (2000, p. 147) destaca os dois aspectos da obra de Apolônio Díscolo, um relativo aos preceitos da lógica estoica utilizados pelo gramático e outro vinculado à tradição filológica na qual Apolônio Díscolo estava inserido. Com relação ao aspecto filológico, o estudo e a análise detida sobre a obra de Homero se destaca. Os exemplos de Homero contidos na obra de Apolônio Díscolo são expressivos, chegando ao número de aproximadamente 800 ocorrências segundo Householder (1981, p. 5) e Fortes (2020). Esse parece ser o reflexo da própria postulação de Apolônio ao mencionar ainda no início de seu tratado que uma das finalidades do conhecimento sobre a *syntaxis* é a “explicação de textos poéticos” (*exégēsis tôn poemáton*. *Synt.*, I, 1, 2).

⁵³ Donnet (1967, p. 24): “Le terme σύνταξις, dont le sens est mise en ordre, organisation, couvre des réalités très variées: on lui connaît des applications dans le domaine militaire, dans le domaine politique, dans le domaine financier; ce terme peut aussi désigner une composition littéraire, un ouvrage, un traité; enfin, nous le rencontrons dans les textes grammaticaux.” Segundo Brito & Freitas (2018, p. 32): “Cumprer ainda salientar que é somente com os estoicos que o vocábulo sob investigação ganha contornos mais bem definidos que o fazem tornar-se um conceito filosófico robusto, tendo sido abordado por Crisipo de Sólis (circa 280 a.C.- circa 208 a.C.; terceiro escolarca da Stoá) em um tratado em quatro livros (*Da Sintaxe*, cf. *D.L.* VII, 192), e possivelmente em outro tratado, dedicado a um tal Filipo, em três livros (*Da Sintaxe e dos Elementos da Oração*, cf. *D.L.* VII, 193).”

⁵⁴ Ver Fortes (2012, 2019, 2020).

garante que o campo disciplinar que o recebe consiga, ou ainda, precise manter sua condição primeira. Assim, o conceito de *sýntaxis* já possui variações dentro do próprio sistema da língua grega, pois, ao migrar de um campo disciplinar para outro, essa terminologia foi implementada com outro funcionamento, ocasionando, por sua vez, uma forma diferente de metalinguagem. Podemos então afirmar que os termos latinos *ordinatio* e *constructio*⁵⁵, ainda que sejam decalques do termo grego em questão (*sýntaxis*), podem ter sofrido o mesmo processo, não apenas em relação ao termo grego, mas também entre os próprios conceitos latinos.

Em síntese, podemos dizer que a questão ou o problema da metalinguagem se configura como um dos grandes desafios para os historiógrafos da linguística. As variações e condições histórico-sociais que envolvem os surgimentos e apagamentos de determinadas práticas e disciplinas condicionam, em maior ou menor grau, a descrição e explicação do fenômeno linguístico que se pretende observar.

1.4 Algumas palavras sobre método, metodologia e modelos

Nossas dissertações e teses acadêmicas, de certo modo, têm demonstrado interesse pela visão histórica do conhecimento linguístico. Com efeito, é comum que esses trabalhos façam uma resenha inicial sobre a maneira como os antigos gramáticos trataram um certo tema, à guisa de capítulo introdutório para a análise mais específica que será oferecida nas páginas seguintes. Tais iniciativas, entretanto, carecem comumente de consistência metodológica, escolhem-se autores sem um critério estabelecido, muitos deles excessivamente distanciados cronológica ou conceitualmente, outros desprovidos de relevância no panorama da gramaticografia do português, de tal sorte a referência historiográfica não vai além de um ‘dever cumprido’, em consonância com o manual de elaboração de trabalhos acadêmicos.

(CAVALIERE, 2014, p. 7-8).

É preciso considerar, em primeiro lugar, que o tópico desenvolvido por Cavaliere, em sua obra aqui citada, é sobre a gramática no Brasil, ou seja, seu percurso, ideias e parâmetros. Contudo, podemos estender suas observações para outros momentos do estudo da gramaticografia que, em nosso caso, diz respeito às tradições gregas e latinas.

⁵⁵ Luhtala (1993, p. 166) expõe a reflexão de Sedulius Scottus, gramático do século IX, em relação aos conceitos de *ordinatio* e *constructio*, que diz: “*ordinatio* é mais amplo do que *constructio*, posto que acontece em contextos além da sintaxe quando, por exemplo, se refere à ordem das partes da oração” (Cf. *Latior est ordinatio quam constructio nam ordinatio extra constructionem accipitur ut in ordine partium orationis illud apparet* Paris, Bibliothèque Nationale, MS lat. 7501, f. 140r; cf. Sedulius *In Priscianum* 75, 41-43). Essa reflexão do período carolíngio serve-nos como um indício de como os gramáticos antigos e medievais lidavam com a terminologia gramatical. Discutiremos no capítulo V como esse processo ocorre nas obras de Agostinho.

Não entraremos na questão que consiste em avaliar o que é considerado ou não relevante dentro dos estudos historiográficos⁵⁶, especialmente em relação às pesquisas de gramáticas vernáculas. Ressaltamos, no entanto, que contribuições na área da gramaticografia grega e latina, ainda que incipientes em termos de método e teoria historiográfica, são bem-vindas e, em larga medida, necessárias, uma vez que o estudo dos gramáticos antigos, mesmo que já tenha alcançado as dissertações e teses, como apresentamos anteriormente, não representam nem 50% do *corpus* dos *Grammatici Latini* e dos *Grammatici Graeci*.

Duas considerações trazidas por Cavaliere (2014) devem ser apontadas e discutidas. A primeira diz respeito ao problema de seleção do *corpus*, ou seja, quais critérios o historiógrafo da linguística deve ou pode utilizar para estabelecer e selecioná-lo? Cavaliere (2014) pondera que uma investigação desorganizada e que não leva em consideração o critério cronológico ocasiona uma espécie de fragilidade metodológica, assim como uma escolha que adote, preferencialmente, investigações de conceitos diferentes ou difusos.

A problemática que envolve uma decisão de interpretação baseada na cronologia dos textos não é, em suma, de fácil resolução.⁵⁷ Baratin & Desbordes (1981) enfrentam esse problema, pois tratam de estabelecer, no início do livro, qual seria a melhor ordem para apresentar os textos da Antiguidade. Os autores fazem a seguinte consideração:

Estes textos estão classificados por números de acordo com uma ordem geral empírica. Uma classificação estritamente cronológica ou, supostamente assim, poderia ser confusa, dada a diversidade de problemas abordados por todas as épocas da Antiguidade; no entanto, uma classificação temática também não pode ignorar certas evoluções cronológicas.

(BARATIN & DESBORDES, 1981, p. 8).⁵⁸

⁵⁶ Cf. Law (1993, p. 2): “Unlike literary historians, those scholars who choose to study early medieval grammars have almost invariably felt obliged to justify or even to apologise for their choice of subject. Lacking in “valeur intrinsèque” (Roger 1905b: vii), these texts need some other claim upon our attention”.

⁵⁷ Cf. Law (1993, p. 2): “To impose a rigorous chronological structure upon such a survey is difficult in that certain tendencies which were prevalent some seventy or eighty years ago have continued to appear intermittently up to the present day... At any rate, given the persistence of so many currents of research, it seems more appropriate to base this on a roughly thematic account of certain trends visible in recent scholarship than to attempt a ruthlessly chronological coverage.”.

⁵⁸ Cf. Baratin & Desbordes (1981, p. 08): “Ces textes sont classés par numéros selon un ordre d’ensemble empirique. Un classement strictement chronologique ou censé l’être aurait été confus étant donné la diversité des problèmes abordés à toutes les époques de l’Antiquité, mais un classement thématique ne peut ignorer certaines évolutions chronologiques”. Mesmo em trabalhos bem recentes, como o de Colombat; Fournier; Puech (2017 [2010]), há ainda uma dificuldade de se estabelecer uma investigação historiográfica sem que o primeiro ponto de partida seja o critério cronológico. Esta é a observação contida no prefácio à edição brasileira realizada por Leite, que diz: “o fio condutor da obra é cronológico, e o discurso dos autores segue o rastro dos fatos mais relevantes para o desenvolvimento das ideias sobre a linguagem e as línguas.”

A estratégia utilizada por Baratin & Desbordes (1981) baseia-se no entendimento teórico e metodológico de que as implicações de uma análise eminentemente cronológica, ou uma investigação inteiramente temática não se apresentam como suficientes. Dessa forma, a conjugação do conhecimento cronológico e do conteúdo temático de cada uma dessas fontes proporciona uma melhor reconstituição do “ideário linguístico”, nos termos de Swiggers (2013).

Em linhas gerais, concordamos com as observações levantadas por Cavaliere (2014), no entanto, preferimos matizá-las, pois a materialidade do objeto de pesquisa não é vasta o suficiente para proporcionar o estudo de apenas alguns autores próximos na linha temporal. Ou seja, não possuímos muitas fontes sobre as reflexões estoicas e nossa pesquisa não se atém a uma análise filológica⁵⁹, mas tem por meta iluminar o pensamento linguístico produzido na Antiguidade grega e romana. Dessa forma, devido à carência de fontes antigas e à natureza do trabalho historiográfico que é próprio dessas fontes, tentar estabelecer relações investigativas entre gramáticos e filósofos gregos e romanos, mesmo que esses estejam separados de forma ampla pelo tempo, parece ser uma alternativa incontornável para o historiógrafo da gramática antiga.

O segundo ponto que destacamos da observação realizada por Cavaliere (2014) diz respeito à ideia de “dever cumprido” em relação à pouca reflexão metodológica que os trabalhos mencionados apresentam. Para contornar essa abordagem superficial e imprecisa, utilizaremos como base as reflexões presentes nos trabalhos e nas obras de Koerner (1989), Swiggers (1990, 2006, 2010, 2013), Swiggers & Wouters (1999), Elffers-van Ketel (1991) e Law (1995[1990], 2003). Para chegarmos ao modelo que, em certa medida, apresenta-se como o mais adequado para a análise e hipótese delineadas por nós, faremos três movimentos: a) explicitação do tema com foco no método que empregamos para investigá-lo; b) a metodologia da historiografia da linguística; e, por fim, c) o modelo historiográfico utilizado. Nesse último, consideramos e utilizamos o modelo de Koerner (1989), como veremos abaixo, com o intuito, primeiramente, de tentar determinar nossa escolha teórico-metodológica e, em segundo lugar, para observarmos como a Historiografia da Linguística propõe modelos com vistas a ampliar o processo de

(2017 [2010], p. 10). Além disso, há uma lista designada de “pontos sobre a cronologia” (2017 [2010], p. 271-279).

⁵⁹ Para uma reflexão sobre o problema das fontes estoicas no âmbito latino, ver Colish (1990) 2v. Com relação ao *SVF*, ver Long & Sedley (1987) 2v.

interpretação das teorias linguísticas. Adiantamos que o modelo teórico proposto e utilizado por nós não deve ser considerado como uma “amarra” interpretativa, visto que outros poderiam ser aplicados, como, por exemplo, uma abordagem discursiva ou mesmo literária.

Dito isso, entendemos ainda, finalmente, que a explicitação do tema da “sintaxe” na Antiguidade grega e romana pode ser investigado, de certa forma, através de três grandes abordagens, que representam linhas de desenvolvimento histórico, textual e conceitual. Apresentamo-las das seguintes formas:

- i) desde as primeiras reflexões até a delimitação do domínio gramatical: o eixo de Platão a Prisciano;
- ii) modelo canônico da sintaxe antiga: o eixo de Apolônio a Prisciano;
- iii) o(s) modelo(s) constitutivo(s): o eixo de Crisipo, (passando por Varrão), a Santo Agostinho.

Esse esquema de compreensão do fenômeno da sintaxe em três linhas representa uma organização metodológica, a fim de explicitar a complexidade e extensão do campo. Aquilo que designamos no item (i), ou seja, de Platão a Prisciano, possivelmente, é o circuito temporal mais longo e, conseqüentemente, o mais denso de todo esse processo, uma vez que ele engloba os itens (ii) e (iii). Pontuamos que não é nosso objetivo reconstituir uma análise tão abrangente como a do item (i)⁶⁰ a respeito do tema da sintaxe na Antiguidade. O item (ii), o qual designamos de modelo canônico, ou seja, de Apolônio Díscolo a Prisciano, é o tema que mais recebe e recebeu estudos recentes em relação à sintaxe no mundo antigo (BARATIN, 1989a, 1989b; FORTES, 2012, 2019; ILDEFONSE, 1997; LALLOT, 1997, 2005; LUHTALA, 2000, 2005, 2020). São trabalhos que têm oferecido explicações sobre as noções mais prototípicas e extensas em relação ao tema da sintaxe na gramática antiga. Dessa forma, ainda que eventualmente façamos alusões aos conceitos apresentados principalmente por Apolônio Díscolo, e, em alguns momentos, por Prisciano, essas considerações têm meramente o intuito de situar os contextos nos quais suas ideias sobre a “sintaxe” circularam, mas também não

⁶⁰ Para uma leitura com relação a esse panorama e arco temporal, ver Baratin (1989a, 1989b) e Atherton & Blank (2013).

representa propriamente a tradição sobre a qual esta tese se debruça. O item (iii), cuja designação seria constitutiva de um terceiro eixo, e, pelo que a literatura especializada indica, ainda pouco explorado, apresenta-se como o assunto central desta tese, como já reiteramos, uma vez que focalizamos como os elementos de uma sintaxe estão presentes nas obras gramaticais e dialéticas de Santo Agostinho que, por sua vez, têm como fundamento conceitual desenvolvimentos oriundos da lógica estoica, *via* Varrão.

Além disso, como apresentamos anteriormente, os eixos cronológicos parecem estar englobados pelas divisões e designações que propomos acima. Dessa forma, se o modelo canônico de sintaxe que se configura, de forma específica, no século II d.C. só reaparece no século VI d.C., conforme sugere a linha (ii), essa interpretação permite inferir que entre séculos III, IV e V d.C. nenhuma reflexão nessa direção foi realizada pelos gramáticos ou mesmo filósofos latinos? Ou será que, nesse período, as considerações em relação à “sintaxe” foram desenvolvidas fora ou de maneira colateral ao modelo canônico do par Apolônio Díscolo/Prisciano; e, portanto, ainda não foram devidamente identificadas e descritas pelos estudiosos?

A esse respeito, estamos inclinados a admitir o que Swiggers & Wouters (2003, p. 36) postulam sobre o desenvolvimento da sintaxe no mundo antigo:

Assim, em vez de falar da ausência de sintaxe, deveríamos falar da ausência de uma construção de sintaxe em gramáticos gregos e latinos, isto é, de uma organização sistemática de descrição sintática (de matéria sintática); podemos perceber, em verdade, que alguns dos aspectos das 9 dimensões enumeradas acima são tratados ou considerados pelos gramáticos da Antiguidade.⁶¹

Através das palavras dos dois pesquisadores, podemos considerar que os domínios daquilo que se considera sintaxe nos autores gregos e latinos não estavam condicionados a um único modelo. Dessa forma, procurar uma estruturação sistemática do tema em um único texto gramatical, filosófico ou retórico parece produzir uma visão parcial. As reflexões mais recentes sobre o tema indicam que essa procura pode levar-nos a um resultado negativo, ou seja, de que há uma ausência de considerações em relação à sintaxe nos autores desse período da Antiguidade. Diante desse quadro, pensar em termos de descontinuidade, ao que parece, não seria a forma mais adequada de tratar o tema. Por

⁶¹ Cf. Swiggers & Wouters (2003, p. 36): “Alors, plutôt que de parler d'absence de syntaxe, il faudrait parler d'absence d'une construction de la syntaxe chez les grammairiens grecs et latins, c'est-à-dire d'une organisation systématique de la description syntaxique (de la matière syntaxique); on constate en effet, que certains aspects des 9 dimensions énumérées ci-dessus sont traités ou envisagés par les grammairiens de l'Antiquité.”.

sua vez, pensar em um modelo, ou ainda, em modelos que se complementam ao longo do eixo temporal pode ser mais apropriado. Dessa forma, nossa proposta de observar se há um fenômeno da sintaxe nas obras de Santo Agostinho que insinua uma tradição que parte dos estoicos, parece se sustentar. Para isso, no entanto, precisamos ponderar quais seriam as possíveis influências que Agostinho recebeu para desenvolver suas reflexões em relação a esse aspecto da linguagem.

Assim, procuramos realizar algumas considerações a respeito das figuras de Crisipo e Varrão, uma vez que figuram como as principais fontes da lógica e do conhecimento gramatical estoico que chegaram até a Antiguidade Tardia e que, de alguma forma, contribuíram para que Agostinho erigisse suas reflexões a respeito da linguagem. Adotamos “influência” no sentido também delineado por Koerner (2014 [1987b]), quando este tratou do “problema da influência”. Segundo Koerner (2014 [1987b], p. 101-102), “o problema da influência” deve considerar três pontos:

- i) O ‘background’ do autor⁶²;
- ii) Prova textual⁶³;
- iii) Reconhecimento público⁶⁴.

Levando em consideração essas três diretrizes elencadas por Koerner (2014 [1987b]) para tratar do “problema da influência”, propomos um diálogo entre elas e os três princípios da análise historiográfica que versam sobre o “problema da metalinguagem”. Estabelecemos, portanto, o seguinte paralelo teórico-metodológico:

⁶² Cf. Koerner (2014 [1987b], p. 101): “Os antecedentes de um autor em particular, a sua tradição familiar, escolaridade, primeiros estudos e os interesses pessoais e as ocupações durante os seus anos de formação podem ser importantes para estabelecer conexões que podem conduzir a provas (frequentemente inconscientes) de empréstimo, integração e assimilação de particulares ideias, conceitos ou teorias. Papéis de família, correspondência, currículos escolares, cursos universitários frequentados por um dado autor podem servir como fontes para o historiógrafo.”

⁶³ Cf. Koerner (2014 [1987b], p. 101): “A prova pode ser mais forte se paralelos textuais entre uma dada teoria ou conceito e as suas supostas fontes puderem ser estabelecidos. Para a descoberta de uma fonte ou de fontes de inspiração, a informação biográfica fornecida por 3.1 [item acima] pode ser útil.”

⁶⁴ Cf. Koerner (2014 [1987b], p. 102): “Provavelmente a prova mais importante a favor de uma reivindicação de influência pode resultar de referências diretas de um autor às obras de outros... Ainda que estas referências diretas por si só não provem muito, a não ser que sejam fundamentadas através da comparação textual (3.2) [item acima], parece mais apropriado investigar os estudiosos e as obras mencionadas por um determinado autor antes de atribuir uma existência real de um impacto sobre o seu pensamento por aqueles aos quais nunca se referiu nos seus escritos, publicados ou não.”

Paralelo teórico-metodológico - HCL	
Problema da metalinguagem	Problema da influência
(i) Princípio da contextualização	(i) o background do autor
(ii) Princípio da Imanência	(ii) Prova textual e (iii) Reconhecimento público
(iii) Princípio da adequação	****

Tabela 4. Paralelo entre o problema da metalinguagem e o da influência.

Esse paralelo tem como princípio geral nortear a maneira como abordamos as reflexões gramaticais/“linguísticas” que Agostinho realizou em seu tempo, o que nos permite investigar e apresentar com mais acuidade o contexto social, as influências filosóficas e textuais que lhe serviram de base.

Nesse sentido, ao considerarmos o contexto da Antiguidade Tardia no qual Santo Agostinho estava inserido, podemos ver que sua formação foi tipicamente romana e alicerçada nos preceitos da escola pagã, tendo, portanto, lido e estudado autores como Cícero, Varrão, Virgílio e Mário Vitorino (CAMERON, 1993), cuja tradição filosófica estava baseada não só no neoplatonismo, mas também no estoicismo. Além disso, podemos ter uma visão mais consistente de como a gramática (*grammatica*) e a retórica (*rhetorica*) eram partes importantes da formação do cidadão romano, já que, para se alcançarem os cargos da magistratura romana, era necessário ter passado pela escola do *rhetor* (MARROU, 1977; KASTER, 1988). Dessa forma, podemos perceber a relação existente entre o princípio da contextualização e o ‘*background*’ do autor.

Do ponto de vista da prova textual e do reconhecimento público, o estoicismo, oriundo do período helenístico, que foi herdado por Agostinho, no período da Antiguidade Tardia, parece entrar em suas observações, de forma mais específica, através das leituras de Varrão, mas, principalmente, através das obras de Cícero, como, por exemplo, *Hortensius*⁶⁵ (HADOT, 1971; COLISH, 1990; CATAPANO, 2008). Essas menções e citações ao estoicismo proferidas por Agostinho em suas obras são alvos da nossa análise textual presente no capítulo I. Portanto, os itens ii e iii do “problema da influência” se

⁶⁵ Cf. Lévy (sd, p.2-3): “L'une des manières de lire saint Augustin, c'est précisément de le suivre depuis la conversion à la philosophie grâce à l'*Hortensius* cicéronien, jusqu'aux dialogues, cicéroniens dans leur forme comme dans leur esprit, de Cassiciacum, près de Milan, après la conversion, avant le détachement par rapport à Cicéron qui fut un détachement par rapport à la philosophie, jusqu'au méprisant *Tullius quidam* ("un certain Tullius") des *Confessions* qui est un détachement d'Augustin par rapport à la philosophie.”.

conectam, na própria teoria historiográfica, com o princípio da imanência, tratado por Koerner (2014 [1993]) ao se dedicar ao “problema da metalinguagem”.

Vimos, portanto, até esse ponto, como o método e a metodologia da historiografia da linguística: a) apresenta bases consistentes para o processo de análise e interpretação dos textos da Antiguidade grega e latina e b) como nós os utilizaremos, em termos práticos, para construção da nossa pesquisa. Resta-nos, finalmente, explicitar como os modelos propostos pela historiografia da linguística, sobretudo aqueles delineados por Koerner (1989), podem auxiliar-nos nesse processo.

Com o intuito de fecharmos essa discussão sobre o método, metodologia e modelos da historiografia da linguística, explicitaremos os três modelos⁶⁶ historiográficos propostos por Koerner (1989): “progresso por acumulação”, “continuidade x descontinuidade” e “modelo de progresso relativo” (KOERNER, 1989).

O modelo de progresso por acumulação tenta apresentar como uma teoria ganha corpo investigativo ao longo tempo. No entanto, esse modelo parece não condizer com o processo histórico que diz respeito ao conhecimento sintático expresso nos autores da Antiguidade grega e latina. No caso de Santo Agostinho, por exemplo, não se encontram evidências fortes e claras o suficiente para formularmos uma hipótese com esse modelo, pois, ao que tudo indica, as referências aos domínios da filosofia estoica em Agostinho apresentam-se, na maioria das vezes, de forma indireta e não sistemática. O modelo expresso pelo processo de “continuidade e descontinuidade” também se configura de maneira insuficiente, uma vez que, como interpretamos, a transmissão de saberes na Antiguidade, ao que se pode notar, não sofreu uma descontinuidade total. Seja do âmbito grego para o latino ou do latino para o próprio latino, as trocas, transferências e recepções de autores e temas, embora, às vezes, de forma fragmentária ou mesmo indireta, são características marcantes da cultura antiga.

Nesse sentido, diante do que expusemos até o momento, o modelo historiográfico que mais se enquadra dentro da nossa hipótese parece ser o “modelo de progresso relativo” (*Relative-Progress Model*) proposto por Koerner (1989, p. 54):

⁶⁶ Na reflexão original de Koerner (1989, p. 51-56), há outros modelos, como, por exemplo: “progress-by-accumulation” (progresso por acumulação), “mainstream vs. undercurrent” (central vs. periferia) na terminologia de Hymes (1974, p. 21) “central and peripheral tradition”, “pendulum-swing model” (modelo de movimento pendular), geralmente utilizado para demonstrar contraste e alternância entre “theory-orientation” e “data-orientation”, “continuities vs. discontinuities” (continuidade e descontinuidade) e “relative-progress model” (modelo de progresso relativo).



Figura 5a

Esse modelo fornece-nos a vantagem de considerarmos os elementos em questão dentro de “climas de opiniões” diferentes e que, por sua vez, podem estar distanciados no eixo temporal, mas que mantêm características temáticas comuns, ou seja, que não estão em modelo de ruptura, mas de *continuum*, ainda que apresentem “altos e baixos”, isto é, momentos em que a discussão aparece mais explícita e destacada, e momento em que parece arrefecida e abandonada. Citando Koerner (1989, p. 55), “as teorias linguísticas ou as disciplinas não se encontram no *vacuum*, mas dependem de uma sociedade que as sustentem, assim como de ideias”.

Adotando esse modelo, podemos considerar que Santo Agostinho se encontra em um momento histórico diferente do de Crisipo e Varrão; assim, a reflexão que ele faz, utilizando-se dessa tradição, também se estabelece em outro contexto de ideias a respeito da linguagem, especificamente em relação ao que estamos denominando de elementos de uma sintaxe em Santo Agostinho. No entanto, esse distanciamento temporal não impossibilita uma abordagem temática, o que indicaria, em certo grau, que o conhecimento estoico no que se refere aos saberes gramaticais foi adaptado por Agostinho em seu tempo. Isso significa dizer que, embora situados em pontos distantes no tempo, Agostinho, Crisipo e Varrão podem representar, no esquema acima, pontos aproximados, em cada volta da espiral temporal. Assim, esses diferentes pontos, em nossa pesquisa, se materializam nas seguintes fontes textuais:

Períodos Históricos	Autores	Obras
Período Helenístico (séc. III – I a.C.)	Crisipo	Fragments variados/ Testemunhos e Citações indiretas
Período Helenístico/ República Romana (séc. I a.C.)	Varrão	<i>De Lingua Latina;</i> <i>Disciplinarum Libri (?)</i>
Antiguidade Tardia (séc. II -VI d.C. no ocidente)	Santo Agostinho	<i>Ars breuiata;</i> <i>De dialectica;</i> <i>De ordine</i>

Tabela 5. *Períodos Históricos de Crisipo, Varrão e Agostinho.*

Uma vantagem desse modelo, como pondera Beccari (2013, p. 29-30), reside no fato de que:

o historiador da linguística tem a opção de fazer uso desse modelo para analisar o jogo de influências extrateóricas no período que seleciona. Em particular, tal modelo permite ver além das descontinuidades de paradigmas recorrentes depois de longos intervalos de tempo...

Assim, delineamos desta forma o método, a metodologia e o modelo que está na base de nossa pesquisa. Em termos de método, estabelecemos como faremos nossa investigação, elencando e dividindo, na medida do possível, os autores, períodos e temas que circunscrevem o trabalho. Na parte metodológica, procuramos estabelecer, em termos historiográficos, uma reflexão entre o “problema da metalinguagem” e o “problema da influência”. E, por fim, com base no método e na metodologia, elegemos um modelo para nossa hipótese que leva em consideração os fatores intra e extralinguísticos da análise historiográfica.

Em suma, buscamos, como destaca Ellfers-van Ketel (1991), explicitar a metodologia da escrita historiográfica, em seus termos (1991, p. 1):

O historiógrafo da linguística pratica a escrita da história, mas nem todos praticam a metodologia da escrita histórica, e aqueles que a praticam mostram grandes diferenças quanto à magnitude de seus esforços metodológicos.⁶⁷

As palavras de Ellfers-van Ketel (1991) convergem com aquelas de Cavaliere (2014), pois em as ambas observações o papel de como se escreve a história da linguística está sublinhada. De nossa parte, ainda que não cheguemos a tratar no mesmo nível daquilo que Ellfers-van Ketel (1991) denomina de metametodologia (metamethodology), procuramos, de certa forma, tangenciar a questão neste capítulo.

1.5 Em síntese

Neste capítulo, apresentamos, de maneira geral, em um primeiro momento, o resultado de um levantamento, ainda que não exaustivo, sobre o que tem sido pesquisado

⁶⁷ Cf. Ellfers-van Ketel (1991, p. 1): “Historiographer of linguistics all practise history-writing, but not all of them also practise the methodology of history-writing, and those who practise it show great differences as to the magnitude of their methodological efforts.”.

e publicado com relação aos autores da Antiguidade grega e latina no que se refere ao domínio da gramática. Realizamos, para isso, uma pesquisa tanto nos bancos de Teses e Dissertações do Brasil, como em editoras especializadas na publicação de autores gregos e latinos, por exemplo, LCL, LBL, BCG, J. Vrin e em séries como SiHoLS e *Orbis Supplenta*. Nosso objetivo foi demonstrar como os textos dos *Grammatici Latini* e dos *Grammatici Graeci* têm recebido uma atenção constante, seja por parte dos historiógrafos da Linguística, seja por parte dos estudiosos da área de Estudos Clássicos. O *GAG*, nesse sentido, apresenta-se como um grande exemplo de como os especialistas das mais diversas áreas vinculadas aos textos dos gramáticos da Antiguidade grega e latina têm somados esforços para (re)editar, traduzir e comentar tais obras. Particularmente, pudemos observar que no Brasil esses trabalhos encontram-se, em sua maioria, abrigados em Programas de Pós-Graduação da área de Linguística e Letras – não exclusivamente em linhas dedicadas aos Estudos Clássicos –, sendo também resultado, em alguns casos, de Trabalhos de Conclusão Curso (TCCs). Foi possível observar também que geralmente esses trabalhos estão abrigados em programas de pós-graduação da macrorregião sudeste do Brasil, nos quais há pesquisadores que atuam ou se interessam pelos estudos da Antiguidade, bem como pela história da gramática grega e latina. Esse levantamento representou, de certo modo, reflexão *epi-historiográfica* (SWIGGERS, 2010, p. 05), ainda que preliminar e incipiente. Consideramos, em grande parte, que a *epi-historiografia* conserva em si uma dimensão ética substancial para o trabalho da História das Ciências da Linguagem, uma vez que ela possibilita o resgate de vozes pretéritas, permitindo, assim, um diálogo com outros pesquisadores do passado.

Além disso, apresentamos os linhas gerais das bases teórico-metodológicas que adotamos. Explicitamos, inicialmente, duas questões relativas ao fazer historiográfico, derivadas das considerações de Koerner, a saber: o “problema da metalinguagem” (2014 [1993]) e o “problema da influência” (2014 [1987b]), destacando, em alguma medida, como o desmembramento desses dois “problemas” fornecem três guias metodológicos cada uma. Com relação ao “problema da metalinguagem”, propõem-se três grandes princípios: i) o da *contextualização*; ii) o da *imanência* e iii) o da *adequação*. No que se refere ao “problema da influência”, Koerner destaca: i) o *background do autor*; ii) a *prova textual* e iii) o *reconhecimento público*. Das considerações de Swiggers (2010, 2013), buscamos nos ancorar em sua definição sobre o campo da Historiografia da Linguística, bem como em suas definições com relação aos conceitos de “vocabulário”, “terminologia” e “metalinguagem”.

Procuramos ainda apresentar em linhas gerais uma breve distinção entre método, metodologia e modelos utilizados pela História das Ciências da Linguagem para analisar e propor questões e apontamentos sobre os vários momentos da História da Linguística. Baseamos nossa investigação nas observações de Cavaliere (2014), Baratin & Desbordes (1981) e Law (1993). Discutimos metodologicamente os problemas relacionados a uma investigação a respeito dos gramáticos e autores antigos que leve, preferencialmente, em consideração: a) só o aspecto cronológico, ou seja, análise que se atém apenas ao curso temporal; b) só ao aspecto temático, ou seja, observações que não atentam para os problemas cronológicos, causando, na maioria das vezes, observações anacrônicas; c) os aspectos cronológicos e temáticos, perspectiva metodológica que adotamos para o nosso trabalho. Dessa forma, ao adotarmos essa metodologia, podemos tentar utilizar o modelo designado por Koerner (1989) de “modelo de progresso relativo”, como forma de explicitar que o pensamento acerca da sintaxe nos autores antigos, embora possa possuir momentos bem delimitados, não deixou ser investigado.

Dito isso, no próximo capítulo, teceremos observações que buscam apresentar os contornos, as diferenças e as semelhanças entre os campos das disciplinas da gramática, da dialética e da retórica, entendidas no grande projeto educativo de que Agostinho participou e com o qual contribuiu ativamente. Veremos, assim, como a gramática, a dialética e retórica não somente fizeram parte da educação de Agostinho, como elementos de uma educação romana, mas chegam a configurar o pensamento de Agostinho. As, assim chamadas, *Artes Liberales* ou *Trivium*, em Roma, possuíram uma forte vertente estoica que, em grande parte, contribuiu para formatar as considerações de Agostinho acerca da linguagem. Neste capítulo pretendemos, portanto, por em prática o *princípio da contextualização*.

II LINGUAGEM E EDUCAÇÃO: O *TRIVIVM* DE SANTO AGOSTINHO

Ao estudar a história da dialética e da retórica, assim como a da gramática, é inevitável a adoção do ponto de vista de uma dessas artes. Além disso, a história do *trivium* é, em grande parte, uma história de sua disputa por supremacia. Desejando tornar-se a arte da interpretação dos fenômenos, a gramática antiga competia com a dialética de Platão e, em especial, com a de Aristóteles. Como método da teologia patristica, a gramática desfrutou de ininterrupta superioridade até o renascimento da dialética proporcionado, nos séculos XI e XII, por Gerbert, [João] Roscelino e Abelardo.⁶⁸

(MCLUHAN, 2012 [2005], p. 56).

Em que pese a longa lacuna temporal entre o método gramatical e os domínios da dialética e da retórica antigas, da Antiguidade até a metade do período medieval, destacamos dois aspectos na citação de McLuhan. O primeiro é que a história do *trivium* parece ser, em grande parte, uma história cheia de idas e vindas, ressaltando que ora o método gramatical tornou-se predominante, ora a dialética, ora a retórica⁶⁹. Neste sentido, pelo que podemos inferir da observação do estudioso, uma disciplina se sobrepunha a outras devido às necessidades investigativas, analíticas e educacionais de determinado contexto histórico, estando elas em certa disputa. Em segundo lugar, destaca-se ser possível investigar essa relação em um momento ou autor específico, como, por exemplo, nas obras de Santo Agostinho.

Tendo em vista essas observações preliminares, este capítulo possui um objetivo geral e um específico. O objetivo geral vincula-se ao *princípio da contextualização* (KOERNER, 2014 [1993]), posto que procuramos apresentar, de forma contextualizada, como Agostinho realizou reflexões sobre a gramática, a dialética e a retórica, bem como pontuar alguns dos motivos pelos quais ele foi compelido a escrever e a se dedicar a cada

⁶⁸ A obra de Marshall McLuhan originalmente consiste de sua tese de doutorado em Cambridge em 1943. No comentário feito por Gordon, no prefácio da edição da obra de McLuhan (2012 [2005]), encontramos a seguinte observação: “a *grammatica* – ou gramática – não deve ser entendida em função das partes do discurso, da estrutura frasal ou de qualquer outro sentido restrito encontrado tanto na gramática normativa como na linguística moderna. Em seu sentido mais amplo, e em especial em sua relação com a dialética e a retórica – ao lado das quais constitui as três dimensões do ideal de conhecimento clássico –, a gramática é arte de interpretar não apenas textos literários, mas todos os fenômenos. Antes de qualquer coisa, ela envolve uma ciência exegética, ou interpretativa fartamente articulada. A dialética representa, de modo variado, uma forma de testar afirmações, um método de diálogo ou, simplesmente, a lógica. A retórica, obviamente, inclui os artificios retóricos que em geral lhe são atribuídos até hoje – a aliteração, por exemplo. Porém, ..., ela se mostra um traço bastante complexo do discurso... A dinâmica do *trivium* clássico pressupõe a ciência da exegese, ou interpretação, e predispõe os autores a se envolverem em controvérsias históricas que circundam essa mesma dinâmica.”

⁶⁹ Segundo Luhtala (2007, p. 68): “In the Middle Ages, the terms *trivium* and *quadrivium* were generally used to denote these two groups of disciplines. Boethius (420-526) used the term *quadrivium* in his works (Stahl 1971:94), but the term *trivium* is first attested in the ninth century (see Rajna 1928, Wagner 1983 and Luhtala 1996:289).”

uma dessas disciplinas em seu contexto histórico. O objetivo específico é delinear, à medida do possível, a ênfase dada por Agostinho à gramática e à dialética, reflexão que nos permite evidenciar os elementos de uma sintaxe presente sobretudo nessas duas esferas do conhecimento na Antiguidade Tardia, como apresentaremos com mais detalhes nos capítulos IV e V. Para realização da discussão deste capítulo, apoiamo-nos sobretudo no exame dos textos de Agostinho, destacando aspectos textuais e conceituais importantes no que se refere às disciplinas em questão.

Tendo em vista o fato de que Agostinho possui uma obra vasta⁷⁰ e que ela versa a respeito dos mais variados temas, questões e problemas filosóficos, teológicos e de linguagem⁷¹, selecionamos, como base para as nossas considerações, as observações que Agostinho apresenta em relação às *artes liberales* presentes nas seguintes obras: *Ars breuiata (De grammatica)*, *De dialectica*, *De rhetorica*, *De musica*, *Contra Academicos*, *De Beata Vita*, *De ordine*, *Soliloquia*, *Confessiones*, *De doctrina Christiana*, *Contra Cresconium grammaticum et Donatistam* e nas *Retractationes*. Adiantamos que esse recorte pretende demonstrar que Agostinho sempre manteve em seu horizonte de investigação uma preocupação com o espaço que a linguagem possui na e para interpretação dos textos filosóficos e das *Sagradas Escrituras*. Ressaltamos, ainda, que não é nossa intenção explorar “todas as passagens” ou “toda” a reflexão que Agostinho apresentou nessas obras sobre a gramática, a dialética e a retórica, mas sim esboçar um quadro geral que passa tanto pelas obras de juventude, como pelas obras de maturidade.

⁷⁰ Cf. Matthews (2005, p. 13): “he wrote, voluminously – sermons, letters, commentaries, and treatises. His literary output, produced with the help of scribes, is enormous. In addition to approximately 100 books and treatises there are approximately 250 letters and around 500 sermons, including those commenting on the Psalms.”. Brown (2005 [1999 [1967. 1a Ed.], p. 545-591), no epílogo de 1999, menciona a descoberta de cartas e sermões inéditos de Agostinho por Divjack (1975), os quais provavelmente foram escritos entre 418-428, ou seja, “época em que Agostinho tinha 65 anos de idade.” (BROWN, 2005 [1999 [1967. 1a Ed.], p. 547).

⁷¹ Agostinho teve contato com várias vertentes filosóficas, principalmente àquelas oriundas do período Helenístico, como o Neoplatonismo, Ceticismo da Nova Academia, Estoicismo e até mesmo Cinismo foi debatido por Agostinho, ver Krueger (2007, p. 245-263). Agostinho provavelmente teve referências do Neopitagorismo, através da leitura de Varrão, o que se pode notar com a leitura do *De ordine*, e também do Epicurismo, que Agostinho menciona também no *Contra Cresconium*. Segundo Matthews (2005, p. 7): “Certainly Augustine was influenced by the main schools of Hellenistic philosophy. At more than one point in his life he was attracted to the skepticism of the New Academy. Stoicism also influenced his thinking, as scholars have recently come to emphasize. As for Neoplatonism, Augustine himself recognizes in his *Confessions* the pivotal role “the books of the Platonists [i.e., Neoplatonists], translated from Greek into Latin” (7.9.13) played in his philosophical and religious development, even in his eventual conversion to Christianity.”. A utilização de cada uma dessas reflexões sobre as filosofias helenísticas nas obras de Agostinho tem sido amplamente investigada desde as obras emblemáticas de Alfarié (1918), Marrou (1938-1949) e de Courcelle (1948; 1950 [1968]; 1963). Alfarié e Courcelle fazem a interpretação de Agostinho pela via filosófica do Neoplatinismo. Como ressaltado por Matthews acima, no que se refere ao campo do estoicismo, o terreno ainda precisa ser muito (re)mexido. Pépin (1976) e Colish (1990) apresentam elementos fundamentais para a sustentação de uma análise do estoicismo nas obras de Agostinho.

Em linhas gerais, a *Ars breuiata*, o *De dialectica*, o *De rhetorica* e o *De musica* pertencem à fase de juventude, foram escritas entre 386 e 387 d.C., em Milão, e fazem parte do projeto enciclopédico dos *Disciplinarum libri*, descritos por Agostinho nas *Retractationes* (I, 6). Além desses, o *Contra Academicos*, o *De Beata Vita*, o *De ordine* e os *Soliloquia* também fazem parte dos escritos de juventude, obras consideradas pela tradição de estudos agostinianos como *diálogos filosóficos* ou *diálogos de Cassiciacum*. Por fim, são obras de maturidade, as *Confissões* (finalizada em 400 d.C.), o *De doctrina Christiana* (os três primeiros livros datam de 397 d.C. e o quarto livro data de 426/427 d.C.)⁷² e o *Contra Cresconium grammaticum et Donatistam* (406 d.C.).

Diante desse quadro, observamos que Agostinho se dedicou, em um primeiro momento, à compilação de seu projeto dos *Disciplinarum libri*; em um segundo momento, delineamos alguns dos motivos que fizeram Agostinho “abandonar” esse projeto, ou melhor, como Agostinho parece ter (re)adaptado e (re)utilizado elementos desse primeiro projeto em seus diálogos e nas obras de maturidade. A discussão de todo o processo envolvendo a escrita e a compilação de vários livros ou enciclopédias das artes liberais por Agostinho fundamenta-se, em grande parte, na própria descrição que o autor realizou do tema nas *Retractationes*.

Vejamos o trecho:

Na mesma época em que estive em Milão para receber o batismo, também comecei a escrever os livros das disciplinas [*Disciplinarum libros*], interrogando os que estavam comigo e também os que não tinham os estudos deste tipo, desejando ou conduzir ou levar os outros, com passos quase seguros, das coisas corpóreas para as incorpóreas, mas dessas obras somente o livro *De grammatica* pude terminar, o qual, posteriormente, perdi em nosso armário, e o *De musica*, em seis volumes, relativos a esta parte que se chama ritmo. No entanto, seis livros desses escrevi na África já batizado e também já tendo retornado da Itália, uma vez que, em Milão, comecei a me dedicar unicamente a essa disciplina. Sobre as outras cinco disciplinas, em verdade, começadas igualmente ali: *De dialectica*, *De rhetorica*, *De geometria*, *De arithmetica*, *De philosophia* – somente remanesceram o início, os quais, por sua vez, perdemos, mas que julgo estar com alguns.⁷³ (AGOSTINHO, *Retr.*, I, 6).

⁷² As *Confissões*, o *De doctrina Christiana* e o *Contra Cresconium* serão contextualizados, ao longo dos tópicos da gramática, da dialética e da retórica respectivamente.

⁷³ Cf. *Per idem tempus, quo Mediolani fui baptismum percepturus, etiam Disciplinarum libros conatus sum scribere, interrogans eos qui mecum erant atque ab huiusmodi studiis non abhorrebant; per corporalia cupiens ad incorporalia quibusdam quasi passibus certis vel pervenire vel ducere. Sed earum solum De grammatica librum absolvere potui, quem postea de armario nostro perdidit, et De musica sex volumina, quantum attinet ad eam partem quae rithmus vocatur. Sed eosdem sex libros iam baptizatus iamque ex Italia regressus in Africam scripsi, inchoaveram quippe tantummodo istam apud Mediolanum disciplinam. De aliis vero quinque disciplinis illic similiter inchoatis - de dialectica, de rethorica, de geometria, de arithmetica, de philosophia - sola principia remanserunt, quae tamen etiam ipsa perdidimus; sed haberi ab aliquibus existimo.*

A revisão de Agostinho a respeito da escrita de suas obras nos oferece pistas significativas quanto ao seu processo de formação educacional, assim como um indício dos temas abordados por ele entre anos de 386 e 387 d.C. Ainda que não haja uma definição explícita de cada uma dessas *disciplinas*⁷⁴ no testemunho das *Retractationes*, esse trecho informa que essas constituíam as matérias nas quais o jovem Agostinho esteve interessado e sobre às quais ele destinou obras e tratados. Além disso, essa passagem continua sendo um dos testemunhos que provoca as mais diversas especulações no que se refere ao conteúdo, forma, influência filosófica e autenticidade de determinadas obras. Especificamente, o *De grammatica* (recentemente – *Ars breuiata*) e o *De dialectica* têm sido alvo de inúmeras investigações e análises (PINBORG, 1975; PÉPIN, 1976; LAW, 1984, 1990; I. HADOT, 1984; BARATIN, 1989a, 1992, 2001; LUHTALA, 2005; SHANZER, 2005; BONNET, 2013).

Agostinho elenca na passagem das *Retractationes*, em questão, os temas dos livros das *Disciplinarum libri*, que esquematizamos no seguinte quadro:

<i>Disciplinarum Libri</i>	<i>Trivium</i>	<i>Quadrivium</i>	?
	<i>De grammatica</i>	<i>De geometria</i>	<i>De philosophia</i> ^{*75}
	<i>De dialectica</i>	<i>De arithmetica</i>	
	<i>De rhetorica</i>	<i>De musica</i>	
<i>De Astronomia</i> **			

Tabela 6. Obras mencionadas nas *Retractationes* (I, 6).

Algumas informações, como os lugares, o momento e as condições em que cada uma havia sido escrita revelam-nos que, geograficamente, Agostinho começou a escrevê-las em Milão, depois no norte da África, lugar em que aconteceu seu batismo, depois na Itália. O *De musica* teria sido composto durante todo esse traslado retratado por Agostinho. Ao total, a obra possui seis livros escritos na forma de diálogo, e representa o

⁷⁴ O tema das *disciplinas* na obra de Agostinho tem recebido atenção recentemente dos estudiosos. Duas coletâneas de textos foram publicadas. Uma publicada pela Oxford e outra no *Augustinian Studies*. Pollmann & Vessey (2005) escrevem: “This volume had its origins in a conference on ‘Augustine and the Disciplines’ held at Villanova University, Pennsylvania, 9–11 November 2000. Three other presentations made during those days, by Peter Brown, Robert Markus, and James O’Donnell, have already been published together under the title of ‘The Study of Augustine, 1950–2000: Evolving Disciplinary Contexts’, in *Augustinian Studies* 32 (2001), 177–206.”.

⁷⁵ * Essa é uma obra perdida sobre a qual repousa um grande silêncio. ** Não há indícios também da obra *De Astronomia*. Entretanto, Agostinho menciona várias vezes esse conhecimento no *De ordine* e nas *Confissões*.

único texto dos livros das disciplinas que chegou completo até os nossos dias⁷⁶. Ressaltamos, ainda na esteira do testemunho das *Retractationes* (I, 6), que o livro *De grammatica* (*Ars breuiata*) teria sido uma obra finalizada por Agostinho, mas que foi perdida dentro de sua biblioteca. Sobre as outras cinco obras (*de aliis vero quinque disciplinis*) elencadas, isto é, a dialética, a retórica, a geometria, aritmética e filosofia, apenas o a parte inicial delas teria sobrevivido (*sola principia remanserunt*), além disso, Agostinho também destaca que as tinha perdido, mas que, ainda sim, poderiam estar em posse de outras pessoas (*quae tamen etiam ipsa perdidimus; sed haberi ab aliquibus existimo*).

O relato de Agostinho concentra uma gama de informações que precisam ser mais bem comentadas. É preciso destacar que o estudo filológico dessas obras “esquecidas” de Agostinho, a gramática (*Ars breuiata*), a dialética (*De dialectica*) e a retórica (*De rhetorica*) já se encontra em estágio avançado, pois todos esses textos encontram respaldo em documentação manuscrita,⁷⁷ bem como em análises e comentários realizados por estudiosos modernos, os quais sustentam a autenticidade de tais tratados (LAW, 1984; BONNET, 2013; PINBORG, 1976; GIOMINI, 1990). Diante dos resultados obtidos nas análises filológicas, ancorados em comentários mais recentes com relação à autoria dos textos, podemos nos ater a alguns aspectos textuais e/ou “literários”, pontuando como tais questões se inter-relacionam.

Além do próprio testemunho de Agostinho citado acima, o aspecto literário (*tipologia literária*), isto é, a forma de composição dos livros das disciplinas que chegaram até os dias atuais, contribuiu, em grande parte, para que a autoria das obras em

⁷⁶ Cf. Moreno & Eisman (2007, p. 61): “en la transmisión de los escritos agustinianos sobre las disciplinas liberales, la música tuvo más fortuna que ninguna de sus hermanas; la tradición nos ha legado no sólo el tratado completo sino también un epítome del mismo.”

⁷⁷ Com relação à gramática e à dialética, ver introdução. Law (1984), Bonnet (2013), gramática; Pinborg (1975), dialética. No que se refere ao *De rhetorica*, a discussão filológica tem uma densidade que se avolumou, de forma bem recente, devido à descoberta de novos manuscritos. Diante desse quadro, temos várias direções construídas desde as considerações dos Monges Beneditinos (1679), que tinham 4 manuscritos; Crecelius (1857); Keil (1859); Halm (1863), que tinham 5 manuscritos; Kroll (1907); Barwick (1961); Marrou (1958 [1938]) e a recente edição de Giomini (1990) com 12 manuscritos. Em linhas gerais, nossas análises sobre o *De rhetorica* estão embasadas nas investigações de Bettetini (2004 [2010]), Dieter & Kurth (1968), Diaz y Diaz (1992), Aubin (2012) e filologicamente no texto estabelecido por Giomini (1990) *apud* Bettetini (2004 [2010]). Há também a edição de Halm (1863) *Retores Latini Minores*. Para uma introdução bem detalhada da história do texto, dos estudos e das edições do *De rhetorica* antes do descobrimento do manuscrito *Bodmer 146* e da análise de Giomini (1990), ver introdução de Dieter & Kurth (1968, p. 90-95). No estudo realizado pelos autores estão destacados a posição dos Monges Beneditinos (1679), passando pelas considerações de Keil (1859), Kroll (1907), bem como a de Barwick (1961). No estudo de Aubin (2012), encontra-se uma análise pós-descoberta do *Bodmer 146*. Em seu estudo, Aubin (2012) destaca a posição de Marrou (1958 [1938]) sobre o tema, que é a mesma dos Monges Beneditinos, isto é, pela não autenticidade da obra de Agostinho. Do ponto de vista literário, o *De rhetorica* é um texto extremamente técnico e não apresenta características dialógicas.

questão tenha sido colocada em suspeita. No próprio relato de Agostinho, vemos que tais textos teriam sido escritos em forma de diálogo: “...comecei a escrever os livros das disciplinas, *interrogando* os que estavam comigo e também os que não temiam os estudos deste tipo, desejando ou conduzir ou levá-los, com passos quase seguros, das coisas corpóreas para as incorpóreas... (*etiam Disciplinarum libros conatus sum scribere, interrogans eos qui mecum erant atque ab huiusmodi studiis non abhorrebant; per corporalia cupiens ad incorporalia quibusdam quasi passibus certis vel pervenire vel ducere. Retr., I, 6*).

O termo “interrogando” (*interrogans*), assim como seus complementos na sentença latina “os que estavam comigo” (*eos qui mecum erant*) “e também os que não temiam os estudos deste tipo” (*atque ab huiusmodi studiis non abhorrebant*) sugerem, em um primeiro momento, que “todos os livros das disciplinas” tenham sido grafados no formato de diálogo, respeitando uma tradição que remonta aos diálogos socráticos. Um indício forte para essa hipótese sustenta-se, em grande parte, no fato de o *De musica* ser o único texto escrito por Agostinho nessa época que nos chegou completo, e que segue justamente tal formato. Somado a isso, seria possível perguntar: quem são esses a quem Agostinho diz ter interrogado e que não temiam tais estudos? Essa pergunta parece, pela disposição dos testemunhos e dos textos que nos chegaram, insolúvel. Dessa forma, a questão que ainda continua em jogo é: por que os outros textos não possuem, aparentemente, a forma de diálogo? Haveria, talvez, elementos dialógicos em tais textos que indiquem alguma direção? Todas essas questões que se levantam quando abordamos os textos escritos antes dos diálogos em sua estada em Cassiciaco são intrigantes, colocam em perspectiva questões relacionadas não só à tipologia de seus primeiros textos, mas também apontam para uma interpretação complexa sobre o processo de escrita literária de Agostinho e quais seriam, em grande parte, os reflexos filosóficos que tais questões apresentam. No entanto, tratar de esses aspectos aqui seria demasiado longo e poderíamos sair do escopo de nossa investigação. Logo, atemo-nos aos textos gramaticais, dialéticos e retóricos escritos por Agostinho, salientando, na medida em que a contextualização o exigir, alguns deles.

2.1 A gramática (*grammatica*)

“é melhor ser repreendido pelos gramáticos do que incompreendido pelo povo.”⁷⁸

(AGOSTINHO, *En. Pl.*, 130, 20)

A leitura isolada dessa frase pode sugerir que Agostinho condena ao mesmo tempo a figura dos gramáticos e os preceitos propostos e estabelecidos pela gramática. Caso nos detivéssemos apenas nesse excerto e dele retirássemos conclusões absolutas, provavelmente estaríamos desconsiderando “o clima de opinião” no qual os saberes gramaticais foram desenvolvidos na Antiguidade Tardia⁷⁹, e, como consequência, esboçaríamos uma contextualização pouco adequada, tanto em relação à doutrina gramatical da época, como em relação à própria visão que Agostinho estabeleceu sobre esse domínio.

Nos últimos anos, o lugar e o papel da gramática e dos gramáticos na obra de Agostinho têm sido objeto de interesse de várias leituras e interpretações. Law (1984; 2003), Irvine (1994), Burton (2005), Chin (2005; 2008) e Roccella (2013-2014), por exemplo, fornecem-nos boas pistas de que o tema da gramática em Agostinho está longe ter sido solucionado de maneira inequívoca.

Para realizarmos nossa discussão e reconstituição do contexto da gramática em Agostinho, apresentamos neste item como esses autores pontuaram a questão e, posteriormente, discorremos sobre elementos que podem ampliar o escopo da discussão de tais interpretações, apresentando como alguns conceitos, como, por exemplo, *custos* (“guardião”), *moderatrix* (“moderadora”), *uox articulata* (“voz articulada”), *loquor* (“falar”), *partes orationis* (“partes da oração”), *Latinitas* (“latinidade”)⁸⁰ configuram um pensamento sobre a atividade gramatical da parte de Agostinho.

Em Chin (2005; 2008), temos uma análise detalhada do uso dos saberes gramaticais e o contexto da educação literária na era cristã, a partir do *De doctrina Christiana*. Burton (2005, p. 145), por sua vez, considera que a terminologia adotada por

⁷⁸ Cf. *melius est reprehendant nos grammatici, quam non intellegant populi*.

⁷⁹ Cf. Guerreira (1997, p. 777): “Es muy difícil hacer una reseña, por breve que sea, de la gramática en la época imperial, especialmente en los siglos que aquí se abordan, que no resulte una especie de catálogo de nombres de autores y de obras de los que nuestros conocimientos son escasos e inseguros en su mayoría. En el tiempo que media entre la obra de Varrón y la eclosión de la gramática normativa del siglo IV en Roma se produce una continua actividad en el terreno de la gramática y el comentario y tiene lugar un hecho de suma importancia para la historia de la disciplina en Occidente: su forma adquiere una configuración escolar casi fija y su aparición como *ars* queda definitivamente consagrada.”

⁸⁰ Os conceitos de *Latinitas* [Latinidade] e *partes orationis* [partes da oração] serão tratados especificamente no capítulo IV.

Agostinho nas *Confissões* para falar da gramática tem uma “conotação ruim”⁸¹. Irvine (1994, p. 178), por outro lado, considera que o *De doctrina Christiana* é “uma *ars grammatica* cristã (“a Christian *ars grammatica*”) e, por fim, Roccella (2013-2014) propõe que ocorre uma mudança na atitude de Agostinho com relação ao conhecimento gramatical, afirmando que “há um salto de qualidade, do domínio linguístico para o domínio ético”.⁸² Excetuando os trabalhos de Roccella (2013-2014) e Irvine (1994), os textos de Chin (2005) e Burton (2005) adotam como premissa metodológica um exame de obras da fase de maturidade de Agostinho, isto é, as *Confissões* e o *De doctrina Christiana*. Nesse sentido, cabe-nos perguntar: qual a postura de Agostinho sobre a gramática em sua fase de juventude? Parte dessa questão pode ser rapidamente respondida, se considerarmos que Agostinho: a) escreveu um texto gramatical, i.e., *Ars breuiata* e b) essa produção foi enfaticamente mencionada por ele nas *Retractationes* (I, 6). A outra parte da questão pode ser ao menos parcialmente respondida ao investigarmos como Agostinho menciona e se utiliza desse saber em obras como o *De beata uita*, *De ordine*, *Soliloquia* e no *De magistro*.

No prólogo dos *Soliloquia*, Agostinho estabelece, ainda que de forma bem sutil, uma relação entre a “memória” (*memoria*) e a “escrita” (*scripta*) e que, no decorrer do diálogo, parece se direcionar para a relação entre a “escrita” e a “gramática” (*grammatica*), ao destacar que:

Enquanto incessantemente durante muitos dias eu pensava comigo mesmo sobre muitos e diversos assuntos e procurava com diligência a mim mesmo, o meu bem e o que de mal devesse ser evitado, de repente uma voz me fala, não sei se fui eu mesmo ou outro qualquer, exterior ou interiormente. É isso que desejo imensamente saber. Disse-me, então, a Razão: supõe que tenhas chegado a alguma conclusão; onde guardarás isso para continuar a tratar de outros assuntos?

Agostinho: Certamente na memória.

Razão: Mas ela é assim tão poderosa que possas guardar fielmente tudo o que pensas?

A. É difícil. Mais ainda: não pode.

⁸¹ Cf. “The usual word for grammar in the *Confessions* is ‘grammatica’, and usually it has bad conotation.”

⁸² Roccella (2013-2014, p. 43), nesse sentido, considera que: “Ma questo salto di qualità, dal dominio linguistico a quello etico, è accompagnato e forse, in un certo senso, preparato in diversi altri momenti della riflessione agostiniana...”. Roccella (2013-2014) faz um exame da forma como Agostinho ao longo de obras tratou temas gramaticais como o barbarismo e o solecismo. Freitas (2016) e Fortes & Freitas (2019) também propõem uma leitura dessa alteração no tratamento e no peso atribuído por Agostinho aos saberes gramaticais que envolvem os *uitia orationis* (os vícios da linguagem). Dentro de um contexto mais amplo, Mohrmann (2014 [1997], p. 33), ao fazer uma síntese sobre a vida de Agostinho, ancorada na biografia escrita por Possídio (sec. IV-V d.C.), pondera que: “Santo Agostinho não faz testamento, porque era *pauper Dei*... A viva palavra e o exemplo de uma vida cristã dão mais benefício que todas as obras escritas.”

R. Então, deves escrever. Ou a tua saúde não te permite esforços para o trabalho de escrever? Estas coisas não devem ser ditadas, porque elas requerem a tranquilidade de estar só.

A. É verdade. Por isso, não sei o que fazer.⁸³

(AGOSTINHO, *Sol.*, I, i, 1).

Podemos observar, por meio dessa passagem, que Agostinho, para além do diálogo interno que trava consigo mesmo, encontra-se em estado de aporia, posto que a memória, que seria o lugar ideal para guardar a conclusão de uma questão elucidada, é colocada em xeque tanto pela *Ratio*⁸⁴, como por ele próprio. A alternativa encontrada por ambos seria a de colocar tudo por escrito; entretanto, como podemos ver, suas condições físicas eram um empecilho para a realização de tal tarefa. Uma outra solução plausível para essa situação seria a contratação de um estenógrafo, cuja função seria a de escrever tudo o que Agostinho lhe ditasse. Tal poderia ter sido a saída efetivamente adotada, se admitirmos que o *Contra Academicos* (I, i, 4), obra anterior aos *Soliloquia*, havia sido composto dessa forma, como ele mesmo nos relata⁸⁵. Contudo, esse não parece ser o recurso mais aceitável para escritura de um diálogo em que os interlocutores são *Agostinho* e sua própria *Razão*. Em que pese, nesse ponto, toda a discussão filosófica que envolve o diálogo de Agostinho, podemos considerar que o papel da escrita⁸⁶ fica

⁸³ Cf. *Volventi mihi multa ac varia mecum diu, ac per multos dies sedulo quaerenti memetipsum ac bonum meum, quidve mali evitandum esset; ait mihi subito, sive ego ipse, sive alius quis extrinsecus, sive intrinsecus, nescio: nam hoc ipsum est quod magnopere scire molior; ait ergo mihi:*

Ratio: - Ecce, fac te invenisse aliquid; cui commendabis, ut pergas ad alia?

Augustinus: - Memoriae scilicet.

R. - Tantane illa est ut excogitata omnia bene servet?

A. - Difficile est, imo non potest.

R. - Ergo scribendum est. Sed quid agis, quod valetudo tua scribendi laborem recusat? Nec ista dictari debent; nam solitudinem meram desiderant.

A. - Verum dicis. Itaque prorsus nescio quid agam.

R. - Ora salutem et auxilium quo ad concupita pervenias, et hoc ipsum litteris manda, ut prole tua fias animosior. Deinde quod invenis paucis conclusiunculis breviter collige. Nec modo cures invitationem turbae legentium; paucis ista sat erunt civibus tuis.

A. - Ita faciam.

⁸⁴ Adotaremos a mesma estratégia e definições de Conybeare (2006, p. 145), i.e, *Ratio* capitalizado e em itálico refere-se ao interlocutor de Agostinho no diálogo *Soliloquia*, e *ratio* em itálico apenas ao conceito geral. Cf. *idem, ibidem*: “I use capitalized ‘*Ratio*’ to refer to the interlocutor in the dialogue, italicized *ratio* to refer to the general concept.”

⁸⁵ Cf. “Tendo chamado um estenógrafo para que o vento não levasse nosso trabalho, não permiti que nada se perdesse. Assim, neste livro, lerás as questões tratadas por eles e as suas opiniões bem como as minhas palavras e as de Alípio.” (Tradução de Belmonte, 2008, p. 45).

⁸⁶ O que chamamos de “papel da escrita”, em sentido historiográfico, vincula-se as proposições desenvolvidas por Auroux (1992) e que são pontuadas por Colombat; Furnier; Peuch (2017, p. 63-67): “A escrita não é a única técnica de *transposição* da fala. Outras são possíveis (e reais): gestos, linguagens assoviadas, linguagens de tambor diversos códigos de suportes variados (corpos, sons, instrumentos elétricos, sinais visuais...). Todavia, em relação a essas técnicas transpositivas, a especificidade do suporte gráfico reside na: *independência* do corpo do próprio enunciador; *permanência* do suporte gráfico (“os

evidenciado como uma parte desse processo, o que, de fato, liga-se aos preceitos gramaticais da época, que focalizavam, de forma ampla, a preservação, a manutenção, a correção e mesmo a leitura dos textos (DESBORDES, 1995).

Nesse sentido, não nos parece por acaso que, no livro II do diálogo, Agostinho tenha definido a gramática nos seguintes termos:

... A gramática é, por sua vez, a disciplina guardiã e moderadora da voz articulada: cuja profissão necessariamente leva a reunir também todas as representações da língua humana que foram confiadas à memória e às letras...⁸⁷

(AGOSTINHO, *Sol.*, II, xi, 19).

Contextualizando o excerto dos *Soliloquia*, a passagem em questão faz parte do livro II (xi, 19-21) e retrata especificamente o momento em que Agostinho e a *Ratio* realizam perguntas e respostas com relação à verdade das disciplinas, destacando quais são os “elementos” que as constituem e como estes elementos ajudam a desvelar a verdade (*ueritatem*) ou a mentira (*falsitatem*) por trás de uma dada proposição, no caso da dialética, ou mesmo dos textos, no caso da gramática.⁸⁸

Do ponto de vista gramatical, um dos polos da argumentação de Agostinho alicerça-se na diferença que há entre a gramática (*grammatica*) e a fábula (*fabula*). Agostinho pondera que a gramática auxilia nesse processo de investigação, pois, por intermédio dos conhecimentos gramaticais, seria possível perceber o que há de falso em determinados textos, neste caso nas fábulas.⁸⁹ Agostinho vai além e afirma que:

não ignoro tais coisas, mas, como é da minha opinião, estas coisas não são falsas por causa da gramática, mas são demonstradas por ela e por meio dela como o são. A fábula é construída, de fato, da mentira para um fim útil e, ao mesmo tempo, agradável.⁹⁰

escritos ficam...”). Para uma discussão filosófica do papel da escrita e das letras na Antiguidade grega, por exemplo, especificamente na obra de Platão, ver Fortes (2019).

⁸⁷ Cf. Agostinho (*Sol.*, II, xi, 19): ... *Est autem grammatica uocis articulatae custos et moderatrix disciplina; cuius professionis necessitate cogitur humanae linguae omnia etiam fragmenta conligere, quae memoria litterisque mandata sunt...*

⁸⁸ O livro II do *Soliloquia* contém uma longa discussão sobre essa distinção.

⁸⁹ De acordo com Bonner (1977, p. 178), vemos, por exemplo, que: “Quintilian does not enlighten us here, but later evidence strongly suggests that books of collected fables must have been familiar in the primary schools.”

⁹⁰ Cf. *Non ignoro istud quidem; sed, ut opinor, non per grammaticam falsa sunt, sed per eam qualiacumque sunt, demonstrantur. Siquidem est fabula compositum ad utilitatem delectationemve mendacium.*

Agostinho estabelece a distinção entre a gramática, enquanto disciplina orientada para análise dos textos, e a fábula, o objeto da análise. A fábula, em último caso, embora tenha um fim útil e agradável, é originária da mentira. Nesse sentido, a postura de Agostinho em defender os preceitos gramaticais não parece ter sido por acaso, uma vez que, ao formular a assimetria que há entre a gramática e a fábula, utilizando para isso um critério sobre o que é verdadeiro e sobre o que é falso, ele estreita também, de forma mais consistente, a relação que se pode fazer entre gramática e dialética. É justamente depois dessa definição de fábula que Agostinho apresenta sua definição de gramática, que destacamos em nossa epígrafe, a qual passaremos a examinar agora com mais detalhes.

O primeiro ponto a ser destacado da definição de gramática reside no fato de que Agostinho a considera, antes de tudo, como uma disciplina (*grammatica est disciplina*)⁹¹. Essa não parece ser uma proposição desprovida de significado, haja vista que, em meio ao diálogo, a *Ratio* também nos mostra o que vem a ser o conceito de *disciplina*, ao sintetizar, através de uma breve etimologia do termo, que este provém do verbo *discere*, o qual, por sua vez, carrega os sentidos básicos as noções “aprender/adquirir conhecimento” (*disciplina enim a discendo dicta est. Sol., II, xi, 20*). A explicação proposta pela *Ratio*, ao considerar a gramática como uma disciplina, implica, nesse sentido, admitir que seja possível, por meio desse estudo, adquirir algum conhecimento. Além disso, Agostinho parece nessa definição seguir a longa tradição que havia se estabelecido em Roma com relação aos saberes gramaticais, já que, desde o período da República, o ensino gramatical fora considerado o estágio elementar (primeiro/segundo) da formação escolar.⁹²

⁹¹ Cf. *R.* - “Que dizer da própria gramática: se é verdadeira, não o é pelo fato de ser uma disciplina? Pois a palavra disciplina procede de “*discere*” = aprender, adquirir conhecimento de. Mas ninguém pode dizer-se que não sabe aquilo que aprendeu e conserva na memória; por outro lado, ninguém sabe coisa falsa. Portanto, toda ciência é verdadeira. Essa explicação de Agostinho parece ser sancionada e, até certo ponto, ampliada pela *Ratio* (II, xi, 21).

⁹² Kaster (1983) menciona que os estágios de aprendizado da gramática na Antiguidade não têm um contorno definido e totalmente acabado. Há testemunhos em que é possível ver uma distinção clara entre a primeira e a segunda etapa de aprendizado dos saberes gramaticais, em outros, por sua vez, as fronteiras estão borradas (*blurred*). Como um dos exemplos mais prototípicos para essa divisão Kaster (1983, p. 326) recorre ao testemunho de Agostinho nas *Conf.*, I, 9,14 e I, 13, 20. *Idem, ibidem*, diz: “Augustine describes the first stages of his education: his *primus magister* at Thagaste (concerned with mere *litterae*...) is explicitly distinguished from the *grammaticus* at Maudaurus (with whom he read Virgil). Para outras considerações sobre o tema, ver Marrou (1975), Bonner (1977) e Desbordes (1995), a posição de McNelis (2007, p. 286) considera que: “The grammarian was responsible for the second stage of education, after the student – usually a child of seven or eight years of age – had learned his or her letters.”

Ainda sobre a definição de gramática dada por Agostinho nos *Soliloquia* (II, xi, 19), podemos dizer que o termo *custos* (“guardiã”)⁹³ assume uma posição central nessa definição, pois coloca o conhecimento gramatical em um lugar de prestígio. Ao que nos parece, Agostinho coloca sob o termo *custos* todos os elementos em questão, ou seja, a faculdade de reunir (*conligere*) as coisas que foram confiadas (*mandata sunt*) à memória (*memoria*) e às letras (*litteris*), uma vez que essas são frutos do engenho humano (*omnia figmenta linguae humanae*). Em algum grau, Agostinho recupera, mediante esses elementos, o tópico que a *Ratio* havia formulado para ele no prólogo do diálogo (*Sol.*, I, i, 1) em relação à desconfiança lançada sobre a memória como meio de guardar as conclusões empreendidas pelo engenho humano. Eleger a gramática como “guardiã” de tudo o que foi grafado engloba, portanto, não apenas o ato de copiar um texto que foi escrito outrora, mas consiste antes de tudo uma função social e cultural: trata-se de meio de preservação e propagação de uma cultura na sociedade. No *De ordine*, Agostinho deixa explícitos os motivos pelos quais a gramática teve seu “nascimento” associado à razão (*ratio*) ao dizer:

Pois o que há em nós de racional, isto é, que usa da razão e faz ou segue coisas razoáveis, uma vez que o homem estava ligado por um vínculo natural à sociedade daqueles com os quais tinha a mesma razão em comum, e porque ele não podia se associar ao homem de uma maneira bem consistente, a não ser que eles conversassem entre si e, assim, como que fundissem entre si suas mentes e pensamentos, a razão percebeu que se deviam impor vocábulos às coisas, expressando alguns sons para que, uma vez que os homens não podiam penetrar mutuamente em suas almas, usassem do sentido como intermediário para associar-se entre si. Mas as palavras dos ausentes não podiam ser ouvidas. Por isso, a razão gerou as letras, notando e distinguindo todos os sons pelo movimento da boca e da língua. Mas nada disso podia fazer, uma vez que a grande quantidade de assuntos, sem lhes ser demarcado algum limite, parecia estender-se ao infinito. Percebeu-se, portanto, como uma grande necessidade a utilidade de lidar com os números. Com aquelas duas partições, nasceu a profissão dos livreiros [dos copistas] e do calculador [dos aritméticos], como que uma certa infância da gramática, a que Varrão chama *litteratio* (aprendizado da escrita); em grego, no entanto, chama-se de um modo que não me recordo adequadamente no momento.”⁹⁴

⁹³ Cf. Kaster (1988, p. 17-18) “The grammarian's position here is captured in another recurrent metaphor, that of the *custos*, or guardian. The grammarian was, first, the guardian of the language, *custos Latini sermonis*, in a phrase of Seneca, or “guardian of articulate utterance,” in the description of Augustine. He was to protect the language against corruption, to preserve its coherence, and to act as an agent of control: thus, early in his history we find the grammarian claiming the right to limit the grant of citizenship (*civitas*) to new usages.”

⁹⁴ Cf. *Namque illud quod in nobis est rationale, id est quod ratione utitur et rationabilia uel facit uel sequitur, quia naturali quodam uinculo in eorum societate astringebatur, cum quibus illi erat ratio ipsa communis, nec homini homo firmissime sociari posset nisi colloquerentur atque ita sibi mentes suas cogitationesque quasi refunderent, uidit esse imponenda rebus uocabula, id est significantes quosdam sonos, ut, quoniam sentire animos suos non poterant, ad eos sibi copulandos sensu quasi interprete uterentur. Sed audiri absentium uerba non poterant; ergo illa ratio peperit litteras, notatis omnibus oris ac*

Agostinho sublinha aspectos fundamentais da linguagem que possibilitam que se estabeleça entre o “homem” e a “sociedade” uma relação, em que a comunicação possa ser veiculada, não só para fins práticos, mas sobretudo intelectuais e culturais. Podemos dizer que há aí expressos por Agostinho dois modos do saber linguístico, em termos historiográficos, embora corramos aqui o risco de sermos um pouco anacrônicos: aquilo que hoje designamos de consciência epilinguística e metalinguística (AUROUX, 1992). Agostinho fornece-nos o que, de fato, está em jogo, ou seja, a possibilidade da comunicação por meio da linguagem oral e escrita, bem como limites e artifícios criados para se lidar com eles. Se, de um lado, a oralidade tem como vantagem o fato de as palavras proferidas serem direcionadas àqueles que podem se fazer presentes, cujo som da voz pode ser ouvido e interpretado, sendo, portanto, a maneira de socialização mais consistente entre os homens; por outro lado, é pela escrita que as palavras dos ausentes podem ser ouvidas, já que a grafia permite aos homens o registro de tais “falas”. Logo, não sem justificativas, a gramática, assim como os gramáticos ou “mestres-escola”, aparecem sempre nas considerações de Agostinho. A escrita é relevante, assim, não só para a tradição pretérita, mas também para a tradição cristã na qual Agostinho estava inserido: ela era uma realidade bem viva, uma vez que acessar os textos era uma função indispensável.

Em outra passagem do *De ordine* (II, xii, 37), observamos que Agostinho estabelece um vínculo entre a gramática, a memória e a história, pontuando que:

Poderia dar-se por completa a **gramática**, mas como pelo seu próprio nome indica a profissão do ensino das letras – pelo que em latim se diz também literatura – ocorreu que necessariamente **competia a ela perpetuar por escrito tudo o que fosse digno de memória**. Por isso, a **esta disciplina agregou-se a história**, um nome simples, mas que abrange uma infinidade de assuntos, uma multiplicidade de coisas; nome mais cheio de azáfamas que de prazer e verdade; trabalhosa não tanto para os historiadores como para os gramáticos.⁹⁵

linguae sonis atque discretis. Nihil autem horum facere poterat, si multitudo rerum sine quodam defixo termino infinite patere uideretur. Ergo utilitas numerandi magna necessitate animaduversa est. Quibus duobus repertis, nata est illa librariorum et calculonum professio, uelut quaedam grammaticae infantia, quam Varro litterationem uocat: graece autem quomodo appelletur, non satis in praesentia recolo. (Tradução de Belmonte, 2008, p. 234-235; com adaptações nossas).

⁹⁵ Cf. *Poterat iam perfecta esse grammatica, sed quia ipso nomine profiteri se litteras clamat, unde etiam latine litteratura dicitur, factum est ut quidquid dignum memoria litteris mandaretur ad eam necessario pertineret. Itaque unum quidem nomen, sed res infinita, multiplex, curarum plenior quam iucunditatis aut veritatis, huic disciplinae accessit historia, non tam ipsis historicis quam grammaticis laboriosa.* (Grifo nosso. Tradução de Belmonte (2008, p. 236)).

O esquema proposto por Agostinho revela-nos que a gramática passa a ter uma forte ligação com a história, laço esse que traz grandes consequências interpretativas para os gramáticos, uma vez que é a história que se vincula tradicionalmente com a memória. No entanto, cabe-nos aqui ponderar que, na tradição filológica, desde Dionísio, o Trácio, em sua *Tékhnē grammatiké*, uma das funções/partes da gramática já era, de fato, estabelecer uma explicação da história presente nos textos. Entretanto, em Agostinho, essa dimensão parece ter sido expandida, não se tratando apenas da explicação do conteúdo das palavras e sentidos, mas também dos fatos históricos, incluídos aí, decerto, aqueles erigidos pelo próprio cristianismo. Com efeito, no *De uera religione* (I, 5, 9) Agostinho usa a expressão *Christiani...integritates custodes* (“Os cristãos... guardiões da integridade”).⁹⁶

No *De musica*, diálogo escrito quatro anos antes do *De uera religione*, a metáfora de que a gramática é “guardiã da história” (*custodiam historiae*) já aparecia textualmente materializada na reflexão de Agostinho. Kaster (1980, p. 119) traçou a diferenciação entre o *custos Latini sermonis* (“guardião da língua latina”), presente nas *Epístolas* (88, 3; 95,65) de Sêneca, o filósofo, do *custos historiae* de Santo Agostinho no *De musica* (2, i, 1), ao destacar que o peso da tradição, da cultura e, conseqüentemente da história, está expresso na designação de Agostinho. Na *Ars breuiata* (I, 103), na seção dos *idiomata casuum*, Agostinho fornece como um dos exemplos de verbos que pedem complemento no caso acusativo: *scribo historiam* (“escrevo história”); em Sêneca, entretanto, encontramos, em certo sentido, um tom de sarcasmo com relação à figura do gramático.⁹⁷

⁹⁶ Cf. Agostinho no *De uera rel.*, (I, 5, 9): “a verdadeira religião não há de ser buscada na confusão do paganismo, nem nas impurezas do cisma, nem na cegueira do judaísmo, mas somente entre os denominados cristãos católicos ou ortodoxos, isto é, entre os guardiões da integridade e seguidores do que é reto.” [cf. *Quae cum ita sint, neque in confusione Paganorum, neque in purgamentis haereticorum, neque in languore schismaticorum, neque in caecitate Iudaeorum quaerenda est religio, sed apud eos solos qui Christiani catholici, vel orthodoxi nominantur; id est integritatis custodes, et recta sectantes. PL 34*]. (Tradução de Oliveira, 2002, p. 34). Esse texto foi escrito em 391 d.C., e marca uma transição na escrita de Agostinho.

⁹⁷ Cf. Kaster (1980, p. 119): “The *grammaticus*, Seneca says (with more than a touch of sarcasm), is the *custos Latini sermonis* (*Epist.* 95,65), “the guardian of the Latin language.” At the end of antiquity, the metaphor of the *custos* reappears in the writings of St. Augustine, in a different application: the grammarian's craft as the *custodia historiae* (*De musica* 2.1,1, P.L. 32.1099), the grammarian as the “guardian” of the traditional culture in all the many aspects of learning covered by the word *historia*. In each case, the particular turn of phrase suggests a concern characteristic of the individual. For Seneca, the grammarian's performance as *custos Latini sermonis* means, in effect, that “he busies himself with the language and, if he wishes to wander farther afield, with ‘histories,’ and finally, to extend the boundaries as far as possible, with poetry” (*Epist.* 88.3). That description, with its gradation of priorities placing language foremost and poetry on the periphery, is at once good Stoic orthodoxy and unique among Latin writers: it is, in fact, not so much a description of current educational practice as a prescription, seeking to limit the

Essa diferença de “tom”, embora sutil, parece ser um primeiro indício de uma alteração de *status* social que a gramática provavelmente teve do período imperial para a Antiguidade Tardia.

Cabe-nos destacar ainda que a definição presente nos *Soliloquia* (II, xi, 19) possui uma segunda parte, isto é, apesar de o termo *custos* ter recebido relevo por parte dos comentadores modernos (KASTER, 1988; FORTES, 2012), o termo *moderatrix* (“moderadora”) tem sido pouco explorado. Esse termo parece ser o núcleo de uma espécie de tratamento linguístico dado por Agostinho ao conceito de gramática. Além disso, parece não haver, pelo menos na documentação levantada por Schad (2007), em seu volumoso trabalho da terminologia gramatical latina, outros gramáticos além de Agostinho e Prisciano que tenham feito uso do termo *moderatrix*⁹⁸ no contexto da gramática. A vinculação desse termo com o domínio linguístico, ao que tudo indica, permanece obscura na literatura especializada.

Em uma análise gramatical da definição *Est autem grammatica uocis articulatae custos et moderatrix disciplina* (*Sol.* II, xi, 9), selecionando apenas os sintagmas nominais temos:

grammatica disciplina (nom./sg./fem.)

// *custos* (nom./sg./com.) *et moderatrix* (nom./sg./fem.)

// *uocis articulatae* (gen./sg./fem.).

No primeiro plano, destacamos o fato de o termo *moderatrix* estar em coordenação com o termo *custos*, indicando-nos, que a definição (predicação) de gramática proposta por Agostinho leva em consideração duas instâncias e não apenas uma. Observamos que todos os sintagmas concordam em número; quanto ao gênero todos são femininos, exceto *custos*, que é comum de dois gêneros, e, por fim, quase todos os sintagmas estão no nominativo, exceto *uocis articulatae*, que está no genitivo (restritivo/adjunto adnominal). Essa restrição, em nossa interpretação, delimita de maneira específica o campo de atuação da gramática, isto é, a gramática tenta versar sobre aquilo que é passível de ser inteligível.

grammarian's sphere and thereby his antiquarian baggage, the sort of thing which shares, with tessellated baths and the habits of the gourmand, Seneca's multifaceted contempt for the impedimenta that slow one's journey to virtue. Augustine's emphasis, on the other hand, falls on *historia*, the great weight of tradition.”. Kaster, em seu comentário, apresenta a base estoica no pano de fundo da observação de Sêneca, o filósofo e que, provavelmente, é a mesma encontrada em Agostinho.

⁹⁸ Segundo Dicionário Saraiva (1927 [2006]), vem do termo *moderator* > *moderari* > *moderor*, *ari* v. *dep.* regular, moderar etc. Essa acepção é documentada por Schad (2007, p. 250), em seu dicionário de termos gramaticais, cuja ocorrência é atestada pela passagem das *Institutiones grammaticae*, II, 148, 11, de Prisciano.

Além disso, o conceito de *uox articulata*, de procedência estoica, aparece nos gramáticos romanos desde Varrão, cujo testemunho é atestado por Diomedes⁹⁹. Na gramática de Donato (*Ars Mai.*, I, 1-2 603 H) encontra-se a divisão entre a teoria da *uox* (voz) e da *littera* (letra)¹⁰⁰. Agostinho também no *De dialectica* já expressara, de maneira analítica, o significado de cada um dos conceitos que formam essa expressão, quando definiu *loqui* (falar) nestes termos: “Falar é produzir um signo com uma voz articulada. Chamo de articulada a (voz) que pode ser compreendida através das letras.” (*Loqui est articulata uoce signum dare. Articulatam autem dico quae comprehendendi litteris potest.*). Bettetini (2010 [2004], p. 315-316) sintetiza bem o problema que envolve a discussão ao pontuar que: “onde lemos que a *uox articulata* é chamada de *litteralis vel scriptilis* é porque *litteris comprehendendi potest.*” Nesse sentido, toda “voz articulada” precisa ser inteligível, ou nos termos de Varrão *rationale* (racional), e, por isso, passível de ser submetida às regras da escrita e, conseqüentemente, da gramática.

Todo exercício engendrado pelos gramáticos e especialmente por Agostinho com relação aos saberes linguísticos envolve tanto os preceitos da gramática, como os da dialética, e é justamente nesse ponto de confluência entre esses dois domínios que podemos perceber o lugar das palavras nas proposições e sentenças ou mesmo no discurso. Novamente Varrão serve-nos de fonte para essa investigação, pois, ao observarmos sua reflexão no livro VI do *De lingua Latina*, vemos que:

⁹⁹ Cf. Esse fragmento é oriundo do *De grammatica* de Varrão (Keil *Grammatici Latini* I, p. 420; in Goetz & Schoell fr. 111, p. 228; in Funaioli *238 [42], p. 268; in Traglia fg. [76], p. 533-534). Segundo Varrão: “A voz é, de acordo com os estoicos, um breve sopro, o quanto durar em si, percebido pelo ouvido. Produz-se, no entanto, ou pelo impulso de um ar leve, ou pela verberação do ar de maneira forte. Toda voz, ou é articulada, ou é confusa: a articulada é racional, produzida pela fala do homem; essa mesma pode ser denominada não só de *litteralis* (grafável), mas também de *scriptilis* (escrevível), porque pode ser compreendida pelas letras; a confusa é irracional ou inescrevível, produzida pelo simples som da voz dos animais, as quais não podem ser escritas, como é o caso do relincho do cavalo ou o mugido do touro.” [cf. Varrão: *Vox est, ut Stoicis videtur, spiritus tenuis auditu sensibilis, quantum in ipso est. Fit autem vel exilis aerae pulsu vel verberati aeris ictu. Omnis vox aut articulata est aut confusa: articulata est rationalis, hominum loquellis explanata; eadem et litteralis vel scriptilis appellatur, quia litteris comprehendendi potest; confusa est irrationalis vel inscriptilis, simplici vocis sono animalium effecta, quae scribi non potest, ut est equi hinnitus, tauri magitus.*] De acordo com Colish (1990, p. 322): “There are several important Stoic elements in this definition. First of all, Varro distinguishes clearly between rational human speech and sounds made by irrational animal. Only the first is regarded as language properly speech.”. O conceito de *uox articulata* provém da expressão grega φωνὴ ἑναρθρος. Mário Vitorino (*GL* VI, 4. 14-16; 26-5; VI, 5.5; 10; 30) fornece-nos os termos e suas explicações. De acordo com Biville (2007, p. 228-229), “les sons sont à base de la voix, non la *uox confusa*, des cris animaliers et humains, mais la *uox articulata*, analysable en unités minimales (*explanata, litterata, litteralis*) que peuvent être écrits (*scriptilis*), et qui sont significantes (*intelligibilis*).” Ver Jackson (1975, p. 125).

¹⁰⁰ Para a definição de Donato e de Pompeu (*GL* V 99, 9-10), ver Dezotti (2011, p. 130). Para uma observação sobre o aspecto filosófico da discussão em Aulo Gélío (V, 15), ver Seabra (2010, p. 221-222).

Loqui (falar) provém de *locus* (lugar), porque aquele que diz falar agora pela primeira vez, não só fala nomes, mas também outras palavras antes de poder as dizer cada uma em seu lugar. Crisipo nega a esse que fale, mas que parece falar; como a imagem de um homem não é o homem, assim como, nos corvos, nas corujas e nas crianças que, de forma incipiente, começam a falar as palavras não podem ser consideradas palavras, pois não são ditas em seus lugares. Portanto, aquele que fala é quem, com sabedoria, coloca cada palavra em seu próprio lugar e então faz uma *prolocutus* (proposição), quando expõe ao falar aquilo que está na alma.¹⁰¹

(VARRÃO, *LL VI*, 56)

A ponderação de Varrão se baseia sobre uma investigação etimológica de base estoica, segundo a qual seria possível observar que *loqui* provém de *locus*, o que significaria, não só para Varrão, mas sobretudo para Crisipo, que *loqui* só se realizaria de forma satisfatória quando não se apresentaria de modo desorganizado ou randômico, mas sim de maneira coerente, uma vez que o *locus* de cada palavra seria previamente articulado, produzindo assim uma proposição válida (*prolocutus*). De acordo com Flobert (1985, p. 135), essa “argumentação é interessante, pois sublinha uma coesão interna, a estrutura do enunciado, da qual a palavra é apenas um componente; a sintaxe é, portanto, trazida à tona, dentro de uma ótica estoica.”¹⁰²

Assim, com essa definição de gramática, parece-nos que Agostinho tocou, ao mesmo tempo, o campo social e/ou cultural relacionado à preservação de uma tradição literária – por meio do termo *custos* (guardiã) – e o campo propriamente gramatical/linguístico – com o termo *moderatrix* (moderadora), desmembrado na concepção de *uocis articulata* (voz articulada). Além disso, parece-nos que o pensador também estreitou, em certa medida, os laços entre a reflexão gramatical e a dialética, por meio do conceito, ou melhor, do critério da verdade, demonstrando assim as bases sólidas por trás da disciplina gramatical. Essa articulação destaca a amplitude da definição

¹⁰¹ Cf. *Loqui ab loco dictum, quod quid primo dicitur iam fari et uocabula et reliqua uerba dicit antequam suo quidque loco ea dicere potest. Hunc Chrysippus negat loqui, sed ut loqui; quare, ut imago hominis non sit homo sic in coruis, cornicibus, pueris primitus incipientibus fari uerba non esse uerba, quod non locentur. Igitur is loquitur qui suo loco quodque uerbum sciens ponit et is tum prolocutus, cum in animo quod habuit extulit loquendo.* De acordo com Blank & Atherton (2013, p. 322): "Varro cites Chrysippus in support of the thesis that knowing a language involves knowing which word goes where (and adds that the Latin *locus* "place" is the origin of *loqui* 'to speak,' *LL* 6.56). Syntax, for Stoics, is ultimately a relation between *λεκτά* (cf. Plutarch *Against Colotes* 1119F), and their classifications of predicates show that it was understood in terms of the combinatory potentials of units: specifically, the availability of predicates for composition with cases or particles." No capítulo V, retomamos essa discussão, ressaltando o paralelo entre o *LL* (VI, 56) e as *Confissões* (I, 8, 18).

¹⁰²Cf. "L'argumentation est intéressante, car elle souligne la cohésion interne, la structure de l'énoncé, dont le mot n'est qu'un composant; la syntaxe est mise ainsi au premier plan, dans une optique stoïcienne." No capítulo V, apresentamos uma consideração presente nas *Confissões* (I, 8, 18) em que Agostinho tangencia, de certa forma, essa questão ao nos narrar seu processo de aprendizado da língua.

gramatical proposta por Agostinho e sublinha, em grande parte, o lugar da disciplina no contexto educacional do período, em diálogo com as demais disciplinas, notadamente a dialética.

Progressivamente, os gramáticos começaram a pontuar o que deveria ser “lido”, “dito”, assim como o que “está apto a ser dito” (KASTER, 1980, p. 224-255). A figura do gramático na sociedade romana alcançara uma mobilidade¹⁰³ acentuada (KASTER, 1980a; 1980b; 1988; LUHTALA, 1995; McNELIS, 2007). Dentro do contexto educacional da Antiguidade Tardia, com destaque para o movimento pedagógico que os cristãos promoveram à época, já seria possível observar, como destaca Chin (2010, p. 40), que:

Em termos muito gerais, entendeu-se que a educação gramatical na Antiguidade Tardia, como em períodos anteriores, produzia um tipo particular de ator social e cultural, ou mais amplamente, para contribuir para a manutenção do *ethos* educado de um sujeito. O conhecimento literário foi interpretado como (e foi, em muitos casos) o acompanhamento padrão para a posição social da elite ... Outros gramáticos expressaram opiniões semelhantes sobre a relação entre alfabetização e status social, e o sentimento é claro também a partir de fontes gramaticais não técnicas. Além da formação dos níveis sociais, por sua vez, essas noções implicam um leitor gramaticalmente treinado em um certo *ethos*: a pessoa letrada deve ser urbana, altruísta, sábia e virtuosa.¹⁰⁴

Em uma passagem do *De beata uita* (I, i, 6), Agostinho apresenta um comentário que nos ajuda a entender o movimento pedagógico que estava por trás do conhecimento gramatical e que reforça o comentário que citamos acima:

¹⁰³ McNelis (2007, p. 293) pontua que: “Linguistic competence and command thus pervaded all sorts of Roman social interactions, whether to position elites among elites or to distinguish the upper from lower classes. Speech was also used, however, to demonstrate values and ideas about Rome’s position in the world.” Kaster (1988, p. 54), por meio de toda sua análise dos gramáticos na época romana, destaca que: “The grammarian, as guardian, controlled access to the language and the education one’s peers valued.”. Logo, é possível depreender que a dinâmica que envolve a figura dos gramáticos na Antiguidade não é estática, pelo contrário, com o passar do tempo a penetração dos gramáticos nos círculos literários da mais alta elite romana promove uma alteração substancial. Essa mudança ocorre principalmente com o florescimento do cristianismo, quando as posições da gramática e da retórica passam a ter valores e papéis distintos. Luhtala (1995, p. 117), por exemplo, informa-nos que: “The position of grammar as a preliminary to the study of rhetoric was ambivalent. As the foundation of oratory the study of grammar was regarded as highly important but less glamorous than oratory itself, the crown of the Roman education... In the Early Middle Ages the fates of these arts were reversed. Grammar was the art *par excellence* while rhetoric became an ancilla to a number of other arts, poetry, Christian sermon, letter, and official document composition.”.

¹⁰⁴ Cf. “In very general terms grammatical education in late antiquity, as in earlier periods, was understood to produce a particular kind of social and cultural actor, or more broadly, to contribute to the maintenance of a subject’s educated ethos. Literary knowledge was construed as (and was, in many cases) the standard accompaniment to elite social standing... Other grammarians voiced similar opinions on the relation between literacy and social status, and the sentiment is clear from nontechnical grammatical sources as well. Beyond the making of social levels, however, these notions implicate the grammatically trained reader in a certain ethos: the literate person ought to be urbane, selfless, knowledgeable, and virtuous.”.

Primeiramente, nossa mãe, a cujos méritos, estou persuadido, devo tudo o que vivo. Navígio, meu irmão. Trigésio e Licêncio, meus concidadãos e discípulos. Não quis que ficassem ausentes meus primos Lartidiano e Rústico, ainda que não houvessem frequentado a escola de nenhum *grammaticus*. Para o que planejávamos, julguei o seu bom senso poder nos prestar auxílio. Enfim, também se encontrava presente o menor de todos pela idade, mas cuja inteligência — se o amor não me leva a engano — promete grandes coisas: Adeodato, meu filho.¹⁰⁵

(AGOSTINHO, *De beat. u.*, I, i, 6)

Nesse excerto, Agostinho menciona a participação no diálogo de seus dois primos, Lartidiano e Rústico, mesmo que os dois ainda não tivessem frequentado a escola do *grammaticus*. Agostinho nos informa que a permissão concedida tanto a Lartiniano, quanto a Rústico no debate sobre o que seria a “vida feliz” (*beata uita*) estaria vinculada ao “bom senso” (*sensum communem*) que ambos possuíam, embora não houvessem frequentado a escola gramatical.

Do ponto de vista da construção textual, a cláusula concessiva “ainda que não tenham frequentado a escola de nenhum gramático” (*quamvis nullum vel grammaticum passi sint*) pressupõe a expectativa de que era a escolarização gramatical que forneceria as ferramentas necessárias para a participação em semelhantes diálogos. No plano gramatical, como descreve Vasconcellos (2013, p. 116): “as orações subordinadas adverbiais concessivas expressam muitas vezes um ‘obstáculo transponível’, isto é, uma ação ou estado que em princípio poderiam impedir, *mas não impedem*, a execução do processo verbal indicado na oração regente”. Esse é o caso expresso pela formulação de Agostinho, pois, de fato, ele concede permissão para que seus dois primos participem do debate – a conjunção *quamvis* (ainda que), que introduz o tópico da oração subordinada indica-nos tal efeito de sentido. Dessa forma, o empecilho ou “obstáculo” em questão atrela-se ao fato de ambos ainda não terem ido para escola do *grammaticus*, o que nos

¹⁰⁵ Cf. *in primis nostra mater, cuius meriti credo esse omne, quod vivo, Navigius frater meus, Trygetius et Licentius, cives et discipuli mei; nec Lartidianum et Rusticum consobrinos meos, quamvis nullum vel grammaticum passi sint, deesse volui, ipsumque eorum sensum communem ad rem quam moliebar necessarium putavi. Erat etiam nobiscum aetate minimus omnium, sed cuius ingenium, si amore non fallor, magnum quiddam pollicetur, Adeodatus filius meus. Quibus attentis, sic coepi. De beat. u.* (I, i, 6). (Tradução de Oliveira, 1998, p. 85, com adaptações nossas). Ao que se pode perceber a edição do texto latino utilizada por Oliveira (1998) é a do *PL* [32], posto que há oscilações na ortografia do nome Lartidiano. No *PL* [32] tem-se *Lastidiano*, na edição de Jean Doignon, *Bibliothèque Augustinienne BA* (1986) encontra-se *Lartidiano*. A edição que usamos em toda nossa tese, como já mencionamos acima, é a de Doignon, uma vez que adotamos como guia o volumoso trabalho de Catapano (2008 [2006]), *Tutti i Dialoghi* que se utiliza das edições críticas mais recentes dos textos de Agostinho para tradução dos diálogos.

sugere que a gramática seria também responsável por uma espécie de formação “moral”, equivalente ao “bom senso” que os primos talvez “naturalmente” possuíam.

Podemos, pela via contextual, mesmo que de maneira especulativa, conjecturar que a posição de Agostinho estivesse ligada ao fato de todos estarem comemorando o seu “festim” e não propriamente a noção de que seus primos poderiam, de alguma forma, contribuir com uma posição mais acentuada em relação ao tema discutido. Um dado que nos auxilia nessa direção interpretativa consiste em observar que Lartidiano e Rústico só aparecem no diálogo duas vezes (*De beat. u.*, I, i, 6; I, ii, 12). Nesse último excerto, Agostinho apenas menciona no corpo do diálogo que os dois concordaram com a posição de Trigésio, que diz: “Possui a Deus quem faz o que Deus quer que se faça.” (– *Trygetius: Deum habet, inquit, qui facit quae deus vult fieri.*). Dessa forma, ainda que Agostinho os tenha inserido na discussão, os dois personagens não emitem opiniões ou realizam qualquer reflexão efetiva. Além disso, pelo que Agostinho nos relata da ocasião, ambos seriam mais velhos que Adeodato.

Diante desse quadro, passagens como essa indicam que a escola de gramática servia como uma introdução ao processo não só pedagógico, ligado, por exemplo, ao aprendizado da escrita e da leitura em sua forma mais elementar, mas também funcionava como uma inserção ao âmbito social e cultural¹⁰⁶, particularmente nas práticas culturais como essa que é descrita na obra citada. Nesse sentido, por meio do aprendizado ordenado e sistematizado da gramática, os alunos podiam, ao mesmo tempo, apropriar-se do legado cultural dos textos que asseguravam os preceitos principais da cultura e transmiti-los aos seus descendentes. Tomamos “cultura” nos seus dois sentidos, conforme a definição de Cameron (1993a, p. 151), que pondera, aliás, que:

Por ‘cultura’ nós entendemos um conglomerado de ideias do qual cada sociedade depende para sua identidade comum, e que é passada através do processo de ensino e aprendizagem... conhecer como uma sociedade é organizada politicamente, por exemplo, é um aprendizado, não é inato, e o consenso geral sobre a estrutura política une a sociedade. A religião certamente pertence ao espectro da cultura e pressupõe uma certa visão de como o mundo é ou deveria ser organizado. Mas o termo ‘cultura’ também é comumente usado

¹⁰⁶ Cf. Kaster (1988, p. 11): “Typically that schooling was purely literary. From about age seven or eight (although the age was variable), the student's experience was governed by three goals, pursued first in the grammarian's school, then in the rhetorician's: mastery of correct language, command of a fairly small number of classical texts, and an ability to turn the knowledge of language and literature to a facility in composition and speech. Set in a form already centuries old, the grammarian's main contribution to those ends consisted of the ‘knowledge of speaking correctly’ and the explication of the poets’.”. A consideração de Kaster baseia-se na premissa postulada por Quintiliano, no livro I (4,2) da *Institutio oratoria*, que considera a gramática como base para o *recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem* (o conhecimento do falar corretamente e também a explicação dos poetas).

em um sentido mais restrito, para indicar os campos de aprendizagem, educação, hábitos e gostos.¹⁰⁷

Vale lembrar, ainda, que a gramática na época de Agostinho já havia alcançado o seu apogeu, uma vez que seu uso, assim como sua estrutura global e mesmo interna já tinha ganhado uma forma quase fixa¹⁰⁸, principalmente no que se refere às *partes orationis* (partes da oração). Para além disso, o papel e a função do gramático para com as interpretações dos textos literários, isto é, de poetas e prosadores, eram práticas comuns e bem fundamentadas no primeiro/segundo estágio escolar romano¹⁰⁹. Nesse sentido, a escola do *grammaticus*, como Agostinho menciona nas *Confissões* (I, 13, 20)¹¹⁰, fazia com circunspeção o exame da *Eneida* de Virgílio e também de textos de Cícero, como, por exemplo, o *Hortensius* e o *In Catilinam* (*De ord.*, II, vii, 22). Nessa mesma direção, também em uma passagem do *Contra Academicos* (II, iv, 10), Agostinho descreve-nos uma situação relacionada à leitura da *Eneida*:

¹⁰⁷ Cf. “By 'culture' we mean the conglomerate of ideas and information on which each society depends for its communal identity, and which is passed on through processes of learning and training. This in fact includes much of what has been treated in other chapters: knowledge of how one's society is organized politically, for instance, is learned, not innate, and general agreement as to the political framework binds a society together. Religion certainly belongs to the realm of culture, and presupposes a certain view of how the world is or should be organized. But the term 'culture' is also commonly used in a narrower sense, to indicate the fields of learning, education, habits and taste.”

¹⁰⁸ Cf. Baratin (1994, p. 143): “L’*Ars maior* de Donat a la réputation d’être de modèle le plus achevé de ce type de traités. Le plan de cette *Ars maior* se subdivise en trois parties: la première est consacrée à la voix, la lettre, la syllabe, les pieds, l’accentuation et la pronuntiation; la deuxième aux catégories de mots; la troisième aux défauts et qualités de l’énoncé (les défauts en question sont le solécisme, les barbarismes et les ‘autres défauts’, et les qualités sont le métaplasme, les figures et les tropes).”. No estudo de Holtz (1981), podemos encontrar o esquema piramidal presente na *Ars minor* e *Ars maior* de Donato. Nos estudos de Barwick (1922) e, principalmente, nos de Law (1993; 2003), encontra-se uma discussão aprofundada sobre a tipologia das gramáticas escritas na Antiguidade, sendo classificadas em dois grandes gêneros: *schulgrammatik* e *regulae*.

¹⁰⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre as etapas escolares e a aderência da gramática ao sistema educacional romano, ver: Marrou, (1975); Bonner (1977); Baratin & Desbordes (1981); Law (2003); Kaster (1980, 1988); Desbordes (1995 ed. brasileira); McNelis (2007); Wallace-Hadrill (2008); Fortes & Freitas (2015).

¹¹⁰ Segundo Agostinho: “aquelas primeiras letras, a que devia e devo a possibilidade de não só ler qualquer escrito, mas também de escrever o que me aprouver, eram sem dúvidas mais úteis e mais certas do que aquelas em que, esquecido dos meus erros, era obrigado a gravar na memória as navegações errantes de um certo Enéias e a chorar Dido, que se suicidara por amor.”. Segundo Müller (2015, p. 358), em um texto sobre os desafios do ensinamento da cultura clássica na época da Antiguidade Tardia: “The seismic shift of Christianization that took place in late antiquity dislocated almost every part of ancient pagan culture and fractured what had been an organic whole; it was up to the church fathers to put the disjointed pieces together again and shape a new understanding of culture, not least of education. Classical education had always been about more than formal knowledge; ethical, political, and religious axioms had been transmitted by it and had, in the eyes of Christian writers, imbued an essentially neutral process with a partisan agenda... Augustine could not discard ancient knowledge as easily as some of his contemporaries; he had to find a synthesis rather than a replacement. This was not a smooth process; the gaps and fault lines manifested and produced by it would become an indelible part not only of his intellectual career, but of the landscape of Western culture itself.”.

Após a discussão anterior, que apresentamos no primeiro livro, fizemos uma pausa de quase sete dias, repassando os três livros de Virgílio que seguem o primeiro, estudando-os segundo a conveniência do momento. Mas nesse trabalho Licêncio tanto se aperfeiçoou ao estudo da poesia, que me pareceu necessário refreá-lo um pouco. Não se deixava facilmente afastar desta ocupação por nenhuma outra. Mas, finalmente, quando exaltei o quanto pude a luz da filosofia, consentiu em retomar a questão dos Acadêmicos que havíamos adiado.¹¹¹

(AGOSTINHO, *C. Acad.*, II, iv, 10).

Agostinho destaca que, após a primeira discussão do *Contra Academicos* ter sido finalizada, ele e seus alunos voltaram-se para a leitura dos cantos 2, 3 e 4 da *Eneida*. Contudo, a excessiva dedicação de Licêncio ao campo da poesia resultou na interpelação de Agostinho, pontuando que seria preciso retomar o caminho e a discussão sobre a filosofia, principalmente àquela estabelecida pelos Acadêmicos¹¹². Na passagem em destaque, está sugerido que o estudo e leitura da *Eneida* era uma espécie de recreação, já que os estudantes se voltam para essa atividade na ocasião em que decidem realizar uma pausa, e que o mestre precisa fazê-los retornar, em seguida, ao “trabalho sério”. Na *Ars breuiata* (I, 103), por exemplo, na parte dos *idiomata casuum*, Agostinho fornece exemplos de estruturas como “leio Homero” *lego Homerum (uerba accusatiuo casui* – os verbos [que se associam] ao acusativo) e “Virgílio, escreva! *Virgili scribe (nomina uocatiui casus* – nomes no caso vocativo, o verbo no imperativo presente), cuja finalidade parece ser, além reforçar uma prática gramatical como a dos *idiomata*, também destacar os dois nomes mais conhecidos da poesia grega e latina, ou seja, Homero e Virgílio¹¹³.

Nas *Confissões* (I, 13, 20), embora o enquadre seja claramente escolar (Agostinho fala da sua experiência na escola do gramático), é possível também entrever esse caráter “lúdico” que representava o estudo da literatura latina (Agostinho ali “confessa” apreciar o estudo da poesia). Diante disso, a passagem do *Contra Academicos* mostra uma mistura entre práticas das duas disciplinas (dialética – o estudo dos filósofos acadêmicos – e gramática – a leitura da *Eneida*), o que parece reforçar a tese de que Agostinho tenha

¹¹¹ Cf. *Post pristinum sermonem, quem in primum librum contulimus, septem fere diebus a disputando fuimus otiosi, cum tres tamen Virgiliti libros post primum recenseremus, atque ut in tempore congruere videbatur, tractaremus. Quo tamen opere Licentius in poeticae studium sic inflammatus est, ut aliquantum mihi etiam reprimendus videretur. Iam enim ab hac intentione ad nullam se rem devocari libenter ferebat. Tandem tamen ad retractandam quam distuleramus de Academicis quaestionem, cum a me, quantum potui, lumen philosophiae laudaretur, non invitus accessit...* (Tradução de Belmonte, 2008, p. 78).

¹¹² O debate sobre os Acadêmicos também é mencionado no *De beata uita*.

¹¹³ Há, na *Ars breuiata*, quatro passagens da *Eneida*, bem como essa ocorrência do nome de Virgílio. Embora o tema da poética esteja bem representado na gramática de Agostinho, o comentário sobre a passagem de São Paulo (I Cor. 13, 13 7), no parágrafo 7, é, sem dúvida, o mais extenso de todo o texto.

estreitado os laços entre esses saberes; bem como é possível depreender que o estudo da gramática tinha essa dimensão recreativa/lúdica.

No *De ordine* ecoa-se, em grande parte do livro I, uma tensão entre Agostinho e Licêncio com relação ao tema da poesia. Nesse diálogo, a posição de Agostinho se articula de dois modos: ao mesmo tempo que Agostinho refreia, em certo sentido, os impulsos de Licêncio a esse respeito, também destaca a importância da poética, já que Zenóbio, destinatário do diálogo em questão, lhe faz um desafio em forma de poema, o que nos leva a inferir que Zenóbio também era poeta (*De ord.*, I, vi, 20).¹¹⁴

É plausível observar nessas passagens a assimetria existente na utilização de autores do período clássico da literatura latina na argumentação de Agostinho, posto que, embora Agostinho mencione em várias ocasiões Virgílio, Salústio, Terêncio e até mesmo Pérsio; Cícero, por sua vez, permanece em um lugar de destaque, seja para exemplificar seu fascínio pela filosofia, após a leitura de *Hortensius*, seja quando o assunto se envereda para o campo da retórica.

Do ponto de vista da história da gramática no domínio romano, ainda que se postule que a gramática tenha entrado em Roma na mesma época que a retórica, se admitirmos o testemunho de Suetônio – em seu *De rhetoribus* (XXV, 1)– e tivesse sido, em seguida, desenvolvida por Palêmon (séc. I a.C.) e também por seu discípulo Quintiliano¹¹⁵ (séc. I d.C.), teria sido apenas a partir da Antiguidade Tardia que a prática e o ensino gramatical deixaram um volume expressivo de obras e de comentadores, dentre os quais se encontram Donato e Sérvio¹¹⁶. Pelo que vimos, já em Agostinho, a disciplina gramatical disputou ou teve que dividir espaço ao menos com a disciplina da dialética –

¹¹⁴ Agostinho relata-nos, nessa passagem, que Zenóbio teria ficado impaciente com a falta de tempo de Agostinho para tratar do assunto da ordem, dessa forma, na condição de poeta, escreveu o poema desafiando-o. Nas palavras de Agostinho, podemos perceber tal questão: “Mas ele ficou tão impaciente por causa dos meus frequentes adiamentos que, para forçar-me a lhe responder mais copiosa e diligentemente, desafiou-me com uma poema, por certo um lindo poema, pelo que você, na qualidade de poeta, deve amá-lo mais...” Agostinho segue com suas razões para escrever a Zenóbio e termina a passagem dizendo: “E, ao saber que você também se dedica ao estudo da arte poética, certamente ele ficará tão grato que já me parece vê-lo saltar de alegria.” O três motivos elencados por Agostinho para escrita do texto *De ordine* para Zenóbio configura-se da seguinte maneira: i) porque lhe é devido; ii) para que ele veja o tipo de vida que levamos agora, e por sua benevolência para conosco e, por fim, pelo fato de Zenóbio ter esperanças com a formação de Licêncio. Diante disso, vemos que há implícito na fala de Agostinho também uma preocupação com o modo de vida filosófico dele e de seus discípulos na estada em Cassiciaco.

¹¹⁵ O livro I da *Institutio oratoria* de Quintiliano é considerado o texto gramatical mais completo e antigo proveniente da Antiguidade.

¹¹⁶ *Ars minor* e *Ars maior* de Donato e os *Comentários a Eneida* de Sérvio.

e talvez também com a retórica –, formando assim o tripé (nos termos de Baratin & Desbordes, 1981, p. 48) – da educação liberal romana.¹¹⁷

2.2 A dialética (*dialectica*)

A dialética (*dialectica*) ocupa uma posição “chave” no pensamento de Agostinho. Ao ser colocada como o segundo estágio do processo pedagógico, pelo próprio Agostinho no *De ordine* (II, xiii, 38), a dialética exerce e estabelece uma relação bem estreita com os saberes gramaticais (*grammatica*) e com os retóricos (*rhetorica*). Para além dessa posição estratégica, como método pedagógico, a dialética recebe, nas reflexões de Agostinho, não somente um tratamento sistematizado, como aquele que se observa no *De dialectica*, ou uma posição de destaque, como a que está presente no *De ordine*, mas também uma defesa, que se materializa, em grande parte, no tratado de maturidade *Contra Cresconium*, texto no qual Agostinho refuta a crítica feita pelo gramático e donatista Crescônio à própria dialética.¹¹⁸

O tema da dialética em Agostinho tem sido objeto de várias discussões no campo filosófico, no da História da Educação na Antiguidade, e também no âmbito da História da Linguística. Os comentadores modernos oferecem observações variadas e, em certos casos, até mesmo antagônicas no que diz respeito à perspectiva pela qual Agostinho vê essa disciplina. Entre os comentários mais expressivos, e a que faremos menção neste capítulo, encontram-se os estudos de Pépin (1976), I. Hadot (1984), Colish (1990), Brachtendorf (2001 [1997])¹¹⁹, Shanzer (2005), Burton (2005), Hessbrüggen-Walter

¹¹⁷ Cf. Baratin & Desbordes (1981, p. 48-49). A vertente filosófica por trás da gramática, da retórica e da dialética em Roma é de matriz estoica. Para o caso da dialética no contexto da Antiguidade Tardia, ver: P. Hadot (1971); Colish (1995).

¹¹⁸ Cf. Fuhrer (2006, p. 110): “Augustine seems even to have been famous for his dialectical ability, as we learn from *Contra Cresconium grammaticum partis Donati*, written in 405/6, i.e. twenty years after the dialogues. In this treatise Augustine polemicalizes against a grammar teacher for sympathizing with the Donatist sect, whose toughest opponent he was.” Catapano (2010, p. 242): “Augustine defended dialectic explicitly so as to counter the accusations made by Cresconius, a grammarian who had blamed him for using eloquence and dialectical skill against the Donatist bishop Petilianus; Cresconius considered these means essentially deceptive and completely unsuited to the Christian religion.” Fuhrer (2006) e Catapano (2010) destacam aspectos importantes. O primeiro é que Agostinho escreve em prol da dialética vinte anos depois da composição de seus diálogos. Em especial, podemos citar o *De ordine*, diálogo no qual Agostinho, como vimos, denomina a dialética de *disciplina disciplinarum* (a disciplina das disciplinas). O segundo aspecto refere-se ao fato de Agostinho defender o uso da dialética em questões religiosas. Nesse sentido, observamos que a atitude de Agostinho com relação à dialética mantém-se em certo sentido.

¹¹⁹ A posição de Brachtendorf (2001) com relação à dialética é de declínio. Seu estudo tem como foco delinear que os conhecimentos dialéticos na obra de Agostinho têm uma “ruptura” ainda na fase dos diálogos. De acordo com Brachtendorf (2001, p. 25): “While Pépin points out the continuity of Augustine’s ideas from *De ordine* to *Contra Cresconium* and *De Doctrina Christiana*, I want to argue that there is a rupture in Augustine’s estimation of dialectic. My thesis is that there is a decline in the evaluation of

(2005), Fuhrer (2006) e Catapano (2010). No âmbito da História da Educação na Antiguidade e no da História da Linguística, destacam-se autores como Law (1980; 1995; 2003), Baratin (1989a, 1993, 2001) e Luhtala (2000, 2005, 2007).

No que refere à dialética especificamente, encontramos em Agostinho exposições sobre o “nascimento da dialética” (*De ord.*, II, xiii, 38), “definição da dialética” (*De dial.*, I, 1; *De ord.*, II, xiii, 38), a “forma da dialética” (*Sol.*, II, xi, 19), a “matéria da dialética” (*De dial.*, I, 1), o “objeto da dialética” (*De ord.*, II, xiii 38), as “partes da dialética” (*De dial.*, I, 4) e mesmo uma ponderação sobre a “origem” do termo *dialectica* na língua latina (*C. Cresc.*, I, 14, 17). Esses tópicos configuram apenas alguns dos pontos discutidos por Agostinho a respeito dessa disciplina¹²⁰.

O testemunho mais enfático de Agostinho com relação aos preceitos da dialética encontra-se no *De ordine*. Na passagem em destaque, podemos observar como ele apresenta o “nascimento das disciplinas liberais”:

Uma vez completa e sistematizada a **gramática**, a razão foi estimulada a pesquisar e voltar sua atenção àquela mesma força pela qual ela gerou a arte, pois, através de **definições, divisões e sínteses**, não só a havia **classificado e ordenado**, mas também a defendera de qualquer insinuação furtiva de falsidade. Pois como podia passar a outras construções se antes não **distinguisse, notasse e classificasse** seus próprios instrumentos e meios e passasse adiante para produzir a **disciplina das disciplinas**, que se chama **dialética? Esta proporciona a metodologia para ensinar e aprender; por ela a própria razão se mostra e se revela o que é, o que deseja, o que pode**. Dá certeza do saber; somente ela não apenas quer, mas também pode fazer com que tenhamos conhecimentos. Porém, uma vez que muitos homens estúpidos não seguem as coisas que lhes são aconselhadas com retidão, utilidade e honestidade, nem percebem a própria verdade sinceríssima que poucos espíritos veem, mas seguem os próprios sentidos e hábitos, era oportuno não somente ensinar-lhes o quanto eles podiam aprender, mas sim e principalmente

dialectic from *De ordine* and the *Soliloquia* to *De Magistro*. So far *De Magistro* has hardly been regarded in the discussion about Augustine' understanding of dialectic, probably because the 'dialectic' does not appear in this dialogue.” Infelizmente não tivemos acesso ao texto completo de Brachtendorf. Nesse sentido, destacamos, através da nossa própria investigação, que há no *De magistro* (I, xiii, 43) uma crítica, em certa medida, à dialética. Entretanto, tal posicionamento de Agostinho não nos parece ser uma espécie de “ruptura” e nem mesmo de “declínio”, mas sim uma forma reticente encontrada por ele ao versar sobre os limites e domínios da dialética para Adeodato. No trecho em questão, Agostinho pondera: “Dizem que uma definição pode subsanar este erro; se nesta questão ele tivesse definido o que é *virtus* (virtude), ele teria esclarecido, como dizem, que a controvérsia não é relativa à coisa, mas relativa à palavra; para eu concordar com isso, onde se pode encontrar um bom definidor? Entretanto, muitas coisas se têm discutido a respeito da ciência de definir, das quais nem é oportuno tratar aqui, nem são inteiramente aprovadas por mim.” [Cf. *Huic errori definitiones mederi posse dicunt, ut in hac quaestione si definiret quid sit virtus; eluceret, aiunt, non de re, sed de verbo esse controversiam: quod ut concedam ita esse, quotusquisque bonus definitor inveniri potest? et tamen adversus disciplinam definiendi multa disputata sunt; quae neque hoc loco tractare opportunum est, nec usquequaque a me probantur.*]. (Tradução de Belmonte, 2008, p. 413).

¹²⁰ O estudo mais aprofundado sobre o tema da dialética em Agostinho ainda continua sendo o de Pépin (1976). Logo, em que pese os comentários posteriores à obra de Pépin, seu trabalho ainda se reveste de autoridade e, por isso, é o nosso texto de referência sobre a dialética em Agostinho.

estimulá-los à prática. A razão denominou **retórica** esta parte encarregada desta função; é mais necessária que simples, a função de proporcionar aos povos quantidades de delícias para que aceitem ser atraídos para o seu próprio benefício. Até este ponto avançou, com os estudos e as disciplinas liberais, aquela parte que se diz razoável quando se trata da significação.¹²¹

(AGOSTINHO, *De ord.*, II, xiii, 38. Grifos nossos).

Essa longa descrição feita por Agostinho emerge no diálogo face à explicação que ele apresenta sobre a razão (*ratio*), após ter discutido sobre o papel da autoridade (*auctoritas*). Textualmente, depois do capítulo 28 do livro II, toda a reflexão que se segue até fim do diálogo (II, xx, 54) é um monólogo contínuo de Agostinho. De forma específica, o trecho em questão retoma e acentua a distinção que Agostinho faz entre o *rationale* (“racional”) e o *rationabile* (“razoável”), mostrando, de um lado, que “racional (*rationale*) [é] aquele que usa ou pode usar da razão”; e, de outro lado, “razoável (*rationabile*) aquilo que se faz ou se diz conforme a razão”. Agostinho exemplifica essa distinção da seguinte maneira: “pelo que podemos dizer estes banhos e a nossa discussão são razoáveis, mas racionais são aqueles que os construíram e somos nós que aqui estamos conversando” (*De ord.*, II, xi, 31).¹²² É possível, portanto, depreender que os aspectos que envolvem o campo da linguagem enquadram-se dentro do que é *rationabile*, “razoável”. Essa é uma diferenciação que marca, em linhas gerais, uma certa hierarquia entre: *ratio* (“razão”) > *rationale* (“racional”) > *rationabile* (“razoável”).

Agostinho começa, dessa forma, sua reflexão sobre o nascimento das disciplinas, pontuando que a gramática, tendo sido completada e sistematizada, cede espaço para que

¹²¹ Cf. *Illa igitur ratio perfecta dispositaque grammatica, admonita est quaerere atque attendere hanc ipsam vim, qua peperit artem: nam eam definiendo, distribuendo, colligendo, non solum digesserat atque ordinauerat, verum ab omni etiam falsitatis irreptione defenderat. Quando ergo transiret ad alia fabricanda, nisi ipsa sua prius quasi quaedam machinamenta et instrumenta distingueret, notaret, digereret proderetque ipsam disciplinam disciplinarum, quam dialecticam vocant? Haec docet docere haec docet discere; in hac se ipsa ratio demonstrat atque aperit quae sit, quid velit, quid valeat. Scit scire; sola scientes facere non solum vult sed etiam potest. Verum quoniam plerumque stulti homines ad ea quae suadentur recte, utiliter et honeste, non ipsam sincerissimam quam rarus animus videt veritatem, sed proprios sensus consuetudinemque sectantur, oportebat eos non doceri solum quantum queunt, sed saepe et maxime commoveri. Hanc suam partem quae id ageret, necessitatis plenior quam puritatis, refertissimo gremio deliciarum, quas populo spargat ut ad utilitatem suam dignetur adduci, vocavit rhetoricam. Hactenus pars illa quae in significando rationabilis dicitur; studiis liberalibus disciplinisque promota est.* (Grifo nosso). Segundo Luhtala (2007, p. 76): “Dialectic occupies a unique position among the arts in this theory. Augustine praised it as the discipline of disciplines, which teaches to teach and to learn (2, 13, 38). Dialectic is the result of the fact that Reason reflects upon itself and its own tools. It is the action of pure Reason without the involvement of the senses. Dialectic renders the other disciplines scientific through its purely rational method. Dialectic gives the rational mind the tools to know itself and its origin, to understand its ontological value and the higher principles. Only dialectic can render a man wise.”.

¹²² Tradução de Belmente (2008, p. 230-231).

a razão (*ratio*)¹²³ faça um exame sobre si mesma e estabeleça as bases e fundamentos para a “disciplina das disciplinas” (*disciplina disciplinarum*), isto é, para a dialética (*dialectica*). Agostinho então destaca o método dialético, mostrando que a dialética atua por meio de definições (*definitiones*), divisões (*distributiones*) e sínteses (*colligationes*), ao classificar (*digessere*) e ordenar (*ordinare*), defendendo-se contra a falsidade. A dialética, portanto, é a única disciplina que oferece uma metodologia que ensina a ensinar (*docet docere*) e ensina a aprender (*docet discere*), pois, por meio dela, é possível dar certeza ao saber (*scit scire*).

Vemos que o nascimento da dialética recebe uma ênfase especial, nessa passagem, ao passo que a retórica é mencionada com uma certa falta de atenção, e a gramática, embora não tenha recebido uma descrição mais detalhada, é também citada várias vezes ao longo da obra, como indicamos anteriormente. Esses aspectos levaram Shanzer (2005, p. 108) a considerar que no *De ordine* “é dado total assentimento à gramática e à dialética, mas quase nenhum à retórica, talvez, por causa do conflito do próprio autor, com relação à moralidade dessa disciplina, e pelo fato de ele ter deixado a cátedra.”¹²⁴

Apesar da centralidade que a dialética recebe no *De ordine*, essa não foi a primeira vez que Agostinho se debruçou sobre essa matéria. Em 387 d.C., Agostinho já havia escrito o *De dialectica*, texto em que se encontra a primeira definição de dialética no *corpus Augustinianum*. Na ocasião, ele a definira nos seguintes termos:

¹²³ Cf. Conybeare (2006, p.144): “The notion that *Ratio* might be being ridiculed (even when cast as a mere interlocutor) is, of course, completely counter-intuitive—for us and, we might suppose, for Augustine. He had read his Cicero: he had grown up with the Ciceronian definition of a human being, *homo est animal rationale et mortale*. We know this, because he quotes the phrase in *De Ordine*, during his discussion of the liberal disciplines, and his demonstration of how fundamental *ratio* is to them.

¹²⁴ Cf. Shanzer (2005, p. 108): “In *De Ordine* are signs both of the present and of the future. Full assent is given to grammar and dialectic, but almost no attention is paid to rhetoric, perhaps because of the author’s own conflict about its morality and the post he had given up.” Agostinho, nesse sentido, também dá a entender um papel da gramática como “fundamento” ou “base” da e para a dialética. Embora a dialética seja colocada como a “disciplina das disciplinas”, esta, em certa medida, depende de um conhecimento mais basilar, isto é, a gramática. A posição de Agostinho, em relação ao conhecimento da dialética, recupera, em parte, a posição platônica expressa no livro VII da *República*, que se apresenta através do diálogo estabelecido entre Sócrates e Glauco a respeito dos estudos que devem ser empreendidos para a formação de um bom governante/filósofo. No passo (534e1-4), Sócrates pondera: “Assim – continuei – creio que a dialética é de algum modo o supremo coroamento de nossos estudos, que não há outro que tenhamos o direito de lhe sobrepor, e que, enfim, terminamos com as ciências que é preciso aprender.” (Tradução de Guinsburg, 2016, p. 289). No ciclo de disciplinas travado no diálogo pelos dois personagens, é possível observar quais são as disciplinas fundamentais e sua ordem aprendizado. Sócrates e Glauco engendram essa ordenação entre os passos 514a-533a. Conforme nota de Nunes Lopes (2016, p. 289): “as quatro ciências acima enumeradas (i.e., a aritmética/cálculo, a geometria, a astronomia e a harmonia) são propedêuticas à dialética: somente tendo adquirido conhecimento dessas ciências, o filósofo poderá então aprender o método dialético, que é, por sua vez, o único caminho possível para alçar-se ao conhecimento mais genuíno, i.e., o conhecimento da ideia do bem.”. Explicita, nessa nota, o comentário de Sócrates (533a) que diz: “e também que só consegue descobrir a capacidade dialética quem for versado nas ciências que acabamos de percorrer, mas que, por qualquer outra via, é impossível.” (Tradução de Guinsburg, 2016, p. 289).

A dialética é a ciência do bem argumentar. Disputamos, em todo o caso, com palavras. As palavras ou são simples ou são combinadas. As palavras simples são aquelas que significam uma única coisa, como quando dizemos: *Homo* [homem], *equus* [cavalo], *disputat* [ele/a argumenta], *curris* [tu corres]. Não te espantes que *disputat* [ele/a argumenta], ainda que seja composta de duas partes, tenha sido, todavia, enumerada entre as palavras simples. Com efeito, esse fato se esclarece pela definição dada. De fato, afirmou-se que uma palavra é simples, porque significa uma única coisa. Assim, tal definição se aplica a essa palavra, mas não a *loquor* [eu falo]. Ainda que esta palavra, efetivamente, seja um único verbo, ela não tem uma significação simples, uma vez que também significa a pessoa que fala. Por isso, está sujeita à verdade ou à falsidade, pois pode tanto ser afirmada quanto negada.¹²⁵

(AGOSTINHO, *De dial.*, I, 1. Grifo nosso).

Essa definição é bem peculiar, pois Agostinho destaca não só o que é a dialética, mas também esclarece qual é sua matéria (as palavras) e para que ela serve. Vemos, de fato, que a *dialectica* é considerada uma *scientia* (ciência) que se destina ao bem disputar/argumentar (*bene disputandi*)¹²⁶ e que sua matéria é composta pelo uso das palavras (*uerborum*), as quais são divididas em simples (*simplicia*) e combinadas

¹²⁵ Cf. ***Dialectica est bene disputandi scientia. Disputamus autem utique verbis. Verba igitur aut simplicia sunt aut coniuncta.*** *Simplicia sunt quae unum quiddam significant ut cum dicimus 'homo, equus, disputat, currit'. Nec mireris, quod 'disputat' quamvis ex duobus compositum sit tamen inter simplicia numeratum est. / Nam res definitione illustratur. Dictum est enim id esse simplex quod unum quiddam significet. Itaque hoc includitur hac definitione qua non includitur cum dicimus 'loquor'. Quamvis enim unum verbum sit, non habet tamen simplicem significationem. Siquidem significat etiam personam quae loquitur. Ideo iam obnoxium est veritati aut falsitati, nam et negari et affirmari potest.* (grifo nosso).

¹²⁶ Cabe, nesse ponto, uma distinção lexicográfica entre *disputa* (v. *disputar*) e *argumentação* (v. *argumentar*). i) *disputar*: transitivo direto e bitransitivo: **1** despende esforços para obter (algo desejado tb. por outros); concorrer, competir Exs.: *d. um prêmio, um cargo etc. d. a namorada ao (ou com o) amigo*; transitivo indireto e intransitivo: **2** defender pontos de vista contrários; discutir, debater Exs.: *d. com o oponente sobre sua tese. ele costuma d. até convencer os adversários*; transitivo direto e transitivo indireto: **3** tentar tomar ou garantir para si (algo) Exs.: *os animais disputam o território. os principais canais de televisão disputam entre si pela audiência*; transitivo indireto: **4** estar à altura de; competir, concorrer Exs.: *os músicos brasileiros disputam com os melhores do mundo*; transitivo direto e bitransitivo: **5** Rubrica: esportes. participar de (competição esportiva) com intuito de vencer e/ou alcançar o primeiro lugar Exs.: *d. o campeonato. d. uma partida com o time da casa*. O vocábulo *disputar* em português possui essas cinco acepções, adotamos preferencialmente a segunda acepção proposta pelo dicionário Houaiss (versão eletrônica 2009). Nesse sentido, ao utilizarmos o vocábulo latino *disputatio* (v. *disputare*) e suas formas derivadas, assim como ao propor uma tradução para o mesmo, estamos veiculando os aspectos linguísticos e filosóficos; o segundo ponto é que geralmente esse vocábulo é traduzido como *argumentação* / (v. *argumentar*). Essa opção parece ser uma escolha válida na língua portuguesa, uma vez que entre suas acepções encontramos: **1** arte, ato ou efeito de argumentar; **2** Derivação: por extensão de sentido. troca de palavras em controvérsia, disputa; discussão; **3** Rubrica: termo jurídico.; conjunto de ideias, fatos que constituem os argumentos que levam ao convencimento ou conclusão de (algo ou alguém); **4** Rubrica: literatura, estilística. no desenvolvimento do discurso, corresponde aos recursos lógicos, como silogismos, paradoxos etc. ger. acompanhados de exemplos, que induzem à aceitação de uma tese e à conclusão geral e final. Nosso intuito consiste em destacar que, no âmbito da dialética e da retórica antiga, *disputatio* (*disputandi*) pertencem majoritariamente ao campo da dialética e não ao da retórica, que é designada geralmente como *dicendi* ou *disserendi* e *proferendi*, forma usada por Agostinho no *DCC* (IV, 1,1), ver item 2.3. Ver também Ernout & Meillet (1951, p. 969-970).

(*coniuncta*). Nos termos de Bettetini (2010 [2004], p. 173), “as palavras simples compõem a matéria da dialética, enquanto que as palavras combinadas são o produto da dialética.”¹²⁷ Ainda sobre a definição, um ponto fundamental e que merece destaque refere-se ao seu fundo estoico: “a dialética é a ciência do disputar corretamente” (SVF fr. 267 *διαλεκτικὴ δὲ ἐπιστήμη τοῦ εὖ διαλέγεσθαι*)¹²⁸. Se, por um lado, as palavras simples são a base ou matéria da dialética, por outro, é sobre as palavras combinadas que recai a análise propriamente lógica.

Nos capítulos I, II e III, Agostinho distingue e define os conceitos de *uerba simplicia* (palavras simples) e *uerba coniuncta* (palavras combinadas), bem como *sententia simplicia* (proposições simples) e *sententiae coniunctae* (proposições combinadas)¹²⁹. A divisão de Agostinho carrega consigo duas perspectivas filosóficas, a saber, o aristotelismo e o estoicismo. Esse último, como já destacamos, está presente na própria de definição de dialética. Esse aspecto eclético¹³⁰ do *De dialectica* pode ser detectado também quando observamos que as *uerba simplicia* e as *uerba coniuncta* adotam como referência o mesmo direcionamento das *Categoriae* (1a. II 16-19): τὰ λεγόμενα ἄνευ συμπλοκῆς (palavras que não estão combinadas) e τὰ λεγόμενα κατὰ συμπλοκὴν (palavras que estão combinadas)¹³¹. Entretanto, a complicação terminológica presente no *De dialectica* é proveniente da vertente estoica do texto, que se concentram sobretudo nas denominações das partes da dialética no capítulo IV e também no desenvolvimento que Agostinho faz das *uerba coniuncta* ao desmembrá-las em *simplices sententiae* (proposições simples) e *coniunctae sententiae* (proposições combinadas).

No capítulo IV do *De dialectica*, Agostinho se atém à divisão e à classificação das partes da dialética, o que pode ser esquematizado do seguinte modo:

¹²⁷ Faremos, no capítulo IV, uma discussão a respeito da combinação das palavras, a qual também já foi, por nós, tangenciada no capítulo I. Ater-nos-emos, nesse momento, à forma como Agostinho expõe esta definição.

¹²⁸ “La dialettica è detta, in linea con la definizione stoica, <<scientia del discutere correttamente>>, tramite parole semplici, che designano una cosa sola, e parole combinate, o connesse tra loro, soggette alla verità e alla falsità, quindi ad essere negate o affermate, oppure né vere né false, ma non per questo incomplete e prive di senso.” (BETTETINI, 2010 [2004], p. 173).

¹²⁹ No capítulo IV, apresentamos nossas observações acerca dessa terminologia.

¹³⁰ Esse aspecto é destacado por Luhtala (2005).

¹³¹ Pépin (1976, p. 64-72) estabelece mais paralelos entre as considerações de Agostinho e as de Aristóteles, o estudioso francês marca também traços do *Peri hermeneias*, do *De anima*, do *Sophistici elenchi* e do *Analytica Posteriora*. Ater-nos-emos apenas às *Categoriae*, uma vez que esse é o único texto aristotélico cuja leitura de Agostinho é atestada por seu próprio testemunho nas *Confissões* (IV, 16,28).

Plano Geral¹³²

1. Palavras simples *(de loquendo)*
2. Palavras combinadas >
 - a) que não formam uma proposição;
 - b) que formam uma proposição:
 - i) não é nem verdadeira e nem falsa *(de eloquendo)*
 - ii) verdadeira ou falsa:
 - x) simples *(de proloquendo)*
 - y) combinada *(de proloquiorum summa)*

O objeto de estudo da dialética se encontra, portanto, sob os eixos do *proloquendo* e do *proloquiorum summa*, uma vez que é por meio desses dois modos de combinação das proposições que se pode averiguar o que é verdadeiro ou falso (*obnoxium ueritati aut falsitati*)¹³³. A locução (*loquendo*) e a elocução (*eloquendo*) são, portanto, partes que a dialética define, mas sobre as quais não opera efetivamente.

A dificuldade, entretanto, de estabelecer uma investigação sobre tais conceitos no *De dialectica* se ancora no fato de que o texto que chegou aos dias atuais só apresenta um exame detalhado sobre o *de loquendo*, que, segundo o próprio Agostinho é “como se fosse a matéria (estudo) da dialética” (*quasi materia dialecticae*). No final do capítulo IV, Agostinho diz que tratará de cada uma delas, de forma detalhada (*Has singulas partes diligentius explicemus*). Essa informação faz com que possamos inferir que a parte remanescente desse texto seja bem introdutória, já que faltaram três partes significativas da discussão, sobretudo aquelas que versariam sobre o *de proloquendo* e o *de proloquiorum summa*.¹³⁴ Em que pese isso, Agostinho nos fornece, de fato, um quadro detalhado do *de loquendo* (cap. V), fator que possibilitou e ainda possibilita uma ampla

¹³² Esquema presente em Jackson (1975, p. 122), Bettetini (2010 [2004], p. 315). Esse é o mesmo esquema apresentado por Martiano Capella no *De dialectica* IV.

¹³³ Aristóteles (*Cat.*, 2a IV 5-10): “Cada uma dessas palavras, por si só proferidas, não formam uma afirmação, mas na combinação delas umas com as outras faz-se uma afirmação. Toda afirmação, ao que parece, ou é verdadeira ou falsa, mas, aquelas proferidas sem nenhuma combinação, nem é verdadeira e nem é falsa, como, homem, branco, corre, vence.” [cf. ἕκαστον δὲ τῶν εἰρημένων αὐτὸ μὲν καθ' αὐτὸ ἐν οὐδεμιᾷ καταφάσει λέγεται, τῇ δὲ πρὸς ἄλληλα τούτων συμπλοκῇ κατάφασις γίγνεται ἅπαντα γὰρ δοκεῖ κατάφασις ἢτοι ἀληθῆς ἢ ψευδῆς εἶναι, τῶν δὲ κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων οὐδὲν οὔτε ἀληθὲς οὔτε ψευδὸς ἐστίν, οἷον ἄνθρωπος, λευκόν, τρέχει, νικᾷ.].

¹³⁴ Provavelmente, Agostinho teve como fonte ou obra de Varrão, ou a mesma que Varrão teve acesso. O conhecimento de Varrão sobre a dialética estoica provém certamente de *Aelius Stilo* (Élio Estilo), seu professor, que compôs um livro denominado de *Commentarium de proloquiis* (*Comentário sobre as proposições*), atestado por Aulo Gélio (*N.A.*, XVI, viii, 2). No capítulo III, voltamos a essa discussão, ressaltando como as questões da linguagem presentes em Varrão, advindas do estoicismo, influenciam e/ou fazem parte das considerações de Agostinho.

reflexão sobre os elementos da linguagem e da língua latina em vários aspectos, dentre os quais o campo da sintaxe.

Os elementos e critérios que compõem o que Agostinho chama de *de loquendo* implicam o conhecimento das palavras em sua forma simples (*simplicia uerba*). Bettetini (2010 [2004], p. 320) apresenta o arranjo de Agostinho nos seguintes moldes:

De loquendo (uerba simplicia):

- i) *de uerbis:*
 - a) origem (*origo*. cap. VI)
 - b) força (*uis*. cap. VII-VIII)
 - c) declinação (*declinatio*)
 - d) ordenação (*ordinatio/sintaxe?*)
- ii) *de dicibilibus*
- iii) *de dictionibus*
- iv) *de rebus*

Podemos observar que Agostinho estabelece uma terminologia que vai desde os elementos que compõem o núcleo propriamente “linguístico” das palavras a sua relação com as coisas (*rebus*), as quais passam pelos conceitos de *dicibile* (dizível)¹³⁵ e *dictio* (palavra/expressão) respectivamente. Nesse quadro, a *ordenação* [das palavras] recebe um lugar dentro da reflexão de Agostinho sobre a linguagem. Em termos atuais, seria possível admitir que a *origo*, *uis*, *declinatio* e *ordinatio*¹³⁶ ligam-se aos campos da *etimologia*, *semântica*, *morfologia* e *sintaxe*¹³⁷, mesmo que tais termos não sejam totalmente equivalentes.

Agostinho, além dos tópicos presentes no tratado de juventude *De dialectica*, que apresentamos, produz depois do ano de 387 d.C. os diálogos de Cassiciaco, abordados no início deste capítulo. Em tais textos, Agostinho insere e problematiza tópicos filosóficos para seus discípulos e engendra questionamentos com relação ao próprio *modus operandi* do filosofar em sua época. Dito de outra forma, Agostinho destaca o papel da filosofia,

¹³⁵ No capítulo IV, tecemos algumas considerações sobre o termo *dicibile*.

¹³⁶ No capítulo V, propomos uma análise e interpretação dos termos *ordo* e *ordinatio*.

¹³⁷ Cada um desses termos são contextualizados na parte II de nosso trabalho, seu emprego, portanto, não se equivale aos sentidos modernos. A história de cada parte gramática, ou do pensamento linguístico, no curso do tempo, ao que se pode observar, é oriunda de escolhas de determinados fenômenos como modelo de análise e de interpretação. Para o conhecimento mais aprofundado de cada um desses termos, ao longo do tempo, respectivamente, ver: Mark Amsler, 1989 (*Etymology and Grammatical Discourse*); Wout Van Bekkum *et al.*, 1997 (*The Emergence of Semantics in four Linguistic traditions*); Geert Booij *et al.*, 2000 (*Morphologie/Morphology*); Swiggers & Wouters, 2005 (*Syntax in Antiquity*). Para uma investigação sintática na época Medieval, ver Michael Covington, 2009 (*Syntactic Theory in the High Middle Ages*) e Louis Kelly, 2002 (*The Mirror of Grammar*), para a história da sintaxe de *Port-Royal* até o *Programa Minimalista*, ver Giorgio Graffi, 2001 (*200 Years of Syntax*).

utilizando-se para isso do mesmo artifício “literário”, empregado por Platão e Cícero, ou seja, do par pergunta e resposta, do diálogo¹³⁸.

Nos *Soliloquia* (II, vii, 14), por exemplo, esse é um ponto central e que parece caracterizar a primeira fase de sua escrita filosófica, como podemos ler a partir do excerto abaixo:

É ridículo envergonhar-te, como se não tivéssemos escolhido este método de discussão. Por serem conversações a sós entre nós, quero denominá-las e dar-lhes o título de **solilóquios**, certamente um título novo e, talvez, seco, mas bastante adequado para indicar o nosso estilo. Pois uma vez que não há melhor método pelo qual a **verdade possa ser investigada do que perguntando e respondendo**, raramente se encontra alguém que não se envergonhe ao ser convencido em discussão. E quase sempre acontece que a gritaria de uma teimosia confusa comece a vaiar um assunto bem introduzido à discussão, até mesmo com ofensa às pessoas, ora de maneira dissimulada ora abertamente. Entretanto, com a ajuda de Deus, pareceu-me bom investigar a verdade de maneira muito tranquila e conveniente, segundo me parece, **perguntando-me e respondendo a mim mesmo**. Por isso, não há nada de que te envergonhar. Se em algum ponto te enredaste temerariamente, deve-se voltar atrás e solucionar; do contrário, não se pode sair disso.¹³⁹

(AGOSTINHO, *Sol.*, II, vii, 14. Grifos nossos).

Podemos ver muitas nuances nessa passagem. A primeira reside na observação que a *Ratio* faz para Agostinho com relação ao uso do método dialético de perguntas e respostas. Para a *Ratio*, não haveria motivos para que Agostinho se sentisse desconfortável em empregar tal método no exame dos *Soliloquia* (*Solus- loquor* = uma única-voz/falar consigo mesmo), pois o “neologismo” poderia também representar o par de pergunta e resposta em que “eu mesmo me interrogo e também respondo para mim mesmo” (*a meipso interrogatum mihique respondentem*). Gramaticalmente, os pronomes

¹³⁸ Baratin (1993b, p. 186): “Il est couramment admis par l’exégèse contemporaine que la constitution, le développement et les caractères propres d’un domaine *grammatical* dans l’Antiquité classique sont intimement liés à l’existence du domaine préexistant de la *dialectique* – notamment à partir de l’Ancien stoïcisme. Cette question constitue l’un des points cruciaux de l’histoire de l’analyse linguistique dans l’Antiquité... Ce qui fait complexité de l’histoire de la dialectique dans l’Antiquité, c’est que ce terme de *dialectique* a servi à désigner des réalités très diverses. Etymologiquement, il désigne une certaine pratique du *dialogue*, une technique de la discussion, de l’argumentation par questions et réponses.”

¹³⁹ Cf. *Ridiculum est si te pudet, quasi non ob id ipsum elegerimus huiusmodi sermocinationes: quae quoniam cum solis nobis loquimur, Soliloquia vocari et inscribi volo; novo quidem et fortasse duro nomine, sed ad rem demonstrandam satis idoneo. Cum enim neque melius quaeri veritas possit, quam interrogando et respondendo, et vix quisquam inveniatur quem non pudeat convinci disputantem, eoque paene semper eveniat ut rem bene inductam ad discutiendum inconditus perverbiae clamor explodat, etiam cum laceratione animorum, plerumque dissimulata, interdum et aperta; pacatissime, ut opinor; et commodissime placuit, a meipso interrogatum mihique respondentem, Deo adiuvante, verum quaerere: quare nihil est quod vereare, sicubi te temere illigasti, redire atque resolvere; aliter hinc enim evadi non potest.* (grifos nossos. Tradução de Oliveira, 1998, p. 73).

possíveis estão empregados respectivamente como ablativo singular de origem (*a meipso*, “de mim mesmo”) e dativo, enquanto destinatário prototípico (*mihi*, “para mim mesmo”), os quais enfatizam a conversa interior, mas que mantêm a premissa da pergunta e da resposta (*interrogo* e *respondo*). A exposição feita pela *Ratio* deixa transparecer um fenômeno subjacente ao *a meipso* e *mihi*, ou seja, o *nós*, marcado pela expressão *solis nobis loquimur* (conversamos entre nós, i.e., *Ratio* e Agostinho). Cabe-nos, nesse ponto, destacar que os diálogos de Platão e os de Agostinho compartilham "artifícios de composição literária" bastante semelhantes, ainda que não totalmente intercambiáveis.

Charles Kahn (2012 [2005], p. 158-159), a propósito do diálogo platônico, pondera que:

o diálogo platônico pode ser visto como uma peça literária, mas também como uma imitação escrita da prática oral da filosofia. Platão se mantém leal, pelo menos em princípio, ao modelo conversacional de Sócrates. A presença central de Sócrates nos diálogos corresponde à total ausência de Platão... A dialética (διαλεκτική) é literariamente a arte da conversação ou, em um contexto socrático, a arte de perguntar e responder questões. Além do mais, essa prática interrogativa do discurso é proposta por Platão como um modelo para atividade intelectual em geral. No *Teeteto* e no *Sofista*, pensar (διάνοια) é definido como a conversação da alma consigo mesma, perguntando e respondendo questões. Assim, a forma dialógica é, de um lado, uma imitação literária da arte filosófica da conversação de Sócrates, em que, por outro lado, representa dramaticamente a forma de pensar em geral. Ambas as noções são, de alguma forma, absorvidas na concepção de dialética de Platão como o método da filosofia.¹⁴⁰

A consideração de Kahn, ajuda-nos a distinguir dois elementos incontornáveis. O primeiro é que, diferentemente dos diálogos de Platão, cuja “voz nunca aparece”; nos diálogos de Agostinho, todos os elementos dialógicos gravitam em torno de sua figura. Os *Soliloquia*, enquanto engenho literário e filosófico de Agostinho, mostram-nos essa faceta. O segundo, mas não menos pertinente, é que Agostinho escreve seus diálogos na sua fase de juventude. Depois desse período, Agostinho abandona esse gênero literário definitivamente. No entanto, percebe-se em seus trabalhos de maturidade também a

¹⁴⁰ Cf. Kahn (2012 [2005], p. 158-159): “The Platonic dialogue can be seen as a work of literature, but also as a written imitation of the oral practice of philosophy. Plato thus remains loyal at least in principle to the conversational model of Socrates. To the central presence of Socrates in the dialogues corresponds the total absence of Plato... Dialectic (διαλεκτική) is literally the art of conversation or, in a Socratic context, the art of asking and answering questions. Furthermore, this practice of interrogative speech is proposed by Plato as a model for intellectual activity in general. In the *Theaetetus* and the *Sophist*, thinking (διάνοια) is defined as the conversation of the soul with itself, asking and answering questions. Thus the dialogue form is, on the one hand, a literary imitation of the Socratic art of philosophical conversation, whereas, on the other hand, it represents dramatically the form of thinking in general. Both notions are somehow absorbed into Plato’s conception of dialectic as the method of philosophy.”. Ver Trindade (2008, p. 47).

manutenção de um “aspecto dialógico”¹⁴¹, que mantém, em certo sentido, o cerne do perguntar e do responder, embora não o faça mais explicitamente; de todo modo, é possível dizer que a dialética platônica continua a ecoar nas considerações de Agostinho. O *élenchos* sócrático, isto é, o par pergunta e resposta, com vistas a uma refutação, não lhe é jamais alheio.

De acordo com Catapano (2013, p. 114), a forma do solilóquio não é, como parece, antagônica ao método dialógico, mas tenta captá-lo de uma maneira mais pura ainda, em uma espécie de diálogo sem “ruídos externos”, sendo assim um jogo dialético apenas entre aquele que pergunta e a sua razão. Nesse sentido, o par pergunta e resposta pode ser adequado para investigação da verdade (*quaerere uerum*), já que tal processo se daria de maneira mais “tranquila” (*pacatissime*) e mais “conveniente” (*comodissime*). Mais adiante no diálogo, a *Ratio* indaga a Agostinho sobre o que ele pensa da dialética:

R. Que te parece: a dialética, que é a arte de argumentar em diálogo, é verdadeira ou falsa?

A. Quem duvida que seja verdadeira? Mas também a gramática é verdadeira.

R. Tanto como aquela?

A. Não vejo o que possa ser mais verdadeiro que a verdade.

R. Sem dúvida aquilo que nada tem de falso. Há pouco, considerando isso, não gostaste daquelas coisas que, não sei como, não poderiam ser verdadeiras se não fossem falsas. Porventura ignoras que todas aquelas coisas mencionadas nas lendas e abertamente falsas pertencem à gramática?

A. É claro que não ignoro. Mas, na minha opinião, não são falsas por causa da gramática, mas pela gramática elas são explicadas como o são. A fábula é uma criação literária composta para proveito e divertimento. A gramática é, por sua vez, a disciplina guardiã e reguladora da voz articulada, cuja finalidade é coletar todas as coisas produzidas da linguagem humana, mesmo as ficções, conservadas pela memória ou consignadas por escrito, sem falsificá-las, mas ensinando e deduzindo delas alguma instrução verdadeira.

R. Correto. No momento não me preocupo se definiste e distinguiste bem essas coisas. Mas pergunto se é a própria gramática que demonstra isso, ou a arte de argumentar.

A. Não nego que a força e a perícia de definir, com que me empenhei agora em distinguir as coisas, se atribui à dialética.¹⁴²

¹⁴¹ Cf. Mohrmann (1968 [1961], p. 267), com relação ao uso de perguntas e respostas nos *Sermões* de Agostinho, destaca: “ce jeu d’interrogations et de réponses que les rhéteurs appelaient *dialektikon* est un des éléments les plus frappants des sermons, surtout des sermons exhortatifs et didactiques.”.

¹⁴² Cf. R. - *Quid tibi ergo videtur? disciplina disputandi verane an falsa est?*

A. - *Quis dubitet veram? Sed vera est etiam grammatica.*

R. - *Itane ut illa?*

A. - *Non video, quid sit vero verius.*

R. - *Illud profecto, quod nihil falsi habet; quod intuens paulo ante offendebare ex iis rebus quae nescio quomodo, nisi falsae essent, verae esse non possent. An ignoras omnia illa fabulosa et aperte falsa ad grammaticam pertinere?*

A. - *Non ignoro istud quidem; sed, ut opinor, non per grammaticam falsa sunt, sed per eam qualiacumque sunt, demonstrantur. Siquidem est fabula compositum ad utilitatem delectationemve mendacium. Est autem grammatica vocis articulatae custos et moderatrix disciplina: cuius professionis necessitate cogitur*

Agostinho, nessa passagem, nos fornece três informações. Uma relativa à forma dialógica da dialética; uma relativa à potencialidade da dialética, ao considerá-la como o discurso do verdadeiro, assim como o fato de ser capaz de auxiliar na busca da própria verdade; e, por fim, uma avaliação sobre o papel da gramática, comparado ao da dialética.

Com relação ao aspecto dialógico da dialética, destacamos acima que ele fez parte do processo de escritura da fase de juventude de Agostinho, marcando uma mudança em seu “modo de vida” e se apresentando como a “forma” mais eficaz para a busca da verdade. Quanto às implicações que se estabelecem entre o papel da dialética e o da gramática, é possível observar como essas duas dimensões dos saberes aparecem interligadas nessa passagem. No debate em questão, uma defesa da gramática é realizada por parte de Agostinho, pois, para esse, a gramática teria a sua validade e seu uso assegurado, mesmo face às pretensões do “verdadeiro”, típicas da dialética: “não vejo o que possa ser mais **verdadeiro do que a verdade**” (*Non video, quid sit vero verius. Sol.*, II, xi, 19).

Havíamos destacado a centralidade da dialética nos termos de Agostinho, mas, à luz dos desdobramentos dessa passagem, poderíamos talvez afirmar que as duas disciplinas estão, de certo modo, equiparadas. É apenas no decorrer do diálogo, que novamente a assimetria entre elas volta a aparecer, ou seja, quando Agostinho atribui à dialética o primado de representar uma *peritia definiendi* (“perícia da definição”), dizendo que toda força (*uis*) argumentativa utilizada para definir a gramática provém não da própria gramática, mas sim da dialética. Agostinho faz ecoar, então, através dessas palavras, a tradição dialética que lhe precede, já que *definir* seria um aspecto fundamental da investigação dialética¹⁴³.

humanae linguae omnia etiam figmenta colligere, quae memoriae litterisque mandata sunt, non ea falsa faciens, sed de his veram quamdam docens asserensque rationem.

R. - Recte sane: nihil nunc curo, utrum abs te ista bene definita atque distincta sint; sed illud quaero utrum hoc ita esse ipsa grammatica, an vero illa disciplina disputationis ostendat.

A. - Non nego vim peritiamque definiendi, qua nunc ego ista separare conatus sum, disputatoriae arti tribui. (Tradução de Fiorotti, 1996, p. 80-81 – com adaptações nossas).

¹⁴³ Para mais detalhes de como esse aspecto da dialética foi incorporado pela gramática, ver Seppänen (2014). Na tradição filosófica grega, ver Platão, *Fedro* 237c; Aristóteles, *An. Post.* 93b30-31, 93b38-39; 94a9-10. O conceito grego é ὄρος (fronteira, limite), termos que os latinos adaptam como *definitio*. No âmbito latino, provavelmente, Mário Vitorino, por meio de sua obra *De definitionibus* (I, 2, 4-5), que faz referência ao texto ao *Topica* (§ 26) de Cícero, deve ter sido uma das fontes de Agostinho para o tratamento dessa questão. De acordo com Mário Vitorino: “uma definição é, como diz Túlio nos *Topica*, uma sentença que explica o que a coisa definida é.” (*Definitio est 'ut Tullius in Topicis 'oratio quae id quod difinit explicat*

A preocupação com a maneira correta da definição já aparece esboçada no capítulo V do *De dialectica*. Após as definições de *uerbum* (palavra)¹⁴⁴, *res* (coisa)¹⁴⁵, *signum* (signo)¹⁴⁶, *loqui* (falar)¹⁴⁷ e *uox articulata* (voz articulada)¹⁴⁸, Agostinho faz a seguinte observação: “se todas essas coisas que foram definidas, estão corretamente definidas, ou e se, até aqui, as palavras da definição deverão ser seguidas por outras definições, este lugar será indicado, quando se tratar da **disciplina da definição**. Por ora, observa, atentamente, o que se segue (*Haec omnia quae definita sunt, utrum recte definita sint et utrum hactenus verba definitionis aliis / definitionibus perseguenda fuerint, ille indicabit locus, quo definiendi disciplina tractatur. Nunc quod instat accipe intentus*). Embora Agostinho tenha colocado uma reticência com relação às suas próprias definições de cada um dos vocábulos citados, é possível depreender dessa passagem sua preocupação diante desse procedimento. Apesar disso, no *De dialectica*, como destaca Bettetini (2010 [2004])¹⁴⁹, não há um lugar específico em que Agostinho trate apenas dessa questão, que também aparece tangenciada em outras obras, como, por exemplo, no *De ordine* e nos *Soliloquia*.

Como vimos, muitas são as designações de que Agostinho se utiliza para falar da dialética¹⁵⁰, tais como: *scientia bene disputandi* (“a ciência do bem

quid sit). A edição do *De definitionibus* utilizada por nós é retirada de P. Hadot (1971). O livro de P. Hadot também traz as observações de Boécio e Cassiodoro sobre o tema das *Definitiones*.

¹⁴⁴ Cf. “Palavra é o signo de uma coisa particular, que proferida por aquele que fala pode ser entendida por aquele que ouve”. [cf. *Verbum est uniuscuiusque rei signum, quod ab audiente possit intellegi, a loquente prolatum*.].

¹⁴⁵ Cf. “Coisa é aquilo que ou se sente, ou se entende ou está oculto”. [cf. *Res est quidquid vel sentitur vel intellegitur vel latet*.].

¹⁴⁶ Cf. “Signo é o que se mostra, não só pelo seu próprio sentido, mas também através si, algo ao espírito (mente)”. [cf. *Signum est quod et se ipsum sensui et praeter se aliquid animo ostendit*.].

¹⁴⁷ Cf. “Falar é dar um signo à voz articulada.” [cf. *Loqui est articulata voce signum dare*.].

¹⁴⁸ Cf. “Articulada, por sua vez, digo ser aquilo que pode ser compreendido pelas letras.” [cf. *Articulatam autem dico quae comprehendere litteris potest*.].

¹⁴⁹ Cf. Bettetini (2010 [2004], p. 316): “Non compresa in questo trattato, né in altri successivi. Cf. *De ordine* II 13, 38 in cui Agostino considera la definizione una parte della dialettica, che pone ordine nella grammatica...” Agostinho no *DCC* (II, 35, 53) faz esta observação: “A ciência da definição, da divisão e da classificação, ainda que seja empregada muitas vezes para coisas falsas, não é por si falsa; nem foi instituída pelos homens, mas descoberta pela própria razão das coisas. Poetas em suas fábulas, filósofos em suas opiniões errôneas ou até hereges, isto é, falsos cristãos, costumam empregar essa ciência. Mas não é por isso que na definição, divisão ou classificação deixe de entrar o que é próprio de uma questão ou que nela seja omitido o que é essencial.” É curioso notar que no *DCC*, Agostinho parece imputar a mesma dúvida à dialética que outrora havia esboçado sobre a gramática. Esse parecer ser um dado singular, pois, por meio dessa consideração, podemos perceber que Agostinho trata os dois domínios em partes diferentes de sua obra da mesma forma. Logo, ao que se pode perceber, é que com o passar do tempo o foco passa do âmbito gramatical e vai para o da dialética.

¹⁵⁰ As definições de dialética (*dialectica*) no mundo latino têm uma vasta tradição que é documentada desde os trabalhos de Cícero. P. Hadot (1971, p. 191) documenta várias dessas definições como, por exemplo, em Cícero, no *De finibus*, II, 6, 17; *Orator* XXXII, 113; Sêneca, *Ep. mor.*, 89, 17; Quintiliano, *Inst. Or.*, II, 20, 7; Mario Vitorino, *De definit.*, I, 1; *In Cic. Rhet.*, p. 242, 36, Halm. Por sua vez, apesar de P. Hadot considerar em várias partes de seu estudo o *De dialectica* de Santo Agostinho, ele não menciona as definições dada

disputar/argumentar”), que é a premissa principal do *De dialectica; disciplina disciplinarum* (“a disciplina das disciplinas”), do *De ordine* (II, xiii, 38); e *peritia definiendi* (“perícia do definir”), do *Soliloquia* (II, xi, 19). Além delas, no *Contra Cresconium*, Agostinho faz uma contextualização do termo latino, apresentando a discussão de como se realizou a passagem do termo original grego para aquela língua:

O nome dialética é, sem dúvida, grego, o qual se o uso admitisse, talvez, pudesse ser chamado em latim de ‘arte da disputa’ [argumentação]; assim como a gramática, em latim, é chamada de literatura, pois os mais doutos em ambas línguas assim as denominaram. Dessa forma, então, a gramática recebe o nome de literatura, porque, em grego, se diz *grámmata*: assim, o nome de dialética provém de disputa [argumentação]; porque disputa em grego recebe o nome de *dialogé* ou *diálexis*. Dessa forma, por sua vez, o gramático foi chamado pelos antigos de *litterator*: assim, o que, em grego, se diz dialético, em latim se diz *disputator*.¹⁵¹

(AGOSTINHO, C. *Cresc.*, I, 14, 17).

Da explicação e da justificativa de Agostinho em relação aos conceitos de *dialectica*, *disputatoria* e *disputator* podem-se destacar ao menos dois elementos. Em primeiro lugar, Agostinho recorre ao conhecimento etimológico, com o intuito de explicar a origem dos termos em questão. Para isso, ele estabelece um paralelo com a língua grega, demonstrando que o termo *dialectica*, em latim, resulta de uma transliteração do grego *dialektiké* e que o termo latino *disputatoria* seria, portanto, a sua tradução. Agostinho ainda argumenta que os termos *dialectica* e *disputatoria* foram recebidos e aceitos de forma diferenciada pela tradição latina. Como diz Agostinho “se o uso admitisse” (*se usus admitteret*), *disputatoria* seria o termo mais adequado, porém *dialectica* já havia se consagrado. Em segundo lugar, é preciso frisar que toda reflexão de Agostinho nesse tratado serve como refutação às alegações de Crescônio, não só enquanto representante

pelo jovem, Agostinho. Diante disso, de uma forma geral, em Santo Agostinho, de acordo com o levantamento feito por Pépin (1976), encontramos definições no *C. Acad.*, III, xiii, 29; III, xvii, 37: “*dialectica scientia ipsa veritatis est*”; no *De ord.*, II, xiii, 38: “*...ipsam disciplina disciplinarum, quam dialecticam vocant?*”; no *Sol.*, II, xi, 19-21: “*disciplina disputandi verane an falsa est?*”; no *C. Cresconium* I 13 (16): “*Quid est enim aliud dialectica quam peritia disputandi?*”; *ibid.* I 14 (17): “*disciplina disputandi, siue illam dialecticam uelis appellare siue quid aliud.*”; *ibid.* II 2 (3): ...; nas *Conf.*, X 9 (16): “*peritia disputandi.*” Acrescentamos, nessa discussão, o fato de Agostinho, no próprio *De dialectica*, mencionar, em alguns momentos, que se trata da “*disciplina verborum*”. P. Hadot (1971, p. 191-192) e Pépin (1976, p. 161-166).

¹⁵¹ Cf. *Nomen quippe Graecum est dialectica, quae si usus admitteret, fortasse latine disputatoria vocaretur; sicut grammaticam litteraturam latine, linguae utriusque doctissimi appellaverunt. Sicut enim a litteris denominata est grammatica, quoniam graece γράμματα litterae dicuntur: sic a disputatione dialectica nomen accepit; quoniam disputatio graece διαλογία, vel διάλεξις appellatur. Sicut autem grammaticus a veteribus latine dictus est litterator: ita qui graece dialecticus dicitur, multo usitatius et tolerabilius latine dicitur disputator.*

do donatismo, mas também enquanto gramático e dialético. Nesse sentido, recorrer ao uso da língua grega e latina para explicação da origem da dialética é um artifício que Agostinho explora no âmbito desse texto cuja diretriz retórica é essencialmente polêmica.

Destaca-se, ainda, que o uso do grego por Agostinho é uma questão que envolve muito debate, pelo fato de que não há uma homogeneidade no tratamento que Agostinho confere a ambas as línguas (ou seja, o grego empregado por Agostinho, em seus textos tem muitas variações, que devem ser explicadas para além da crítica comum de que Agostinho não dominava tal língua). A postura adotada por Agostinho no que se refere ao conhecimento da terminologia grega¹⁵² e a forma como ele lida com essa nomenclatura foi descrita por Pépin (1992) nos seguintes termos:

Ora Agostinho escreve em caracteres gregos uma palavra ou um grupo de palavras (citação), ora introduz em seu texto palavras gregas escritas em caracteres latinos (transliteração), em outros momentos, ele realmente traduz o vocabulário grego para o latim (tradução), entende-se também que pode haver soluções mistas, ou seja, uma citação + tradução.¹⁵³ (PÉPIN, 1992, p. 277)

¹⁵² Essa postura ocorre nos mais variados textos de Agostinho, desde os escritos de juventude até os de maturidade. Um exemplo emblemático desse fenômeno encontra-se no *De magistro* (I, v, 15): “aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *quis*,

pode ser respondido para mim τίς,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *uolo*,
pode ser respondido para mim θέλω,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *bene*,
pode ser respondido para mim καλῶς,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *scriptum*,
pode ser respondido para mim τὸ γεγραμμένον,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *et*,
pode ser respondido para mim καί,
aquilo que os gregos nomeiam, e nós nomeamos *ab*,
pode ser respondido para mim ἀπό,
aquilo que os gregos nomeiam, e que nós nomeamos *heu*,
pode ser respondido para mim οἶ.” [Cf.

Quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*quis*», responderi mihi τίς, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*uolo*», responderi mihi θέλω, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*bene*», responderi καλῶς, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*scriptum*», responderi mihi τὸ γεγραμμένον, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*et*», responderi καί, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus
«*ab*», responderi ἀπό, /
quid Graeci nominent, quod nos nominamus

«*heu*», responderi οἶ.]. Pode-se observar que as discussões que envolvem o campo terminológico grego e latino não se limitam ao contexto da dialética, mas também envolvem os domínios gramaticais. Para mais detalhes, ver Freitas (2016, p. 107).

¹⁵³Cf. Pépin (1992, p. 277): “tantôt Augustin écrit en caractères grecs un mot ou un groupe de mots (citation), tantôt il introduit dans son texte des mots grecs écrits en caractères latins (translittération), tantôt

A observação de Pépin (1992) ajuda-nos a entender a forma como Agostinho procurou explicar os conceitos gregos no *Contra Cresconium* (I, 14, 17). O movimento linguístico proposto por Agostinho para solucionar questões de ordem terminológica não se limita apenas aos conceitos mencionados anteriormente em nossa análise. Agostinho explicita também a procedência de *disputatio*, dizendo: “assim, o nome de dialética provém de disputa (argumentação); porque disputa em grego recebe o nome de *dialogé* ou *diálexis*¹⁵⁴ (*C. Cresc.*, I, 14, 17). Nesse caso, Agostinho faz uma aproximação do termo *dialectica* com o de *disputatio*, uma vez que esse representa o método dialético, possuindo como correspondentes na língua grega os termos *dialogé* ou *diálexis*. Portanto, Agostinho recorre ao conhecimento etimológico ainda uma vez. Em termos gerais, esse trecho do *Contra Cresconium* configura-se como sendo uma boa exemplificação, como observou Pépin (1992), da atitude adotada por Agostinho em relação à terminologia oriunda da língua grega.

Em síntese, a partir da exposição de Agostinho, podemos formular o seguinte esquema:

Termos Latinos (CGD I, 14, 17)	Termos Gregos (CGD I, 14, 17)	Termos gregos	Funções/Ofícios
<i>Dialectica</i>	***	<i>Dialektiké</i>	Disciplina/ciência
* <i>Disputatoria</i>	***	<i>Dialektiké</i>	Disciplina/ciência
<i>Disputatio</i>	<i>Dialogé</i> / <i>Diálexis</i>	<i>Dialogé</i> / <i>Diálexis</i>	Método dialético
<i>Dialecticus</i>	***	<i>Dialektikós</i>	Dialético
<i>Disputator</i>	***	<i>Dialektikós</i>	Dialético
<i>Grammatica</i>	***	<i>Grammatiké</i>	Disciplina/ciência
* <i>Litteratura</i>	***	<i>Grammatiké</i>	Disciplina/ciência
<i>Littera</i>	<i>Grámmata</i>	<i>Grámmata</i>	Matéria da gramática
<i>Grammaticus</i>	***	<i>Grammatikós</i>	Gramático
* <i>Litterator</i>	***	<i>Grammatikós</i>	Gramático

Tabela 7. Paralelo entre a terminologia grega e latina no CGD (I, 14,17).

Avançando um pouco mais em nossa observação, Agostinho traça um paralelo quase simétrico entre os termos. Sua exposição destaca três termos latinos e dois gregos

il traduit véritablement le vocabulaire grec en latin (traduction), étant entendu qu'il peut exister des solutions mixtes, ainsi citation + traduction.”

¹⁵⁴ Cf. Agostinho (*C. Cresc.*, I, 14, 17): *sic a disputatione dialectica nomen accepit; quoniam disputatio graece διαλογή, vel διάλεξις appellatur.*

tanto para explicação da nomenclatura da dialética, quanto para da gramática. Nesse sentido, os termos latinos *disputatoria*, *disputatio* e *disputator* formam o bloco de conceitos que foram traduzidos para a língua latina; os termos *dialectica* e *dialecticus* são transliterações (não sem adaptações morfológicas ao sistema de casos latinos) de vocábulos gregos. O mesmo pode ser observado em relação à nomenclatura gramatical apresentada por Agostinho. Dessa forma, *litteratura*, *littera* e *litterator* constituem as traduções dos termos gregos, e os conceitos de *grammatica* e *grammaticus*, transliterações dos conceitos gregos, tal qual também Suetônio havia distinto.¹⁵⁵

Há, ainda, uma peculiaridade na argumentação de Agostinho quando ele explica a procedência dos termos *disputatio* e *littera*. Nesses dois casos, Agostinho recorre aos vocábulos gregos para explicar sua etimologia sem os transliterar, citando-os em grego. O dado, em questão, torna-se ainda mais característico, pois *disputatio* (*dialogé* ou *diáléxis* / *διαλογία* *vel* *διάλεξις*) diz respeito ao método e à função da dialética, ao passo que *littera* (*grámmata* / *γράμματα*) a uma das partes do conhecimento gramatical.

2.3 A retórica (*rhetorica*)

A retórica em Roma sempre se manteve como o último estágio da formação escolar, cuja trajetória vinculava-se, diretamente, ao acesso aos cargos públicos e às honrarias mais elevadas no âmbito da sociedade romana. As obras e as figuras de Cícero

¹⁵⁵ Em Suetônio (*De gram.*, 4, 2-5): “A denominação de ‘gramáticos’ desenvolveu-se a partir do costume grego; mas no início eram chamados de ‘literatos’. Também Cornélio Nepos, no livrinho em que distingue literato de erudito, afirma que, de fato, são chamados pelo povo literatos aqueles que são capazes de escrever ou dizer algo de forma diligente ou aprofundada; de resto, devendo ser chamados, assim, propriamente, de ‘intérpretes dos poetas’ aqueles que são chamados pelos gregos de gramáticos. (...) Porém, há aqueles que distinguem ‘literatos’ (*litterati*) dos ‘mestres de letras’ (*litteratores*), assim como aos gregos soem distinguir gramáticos (*grammatici*) de mestres de gramática (*grammatistae*); aquele, de fato, estimam ser absolutamente culto, e este medianamente.” [Cf. *Appellatio grammaticorum Graeca consuetudine inualuit; sed initio litterati uocabantur. Cornelius quoque Nepos libello quo distinguit litteratum ab erudito, litteratos quidem uulgo appellari ait eos qui aliquid diligenter et acute scienterque possint aut dicere aut scribere, ceterum proprie sic appellandos poetarum interpretes, qui a Graecis grammatici nominantur. (...) Sunt qui litteratum a litteratore distinguant, ut Graeci grammaticum a grammata, et illum quidem absolute, hunc mediocriter doctum existiment.*]. Tradução de Fortes (2012, p. 95). Tanto na passagem de Agostinho, como na de Suetônio, podemos perceber duas questões. A primeira refere-se à prática que os autores latinos possuíam em recorrer ao grego para justificar, em certa medida, a adoção de um termo, seja no campo da gramática, da dialética ou mesmo da retórica. Logo, Agostinho recorre aos étimos gregos para definir, primeiramente a dialética e depois a gramática. A segunda diz respeito ao conceito de *usus/consuetudo*, Agostinho e Suetônio consideram que o “uso” pelos gregos e pelos latinos definiram os termos em questão. No caso de Agostinho, *dialectica* tem um uso mais corrente e aceito do que *disputatoria*. Suetônio, por sua vez, explica que o uso de *grammaticus* suplantou posteriormente o de *litteratus*.

e de Mário Vitorino¹⁵⁶ servem como dois grandes exemplos. Assim, pode-se considerar que a “retórica era o tema mais importante no currículo” escolar romano (LUHTALA, 2007, p.71)¹⁵⁷. Entretanto, apesar de a retórica ter sido reconhecida como um dos grandes pilares da formação educacional na Antiguidade¹⁵⁸, a prática retórica não foi poupada de críticas pelos próprios autores antigos, como, por exemplo, Quintiliano, na *Institutio oratoria*; Tácito, no *Dialogus de oratoribus*; Petrônio, no *Satyricon* e, decerto, também Agostinho nas *Confissões* e no *De doctrina Christiana*, cujos apontamentos com relação aos ensinamentos e a prática retórica têm uma via dupla.

As condições sociais e políticas do período, ocorridas após a alteração do regime da *República* para o *Império*, foram paulatinamente sendo adaptadas ao novo contexto romano. A retórica, como uma das peças-chave desse processo de transformação, inevitavelmente acompanhou as mudanças.¹⁵⁹ Um certo clima de desconfiança em relação aos conhecimentos dos oradores e, por extensão, para com os retóricos, parece ter sempre acompanhado a disciplina, e não ter-se alterado à época de Agostinho. Tal aspecto pode ser observado pelo senato-consulta de 92 a.C., ainda na época da *República*, que teria banido, segundo Suetônio, os rétores de Roma, como se registra no *De rhetoribus* (XXV, 1):

¹⁵⁶ Cf. Cooper (2005, p.18): “The exact date and circumstances of Victorinus’ move to Rome are unknown. Jerome’s notice in *De viris illustribus* tells us that he taught rhetoric there during the reign of Constantius (337–61). At some point during this period he obtained the post of *rhetor urbis Romae*, official teacher of rhetoric for the old capital. A *rhetor* at this period was not an orator, but a professor of the subject. Victorinus himself defines the term in his commentary on Cicero’s youthful textbook of rhetoric thus: a *rhetor* is ‘one who teaches literature and transmits the skills pertaining to eloquence’. In this capacity he obtained public honours, the award of a statue in Trajan’s Forum.”

¹⁵⁷Cf. Luhtala (2007, p. 71): “Rhetoric was the most important subject in this curriculum.”. Em Cameron (1993, p. 152): “A rhetorical education was therefore a saleable commodity, which parents wanted for their sons; we can see this illustrated vividly in Augustine’s account of his own training and early career in Carthage and Rome. Most of the well-known bishops of the period, like Basil of Caesarea, who studied in Athens, had had a similar education themselves.”.

¹⁵⁸ A retórica na Antiguidade tem uma longa tradição que remonta desde as primeiras postulações de Platão no *Górgias* e no *Fedro*, bem como as considerações de Aristóteles, em sua *Retórica*, na Grécia dos séculos IV e V a.C. Os estoicos também, principalmente com Crisipo, elaboraram uma divisão para o *lógos* que se dividia entre dialética e retórica. A retórica, por sua vez, tinha uma característica mais “minimalista” dentro da filosofia estoica, como sugere Ildefonse (2007 [2001]).

¹⁵⁹ Fazemos uma ressalva com relação ao entendimento desse processo, pontuando que a transição entre um modelo de governo e outro na Antiguidade não provoca, ao mesmo tempo, todas as alterações do sistema vigente, o que se percebe, na maioria das vezes, é uma linha tênue entre a manutenção e a adaptação de práticas e de elementos culturais. Em Frydman (2004, p. 4), encontramos uma ponderação que deve ser sempre observada no que se refere à retórica: “a análise, porém, não deve reduzir à constatação da evidente instrumentalização da eloquência pelo poder político. As mudanças na cultura romana entre os anos finais da República e os do começo do principado também responderam a fatores sobre os quais o novo regime não tinha um total controle. Seria, entretanto, restritivo demais reduzir essas modificações a meras consequências dos fatos políticos relativos à instalação do principado... O advento do principado só teria acelerado o desenvolvimento de algumas dessas tendências já vigorosas na cultura romana dos tempos finais da República.”.

A retórica também foi recebida entre nós do mesmo modo que a gramática, tardiamente e ainda com um pouco mais de dificuldade, com efeito, essa consta, não raro, até ter sido proibida de ser exercida. Para que isso a ninguém seja duvidoso, acrescentarei um antigo senato-consulta, e também um édito dos censores: ‘no consulado de C. Fânio Estrabão e M. Valério Messala, o pretor M. Pompônio consultou o senado. Uma vez que a pauta foi feita a respeito dos filósofos e dos rétores, sobre este assunto assim decidiram que o pretor M. Pompônio repreendesse e cuidasse de que do ponto de vista do bem da república e da sua fidelidade lhe parecesse que não devessem estar em Roma’.¹⁶⁰

A disciplina retórica, que se equiparava, do ponto de vista de sua introdução em Roma, à gramática, teria sido em um primeiro momento tratada como uma ameaça aos “bons costumes” (*mos maiorum*), se o testemunho de Suetônio estiver correto – é importante sublinhar também que a filosofia, em certo sentido, foi entendida, nesse primeiro momento, da mesma forma que a retórica. Em certa medida, a visão dos autores do principado segue o mesmo tom empregado no édito de 92 a.C. Nas considerações de Tácito, percebemos a permanência de uma avaliação negativa da prática retórica no período imperial, nestes dois trechos:

Aquele mesmos antigos tiveram convicção disso e entendiam que, para alcançar o que lhes parecia eficiente, era preciso não que declamassem nas escolas de rétores, nem que atormentassem apenas a língua ou a voz com controvérsias fingidas e de modo algum condizentes com a realidade, mas que preenchessem o pensamento com aquelas artes em que se debate sobre o bem e o mal, o honroso e o torpe, o justo e o injusto: essa que é, de fato, a matéria sujeita ao orador e à sua oratória. (...) Mas agora, os nosso jovencinhos são conduzidos para a escola desses que chamamos de rétores. Eles um pouco antes de Cícero, isto é certo, existiram e não agradaram aos nossos antepassados, de tal modo que, pelos censores Crasso e Domício, foram ordenados a fechar, como afirma Cícero, ‘a escola de descaramento’¹⁶¹.

(TÁCITO, *Dial.*, XXXI, 1; XXXV, 1).

A crítica de Tácito destaca os principais pontos que fizeram com que a prática retórica na época do Império fosse tratada com receio e falta de prestígio. Tácito, para isso, explicita que tais escolas ensinavam aos jovens romanos exercícios declamatórios

¹⁶⁰ Tradução de Costrino (2014, p. 264). O mesmo édito também é registrado por Aulo Gélíio (*N.A.*, XV, 11).

¹⁶¹ Cf. *Hoc sibi illi veteres persuaserant, ad hoc efficiendum intellegebant opus esse, non ut in rhetorum scholis declamarent, nec ut fictis nec ullo modo ad veritatem accedentibus controversiis linguam modo et vocem exercerent, sed ut iis artibus pectus implerent, in quibus de bonis et malis, de honesto et turpi, de iusto et iniusto disputatur; haec enim est oratori subiecta ad dicendum materia...; At nunc adolescentuli nostri deducuntur in scholas istorum, qui rhetores vocantur, quos paulo ante Ciceronis tempora extitisse nec placuisse maioribus nostris ex eo manifestum est, quod a Crasso et Domitio censoribus claudere, ut ait Cicero, “ludum impudentiae” iussi sunt.* (Tradução de Martinez de Rezende; Castilho de Avellar (2014, p. 90-91; 2014, p. 102-103).

fictícios¹⁶² que em nada condiziam com a realidade, uma vez que não se discutia mais a relação entre “o bem e o mal”, “o justo ou injusto”. Em Petrônio, por exemplo, encontra-se uma crítica mais aguda em relação à prática retórica dominante no período. O autor atribui ao personagem Encólpio, a seguinte fala:

hoje não só por causa do inchaço dos temas, como também da forma sem qualquer conteúdo dos discursos, eles se aproveitam exatamente desse fato para, ainda que estejam no fórum, pensar que estão num outro mundo. E por isso, sou da opinião de que, nas escolas, os jovens se transformaram nuns gradíssimos idiotas, porque nada disso que temos nos exercícios eles ouvem ou veem: são piratas acorrentados na costa, são tiranos baixando decretos que levam os filhos a decapitar os próprio pais, são recomendações de que, com uma epidemia, três ou mais virgens sejam imoladas. Um mel esses trechos de frases, e tudo isso dito e feito como se estivesse salpicado de papoula e sésamo.¹⁶³

(PETRÔNIO, *Sat.*, I, i, 1-2).

Tanto no testemunho de Tácito, como na descrição feita por Petrônio, observamos uma posição crítica sobre os saberes e as práticas retóricas daquela época. A eloquência, que outrora fora proferida e, até mesmo ensinada pelos discursos de Cícero, provavelmente teria cedido lugar para exercícios escolares que não encontravam mais lastro nas discussões sobre os costumes romanos, mas sim, como Frydman (2004) destaca, em aspectos do que era “irreal”. No entanto, é preciso, antes de prosseguirmos com a “imagem” que Agostinho projeta da retórica em seu tempo, pontuar que a retórica do final da república e do período imperial romano têm sido interpretada como uma prática literária altamente elaborada, e que se apresenta principalmente por meio do ensino das *declamationes* (declamações) como o mais extenso temporalmente. (BLOOMER, 2007; KASTER, 2001). Em que pese o papel da crítica moderna no que se refere aos conceitos, modelos e *status* da retórica da época imperial romana, é justamente com a retórica praticada nesses moldes que Agostinho levantou toda uma contra-argumentação.

Nas várias considerações que Agostinho destina à retórica é possível perceber que o autor partilhava de uma certa crítica, revelando também de sua parte um

¹⁶² Myers (2006, p. 440): “Tacitus and Quintilian, looking back from the late first century CE, cite the new importance attached to public declamation as the reason for the decline in Roman oratory and eloquence. Declamation (producing model speeches and exercises on a set theme) was not new, but in the empire, as opportunities for the free elite expression of political ideas decreased, its popularity vastly increased as an alternative vehicle for rhetoric in light of changing political circumstances.”

¹⁶³ Tradução de Aquati (2008, p. 13-14). É passível de nota o fato de que o texto do *Satyricon* que nos chegou-se esteja incompleto no seu início. Entretanto, cogita-se que a parte restante seja, na verdade, uma resposta dada pelo Encólpio à “declamação” realizada pelo seu mestre Agamêmnon.

descontentamento com o lugar da retórica no seio da sociedade romana da Antiguidade Tardia. Sua posição parece ser um tanto paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que era o veículo de posicionamentos contrários e críticos à prática da retórica – talvez a partir da sua posição de “filósofo”, subscrevendo uma tradição que, ademais, começou com os gregos – serviu-se também dela enquanto etapa fundamental da educação da elite romana. É dentro dessa ambiguidade que também se encontra o pensamento de Agostinho sobre a retórica, isto é, entre seu prestígio e sua utilidade e, por outro lado, seu caráter duvidoso ou mesmo nocivo.

Vejamos, nesse sentido, os testemunhos a esse respeito constantes do *De ordine*, do *De rhetorica*, do *De dialectica*, das *Confissões* e, por fim, do *De doctrina Christiana*. Nossa escolha enseja demonstrar quais motivos levaram Agostinho a abandonar a carreira de professor de retórica e como esse “afastamento” influi nas suas considerações sobre o papel da retórica dentro de sua análise da linguagem.

No *De ordine*, após dedicatória oferecida a Zenóbio, lemos:

Quando uma doença do estômago me obrigou a deixar a cátedra de retórica, embora, como você sabe, mesmo sem este motivo eu já planejava refugiar-me ao estudo da filosofia, logo me transferi para o sítio de nosso grandíssimo amigo Verecundo. Que direi? Ele o fez com o maior prazer. Você sabe muito bem a singular benevolência daquele homem não só para com todos, mas principalmente para conosco. Ali discutíamos entre nós tudo o que nos parecia útil, e tudo era colocado por escrito por causa da minha saúde. Quando, por algum motivo de saúde, eu era impedido de falar, evitava-se qualquer disputa excessiva nas conversações. Além disso, ao mesmo tempo que parecia bom redigir algo do nosso interesse, evitavam-se repetições desnecessárias e não havia trabalho para a memória.¹⁶⁴

(AGOSTINHO, *De ord.*, I, ii, 5)

Esse relato de Agostinho revela-nos que a sua saída do posto de mestre retórica em Roma estaria relacionada à sua frágil saúde¹⁶⁵. No entanto, há uma nuance textual

¹⁶⁴ Cf. *Nam cum stomachi dolor scholam me deserere coegisset, qui iam, ut scis, etiam sine ulla tali necessitate in philosophiam confugere moliebar; statim me contuli ad villam familiarissimi nostri Verecundi. Quid dicam, eo libente? Nosti optime hominis, cum in omnes, tum vero in nos benevolentiam singularem. Ibi disserebamus inter nos quaecumque videbantur utilia, adhibito sane stilo quo cuncta exciperentur; quod videbam conducere valetudini meae. Cum enim nonnulla loquendi cura detinerer, nulla inter disputandum irrepebat immoderata contentio. Simul etiam ut si quid nostrum litteris mandare placuisset, nec aliter dicendi necessitas, nec labor recordationis esset.* (Tradução de Belmonte, 2008, p. 163-164).

¹⁶⁵ Agostinho menciona no *Contra Academicos* (I, i, 3), e no *De beata uita* (I, 4), e em *Confessiones* (IX, 2, 2, 4) tais problemas. Agostinho sofria, provavelmente, de dores no peito e no estômago. No *Contra Academicos*, no *De beata uita* e nas *Confessiones*, encontramos *dolor pectoris* (dor no peito) e no *De ordine*, *dolor stomachi* (dor do estômago). De qualquer forma, parece que esses problemas também interferiram,

nessa passagem: Agostinho, logo em seguida, pondera que já planejava refugiar-se no ócio da filosofia (*otium philosophiae*), o que nos parece ser independente da sua condição física. Uma descrição mais viva desse processo de transição em sua vida e carreira está registrada nas *Confissões* (IX, 2, 2; IX, 2, 4), assim como uma atitude no que se refere ao ensinamento de preceitos retóricos, vinculados ao cristianismo, estão dispostos no livro IV do *De doctrina Christiana*.

Ainda na sua fase de juventude, Agostinho escreveu um livro intitulado *De rhetorica*, com já apresentamos no início deste capítulo. Nesse pequeno tratado de vinte e um capítulos, observamos primeiramente os tópicos para os quais Agostinho empreendeu uma definição e descrição. De maneira geral, o texto se divide nos seguintes temas:

Seção 1. O ofício do orador (*officium oratoris*).

Seções 2-4. A finalidade do ofício do orador (*finis oratoris officii*).

Seções 5-6. Questões gerais e particulares (*thesis-hypothesis*).

Seções 7-8. Circunstâncias das coisas (*circumstantia rerum*).

Seções 9-11. Questões lógicas e legais (*quaestiones rationales et legates*).

Seção 12. *Stasis* (*status controversiae*).

Seções 13-14. Os conceitos de *phasis*, *aition*, *synechon* e *krinomenon*.

Seções 15-16. Controvérsias asistáticas (*controversiae asystatae*).

Seções 17-21. Os *endoxos*, *amphidoxos*, *paradoxos*, e *adoxos* das controvérsias (*figurae controversiarum*), e como tratar cada tipo na introdução de um discurso.¹⁶⁶

Esse manual de retórica é bem sintético. Agostinho mantém-se atento aos preceitos retóricos, não há nenhuma espécie de comentário que possa nos indicar seu “fascínio” ou “descontentamento” com a disciplina, o que se observa, ao contrário, é uma apresentação direta e didática do conteúdo retórico. Tal posição pode ser justificada pelo caráter técnico da obra, a mais sintética das três que compõem o seu *triuium*. O texto contém uma terminologia grega disseminada em cada um dos tópicos, mostrando, em alguns casos, traduções e adaptações para a língua latina. Esse é um ponto de difícil entendimento entre os especialistas nas obras de Agostinho, já que a profusão de termos gregos não parece corresponder ao modo de escrita ou ao estilo de composição de

de forma aguda, na profissão de retórico de Agostinho. Brown (2005 [1967], p. 143), baseado no *Soliloquia* (I, xii, 21), comenta que: “o corpo se recusava a deixá-lo em paz com os seus pensamentos.”

¹⁶⁶ Esse esquema é retirado de Dieter & Kurth (1968, p. 90). Esse esquema segue a mesma disposição e numeração de Halm (1863), que também é adotada por Giomini (1990), Diaz Y Diaz (1992), Bettetini (2010 [2004]) e Aubin (2012).

Agostinho. Esse problema foi discutido por Marrou (1938, p. 578-579)¹⁶⁷, e parece estar mais vinculado à sua atitude em relação ao emprego da língua grega em seus textos, do que a um desconhecimento do idioma grego em si mesmo (PÉPIN, 1992). O tecnicismo do texto, contudo, não ofusca totalmente características importantes nas definições que Agostinho apresenta, sobre as quais podemos fazer ainda alguns comentários.

Dentre delas, destacamos e comentamos a definição de Agostinho da finalidade do ofício do orador, presente no capítulo II:

A finalidade, portanto, que é própria do ofício do orador, uns julgaram ser uma coisa, outros outra; para alguns, com efeito, parece, em resumo, que o ofício do orador está no **bem dizer**; para outros, no **dizer corretamente**, em outros mais, no **dizer verdadeiro**, e, em muitos outros, no **persuadir**. No entanto, ainda esses, que pensaram que o fim do ofício do orador é o **bem** ou **verdadeiro dizer**, não negam, por sua vez, que o fim, desses mesmos, seja *persuadir*, pois a finalidade do ofício do orador é o **bem dizer** e a finalidade do **bem dizer** é **persuadir**. Logo, como que por um consenso de todos, a finalidade do ofício do orador é **persuadir**.¹⁶⁸

(AGOSTINHO, *De rhet.*, I, 2, grifos nossos)

Por meio do exame dessa passagem, vemos que Agostinho promove uma reflexão sobre a finalidade da retórica, que está intimamente ligada ao ofício do orador, pontuando e elencando quais eram as definições mais usuais para essa disciplina. Destacamos, em primeiro plano, que as definições apresentadas pelo jovem Agostinho estabelecem uma relação entre os qualificativos *bene* (“bem”), *recte* (“corretamente”) e *uere* (“verdadeiramente”) com o verbo *dicendi* (“dizer”) e, por fim, com verbo *persuadere* (“persuadir”). Além disso, Agostinho não nomeia os retóricos que apresentaram cada uma dessas definições, uma vez que no texto latino a forma do pronome indefinido (*quibusdam* -abl./pl.) aparece diante de todas as definições (*quibusdam [enim visum est summam*

¹⁶⁷ Para alinhar sua reflexão, Agostinho recorre a Hermágoras, assim como menciona, esporadicamente, o texto de *Górgias* de Platão. Segundo Dieter & Kurth (1968, p. 90-95) todas as incursões de Barwick (1965) sobre o *De rhetorica* estão relacionadas a uma tentativa de reconstituição das doutrinas de Hermágoras. A menção “excessiva” aos domínios da retórica e da grande terminologia grega no tratado foi o que levou, em grande parte, os monges Beneditinos (1679, p. 34) a recusarem a autoria do tratado. Marrou (1938), por exemplo, chegou a descartar a autenticidade da obra, dizendo: “ce texte n'a rien d'Augustinien: il est l'oeuvre d'un rhéteur latin qui suit de près le manuel grec d'Hermagoras, qui ne paraît pas à l'aise dans le vocabulaire latin et qui étale avec complaisance sa connaissance du vocabulaire technique grec.”

¹⁶⁸ Cf. *Finem igitur proprium oratoris officii alius alium probaverunt; quibusdam enim visum est summam oratoris officii in bene dicendo esse, quibusdam in recte dicendo, quibusdam in vere dicendo, quibusdam in persuadendo consistere. Quin etiam illi, qui bene aut vere dicere finem officii oratoris putaverunt, non abnuunt tamen horum ipsorum finem esse persuadere, ut sit finis oratoris officii bene dicere, finis bene dicendi persuadere. Ergo quasi consensu omnium finis est oratoris officii persuadere.* (Grifos nossos; ed. Giomini, 1990 *apud* Bettetini, 2004 [2010]).

oratoris officii] in bene dicendo esse, / quibusdam in recte dicendo, / quibusdam in vere dicendo, / quibusdam in persuadendo consistere.)

Agostinho, então, avança em suas considerações fazendo uma ressalva para aqueles que definiram o ofício do orador como *uere* ou *bene dicendi*, mas que, de alguma forma, compreendiam também que a finalidade da retórica e, por consequência, do orador, era o de *persuadere*. Nesse sentido, Agostinho sublinha que a finalidade do orador é o *bene dicendi* e que a finalidade do *bene dicendi*, ou seja, da retórica, é o de *persuadere*, concluindo assim que a finalidade da retórica seja, de fato, o ato da persuasão.

No *De dialectica*, que, como vimos, foi texto escrito no mesmo período que o *De rhetorica*, encontra-se uma imagem mais suave ou matizada da retórica. Agostinho modera sua opinião quanto aos ensinamentos da retórica, pois concede que eles não podem ser totalmente dispensáveis. A retórica tem ao seu lado, além do emprego na tradição escolar, que lhe é característico e de que Agostinho não pode abrir mão, o poder da persuasão.

Nestas duas passagens, em que os domínios da dialética e da retórica são colocados lado a lado, vemos que:

Excetuando-se a sua expressão sonora, qualquer palavra, que é matéria do bem argumentar, diz respeito ao domínio do dialético, mas não à disciplina da dialética – do mesmo modo como as defesas de Cícero, embora dizendo respeito ao domínio da retórica, não ensinavam retórica propriamente...¹⁶⁹

(AGOSTINHO, *De dial.* VI)

Agostinho faz, nesse ponto, uma distinção entre o conteúdo teórico, a matéria de ensinamento da dialética e da retórica, e a sua aplicação prática. Segundo Pépin (1976, p. 194-195), o emprego dos termos *dialectica disciplina*, <<*disciplina*>> *rhetorica*, compreende os dois primeiros elementos, enquanto que os termos *facultas dialectici* e *rhetorica facultas* referem-se ao domínio prático¹⁷⁰. Nesse momento, vemos Agostinho mencionar o aspecto prático da dialética e o aspecto teórico da retórica. No trecho seguinte, Agostinho vai além e complementa sua reflexão sobre as duas disciplinas:

¹⁶⁹ Cf. *Igitur verbum quodlibet excepto sono - de quo bene disputare ad facultatem dialectici pertinet, non ad dialecticam disciplinam, ut defensiones Ciceronis sunt quidem rhetoricae facultatis sed non his docetur ipsa rhetorica...*

¹⁷⁰ Pépin (1976, p. 195) faz uma ressalva a respeito dessa comparação: “Ce dédoublement parallèle des deux disciplines engage à comparer en elles ce que est comparable, sans vouloir mettre en regard l’aspect théorique de l’une et l’aspect pratique de l’autre.”. Agostinho traça um paralelo entre a dialética e a retórica, uma vez que a retórica foi definida por Quintiliano (*Inst. Or.*, II, 15, 34) como *scientia bene dicendi* (ciência do dizer bem). Segundo Quintiliano: “o mesmo vale para aquela definição de Crisipo, tirada de Cleantes: [‘retórica]’ é a ciência de falar com retidão.” (Tradução de Vasconcelos, 2015, p. 128).

Portanto, como parece que seja próprio a cada uma, está claro que, o dialético, se tem alguma veledade em produzir deleite, deve ser bafejado com a coloração retórica, ao passo que o orador, se quer persuadir alguém da verdade, deve ser fortalecido com os nervos e ossos dos dialéticos, os quais a própria natureza não pôde subtrair dos nossos corpos, para que nossas forças se sustentassem, nem permitiu que estivessem expostos, para que nossos olhos não se ofendessem.¹⁷¹

(AGOSTINHO, *De dial.*, VII)

Agostinho parece dizer, portanto, que há uma complementaridade entre os dois saberes, valendo-se para isso da imagem do corpo humano, o que remonta diretamente à tradição estoica¹⁷². De fato, enquanto a dialética fornece o substrato primário para sustentação dos argumentos, sendo, portanto, os “nervos e ossos”, a retórica, por outro lado, fornece o acabamento adequado, recobrando, dessa forma, as partes que pelo decoro não poderiam ficar expostas. A retórica oferece, em certo sentido, a coloração (estilo)¹⁷³ apropriada para que se possa, então, ter deleite com o que se vê ou ouve.

Dentro de uma perspectiva ampla, percebemos, em suma, que a posição de Agostinho sobre a retórica no *De dialectica* possui um pano de fundo estoico, o que justificaria em parte o seu tom mais ameno com a retórica, posto que na tradição filosófica estoica o estudo da lógica bifurcava-se em dialética e retórica (D.L. VII, 41-4 =LS 31A;

¹⁷¹ Cf. *Ergo cum appareat, quid sit uniuscuiusque proprium, manifestum est et disputatorem, si qua ei delectandi cura est, rhetorico colore aspergendum, et oratorem, si veri/tatem persuadere vult, dialecticis quasi nervis atque ossibus esse roborandum, quae ipsa natura in corporibus nostris nec firmitati virium subtrahere potuit nec oculorum offensionem patere permisit.* (Grifo nosso – este é o mesmo termo encontrado no *De rhetorica*, ao tudo que indica, a persuasão faz parte do ofício do orador.).

¹⁷² Cf. D.L. VI, 39: εικάζουσι δὲ ζῷον τὴν φιλοσοφίαν, ὅστοις μὲν καὶ νεύροις τὸ λογικὸν προσομοιοῦντες, τοῖς δὲ σαρκωδέστεροις τὸ ἠθικόν, τῇ δὲ ψυχῇ τὸ φυσικόν. (“Comparam a filosofia a um animal, comparando, então, a lógica aos ossos e aos nervos, a ética com a carne e a física com a alma.”). Conforme Gourinat (2000, p. 21): “Or la vertu, pour les stoïciens, est triple: vertu logique, vertu éthique, vertu physique. Si la philosophie est une ascèse vers la vertu, elle sera donc tripartite. Les stoïciens divisaient la philosophie ou le discours philosophique en trois parties: logique, physique, éthique, ou, en termes latins, philosophie rationnelle, philosophie morale, philosophie naturelle.”.

¹⁷³ O termo *color* > *coloris* aparenta ser um dos elementos típicos da retórica imperial latina (*declamationes* “declamações”). Conforme Conte (1999, p. 405) *color*: “é o estilo com o qual o declamador apresenta a situação, ou seja, aqui vale acumulação de figuras retóricas, ritmo do período etc.”. The cant, *colores*, *sententiae* and the rest, terms proliferated as the exercise became more and more end in itself. (WINTERBOTTOM, 1999 [1974], p. viii). Nas *Confissões* (I, 17, 27) Agostinho expressa sua indignação com os exercícios de recitação e declamação, dizendo: “mas obrigavam-nos a seguir, errantes, as pegadas das ficções dos poetas, e a repetir em prosa o que o poeta cantara em verso. Recebia maiores louvores o aluno que, segundo a dignidade da personagem figurada, exprimisse, mais fortemente e com maior verossimilhança, os sentimentos de ira e de dor, revestindo as frases com palavras muito apropriadas. Que me aproveitou tudo aquilo? Que me aproveitou, ó Vida verdadeira e meu Deus, ter sido mais aclamado que os contemporâneos e condiscípulos, quando recitava? Não é tudo isso fumo e vento? Não havia outra coisa em que exercitar a língua e o talento?”. (Tradução de Santos & Pina, 1996, p. 56-57).

Plutarco, *St rep.* 1047A-B = LS 31H). No mesmo sentido, Hadot (1971, p. 191) assinala que a ligação entre a dialética e a retórica em Roma guardava um fundo filosófico estoico:

A dialética foi em Roma uma disciplina de inspiração estoica, intimamente ligada à retórica: a retórica era para os estoicos a ciência do bem dizer e a dialética a ciência do bom diálogo dos discursos que são feitos por perguntas e respostas. Dito de outra forma, a retórica era a ciência do discurso contínuo e a dialética era a ciência do diálogo.¹⁷⁴

(HADOT, 1971, p. 191)

Com efeito, os aspectos estoicos presentes no *De dialectica* sugerem que Agostinho, já no início de sua escrita, mantinha diretrizes dessa vertente filosófica em suas reflexões, principalmente quando estavam vinculadas ao domínio da linguagem. Dessa forma, o estoicismo teria entrado e permanecido em Agostinho por essa via. Fuhrer (2006, p. 101) destaca que “esta relação próxima entre a retórica e a dialética é característica da filosofia estoica... as técnicas dialéticas usadas por Agostinho estão construídas, na maioria dos casos, de acordo com as regras da lógica estoica... Para ele, então, a retórica e a dialética, sendo essa última equivalente à lógica, são dois modos de argumentação, que na prática são componentes interativos de um único processo.”¹⁷⁵

No entanto, embora a retórica tenha sido ligada à dialética por Agostinho, no texto *De dialectica*, a posição adotada por ele não parece ter um efeito perene, pois no prólogo do diálogo do *De beata uita*, destinado a Mânlio Teodoro, vemos, pela primeira vez, que sua inclinação ao campo da filosofia implicaria, talvez mais tarde, uma renúncia – ou um abandono – da retórica, seja de maneira total ou parcial.

Agostinho afirma:

Tendo chegado à idade de dezenove anos, após ter conhecido na escola de retórica o livro de Cícero, intitulado “Hortênsio”, senti-me inflamado de tal amor pela filosofia que pensei em me dedicar a ela sem reservas. Mas não me faltaram névoas a perturbarem minha navegação.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Cf. Hadot (1971, p. 191): “La <<dialectique>> a été d’abord à Rome une discipline d’inspiration stoïcienne, intimement liée à la rhétorique: la rhétorique était pour les Stoïciens la science du bien parler et la dialectique la Science du bien dialoguer des les discours que se font par demande et réponses. Autrement dit, la rhétorique était la science du discours continu, la dialectique la science du dialogue.”

¹⁷⁵ Cf. “This close connection between rhetoric and dialectic is characteristic of Stoic philosophy. Dialectic is seen as a logic of propositions and inference schemas and stands in opposition to the “older logic of Aristotle”, as Cicero calls it (*orat.* 115), which was a logic of classes and terms. The dialectical techniques used by Augustine are constructed in most cases according to the rules of Stoic logic... For him, then, rhetoric and dialectic, the latter being equivalent to logic, are two modes of argumentation which in practice are interactive components of a single process.” (FUHRER, 2006, p. 101).

¹⁷⁶ *Ego ab usque undevigesimo anno aetatis meae, postquam in schola rhetoris librum illum Ciceronis, qui Hortensius vocatur; accepi, tanto amore philosophiae succensus sum, ut statim ad eam me ferre meditarer. Sed neque mihi nebulae defuerunt, quibus confunderetur cursus meus.*

Nessa passagem, é mais do que um motivo físico, como ele nos apresenta no *De ordine*, que sugere que Agostinho tenha deixado a cadeira de retórica: ele já havia, com efeito, em seus planos, traçado o caminho filosófico, “sem reservas”. Pelo que podemos ver, Cícero, outra vez, aparece como o autor que teria conduzido Agostinho nessa direção – talvez o maior orador da literatura latina, paradoxalmente, é aquele que leva Agostinho a propor um divisor de águas em seus interesses intelectuais, afastando-se da prática da retórica e mergulhando-se na filosofia. Ao fazer menção à leitura do *Hortensius* na escola de retórica, Agostinho informa-nos ainda que, na Antiguidade Tardia, a leitura de Cícero transcendia os discursos e os próprios textos retóricos.¹⁷⁷ Toda essa questão reaparece, de forma mais enfática e objetiva, nas *Confissões*.

Em dois momentos da obra, Agostinho pondera que não se via mais em condições físicas, em primeiro lugar, de desempenhar tais atribuições, pois “nesse verão, os pulmões, por causa do demasiado trabalho literário, começavam a sentir-se fracos e a respirar com dificuldade. A lesão revelava-se nas dores do peito, que se recusava a emitir voz mais nítida e mais prolongada”; contudo, Agostinho permaneceu em sua função até o prazo final das “vindimas”, ponderando que seria mais conveniente deixar a cátedra de retórica de forma gradual (*Conf.*, IX, 2, 2). No entanto, essa espera de vinte dias fez com que Agostinho nos relatasse sua situação, não só do ponto de vista da sua saúde, mas também, até certo ponto, do seu estado de espírito, já que, em outras partes das *Confissões* (IX, 2, 4), ele profere comentários pouco entusiasmados em relação ao ofício de rétor. Dentre os mais emblemáticos, destacamos aqueles presentes nas seguintes passagens:

Alguns dos vossos servos e meus irmãos dirão talvez que pequei, porque, com o coração já cheio de do Vosso serviço, consenti assentar-me ainda uma hora na cadeira da mentira. Não discuto. Não é verdade que Vós, Senhor misericordiosíssimo, me perdoastes e lavastes na água santa esse pecado, com todas as outras horrendas de morte?¹⁷⁸

¹⁷⁷ Na fase de escrita dos diálogos, Agostinho faz cinco menções ao texto de Cícero, *Hortensius*. De acordo com o levantamento de Catapano (2008, p. 1817), temos: [fr. 51 Grilli = fr. 100 Müller: *Acad.* III, , xiv, 32; fr. 58 Grilli = fr. 36 Müller: *Acad.* I, ii, 5; *beata u.* ii, 10; fr. 59a Grilli = fr. 39 Müller: *beata u.* ii, 10; fr. 72 Grilli: *beata u.* iii, 22].

¹⁷⁸ Cf. *Peccasse me in hoc quisquam servorum tuorum, fratrum meorum, dixerit, quod iam pleno corde militia tua passus me fuerim vel una hora sedere in cathedra mendacii. At ego non contendo. Sed tu, Domine misericordissime, nonne et hoc peccatum cum ceteris horrendis et funereis in aqua sancta ignovisti et remisisti mihi?*

Em um segundo momento, Agostinho afirma:

Chegou o dia em que, na realidade, me devia libertar da profissão de retórico, da qual já estava desligado no pensamento. Assim sucedeu. Livrastes a minha língua do lugar de que me tínheis já libertado o coração. Eu Vos bendizia, partindo radiante de júbilo para a casa do campo, com todos os meus.¹⁷⁹

(AGOSTINHO, *Conf.*, IX, 4, 7)

Agostinho refere-se, no primeiro excerto, à sua cátedra de retórica como sendo uma *cathedra mendacii* (“cadeira da mentira”: *sedere in cathedra mendacii* (*Conf.*, IX, 2, 2), estabelecendo, portanto, uma espécie de distanciamento entre essas duas fases de sua trajetória. Nesse sentido, observamos que Agostinho fornece explicações de que, ao abandonar a carreira de professor de retórica e se lançar ao estudo da filosofia (*studium philosophae*), também estava abandonando o caminho do “erro”, do “pecado” e da “mentira” e, ao mesmo tempo, aceitando o caminho da filosofia e da verdade cristã. Esse parece ser o marco do período de transição entre as atribuições de uma vida vinculada aos elementos da tradição pagã e os deveres de uma vida voltada para a preparação e conversão ao cristianismo (*christianae uitae otium*)¹⁸⁰. O excerto IX, 4, 7 das *Confissões*, reforça o dado de que Agostinho, ao deixar a cátedra de retórica, ter-se-ia livrado por completo do seu modo de vida (*modus vivendi*) pretérito, posto que, ainda que seu pensamento e seu coração já tivessem sido libertados, faltava-lhe, decerto, se livrar daquela prática de discurso (“Livrastes a minha língua do lugar...”), ou seja, o processo de desvinculação teria sido completado¹⁸¹. Dessa forma, o pensamento (*cogito*), o coração (*cor*) e a língua(gem) (*lingua*) respectivamente de Agostinho desligava-se do ofício de retórico (*professio rhetorica*).

Para entendermos um pouco mais a forma como Agostinho refere-se ao domínio retórico nessa obra, podemos recorrer ao estudo realizado por Burton (2005), com relação ao vocabulário das *Artes liberales* presentes nas *Confissões*, que nos mostra o dado de que: “as *Confissões* contém sete ocorrências do termo ‘*rhetorica*’, todas elas referindo-se a sua

¹⁷⁹ Cf. *Et venit dies, quo etiam actu solverer a professione rhetorica, unde iam cogitatu solutus eram. Et factum est, eruisti linguam meam, unde iam erueras cor meum, et benedicebam tibi gaudens profectus in villam cum meis omnibus.* (Ed. O’Donnell, 1992, p. 105).

¹⁸⁰ Cf. Agostinho, *Retr.*, I, i, 1. Para mais detalhes, ver Brown (2005 [1967], p. 141-156).

¹⁸¹ Cf. Conybeare (2006, p. 26-27): “one should never underestimate the liminality of Augustine’s position at this time—both intellectually and socially. He was caught in a queer moment of suspension between his professional duties and his baptism. The traditional form of the dialogue, and Augustine’s departure from tradition in its content, mirrors his own situation: his exterior is the same, but his ‘content’ is Christian. The genre is ideally suited to conveying his sense of liminality, and Augustine manipulates it as such.”.

carreira pré-conversão”¹⁸² (BURTON, 2005, p. 149). Uma atitude análoga também está presente no *C. Cresconium* (I, III, 4). Langa (1994, p. 195) analisa como Agostinho refere-se ao campo da retórica nesse tratado e conclui que: “Agostinho frequentemente menciona gramática e eloquência, mas nunca retórica. Uma só vez – esta – chama a eloquência de *ars dicendi*, porém em citação indireta de Crescônio.”¹⁸³ Diante disso, todos esses movimentos orquestrados por Agostinho sobre o domínio da retórica, em suas obras de maturidade, não parecem ser apenas uma crítica ao sistema escolar romano, aos moldes daqueles que vemos em Tácito ou Petrônio, mas sim a preparação para implementar uma “nova forma” de modelo “retórico”. Modelo esse que aparece, de maneira definitiva, no livro IV do *De doctrina Christiana* – é como se Agostinho, na Antiguidade Tardia, com todas as diferenças entre ele e seu “mestre” Cícero, fizesse o mesmo movimento do mestre de oratória da República: em vez da retórica, ofício da juventude, concederia, doravante, privilégio à *eloquentia* e à *philosophia*.

Com efeito, de acordo com a interpretação de Mohrmann (1994 [1961], p. 359), “Agostinho teve coragem de separar a *eloquentia* da retórica... ao declarar que era possível se tornar um bom orador sem as regras e preceitos teóricos dos retóricos... Agostinho propõe a possibilidade de desenvolver um talento natural por meio da leitura de bons modelos. Esses modelos não eram mais, por sua vez, os autores Clássicos, mas a Bíblia e os Pais da Igreja.”

A discussão traçada até esse ponto destaca a tentativa de Agostinho de se afastar da retórica e de seus preceitos, mas, como já havíamos insinuado acima, esse afastamento foi parcial e não total, uma vez que Agostinho, no *De doctrina Christiana*, elabora uma espécie de “manual de retórica” aos seus moldes, vinculado, como Mohrmann (1994 [1961]) explicita, aos preceitos do cristianismo. A parcialidade, ou melhor, a reticência de Agostinho quanto aos modelos da retórica romana clássica, é dirigida para a construção de um projeto não só pedagógico, mas, no fundo, catequético¹⁸⁴. A base na qual

¹⁸² Cf. “the *Confessions* contain seven instances of ‘rhetorica’, all referring to Augustine’s pre-conversion career.”

¹⁸³ Cf. “Agustín menciona a menudo por su nombre la Gramática y la Elocuencia, jamás la Retórica. Una sola vez – ésta – llama a la Elocuencia *ars dicendi*, pero en citación indirecta de Cresconio.” A reticência de Agostinho com a retórica pode ser observada de forma quantitativa, no levantamento que fizemos para contabilizar o número de vezes em que o termo *rhetorica* (com todas as suas flexões) aparece no *DCC*, *CCD*:10 ocorrências no *DCC* e 2 ocorrências no *CCD*. Por sua vez, o termo *eloquentia* (com todas as suas flexões) tem 49 ocorrências no *DDC*, 28 ocorrências no *CCD*.

¹⁸⁴ Kennedy (1999, p. 174-175): “*On Christian Learning (De Doctrina Christiana)* is Augustine’s major contribution to the history and theory of rhetoric. From reference to it in his *Retractions* (2.4.1) and elsewhere it seems likely that the first two-thirds of the work (through 3.25.35) was written in the early months of 397, not long after he became bishop of Hippo. Before that, he had taught catechumens; as bishop

Agostinho assenta sua reflexão “retórica” é formulada dentro daquilo que ele designou de *modus proferendi* (o modo de proferir / o modo de expor). Essa é a premissa que alicerça todo livro IV do *De doctrina Christiana*, em cuja abertura se encontra a posição que Agostinho adota para escritura do texto, bem como o “método” empregado para tal tarefa:

Este trabalho intitulado *De doutrina Christiana* eu o dividi, a princípio, em duas partes. Após um prólogo, onde respondi a eventuais contestadores, afirmei: “Há duas coisas igualmente importantes na exposição das *Escrituras*: a maneira de descobrir o que é para ser entendido e a maneira de expor com propriedade o que foi entendido. Primeiramente, dissertaremos sobre como se realiza a descoberta da verdade, depois sobre o modo de expô-la”. Como já discorreremos longamente sobre a descoberta, em três livros consagrados a essa única parte, desenvolveremos agora, brevemente, com a ajuda de Deus, a respeito de como expor. Assim, se for possível, englobaremos tudo em um só volume, e terminaremos toda a obra neste quarto livro.¹⁸⁵

(AGOSTINHO, *DDC.*, IV, i, 1)

Advirto, de início, refreando a impaciência dos leitores, que talvez suponham que vou lhes dar preceitos de retórica que aprendi a comunicar nas escolas profanas, previno que não esperem isso de mim – não que esses preceitos sejam sem utilidade. Mas no caso de serem úteis, será preciso aprendê-los à parte, sob a condição todavia de essa pessoa encontrar tempo necessário para se dedicar a tal. Não o peçam, contudo, a mim, quer nesta obra, quer em outra qualquer.¹⁸⁶

(AGOSTINHO, *DDC.*, IV, ii, 2)

he was expected to preach regularly to a Christian congregation. The rest of the work was completed in 426 or 427. It is thus a fully mature work, and the discussion of rhetoric in it represents Augustine’s views near the end of a lifetime of Christian study and preaching. What he says about Christian rhetoric here is generally in accord with his own practice in homiletic preaching. He does not discuss panegyric sermons and did not practice Christian epideictic.” Na obra *De catechizandis rudibus*, escrita por volta de 400 d.C., Agostinho já delineava uma preocupação catequética, nela Agostinho chega a mencionar o modo como se deveria ensinar gramáticos e oradores instruídos que quisessem entrar para o cristianismo (I, IX,13).

¹⁸⁵ Cf. *Hoc opus nostrum, quod inscribitur De Doctrina Christiana, in duo quaedam fueram prima distributione partitus. Nam post prooemium, quo respondi eis qui hoc fuerant reprehensuri, duae sunt res, inquam, quibus nititur omnis tractatio scripturarum: modus inveniendi quae intellegenda sunt, et modus proferendi quae intellecta sunt. De inveniendo prius, de proferendo postea disseremus. Quia ergo de inveniendo multa iam diximus et tria de hac una parte volumina absolvimus, adiuvante domino de proferendo pauca dicemus, ut si fieri potuerit uno libro cuncta claudamus totumque hoc opus quattuor voluminibus terminetur.* (Ed. CSEL (sd.) adotada por Green, 1995-Oxford). Tradução de Oliveira (2007 [2002], p. 207).

¹⁸⁶ Cf. *Primo itaque expectationem legentium, qui forte me putant rhetorica daturum esse praecepta quae in scholis saecularibus et didici et docui, ista praelocutione cohibeo, atque ut a me non expectentur, admonéo; non quod nihil habeant utilitatis; sed quod, si quid habent, seorsum discendum est, si cui fortassis bono viro etiam haec vacat discere, non autem a me vel in hoc opere, vel in aliquo alio requirendum.* – Grifo nosso. (Tradução de Oliveira, 2007 [2002], p. 208).

Com relação ao primeiro excerto, Agostinho pontua que o *De doctrina Christiana* se encerra com o livro IV, destacando que nesse livro sua atenção destina-se ao *modus proferendi* (modo de expor), uma vez que os três livros anteriores foram destinados ao *modus inueniendi* (modo de descobrir). Agostinho atrela esses dois *modi* à leitura das *Esrituras*, ou seja, sua forma de interpretação na busca pelo entendimento do que é verdadeiro e, posteriormente, sua exposição. Agostinho, entretanto, faz uma ressalva quanto ao conteúdo tratado, explicando que preceitos retóricos, como aqueles que ele aprendeu “nas escolas profanas” (*in scholis saecularibus*), não são o foco de sua abordagem.

Agostinho adota a forma de *exempla* para demonstrar qual é o melhor estilo retórico dos autores sacros. A distinção que Agostinho faz entre usar a *eloquentia*¹⁸⁷, para produzir uma persuasão eficaz e o “tecnicismo” dos textos retóricos, indica-nos que tais conhecimentos podem e devem ser usados, desde que de forma prudente.¹⁸⁸ Agostinho reconhece que não se pode enfrentar a mentira desarmado, como ele pontua: “quem ousará, pois, afirmar que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados?” (*quis audeat dicere adversus mendacium in defensoribus suis inermem debere consistere veritatem. DDC IV, 2, 3*). No próprio livro II do *DDC* (II, 37, 54), Agostinho já havia estabelecido uma linha entre a retórica e dialética ao mencionar que “ao aprender a retórica é para se servir dela na expressão do que se entendeu, mais do que para fazer compreender o que se ignora. No entanto, a lógica e a dialética que ensinam as regras das conclusões, definições e classificações são de ajuda poderosa para a compreensão... As regras da retórica podem, é verdade, tornar os espíritos mais exercitados, a não ser que não os faça também mais maldosos e orgulhosos...”

Diante desse quadro, observa-se que a retórica recebe ao mesmo tempo uma avaliação “negativa” e “positiva” nas reflexões de Agostinho. A avaliação negativa refere-se ao fato de que a prática retórica, a partir de certo momento de sua obra, parecia não mais condizer com seu novo “modo de vida”. Com efeito, dela Agostinho já havia sorvido

¹⁸⁷ Tradução de Oliveira (2007 [2002], p. 139-140).

¹⁸⁸ Cf. Cameron (1991, p. 35): “Augustine, more conscious even than Paul of the essential ambiguities and contradictions in the very concept of Christian rhetoric, similarly deploys every technique of the art of eloquence, even while concluding that the conditions for truth must lie elsewhere. The art of rhetoric is essential, as Augustine explains, even though it will not in itself suffice... Em nota, por meio da interpretação da passagem do *DDC* (IV, I, 1), Cameron complementa dizendo que: “concerned with the attempt to define Christian eloquence and putting secular rhetoric in a secondary place; they could only have been written by a supreme practitioner of the art.” Para uma visão da retórica, na Antiguidade Tardia, por autores outros autores, ver, por exemplo, as considerações de Martiano Capella, *De dialectica* IV 414-422 e *De rhetorica* V 439-440.

o necessário, sua carreira, como professor de retórica, era doravante incompatível com a prática filosófica, que se baseava, de fato, na dialética. Seu afastamento dela seria, portanto, inevitável. Por outro lado, Agostinho continua reconhecendo o valor que a “boa prática” retórica poderia oferecer: ele, portanto, não a nega, mas a reformula, coloca-a em prol de uma outra perspectiva, de uma outra sociedade, que daquele ponto em diante seria a que ele defenderia, ou seja, o mundo e o conjunto de valores do cristianismo.

2.4 Em síntese

Neste capítulo, procuramos apresentar e discutir, de forma geral, como os saberes gramaticais dialéticos e retóricos estavam inter-relacionados nas considerações de Agostinho. Procuramos, dessa forma, explicitar em que medida Agostinho deu um tratamento específico para cada uma dessas disciplinas, demonstrando, através de passagens da *Ars breuiata (De grammatica)*, *De dialectica*, *De rhetorica*, *De musica*, *Contra Academicos*, *De Beata Vita*, *De ordine*, *Soliloquia*, *Confessiones*, *De doctrina Christiana*, *Contra Cresconium grammaticum et Donatistam* e nas *Retractationes*, um percurso que, em linhas gerais, destaca como Agostinho estreitou os elos entre a gramática e a dialética e colocou, em um primeiro momento, reticências com relação aos saberes da retórica. Do ponto de vista metodológico, nossa discussão procurou apresentar, por meio do *princípio da contextualização* (KOERNER, 2014 [1993]), qual era o “clima de opinião” na Antiguidade Tardia com relação às *Artes Liberales / Trivium*. Nesse sentido, pudemos observar que Agostinho, no *De ordine* (II, xiii, 8), pelo que a literatura especializada pondera (PÉPIN, 1976; McLUHAN, 2012 [2005]; SHANZER, LUHTALA, 2007) foi um dos responsáveis por estabelecer a ordem propedêutica desses ensinamentos, sendo, dessa forma, a gramática o nível mais elementar, a dialética o nível intermediário e retórica o último estágio. Por sua vez, a ordem dessas disciplinas para Agostinho não se vincula à sua ordem de importância, pois, como vimos, embora a dialética tenha sido colocada no segundo estágio do ensino, foi considerada por Agostinho a “disciplina das disciplinas” (*disciplina disciplinarum*), assim como a gramática, mesmo sendo a primeira etapa do processo de escolarização herdou, como bem definiu Kaster (1988), o epíteto de *custos* (guardião) não só o da língua latina, mas também, da história (*historiae*), da tradição e da cultura. A retórica, por sua vez, foi por Agostinho qualificada de forma ambígua. A ambiguidade da retórica parecia estar relacionada, em um primeiro momento, ao movimento de conversão de Agostinho que se depreende de seus

testemunhos em sua própria obra, e não propriamente do fato de a retórica não lhe ser útil ou ser tecnicamente inadequada. A atitude de Agostinho quanto à retórica repousa sobre a tentativa, em certo sentido, de se desvincular da cátedra que ocupou e aproximar-se, de uma vez por todas, da filosofia (e, talvez, por fim, da teologia). Os diálogos da primeira fase, como apresentamos, configuram-se, em grande parte, como os principais exemplos dessa transição da vida de Agostinho. Ademais, essa “conversão” para a filosofia implicava também uma filiação a uma longa tradição que, desde os gregos, se posicionou crítica em relação à retórica.

De modo mais específico, pudemos observar que os saberes gramaticais e dialéticos de Agostinho estavam intimamente ligados aos domínios da lógica estoica, cuja influência dos textos e das reflexões de Varrão no *De lingua Latina*, como vimos, estão na base do pensamento de Agostinho. As considerações acerca da sintaxe, como veremos na sequência, entram nas postulações de Agostinho por essa via. Assim, o *trivium* de Agostinho é o primeiro passo em direção ao domínio da sintaxe, uma vez que é na inter-relação da gramática e da dialética que podemos depreender o desenvolvimento de um pensamento sintático. No próximo capítulo, buscamos determinar como se deu esse percurso do pensamento sintático na Antiguidade grega e latina, ressaltando em que medida o modelo expresso por Varrão e pelos estoicos, em especial os postulados de Crisipo, parecem ecoar nas considerações de Agostinho.

III INTER-RELAÇÕES: GRAMÁTICA, DIALÉTICA E SINTAXE

Neste capítulo, apresentaremos, em linhas gerais, uma discussão acerca da inter-relação entre gramática, dialética e sintaxe na Antiguidade grega e latina. Nosso intuito é demonstrar como a reflexão acerca daquilo que podemos chamar de sintaxe se erigiu a partir de uma inter-relação entre essas duas disciplinas, que se tornaram, ainda na Antiguidade, os dois principais pilares da educação, e que têm na obra de Agostinho um capítulo fundamental.¹⁸⁹

De forma específica, nosso capítulo divide-se em duas partes, uma contextual, que tenta apresentar os pressupostos principais relativos ao domínio da sintaxe e a sua inserção no âmbito dos estudos da linguagem, que busca situar o campo na tradição linguística ou gramatical, mostrando que a sintaxe também precisou, em alguns momentos, disputar e conseguir seu espaço ao lado de outras disciplinas. Na segunda parte, traçamos uma espécie de linha cronológica, pontuando, a partir dos textos gregos e latinos, os autores dessa tradição que tangenciaram ou se dedicaram a desenvolver um pensamento que podemos associar ao campo da sintaxe.

Para isso, selecionamos, de forma circunscrita, passagens presentes no *Crátilo* e no *Sofista* de Platão; algumas considerações que Aristóteles realiza acerca da combinação (*symploké*/συμπλεκή) e da não combinação (*aneu symploké*/ἄνευ συμπλοκή) das palavras nas *Categoriae* e no *Peri hermeneías* e como o filósofo empreende o exame dos aspectos da *léxis* (λέξις), definindo outras partes do discurso na *Poética* (XX) e na *Retórica* (III). Na sequência, tratamos de alguns aspectos da filosofia estoica, com ênfase nos fragmentos remanescentes de Crisipo sobre a *sýntaxis* (σύνταξις), catalogados por Diógenes Laércio (VII) e Dionísio de Halicarnasso (*De comp.*), com relação ao campo da dialética e da retórica.

Paralelamente ao exame das fontes gregas, também de forma não exaustiva, procuramos apresentar como foi a inserção do estoicismo em Roma, destacando, para isso, algumas passagens presentes em Cícero (*Ad Atticum*) e Aulo Gélcio (*N. A.*), que, por sua vez, servem-nos de fontes para exemplificarmos de que forma o vocábulo *sýntaxis*

¹⁸⁹ Nossa abordagem não é exaustiva. Nesse sentido, não trataremos dos textos de Apolônio Díscolo e nem de Prisciano diretamente, mas apenas de forma contextual e circunscrita, posto que entendemos que as considerações desses dois autores se inscrevem dentro de uma tradição de investigação acerca da sintaxe de forma bem consolidada e específica, a partir de um outro “eixo” do desenvolvimento da sintaxe (conforme vimos no capítulo 1). Para uma leitura dessa tradição de sintaxe greco-romana, ver Fortes (2012; 2019).

foi usado e também traduzido por esses dois autores. Por fim, versamos a respeito de como Varrão estruturou e adaptou grande parte da teoria estoica advinda do campo da lógica, especificamente da dialética, em seu tratado *De lingua Latina*, tornando-se, dessa forma, um dos primeiros autores no âmbito latino a incorporar reflexões sobre a etimologia (*impositio uerborum*), morfologia (*declinatio uerborum*) e sintaxe (*coniunctio uerborum*) em único grande tratado. Na sequência, passamos a examinar como essas considerações de Varrão tiveram impacto no pensamento tanto gramatical, como dialético de Santo Agostinho, procurando mostrar como se dá a relação entre esses dois autores no âmbito da reflexão gramatical-dialética.

3.1. A “sintaxe” como um campo dos estudos gramaticais

O renomado pesquisador e tradutor francês da obra *Περὶ συντάξεως* de Apolônio Díscolo, Jean Lallot (2015) indaga-nos:

A sintaxe é uma parte da gramática?

Respostas a essa questão, que pode, em um primeiro momento, parecer irrelevante, variaram muito ao longo do tempo. Vejam a definição de gramática no dicionário de Knowles (2006):

Todo o sistema e estrutura de uma língua ou de uma linguagem, de uma forma geral, frequentemente adota como consistindo de uma sintaxe e uma morfologia (incluindo inflexões) e, às vezes também, de uma fonologia e semântica.

Nessa definição moderna, a sintaxe é claramente considerada como uma parte integrante da gramática -é até mesmo a primeira a ser nomeada, enquanto a fonologia não se beneficia do mesmo tratamento.¹⁹⁰

(LALLOT, 2015, p. 851).

Como se depreende da passagem acima, os preceitos básicos referentes ao saber “sintático”, antes de tudo, têm um lastro histórico. Isso significa explicitar que as definições a respeito do que se convencionou chamar de gramática, assim como de suas partes, não foram criadas no mesmo momento, tendo sido fruto de desenvolvimentos

¹⁹⁰Cf. Lallot (2015, p. 851): “Is syntax a part of grammar? Answers to this question, which might at first seem irrelevant, vary noticeably across the ages. Take the definition of grammar in Knowles’ dictionary [2006]:

the whole system and structure of a language or of languages in general, usually taken as consisting of syntax and morphology (including inflections) and sometimes also phonology and semantics.

In this modern definition, syntax is clearly conceived as an integral part of grammar—it is even the first named, while phonology does not benefit from the same treatment.”.

analíticos, transferências tecnológicas e inter-relações disciplinares, os quais, em grande parte, fizeram com que a gramática que adotamos como “modelo” seja, na realidade, um “gênero textual”¹⁹¹ que passou por vários estágios.

Lallot (2015) refere-se ao processo de inserção do domínio sintático tanto na definição, como no escopo analítico da gramática feita pelos gregos antigos, principalmente de Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), cujos postulados seriam mais tarde utilizados e adaptados por Prisciano (séc. VI d.C.). As considerações em relação aos aspectos linguísticos desenvolvidos nos gêneros gramaticais foram, em grande parte, fruto de escolhas que estavam vinculadas aos seus contextos, como nos lembra Bursill-Hall & Ebbesen (1990, p. 6-7), citando o exemplo da reflexão gramatical da Idade Média: “a teoria linguística Medieval não continha um componente fonológico, o gramático medieval não estava interessado no processo articulatório do homem, embora estivesse nas necessidades expressivas do homem.”¹⁹²

De fato, mesmo a morfologia, amplamente “aceita” ou “identificada” como um dos ramos mais proeminentes da reflexão gramatical antiga, poderia ser matizada ou até mesmo problematizada nas obras dos antigos. Do ponto de vista terminológico, por exemplo, o termo “morfologia” (**morphologia*) não existia nas línguas antigas (ROBINS, 2000, p. 52)¹⁹³, da mesma forma que não há registro em todo o período antigo e medieval

¹⁹¹ O estudo sistemático e, de certa forma, recente sobre a tipologia das gramáticas na Antiguidade grega e romana, são indícios bem contundentes dessa hipótese. No âmbito latino, Barwick (1922) fez as primeiras distinções entre gramáticas escolares e outros modelos, estabelecendo uma divisão entre modelos de *Artes grammaticae: Schulgrammatik e Regulae*. Entretanto, foi apenas nos trabalhos de Law (1984, 1993, 2003) que uma visão mais consistente foi elaborada. Contudo, não podemos nos esquivar das críticas, como, por exemplo, a de Desbordes (1995) com relação a esse aspecto, uma vez que essas duas divisões não representam a totalidade dos tipos de textos que chegaram da Antiguidade. Para organização da gramática na Grécia, ver Blank (2000, p. 400-417). Faz-se necessário explicitar a diferença de procedimento entre o modo constitutivo das gramáticas antigas daquele que estamos habituados com as gramáticas modernas, conforme Swiggers; Wouters (2015, p. 659): “Any treatment of the organization of grammar in (Greek, and also Latin) Antiquity is faced with the problem of defining its object. Whereas in our modern(ist) view of grammar, we automatically associate the organization of grammar with the division of grammar books or grammatical descriptions in general, such a view is untenable with respect to the ancient study of language...”

¹⁹² Cf. “Medieval linguistic theory did not contain a phonological component; a number of explanations for this may be offered, but it is quite clear that the medieval grammarian was not concerned with man's articulatory processes, though he was with man's expressive needs. Since these were stated in essentially semantic terms, their actual mode of expression was of no concern. The fact is that they were concerned above all with deep structure and had little real interest in surface structure.”

¹⁹³ Cf. Robins (2000, p. 52): “Morphology concerns itself with grammatically and semantically significant differences in word forms and word structures, such as are found in all European languages and in most languages in the world. The relationship of morphology to other levels of language description, principally phonology and syntax has been, and is, a matter of debate and controversy... However, there is no doubt about the central place of morphology in the linguistics of the world of European Antiquity, although, interestingly, the classical Greek equivalent of English *morphology*, **morphologia*, is not recorded in any Greek writings known today.”

de uma terminologia que se assemelhe ao que se convencionou chamar de “raiz”, “tema”, “afixo”, “marcador”/“traço”, “morfema” e outros (LAW, 2000, p. 79-80).¹⁹⁴ Embora tais termos não apareçam nas considerações dos gramáticos antigos e medievais, não se pode negar, contudo, que a análise do conceito de *uerbum* (palavras) e seus *accidentia* (acidentes) tenha sido amplamente realizada e difundida na Antiguidade grega e romana, como pontua Law (1990):

a morfologia era um aspecto formal da língua que foi perseguido com grande convicção. Antes do Renascimento a ideia de que uma forma poderia ser derivada de outra foi pouco explorada. Cada palavra era considerada como uma unidade semântica, não havia motivo para isolar unidades menores...¹⁹⁵

(LAW, 2005 [1990], p. 440).

Assim, o conceito de *uerbum* (palavra), entendido como unidade mínima de significado, baseada sobretudo em seu aspecto formal, se configurava em cada uma das *partes orationis*, ou seja, *nomen*, *pronomen*, *uerbum et alia*. É, pois, somente com a consciência de todas essas particularidades históricas e teóricas que se pode falar em uma *morfologia* na Antiguidade.

Dentro do quadro histórico, foi August Schleicher, em seu artigo de 1859, intitulado de *Zur Morphologie der Sprache* (Sobre a morfologia da língua), o primeiro autor a empregar o termo *morfologia* para a descrição das línguas. O termo é uma importação vocabular de um domínio científico para outro, isto é, da biologia para a filologia comparativista do século XIX, e depois para a Linguística. A descrição desse processo encontra-se no comentário de Salmon (2000):

O termo *morfologia* tem sido usado na linguística por pouco mais de cem anos como uma descrição geral para os fenômenos de acidentes e formação de palavras. O termo foi emprestado das ciências biológicas e reflete, consciente ou inconscientemente, a visão da língua como um organismo, caracterizado por sistemas susceptíveis a análises sincrônicas ou diacrônicas.¹⁹⁶

¹⁹⁴ Cf. “Throughout the Middle Ages there is no terminology corresponding to ‘root’, ‘stem’, ‘affix’, ‘marker’, ‘morpheme’ and so forth.” (LAW, 2000, p. 79-80).

¹⁹⁵ Cf. “Morphology was a formal aspect of language which was pursued with greater confidence. Before the Renaissance the idea that one form could be derived from another was scarcely exploited. Each word was regarded as a semantic unit; there was no question of the isolation of smaller units...” (LAW, 2005 [1990], p. 440).

¹⁹⁶ Cf. “The term *morphology* has been used in linguistics for well over a hundred years as a general description for the phenomena of accident and word-formation. The term was borrowed from the biological sciences, and reflects, consciously or unconsciously, the view of language as an organism characterized by systems susceptible to synchronic and diachronic analysis.” (SALMON, 2000, p. 15). Para um panorama a respeito do tema, ver Salmon (2000, p. 15-22).

Face aos elementos históricos em relação ao campo da morfologia, cabe-nos então perguntar, qual seria o percurso da sintaxe nas ciências da linguagem? Além disso, como os elementos da(s) teoria(s) sintática(s), revisto(s) e muitas vezes reformulado(s) pela linguística e mesmo pela gramática tradicional, ajudam-nos no entendimento dos conceitos sintáticos presentes nos textos antigos?

Minuciosa discussão desse campo foi oferecida por Giorgio Graffi (2001), em sua obra *200 Years of Syntax: a critical survey*, na qual o pesquisador mostra-nos que este domínio de investigação da linguagem teve um crescimento exponencial nas últimas décadas e, em decorrência disso, tornou-se um dos ramos mais consistentes na pesquisa linguística contemporânea. Nas palavras do estudioso,

Entre os diferentes ramos da linguística, a sintaxe, possivelmente, tem sido aquela que experimentou o destino mais estranho. Seu estudo e seu nome datam desde o período da Antiguidade Clássica; pense no tratado de Apolônio Discolo intitulado de *Peri syntáxeos*. Apesar disso, quando a linguística 'científica' (ou, melhor dizendo, 'profissional') começou, no início do século XIX, e, por 150 anos depois, a sintaxe foi relegada a uma posição bastante marginal em comparação com as principais correntes de pesquisa. A monumental construção da linguística histórico-comparativa, elaborada durante do século XIX era baseada principalmente na comparação da fonologia e morfologia das línguas indo-europeias; e a maioria das questões da linguística estrutural, da primeira metade do século XX, referia-se a problemas fonológicos e morfológicos. As coisas mudaram radicalmente na segunda metade do mesmo século, quando a sintaxe se tornou, em qualquer quadro teórico, realmente o campo mais moderno [da investigação linguística].¹⁹⁷

(GRAFFI, 2001, p. xi).

O relato de Graffi sugere que a proeminência da sintaxe nos estudos linguísticos ocorreu não sem determinados recuos e avanços históricos. Um ponto importante na argumentação é que a sintaxe, em meados dos séculos XIX e início do XX, não era particularmente relevante para a linguística histórico-comparativa, que dominou, em grande parte, a agenda dos filólogos da época, cujas análises se detiveram em aspectos

¹⁹⁷ Cf. Graffi (2001, p. 11): "Among the different branches of linguistics, syntax has possibly been the one that experienced the strangest fate. Its study and its name date back to Classical Antiquity: think of Apollonius Dyscolus' treatise entitled simply *Peri syntáxeos*. Nevertheless, when "scientific" (or, it might be better to say, "professional") linguistics had its start, at the beginning of the 19th century, and for about 150 years afterwards, it was relegated to a rather marginal position in comparison to the mainstream of research. The monumental building of historical-comparative linguistics elaborated during the 19th century was mainly based on the phonological and morphological comparison of Indo-European languages; and the major issues of structural linguistics, in the first half of the 20th century, concerned phonological and morphological matters. Things changed radically in the second half of this same century, when syntax, in whatever theoretical framework, became the really "fashionable" field."

fonológicos e morfológicos das línguas do ramo indo-europeu. Graffi, entretanto, destaca o fato de que o estudo da sintaxe remonta ao período helenístico, de que o trabalho do gramático grego Apolônio Díscolo nos fornece pioneiramente não só uma análise sintática da língua grega e de suas construções, mas também uma terminologia e metalinguagem.

Antes de a sintaxe se tornar o alvo das atenções na virada da segunda metade do século XX, sobretudo com os postulados de Chomsky (1957), em sua obra *Syntactic Structures*, e tudo o que daí em diante a linguística exploraria, é prudente, contudo, lembrar que a sintaxe estava ligada ao domínio da lógica até meados do século XVII. Foi com a *Gramática de Port-Royal* (1676 [1660]) que uma perspectiva diferente acerca da língua ganhou contorno, já que a proposição ou a frase passou a ser o núcleo de investigação (COLOMBAT; FOURNIER; PEUCH, 2017 [2010], p. 178). Essa preocupação logo seria relegada ao segundo plano pela linguística histórico-comparativa, como já mencionado.

Diante desse quadro, pode-se dizer que o campo da “sintaxe”¹⁹⁸ sempre disputou espaço epistemológico no domínio mais amplo das “ciências da linguagem”, fato que se pode identificar tanto na Antiguidade, com a reflexão decorrente do exame das partes da oração (*partes orationis*), como no século XIX e na primeira metade do século XX, com a fonologia e a morfologia, período em que as bases científicas – ou “profissionais” – estavam sendo estabelecidas para cada uma dessas subdisciplinas.

Os argumentos dos gramáticos e dos linguistas ao estabelecerem as bases da sintaxe, seja como uma parte integrante da gramática, seja como um campo de estudos dentro das “abordagens linguísticas”, como, por exemplo, o *Estruturalismo* e o *Funcionalismo* (MARTELOTTA *et al.*, 2008) são extremamente plurais e não caberá aqui uma descrição a não ser bastante esquemática. No rol da investigação sintática, é possível encontrar uma sintaxe normativa, uma gerativa, uma descritiva, uma histórica, entre várias outras.¹⁹⁹

¹⁹⁸ O campo de investigação sintática foi colocado em destaque mais uma vez; podemos observar que volumes especializados como o de Mazziotta e Imrényi (2020) com relação ao pensamento sintático de Lucien Tesnière foram trazidos à tona novamente, colocando em evidência a gramática das dependências. O espectro histórico dessa discussão é marcado pelo artigo de Luhtala (2020) nesse volume.

¹⁹⁹ Na bibliografia especializada sobre a terminologia, metalinguagem e vocabulário do que se convencionou denominar *sintaxe*, destacamos as seguintes considerações: Drucot & Todorov (1972, p. 71): “**La syntaxe** traite de la combinaison des mots dans la phrase. Il y est question de l'ordre des mots, des phénomènes de rection (accord ou régime) — c'est-à-dire de la façon dont certains mots imposent aux autres des variations en cas, nombre, genre —, et enfin, depuis le xviii siècle surtout, des principales fonctions que les mots peuvent remplir dans la phrase [270 s.]”; Trask (1993, p. 273): *syntax...n*. The branch of grammar dealing with the organization of words into larger structures. Particularly into sentences:

Assim, para um domínio de estudos atualmente tão frutífero nas pesquisas linguísticas atuais, não seria, portanto, irrelevante procurar, também nas reflexões da linguagem da Antiguidade grega e romana, indícios ou elementos dessas considerações em diversos campos diferentes, *i.e.*, na gramática, na dialética e na retórica, tanto no sentido teórico, como no analítico. Se há uma sintaxe na e da dialética, por exemplo, essa, provavelmente, recebeu uma terminologia, uma metalinguagem, uma análise e, certamente, uma orientação discursiva própria. Para reconhecermos “lugar” ou os “lugares” em que o fenômeno sintático foi elaborado na Antiguidade é preciso considerar, antes de tudo, a forma como os antigos abordavam a língua e a linguagem.

3.2 Precedentes da sintaxe antiga (σύνταξις): vocabulário, terminologia e metalinguagem

Sabe-se que uma terminologia, por mais numerosa, não forma por si uma metalinguagem, à qual sempre servirá de instrumento. Quer dizer então que não há terminologia tão elaborada, tão perfeita que, uma vez posta em ato, dispense qualquer outro tipo de discurso explicativo da teoria em questão.

(LIMA, 1995, p. 138)

O primeiro movimento feito pelos pesquisadores para descobrir ou para fazer uma reflexão sobre a sintaxe no mundo antigo concentra-se na procura de uma terminologia vinculada a esse domínio em algum texto grego ou latino. Esse movimento tem como expectativa revelar quando e como os autores antigos cunharam uma palavra ou vocábulo relacionado ao domínio da sintaxe, que, conseqüentemente, foi engendrado para ou decorreu de uma reflexão nesse campo.

No âmbito grego, perfilam-se uma longa tradição e uma série de documentos em que é possível ver o termo *σύNTAXIS* (sintaxe) e seus derivados, sejam aqueles que estavam na base de sua formação, sejam aqueles que eram subsequentes, como dão mostras os trabalhos de Donnet (1967), Householder (1981), Frede (1987a), Lallot (1997), Ildefonse

equivalently. The study of sentence structure. *Adj.* **syntactic, syntactical...** **Note:** the form **syntactical** is traditional, but contemporary usage among linguists favours **syntactic**. (Suprimimos a citação da ortoépia); Trask (2005 [1999], p.203): “**syntax** Sentence structure, or the branch of linguistics which studies this.”; Nessa obra, Trask faz uma apresentação do termo *syntax* de forma histórica, destacando seu aparecimento na Grécia antiga até chegar em suas concepções mais modernas; Dubois *et al.* (2002 [1994], p. 468): “**1.** On appelle *syntaxe* la partie de la grammaire décrivant les règles par lesquelles se combinent en phrases les unités significatives; la *syntaxe*, qui traite des fonctions, se distingue traditionnellement de la morphologie*, étude des formes ou des parties du discours, de leurs flexions et de la formation des mots ou dérivation. La syntaxe à été parfois confondue avec la grammaire elle-même. **2.** En grammaire generative, la *syntaxe* comporte plusieurs composantes: la base (composante catégorielle et lexicale) et la composante transformationnelle. (v. GÉNÉRATIV [GRAMMAIRE]; TRANSFORMATION.).”.

(1997), Basset (2003), Swiggers; Wouters (2003), Lambert (2011), Denecker (2017), Fortes (2012, 2019) e Brito & Freitas (2018). Todos esses estudos mapeiam uma variedade de ocorrências do termo ou do conceito, entretanto, eles não apresentam uma homogeneidade, uma vez que nem todos os termos se referem ao processo de combinação e ordenação (*syn-taxis*) das palavras no nível da sentença.²⁰⁰ Esse aspecto pode ser salientado, por exemplo, pelo uso da palavra “sintaxe” em contextos não relacionados diretamente à linguagem, como, por exemplo, aqueles presentes na descrição que Diógenes Laércio faz dos conjuntos de livros escritos por Crisipo, indicando-os da seguinte forma: (D.L. VII, 190, 145; 190,156) σύνταξις πρώτη, σύνταξις δευτέρα... (“primeiro conjunto de livros, segundo conjunto de livros...”).

Assim, no conjunto da literatura grega, embora se possa encontrar o vocábulo *śyntaxis*, nem todos os seus usos são relacionados ao campo da linguagem. De acordo com Brito & Freitas (2018):

após uma varredura do vocábulo *śyntaxis* no TLG, localizar usos em ordem cronológica, mostrando seu desenvolvimento. Começamos então com usos remotos, por Xenofonte, relativos à ordenação de objetos no mundo e sem sutilezas filosóficas. Usos mais abstratos do vocábulo foram feitos por Platão para referir-se à ordenação da alma, do corpo ou da cidade, e mesmo da relação entre essas três coisas. Aristóteles, por outro lado, parece utilizar o vocábulo de acordo com o senso comum, muito próximo aos usos de Xenofonte. Foi somente com os estoicos, desde Zenão de Cítio, que pudemos ver uma noção linguística de *śyntaxis*, enquanto ordenação em uma sentença e entre sentenças. Mas foi com Crisipo que a abordagem estoica sobre o conceito de *śyntaxis* ganhou robustez, tendo ele escrito obras especificamente sobre o tema e tendo também utilizado o vocábulo para referir-se à ordenação cósmica.

(BRITO & FREITAS, 2018, p. 35).

Se no âmbito grego, possuímos a “vantagem” de a palavra ser a matriz exata daquela que ainda empregamos na Linguística, que é sua transliteração, no mundo latino, por outro lado, é preciso um esforço de busca e de identificação adicional. Essa complexidade resulta do modo de inserção dos vocábulos gregos na língua latina e da época em que isso ocorreu, se houve uma transliteração e latinização do termo ou se, diferentemente disso, houve uma proposta de tradução ou de equivalência terminológica na língua latina. No pano de fundo dessa discussão, reside ainda o fenômeno do *utraque lingua* (“uma língua e outra”), segundo o qual os pensadores romanos acreditavam serem

²⁰⁰ Brito & Freitas (2018, p. 26): “Só no nominativo singular, a palavra grega *śyntaxis* tem, em um levantamento preliminar, 854 ocorrências distribuídas pelo *corpus Graecorum* que até nós chegou.”

o grego e o latim línguas aparentadas, quando não a mesma.²⁰¹ Motivados por essa crença, os gramáticos romanos puderam, sem grande problema, simplesmente emprestar termos do grego ou livremente traduzi-los.

Uma amostra dessa prática pode ser observada, por exemplo, nas ocorrências que detectamos do vocábulo *sýntaxis* (σύνταξις), tanto nas epístolas que Cícero endereçou para Ático (*Ad Atticum*. XIII, 12,3,9; 16,1,4; XV,14,4,1 e XVI 7, 3, 8.), bem como na tradução que Aulo Gélío fornece-nos em suas *Noites Áticas*. Por meio deles, podemos observar, em primeiro lugar, como tal vocábulo circulou no âmbito latino, ainda que de maneira bem restrita, assim como observar como eles estão inseridos em contextos que não se delimitam apenas ao campo da linguagem.²⁰²

Em Cícero, uma das nuances de sentido atribuídas ao vocábulo *sýntaxis* alinha-se com aquele que foi empregado por Diógenes Laércio para se referir ao conjunto de livros de escritos por Crisipo, como mencionamos acima. Na epístola XIII, 16, 1,4, Cícero afirma: “enviamos para Varrão todo aquele conjunto de livros sobre os Acadêmicos” (*illam Ἀκαδημικὴν σύνταξιν totam ad Varronem traduximus.*)²⁰³ Essa passagem revela-nos que Cícero inseriu, de fato, a expressão grega em sua sentença, posto que os termos *Akadēmikēn sýntaxin* (Ἀκαδημικὴν σύνταξιν) estão no acusativo singular feminino grego, sendo, portanto, os complementos do verbo latino *traduximus*. Contextualmente, a frase de Cícero também tem um aspecto peculiar, já que menciona que tais livros têm uma temática que versa sobre o ceticismo da Nova Academia, corrente filosófica que antagoniza com o estoicismo. Esse dado aparentemente fortuito ganha ainda mais

²⁰¹ Cf. Fortes (2012, p. 188): “A ‘teoria’ do *utraque lingua* (‘uma e outra língua’), que dá ênfase para a semelhança entre as línguas grega e latina, coloca-se como subproduto da percepção de que ambas as línguas eram naturalmente aparentadas, do que decorre o fato de possuírem categorias análogas – partes da oração (*partes orationis*), figuras (*figurae*) e construções (*constructiones*).”

²⁰² Por meio de busca eletrônica no PHI (Διογένης 3.2.0), encontramos ao todo 6 ocorrências. 5 em Cícero *Ad Atticum* e uma em Aulo Gélío nas *Noites Áticas*. Utilizamos para a busca a forma συντ-; como Cícero possui mais de uma edição para o *Ad Atticum* (ed. Shackleton Bailey, 1977, esta é a edição contida no PHI (Διογένης 3.2.0), checamos também a edição de Teubner 1898 reimpressa pela LCL em 1961 [1918] com tradução de Winstedt em 3v) e encontramos os termos em caracteres gregos não transliterados para o modo latino. Além disso, pudemos fazer uma leitura da interpretação dos excertos em que Cícero faz uso desse vocábulo no sítio eletrônico da CSRL- Code-Switching in Roman Literature: “This database and related publications form a pilot study for the Code-switching in Roman Literature network (CSRL) set up by Alex Mullen in 2015. The database gives readers of Elder, O. and Mullen, A. (2019) *The Language of Roman Letters: Bilingual Epistolography from Cicero to Fronto* (Cambridge University Press) access to the data which forms the empirical basis of that analysis.” Para mais detalhes, ver: <https://csrl.classics.cam.ac.uk/index.php> Esse processo visa, em certo sentido, demonstrar que os termos e o vocabulário grego presentes nos autores latinos, embora todo texto da Antiguidade grega e latina seja sempre fruto de escolhas ecdóticas e filológicas, possuem especificidades.

²⁰³ A busca por essas passagens foi disparada pelo exemplo, em nota, que Gourinat (2000, p. 99) fornece-nos com relação aos livros sobre os acadêmicos que Cícero havia escrito e que foram enviados para Varrão. Não há nenhuma outra menção ao vocábulo, por parte de Gourinat, no contexto latino.

destaque, se considerarmos que o destinatário desse conjunto de livros acerca do ceticismo era justamente Varrão, ou seja, um autor cuja vertente estoica se apresentou de forma patente, em especial, com relação aos temas circunscritos à linguagem²⁰⁴.

Em outra epístola, do *Ad Atticum* (XVI, 7, 3, 8), Cícero afirma: “Eu, em verdade, comporei uma apologia a isso, porém, para aqueles que se opuseram à minha partida e falaram contra ela.” (*ego vero istum ἀπολογισμὸν συντάξομαι, sed ad eorum aliquem quibus invitis et dissuadentibus profectus sum.*). Nesse trecho, podemos observar que Cícero emprega a forma verbal *syntáxomai* (συντάξομαι - Fut. Ind. Med. 1ª p. sg.) do verbo *syntássō* (συντάσσω), que segundo LSJ tem o sentido de “colocar em ordem juntos, dispor”, bem como se refere à “composição, compilação de uma narrativa ou de um livro”.

No dicionário de grego-português de Isidro Pereira (1998, 8ª ed.) também se encontra a acepção de “compor um discurso, etc.”. Dessa forma, o uso que Cícero faz do verbo *syntáxomai* (συντάξομαι) parece se ligar, de fato, ao processo de composição de um texto ou mesmo de um discurso. É possível admitir, portanto, que o emprego do verbo *syntáxomai* (συντάξομαι) em Cícero²⁰⁵, embora não ainda explicitamente ligado a uma sintaxe dos termos da oração, já antecipa certa nuance vinculada à linguagem, mais especificamente ao discurso. Com efeito, o orador parece aludir aos processos fundamentais de composição de um discurso, ou seja, o da combinação e da ordenação dos elementos linguísticos que o compõem. É importante ter em conta, ademais, que essa passagem de Cícero parece referir-se mais ao campo da retórica, do que ao da dialética.²⁰⁶

Se, em Cícero, conforme vimos, o vocábulo *syntaxis* parece ter uma conotação mais geral; em Aulo Gélío, por outro lado, seu emprego e tradução está circunscrito, de maneira bem estreita, a um dos três ramos da filosofia estoica. Nas *Noites Áticas*, (VI, ii, 1-3), vemos que o autor menciona a teoria estoica do destino proposta por Crisipo. Há, nas considerações de Aulo Gélío, uma pista sugestiva com relação à tradução dos termos

²⁰⁴ Para outras considerações sobre Varrão, ver Seppänen (2014).

²⁰⁵ O emprego desse vocábulo, ou melhor, da construção ἀπολογισμὸν συντάξομαι, bem como o uso de σύνταξις, em Cícero, tem uma peculiaridade adicional que, pelo escopo do nosso trabalho, não podemos investigar com maior profundidade; essa peculiaridade consiste no fato de que Cícero também emprega o vocábulo grego συντάγματα (*syntágmata*) para se referir aos “compilados”, ou seja, os textos que ele escreveu sobre *Academica*. Moraes (2017, p. 99-100) fornece-nos uma interpretação acerca dos textos de Cícero no contexto do *Ad Atticum* (XII, 44, 4, 1), explicita o uso do termo grego συντάγματα e mostra-nos a contextualização da discussão. Entretanto, não encontramos uma reflexão acerca de σύνταξις e seus derivados. Cabe-nos pontuar, por sua vez, que, embora o συντάγματα seja um derivado de συντάσσω, ao que podemos considerar, parece haver uma especialização de συντάξομαι em relação a συντάγματα.

²⁰⁶ O uso desse verbo em Cícero parece ter um correlato latino em Agostinho, no *De dialectica* (IX), que é o verbo *texere* (tecer um discurso), como veremos no capítulo IV.

sýntaxis (σύνταξις) e *epiploké* (ἐπιπλοκή) no âmbito latino: Aulo Gélío os adota como correlatos às palavras *ordo* e *nexus*. Vejamos a passagem:

O destino, que os gregos chamam εἰμαρμένην, Crisipo, o principal da filosofia estoica, define segundo mais ou menos esta sentença: ‘Destino é’, diz ele, ‘uma certa sempiterna e imutável série e cadeia de fatos, procedentes por si própria e por constantes ordens de sucessão, a partir das quais ela está unida e entrelaçada.’ As próprias palavras de Crisipo, tanto quanto sou forte de memória, anotei, para que se essa minha interpretação parecer mais obscura a alguém, que este atente para as palavras do próprio filósofo. Então, no livro quarto, *περὶ προνοίας* (*Sobre a providência*), ele diz εἰμαρμένην (*destino*) ser φυσικὴν τινα σύνταξιν τῶν ὅλων ἐξ αἰδίου τῶν ἐτέρων τοῖς ἐτέροις θούντων καὶ μεταπολουμένων ἀπαραβάτου οὔσης τῆς τοιαύτης ἐπιπλοκῆς. (uma disposição natural do todo, desde a eternidade, de uma das coisas seguindo a outras e se movendo atrás de outras, sendo inviolável tal relação).²⁰⁷

(AULO GÉLIO, *N.A.* VI, ii, 1-3)

Como se constata dessas duas referências, em Cícero e em Aulo Gélío, é possível observar que houve em Roma uma introdução do vocábulo grego nos autores latinos tanto da época da República, como é o caso de Cícero, quanto do período imperial, como é o caso de Aulo Gélío. Tais ocorrências ilustram um movimento de inserção e padronização de um léxico estoico (grego) na língua latina, o que se apresenta de forma mais contundente nas considerações de Cícero, no *Ad Atticum*. O testemunho de Aulo Gélío, entretanto, é significativo pelo fato de nele ser possível inferir uma hesitação do autor acerca da tradução do texto de Crisipo: embora Aulo Gélío o tenha feito, ele prefere também estampar, no final, o original em grego. Como consequência, o erudito latino, embora provavelmente não tenha tido a intenção, nos ofereceu o paralelo precioso do testemunho grego com sua tradução latina. Assim, esse relato permite-nos fazer um cotejo, a fim de verificarmos como se deu uma possível transposição terminológica, ou seja, de que tal vocábulo aparece, no âmbito latino, vinculado ao domínio da “física” estoica, estando, dessa forma, circunscrito a um dos três domínios do estoicismo.

²⁰⁷ *Fatum, quod εἰμαρμένην Graeci uocant, ad hanc ferme sententiam Chrysippus, Stoicae princeps philosophiae, definit: 'Fatum est' inquit 'sempiterna quaedam et indeclinabilis series rerum et catena uoluens semetipsa sese et implicans per aeternos consequentiae ordines, ex quibus apta nexaque est.' Ipsa autem uerba Chrysippi, quantum ualui memoria, ascripsi, ut, si cui meum istud interpretamentum uidebitur esse obscurius, ad ipsius uerba animaduertat. In libro enim περὶ προνοίας quarto εἰμαρμένην esse dicit φυσικὴν τινα σύνταξιν τῶν ὅλων ἐξ αἰδίου τῶν ἐτέρων τοῖς ἐτέροις θούντων καὶ μεταπολουμένων ἀπαραβάτου οὔσης τῆς τοιαύτης ἐπιπλοκῆς.* (Tradução de Seabra, 2010, p. 275 – grifo nosso). Em Cícero (*De diu.*, I, 125), é possível mapear o mesmo vocabulário, uma vez que Cícero, provavelmente retirou sua definição dos postulados de Crisipo, ele diz: “Mas eu chamo Destino o que os gregos chamam εἰμαρμένην, isto é, a ordem e a conexão das causas, quando uma causa unida à outra gera, a partir de si, um fato. Essa é a verdade eterna que sempre flui desde toda a eternidade.” [cf. *Fatum autem id appello, quod Graeci εἰμαρμένην, id est ordinem seriemque causarum, cum causae causa nexa rem ex se gignat. Ea est ex omni aeternitate fluens veritas sempiterna.*] (Tradução de Gratti, 2009, p. 102 – grifo nosso).

Conforme destacam Swiggers & Wouters (2003, p. 25): “é verdade que o termo σύνταξις (*syntaxis*) é atestado nos filósofos, retóricos e gramáticos gregos (e que ele é conhecido por certos gramáticos latinos como equivalente grego do latim *dispositio*, *ordinatio* ou *constructio*, mas jamais com o sentido (moderno) de análise da estrutura interna dos enunciados.”²⁰⁸ A consideração de Swiggers & Wouters (2003), chama a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que, embora os romanos tenham utilizado mais de um termo para se referir ao campo da sintaxe ou, como exemplificamos acima, ao próprio vocábulo σύνταξις, não podemos automaticamente atribuir a todos eles o sentido moderno – “linguístico” – que reconhecemos no termo, a saber: o de organização, disposição, ordem ou lógica da estrutura interna dos enunciados. Em vez disso, para melhor apreendermos a complexidade desses termos na tradição antiga, é crucial observá-los na polissemia que seu emprego revela em um processo de inter-relação, em que a gramática, a dialética e a própria sintaxe estão muitas vezes colocadas em jogo.

Nesse sentido, como ressalta Denecker (2017, p. 259), o exame da sintaxe nos autores da Antiguidade é como seguir “pistas” (*clues*), uma espécie de “história de detetive” (*detective history*)²⁰⁹. Dessa forma, como a própria ciência da linguagem preconiza, mais do que os termos é preciso analisar os eventos da linguagem em seu contexto de aplicação²¹⁰. Essa perspectiva faz ressoar com mais evidência a guia metodológica preconizada por Swiggers & Wouters (2003, p. 28), ou seja:

²⁰⁸ Cf. “Il est vrai que le terme σύνταξις [*syntaxis*] est attesté chez les philosophes, les rhéteurs et les grammairiens grecs (et qu’il est connu par certains grammairiens latins, comme équivalent grec du latin *dispositio*, *ordinatio*, ou *constructio*), mais jamais avec les sens (moderne) d’analyse de la structure interne des énoncés.”

²⁰⁹ Parece-nos extremamente relevante ressaltar, nesse ponto, as premissas metodológicas que Denecker faz, em sua volumosa obra, com relação aos saberes linguísticos dos autores cristãos, citamos: “The level of syntax is a problematic one as far as ancient linguistic description is concerned (cf. primarily Baratin 1989; furthermore Donnet 1967, Taylor 1993, Swiggers & Wouters 2003a). It seems justified to follow Swiggers & Wouters’ judgment (2003b: 35) that syntax was only ‘surreptitiously’ or ‘indirectly’ present in ancient linguistic description. This is why scholarly literature on syntax in antiquity often focuses on a number of specific ‘clues’, such as word order, conjunctions, and solecism. I will follow the same approach in this chapter by first investigating general conceptions of ‘syntax’ and subsequently focusing on these specific clues. The chapter will thus take the form of a ‘detective story’ to some extent (cf. Sluiter 1994 on Baratin 1989). I will maintain a broad definition of the terms ‘syntax’ and ‘syntactic’; more specifically, I follow Percival (1987b: 67) in maintaining that ‘the most basic principle to establish at the outset is that in ancient grammar the domain covered by syntax was the sentence’ (cf. Baratin 1988, Charpin 1988).”

²¹⁰ Cf. Hessler (2011, p. 2) relembra-nos um aspecto importante do fazer linguístico, e certamente do historiográfico, ao pontuar que: “What makes the historiography of the language sciences attractive today? Certainly not that it would release one from the obligation to do linguistics — that is, to describe and explain languages.”. Hessler postula três outras possibilidades, ou seja, o fato de a linguagem ser objeto de interesse; o fato de o linguista poder olhar para o passado de forma retrospectiva e ver como sua disciplina, terminologia e métodos foram erigidos e, por fim, o aspecto interdisciplinar da historiografia linguística. Essa observação de Hessler auxilia-nos em várias direções, isto é, na percepção de que a linguagem é fator fundamental no curso do tempo, de que a terminologia não é estática e fossilizada, de que o fator interdisciplinar possibilita uma perspectiva mais enriquecedora do objeto e, por fim, de que as operações

Se é verdade que a presença do termo não necessariamente implica a presença de uma análise sintática adequada, o inverso também é verdadeiro: pode-se enfrentar uma análise sintática adequada, sem que o termo sintaxe seja explicitamente mencionado, ou mesmo sem tratar de um texto de natureza gramatical.²¹¹

3.2.1 As operações das palavras em Platão: o *Crátilo* e o *Sofista*

Na história do pensamento linguístico da Antiguidade, dois diálogos de Platão iniciam um debate extremamente produtivo. De um lado, encontra-se o *Crátilo* e, do outro, o *Sofista*. No *Crátilo*, a investigação da linguagem tem como ponto central estabelecer uma reflexão sobre como se dá a correta justeza dos nomes, o que faz com que Sócrates, Hermógenes e Crátilo entrem no terreno da etimologia (ἐτυμολογία)²¹², tópico que perpassa toda a segunda parte do diálogo. O diálogo propõe a discussão de como as palavras são devidamente atribuídas às coisas e, para além disso, quem e qual “ciência/arte” seria(m) capaz(es) de verificar se tal processo foi empreendido de maneira correta. Surgem, nesse contexto, duas figuras centrais do diálogo, isto é, o *nomothéta* (legislador) e o *dialektikós* (o dialético), sendo o *nomothéta* responsável por instituir laboriosamente os nomes das coisas, e o *dialektikós* o responsável por avaliar se tal atribuição é adequada²¹³. De forma geral, o *Crátilo* concentra-se, do ponto de vista linguístico, sobre a *etimologia*, já que o debate estabelecido por Sócrates tanto com Hermógenes (posição de Heráclito – concepção convencionalista da linguagem *nómos*),

da linguagem e na línguas são os fatores sobre os quais todos os outros se assentam. Essa é uma atividade, portanto, fundamental.

²¹¹ Cf. “S’il est vrai que la présence du terme ne doit pas nécessairement impliquer la présence d’une analyse proprement syntaxique, l’inverse vaut aussi: on peut être en face d’une analyse proprement syntaxique, sans que le terme *syntaxis* soit explicitement mentionné, ou même sans qu’on ait affaire à un texte de nature grammaticale.”

²¹² Cf. Sluiter (2015, p. 898-899): “Ancient etymology ... is all about synchrony, even though it invokes a discourse that references the past. It is about the relationship between words and their semantic explanation or definition—it wants to know *why* anything is called what it is called, the *reason* for the name, and what *motivates* the namegiver—and the explanations it comes up with are not intended to give us insight into the past, into the historical processes and developments leading to the present situation; rather, and importantly, (ancient) etymology is about *understanding the present*. So whereas modern etymology does not provide an immediate insight into the contemporary semantics of a word, that is actually precisely what ancient etymology is meant to do. **Ancient etymology is primarily about the present, modern etymology is about the past. Modern etymology is about phonology, ancient etymology is almost entirely about semantics.**” (Itálico do original e negrito nossos).

²¹³ Relação entre o *nomothéta* e o *dialektikós* tem uma implicação densa no diálogo de Platão, pois como descreve Dixsaut (2001, p. 53): “Le dialecticien est le juge de l’oeuvre du nomothète, la langue, mais pas seulement... Le dialecticien ne serait pas seulement juge de l’oeuvre une fois fait, il devrait aussi en diriger la production. La succession science de la production - science de l’usage s’inverse: c’est la seconde qui est en fait première.”.

como com Crátilo (posição de Demócrito – concepção naturalista da linguagem *phýsis*), engendram a tensa e duradoura discussão entre o *nómos* e a *phýsis* (KRETZMANN, 1971, p. 126).

Por meio do diálogo entre Sócrates e Hermógenes, Platão, no *Crátilo* 399a.3-399c.6, tece o seguinte comentário, com relação ao processo de composição das palavras e, em certo sentido, de uma sentença:

Sóc.: E com razão, pois precisamente neste momento tenho a impressão de que apanhei a questão por um ângulo mais feliz, havendo, até, bastante probabilidade, se não tomar cuidado, de hoje mesmo vir a ficar mais sábio do que seria razoável. Presta atenção ao que passo a dizer. Inicialmente, no estudo sobre o significado dos nomes, debes sempre contar com a hipótese de não ser raro acrescentarmos letras, ou suprimi-las, quando vamos designar alguma coisa, ou deslocarmos os acentos. **Foi o que se deu com a expressão “Diífilo”. Para transformá-la num nome [b]**, suprimimos o segundo iota, passando a ser grave, em vez de aguda, na pronúncia, a sílaba do meio. Em outros casos procedemos de modo inverso; acrescentamos letras e acentuamos a sílaba átona.

Her.: Dizes a verdade.

Sóc.: Foi o que se deu, segundo penso, com a palavra homem. **Uma sentença virou substantivo** pela supressão da letra alfa e a acentuação da última sílaba.

Her.: Como assim?

Sóc.: [c] É o seguinte: o nome “anthrôpos” significa que, ao contrário dos outros animais que não examinam o que veem, nem o analisam nem contemplam, o homem, ao mesmo tempo que vê – pois é isso, justamente, que quer dizer “opôpe” – contempla e analisa o que viu. Por isso, dentre todos os animais é o homem o único justamente denominado “anthrôpos”, ou seja, [*anathrôn ha opôpe*] o que contempla o que vê.²¹⁴

Sócrates e Hermógenes, nesse excerto, levantam a discussão de como uma expressão transforma-se em um nome. Sócrates apresenta para Hermógenes como determinadas operações no âmbito da gramática podem alterar o sentido dos nomes. Na passagem em questão, Sócrates destaca o processo de acréscimo, ou supressão das letras

²¹⁴ Cf. {ΣΩ.} Ὅρθως γε σὺ πιστεύων· ὡς καὶ νῦν γέ μοι φαίνομαι κομπῶς ἐννενοηκέναι, καὶ κινδυνεύσω, ἐὰν μὴ 399.a.5 εὐλαβῶμαι, ἔτι τήμερον σοφώτερος τοῦ δέοντος γενέσθαι. σκοπεῖ δὴ ὁ λέγων. πρῶτον μὲν γὰρ τὸ τοιόνδε δεῖ ἐννοῆσαι περὶ ὀνομάτων, ὅτι πολλάκις ἐπεμβάλλομεν γράμματα, τὰ δ' ἐξαιροῦμεν, παρ' ὃ βουλόμεθα ὀνομάζοντες, καὶ τὰς ὀξύτητας μεταβάλλομεν. **οἶον “Διὶ φίλος” – τοῦτο ἴνα 399.b.1 ἀντὶ ῥήματος ὄνομα ἡμῖν γένηται**, τὸ τε ἕτερον αὐτόθεν ἰῶτα ἐξείλομεν καὶ ἀντὶ ὀξείας τῆς μέσης συλλαβῆς βαρεῖαν ἐφθεγξάμεθα. ἄλλων δὲ τούναντίον ἐμβάλλομεν γράμματα, τὰ δὲ βαρύτερα <ὀξύτερα> φθεγγόμεθα. 399.b.5

{EPM.} Ἀληθῆ λέγεις.

{ΣΩ.} Τούτων τοίνυν ἐν καὶ τῶν ἀνθρώπων ὄνομα πέπονθεν, ὡς ἐμοὶ δοκεῖ. **ἐκ γὰρ ῥήματος ὄνομα γέγονεν**, ἐνὸς γράμματος τοῦ ἄλφα ἐξαιρεθέντος καὶ βαρυτέρας τῆς τελευτῆς γενομένης. 399.b.10

{EPM.} Πῶς λέγεις; 399.c.1

{ΣΩ.} Ὡδε. σημαίνει τοῦτο τὸ ὄνομα ὁ “ἄνθρωπος” ὅτι τὰ μὲν ἄλλα θηρία ὧν ὀρᾶ οὐδὲν ἐπισκοπεῖ οὐδὲ ἀναλογίζεται οὐδὲ <ἀναθρεῖ>, ὁ δὲ ἄνθρωπος ἕμα ἐώρακεν – τοῦτο δ' ἐστὶ [τὸ] “ὄπωπε” – καὶ <ἀναθρεῖ> καὶ λογίζεται τοῦτο ὃ <ὄπωπεν>. 399.c.5 ἐντεῦθεν δὴ μόνον τῶν θηρίων ὀρθῶς ὁ ἄνθρωπος “ἄνθρωπος” ὀνομάσθη, <ἀναθρῶν> ἢ <ὄπωπε>. (Tradução de Carlos Alberto Nunes, 1988, p. 167-168. Grifos e marcações nossa).

(*permutatio litterarum* – seguimos para esse tópico a denominação. cf. Denecker (2017, p. 291-292)), assim como a possibilidade de alteração da acentuação das palavras. Um dos exemplos oferecidos por Sócrates é a palavra *Diífilo* – ou seja, Platão, por meio do diálogo, apresenta como se realiza uma operação linguística segundo a qual é possível identificar o termo tanto como um predicado (*rhêma*), como o nome próprio (*ónoma*). Mais que um jogo de sentidos, é a exemplificação de uma operação linguística, já que Sócrates tenta mostrar para Hermógenes como uma “expressão torna-se um nome” (ἐκ γὰρ ῥήματος ὄνομα γέγονεν / “pois do predicado gera-se o nome”), o que ocorre devido à “supressão da letra alfa e à acentuação da última sílaba” (ἐνὸς γράμματος τοῦ ἄλφα ἐξαιρεθέντος καὶ βαρυτέρας τῆς τελευτῆς γενομένης. *Crát.* 399.b.10).

De acordo com Taylor (1993, p.267):

... Platão...(Crátilo 399a-b) identifica a frase adjetival *Diiphilos* como um *rhêma* e o nome próprio *Diphilos* como um *onoma*, e claramente aqui o primeiro termo é melhor entendido no sentido de predicado. Em suma, Platão define substantivo e verbo, e postula uma estrutura sintática fundamental, binária para sentenças que inclui obrigatoriamente o primeiro em uma parte e o último na outra, estabelecendo assim de uma vez por todas as funções de NP e VP no pensamento linguístico senão na terminologia gramatical.²¹⁵

(TAYLOR, 1993, p. 267)

Como vimos acima, a partir do diálogo *Crátilo*, ter-se-iam estabelecido as bases de uma primeira reflexão sobre a estrutura linguística que opõe *ónoma* e *rhêma*. Essa distinção tem maior nitidez no diálogo *Sofista*.

O *Sofista* de Platão, assim como o *Perì hermeneías* de Aristóteles, são os dois textos mais antigos da tradição grega nos quais se identificam as “primeiras abordagens” do fenômeno da sintaxe, no seu sentido linguístico. No *Sofista*, Platão, por meio do diálogo travado entre o Estrangeiro de Eleia e Teeteto, propõe uma reflexão sobre o papel da linguagem (do *lógos*) para investigação filosófica, uma vez que ela permite ao filósofo praticar a dialética, mas, ao mesmo tempo, por meio dela, é possível tanto afirmar (a verdade) como dizer o falso. Sem discutirmos as consequências filosóficas dessa análise, queremos destacar apenas como o tópico da “combinação” e da “separação” das palavras

²¹⁵ Cf. “...Plato... (*Cratylus* 399a-b) identifies the adjectival phrase *Diiphilos* as a *rhema* and the proper name *Diphilos* as an *onoma*, and clearly here the former term is best understood in the sense of predicate. In fine, Plato defines noun and verb and postulates a fundamental, binary, syntactic structure for sentences which obligatorily includes the former in one part and the latter in the other, thereby establishing once and for all the roles of NP and VP in linguistic thought if not in grammatical terminology.”

(*léxis*) e das sentenças (*lógos*) é tratado, em primeiro lugar, pelo Estrangeiro e por Teeteto, nesse excerto do diálogo:

Estr.: Para começar, conforme já decretamos, tomemos o discurso e a opinião, para decidirmos com segurança se o não-ser os atinge, ou se ambos, de todo o jeito, são verdadeiros, não vindo nunca, por conseguinte, a ser falso nem um nem outro.

Tee.: Certo.

Estr.: [d] Então, examinemos as palavras, da mesma maneira por que explicamos as ideias e as letras; desse lado é que talvez nos surja a solução procurada.

Tee.: Que iremos ouvir agora a respeito das palavras?

Estr.: A questão consiste em saber se todas se combinam ou nenhuma; ou se algumas admitem esse acordo e outras não.

Tee.: É claro que umas o admitem e outras não.

Estr.: Decerto, o que queres dizer é que as palavras [e] pronunciadas numa determinada sequência e que formam sentido combinam entre si, não combinando as que na sua seriação nada significam.

(PLATÃO, *Sof.*, 261c10-261e)²¹⁶

O Estrangeiro recapitula com Teeteto o exame realizado com relação às ideias (περί τῶν εἰδῶν) e com relação às letras (περί τῶν γραμμάτων), propondo, desse passo em diante, examinar como se dá a combinação²¹⁷ no nível das palavras (περί τῶν ὀνομάτων). O Estrangeiro propõe, então, quatro possibilidades para essa operação, a saber, se: i) todas as palavras se harmonizam entre si (πάντα ἀλλήλοις συναρμόττει); ii) nenhuma [delas se harmonizam] (μηδέν); iii) algumas admitem (τὰ μὲν ἐθέλει) e iv) se outras não admitem (τὰ δὲ μή). Teeteto, na sequência, ressalta as possibilidades iii e iv, pontuando “que algumas palavras admitem e outras não” (ὅτι τὰ μὲν ἐθέλει, τὰ δ' οὐ). No passo seguinte, o Estrangeiro reformula a afirmação de Teeteto e insere na discussão

²¹⁶Cf. {ΞΕ.} Λόγον δὴ πρῶτον καὶ δόξαν, καθάπερ ἐρρήθη νυνδὴ, λάβωμεν, ἵνα ἐναργέστερον ἀπολογισώμεθα πότερον αὐτῶν ἄπτεται τὸ μὴ ὄν ἢ παντάπασιν ἀληθῆ μὲν ἐστὶν ἀμφοτέρω ταῦτα, ψεῦδος δὲ οὐδέποτε οὐδέτερον.

{ΘΕΑΙ.} Ὅρθως.

{ΞΕ.} Φέρε δὴ, καθάπερ περὶ τῶν εἰδῶν καὶ τῶν γραμμάτων ἐλέγομεν, περὶ τῶν ὀνομάτων πάλιν ὡσαύτως ἐπισκεψώμεθα. φαίνεται γὰρ πῆ ταύτη τὸ νῦν ζητούμενον.

{ΘΕΑΙ.} Τὸ ποῖον οὖν δὴ περὶ τῶν ὀνομάτων ὑπακουστέον;

{ΞΕ.} Εἴτε πάντα ἀλλήλοις συναρμόττει εἴτε μηδέν, εἴτε τὰ μὲν ἐθέλει, τὰ δὲ μή.

{ΘΕΑΙ.} Δῆλον τοῦτό γε, ὅτι τὰ μὲν ἐθέλει, τὰ δ' οὐ.

{ΞΕ.} Τὸ τοιόνδε λέγεις ἴσως, ὅτι τὰ μὲν ἐφεξῆς λεγόμενα καὶ δηλοῦντά τι **συναρμόττει**, τὰ δὲ τῆ **συνεχία** μηδὲν σημαίνοντα **ἀναρμόστει**. (Grifo nosso. Tradução de Carlos Alberto Nunes, 2009 [1980], p. 441).

²¹⁷ De acordo com Places (1964, p. 43): *ánarmostein* é utilizado por Platão no *Sofista* 253a2 (cf. 261e2) “être en désaccord” (estar em desacordo / sem harmonia). Seu oposto é *sunarmóttein* também empregado na mesma passagem, que, segundo Places (1964, p. 479): 1ª (trans., à l'actif et au moyen) “concilier, harmoniser”; 2ª (intr.) “s'accorder” (concordar). A segunda aceção de Places indica-nos a dicotomia da terminologia entre *ánarmostein* e *sunarmóttein*.

o processo de consecução entre as palavras. O advérbio ἐφεξῆς empregado no contexto designa tal processo, ou seja, colocá-las em ordem, uma após a outra. O Estrangeiro, nesse caso, chama a atenção para o dado de que as palavras que se harmonizam entre si seguem uma determinada consecução, aquelas que na sequência (συνεχία) nada significam (μηδὲν σημαίνοντα) apresentam-se em desacordo (ἀναρμοστεῖ).

Na sequência do diálogo, o Estrangeiro expõe para Teeteto as duas formas de se exprimir por meio da voz, apresentando e definindo, para isso, o nome (ὄνομα) e o verbo (ῥῆμα) (261e.6-262a.1). No passo 262c.4-6, o Estrangeiro destaca a principal regra de formação de uma proposição/discurso (λόγος), dizendo: “até o momento de alguém juntar substantivos com verbos. Só então eles se completam, surgindo o discurso desde a primeira combinação, o que com acerto se poderia denominar a forma primitiva do discurso, a menor de conceber-se.”²¹⁸ (πρὶν ἄν τις τοῖς ὀνόμασι τὰ ῥήματα κεράσῃ. τότε δ' ἤρμοσέν τε καὶ λόγος ἐγένετο εὐθὺς ἢ πρώτη συμπλοκή, σχεδὸν τῶν λόγων ὁ πρῶτός τε καὶ σμικρότατος.). Essa passagem destaca, portanto, a primeira combinação (πρώτη συμπλοκή) entre o nome e verbo.

Como ressaltam Swiggers & Wouters (2003, p. 28):

É assim que já encontramos, desde muito cedo, nomeadamente no *Sofista* de Platão, uma análise dos termos essenciais da proposição (como estrutura predicativa). Platão define o discurso (λόγος) como uma série de palavras, mas uma série correspondente a um princípio de organização, a saber, a συμπλοκή que une o que se afirma, e o que se afirma sobre algo ... Para estabelecer uma proposição, um verbo deve estar ligado a um sujeito: esta *prôtē symploké* é a base essencial dos *lógos*.²¹⁹

É sobre essa base construída por Platão no *Sofista* que Aristóteles constrói, certamente, suas observações no campo da lógica. Aristóteles, com efeito, vai além da descrição do nome e do verbo como unidades essenciais para a formação do *lógos*, como se pode observar em suas considerações na *Retórica* (III 1404b26) e principalmente na *Poética* (1456.b20), que apresentaremos abaixo.

3.2.2 Aristóteles: para além do nome (ὄνομα) e do verbo (ῥῆμα)

²¹⁸ (Grifo nosso. Tradução de Carlos Alberto Nunes, 2009 [1980], p. 443).

²¹⁹ Cf. “C'est ainsi qu'on trouve très tôt déjà, à savoir dans le *Sophiste* de Platon une analyse des termes essentiels de la proposition (comme structure prédictive). Platon y définit le discours (λόγος) comme une suite de mots, mais une suite correspondant à un principe d'organisation, à savoir la (πρώτη συμπλοκή) unissant ce qu'on affirme et ce dont on affirme quelque chose... Pour établir une prédication, un verbe doit être lié à un sujet: ce *prôtē symploké* est la base indispensable du *logos*.”

Em Aristóteles, as partes do discurso e as suas propriedades são um tópico que recebem destaque em várias de suas obras, especialmente naquelas que compõem o *Órganon*. A atenção de Aristóteles tanto para o *lógos*, quanto para a *léxis* forneceram elementos fundamentais para o debate da linguagem (BASSET, 2003). Para além do nome (*ὄνομα/onoma*) e do verbo (*ῥῆμα/ rhêma*), cuja reflexão tem um ponto de contato com aquela presente no *Sofista* de Platão, Aristóteles, no *Peri hermeneías*, propõe que primeiro se defina o que seja o nome (*ónoma*) e o verbo (*rhêma*) para depois se investigar a *apóphasis* (negação), a *katáphasis* (afirmação) e o *lógos* (discurso) (*Peri her.*, I 16a.1-2)²²⁰. Aristóteles define-os, portanto, nos seguintes moldes: “o nome é um som articulado e significativo, conforme convenção e sem o tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa.” (*Peri her.*, II 16a.19-21)²²¹; e o “verbo é o que agrega àquilo que ele próprio significa o tempo e cujas partes nada significam isoladamente.” (*Peri her.*, III 16b.19-21).²²²

A centralidade desses dois elementos linguísticos para reflexão filosófica aparece ressaltada quando Aristóteles destaca que “o falso e o verdadeiro existem na composição e na separação. Os nomes e os verbos, por eles mesmos, parecem o pensamento sem composição ou separação, como homem ou branco, quando não se anexa alguma coisa a eles” (*Peri her.*, I 16a.11-16).²²³ O falso (*pseudós*) e o verdadeiro (*alēthés*), em um primeiro plano, podem ocorrer tanto na composição (*sýnthesin*), quanto na separação (*diairesin*). Entretanto, Aristóteles destaca que os nomes e os verbos, como, por exemplo, *homem* e *branco*, ocorrem na separação, visto que não estão ligados a nenhuma outra coisa e, por isso, não são passíveis de serem nem verdadeiro e nem falsos. Aristóteles faz

²²⁰ Cf. Πρῶτον δεῖ θέσθαι τί ὄνομα καὶ τί ῥῆμα, ἔπειτα τί ἐστὶν ἀπόφασις καὶ κατάφασις καὶ ἀπόφανσις καὶ λόγος. Segundo Luhtala (2000a, p. 35): “As to ὄνομα and ῥῆμα in the *Peri hermeneias*, their roles as subject and predicate are much more explicit than in the *Sophist* while the notion of action is completely absent in their description. In spite of the greater explicitness of their dialectical functions, Aristotle’s ὄνομα and ῥῆμα in the *Peri hermeneias* are ambiguous between word class and function like those of Plato in the *Sophist*. I am inclined to see a similar pattern in the two texts: like Plato in the *Sophist*, Aristotle first describe their ὄνομα and ῥῆμα as word class and then proceeds to describe their functional roles for which he does not introduce any specific terminology.”. Em seu trabalho de 2005 (p. 17) Luhtala retorna ao tópico e destaca que: “The form of the proposition in the *Peri hermeneias* covers two types. One was that of the *Sophist*, where the proposition consists of a noun and a verb... The other type of proposition consisted of two nouns and a copula ‘is’ (‘Socrates is a man’, man is white’). Later on in the text of Aristotle also came to dissolve the ‘intransitive’ verb into a copula and a participle.”.

²²¹ Cf. Ὅνομα μὲν οὖν ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ κατὰ συνθήκην ἄνευ χρόνου, ἧς μὴδὲν μέρος ἐστὶ σημαντικὸν κεχωρισμένον. (Tradução de Teixeira da Mata, 2013, p. 3).

²²² Cf. Ῥῆμα δὲ ἐστὶ τὸ προσσημαῖνον χρόνον, οὐ μέρος οὐδὲν σημαίνει χωρὶς. (Tradução de Teixeira da Mata, 2013, p. 5).

²²³ Cf. περὶ γὰρ σύνθεσιν καὶ διαίρεσιν ἐστὶ τὸ ψεῦδος τε καὶ τὸ ἀληθές. τὰ μὲν οὖν ὀνόματα αὐτὰ καὶ τὰ ῥήματα ἔοικε τῷ ἄνευ συνθέσεως καὶ διαίρεσεως νοήματι, οἷον τὸ ἄνθρωπος ἢ λευκόν, ὅταν μὴ προστεθῇ τι· οὔτε γὰρ ψεῦδος οὔτε ἀληθές πω. (Tradução de Teixeira da Mata, 2013, p. 5).

ecoar, nessa passagem do *Peri hermeneias*, a discussão que é também delineada nas *Categoriae* ao considerar que há palavras que podem ser ditas com ou sem combinação, isto é, *symploké* (combinada) e *aneu symploké* (sem combinação)²²⁴.

Assim, é possível observar que os elementos mínimos responsáveis por formar uma sentença estão representadas tanto nas primeiras considerações de Platão no *Sofista* e, em certo sentido, no *Crátilo* também, como vimos acima, quanto nas ponderações de Aristóteles no *Peri hermeneias* e nas *Categoriae*. Há um esboço de uma ‘sintaxe’ em sua forma mais elementar sendo perfilado nessas passagens. Aristóteles não se limitou a descrever essas duas partes do discurso; na *Poética* (20 1457a10-16), encontra-se não só mais uma definição de *ónoma* e *rhēma*, mas também das conjunções (*syndesmos*) e de outros termos-chave, como, por exemplo, o conceito de *ptōsis* (caso/inflexão). No passo quatro do *Peri hermeneias* (IV 16b.33-17a.1-7), Aristóteles define e apresenta a diferença entre o discurso declaratório e os outros tipos de discurso:

o discurso é som articulado e significativo; uma de suas partes, separadamente, é significativa, como expressão, mas não como afirmação [ou negação] ... todos os discursos são significativos, não como ferramenta, mas, como já tinha sido dito, por convenção; nem todo discurso é declaratório, mas apenas aquele em que subsiste o ser verdadeiro ou o ser falso. Com efeito, [o ser verdadeiro ou o ser falso] não subsiste em todos. Por exemplo, a prece é discurso, mas não é nem verdadeira e nem falsa. Deixemos os outros discursos, pois o exame deles é mais próprio da **retórica** e da **poética**. Porém, o declaratório é próprio deste estudo.²²⁵

(ARISTÓTELES, *Peri her.*, IV 16b.33-17a.1-7. Grifos nossos)

Aristóteles destaca, com essa observação, o aspecto plural não somente do *lógos*, enquanto elemento polissêmico utilizado na e para investigação filosófica, mas também ressalta que há outros tipos de discursos e que cada um deles encontra um lugar apropriado para sua análise e descrição. É justamente nessas duas instâncias, nas quais os aspectos da linguagem relacionadas às *tékhnai* – *Tékhne rhetoriké* (*Retórica*) e *Tékhne*

²²⁴ Cf. Τῶν λεγομένων τὰ μὲν κατὰ συμπλοκὴν λέγεται, τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς. τὰ μὲν οὖν κατὰ συμπλοκὴν, οἷον ἄνθρωπος τρέχει, ἄνθρωπος νικᾷ· τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς, οἷον ἄνθρωπος, βούς, τρέχει, νικᾷ (*Cat.*, II 1a.16-19). “Sans transition aucune, le chapitre 2, faisant fond en cela sur la doctrine platonicienne du *Sophiste* (262a-c), pose comme un axiome la distinction fondamentale entre dits (*legomena*) en combinaison (*kata sumplokēn*, énoncés construits du type ‘(un) homme court’) et dits sans combinaison (*aneu sumplokēs*), mots énoncés séparément, e.g. ‘homme’, ‘court’”. (ILDEFONSE; LALLOT, 2002, p. 11).

²²⁵ Cf. Λόγος δὲ ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ, ἥς τῶν μερῶν τι σημαντικόν ἐστὶ κεχωρισμένον, ὡς φάσις ἄλλ’ οὐχ ὡς κατάφασις... ἐστὶ δὲ λόγος ἅπας μὲν σημαντικός, οὐχ ὡς ὄργανον δέ, ἄλλ’ ὡς περ εἴρηται κατὰ συνθήκην· ἀποφαντικός δὲ οὐ πᾶς, ἄλλ’ ἐν ᾧ τὸ ἀληθεύειν ἢ ψεύδεσθαι ὑπάρχει· οὐκ ἐν ἅπασιν δὲ ὑπάρχει, οἷον ἢ εὐχὴ λόγος μὲν, ἄλλ’ οὐτ’ ἀληθὴς οὔτε ψευδής. οἱ μὲν οὖν ἄλλοι ἀφείσθωσαν, – **ῥητορικῆς** γὰρ ἢ **ποιητικῆς** οικειότερα ἢ σκέψις, – ὁ δὲ ἀποφαντικός **τῆς νῦν θεωρίας**. Grifo nosso. Tradução de Teixeira da Mata, 2013, p. 7).

poiētiké (*Poética*) – que Aristóteles se encarrega de examinar e descrever as propriedades da *léxis*.

Na *Retórica* (III), Aristóteles apresenta que há cinco elementos básicos da “expressão enunciativa”, dentre os quais encontram-se as conjunções. A conjunção (*sýndemos*) é a primeira a ser descrita sendo que, para Aristóteles, as conjunções podem ser usadas antes ou depois umas das outras, fator esse que depende da natureza de cada conjunção²²⁶. Se, na *Retórica*, temos uma definição e descrição mais geral das conjunções, na *Poética*, por outro lado, Aristóteles é mais específico, primeiro elencando quais são os elementos da *léxis*, depois definindo-os um a um. No excerto da *Poética* (XX, 1, 1456b20–21), temos que: “toda a elocução em geral tem os seguintes elementos: fonema, sílaba, conjunção, nome, verbo, articulador, flexão e frase.” (Τῆς δὲ λέξεως ἀπάσης τὰδ' ἐστὶ τὰ μέρη, στοιχεῖον συλλαβῆ σύνδεσμος ὄνομα ῥῆμα ἄρθρον πτῶσις λόγος.)²²⁷.

O estagirita define as conjunções nos seguintes termos:

A conjunção é um som sem significado que nem impede e nem produz um som significativo único a partir da junção de vários sons, e que pode colocar-se tanto nos extremos como no meio da frase, mas que não deve figurar sozinho no seu início, como é o caso de *men, etoi, de*.²²⁸

(ARISTÓTELES, *Poet.*, XX, 6, 1456b38–1457a6).

Por meio dessa definição, observamos que Aristóteles considera as conjunções como elementos da linguagem destituídos de significado, isto é, *phoné ásemos* e que pode ser empregado nos extremos ou no meio da frase, mas não tem como ser usado de forma isolada no início das frases. As conjunções, nesse sentido, para Aristóteles, parecem exercer a “função” de ligar duas partes ou mais partes do discurso que têm um valor semântico intrínseco, como, por exemplo, o nome e o verbo. No plano da lógica, portanto,

²²⁶ Na *Retórica* (III 1407a.19-22): “O discurso é, por conseguinte, constituído por estes elementos. O princípio básico da expressão enunciativa, porém, é falar corretamente. Isto radica em cinco aspectos. O primeiro reside nas partículas coordenativas, que devem ser colocadas antes ou depois umas das outras, tal como algumas exigem segundo a sua natureza...” [cf. ‘Ο μὲν οὖν λόγος συντίθεται ἐκ τούτων, ἔστι δ' ἀρχὴ τῆς λέξεως τὸ ἐλληνίζειν· τοῦτο δ' ἐστὶν ἐν πέντε, πρῶτον μὲν ἐν τοῖς συνδέσμοις, ἂν ἀποδιδῶ τις ὡς πεφύκασι πρότεροι καὶ ὕστεροι γίνεσθαι ἀλλήλων, οἷον ἔνιοι ἀπαιτοῦσιν...] Tradução de Farmhouse (2015, p. 193-194). Não tivemos acesso à edição de D. Ross (1959), edição usada pelos tradutores. Entretanto, em caráter ilustrativo para contraponto, colocamos o texto grego da edição de Bekker.

²²⁷ Cf. Swiggers & Wouters (2015, p. 765) destacam que: ‘We can note here that Aristotle’s description of grammatical structures, as we find it in his *Poetics*, reflects the initial stages of Greek (and, generally speaking, Western) grammar, and more specifically of phonetic and morphological description.’.

²²⁸ Tradução de Valente (2004, p. 79-81). [cf. σύνδεσμος δὲ ἐστὶν φωνὴ ἄσημος ἢ οὔτε κολύει οὔτε ποιῆ φωνὴν μίαν σημαντικὴν ἐκ πλειόνων φωνῶν πεφυκυῖα συντίθεσθαι καὶ ἐπὶ τῶν ἄκρων καὶ ἐπὶ τοῦ μέσου ἢν μὴ ἀρμόττει ἐν ἀρχῇ λόγου τιθέναι καθ' αὐτήν, οἷον μὲν ἦτοι δέ.].

as conjunções teriam um papel diminuto; o discurso declaratório (*apophantikós*) que Aristóteles analisa no *Peri hermeneias*, por exemplo, parece não ceder espaço para esses outros elementos da linguagem, posto que o nome e o verbo são os pontos centrais, sendo o *lógos*, o núcleo.

Contudo, Neves (1987) destaca que:

Ao examinar a arte retórica e a arte poética, Aristóteles acentua, pois, as qualidades que devem ser procuradas para o adequado modo de dizer, isto é, ele cuida da *léxis*. Entretanto, o que está em primeiro plano não é uma linguagem ornamentada, como simples exercício de palavras, mas é sempre a eficiência de comunicação garantida pelo conveniente uso dos recursos de elocução. O interesse pela qualidade da elocução está diretamente ligado ao interesse na eficiência do modo de dizer.

(NEVES, 1987, p. 77)

Neves (1987) complementa a sua observação pontuando que “a atenção à *léxis* põe em evidência o significante, mas aponta sempre para o *lógos*, pois a linguagem com qualidade é, acima de tudo, a que diz bem o que tem de ser dito.” (NEVES, 1987, p. 77).

A relação entre *lógos* e *léxis* tem um efeito acentuado para a composição do pensamento linguístico na Antiguidade. Um desses pontos, como destaca Basset (2003, p. 50), refere-se ao fato de que Aristóteles, ao empreender um exame da *léxis*, coloca em evidência não só o nome e o verbo, mas também as conjunções e a articulação. Segundo Basset, “apenas quando Aristóteles teve que se debruçar sobre os aspectos das *léxis* foi possível que ele realizasse uma distinção mais propriamente sintática.” (2003, p. 50).²²⁹

Feitas essas observações sobre algumas das reflexões de Aristóteles, pode-se concluir que a maquinaria estoica da linguagem – que, entre outros feitos, consagrou a partição do *lógos* que culminaria nas partes do discurso da gramática – tem precedentes que se radicam na experiência filosófica clássica, especialmente na lógica. No entanto, é graças aos estoicos, entre os quais, especialmente Crisipo, que a discussão ganha uma proporção e uma sofisticação ainda não conhecidas.

3.2.3 Os estoicos: o sistema da linguagem

A maioria dos filósofos, e os melhores de entre eles, consideram três partes na filosofia: a ética, a física e a lógica. A primeira forma o caráter, a segunda

²²⁹ Cf. “Hormis l'évolution observée pour le $\rho\eta\mu\alpha$, les distinctions précédentes relèvent plus de la logique de la syntaxe, car elle sont centrées sur l'analyse de la predication et de l'assertion. C'est à propos de la $\lambda\acute{\epsilon}\xi\iota\varsigma$ qu'Aristote a été amené à faire des distinction plus proprement syntaxiques.”

estuda a natureza, a terceira estuda o valor do vocábulos, a estrutura do discurso e as formas da argumentação, não vá a falsidade sobrepor-se à verdade. Mas também se encontram autores que dividem a filosofia em um número inferior ou superior de partes.²³⁰

(SÊNECA, *Ep. mor.*, 89, 9).

A filosofia estoica foi dividida em três grandes partes, ou seja, a ética, a física e a lógica. Nem sempre, contudo, compreendeu-se essa divisão nessa ordem. Autores, como Crisipo, defendiam, por exemplo, que a ordem principal seria lógica, ética e física, segundo relatam Plutarco (*De St. Rep.*, IX) e Sexto Empírico (*Adv. Math.*, VII, 22). Ildefonse (2007 [2001], p. 24) destaca que “a ordem das matérias é uma ordem pedagógica”.

A filosofia estoica, como comenta Goldschmidt (1953 *apud* ILDEFONSE, 2007 [2001], p. 14), “passa sem solução de continuidade, dos homens a Deus, das que compõem o mundo ao próprio mundo, ou seja, ao *systema* que unifica os deuses e os homens.” A observação de Goldschmidt, que expõe o funcionamento do todo da filosofia estoica, nos impõe, face a isso, uma dificuldade quanto à análise dos fenômenos abordados pela *Stoa*. Uma vez que todos os elementos da filosofia estoica são solidários, isso implica ter em nosso horizonte analítico e interpretativo que qualquer recorte que se faça para podermos descrever e analisar uma das dimensões filosóficas do Pórtico será parcial. Isso implica assumir o fato de que explicitar os elementos da lógica estoica configura apenas um de seus três aspectos. Além disso, é importante considerar que se tratava de uma filosofia cujas partes funcionavam não de uma forma teórica, mas como um *modus uiuendi* (HADOT, 2014 [1995]).

Outra característica da filosofia estoica, que merece ser lembrada, é que toda filosofia estoica é corpórea ($\pi\alpha\nu\ \gamma\alpha\rho\ \tau\omicron\ \pi\omicron\iota\omicron\upsilon\nu\ \sigma\tilde{\omega}\mu\acute{\alpha}\ \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$: cf. “Tudo, com efeito, o que é produzido é um corpo.” D.L. VII). Todavia, ainda que o aspecto corpóreo fosse um ponto central da filosofia estoica, os estoicos postularam a subsistência de quatro incorpóreos, que são: lugar, vazio, tempo e dizíveis (*lektá*) (BRUNSCHWIG, 2006 [2003], p. 236).²³¹

²³⁰ Cf. *Philosophiae tres partes esse dixerunt et maximi et plurimi auctores: moralem, naturalem, rationalem. Prima componit animum; secunda rerum naturam scrutatur; tertia proprietates verborum exigit et structuram et argumentationes, ne pro vero falsa subreant. Ceterum inventi sunt et qui in pauciora philosophiam et qui in plura diducere.* (Tradução de Segurados & Campos, 2014, p. 433-434).

²³¹ Cf. Brunschwig (2006 [2003], p. 236): “Os estoicos, contudo, não tentavam forçar todas as coisas que eles reconheciam como reais para dentro da categoria dos corpos plenamente existentes. De modo paradoxal, sua ‘ontologia’ permite diversos itens que não são *ónta*, mas que tampouco não são nada: embora incorpóreos, eles são ‘algo’. Passa-se sem dizer que os corpos existentes também são ‘algo’; daí a alegação estoica de que o gênero supremo, que abarca tudo o que é ‘real’ em algum sentido, não é o ‘ser’ (*tò ón*), mas o ‘algo’ (*tó ti*).” Em nota, o autor explica a procedência da ideia de ‘algo’, dizendo que: “a distinção

Dito isso, ater-nos-emos à dimensão da lógica e suas subdivisões; no caso dos incorpóreos, aos aspectos dos dizíveis.

Grande parte do desenvolvimento da lógica estoica e das reflexões acerca da dialética e da linguagem se devem aos postulados de Crisipo; conforme afirma Diógenes Laércio (VII, 176), “se não houvesse Crisipo, não haveria *Stoá*” (εἰ μὴ γὰρ ἦν Χρύσιππος, οὐκ ἂν ἦν Στοά). A maior parte dos postulados desse terceiro escolarca da antiga *Stoá* só nos alcançou em forma de fragmentos ou por testemunho de autores posteriores. Em que pese isso, é possível, a partir desse material, compreender que a lógica estoica se dividia em dois grandes ramos de investigação, isto é, a dialética e retórica (cf. τὸ δὲ λογικὸν μέρος φασὶν ἔνιοι εἰς δύο διαιρεῖσθαι ἐπιστήμας, εἰς ῥητορικὴν καὶ εἰς διαλεκτικὴν. D.L. VII, 41-43)²³². Segundo Crisipo, a dialética se subdivide entre aquilo que significa e aquilo que é significado (τὰ σημαίνοντα καὶ τὰ σημαίνόμενα) (D.L. VII, 62), que corresponde, portanto, a uma discussão que envolve o lugar dos “significante” e do “significado” na doutrina estoica (LUHTALA, 2000a; 2005). De acordo com Baratin (2017 [1994]):

Nessa perspectiva global, a primeira parte da dialética trata do significante (*sêmainon*) e a segunda do significado (*sêmainomenon*). O que chama a atenção é a análise do significante, em relação à estrutura das gramáticas. O significante é dividido de acordo com três realizações possíveis: a *phônè*, a *lexis* e o *logos*. A *phônè*, ou “voz”, *a priori*, não é articulada nem portadora de significado, e compreende, dessa forma, tanto a voz animal quanto a voz humana: é simplesmente o som vocal; a *lexis* é caracterizada pelo fato de ser articulada e, portanto, suscetível de ser apresentada sob forma escrita, mas ela não é, *a priori*, portadora de significado: é o som vocal articulado; enfim, o

entre ‘algos’ que são ‘existentes’ e ‘algos’ que não o são tinha um paralelo nos verbos e nomes que os estoicos usavam para designar seu respectivo estatuto ontológico. Em contraste com *eînai* e *ousía*, *hyphítanai* e *hypóstasis* eram comumente reservados para ‘algos’ não existentes (isto é, meramente ‘subsistentes’).”. Dinucci & Duarte (2016, p. 90) usam a expressão *tinologia estoica*. Em nota os autores explicam que: “o termo ‘tinologia’ é mais apropriado para o caso dos estoicos, em substituição ao esperado ‘ontologia’ que tem sido adequadamente utilizado para investigação, nos termos de Aristóteles, do ser enquanto ser.”. Não entraremos, em nosso trabalho, na discussão desses conceitos.

²³² A discussão sobre uma gramática estoica é tema polêmico e denso. As principais considerações para a defesa dessa hipótese estão presentes no trabalho fundamental de Frede (1987a.b). Blank & Atherton (2006 [2003], p. 347): “Não só não se pode identificar seguramente algo como uma disciplina autônoma distinta chamada ‘gramática estoica’ como também a teorização do tipo que posteriormente viria a ser chamado ‘gramatical’ teve sua origem em pelo menos duas, e possivelmente quatro, diferentes áreas da filosofia estoica.” Schmidhauser (2010, p. 449) é mais assertivo neste aspecto: “Grammar as one understands it today gives an account of the system of rules governing the construction of syllables, words, and sentences in a certain language. The science thus called was independently – and very differently – developed at about the same time in ancient India and Greece: Sanskrit grammar is the work of Panini (*fl.* c. 400 BCE); Greek grammar is the creation of Chrysippus of Soli (*fl.* 240 BCE). Both Panini and Chrysippus not only inaugurate a new field but also represent the culmination of centuries of linguistic thought: what distinguishes them from their predecessors is that they, for the first time, integrated the results obtained into one theory.”.

logos é duplamente caracterizado pelo fato de ser articulado e portador de significado: é o significante enquanto *enunciado*.

(BARATIN, 2017 [1994], p. 20-21).

As considerações de Baratin mostram-nos cada uma das partes que envolvem a divisão estoica entre o significante (*sèmainon*) e o significado (*sèmainomenon*), tendo como contraponto a *ars grammatica*. A *phonè*²³³ se distingue da *léxis*²³⁴ pelo fato de não ser articulada e nem possuir um significado; a *léxis*, por sua vez, embora seja articulada, não tem, em princípio, significado; essa última característica a distingue, assim, do *lógos*²³⁵ (D.L. VII, 56), que é sempre articulado e com significado.

Outra grande contribuição originária do pensamento estoico é a divisão das partes do discurso (μέρη λόγου). Segundo Diógenes Laércio (VII, 57), Crisipo e Diógenes da Babilônia teriam dividido o *lógos* em cinco partes: o nome próprio (ὄνομα), o nome comum (προσεγορία), o verbo (ῥήμα), a conjunção (σύνδεσμος) e o artigo (ἄρθρον); ao passo que Zenão e Cleantes os dividiram apenas em quatro, aos quais Antípatro de Tarso teria incorporado uma sexta parte, que possivelmente seria a dos advérbios (ἐπιρρήματα)²³⁶. Essa é a parte da filosofia estoica que passa a integrar de maneira efetiva o que se tornaria posteriormente o centro da discussão gramatical. Em Roma, por exemplo, as *partes orationis* serão incorporadas ao esquema das *artes grammaticae* de forma sistemática (HOLTZ, 1981; BARATIN, 2017 [1994]; LAW, 2003)²³⁷, como se pode notar no modelo da *Ars maior* de Donato (séc. IV d.C.).

²³³ Cf. ποιεῖ δ' ἡ φωνὴ προσιοῦσα τοῖς ἀκούουσιν ἀπὸ τῶν φωνούτων. “A voz, emitida dos que a produzem para os que a ouvem, produz um efeito”.

²³⁴ Cf. λέξις δὲ ἐστὶν κατὰ τοὺς Στωικούς, ὡς φησι Διογένης, φωνὴ ἐγγράμματος, οἷον Ἡμέρα. “A expressão é, com efeito, de acordo com os estoicos, como diz Diógenes, uma voz articulada com letras, como, por exemplo, ‘dia’.”.

²³⁵ Cf. λόγος δὲ ἐστὶ φωνὴ σημαντικὴ ἀπὸ διανοίας ἐκπεπομένη, <οἷον Ἡμέρα ἐστί>. “A afirmação/proposição é, com efeito, uma voz semântica expelida do pensamento, como, por exemplo, ‘é dia’.”.

²³⁶ Cf. Blank & Atherton (2006 [2003], p. 357-358): “De acordo com nossas fontes principais, os estoicos identificaram primeiramente quatro, depois cinco e, posteriormente, seis partes do discurso (*merè tou logou*), opostas às antigas oito padrões... A última parte da fala, o “meio” (*mesótes*), pode ser o advérbio (cf. DT 74.3; DT Sch. Heliod. 30.2ss., Vat. 75.5ss.), mas outras fontes informam que os participios (*methokai*) eram classificados como nominais ou verbos, os advérbios (*epirrhémata*) como verbos, e as preposições como conjunções.”. Segundo Luhtala (2000), por exemplo, em nota, o texto de Antípatro de Tarso em que se encontra tal divisão não se enquadra propriamente em um tratado de dialética, mas em tratado sobre estilística, como sugere o título do texto: Περὶ λέξεως καὶ τῶν λεγομένων (Sobre as palavras e seus sentidos).

²³⁷ Freitas (2016, p. 70): “A disposição dos assuntos gramaticais a serem tratados possuem, de acordo com Law (2003, p. 65), quatro características intrínsecas: a) uma estrutura rigorosamente hierárquica; b) uma estrutura sistemática no interior dos capítulos; c) uma organização lógica refletindo a presumida estrutura lógica da língua(gem), e, por fim, (d) a tendência de colocar, em primeiro plano, as categorias semânticas e, conseqüentemente, deixar, em segundo plano, as categorias formais ou, então, omiti-las de modo geral.”. Law (1984; 1993; 2003) faz uma reflexão sobre a tipologia das gramáticas latinas.

Nas *artes grammaticae*, as propriedades do significante são uma pauta da qual os gramáticos não se distanciam. As reflexões em torno das partes da oração (*partes orationis*) e de seus acidentes (*accidentia*)²³⁸ ocupam, de fato, o núcleo da investigação gramatical, seja como forma de instituir um modelo geral para as *artes grammaticae*, como faz, por exemplo Donato (*Ars Maior*), seja nas especificidades que se revelam na análise minuciosa dos *accidentia*, como pode ser visto, por exemplo, na obra de Prisciano (FORTES, 2019). Assim, poder-se-ia considerar que, ao passo que os gramáticos se especializaram no *semáinon* (significante), os dialéticos teriam dado ênfase ao *semainómenon* (significado), embora, conforme vimos, as duas partes estivessem originalmente no escopo da dialética estoica.

De todo modo, o domínio da sintaxe, como Frede (1987a) destaca em seu trabalho, estaria inserido na subseção do significado (*semainomenon*). Para melhor compreendermos esse aspecto, analisemos, na sequência, os dois fragmentos restantes da obra de Crisipo acerca da sintaxe. Por meio do testemunho de Diógenes Laércio, é possível acessarmos tais fragmentos, que são: Περὶ τῆς συντάξεως τῶν λεγομένων α' β' γ' δ', (*Sobre a sintaxe dos ditos, em quatro livros*) e Περὶ τῆς συντάξεως καὶ στοιχείων τῶν λεγομένων πρὸς Φίλιππον α' β' γ', (*Sobre a sintaxe e elementos dos ditos, a Filipe, em três livros*). (D.L. VII, 192-193).

O testemunho de Diógenes Laércio com relação à “sintaxe dos ditos” e à “sintaxe e os elementos dos ditos” são peças valiosas de parte da doutrina estoica da lógica, pois nos permitem compreender que os estoicos, em especial Crisipo, teriam se dedicado ao tópico das relações das palavras umas com as outras, com vistas à concatenação e ordenação desses mesmos elementos. Crisipo teria escrito, ao todo, sete textos acerca do tópico, como nos reporta Diógenes Laércio, mas nenhum deles nos chegou inteiramente. Na sua doxografia, Diógenes Laércio limita-se a catalogar apenas os nomes de tais tratados, não fornecendo, nesse sentido, nenhuma consideração adicional de como tal reflexão teria se dado dentro da própria *Stoa*. Assim, se, por um lado, esses fragmentos nos atestam a existência desse tipo de reflexão; por outro lado, pouco nos ajuda a compreender como ela se realizava, haja vista que não temos um exemplo de como Crisipo tratava desse domínio.

²³⁸ Usaremos o termo *acidente* para tradução de *accidens*. Os acidentes são as propriedades de cada parte da oração, como a flexão, a derivação. Ver Schad (2007, p. 8-9).

É apenas por meio do testemunho de Dionísio de Halicarnasso²³⁹ que se pode ter uma noção mais aproximada de como a sintaxe nos moldes crisipianos funcionava no âmbito da dialética e, como consequência, possibilitava a avaliação das proposições filosóficas e sua formação. Considerando as palavras do próprio Dionísio de Halicarnasso, era possível perceber sua “frustração” ao tentar ler os escritos de Crisipo com relação à sintaxe no intuito de aplicá-los ao âmbito da retórica (ou, melhor dizendo, da estilística).

Dionísio de Halicarnasso é objetivo em sua análise sobre os postulados de Crisipo nos livros acerca da sintaxe:

Crisipo, com efeito, deixou escrito dois conjuntos de textos que versam “**sobre a sintaxe das partes da oração**”, que não se destinam ao estudo da **retórica**, mas, [sim], ao da **dialética**, como reconhecem os que examinaram bem esses livros, [que tratam] **da sintaxe das proposições**, do verdadeiro e do falso, dos possíveis e dos impossíveis, dos admissíveis e das variáveis, das ambiguidades e de outras coisas semelhantes, nenhuma delas ajuda nem beneficia uma boa contribuição para a oratória civil, pelo menos no que se refere ao deleite e à beleza da interpretação/estilo, essas que devem ser o objetivo da **composição**²⁴⁰.

(D.H. *Comp.*, 4, 137-146. Grifos nossos)

Dois aspectos chamam atenção no relato de Dionísio de Halicarnasso. O primeiro é que os tópicos relacionados ao texto de Crisipo não servem de base para Dionísio Halicarnasso, pois possuem como eixo a investigação dialética e não a retórica, que seria mais adequada aos seus propósitos. O segundo ponto consiste no fato de que o nome dos tratados mencionados por Dionísio de Halicarnasso são, em parte, distintos daqueles

²³⁹ Cf. Jonge (2008, p. 01): “Dionysius of Halicarnassus arrived in Italy ‘at the very time that Augustus Caesar put an end to the civil war’ (30/29 BC). Dionysius settled in Rome, the political and cultural centre of the Augustan Principate, where he came into contact with a number of Greek and Roman scholars. For at least twenty-two years he lived in the flourishing capital of the Graeco-Roman world, and he devoted himself to a double career. In 8/7BC, he published the first part of his *Roman Antiquities*, a history of early Rome in twenty books. Furthermore, he wrote a large number of rhetorical and literary essays, letters and treatises, which seem to be closely related to his profession as a teacher of rhetoric. He learnt Latin and studied innumerable works by both Greek and Roman authors. Dionysius was a man of wide reading and interests, who thought that his own time saw the revival of the culture of classical Athens. He believed that careful study, evaluation and imitation of classical Greek literature should be the basis of eloquence and rhetorical writing.”.

²⁴⁰ Cf. ἄς δὲ Χρύσιππος καταλέλοιπε συντάξεις διττὰς ἐπιγραφὴν ἔχούσας ‘**περὶ τῆς συντάξεως τῶν τοῦ λόγου μερῶν**’ οὐ **ῥητορικῆν** θεωρίαν ἔχούσας ἀλλὰ **διαλεκτικῆν**, ὡς ἴσασιν οἱ τὰς βύβλους ἀνεγνωκότες, ὑπὲρ ἀξιομάτων συντάξεως ἀληθῶν τε καὶ ψευδῶν καὶ δυνατῶν καὶ ἀδυνατῶν ἐνδεχομένων τε καὶ μεταπιπτόντων καὶ ἀμφιβόλων καὶ ἄλλων τινῶν τοιουτοτρόπων, οὐδεμίαν οὐτ’ ὀφέλειαν οὐτε χρείαν τοῖς πολιτικοῖς λόγοις συμβαλλομένης εἰς γούν ἡδονὴν καὶ κάλλος ἐρμηνείας, ὧν δεῖ στοχάζεσθαι τὴν **σύνθεσιν**’ (Grifos nossos).

descritos no catálogo de Diógenes Laércio, como observa Jonge (2008, p. 108)²⁴¹. Para além dessa questão, é possível ainda notar na passagem de Dionísio de Halicarnasso uma distinção mais nítida entre os termos σύνταξις (sintaxe) e σύνθησις (composição), sendo o primeiro vinculado ao domínio da sintaxe dos *lektá* (dizíveis), e o segundo ao domínio da estilística.

Como destacam Swiggers & Wouters (2015, p. 795), a visão linguística de Dionísio de Halicarnasso é a de uma análise do estilo – ele também não estava interessado no processo gramatical, conhecimento esse que ele assume que seu leitor já possuísse.²⁴² Assim, o relato de Dionísio de Halicarnasso é um marco importante para o entendimento da difusão e influência que os postulados da lógica estoica tiveram nos autores da Antiguidade. Para Frede (1987a), tal testemunho deixaria marcada a posição de que o domínio da lógica – no âmbito da dialética – com relação aos preceitos da sintaxe dos *lektá* tenha sido um dos motivos que fizeram com que Dionísio de Halicarnasso não a utilizasse²⁴³.

Considerando, portanto, a importância da discussão estoica e seu papel na fundamentação do pensamento gramatical latino (LUHTALA, 2005), vejamos na sequência como esses elementos da lógica estoica estavam, em certa medida, presentes nos testemunhos dos autores romanos como, por exemplo, Varrão, Cícero e Agostinho, demarcando, dessa forma, como os preceitos de Crisipo acerca da linguagem e da sintaxe penetraram no âmbito latino. Pretendemos mostrar no próximo item que, entre a tradição

²⁴¹ Cf. “The title does not entirely correspond to the titles of Chrysippus’ works that we know from Diogenes Laertius VII.192.”

²⁴² Swiggers & Wouters (2015, p. 795): “...Dionysius’ view on language is, after all, that of an analyst of style, not of a grammarian; he assumes from his reader sufficient grammatical knowledge and background in order to study the composition of a literary text, which is a matter of putting, in the most fitting and elegant way, a certain type of content into a stylized form.”

²⁴³ Cf. Frede (1987a, p. 324-325): “The most important passage however, for our purposes is one from Dionysius's *On composition* (4.32). Dionysius explains that for his treatise on composition he turned to two writings of Chrysippus, both entitled *On the syntax of the parts of speech*, but found them of no use for his purposes. For they dealt with dialectical matters, “the composition of true and false, possible and impossible propositions, propositions which are contingent and change their truth-value, ambiguous ones and others of such a kind.” It is clear, both from the title and the reference to ambiguity, that in these treatises Chrysippus was also dealing with sentences and their composition. But though we may suspect that Dionysius selects examples of what was dealt with in these treatises in a rather one sided way, to make his point that they were useless for composition as he was interested in it, the examples themselves make it clear that Chrysippus here too must have dealt with various kinds of *lekta*, and, what is more, with kinds of *lekta* in which the logician would be interested but which would be of no particular concern to the grammarian. An explanation for this, again, would be that the Stoics do syntax of expressions by recourse to the dialectician's syntax of *lekta* via the parts of speech and the elements of *lekta*. That the syntax of *lekta* would be determined very much by logical interests would help to explain why Dionysius, who is interested in style, would not find Stoic treatises on the composition of expressions particularly useful.”

dialética estoica e Agostinho, devemos ainda registrar dois importantes intermediários: Cícero e, principalmente, Varrão.

3.4 Dos estoicos a Agostinho: Varrão, o polímata romano

Varrão ocupa uma posição de destaque na história do pensamento linguístico na Antiguidade (TAYLOR, 1987, 1993, 1995, 2020). Grande parte do interesse na obra desse grande erudito da época da República, deve-se ao fato de suas obras terem logrado um lugar privilegiado já entre os próprios autores da Antiguidade, como o próprio Agostinho descreve no *De ciuitate Dei* (VI, 2): “Ora este varão de tão insigne e excelente saber e de quem Terenciano disse, em verso tão elegante como conciso: ‘Varrão, o mais sabedor seja do que for’ (*Vir doctissimus undecumque Varro. De metris* 2846)²⁴⁴”. Além disso, Varrão é também considerado um autor cujo pensamento acerca da linguagem tem inúmeras “inovações”, como, por exemplo, no campo da sintaxe.

Infelizmente, como já ressaltamos no capítulo I, a vasta obra de Varrão, o seu *De lingua Latina*, não chegou ao nosso tempo completo, tendo sido preservado apenas um manuscrito de Monte Cassino, descoberto por Boccaccio em 1355. Neste manuscrito, dos vinte e cinco livros do *LL*, apenas os livros de V a X sobreviveram (LAW, 1995 [1990], p. 430; DESBORDES, 2007, p. 231).

Esquemáticamente, como descreve Law (1995 [1990], p. 430), temos:

- i) Livro I: introdução;
- ii) Livros II a VII: destinados à etimologia;
- iii) Livros VIII a XIII: destinados à morfologia;
- iv) Livros XIV a XXV: destinados à combinação das palavras / presumivelmente à sintaxe.²⁴⁵

Embora não tenhamos nenhum dos livros de XIV a XXV completos, é possível encontrar fragmentos importantes que, em certo sentido, contribuem para entendermos

²⁴⁴ Tradução de Dias Pereira (1996, p. 560).

²⁴⁵ Cf. “Stoic and Pythagorean concerns are visible in the work of the philosopher-historian-antiquarian Marcus Terentius Varro (116–27 BC). Of his more than seventy works only two survive, including six books of the original twenty-five of his great work on the Latin language, *De lingua latina*. After an introductory book, Books II to VII contained an exhaustive discussion of Latin etymology, Books VIII to XIII of inflection, and Books XIV to XXV of the conjoining of words in utterances (presumably syntax). Only Books V through X survive, preserved in a single eleventh-century manuscript from Monte Cassino rediscovered by Boccaccio in 1355; not surprisingly, the work was unknown and quite uninfluential throughout the Middle Ages. In Antiquity its impact was immense.”.

como os romanos lidaram com a reflexão acerca da sintaxe. O testemunho que guarda um fragmento substancial dessa parte da obra de Varrão, é o de Aulo Gélío (*N.A.* XVI, 8). Esse fragmento, ao lado das considerações que se podem encontrar na introdução dos livros VI e VIII apontam para o dado de que a terceira parte do *LL*, como os comentadores modernos se referem, destinou-se a considerações sobre a sintaxe, vinculadas, antes de tudo, ao campo da dialética e da lógica estoica (BARATIN, 1989a; TAYLOR, 1993; 2020; LUHTALA, 2020)²⁴⁶.

Por meio do relato de Aulo Gélío (*N.A.* XVI, 8, 2-4), sabemos que Varrão teve como mestre Élio Estilo, o qual, por sua vez, escreveu uma obra intitulada *Commentarium de proloquiis* (comentário sobre as proposições), um texto também ligado aos postulados da dialética estoica. Aulo Gélío, no mesmo passo, indica uma das peças-chave para a discussão acerca da sintaxe varroniana, ao comentar que o próprio Varrão escreveu no livro XVI do *LL* que: *Proloquium est sententia in qua nihil desideratur* (“Uma proposição é uma sentença na qual nada é desejado”). Nessas duas linhas, Varrão descreve uma das principais características que estão na base do pensamento sintático antigo, ou seja, a autossuficiência (semântica) da proposição, uma vez que todos os elementos que compõem a sentença (*sententia*) e que formam uma proposição (*proloquium*) não “desejariam” / “requisitariam” nenhum outro termo adicional (*nihil desideratur*).

Além do fragmento que encontramos em Aulo Gélío, há ainda dois testemunhos de Varrão sobre o conteúdo da terceira parte do *LL*, uma encontra-se no livro VII (110), e outra no livro VIII (1), como se segue:

Por isso, compus em três partes o conjunto da obra *De lingua Latina*, a primeira de que modo as palavras seriam impostas às coisas; a segunda de que modo as palavras são declinadas em seus casos; **a terceira de que modo são combinadas [entre si]**. Concluída a primeira parte, passo à composição da segunda, para finalizar este livro.²⁴⁷

(VARRÃO, *LL* VII, 110);

Conforme nos livros acima mostramos, a linguagem é dividida em três partes: a primeira delas de que modo as palavras seriam impostas às coisas; a segunda sobre de qual maneira as diferenças se fazem na sua declinação; **terceira,**

²⁴⁶Cf. Luthala (2020, p. 28): “An earlier work, Varro’s treatise on the Latin language (*De lingua Latina*), contained some kind of syntactic theory in its last book, of which only fragments survive. ‘these fragments are direct quotations from a handbook on Stoic logic, and it is therefore not certain that grammatical syntax had become dissociated from Stoic logic in the first century B.C.’”.

²⁴⁷ Cf. *Quocirca quoniam omnis operis de lingua Latina tris feci partis, primo quemadmodum uocabula imposita essent rebus, secundo quemadmodum ea in casibus declinarentur, tertio quemadmodum coniungerentur, prima parte perpetrata, ut secundam ordiri possim, huic libro faciam finem.*

como combinadas entre si, de forma lógica, produzem a sentença [proposição]. Tendo exposto a primeira parte, comecemos a segunda.²⁴⁸

(VARRÃO, *LL VIII*, 1).

Em cada uma das passagens acima, Varrão retoma, com poucas variações, o plano geral da sua obra, indicando os tópicos tratados em cada parte. A etimologia (*impositio*) figura como o primeiro tópico do tratado, e acerca dela, temos as partes remanescentes dos livros V, VI e VII. Os livros II, III e IV, que tratariam respectivamente dos argumentos contra, a favor e sobre a etimologia se perderam. A declinação (*declinatio*) é o tópico da segunda parte do tratado, sendo que os livros conservados são o VIII, o IX e o X, os quais, em sequência, versam contra, a favor e sobre a analogia. Por fim, a terceira parte, que trata da sintaxe (*coniunctio*), foi praticamente perdida. Desbordes (2007, p. 231) esquematiza os tópicos dessas duas passagens da seguinte forma:

VII, 100 – *quemadmodum uocabula imposita essent rebus*
– *quemadmodum ea in casibus declinarentur*
– *quemadmodum coniungerentur*

VIII, 1 – *quemadmodum uocabula rebus essent imposita*
– *quo pacto de his declinatu discrimina fierent*
– *ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferent*

A terminologia empregada por Varrão no livro VII (*coniungerentur/são combinadas*), bem como a terminologia e a explicação contida no livro VIII, indicam não somente o tópico, mas também a maneira pela qual Varrão entendia o problema da combinação das palavras, como podemos ver com os termos *ea coniuncta inter se* (as palavras combinadas entre si), *ratione* (de forma lógica) e *efferent sententiam* (produzem a proposição / sentença).

Essa terminologia e, em certo sentido, grande parte da do conteúdo da reflexão linguística de Varrão foi conservado, com adaptações, na obra de Agostinho, como já mencionamos nos capítulos I e II. No *De dialectica*, a etimologia é discutida por Agostinho no capítulo VI, sendo os termos *coniunctio* e *uerba coniuncta* centrais para parte considerável da discussão presente nos capítulos I, II, III e IX, da mesma forma que a terminologia da lógica estoica, como *proloquium* e *proloquiorum summa* é apresentada

²⁴⁸ Cf. *Cum ratio natura tripertita esset, ut superioribus libris ostendi, cuius prima pars, quemadmodum uocabula rebus essent imposita, secunda quo pacto de his declinatu discrimina fierent, tertia, ut ea inter se ratione coniuncta sententiam efferent, prima parte exposita de secunda incipiam hinc*. Ambas traduções são de Fortes (2012, p. 144;147) com adaptações nossas.

e definida por Agostinho no capítulo IV. Também na *Ars breuiata* há traços dessa terminologia, isto é, da *coniunctio* (*Ars br.*, I, 5) e uso do vocábulo *coniungendum* (*Ars br.*, I, 57) em contexto de explicação gramatical, como trataremos nos capítulos IV e V. Assim, conforme veremos em detalhes nos próximos capítulos, é possível admitir que o legado da sintaxe varroniana – ela mesma herdeira de uma sintaxe estoica – tenha sido preservado em Agostinho, do qual ela é parte incontornável. Assim, dos estoicos a Agostinho, o pensamento sintático parece perfazer uma segunda tradição – talvez paralela àquela canônica que se estabelece, como é conhecido, dos estoicos a Prisciano, passando por Apolônio Díscolo²⁴⁹.

3.4.1 O paralelo gramatical-dialético entre Varrão e Santo Agostinho

Anneli Luhtala (2000, p. 193; 2005, p. 2;5-6) propõe a ideia de uma “gramática pré-Apoloniana” (*Pre-Apollonian Grammar* (2005, p. 2) e de uma “gramática pós-Apoloniana” (*Post-Apollonian [Grammar]*, 2005, p. 5-6), tendo por base dois critérios, um cronológico e outro filosófico. O critério cronológico seria relativo ao fato de que Varrão (séc. I a.C.) antecede Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) em quase dois séculos. No entanto, embora os dois autores estivessem efetivamente separados nos eixos temporal, espacial e linguístico, o fator primordial para Luhtala é de ordem filosófica. Para a estudiosa, mesmo que Varrão e Apolônio Díscolo tenham em comum o fato de terem derivado grande parte de suas postulações da doutrina estoica, em especial, daquelas vinculadas a Crisipo, as categorias filosóficas usadas por Apolônio Díscolo para definir e explicar as *partes da oração* (τὰ μέρη του λόγου), receberam uma influência (neo)platônica inegável, que se atrela, em primeiro lugar, à noção de substância e qualidade. Essa característica, por sua vez, é praticamente inexistente nas considerações de Varrão. Assim, o que se propõe é um divisor de águas na tradição da sintaxe antiga: de um lado, aquela que se institui como herdeira da gramática alexandrina que tem em Apolônio Díscolo seu marco fundador; de outro aquela que tem em Varrão um ponto de

²⁴⁹ Não é preciso mencionar que, além de Varrão e Agostinho, também outros dois importantes pensadores da sintaxe antiga disputam o legado estoico: Apolônio Díscolo, na tradição grega, e Prisciano, na tradição latina. Com a obra desses dois gramáticos, a reflexão acerca da sintaxe ganhou um estatuto epistemológico definido, representando uma outra tradição que, por se afastar do nosso objeto – o pensamento de Agostinho – não será aqui comentada. Essa tradição foi bem comentada por Luhtala (2005), Baratin *et al.* (2009), Fortes (2019).

passagem. É no âmbito desta última, que podemos chamar de gramática “pré-apoloniana”, que se filia, como veremos, o pensamento sintático agostiniano. Para mostrarmos isso, propomos algumas aproximações entre os postulados de Varrão e de Agostinho.

Oniga (2007, p. 172) propõe dois paralelos entre os saberes presentes na *Ars breuiata* de Agostinho e aqueles presentes em Varrão. O primeiro ponto destacado por Oniga diz respeito ao tema da *Latinitas*, presente na primeira parte da *Ars breuiata*, bem como em Varrão, que podemos acessar por meio do relato de Diomedes. (Mário Vitorino *GL VI* 189, 2; Audax *GL VII* 322, 21; Carísio *in Diomedes GL I* 439, 15). O segundo relativo ao tópico das *connexiones* (encadeamentos temáticos), que se refere ao processo de formação dos verbos latinos.

Vejamos, em primeiro lugar, o paralelo a respeito da definição de *Latinitas*:

Varrão <i>in Diomedes (GL I, 439, 10)</i> ²⁵⁰	Agostinho (<i>Ars br. I, 1</i>)
<i>Latinitas est incorrupte loquendi obseruatio secundum Romanam linguam. constat autem, ut adserit Varro, his quattuor, natura analogia consuetudine auctoritate.</i>	<i>Latinitas est obseruatio incorrupte loquendi secundum romanam linguam. Constat autem modis tribus, id est ratione, auctoritate, consuetudine: ratione secundum artem, auctoritate secundum eorum scripta quibus ipsa est auctoritas adtributa, consuetudine secundum ea quae loquendi usu placita adsumptaque sunt.</i>
<i>Latinitas</i> é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Dela constam, além disso, conforme afirma Varrão, destas quatro propriedades: natureza, analogia, uso e autoridade.	A <i>Latinitas</i> é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Dela constam, além disso, três modos: a organização lógica da língua, a autoridade e o costume. A organização lógica ocorre de acordo com a arte gramatical; a autoridade, de acordo com os escritos daqueles aos quais a mesma autoridade é atribuída; o costume de acordo com aquilo que é desejado e admitido no uso do falar.

Tabela 8. Varrão e Agostinho: *Latinitas*

O primeiro ponto que podemos destacar é o fato de as definições dos autores serem praticamente idênticas. Os componentes da *Latinitas*, por sua vez, têm especificidades. Agostinho, por exemplo, considera apenas a *ratio* (organização lógica da língua), a *auctoritas* (autoridade) e a *consuetudo* (costume/uso). Varrão, por outro lado, apresenta não três, mas quatro aspectos da *Latinitas*, sendo a *natura* (natureza) e a *analogia* (analogia) dois tópicos distintos dos de Agostinho. Dentro da tradição latina, a preocupação com a *Latinitas* tem um lastro que remonta aos preceitos da retórica, como

²⁵⁰ Tradução de Fortes (2012, p. 123-124).

podemos observar na *Rhetorica ad Herennium* (4, 14)²⁵¹. A *Latinitas* é, como destacam Desbordes (2007, p. 91) e Fortes (2012; 2019, p. 45), antes de tudo, “um código identitário que, *lato senso* separava o cidadão romano daqueles que não falavam latim e não compartilhavam da cultura romana.” A *Latinitas*, nesse sentido, diz respeito não só aos aspectos linguísticos, entendidos nesse momento como gramaticais e retóricos, mas também aos aspectos culturais.

Diante desse quadro, Agostinho, ao mencionar o aspecto da *Latinitas* em sua *Ars breuiata*, parece introduzir em seu modelo de *ars grammatica* um aspecto que remonta a um pensamento acerca da linguagem anterior ao modelo das *artes grammaticae* de seu tempo. Um ponto que se destaca nesse processo é o fato de não haver nem na *Ars minor*, nem na *Ars maior* de Donato (o mestre de gramática de São Jerônimo) uma definição análoga. Agostinho, nesse sentido, parece se conectar a uma tradição gramatical bem mais antiga.

Ainda no plano da *Ars breuiata*, a relação entre Agostinho e a tradição varroniana é ainda mais evidente quando observamos o modo como ambos definem as partes do nome e do verbo. Agostinho, na *Ars breuiata*, apresenta-nos as seguintes considerações:

O nome é a parte da oração **com caso, sem tempo, significando plenamente** aquelas coisas que são enunciadas no gênero relativo ao sexo. Ainda que, com efeito, o gênero neutro não seja nem masculino e nem feminino, mas porque é expresso negando a ambos os sexos, por isso mesmo tem motivo de ser nomeado entre os gêneros. As flexões do nome são muitas, mas são dignas de maior observação: **a qualidade, o gênero, o número, a comparação, a forma e o caso.**²⁵²

(AGOSTINHO, *Ars br.* I, 3. Grifo nosso.);

²⁵¹ *Rhetorica ad Herennium* (4, 17): “A *Latinitas* é o que mantém a língua pura, dela removendo todos os vícios. Os vícios na linguagem, porque a tornam menos latina, podem ser de dois tipos: solecismo e barbarismo. Há solecismo quando não se concatena bem a palavra seguinte às outras palavras. Há barbarismo quando, no interior das palavras, algo se produz viciosamente. Podemos evitar tais coisas por intermédio do sistema que abordamos de forma lúcida na arte gramatical.” [cf. *Latinitas est, quae sermonem purum conseruat, ab omni uitio remotum. Vitia in sermone, quo minus is Latinus sit, duo possunt esse: soloecismus et barbarismus. Soloecismus est, cum in uerbis pluribus consequens uerbum superius non adcommodatur. Barbarismus est, cum uerbis aliquid uitiose efferatur. Haec qua ratione uitare possumus, in arte grammatica dilucide dicemus.*]. (Tradução de Faria; Seabra, 2005).

²⁵² Cf. *Nomen est pars orationis cum casu sine tempore significans plene quae aliquo genere quod sexum adtinet enuntiantur. Quamquam enim genus neutrum nec masculinum nec femininum sit, tamen quia negato utroque sexu signatur; ex eo ipso habet causam ut inter genera nominaretur. Nomini accidunt multa sed animadversione maxime digna sunt qualitas, genus, numerus, comparatio, figura, casus.*

O verbo é a parte da oração **com tempo** e pessoa, **sem caso**. Os verbos flexionam-se em **gênero, número, forma, pessoa, modo, tempo, conjugação e aspecto**.²⁵³

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 47. Grifo nosso.)

Agostinho, como dissemos, adota uma definição tanto para o nome (*nomen*), como para o verbo (*uerbum*) bem formais, nela quase nenhum aspecto semântico está presente²⁵⁴. O nome é definido como sendo a parte da oração que tem caso (*cum casu*) e não tem tempo (*sine tempore*). Esses dois aspectos fecham a primeira parte da definição com relação aos nomes. Os verbos, na sequência, são definidos com os critérios opostos aos dos nomes, ou seja, os verbos, para Agostinho, são as partes da oração que têm tempo (*cum tempore*), mas não têm caso (*sine casu*). Nessas duas definições de Agostinho ecoa intimamente a definição de Varrão em seu *De lingua Latina*. No livro VIII, temos que: “a oração, de acordo com a natureza, divide-se em quatro partes: naquelas em que têm caso, naquelas que têm tempo, naquelas que são neutras, e nas que têm ambas.” (Cf. *qua dividitur oratio secundum naturam in quattuor partis: in eam quae habet casus et quae habet (tempora et quae habet) neutrum et in qua est utrumque*. LL VIII, XXIII, 44). A simetria entre as definições pode ser facilmente identificada. É diante, principalmente, dessas semelhanças que Luhtala (2005, p. 139) faz a seguinte observação:

A total falta de categorias semânticas padrão na gramática de Agostinho endossa minha hipótese de que os conceitos filosóficos não eram parte integrante da herança gramatical antiga por todos os séculos. A ausência deles na gramática de Agostinho é, aqui, interpretada como indicativo de que ela não foi influenciada por aquilo que eu tenho chamado de a renovação pós-Apoloniana na gramática. De fato, a *Ars breuiata* compartilha algumas características com Diomedes e Carísio, que parecem ser características das primeiras gramáticas latinas, sendo também compartilhadas por Quintiliano e Varrão.²⁵⁵

²⁵³ Cf. *Verbum est pars orationis cum tempore et persona sine casu, uerbo accidunt genus, numerus, figura, persona, modus, tempus, coniugatio, forma*.

²⁵⁴ Em nosso trabalho anterior (2016), endossamos também que a segunda parte da definição possui um aspecto semântico, visto que a expressão *significans plene* (significando plenamente) indica-nos tal aspecto. A gramática de Agostinho parece ter um aspecto híbrido, isto é, apresenta uma estrutura, quanto às partes da oração, bem parecidas com as *artes grammaticae* da Antiguidade Tardia, mas, ao mesmo tempo, uma estruturação interna que, às vezes, lhe é bem peculiar, mesclando conteúdos gramaticais que têm vertentes varronianas e tardias.

²⁵⁵ Cf. “The total absence of the ‘standard’ semantic categories in Augustine’s grammar supports my hypothesis that philosophical concepts were not part and parcel of the ancient grammatical heritage throughout the centuries. Their absence from Augustine’s grammar is here interpreted to indicate that it was not influenced by what I have called the post-Apollonian renovation in grammar. Indeed, *Ars breuiata* shares some features with Diomedes and Charisius which would seem to be characteristic of early Latin grammar, being also shared by Quintilian and Varro.”.

Vejamos, na sequência, o paralelo que se pode realizar quanto à teoria das *connexiones* na *Ars breuiata* de Agostinho. De acordo com Oniga “o segundo traço do modelo varroniano é reconhecido, ao meu ver, na tradição da flexão verbal.”²⁵⁶ (2007, p. 172). No estudo de Oniga (2007), toda a comparação entre os dois textos deriva de uma passagem do livro X (48) do *LL*. Nesse excerto Varrão destaca:

Com efeito, existem algumas palavras com ação inacabada [*infectum*], como *lego* e *legis*, e, outras com ação acabada [*perfectum*], como *legi* e *legisti*, e, [por isso] **devem ser adicionadas**, por ser da mesma família de palavra, às do seu gênero; e, por esta razão, seja correto [ir] de *lego* para *legebam*, [e] não é correto [ir] de *lego* para *legi*.²⁵⁷

(VARRÃO, *LL* 48. Grifos nossos).

Nessa passagem, Varrão apresenta a diferença entre os aspectos dos verbos latinos, dividindo-os entre aqueles que completam e aqueles que não completam uma ação. Os verbos no aspecto *infectum* (*in* + *factum* = “imperfeitos”, “não-acabados”) representam os de ação durativa; e aqueles que possuem ou designam uma ação acabada são os verbos de aspecto *perfectum* (*per* + *factum* = “feito completamente”). Varrão propõe, então, que sejam agrupados de modo a reconhecer em qual das duas “famílias” (aspectos) cada verbo precisa se encaixar.

Esse agrupamento ao qual Varrão faz referência parece ter sido, tempos mais tarde, pensado e desenvolvido por Agostinho na *Ars breuiata*, cuja designação foi *connexiones*. Para Oniga (2007), essa terminologia parece ter paralelo com a que Varrão emprega, qual seja, *coniungere* e *copulare*, tal como vimos expresso na passagem acima. Por sua vez, Oniga destaca que o fenômeno da *connexio* (na *Ars breuiata* esse termo é sempre grafado com *-n* duplo e ocorre treze vezes, sempre referindo-se ao paradigma de formação verbal) tinha dois usos na Antiguidade, um relacionado ao termo *coniunctio* – que se referia, de forma frequente, ao sentido de “silogismo” ou “junção de palavras”, e não para indicar paradigma morfológico –, e outro às noções de *serie* (série), *ordo* (ordem, como paradigma morfológico)²⁵⁸ e *continuatio* (continuação, união de uma parte com a outra). O ponto de contato entre as considerações de Varrão e as de Agostinho diz respeito à

²⁵⁶ Cf. Oniga (2007, p. 172): “La traccia del modelo varroniano è riconoscibile a mio parere nella trattazione della flessione verbale.”

²⁵⁷ Cf. *Nam cum sint verba alia infecta, ut lego et legis, alia perfecta, ut legi et legisti, et debeant sui cuiusque generis in coniungendo copulari, et cum recte sit ideo lego ad legebam, non recte est lego ad legi.* (Grifo nosso).

²⁵⁸ No capítulo V, abordaremos com mais detalhes o conceito de *ordo* / *ordines* / *ordinatio* em Agostinho.

terminologia – que é frequentemente um campo que possui particularidades, posto que nem sempre são simétricos²⁵⁹– mas, do ponto de vista do fenômeno gramatical, os autores parecem manter também um diálogo. Vejamos abaixo como Agostinho trata a questão das *connexiones*:

Certamente, se descoberta a que conjugação um verbo pertence, é mais fácil flexioná-los, exceto no pretérito perfeito e no mais-que-perfeito, no futuro do subjuntivo, no infinitivo perfeito e futuro, bem como no particípio futuro da voz ativa e neutra, e em todo o pretérito, **pela razão de que há três encadeamentos temáticos na conjugação dos verbos**, os quais agrupam muitos verbos **conectados entre si**. É como se, encontrado um deles, os demais se tornam muito fáceis de serem encontrados.²⁶⁰

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 78. Grifo nosso)

Agostinho destina cinco parágrafos da *Ars breuiata* ao tema das *connexiones* (§78-81). Na passagem acima, Agostinho destaca que é preciso identificar a que *connexio* (encadeamento temático)²⁶¹ cada verbo se enquadra para que possam ser conjugados (*declinatio*) corretamente. Na sequência, Agostinho apresenta verbos que pertencem ao primeiro encadeamento temático²⁶², isto é, verbos derivados do radical do presente. Para

²⁵⁹ Cf. “Anche dal punto di vista terminologico, all’agostiniano *conexio* corrispondono bene i verbi usati da Varrone (*coniungere e copulare*, poiché *conectere, coniungerem e copulare* sono sinonimi. Ma è possibile fare un ulteriore passo avanti. Teniamo presente che, in generale, la parola *conexio* há due significati. Il primo é quello generico di *coniunctio*, attestato con una certa frequenza a partire dal III sec. d.C., anche come termine tecnico retorico-grammaticale, nel senso di ‘sillogismo’ o ‘nesso di parole’, ma non per indicare paradigmi morfologici. Il secondo significato, invece, è quello particolare, definitiuo dal *Thesaurus* come *continuatio, series, ordo*. In questo senso (se si esclude un tardo riecheggiamento nell’*Ambrosiaster*), gli unici autori a usare *conexio* sono Cicerone (nel contesto filosofico stoico del *de fato*, 2), e per appunto, largamente, Agostino. Dunque sono possibili due ipotesi. La prima è che il termine *conexio* derivi direttamente da Varrone, dal momento che già nel *De lingua Latina* si riscontrano non poche coincidenze nelle innovazioni terminologiche tra Varrone e Cicerone. Ma la seconda ipotesi, a mio parere più probabile, è che Agostino abbia ripreso con un termine a lui congenial un termine varroniano più generico, come ad esempio *series*. Infatti, in Varr., *ling.* 9, 57, a proposito di quella che in termini agostiniani si direbbe la *conexio* di *fuera fui fuero*, Varrone usa proprio la parola *series*.” (Itálico do original).

²⁶⁰ Cf. *Sane inuenta coniugatione facilius uerba declinantur excepta praeteriti temporis specie perfecta et plusquamperfecta, et tempore futuro modi coniunctiui, et infinitiui praeterito futuro et participiis futuro ab actiuo et a neutro et omni praeterito quam, ob rem tres sunt in declinatione uerborum connexiones, quarum singulae retinent uerba plura ita sibi connexa ut unum horum si fuerit inuentum cetera facillime inueniantur.* (Grifo nosso).

²⁶¹ De acordo com Freitas & Fortes (2016, sp.): “Por encadeamentos temáticos (*connexiones*: junção, união das sílabas e também palavras), entendem-se, aqui as chamadas formas primitivas do verbo: a forma do presente, do perfeito, do supino, das quais derivam os demais radicais dos tempos verbais latinos. Sendo assim, há menção ao tema que forma os verbos a partir do radical do presente (primeiro encadeamento), tema que forma tempos verbais a partir do perfeito (segundo encadeamento) e do supino (terceiro encadeamento).”

²⁶² Cf. “Com efeito, revelado o uso do verbo, ao mesmo tempo se obtêm estas formas verbais na primeira conjugação: <<*clamo, clamabam, clamabo, clama, clamato, clamem, clamarem, clamare, clamandi, clamando, clamandum*>>; e, no particípio: <<*clamans, clamandus*>>. Se uma única dessas formas for encontrada, não pode ser senão a primeira conjugação, e, assim, todos esses verbos e particípios os quais

isso, apresenta como exemplos *clamare*, da primeira conjugação; da segunda conjugação, o verbo *monēre*; da terceira conjugação, o verbo *scribēre*; e, da quarta, o verbo *audire* (§79). Em seguida, os mesmos verbos com o radical do perfeito²⁶³, que configuram o segundo encadeamento temático e, por fim, os verbos derivados do radical do supino, que são do terceiro²⁶⁴ encadeamento temático.

relembramos são flexionados como estando na primeira conjugação. São da segunda conjugação aqueles verbos que também se encontram no tema do presente: <<*moneo, monebam, monebo, mone* (com o *e* longo), *moneto, moneam, monerem, monere, monendi, monendo, monendum*>>, e os participios <<*monens e monendus*>>, sendo estas cinco últimas formas do indicativo comuns à segunda e terceira conjugações. Assim, são da terceira conjugação estes verbos, no mesmo encadeamento temático do presente: <<*scribo, scribebam, scribam, scribe* (mas com *-e* breve), *scribito, scribam, scriberem, scribere, scribendi, scribendo, scribendum*>>, e os participios: <<*scribens, scribendus*>>. São da quarta conjugação, no mesmo tema do presente, os seguintes: <<*audio, audiebam, audibo* ou *audiam, audi, audito, audiam, audirem, audire, audiendi, audiendo, audiendum*>>; e os participios <<*audiens e audiendus*>>. Mas essas palavras, que possuem *e-* antes de *-o*, na quarta conjugação, como é o caso de *eo* [vou] e *ineo* [entro], têm formas bem diferentes, sendo, deste modo, assim: <<*ineo, inibam, ineundi, ineundo, ineundum*>>; e o participio <<*ineundus*>>. As demais formas são semelhantes às flexões acima.” [cf. *Harum connexionum prima dicitur a coniugatio, quae ob hoc artificialis est, aliae duae ab auctoritate uel probata consuetudine: nam inuenta consuetudine uerbi simul inueniuntur haec uerba, uelut in prima coniugatione: <<clamo, clamabam, clamabo, clama, clamato, clamem, clamarem, clamare, clamandi, clamando, clamandum,>> et participia: <<clamans, clamandus>>; horum si unum inuentum fuerit, non potest nisi prima esse coniugatio, et ita declinantur haec uerba omnia et participia quae memorauimus in omnibus primae coniugationis; secundae coniugationis haec sunt ad primam connexionem pertinentia: <<moneo, monebam, monebo, mone>>, producta e, <<moneto, moneam, monerem, monere, monendi, monendo, monendum>>, et participia: <<monens et monendus>>, sed haec quinque ultima et imperfecta species indicatiui communia sunt secundae et tertiae coniugationis; tertiae itaque coniugationis haec sunt ad eandem connexionem pertinentia: <<scribo, scribebam, scribam, scribe>>, sed e correpta, <<scribito, scribam, scriberem, scribere, scribendi, scribendo, scribendum>> et participia <<scribens, scribendus>>; quartae coniugationis haec sunt ad eandem connexionem pertinentia: <<audio, audiebam, audibo uel audiam, audi, audito, audiam, audirem, audire, audiendi, audiendo, audiendum>>, et participia <<audiens et audiendus>>, sed ea uerba quae quarta coniugatione e habent ante o, qualia sunt <<eo>> et <<ineo>>, aliquantum diuersa sunt, itaque ista hoc modo sunt <<ineo, inibam, ineundi, ineundo, ineundum>>, et participium <<ineundus>>, cetera similia sunt superiori declinationi.*

²⁶³ Cf. “O segundo encadeamento temático é aquele que tem ponto de partida no pretérito perfeito do modo indicativo, cujos verbos são estes: <<*clamaui, clamaueram, clamauerim, clamauissem, clamauisse*>>; <<*monui, monueram, monuerim, monuissem, monuisse*>>; <<*scripsi, scripseram, scripserim, scripsissem, scripsisse*>>; <<*audiui, audiueram, audiuerim, audiuissem, audiuisse* ou *audii, audieram, audierim, audissem, audisse*>>; com efeito, estas sílabas *-ua, -ue, -ui, -uo, -uu*, soam de forma muito rude e, para soar de forma mais suave, costumam ser subtraídas, seja totalmente, como quando dizemos *clamaram* (e não *clamaueram*), seja parcialmente, quando há somente uma atenuação da pronúncia do *u*, como quando é dito *audieram* (ao invés de *audiueram*)”. [cf. *Secunda est quae a praeterito perfecto indicatiui modi sumit initium, cuius uerba sunt haec: <<clamaui, clamaueram, clamauerim, clamauissem, clamauisse>>; <<monui, monueram, monuerim, monuissem, monuisse>>; <<scripsi, scripseram, scripserim, scripsissem, scripsisse>>; <<audiui, audiueram, audiuerim, audiuissem, audiuisse>> uel <<audii, audieram, audierim, audissem, audisse>>; hae namque syllabae <<ua ue ui uo uu>> crassius sonant et propter aurium suauitatem subtrahi solent uel totae, ut cum dicimus <<clamaram>> non <<clamaueram>>, uel <<u>> tantum detracta tenuari, ut hoc quod dictum est <<audieram>> pro <<audiueram>>].*

²⁶⁴ Cf. “O terceiro encadeamento temático, a partir do qual os demais tempos são formados, tem como ponto de partida o quarto tipo de infinitivo. A este encadeamento pertencem esta única forma verbal, o participio futuro ativo, aquele do passado, e os nomes verbais, que são estes: <<*clamatum, clamatus, clamaturus, clamator, clamatio; monitum, monitus, moniturus, monitor, monitio; scriptum, scriptus, scripturus, scriptor, scriptio; auditum, auditus, auditorus, auditor, auditio*>>.” [cf. *Tertia connexio, a qua res ceterae describuntur, ab infinitiuo quartae speciei, quod ultimum in declinatione est, sumit initium. Ad hanc connexionem pertinet unum hoc uerbum et participium futuri ab actiuo et praeteritum et nomina*

Agostinho chega a ser exaustivo na apresentação de cada uma das conjugações, visto que se empenha em fornecer uma série de *exempla* lexicais como forma de ilustrar cada uma das *connexiones*. Essa “exaustividade” na argumentação e exemplificação do tópico é tanto lugar comum do gênero das *artes* – que ilustrava sequências de paradigmas – como também pode mostrar que, entre os diversos fenômenos linguísticos tratados, Agostinho elege esse tema “varroniano” como relevante para sua “teoria da formação verbal”. No último tópico da seção dos verbos (*de uerbo*), Agostinho conclui com essa observação:

Estes três temas têm essa vantagem: se descobrires de qual encadeamento é um determinado verbo, podes percorrer, facilmente, os modos, números e pessoas dos demais verbos deste mesmo tema. Com efeito, se quiseres passar verbos de um encadeamento temático a outro, e aplicar a mesma regra, necessariamente cometerás um erro.²⁶⁵

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 81)

A advertência de Agostinho de que incorrerá em erro aquele que não se detiver às regras das *connexiones*, já que, desse modo, que conjugar-se-iam os verbos em “aspectos” errados, pode ser lida como uma reformulação da fórmula mais sintética que encontramos em Varrão: “e, por esta razão, seja correto [ir] de *lego* para *legebam*, [e] não é correto [ir] de *lego* para *legi*.” (*LL X*, 48). Uma observação, portanto, no campo da morfologia dos verbos culmina, em ambos os autores, em observações atinentes à correção (*Latinitas*) que, conforme vimos, é também analogamente tratada por ambos. Essa preocupação, ademais, atrela-se, em grande parte, ao aspecto pedagógico das *artes grammaticae*, pois, ao empregar os verbos *uolueris* (se [tu] quiseres) e *fallaris* ([tu] errarás) na segunda pessoa singular, é como se Agostinho estivesse, de fato, se dirigindo a alguém (um aprendiz), ao qual estaria ensinando tais postulações gramaticais.

Assim, concordando com Law (1984, p. 179), é possível observar que o trabalho de Agostinho não é mais uma versão das *artes grammaticae* consagradas no período – tanto pela originalidade do conteúdo, conforme vimos, como pela filiação filosófica. Com efeito, a teoria das *connexiones* é algo que possui caráter original, não havendo, de forma

uerbialia, quae sunt haec: <<clamatum, clamatus, clamaturus, clamator, clamatio>>; <<monitum, monitus, moniturus, monitor, monitio>>; <<scriptum, scriptus, scripturus, scriptor, scriptio>>; <<auditum, auditus, auditurus, auditor, auditio>>].

²⁶⁵ Cf. *Istae tres connexiones hanc habent uim, ut si cuius connexionis unum uerbum inueneris, cetera ad eandem connexionem pertinentia facile percurras modis numeris et personis: nam si uerba alterius connexionis ad alteram connexionem et regulam ducere uolueris, fallaris necesse est.*

direta, em nenhuma outra gramática da Antiguidade Tardia algo que se assemelhe.²⁶⁶ Compreendemos a singularidade da *Ars breuiata*, tendo em vista que Agostinho, diferentemente de Donato e de outros gramáticos tardios, parece buscar inspiração em uma tradição gramatical anterior. Nesse sentido, é Varrão que representa a base do pensamento de Agostinho sobre a gramática e, como veremos na sequência, também com relação à dialética.

Vejam os ainda um último paralelo entre Varrão e Agostinho, com relação à dialética. Ater-nos-emos aos preceitos presentes no capítulo VI do *De dialectica*, passagem na qual podemos observar como a reflexão de Varrão está contida nas considerações dialéticas de Agostinho. Adotamos, como referência para essa comparação, as observações de Baratin (1989a, 2001) e de Taylor (1993, 2020).

Vejam os o excerto de Agostinho:

Excetuando-se a sua expressão sonora, qualquer palavra, que é matéria do bem argumentar, diz respeito à prática do dialético, mas não à disciplina da dialética – do mesmo modo como as defesas de Cícero embora dizendo respeito ao domínio da retórica, não ensinavam retórica propriamente – portanto, **toda palavra**, além daquilo que soa, coloca em questão necessariamente quatro aspectos: **a sua origem, o seu valor, a sua flexão e a sua ordenação**²⁶⁷.

(AGOSTINHO, *De dial.*, VI, 8, 27-32. Grifos nossos)

Agostinho, na passagem em questão, trata dos tópicos que pertencem aos domínios da dialética, bem como da retórica, como ressaltamos no capítulo II. Nesse sentido, voltaremos nossa atenção para os termos *origo* (origem), *uis* (sentido), *declinatio* (declinação) e *ordinatio* (ordenação). Esses quatro termos presentes no *De dialectica*, de acordo com os comentadores de Varrão, correspondem, em linhas gerais às três partes do *LL*, isto é, à *impositio* (etimologia), à *declinatio* (morfologia) e à *coniunctio* (sintaxe), que

²⁶⁶ Law (1984, p. 179): “In short, the work is by no means a mindless repetition of traditional doctrine presented in the traditional manner: it shows the hand of an intelligent teacher. Nor is it without doctrinal originality: we have noted that the *connexiones uerborum*, a device not dissimilar to our 'principal parts', cannot be traced in any other grammar.”

²⁶⁷ Cf. ***Igitur verbum quodlibet excepto sono*** - *de quo bene disputare ad facultatem dialectici pertinet, non ad dialecticam disciplinam, ut defensiones Ciceronis sunt quidem rhetoricae facultatis sed non his docetur ipsa rhetorica - ergo omne verbum praeter id quod sonat quattuor quaedam necessario vocat in quaestionem: originem suam, vim, declinationem, ordinationem.* (Grifo nosso). No capítulo V, retornamos a essa passagem, quando falarmos especificamente das implicações que o conceito de *ordinatio* tem na obra de Agostinho.

respetivamente representam o plano geral do *LL*, conforme ressaltamos anteriormente. Todas elas são propriedades ligadas às palavras (*uerbis*), e, no âmbito da investigação dialética, correspondem ao *de loquendo*, isto é, estão circunscritas ao plano das palavras simples (*uerba simplicia*). Representam, assim, o estudo e o exame das palavras, quando essas estão em sua forma isolada.

Esquemáticamente temos:

<i>De dialectica</i> (VI)	<i>De lingua Latina</i> (VII, 100; VIII, 1)
<i>origo</i>	<i>impositio</i>
<i>uis</i>	
<i>declinatio</i>	<i>declinatio</i>
<i>ordinatio</i>	<i>coniunctio</i>

Tabela 9. Comparação termos entre *De dial* e *LL*.

Quanto à correspondência das noções de *origo* e *uis*, de Agostinho, à noção de *impositio*, de Varrão, não há nenhuma consideração dissonante entre os comentadores (BARATIN, 1989a, 2001; TAYLOR, 1993, 2020), assim como para o caso da *declinatio*. Nesse sentido, tanto a parte da etimologia (*origo*), como a parte da morfologia (*uis*) estão, de certa forma, alinhadas ao mesmo conceito varroniano (*impositio*). Por sua vez, a correspondência imediata entre a *ordinatio* de Agostinho e a *coniunctio* de Varrão gera até hoje uma discussão ainda não concluída. De fato, não se admite, sem ressalvas, que a *ordinatio* corresponda diretamente à *coniunctio*.

O primeiro ponto que pode ser levantado sobre essa questão reside no fato de que Agostinho, no próprio *De dialectica*, destina quatro capítulos (I, II, III e IV) aos processos de *uerba coniuncta* (palavras combinadas) e *sententiae coniunctae* (proposições combinadas), ao passo que, como destacamos acima, a *ordinatio* é uma propriedade das palavras, isto é, faz parte das *uerba simplicia*. Assim, permanecem as questões: o que é exatamente, e qual é a extensão da propriedade da *ordinatio*? O que é o fenômeno da *coniunctio*? Qual sua relação com a *ordinatio*?

Recentemente, Taylor (2020) nos ofereceu algumas pistas para responder a essas questões. Para o pesquisador de Varrão, a obra do polímata romano não teria três partes, como supúnhamos, induzidos pelo próprio testemunho de Varrão, mas sim duas:

Minha conclusão é propositalmente controversa. Tanto quanto é do meu conhecimento, todos os que descrevem o conteúdo do *De lingua Latina*, incluindo o próprio Varrão, o tratam como um trabalho tripartido, e eu mesmo já me referi várias vezes à chamada terceira parte do *De lingua Latina*. Na

verdade, no entanto, o tratado é bipartido e se conforma quase exatamente, com apenas uma exceção singular, à divisão binária do trabalho intelectual na ciência da linguagem estoica, que distribui fenômenos gramaticais tanto para *he phoné* quanto para o *sēmainomenon*, ou seja, palavras isoladas e palavras combinadas ou *uerba simplicia* e *uerba coniuncta*, para usar os termos de Agostinho e provavelmente de Varrão. Varrão lida com a primeira parte do livro 2 ao 13 e com a última nos livros 14 a 25. Eu acho que na primeira metade do *De lingua Latina* Varrão está reconstruindo a arquitetura da ciência da linguagem grega, principalmente estoica, e transformando-a em uma nova construção intelectual romana, a saber, a *ars grammatica*, a primeira das artes liberais, que em sua conceituação mais antiga apresenta etimologia, as partes do discurso e os paradigmas nominais e verbais; a segunda metade do *LL* é, naturalmente, a *ars dialectica*, a segunda das artes liberais, e apresenta tipos de sentença e silogismo.²⁶⁸

(TAYLOR, 2020, p. 41-42. Itálico do original)

As considerações de Taylor reveem todo o plano geral do *LL* de Varrão, e acentuam que a obra de Varrão compreendia as duas disciplinas antigas, a gramática e a dialética – o que torna ainda mais convincente o paralelo com Agostinho, que, entre os gramáticos tardios é único do qual temos simultaneamente obras nos dois domínios. De forma específica, Taylor sugere que o plano dos *uerba coniuncta* de Agostinho é, portanto, parte de um legado de Varrão. A diferença entre ambos – dentre outras, a serem melhor examinadas nos capítulos IV e V – reside no fato de que na Antiguidade Tardia as disciplinas já haviam se dissociado, o que justifica que o projeto em duas obras separadas – a *Ars breuiata* e o *De dialectica* – são um reflexo do momento histórico de Agostinho, *vis à vis* ao modelo educacional do *trivium* romano, conforme discutimos no capítulo 2. Além disso, a argumentação de Taylor não deixa dúvidas de que a sintaxe, na tradição romana, era, de fato, tratada em termos de palavras combinadas (*uerba coniuncta*) dentro da dialética.

E quanto à *ordinatio*? Taylor (2020), nesse mesmo texto, oferece uma explicação. Segundo o autor, esse termo em Varrão não se refere ao processo sintático, mas sim

²⁶⁸ Cf. “My conclusion is purposefully controversial. To the best of my knowledge everyone who describes the contents of the *LL*, including Varro himself, treats it as tripartite work, and I have myself referred several times to the so-called third part of the *LL*. In fact, however, it is bipartite and conforms almost exactly, with but one singular exception, to the binary division of intellectual labor in Stoic language science, which apportions grammatical phenomena to either *he phone* or to *sēmainomenon*, i.e. words outside sentences and words inside sentences or *uerba simplicia* and *uerba coniuncta*, to use Augustine's and probably Varro' terms. Varro deals with in Book 2 through 13 and the latter in Books 14 through 25. I think that in the first half of the *LL* Varro is reconstructing the architecture of Greek, mainly Stoic, language science and transformation it into a new Roman intellectual construct, namely, the *ars grammatica*, the first of the liberal arts, which in its earliest conceptualization features etymology, the parts of speech, and nominal and verbal paradigms. the second half of the *LL* is of course the *ars dialectica*, the second of the liberal arts, and it features sentence types and syllogism.”

representa o processo de formação verbal, ou seja, o da ordenação da palavra, especificamente dos verbos e seus paradigmas de conjugação:

Ordinatio, no entanto, não significa "sintaxe" em Varrão, ou na maioria dos outros textos gramaticais da Antiguidade Clássica Tardia. Como demonstrei anos atrás (Taylor, 1978, p. 72), *ordo* em Varrão indica as várias colunas e linhas de uma matriz morfológica', isto é, de paradigmas, e este é o uso varroniano de *ordines* para se referir a declinações e conjugações que persistem na tradição gramatical romana... *Ordinatio* em Varrão significa o processo de ordenar as palavras em paradigmas. Portanto, a sequência de *origo, uis, declinatio, ordinatio* de Agostinho é uma descrição perfeita dos conteúdos das quatro tríades da primeira metade do *De lingua Latina*: as origens das palavras, seus significados etimológicos, variações morfológicas e declinações e conjugações. Caso encerrado.²⁶⁹

(TAYLOR, 2020, p. 38-39).

Assim, considerando os argumentos de Taylor (2020), deveríamos suspender aquela leitura que esboçamos acima, segundo a qual a noção de *ordinatio* em Agostinho remeteria a uma discussão sintática e que isso guardaria um paralelo com Varrão? No entanto, tal não nos parece ser o caso. É preciso ter um pouco mais de ceticismo acerca das considerações de Taylor (2020) no que refere ao termo *ordinatio*.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que a posição adotada por Taylor tem como premissa inicial colocar em evidência o texto de Varrão e não o pensamento de Agostinho. A posição de Taylor, ao que tudo indica, é uma ótima proposta para a “resolução do LL”, por sua vez, o texto de Agostinho, embora tenha em Varrão uma forte

²⁶⁹ Cf. “*Ordinatio* does not mean 'syntax' in Varro, however, or in most other grammatical texts of late classical antiquity. As I demonstrated years ago (Taylor 1978, 72) *ordo* in Varro 'denotes the several columns and rows of a morphological matrix', that is, of the paradigms, and it is the Varronian usage of *ordines* to refer to declensions and conjugations that persists in the Roman grammatical tradition... *Ordinatio* in Varro means the process of arranging words in paradigms. So Augustine's sequence of *origo, uis, declinatio, ordinatio* is a perfect description of the contents of four triads of the first half of the *De lingua Latina*: the origins of words, their etymological meanings, morphological variations, and conjugations. Case closed.”. (Itálicos do original). Ressaltamos que Taylor (2020) apoia-se em uma parte do argumento que Baratin (1989a) erige com relação ao tema. Baratin comenta, em nota, a questão ao falar da obra de Diomedes e de Agostinho. Taylor (2020), em certo sentido, parece considerar apenas a primeira parte da observação de Baratin, nessa passagem, uma vez que Baratin expõe uma diferença entre os postulados dos dois autores ao dizer que: “En soi, *ordinatio* ne fait pas nécessairement référence à une combinatoire syntagmatique: Diomède, das un passage communément attribué à Varron (*GL* I, 439.20-21 = *GRF* 289, fragm, 268) emploie ce terme pour designer les processus analogiques qui permettent aux spécialistes de déterminer les paradigmes (*Analogia sermonis a natura prodicti ordinatio est secundum technicos*). Toutefois, dans le *De dialectica*, il est légitime de penser que le terme *ordinatio* concerne spécifiquement les relations syntagmatiques, puisque le catégorie précédent, la *declinatio*, est censée concerner l'ensemble des problèmes paradigmatiques.”.

influência, como estamos ressaltando ao longo de todo o nosso trabalho, tem também suas particularidades.

Com efeito, como mostramos acima, Agostinho tem um termo específico e bem delimitado na *Ars breuiata* para se referir ao processo de formação verbal – a teoria das *connexiones*. Primeiramente, não haveria motivos aparentes para que Agostinho empregasse *ordo / ordinatio* e *connexiones*, termos, de certa forma, tão distintos para se referir apenas ao fenômeno linguístico que se atrela ao processo de formação de palavras, ou seja, aos verbos. Mais um elemento que pode reforçar esse dado consiste em levar em consideração que os dois textos de Agostinho foram escritos na mesma época 386-387 d.C. Em terceiro lugar, *ordo* aparece na *Ars breuiata* para se referir, de forma específica, a uma das propriedades das conjunções, que se traduz, em linhas gerais, como regra de posição das conjunções nas sentenças e não como paradigma de formação morfológica. Na *Ars breuiata*, Agostinho deixa claro que *connexiones* liga-se à formação verbal e que *ordo* é um dos acidentes das conjunções.

Outra questão que Taylor não explora com relação à *ordinatio* no *De dialectica* seria: por que Agostinho usaria dois termos *declinatio* e *ordinatio* para se referir ao plano da morfologia, sendo que *declinatio* também é usada por Agostinho ao mencionar as conjugações verbais? Nesse sentido, parece-nos ainda convincente a leitura de Baratin (1989a, 2001) sobre a *ordinatio*, por ser mais conciliadora não só em relação à obra de Varrão e a de Agostinho, mas também em relação à própria estrutura interna do *De dialectica*, visto que Baratin explica que, para Agostinho, a *ordinatio* é uma propriedade inerente a todas as palavras, o que implica dizer que tal propriedade não se circunscreveria apenas aos verbos ou às palavras de caráter nominal e verbo-nominal, discussão que retomaremos no capítulo V.

3.5 Em síntese

Neste capítulo, propusemos uma discussão acerca da inter-relação entre a gramática, a dialética e sintaxe, discutindo o projeto agostiniano no que se refere ao desenvolvimento histórico da sintaxe no mundo antigo e em relação à filiação filosófica de Agostinho a Varrão. Apresentamos, inicialmente, algumas a respeito de como o campo da sintaxe é um domínio de disputa histórica dentro da própria *Linguística*, ganhando proeminência nos estudos da linguagem somente após a segunda metade do século XX.

Em seguida, empreendemos uma reflexão sobre o lugar da sintaxe nos textos da Antiguidade grega e romana, a partir de dois movimentos argumentativos: (i) por meio de uma investigação acerca do vocabulário, da terminologia e da metalinguagem relacionada ao campo, que depreendemos de Cícero e Aulo Gélío, destacando passagens em que o vocabulário grego se estabeleceu em Roma e em quais contextos; vimos que, em Cícero, há ocorrências no *Ad Atticum*, que possuem um sentido mais geral; e, em Aulo Gélío, mostramos o trecho em que ele traduz o termo σύνταξις (*sýntaxis*) para o latim como *ordo* e *nexus* dentro do contexto da física; (ii) por meio do delineamento de um esboço de percurso histórico, que apresentou e discutiu momentos-chave em que, a partir da tradição filosófica grega – Platão, Aristóteles e os estoicos, em especial Crispo – foram desenvolvidas reflexões que se inserem dentro do campo da sintaxe propriamente.

Finalmente, discutimos e sublinhamos a relação entre Varrão e Agostinho. Para isso, destacamos, de forma geral, o trabalho que Varrão realizou no *De lingua Latina*, pontuando quais livros ainda chegaram até os dias atuais, bem como considerações sobre estrutura/plano geral da obra, que se divide em *etimologia (impositio)*, *morfologia (declinatio)* e *sintaxe (coniunctio)*. Na sequência, propusemos quatro paralelos entre o *De lingua Latina* de Varrão e as obras *Ars breuiata* e *De dialectica* de Santo Agostinho: entre os conceitos de *Latinitas*, de *partes orationis*, as especificidades da formação morfológica dos verbos latinos (recorrendo, para isso, ao conceito de *connexiones* presente na *Ars breuiata*) e, por fim, um do plano geral do *LL* com o *De dialectica* de Agostinho.

Assim, retomando a proposta de Luhtala (2005), segundo a qual a obra de Agostinho, filiando-se a uma tradição varroniana, representaria um modelo de gramática pré-apoloniana, pareceu-nos demonstrada que a reflexão gramatical e dialética de Agostinho se desenvolve, em grande medida, *pari passu* com o pensamento de Varrão. Nesse sentido, parece que o modelo gramatical de Agostinho deriva de uma tradição distinta daquela que se constitui a partir dos alexandrinos *via* Apolônio Díscolo, chegando a Prisciano. O desenvolvimento ulterior da gramática latina parece mostrar, contudo, que os romanos tardo-antigos tiveram predileção pelo modelo alexandrino grego, o que resultou um certo esquecimento do empreendimento linguístico de Varrão, o que parece justificar o fato de que a parte da sintaxe do *De lingua Latina* tenha praticamente desaparecido das primeiras gramáticas latinas. Nos próximos capítulos, veremos como essa parte “esquecida” pode ser, em certa medida, percebida no projeto sintático agostiniano, a partir das noções de *coniunctio* e *ordinatio*.

IV CONIUNCTIO VERBORVM

Neste capítulo, apresentamos o primeiro eixo da reflexão acerca da sintaxe no pensamento gramatical-dialético de Santo Agostinho. Para realizarmos essa tarefa empreendemos uma descrição e uma análise dos textos da *Ars breuiata* e do *De dialectica*, bem como de uma passagem do *De magistro*. Começamos nossa investigação pontuando como Agostinho no *De dialectica* apresenta o “problema da ambiguidade” (*ambiguitas*), bem como os limites da investigação etimológica (*origo uerborum*) para resolvê-lo. Trata-se de um problema que emerge da investigação filosófica e cuja primeira proposta de solução – o recurso à etimologia – apoia-se apenas no exame das palavras enquanto unidades isoladas. No entanto, para resolver a questão da ambiguidade, o tratamento das palavras combinadas (*uerba coniuncta*), das proposições simples (*sententiae simplicia*) e das proposições compostas (*sententiae coniunctae*) parece ser o caminho mais adequado.

Nesse contexto, mostramos como o processo de combinação das palavras e das sentenças (*coniunctio*) figura como um fenômeno relativo ao campo da sintaxe. Para isso, apresentamos e explicamos os *exempla* da lógica presentes no interior do *De dialectica* como forma de explicitar a diferença entre as sentenças simples e as sentenças combinadas. Paralelamente a essa discussão, buscamos trazer a lume uma reflexão acerca da terminologia empregada por Agostinho em alguns momentos específicos ao se referir ao fenômeno em questão – a *coniunctio*. Finalmente, empreendemos um exame da definição de algumas *partes orationis* – *De aduerbio*; *De coniunctione*; *De praepositione* –, com o intuito de verificarmos se, para cada uma dessas definições, Agostinho teria lançado mão de critérios sintáticos.

4.1 *Verba simplicia*, palavras simples: ambiguidade e etimologia

O centro da discussão sobre a ambiguidade no *De dialectica* (IX) envolve uma reflexão sobre a “natureza das palavras”, vinculada, em grande parte, à perspectiva estoica, especialmente àquela ligada a Crisipo. No texto de Agostinho, o fundo estoico é acessado via Cícero, basicamente por uma réplica ou cópia de um pedaço do texto *Hortensius* (fr. 24). Nem o texto, nem o fragmento de Crisipo na versão grega chegaram ao nosso tempo.

No *corpus* de textos agostinianos, Crisipo é mencionado nove vezes nominalmente:

- i) *Contra Academicos*: III, vii, 16 147; III, x, 22 159; III, xvii, 39 195-197²⁷⁰;
- ii) *Contra Cresconium*: I, 19, 24²⁷¹;

²⁷⁰ De acordo com índice de nomes citados nos diálogos elaborado por Catapano (2008 [2006], p. 1822).

²⁷¹ Agostinho (*C. Cresc.*, I, XIX, 24-25): “Sobre os estoicos nada pode ser dito, não só foram dialéticos, mas também venceram todas as outras seitas dos filósofos nesta arte ou habilidade. Crisipo, sem dúvida, foi um famoso estoico, como recordas comigo, de quem o acadêmico Carnéades conta que, quando se dispunha a discutir com ele, tinha que preparar o seu espírito com heléboro, os outros, no entanto, superava facilmente depois de ter comido... os livros dos estoicos nos ensinaram a disputar dialeticamente...” [*De Stoicis certe nihil dici potest, qui non solum dialectici fuerunt, sed etiam ceteras philosophorum sectas in hac uel arte uel facultate uicerunt. Stoicus quippe, ut mecum recolis, fuit ille Chrysippus, de quo Academicus Carneades hanc habebat sententiam, ut, quando cum illo sibi esset disputandum, halleboro purgandum cor esse censeret, ceteros autem uel pransus facile superaret. Si ergo nos libri Stoicorum dialectice disputare docuerunt...*]. Essa passagem, em Agostinho, tem uma característica peculiar, isto é, a menção ao uso do termo *halleboro* (Eléboro). Segundo Lewis & Short (1879):” *elleborus ellébōrus* (**hell-**), i, m., and **ellē-bōrum** (**hell-**), i, n., **hellebore**, in pure Lat. *veratrum*, a plant much used by the ancients as a remedy for mental diseases, epilepsy, etc.; the best grew on the island of Anticyra, in the Aegean”. Destacamos dois pontos com relação ao vocábulo em questão. O primeiro consiste em uma observação de cunho filológico-textual, isto é, a grafia da edição da BAC [34] (1994, p.223) preserva o termo na forma *halleboro* (*masc./sg./abl.*); já no CSEL [52] (Ed. Petschenig, 1909, p. 346) encontramos no texto a forma *helleboro* (*masc./sg./abl.*), cujas notas críticas da linha 18 destacam as formas *helleuoro* e *elleboro*, essa última, ao que parece, mais próxima da transliteração do vocábulo grego ἐλλέβορος. Essa alteração promove, em certo sentido, um impacto na interpretação do texto agostiniano, uma vez que pudemos observar o dado de que os termos gregos presentes na edição da BAC [34] (Ed. Garmón; Lanero, 1994, p. 187), a qual menciona seguir fundamentalmente o texto de estabelecido por Petschenig (1909), têm alterações. Nesse sentido, as palavras grafadas na língua grega parecem ser uma conjectura interpretativa do texto latino promovidas pela BAC [34]. Em última instância, é plausível considerar uma questão de tipografia. Essa “variação” ocasionada pela edição dos textos de Agostinho com relação ao uso de termos em sua forma grega ou latina prejudicam uma análise que procura se ancorar no que Jean Pépin (1992) postulou como sendo a atitude de Agostinho no que se refere à língua grega; o mesmo pode ser dito sobre termos, palavras e conceitos em hebraico ou mesmo em púnico (pode-se destacar, nesse último caso, a tentativa de identificação e de transliteração ou mesmo de correspondente latino para o termo púnico *bdellas*, na *Ars breuiata* I, 102 (ed. Bonnet, 2013, p. 48), o que em latim pode ser entendido como *carica* (figo seco). Essas duas questões evidenciam também, em certo sentido, a dificuldade que há no vocabulário típico da medicina e da botânica na Antiguidade. A investigação deste vocábulo *helleborus* no texto de Agostinho está longe de ser uma mera observação linguística, posto que o termo em questão pode nos indicar, em certa medida, as leituras que Agostinho realizou de autores pretéritos. Dois testemunhos nos auxiliam nessa direção. O primeiro é o de Aulo Gélío (*N.A.* XVII, 15, 1), cuja descrição sobre os tipos de *heléboro* é bem detalhada e extensa. Do ponto de vista filosófico ou anedótico, Aulo Gélío conta-nos que Carnéades utilizava tal planta quando tinha que disputar contra os escritos de Zenão. O segundo testemunho é o de Valério Máximo, em seu *Facta et Dicta memorabilia* (VIII, 7, 5), que pontua que Carnéades fazia uso de heléboro quando tinha que disputar contra Crisipo. Do ponto de vista cronológico, Carnéades é contemporâneo de Crisipo, o que justifica o fato de Aulo Gélío pontuar que a invectiva de Carnéades se faz contra os livros do estoico Zenão [*Carneades Academicus scripturus aduersum Stoici Zenonis libros superiora corporis elleboro candido purgauit...* (ed. Marshall, 1968)]. Em Valério Máximo: “Carnéades, laborioso e diuturno soldado do saber... quando tinha que disputar com Crisipo purgava-se antes com heléboro para poder manifestar com maior lucidez seu ponto de vista e refutar os de seu adversário com maior agudeza.” [cf. *Carneades laboriosus et diuturnus sapientiae miles... cum Chrysippo disputaturus elleboro se ante purgabat ad expromendum ingenium suum adtentius et illius refellendum acrius.* (ed. Kempf, 1888). E Martiano Capella, no livro IV *De dialectica*, menciona:

*[Stoica circumeant ludantque sophismata sensus
perdita ꝑneque umquam cornua fronte ferant,
Chrysippus cumulet proprium consumat acervum
Carneadesque parem vim gerat helleboro;]*

“Embora os sofismas estoicos enganem e zombem dos sentidos,
E usem chifres na cabeça que nunca perderam, [e]
Crisipo acumule e consuma o próprio sorites;
Carnéades gera uma força semelhante com uso o de eléboro;”

- iii) *Opus imperfectum contra secundam responsionem Iuliani: PL 45, 1459;*
- iv) *De ciuitate Dei: IX, 4,1; IX, 4, 2²⁷²;*
- v) *Epistulae PL 33 0082 3;*
- vi) e também, de forma indireta, no capítulo IX do *De dialectica*.

De forma direta e nominal, as citações de Crisipo por Agostinho no *Contra Academicos* podem ser interpretadas, em grande parte, como um contraponto à visão dos céuticos acadêmicos. No *De ciuitate Dei*, temos Crisipo representado como um dos filósofos fundadores do estoicismo, assim como o responsável por um conceito-chave da epistemologia estoica, isto é, o conceito de “fantasia” (COLISH, 1990, p. 178-179).

Nesse sentido, mesmo que Agostinho não tenha mencionado o nome de Crisipo no *De dialectica*, podemos sustentar que ele tenha tido acesso a observações daquele filósofo²⁷³, seja via Cícero, Varrão ou mesmo através de Aulo Gélíio, o que se evidencia quando cotejamos as similaridades de argumento e terminologia presentes em trechos de obras desses autores. Vejamos, como exemplo, as considerações que os três fazem sobre o problema da ambiguidade:

Para uma contextualização do problema do Donatismo no *Contra Cresconium*, ver Pépin (1976) e Ayub (2017): disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/22478/12533>

²⁷² O testemunho de Agostinho nesse livro do *DCD* (IX, 4,1) auxilia-nos, em certo sentido, pois, por meio dele ficamos informados da leitura que Agostinho fez do livro *N.A.* de Aulo Gélíio, bem como da figura de Zenão e Crisipo como fundadores da escola estoica. Agostinho diz: “Conta Aulo Gélíio, varão de elegantíssimo estilo e de vasta e profunda erudição, no seu livro que tem por título *Noctes Atticae* (Noites Áticas), que, certo dia, viajava no mar com um reputado filósofo estóico... Este, para satisfazer um homem inflamado do desejo de aprender, tirou da sacola um livro do estóico Epicteto, em que este consignava as suas ideias concordantes com os princípios de Zenão e Crisipo, fundadores, como se sabe, da escola estóica. Diz Aulo Gélíio ter lido nesse livro que os estóicos admitem certas percepções da alma a que chamam «fantasias», de que não está em nosso poder saber em que condições e em que momento se produzem na alma.” (Tradução de Pereira, 2000, p. 828-829).

²⁷³Gould (1971), em sua obra sobre Crisipo, não menciona em momento algum qualquer texto em que Agostinho tenha feito qualquer reflexão sobre o filósofo grego ou mesmo sua filosofia.

Santo Agostinho (<i>De dial.</i> , IX)	Aulo Gélío (<i>N.A.</i> XI, xx, 1)	Cícero ²⁷⁴ (<i>Hort.</i> , frag., 24)
<p><i>Itaque rectissime a dialecticis²⁷⁵ dictum est ambiguum esse omne verbum. Nec moveat quod apud Ciceronem calumniatur Hortensius hoc modo [“ambigua se aiunt audere explicare dilucide. Idem omne verbum ambiguum esse dicunt. Quomodo igitur ambigua ambiguis explicabunt? Nam hoc est in tenebras extinctum lumen inferre”].</i></p>	<p><i>Chrysippus ait omne uerbum ambiguum natura esse, quoniam ex eodem duo uel plura accipi possunt.</i></p>	<p><i>{HO} Ambigua se aiunt audire acute, explicare dilucide; item omne verbum ambiguum esse dicunt. Quomodo igitur ambigua ambiguis explicabunt? Nam hoc est in tenebras extinctum lumen inferre.</i></p>
<p>Deste modo, de forma acertada, foi dito pelos dialéticos que toda palavra é ambígua. Não permita que Hortênsio nos engane, em Cícero, deste modo: “dizem que escutam palavras ambíguas para explicá-las mais claramente. Além disso, dizem que toda palavra é ambígua. De que modo, portanto, explicarão palavras ambíguas com palavras ambíguas? De fato, isto é como levar uma luz apagada na escuridão”.</p>	<p>Crisipo diz: “toda palavra é ambígua por natureza, visto que podem ser entendidas delas dois ou mais sentidos”.</p>	<p>{HO} - Dizem que escutam de forma aguçada para explicá-las mais claramente. Do mesmo modo, dizem que toda palavra é ambígua. De que modo, portanto, explicarão palavras ambíguas com palavras ambíguas? De fato, isto é como levar uma luz apagada na escuridão.</p>

Tabela 10. Citação de Crisipo em Cícero, Aulo Gélío e Agostinho.

Do ponto de vista cronológico, Cícero foi o primeiro autor latino a receber e transmitir a filosofia estoica ligada a Crisipo. No entanto, no fragmento do *Hortensius* destacado acima, não há, do ponto de vista textual, nenhuma menção nominal ao autor grego. Cícero, autor do século I. a.C., já se encontrava distanciado da reflexão original de Crisipo (séc. III a.C.) em dois séculos. Nesse sentido, o texto de Cícero, assim como o de Aulo Gélío, parecem ser fontes secundárias e indiretas da proposição de Crisipo. Em nenhuma das passagens em ambos os autores há a citação da fonte grega, o que teria sido viável, haja vista que tanto Cícero como Aulo Gélío eram conhecedores da língua grega. No caso de Aulo Gélío, é possível pensar em uma carência de fonte primária para essa

²⁷⁴ A edição do *Hortensius* é a de A. Grilli (1962). Não tivemos acesso à obra de Michel Ruch (1958) na qual se encontra um estudo a respeito do processo de reconstrução e interpretação do *Hortensius* de Cícero. Para mais detalhes, ver Jackson (1975, p. 131). Santo Agostinho (*Conf.*, III, 4, 7) menciona a leitura e influência que teve da leitura do *Hortensius*. Ver também Catapano (2008 [2006], p. cxvi-cxvii).

²⁷⁵ Todos os grifos são nossos.

proposição de Crisipo, uma vez que, em sua vasta obra *Noites Áticas*, não faltam citações, fragmentos ou mesmo excertos longos dos mais variados textos gregos.

A expressão latina *omne uerbum ambiguum esse* (“toda palavra é ambígua”) configura-se como a parte nuclear dos três testemunhos. No entanto, a especificação dessa proposição se apresenta marcada de maneira distinta. Aulo Gélcio identifica, de forma nominal, qual filósofo estoico produziu essa reflexão, ou seja, Crisipo. Para Aulo Gélcio, a figura de Crisipo é central. Por outro lado, em Agostinho, há uma lacuna para essa informação. Agostinho menciona que os *dialéticos (dialectici)* – sem especificação nominal – produziram esse pensamento.

Além disso, a alusão ao texto de *Hortensius* de Cícero serviu para que Agostinho fizesse uma ressalva quanto à observação realizada pelo personagem Hortênsio no livro em questão. Assim, parece que Agostinho tinha uma percepção inversa à de Hortênsio sobre a referida proposição. Outro dado que podemos extrair desse trecho reside no fato de que, no texto de Cícero, os verbos *aiunt/dicunt* (dizem) e *explicabunt* (explicarão) podem, de alguma forma, estar se referindo aos dialéticos estoicos, porém, essa informação está subentendida. Podemos dizer, então, que a observação feita por Aulo Gélcio desambigua, em parte, a questão.

De todo modo, a comparação entre os três excertos acima nos permite fazer aproximações sobre qual teria sido a postulação originária de Crisipo. A tentativa de reconstituir exatamente as palavras gregas de Crisipo é uma empreitada praticamente impossível, visto que a frase “toda palavra é ambígua” (*omne uerbum est ambiguum*) evoca dificuldades adicionais, como, por exemplo, o fato de ser uma estrutura lacônica, além do próprio vocabulário empregado. Segundo Atherton (1993), o equivalente grego para a palavra latina *uerbum* seria, provavelmente, *ónoma*. Entretanto, *ónoma* poderia ser utilizada em um sentido mais amplo e usual. Crisipo teria empregado tal terminologia em sentido mais técnico, pois, pelo catálogo de obras citado por Diógenes Laércio, sabemos que ele escreveu dois tratados a respeito do tema *Dos termos da dialética, para Zenão, em um livro* (Περὶ τῶν κατὰ τὴν διαλεκτικὴν ὀνομάτων πρὸς Ζήνωνα α', (D.L. VII, 189 = *S.V.F.* 2.13) e *Da propriedade dos termos usados por Zenão* (Περὶ τοῦ κυρίως κεχρησθαι Ζήωνα τοῖς ὀνόμασιν·)²⁷⁶.

²⁷⁶ Cf. Atherton (1993, p. 299-300): “Only Augustine and Gellius indicate the scope of Chrysippus' claim, the original Greek not having survived. The most plausible Greek equivalent for *verbum* must be *ónoma*, despite Chrysippus' application of it to the proper noun as well. [όνωμα in the wider sense is standard usage, and Chrysippus is known to have written treatises Περὶ τῶν κατὰ τὴν διαλεκτικὴν ὀνομάτων (D.L. 7. 189 = *S.V.F.* 2.13, p. 1. I) and Περὶ τοῦ κυρίως κεχρησθαι Ζήωνα τοῖς ὀνόμασιν (D.L. 7. 122), which both

Nesse sentido, o problema textual e o problema terminológico se misturam, ou seja, dos testemunhos latinos de que dispomos nenhum é suficiente para indicarmos qual seria a terminologia grega mais precisa. Diante disso, seguir esse caminho de reconstituição das palavras originárias de Crisipo seria como “levar uma luz apagada na escuridão” (*in tenebras extinctum lumen inferre*), para usarmos a própria metáfora que Cícero postula, e que Agostinho reproduz. Assim, a discussão sobre a ambiguidade, a partir dessa fonte, não tem uma saída e nem uma interpretação definitiva. Propomos, nesse sentido, deixar a tese estoica originária em segundo plano, e ver como Agostinho lidou com essa questão no seu *De dialectica*.

O problema da ambiguidade é apresentado e desenvolvido por Agostinho, da seguinte forma:

Com efeito, quando se afirmou que toda palavra é ambígua, tratava-se de **palavras tomadas isoladamente**. Ora, as palavras ambíguas são explicadas na argumentação, e ninguém argumenta com palavras isoladas. Então ninguém explicará palavras ambíguas com palavras ambíguas. Assim, ainda que toda palavra seja ambígua, **ninguém explicará a ambiguidade das palavras exceto por meio de palavras, mas com palavras já combinadas que não serão ambíguas**. Como, de fato se eu dissesse: “todo soldado tem dois pés”, não se seguiria disso que um exército consistisse apenas de soldados que tem dois pés. **Assim, quando digo que toda palavra é ambígua, não estou falando da proposição e nem da argumentação, ainda que essas sejam tecidas com palavras**. Logo, toda palavra ambígua será explicada em uma argumentação não ambígua.²⁷⁷

(AGOSTINHO, *De dial.*, IX, grifos nossos).

Em primeiro lugar, é preciso destacar os termos e expressões empregados por Agostinho, expressões como *omne verbum* (toda palavra), *uerbis singulis* (através de palavras isoladas), *nemo* (ninguém), *disputando* (na disputa dialética) e, certamente, *ambiguum* (ambígua) são formuladas por Agostinho no intuito de ressaltar o fato de que ninguém pode realizar uma disputa (*disputatio*) na dialética com palavras isoladas.

presumably concerned terminology. Gellius' report of Diodorus Cronus' opposed thesis, '*nullum verbum est ambiguum*' is also framed using *verbum* (and Diodorus also had in mind words' natural properties, it seems: '*ambigui enim verbi natura illa esse debuit*', *noct. att.* II.12.2f. (37N2)).” Em Aulo Gélíio encontra-se também a premissa de Diodoro de Cronos, tese oposta à de Crisipo, que postula que “nenhuma palavra é ambígua” (*nullum uerbum est ambiguum*). Embora a tese de Diodoro de Cronos tenha seu valor filosófico, não nos ateremos a ela nesse trabalho.

²⁷⁷ Cf. *Quod enim dictum est omne verbum esse / ambiguum de uerbis singulis dictum est. Explicantur autem ambigua disputando et nemo utique uerbis singulis disputat. Nemo igitur ambigua uerba uerbis ambiguis explicabit. Et tamen cum omne uerbum ambiguum sit, nemo uerborum ambiguitatem nisi uerbis sed iam coniunctis quae ambigua non erunt explicabit. Ut enim, si dicerem 'omnis miles bipes est', non ex eo sequeretur, ut cohors ex militibus utique bipedibus ita / constaret, ita, cum dico ambiguum esse omne uerbum, non dico sententiam, non disputationem, quamvis uerbis ista texantur. Omne igitur ambiguum uerbum non ambigua disputatione explicabitur.* (Grifos nosso).

Para Agostinho, o fato de toda palavra ser ambígua (*omne verbum ambiguum esse*), impõe aos dialéticos (*dialectici*) a tarefa de explicitar o seu sentido, promovendo concatenações entre as próprias palavras, já que “ninguém explicará a ambiguidade das palavras a não ser com palavras, mas já combinadas, as quais não serão mais ambíguas” (*nemo verborum ambiguitatem nisi verbis sed iam coniunctis quae ambigua non erunt explicabit.*). Assim, Agostinho reitera, ao longo excerto, que ninguém pode promover uma disputa dialética com palavras isoladas, portanto, ambíguas. Essa reiteração parece apontar para uma preocupação que, de alguma forma, mantém uma relação entre o significado das palavras quando estão isoladas e o significado das palavras quando estão combinadas.²⁷⁸ Em termos linguísticos, Agostinho, nesse ponto, parece estar lidando com os limites que há entre uma semântica e uma sintaxe, nos sentidos modernos, tendo em vista um uso textual/discursivo (no campo da argumentação dialética). As expressões latinas *sed iam coniunctis* “mas já combinadas” e *ambigua non erunt* “não serão ambíguas”, mostram-nos que é por meio da combinação das palavras uma a uma que se pode especificar o sentido daquilo que se pretende significar. A ato de combinar palavras, nesse sentido, se apresenta como um processo da reflexão sintática com consequências semânticas.

Além disso, Agostinho sustenta, então, que, quando se refere ao processo de ambiguidade, não se está considerando que nem a proposição e nem argumentação são ambíguos, embora tanto as proposições, quanto as argumentações dialéticas sejam tecidas por meio de palavras (*cum dico ambiguum esse omne verbum, non dico sententiam, non disputationem, quamvis verbis ista texantur*). Ao se referir às proposições (*sententiae*), Agostinho está afastando, em certo sentido, a possibilidade de que as proposições que devem ser submetidas ao crivo da dialética sejam, em tese, ambíguas. Essa explicação condiz com o fato de que proposições, bem como argumentos, são resultados de processos de concatenação entre elementos, que implicam a associação de mais de uma unidade linguística isolada.

²⁷⁸ Do ponto de vista linguístico, como destaca Cançado (2008, p. 57): “Todo falante sabe que dar o significado das palavras não é uma tarefa fácil. Às vezes, pensamos que sabemos o significado de uma determinada palavra, mas, quando tentamos estabelecê-lo exatamente, ele nos foge. Isso se deve ao fato de o significado, na maioria das vezes, estabelecer-se a partir de um determinado contexto. Geralmente é mais fácil definir uma palavra se esta é dada no contexto de uma sentença. Efeitos contextuais podem direcionar os significados das palavras para diferentes caminhos.”. Usamos a reflexão de Cançado, pois seu livro faz um apanhado das várias vertentes da semântica. Nas palavras da autora (2008, p. 14): “esse manual é uma verdadeira ‘colcha de retalhos’.” Adotamos essa definição geral, pois entendemos que há especificadas em cada teoria semântica.

Agostinho refere-se, portanto, do ponto de vista da dialética, aos processos que ele já havia definido no capítulo IV do *De dialectica*, que são: o *de eloquendo* (palavras combinadas, que não produzem uma proposição), *de proloquendo* (palavras combinadas que podem ser submetidas à verdade e à falsidade) e a *proloquiorum summa* (conclusão/resultado das proposições combinadas). Nesse sentido, o *de loquendo*, que versa sobre as palavras isoladas, é que é passível de ser afetado pelo problema da ambiguidade. Tanto os fenômenos abrigados nas seções *de eloquendo*, como *de proloquendo* são processos de *uerba coniuncta* (palavras combinadas), o que mostra a coerência do plano argumentativo tratado por Agostinho no interior do *De dialectica*.

Outro aspecto que destacamos nessa passagem diz respeito ao verbo *texantur* empregado por Agostinho no final do excerto. O termo parece ser novo, haja vista que a nomenclatura que envolve a discussão sobre a combinação de palavras para formar uma sentença/proposição ou mesmo um enunciado diz respeito, tradicionalmente, a termos como *coniunctio*, *conexus*²⁷⁹ e derivados. Denecker (2017, p. 261-262) destaca ocorrências desse termo em São Jerônimo, na *Epistola* 121.10.24 (*ad texendam orationem*), que se refere ao processo de composição de um enunciado com o intuito de explicar o procedimento da leitura; e no *Commentarii in Ezechielem* (9.30.1/19), no qual os termos *uerborum contextus* ligam-se a uma explicação sobre a combinação das palavras. Conforme Denecker (2017, p. 267), “em ambas passagens citadas, uma atenção deve ser dada à metáfora ‘tecer’ *texere* e *contextus*, que pode estar conectada à noção de que as palavras se combinam para formar uma sentença.”²⁸⁰

Adotando a reflexão que Denecker (2017) faz a respeito da obra de Jerônimo, podemos admitir que o verbo *texere* empregado por Agostinho se vincula também aos conceitos de *sententia* (sentença /proposição), quanto a *disputatio* (argumentação /disputa), já que tanto a proposição, como a argumentação são tecidas (*texantur*) com palavras. Assim, Agostinho elabora uma oração concessiva para explicar o problema da ambiguidade, afirmando que, embora (*quamuis*) as proposições e os argumentos sejam realizados por meios de palavras, essas não estão mais isoladas, mas tecidas em combinação.

De acordo com um levantamento que realizamos do termo nas obras de Agostinho, catalogadas pela *Patrologia Latina* [PL], encontramos 216 ocorrências do

²⁷⁹ Para mais detalhes sobre esse termo em Cícero (*Ac. Pr.*, II xlvi, 143), ver Gourinat (2000, p. 217).

²⁸⁰ Cf. “In both passages quoted, attention should be drawn to the metaphor of ‘weaving’ (*contextus*, *texere*), which can be connected to the notion that words are joined together to form sentence.”

sema em 46 formas diferentes²⁸¹. Averiguamos o uso do verbo no infinitivo presente (*texere*) e vemos seu emprego nas *Confissões* (I, 14, 23) no sentido de tecer um discurso, ocasião em que Agostinho está falando de sua aversão à língua grega: “Homero **teceu** habilmente **essas fábulas**, e é dulcíssimo na sua frivolidade, ainda que para mim, menino, fosse amargo.” (*nam et Homerus peritus **texere tales fabellas et dulcissime vanus est, mihi tamen amarus erat puero.***).²⁸² Esse pode ser um indício de que Agostinho, de fato, estivesse se referindo a um processo de combinação de palavras em sentido mais amplo do que o meramente ligado à concatenação de palavras no âmbito da sentença, o que seria uma “sintaxe *lato sensu*”.²⁸³

Como forma de contrastar tais considerações de Agostinho às de Varrão, fizemos o mesmo levantamento no *corpus* de Varrão. Nele encontramos o sema *texere* e seus derivados duas vezes, a saber: uma no *De lingua Latina* (V, 29) na forma *texta fasciola* (faixa tecida/usada para prender o cabelo na cabeça); e outra no *De agricultura* (I, 2, 75) na forma *textores* (tecelões), como ofício de *texere* (tecer). Como se vê, embora a amostra seja escassa e a disparidade dos *corpora* não permita uma comparação precisa, ao passo que os termos em Agostinho remetem, ainda que em sentido amplo, a noções no campo da sintaxe, em Varrão, os termos se associam a sentidos não ligados à técnica gramatical.

²⁸¹ Usamos o banco de dados *Corpus Corporum* para realizar esse levantamento. Para Varrão ver: http://www.mlat.uzh.ch/MLS/advwortliste.php?suchbegriff2=tex&binary=&modif=&home=&lang=0&table=Varro_cps4&corpus=4&id=&kkwlaus=wl_tabelle&von=advsuchen&suchbegriff=tex&target= ; para Agostinho ver:

http://www.mlat.uzh.ch/MLS/advwortliste.php?suchbegriff2=tex&binary=&modif=&home=&lang=0&table=Augustinus_Hipponensis_cps2&corpus=2&id=&kkwlaus=wl_tabelle&von=advsuchen&suchbegriff=tex&target=

²⁸² Tradução de Santos & Pina (1996, p. 53).

²⁸³ Conforme Marcuschi (2008, p. 62): “Certamente, quando estudamos o texto, não podemos ignorar o funcionamento do ‘*sistema linguístico*’ com sua fonologia, morfologia, sintaxe, léxico e semântica; neste caso estamos apenas admitindo que a língua não é caótica e sim regida por um sistema de base. Mas ele não é predeterminado de modo explícito e completo, nem é autossuficiente. Seu funcionamento vai ser integrado a uma série de outros aspectos sensíveis a muitos fenômenos que nada têm a ver com a forma diretamente.” (Itálico do original). Nesse sentido, podemos ressaltar que, em primeiro lugar, reconhecemos que a noção de texto tem uma dimensão que está além da análise centrada no significante, uma vez que a língua não se reduz a um nível de análise linguística como, por exemplo, a sintaxe. Por sua vez, ainda ancorados na reflexão de Marcuschi, é preciso estar ciente de que os níveis mais básicos da língua apresentam determinados aspectos de funcionamento, seja no que se refere ao emprego de determinadas formas, seja na própria combinação e ordenação das palavras. É possível interpretar, em sentido *lato*, o que Agostinho denomina de *coniunctio* e *texere*, isto é, poderíamos, assim, inferir que a combinação das palavras se encontra em um nível “linguístico” de base, enquanto que o “efeito/resultado” dessas várias concatenações das palavras se materializam na forma de um “texto”, seja este dialético, retórico, poético etc. As aproximações entre as observações da *Linguística* moderna e contemporânea ao serem colocadas *pari passu* com as considerações dos autores da Antiguidade grega e latina sempre estarão sujeitas e abertas às discussões. Dessa forma, se o conceito de texto expresso por Marcuschi (2008) está alicerçado nas postulações da *linguística enunciativa* (p.19; itálico do original), o de Agostinho está fundamentalmente ligado aos domínios da dialética estoica, da gramática e retórica antiga. Residem, nesse ponto, as distinções epistemológicas e contextuais que separam esses dois autores e, por consequência, suas reflexões.

Em Varrão, como já está bem documentado (BARATIN, 1989a, 1989b), o verbo empregado para se referir ao processo da sintaxe, por meio da combinação e da ordenação das palavras é, efetivamente, *coniungere* (*coniungerentur* – presente no *LL VII*, 100; VIII, 1).

Portanto, o uso de *texere* por Agostinho parece sugerir que o efeito causado pela combinação de palavras entre si materializa-se, de uma certa forma, em um texto, ou melhor dizendo, em um discurso, ou, ainda, nas proposições da dialética. Esse termo parece manter uma relação com o verbo empregado por Cícero no *Ad Atticum* ao utilizar a forma *syntáxomai*, que, na ocasião, como ressaltamos no capítulo III, fazia referência ao processo de compor um discurso. Assim, podemos concluir que, no interior do *De dialectica*, o verbo *texere* parece exprimir o que seria a união de várias combinações, sejam aquelas usadas nas argumentações dialéticas, sejam aquelas usadas na composição de um enunciado.

Além disso, Agostinho parece apostar nos *uerba coniuncta* (palavras combinadas) como a forma mais adequada de se estabelecer uma investigação dialética – o que, de antemão, já tornaria vão qualquer recurso à etimologia (que decorre de uma análise das palavras isoladas). No entanto, visto que Agostinho, no interior do *De dialectica* levanta justamente uma discussão acerca dos limites da investigação etimológica como era realizada nos moldes estoicos, devemos também acrescentar aqui uma nota acerca desse tema. Assim, antes de retornarmos aos preceitos dos *uerba coniuncta*, vejamos, de maneira breve, algumas das considerações traçadas por Agostinho acerca da etimologia, bem como algumas das objeções levantadas com relação a esse saber.

Capítulo VI, do *De dialectica*, Agostinho pondera:

Investiga-se sobre a origem de uma palavra, quando se investiga de onde ela vem, coisa que, na minha opinião, justifica-se mais por curiosidade do que por necessidade. E não me alegro em dizer isso só porque Cícero parece ter dito o mesmo. Quem, de fato, necessitaria de autoridade em matéria tão evidente? Se explicar a origem da palavra ajudasse muito em alguma coisa, esse empreendimento seria inútil, já que certamente [seria como] perseguir um caminho sem fim. Quem, de fato, pode descobrir o que algo dito teria sido e quando foi dito assim? Aqui, ocorre que, como na interpretação dos sonhos, a origem das palavras é julgada de acordo com o engenho de cada um... Os estoicos (que Cícero nessa matéria ridiculariza, como só ele faz) asseveram que não há palavra cuja origem certa não possa ser explicada. Porém, era fácil lhes fazer objeção dizendo que isso é um processo sem fim: se interpretas a origem de uma palavra com outras palavras, em seguida a origem delas deve ser investigada, <afirmam> por ti, até que se alcance aquele ponto no qual a coisa se ajusta com o som da palavra por alguma semelhança, como quando dizemos: o tintinado do bronze, o relinchado dos cavalos, o berro das ovelhas, o retinado das trombetas e os rangidos dos grilhões. Vês, de fato, que essas

palavras soam tal como as próprias coisas que são significadas por elas. Contudo, porque há coisas que não têm som, nessas prevalecem o tato, a suavidade ou aspereza das letras, assim como tocam o ouvido, teriam também lhes produzido os nomes, como quando dizemos *lene* [suave], essa palavra soa suavemente [*leniter*]. Quem, do mesmo modo, não julga pelo próprio nome, a ‘asperidade’ [*asperitatem*] ‘áspera’ [*asperam*]? É suave aos ouvidos, quando dizemos *voluptas* [desejo], mas é áspero, quando dizemos *crux* [cruz]... Para que dizer mais? Qualquer outra coisa que se possa enumerar, tu verás que a origem da palavra consiste ou na semelhança das coisas e dos sons, ou na semelhança das coisas entre elas mesmas, ou na sua proximidade, ou no seu contrário. Nós não podemos buscar essa origem além da semelhança do som, e, certamente, nem sempre podemos fazer isso. Com efeito, há inúmeras palavras, cuja origem que se pode restituir pela lógica ou não existe, como eu julgo, ou são ignoradas, como defendem os estoicos.²⁸⁴

(AGOSTINHO, *De dial.*, VI)

Esse excerto retirado do *De dialectica* (VI) faz parte de uma longa discussão que Agostinho trava sobre o tópico da etimologia, tema cuja procedência histórica remonta, certamente, às reflexões empreendidas por Platão no *Crátilo* e, posteriormente, pelos estoicos (ALLEN, 2005; LONG, 2005). Nessa passagem, podemos observar a atitude de Agostinho, ao destacar, de um lado, a posição de Cícero, com a qual concorda e, do outro, a posição estoica da qual ele se distancia. Entretanto, mesmo que a opinião de Agostinho seja contrária àquela adotada pelos estoicos sobre o assunto, a passagem acima tem lugar de destaque dentro da investigação linguística com relação à etimologia estoica.

Com efeito, não só esse excerto, mas todo o conteúdo expresso no capítulo VI do *De dialectica* é uma das fontes mais importantes acerca da etimologia estoica na Antiguidade Tardia, uma vez que registra uma longa discussão sobre a origem das palavras, como sugerem Allen (2005, p. 16)²⁸⁵ e Long (2005, p. 55). Uma das

²⁸⁴ Cf. *De origine verbi quaeritur, cum quaeritur unde ita dicatur, res mea sententia nimis curiosa et minus necessaria. Neque hoc eo mihi placuit dicere, quod Ciceroni quoque idem videtur. Quis enim egeat auctoritate in re tam perspicua? Quod si omnino multum iuaret explicare originem verbi, ineptum esset aggredi quod persequi profecto infinitum est. Quis enim reperire possit, quidquid dictum / fuerit unde ita dictum sit? Huc accedit quod ut somniorum interpretatio ita verborum origo pro cuiusque ingenio iudicatur... Stoici autumant, quos Cicero in hac re ut Cicero inridet, nullum esse verbum, cuius non certa explicari origo possit. Et quia hoc modo eos arguere / facile fuit, si diceres hoc infinitum esse, quibus verbis alicuius verbi originem interpretaris, eorum rursus / a te origo <quaeratur, aiunt hoc> quaerendum esse, donec perveniatur eo, ut res cum sono verbi aliqua similitudine concinat, ut cum dicimus aeris tinnitum, equorum hinnitum, ovium balatum, tubarum clangorem, stridorem catenarum. Perspicis enim haec verba ita sonare ut ipsae res quae his verbis significantur. Sed quia sunt res quae non sonant, in his similitudinem tactus valere, ut, si leniter vel aspere sensum tangunt, lenitas vel / asperitas litterarum ut tangit auditum sic eis nomina pepererit: ut ipsum ‘lene’ cum dicimus leniter sonat. Quis item ‘asperitatem’ non et ipso nomine asperam iudicet? Lene est auribus cum dicimus ‘voluptas’, asperum cum dicimus ‘crux’... Quid ultra provehar? Quidquid aliud adnumerari potest, aut similitudine rerum et sonorum aut similitudine / rerum ipsarum aut vicinitate aut contrario contineri videbis originem verbi. Quam persequi non quidem ultra soni similitudinem possumus, sed hoc non semper utique possumus. Innumerabilia sunt enim verba, quorum origo, de qua ratio reddi possit, aut non est, ut ego arbitror, aut latet, ut Stoici contendunt.*

²⁸⁵Cf. “Chapter 6 of Augustine’s *De dialectica* offers what was probably a fuller version of the same Stoic account.” O autor cristão Orígenes (séc. II-III d.C.) também menciona a questão da etimologia relacionada

circunstâncias que pode ter deixado a reflexão de Agostinho fora do radar dos estudiosos em relação a essa matéria parece derivar do fato de que esse capítulo não foi adicionado ao SVF²⁸⁶, obra que serviu, e ainda serve, de guia para investigação do estoicismo, principalmente aquele da antiga/primeira *Stoa*. Embora no *De dialectica*, a noção “naturalista” da linguagem (FREDE; INWOOD, 2005, p. 4)²⁸⁷, adotada pelos estoicos, seja colocada em xeque por Agostinho, como a literatura especializada mais recente aponta (PÉPIN, 1976; PINBORG, 1975; COLISH, 1990, GOURINAT, 2000; LONG, 2005), é possível considerar o pequeno tratado de dialética de Agostinho como um peça em que a filosofia estoica e suas ramificações têm um papel central.

Textualmente, observamos que Cícero destaca-se no posicionamento de Agostinho. No entanto, é Varrão, embora não tenha sido mencionado explicitamente, quem pode ser identificado como o principal precursor do conhecimento da etimologia estoica em Agostinho. Dentro de um quadro mais amplo, se Cícero é citado como autoridade para refutação dos estoicos, Varrão, por outro lado, parece ser a fonte do conhecimento propriamente linguístico que Agostinho apresenta, como sustenta Long (2005):

Agostinho provavelmente derivou seu material de parte perdida do volumoso trabalho de Varrão sobre gramática. E mesmo que seu relato esteja contaminado por teoria não estoica ou por teoria desenvolvida somente por alguns estoicos tardios, podemos, provavelmente, aceitar a essência dela como aplicável a membros ortodoxos da escola a partir de Crisipo.²⁸⁸

(LONG, 2005, p. 37)

aos estoicos ao pontuar que: “Devemos responder que este assunto diz respeito à questão profunda e misteriosa da natureza dos nomes. Serão acaso convencionais, como acredita Aristóteles? Ou, conforme a opinião dos estoicos, são tirados da natureza, em que os primeiros vocábulos imitam os objetos que estão na origem dos nomes — visão segundo a qual eles propõem certos princípios de etimologia? Ou então, conforme a doutrina de Epicuro, divergindo da opinião de Pórtico, os nomes existem naturalmente, e os primeiros homens emitem vocábulos adequados às coisas?” (*Cels.* I.24 = *SVF* 2.146, Hülser *FDS* 643). (Tradução de Reis, 2014, p. 41-42). Segundo Allen (2005, p. 16): “Our most important piece of evidence about the Stoics is a passage in Origen, the Christian apologist active in the third century AD.”.

²⁸⁶ De acordo com Long (2005, p. 37): “Not included in *SVF*, but largely excerpted by Schmidt 1839: 23–5.”. A *Stoicorum grammatica* de Schmidt foi reimpressa em 1967.

²⁸⁷ Cf. Frede & Inwood (2005, p. 4): “The questions of the origin of language, the possibility of exploiting etymology as a means of interpretation, and the justification of the ‘correctness of speech’ was a particular challenge to the Stoics and Epicureans because both schools are concerned with a ‘naturalistic’ account of the rise of human culture.”.

²⁸⁸ Cf. “Augustine probably derived his material from lost parts of Varro’s voluminous works on grammar. Even if his report is contaminated by non-Stoic theory or by theory developed only by some later Stoics, we can probably accept the gist of it as applicable to orthodox members of the school from Chrysippus onward.”.

Dito de outro modo, podemos admitir que, por meio de Cícero, Agostinho teria acessado as teses de Crisipo, de maneira indireta, tal qual estão expressas no capítulo VI e no capítulo IX do *De dialectica*, e, por meio de Varrão, toda a tradição linguística estoica anterior ao período Imperial Romano. Assim, por meio desses autores, Agostinho concretiza, em algum grau, o seu vínculo com a doutrina estoica, sendo talvez um ponto de chegada dessa tradição. Mesmo que se possa pôr em debate, não concluído, as vias históricas pelas quais essa relação se estabelece, diante de uma análise das ideias dos textos, não se pode ignorá-la.

É fato que o domínio da etimologia logrou um lugar perene nas ponderações sobre a linguagem na Antiguidade grega e latina. Partindo da tradição filosófica, desde Platão, o tema passa pelos estoicos gregos, pelos autores romanos da República, como Cícero e Varrão, chegando aos cristãos da Antiguidade Tardia, como Orígenes e Agostinho, e em autores bem mais tardios como Isidoro de Sevilha (séc. VI/VII d.C.). Mas essa matéria não ficou circunscrita ao âmbito filosófico: ainda no período helenístico, a etimologia tornou-se, na verdade, a quarta parte do saber gramatical, como já definia Dionísio Trácio na *Tékhne grammatiké*.²⁸⁹

Gourinat (2000, p. 167) lembra-nos que a etimologia, no seio da filosofia estoica, serviu como um critério técnico do helenismo (*Hellenismós*)²⁹⁰. No âmbito latino, com base nas postulações de Varrão, sobretudo no *De lingua Latina* (II-VII), os fundamentos dessa prática em torno da linguagem foram examinados de maneira ampla.

No livro V do *LL*, temos a observação de Varrão acerca da etimologia e de como ele procedeu em seus textos sobre o tema, ao descrever que:

De que modo as palavras foram impostas às coisas na língua latina, em seis livros, tentei expor a questão. Destes, já havia finalizado três antes desse, enviei-os a Séptimo: nos quais um é sobre a disciplina, a que chamam *etimologia*: as coisas que são ditas contra ela, no primeiro volume; as que são em prol, no segundo; e as que são sobre ela, no terceiro. Nestes enviados para você [Cícero?], escreverei de que forma palavras na língua latina foram impostas às coisas, tanto aquelas que são encontradas no uso popular, como aquelas encontradas entre os poetas.²⁹¹

²⁸⁹ Cf. Τέταρτον ἐτυμολοίας εὐρεσις (a quarta parte [da gramática], a procura da etimologia) (*GG* I, 1.5.4-6.3).

²⁹⁰ Cf. D.L. (VII, 59 = *SVF* III Diog. 24 = *FDS* 594): Ἀρεταὶ δὲ λόγου εἰσὶ πέντε, Ἑλληνισμὸς, σαφήνεια, συντομία, πρέπον, κατασκευή. Ἑλληνισμὸς μὲν οὖν ἐστὶ φράσις ἀδιάπτωτος ἐν τῇ τεχνικῇ καὶ μὴ εἰκαῖα συνηθείᾳ. [“As virtudes do discurso são cinco: helenismo, clareza, concisão, distinção, preparação/construção. O helenismo é, certamente, uma fala sem falhas em relação à técnica e não em relação ao uso comum.”].

²⁹¹ Cf. *Quemadmodum vocabula essent imposita rebus in lingua Latina, sex libris exponere institui. De his tris ante hunc feci quos Septimio misi: in quibus est de disciplina, quam vocant ἐτυμολογικήν: quae contra ea<m> dicerentur, volumine primo, quae pro ea, secundo, quae de ea, tertio. In his ad te scribam, a quibus*

A noção principal presente no testemunho de Varrão diz respeito ao conceito de *impositio*, ou seja, “a aplicação dos nomes às coisas”, que, como destaca Desbordes, pode ser estudado pela etimologia (DESBORDES, 2007, p. 231-232)²⁹². Varrão também nos informa que sua abordagem do assunto dividiu-se em três partes, sendo, uma *contra* (contrária), uma *pro* (favorável) e, por fim, uma *de* (sobre) a disciplina, acrescentando ainda que os livros que seriam enviados para Cícero contariam com um rol de palavras encontradas tanto nos poetas, como no uso popular.

Nesse ponto, cabe-nos fazer duas perguntas, isto é, i) há diferença entre Varrão e Agostinho no que se refere à etimologia, já que, em Varrão, é possível identificar um lugar em que a prática etimológica tem ao menos uma posição favorável? ii) Agostinho teria tido acesso apenas ao livro em que Varrão faz sua crítica aos preceitos da etimologia?

Quanto à primeira pergunta, de fato, há uma diferença entre a atitude de Varrão e a de Agostinho em relação aos preceitos da etimologia, uma vez que Agostinho lança mão de mecanismos linguísticos para abordar os preceitos naturalistas da etimologia estoica, bem como não poupa esforços para tentar convencer seus leitores de que a etimologia não fornece respostas satisfatórias para os nomes das coisas, dadas as possibilidades, praticamente infinitas, de explicar a origem de uma palavra com base na sugestão que seus sons evocam.

Entre os aspectos linguísticos/gramaticais de que se lança mão como forma de demonstrar os limites da etimologia, Agostinho arrola uma série de *exempla*, como os nomes, *lene* (suave), *asperitatem* (asperidade), *uoluptas* (desejo) e *crux* (cruz), explicando, dessa forma, que *lene* soa de maneira suave, *leniter*, indagando se ao se pronunciar a palavra *asperitatem* também não se percebe por que tal palavra tem esse nome, sendo “áspera” (*asperam*). Por fim, faz uma comparação entre *uoluptas* e *crux*, sendo aquela uma forma suave aos ouvidos, e essa excessivamente áspera. De todo esse

rebus vocabula imposita sint in lingua Latina, et ea quae sunt in consuetudine apud <populum et ea quae inveniuntur apud> poetas. Em Cícero também encontramos considerações ao domínio da etimologia: “E pensavam que a ciência não existia em nenhuma parte, a não ser nas noções e juízos da alma. Por essa causa aprovavam as definições das coisas e as adicionavam a todas as questões sobre as quais se discutia; aprovavam também a explicação das palavras, isto é, de qual causa e por que é que tivessem assim sido denominadas, explicação que denominavam de etimologia.” (Cícero, *Ac. post.*, I, 32). Tradução de Seabra, 2012, p. 117). A tradução latina feita por Cícero para o conceito grego de *etimologia* aparece em sua obra *Topica* (8,35): *id est uerbum ex uerbo Veriloquium* [isto é, uma palavra de outra palavra, *etimologia*].

²⁹² Cf. “*imposition* l’application des mots aux choses...peut être étudiée par l’étymologie, que retrouve les traces d’une motivation des mots.”.

processo de investigação linguística, Agostinho conclui que “a origem da palavra consiste ou na semelhança das coisas (*similitudine rerum*) e dos sons (*similitudine sonorum*), ou na semelhança das coisas entre elas mesmas (*similitudine rerum ipsarum*), ou na sua proximidade (*uicinitate*), ou no seu contrário (*contrario*).”.

Agostinho chega a ser até mesmo irônico diante da posição estoica, ao mencionar que: “Aqui, ocorre que, como na interpretação dos sonhos, a origem das palavras é julgada de acordo com o engenho de cada um” (*Huc accedit quod ut somniorum interpretatio ita uerborum origo pro cuiusque ingenio iudicatur. De dial.*, VI). Essa observação aponta-nos que Agostinho não considera como válido o método e o resultado da etimologia nos moldes estoicos, uma vez que o critério utilizado é derivado de uma premissa baseada exclusivamente no juízo de quem faz tal investigação. Ao fazer menção à “interpretação dos sonhos” (*somniorum interpretatio*), Agostinho também parece trazer à tona uma reflexão em torno da própria natureza da interpretação, ecoando uma tradição já bastante longeva²⁹³. De todo modo, a crítica recai diretamente contra os preceitos da *origo uerborum*, “se explicar a origem da palavra ajudasse muito em alguma coisa, esse empreendimento seria inútil, já que certamente [seria como] perseguir um caminho sem fim.” (*Quod si omnino multum iuualet explicare originem uerbi, ineptum esset aggredi quod persequi profecto infinitum est.*). A pesquisa etimológica seria, portanto, inócua para Agostinho.

Diante desse quadro, o fato de Agostinho se demorar em observações acerca da etimologia, em especial, daquela derivada dos ensinamentos estoicos, guarda em si um duplo objetivo, isto é, ao fazer um exame da validade da pesquisa etimológica, Agostinho fornece-nos, ao mesmo tempo, um relato e um material eminentemente estoico, mas esse material estoico sobre a etimologia vem carregado de críticas. Nesse sentido, a conclusão a que Agostinho chega sobre os aspectos da etimologia estoica é negativa. Agostinho,

²⁹³Cf. Amsler (1989, p. 45-46): “When Augustine juxtaposes etymologizing and dream interpretation, he is coming down on one side of a longstanding classical debate about the nature of hermeneutics. Artemidorus of Ephesus in his *Oneirocritica* (second century A.D.) compares the significant elements of dreams to letters which, once known, are useless unless one knows how to combine them together in an intelligible way (3.66). The symbolism of dreams is a discursive knowledge, as is the symbolic (that is, rhetorical) meaning of language. Being able to combine elements in acceptable forms and to substitute one set of elements or signs for another are the bases for interpretability... Both Augustine and Artemidorus take hermeneutics to be a rhetorical and tropological discourse, but Augustine parts company with Artemidorus by claiming that the mere similarity of juxtaposed elements (sounds, dream episodes, objects) can not disambiguate an obscure sign but can only lead to an infinite regress of resemblances.”. Amsler dedica boa parte do seu texto à forma como a etimologia foi tratada por Agostinho. Dentre uma de suas conclusões encontra-se aquela em que ele expõe que a atitude de Agostinho com relação à etimologia, comparada com a de Artemidoro, leva em consideração o projeto pedagógico traçado por Agostinho.

com efeito, não considera a investigação nos moldes estoicos eficaz, pois tal busca levaria a um “regresso ao infinito”²⁹⁴, ou seja, uma palavra levaria a outra e assim sucessivamente sem que fosse possível chegar a uma conclusão sólida.

Além disso, a posição de Agostinho quanto à etimologia como ferramenta para solucionar o problema da ambiguidade, como vimos mais acima, é também adversa a ela, haja vista que o filósofo de Hipona coloca em suspeição o exame que privilegia ou adota uma investigação baseada apenas em palavras isoladas, já que: (i) as palavras isoladas estão sempre vulneráveis a sofrer com o problema da ambiguidade; (ii) se Agostinho adota(sse) a etimologia como uma solução possível admitiria, ainda que indiretamente, ser possível desfazer ambiguidade(s), recorrendo ao étimo mais antigo de uma palavra isolada, o que torna desnecessária a própria dialética; (iii) palavras isoladas não formam proposições (lógicas).

Diante de todas essas “incertezas” que pairam sobre os aspectos e as discussões que derivam de uma investigação detida apenas nas palavras isoladas, Agostinho parece lançar mão da reflexão das palavras combinadas e, conseqüentemente, das proposições combinadas. Esses dois aspectos representam o núcleo de uma discussão que considera o fenômeno da combinação das palavras – em certo sentido, da sintaxe – como uma forma de auxiliar na investigação com relação ao problema da ambiguidade, bem como, em segundo plano, como uma proposta substitutiva da investigação baseada nos aspectos derivados da etimologia, atualizando, portanto, novamente, a velha conclusão de Platão, no *Crátilo*.

4.2 *Verba coniuncta*: palavras combinadas

Em um nível mais básico, a sintaxe pode ser definida como o ramo da linguística que estuda como **as palavras de uma língua podem ser**

²⁹⁴ A posição adotada por Agostinho não é isolada. Sexto Empírico, autor do Período Helenístico, em seu tratado *Adv. Math.*, I, 241-243, também ressalta que o “regresso ao finito”, que está no cerne do pensamento da etimologia, retira a base sólida da investigação sobre os nomes: “//Mas devem-se dizer as mesmas coisas contra eles quando, por meio da etimologia, quiserem julgar o helenismo. Pois, novamente, ou a etimologia é concordante com o uso, ou discordante; se, por um lado, for concordante, será redundante, e se, por outro lado, for discordante, não se deverá usá-la, porque produziria mais ofensa do que o barbarismo e o solecismo. E, em geral, devemos trazer de volta as mesmas controvérsias que antes demonstramos. // Mas uma, em especial, deve ser dita. O nome que é julgado pela etimologia como bom grego deve ou ter [como] raízes todas as palavras que o precedem, ou remontar a alguma das que são proferidas naturalmente. Mas se, por um lado, [derivar] completamente das raízes, haverá um **regresso ao infinito** quanto a isso, a etimologia será sem princípio, e não sabemos se o último nome é helenismo, uma vez que ignoramos qual seria derivado de qual.”(Tradução de Huguenin; Brito, 2014, p. 111 – grifo nosso).

combinadas para produzir uma unidade maior, bem como frases, orações e sentenças.²⁹⁵

(BAKER, 2003, p. 265)

Em Agostinho, há dois empregos para o termo *coniunctio*. No contexto gramatical, designa a parte da oração denominada de *conjunção* (SCHAD, 2007, p. 85), que aparece na *Ars breuiata* (I, 90-92). No contexto da dialética agostiniana, o termo *coniunctio* (combinação) se opõe, em primeiro lugar ao termo *compositum* (composto), que se refere ao processo de formação de palavras na língua latina, sendo, portanto, vinculado ao domínio gramatical, do qual é considerado um *accidens* (acidente).

No *De dialectica*, o termo *coniunctio*, presente no sintagma *uerba coniuncta* (palavras combinadas) parece se referir também a três processos linguísticos diferentes, porém complementares:

- i) *uerba coniuncta* (palavras combinadas);
- ii) *sententiae simplices* (proposições simples);
- iii) *sententiae coniunctae* (proposições combinadas).

No plano geral do *De dialectica*, podemos perceber como Agostinho organiza suas definições sobre cada uma das partes da dialética. Por meio desse plano, é possível observar e classificar os *exempla* que Agostinho apresenta:

Plano Geral

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 3. Palavras simples | <i>(de loquendo)</i> |
| 4. Palavras combinadas: | |
| c) que não formam uma proposição; | |
| d) que formam uma proposição: | |
| iii) não é nem verdadeira e nem falsa | <i>(de eloquendo)</i> |
| iv) verdadeira ou falsa: | |
| x) simples | <i>(de proloquendo)</i> |
| y) combinada | <i>(de proloquiorum summa)</i> |

²⁹⁵ Cf. “At its most basic level, syntax can be defined as the branch of linguistics that studies how **the words of a language can be combined to make larger units**, such as phrases, clauses, and sentences.”.

Ao tratarmos de tais questões no *De dialectica*, é preciso que se destaque o fato de esse ser um tratado ou manual dialético, cuja orientação filosófica é sincrética, como destacado no capítulo II. Conforme vimos, em sua composição, há elementos oriundos da filosofia aristotélica e, sobretudo, do estoicismo. Tendo em vista esse aspecto, é necessário, portanto, pontuar, desde já, que não há, em alguns casos, como delimitar o que seja propriamente estoico no sentido originário proposto pelos primeiros escolarcas do Pórtico, o que se pode dizer também sobre os elementos do aristotelismo. Esse “amálgama filosófico” realizado por Agostinho nos diz mais sobre como ele próprio via e descrevia tais aspectos, sendo, assim, uma característica bem marcada do pluri-tematismo de Agostinho.

Há, contudo, posições e definições adotadas por Agostinho que são consensuais entre os comentadores. Luhtala (2003, p. 209-210; 2005, p. 154) e Long (2005, p. 50), pontuam os traços das *Categoriae* (2, 1a) e do *Perì hermeneías* (1, 16a), mas enfatizam o aspecto estoico da reflexão de Agostinho. De acordo com Luhtala (2003, p. 210), Agostinho parece, em um primeiro momento, seguir a divisão aristotélica, tanto pela divisão em palavras simples e compostas, quanto pelos primeiros *exempla* lexicais, como “homem”, “cavalo” *et alia*. Contudo, a descrição e análise que se seguem não derivam da corrente aristotélica, mas sim, em grande parte, do estoicismo²⁹⁶. Conforme Baratin (1989a, p. 233-234), a comparação do plano geral e de progressão temática entre o *De dialectica* e o livro VII (63-82) de Diógenes Laércio, que versa sobre a doutrina estoica, possuem as mesmas etapas, mas em uma ordem diferente.²⁹⁷

Vejamos como Agostinho apresentou suas considerações:

i) *Verba coniuncta* (palavras combinadas)

As palavras combinadas são as que, unidas entre si, significam várias coisas, como quando dizemos: *homo ambulat* [o homem caminha] ou *homo festinans in montem ambulat* [o homem que se apressa caminha para a montanha] e outras semelhantes. Entretanto, entre as palavras combinadas, algumas compreendem uma proposição, como aquelas que dissemos acima; <outras> requerem algo a mais <para completar a proposição>, como, no segundo exemplo, se retirares o verbo *ambulat* [caminha] aí empregado, a oração ficaria incompleta, embora as palavras estejam combinadas: *homo festinans in*

²⁹⁶ Cf. Luhtala (2003, p. 210): “Augustine first divides expressions into those with simple and complex meaning, following an apparently Aristotelian model. Simple refers to words that signify something, such as ‘man’, ‘horse’, ‘converse’s’, ‘runs’, he explains. (P.L. 32.1409). Then a digression follows, which does not derive from Aristotelian tradition.”. Não entraremos nas minúcias dessa comparação, para mais detalhes, ver Baratin (1989a).

²⁹⁷ Baratin (1989a, p. 233): “Le progression est sensiblement la même dans le *De dialectica* d’Augustin.”.

montem [o homem que se apressa para a montanha]. Deixando de lado aquelas palavras combinadas que não completam uma proposição, restam, então, aquelas outras que compreendem uma proposição. Dessas últimas há também duas espécies: ou compreendem uma proposição, que está sujeita ao verdadeiro ou ao falso, como *omnis homo ambulat* [todo homem caminha] ou *omnis homo non ambulat* [nem todo homem caminha] e outras semelhantes; ou então completam uma proposição que, embora revele plenamente o propósito do espírito [do falante], não pode ser afirmada nem negada, como quando ordenamos, desejamos, execramos e semelhantes. Por exemplo, qualquer um que disser: *perge ad villam* [vá para a casa de campo!] ou *utinam pergat ad villam* [quem dera ele fosse para a casa de campo!] ou *dii illum perduint* [Que os deuses acabem com ele!] não pode ser acusado de ter mentido ou ser acreditado por ter dito a verdade. Pois, de fato, nada afirmou ou negou. Portanto, tais sentenças também não se apresentam como uma questão de modo a demandarem um dialético.²⁹⁸

(AGOSTINHO, *De dial.*, II, 5-6).

Isolamos a definição para demonstrarmos como Agostinho expõe sua reflexão sobre as palavras combinadas.

Coniuncta verba sunt quae sibi conexa res plures significant, ... Sed coniunctorum verborum alia sunt quae sententiam comprehendunt, ... <alia quae> expectant aliquid <ad completionem sententiae> ut eadem / ipsa quae nunc diximus, si subtrahas verbum quod positum ... Quamvis enim verba coniuncta sint ..., tamen adhuc pendet oratio. Separatis igitur his coniunctis verbis quae non implent sententiam restant ea verba coniuncta quae sententiam comprehendunt. Horum item duae species sunt. Aut enim sic sententia comprehenditur, ut vero aut falso teneatur obnoxia, ... Aut ita impletur sententia, ut licet perficiat propositum animi, affirmari tamen negative non possit, ut cum imperamus, cum optamus, cum execramur et similia. Nam quisquis dicit ... non potest argui quod mentiatur aut credi quod verum dicat. Nihil enim affirmavit aut negavit. Ergo nec tales sententiae in quaestionem veniunt, ut disputatorem requirant.

As palavras combinadas são as que, unidas entre si, significam várias coisas... Entretanto, entre as palavras combinadas, algumas compreendem uma proposição, ...; <outras> requerem algo a mais <para completar proposição>..., se retirares o verbo ...aí empregado, a oração ficaria incompleta, embora as palavras estejam combinadas...Deixando de lado aquelas palavras combinadas que não completam uma proposição, restam, então, aquelas outras que compreendem uma proposição. Dessas últimas há também duas espécies: ou compreendem uma proposição, que está sujeita ao verdadeiro ou ao falso,... ou então completam uma proposição que, embora revele plenamente o propósito do espírito [do falante], não pode ser afirmada nem negada, como quando ordenamos, desejamos, execramos e semelhantes. Por exemplo, qualquer um que disser (algo desse tipo*) ... não pode ser acusado de ter mentido ou ser acreditado por ter dito a verdade. Pois, de fato, nada afirmou ou negou. Portanto, tais proposições também não se apresentam como uma questão de modo a demandarem um dialético.

²⁹⁸ Cf. *Coniuncta verba sunt quae sibi conexa res plures significant, ut cum dicimus 'homo ambulat' aut 'homo festinans in montem ambulat' et siquid tale. Sed coniunctorum verborum alia sunt quae sententiam comprehendunt, ut ea quae dicta sunt: <alia quae> expectant aliquid <ad completionem sententiae> ut eadem / ipsa quae nunc diximus, si subtrahas verbum quod positum est 'ambulat'. Quamvis enim verba coniuncta sint 'homo festinans in montem', tamen adhuc pendet oratio. Separatis igitur his coniunctis verbis quae non implent sententiam restant ea verba coniuncta quae sententiam comprehendunt. Horum item duae species sunt. Aut enim sic sententia comprehenditur, ut vero aut falso teneatur obnoxia, ut est 'omnis homo ambulat' / aut 'omnis homo non ambulat' et si quid huiusmodi est. Aut ita impletur sententia, ut licet perficiat propositum animi, affirmari tamen negative non possit, ut cum imperamus, cum optamus, cum execramur et similia. Nam quisquis dicit 'perge ad villam' vel 'utinam pergat ad villam' vel 'dii illum perduint', non potest argui quod mentiatur aut credi quod verum dicat. Nihil enim affirmavit aut negavit. Ergo nec tales sententiae in quaestionem veniunt, ut disputatorem requirant.*

A definição de Agostinho é esquemática, os tópicos são apresentados em progressão temática alternada, i.e.: conceito, definição e exemplo, e depois o seu contrário. As considerações sobre *uerba coniuncta*²⁹⁹ dizem respeito à noção de palavras combinadas entre si para significar coisas plurais, que é a base da definição, e, em um segundo momento, à noção de completude da proposição, sendo, nesse ponto, feita a distinção entre aquelas palavras que combinadas completam e aquelas que não completam uma proposição. Sobre as proposições incompletas, Agostinho apresenta aquelas em que, pela ausência de um item gramatical, estariam incompletas, como é o caso de uma proposição em que o “verbo” foi retirado (*subtrahet*)³⁰⁰. Nesse caso, faltaria um elemento para completar a própria oração (*pendet oratio*)³⁰¹. Logo, não se tem mais uma proposição, mas um enunciado incompleto. Salvo, portanto, essas orações que estão incompletas e que, por isso, devem ser descartadas da investigação dialética, Agostinho

²⁹⁹ No domínio da lógica, em uma análise no banco de dados Diógenes, encontram-se as seguintes acepções para o vocábulo *conjunctum*, i, n. *subst.* In rhet., *connection*, Cic. de Or. 2, 40, 167; cf. id. ib. 2, 39, 166. — ; *A joint-sentence*, = copulatum, *συμπεπλεγμένον*, Gell. 16, 8, 10.— A forma, no sentido lógico, encontra-se no próprio Aulo Gélío, cuja origem remonta ao termo grego *συμπεπλεγμένον* (*συμπλέκω*), em que as acepções são: **combine** notions logically under one term, ζ. εἰς τὸ αὐτὸ κίνησιν καὶ ἀριθμὸν Arist.de An.409b11, cf. EN1119b30; **join** words so as to form a proposition, ζ. τὰ ῥήματα τοῖς ὀνόμασι Pl. Sph.262d, cf. Tht.202b:—Pass., ἕκ τινος Id.R.533c; of words, opp. ἀπλῶς λέγεσθαι (to be used singly), Arist.Ph.195b15, cf. Metaph. 1014a13; κατηγορία *συμπεπλεγμένα* **complex**, opp. ἀπλῶς, Id.APr. 49a8, cf. Int.16a23, PA643b30; περὶ τοῦ *-πεπλεγμένου* on the **compound sentence**, title of work by Chrysipp., Stoic.2.68.

Pode-se observar que o vocábulo tem uma origem que remonta a Platão (*Shp.* 262d), Aristóteles (APr. 49a8) e principalmente Crisipo. Diógenes Laércio (VII, 189), em seu catálogo, coloca a obra de Crisipo no segundo bloco de livros, ou seja, no domínio da lógica relativa às coisas (*λογικῶς τύπου τοῦ περὶ τὰ πράγματα*), no primeiro conjunto de livros que versam sobre os axiomas:

σύνταξις πρώτη [Primeiro conjunto de livros]

Περὶ ἀξιωματῶν α', [Sobre os axiomas, em um livro]

Περὶ τῶν οὐχ ἀπλῶν ἀξιωματῶν α', [Sobre os axiomas não simples, em um livro]

Περὶ τοῦ συμπεπλεγμένου πρὸς Ἀθηνάδην α' β', [Sobre os (axiomas) combinados, em dois livros, para Atenades]. Esse conjunto de livros e obras provavelmente pode ter sido aquele acessado por Varrão e por Aulo Gélío e que, em certo sentido, pode ter sido as fontes de Agostinho. Toda essa conjectura parece condizer com o conteúdo apresentado por Agostinho nos quatro primeiros capítulos do *De dialectica*, o que reforça o fundo estoico presente no texto. Esse dado é intrigante, pois as *Categoriae* é uma obra cuja leitura foi empreendida por Agostinho.

³⁰⁰ Cf. “Toujour est-il que finalement, la notion d'enoncé incomplet se retrouve inversée par rapport à la conception stoïcienne initiale, dans la mesure où le meilleur exemple d'enoncé auquel il manque quelque chose, c'est celui que ne comporte pas de verbe : l'effet de manque est proportionnel à l'importance de cette catégorie de mots.” (BARATIN, 1989a, p. 412).

³⁰¹ Cf. Biville (2005, p. 227): “La syntaxe repose sur une dialectique du tout et de la parte, de la tension entre une conception globale de l'énoncé (*oratio*), et une démarche analytique qui le fragmente en ses différents constituants (*partes orationis*)... L'*oratio* est *sermo*, enchaînement (*serere*) de “parties du discours”, *partes orationis* (ou *uoces*), dotées de propriétés formelles et fonctionnelles, sémantiques et morpho-syntaxiques, qui s'opposent à la *uox confusa* des cris animaliers et humains; ces *partes* (*uoces*) s'analysent elles-mêmes en unités phono-graphématisées (*litterae*).”

apresenta outras duas formas de proposições completas: aquelas que podem ser submetidas ao crivo da dialética e do dialético para verificação da verdade ou falsidade; e aquelas que, mesmo que revelem o propósito do espírito (*animi*) do falante, não devem ser submetidas à verdade ou falsidade, pois os que as proferem não querem afirmar ou negar.

Do ponto de vista da terminologia, Agostinho emprega *comprehendere* (compreender) e *implere* (completar/preencher), bem como a expressão *expectant aliquid ad completionem* (requerem algo a mais para completar...). Esses três termos estão ligados ao conceito de *sententia* (proposição), alvo da investigação dialética. *Subtrare* (retirar) designa a operação linguística – aqui entendida como gramatical/lógica – de retirar um elemento da proposição, tornando-a dessa forma inviável para a avaliação lógica.

Nesse sentido, a utilização dos termos *sententia* e *oratio* explicita a forma como Agostinho lidou com o problema das *uerba coniuncta*, visto que a combinação das palavras tem requisitos gramaticais e dialéticos que parecem operar simultaneamente. A noção de *oratio* (oração), de forma mais tradicional, liga-se aos preceitos das *partes orationis* (as partes da oração), que serve como base, portanto, para a construção de uma oração completa e, ao mesmo tempo, de uma proposição logicamente válida. A noção de *sententia*, ao contrário do que a intuição moderna sobre esse termo possa sugerir, tinha várias implicações na Antiguidade, seja no domínio gramatical e dialético, em que ora tinha um valor de sentença gramatical, ora um valor de proposição no sentido lógico, seja no da retórica imperial latina, especificamente aquele realizado no campo das *declamationes*.³⁰²

Vejam os *exempla* e suas implicações:

a) <<*homo ambulat*>>
[o homem caminha];

b) <<*homo festinans in montem ambulat*>>
[o homem que se apressa caminha para a montanha];

c) <<*homo festinans in montem*>>*
[o homem que se apressa para a montanha];

³⁰² Cabe mencionar o fato de *sententia* e *sententiae* no âmbito da retórica terem distinções. Usaremos a concepção de Conte (1999, p. 405) para *sententiae*, isto é, tipos de aforismo ou frases epigramáticas. *Epigrams* é a tradução que Winterbotton (1974) adota. Para mais detalhes, ver Fairweather (1981, p. 30-31) e Dinter (2010). Ressaltamos que a tarefa de delimitar os termos relacionados ao âmbito da gramática, da dialética e da retórica não é uma tarefa fácil, pois envolve mais do que encontrar seu emprego em determinado texto, também envolve considerar de que forma tal termo se relaciona com os demais e que tipo de fenômeno ele explica ou define.

d) <<*omnis homo ambulat*>>
[todo homem caminha];

e) <<*omnis homo non ambulat*>>
[nenhum / nem todo homem caminha];

f) <<*perge ad villam*>>
[vá para casa de campo!];

g) <<*utinam pergat ad villam*>>
[quem dera ele fosse para casa de campo!];

h) <<*dii illum perduint*>>
[que os deuses acabem com ele!].

Todos os oito *exempla* que Agostinho fornece representam *uerba coniuncta*. Os *exempla* (f), (g) e (h) estão no rol daquelas proposições que, embora estejam combinadas e completas, não são passíveis de verificação sobre a sua verdade ou falsidade. Isto é, o propósito “comunicativo”, como, por exemplo, a ordem (f), o desejo, (g) execração (h), é por seu intermédio alcançado, entretanto, não se pode inferir que quem as proferiu queira afirmar ou negar algo.

As proposições de (a) até (e) são, de fato, os *exempla* da lógica que Agostinho expõe. Todas as proposições se alicerçam na fórmula: <<*Homo*>> + <<*ambulat*>>, isto é, a combinação de um nome mais um verbo. Esse é o primeiro *exemplum* de *uerba coniuncta* que está completo e que compreende uma proposição³⁰³, assim como em (b), cuja inserção dos elementos <<*festinans in montem*>> acrescentam mais significação à proposição de base, mas representa um acréscimo no sentido sintático. Em (d), temos a inserção do quantificador lógico <<*omnis*>> e em (e) o quantificador, mais o advérbio de negação <<*non*>>, logo a proposição (e) é a negação da proposição (d). E, por fim, temos

³⁰³ Cabe-nos, nesse ponto, fazer uma observação sobre os dizíveis completos e incompletos segundo os estoicos. Diógenes Laércio informa-nos que: “Os estoicos dizem que alguns dizíveis são ditos completos em si mesmo, ou são incompletos. O incompleto é o que possui uma expressão inacabada, como, por exemplo, <<escreve>>; pois indagamos: quem? Os completos são os que possuem uma expressão acabada, como, por exemplo, <<Sócrates escreve>>.” [cf. τῶν δὲ λεκτῶν τὰ μὲν λέγουσιν εἶναι αὐτοτελεῖ οἱ Στωικοί, τὰ δ' ἐλλιπῆ. ἐλλιπῆ μὲν οὖν ἐστὶ τὰ ἀναπάρτιστον ἔχοντα τὴν ἐκφορὰν, οἷον Γράφει· ἐπιζητοῦμεν γάρ, Τίς; αὐτοτελεῖ δ' ἐστὶ τὰ ἀπηρτισμένην ἔχοντα τὴν ἐκφορὰν, οἷον Γράφει Σωκράτης.] Há um intenso debate sobre o termo *dicibile* (dizível) em Agostinho, por sua vez, se considerarmos os exemplos do autor, veremos que a formulação estoica se sustenta, pois os fenômenos dialéticos que Agostinho comenta têm relação direta com o processo descrito por Diógenes Laércio. Long (2005) fornece-nos uma nova indagação acerca desse conceito em Agostinho, mas não entraremos nesse debate aqui.

*(c) com o exemplo da *pendens oratio* (oração incompleta), que deriva, portanto, da retirada do verbo <<*ambulat*>> do exemplo (b), que está completo.

4.3 *Sententiae simplices et coniunctae*: proposições simples e combinadas

No capítulo III do *De dialectica*, Agostinho avança e apresenta os conceitos de *sententiae simplices et coniunctae*:

Todavia, as [proposições] que demandam [um dialético] ou são simples ou são combinadas. As simples são aquelas que são enunciadas sem qualquer conexão com outra proposição, como quando dizemos: *omnis homo ambulat* [todo homem caminha]. As combinadas são aquelas cuja conexão é passível de juízo, como, por exemplo, *si ambulat, movetur* [se caminha, move-se]. Entretanto, quando um juízo é feito sobre a combinação das proposições, este perdura até o momento em que é alcançada a conclusão. A conclusão é aquilo que resulta dos assentimentos. Quero dizer o seguinte: quem disser *si ambulat, movetur* [se caminha, move-se] quer provar algo; e, se eu assentir que [essa proposição] é verdadeira, restaria a ele somente mostrar que *está andando* para que se siga a conclusão que já não poderia ser negada: que ele esteja também se movendo. Ou, então, restaria a ele mostrar que não está se movendo, para se seguir a conclusão com que, do mesmo modo, não é possível não assentir, isto é, que ele não esteja caminhando. Novamente, se ele quisesse dizer: *homo iste ambulat* [esse homem caminha]; esta seria uma proposição simples. Se eu assentir e [ele] acrescentar uma outra sentença, *quisquis autem ambulat movetur* [qualquer um que ande, move-se] e se eu também assentir com esta, desta combinação de sentenças, ainda que tivessem sido enunciadas e assentidas separadamente, segue-se aquela conclusão, à qual é necessário também assentir: *homo iste igitur movetur* [então, esse homem se move].³⁰⁴

(AGOSTINHO, *De dial.*, III, 6, 15-20)

Em primeiro lugar, vamos isolar as definições:

³⁰⁴ Cf. *Sed illae quae requirunt aut simplices / sunt aut coniunctae. Simples sunt, quae sine ulla copulatione sententiae alterius enuntiantur, ut est illud quod dicimus 'omnis homo ambulat'. Coniunctae sunt, de quarum copulatione iudicatur, ut est 'si ambulat, movetur'. Sed cum de coniunctione sententiarum iudicium fit, tamdiu est, donec perveniatur ad summam. Summa est autem quae conficitur ex concessis. Quod dico tale est. Qui dicit 'si ambulat, movetur', probare vult aliquid, ut cum hoc concessero verum esse, restet illi docere quod ambulet et summa / consequatur, quae iam negari non potest, id est quod moveatur - aut restet illi docere quod non moveatur ut consequatur summa, quae item non potest non concedi, id est quod non ambulet. Rursus si hoc modo velit dicere 'homo iste ambulat', simplex sententia est: quam si concessero et adiunxerit aliam 'quisquis autem ambulat movetur' et hanc etiam concessero ex hac coniunctione sententiarum quamvis singillatim enuntiatarum et concessarum illa summa sequitur, quae iam necessario concedatur, id est 'homo iste igitur / movetur'.*

Sed illae quae requirunt aut *simplices* / sunt aut *coniunctae*.

Simplices sunt, quae **sine ulla copulatione sententiae alterius** enuntiantur, ut est illud quod dicimus ‘omnis homo ambulat’.

Coniunctae sunt, de quarum **copulatione iudicatur**, ut est ‘si ambulat, movetur’.

Por sua vez, as [proposições] que demandam [um dialético] ou são *simples* ou são *combinadas*.

As *simples* são aquelas que são enunciadas **sem qualquer conexão com outra sentença**, como quando dizemos: *omnis homo ambulat* [todo homem caminha].

As *combinadas* são aquelas cuja **conexão é passível de juízo**, como, por exemplo, *si ambulat, movetur* [se caminha, move-se].

Agostinho é novamente esquemático, retoma a discussão das proposições que podem ser analisadas pelos dialéticos, bem como acrescenta uma investigação nos termos de “sentenças /proposições simples” e “sentenças /proposições combinadas”.

O paralelismo entre *uerba simplicia* e *uerba coniuncta* agora é apresentado na forma de *sententiae simplices* e *sententiae coniunctae*. As *simplices*, como define Agostinho, são enunciadas (*enuntiantur*) sem que haja conexão³⁰⁵ (*sine copulatione*) entre duas ou mais proposições, “sem qualquer conexão com outra proposição” (*sine ulla copulatione sententiae alterius*); as *combinadas*, por outro lado, são aquelas em que é

³⁰⁵ Escolhemos o vocábulo *conexão* em português para traduzir o termo latino *copulatio*, pois, em certo sentido, o termo no vernáculo ainda guarda em uma de suas acepções a rubrica da lógica, como destaca Houaiss (eletrônico 2009.3): **Conexão**: (introdução no Português em 1573) possui 6 acepções: **1** ligação, união, vínculo **2** relação lógica ou causal; nexos, coerência. Etimologia: *connexio, onis* ligação; conclusão de um silogismo; associação. Além disso, podemos adotar com mais acuidade o vocábulo combinação para a tradução do termo latino *coniunctio*, como destaca Houaiss: **Combinação**: (introdução no Português em 1671) possui 8 acepções: **1** ato ou efeito de combinar; **2** reunião de coisas, semelhantes ou diferentes, em determinada ordem; **3** maneira pela qual se combinam os elementos de um todo; **4** arranjo, composição para a consecução de determinado fim; plano; ... **6** Rubrica: álgebra. agrupamento de elementos de um conjunto finito tomados indistintamente da ordem **7** Rubrica: linguística. relação de uma unidade da língua com outras unidades, no plano do discurso [na teoria saussuriana, o eixo sintagmático é o das combinações.]. Etimologia: *combinatio* reunião de duas coisas. Cabe fazer uma ponderação acerca do vocabulário latino, isto é, em latim o termo usado para conclusão lógica é *summa*, como o próprio Agostinho e também Cícero já delineava. Nesse sentido, entendemos que *copulatio* como conexão diz respeito ao fato de que o juízo da lógica recai sobre essa instância, ou seja, a averiguação da verdade ou da falsidade precisa ser investigada na relação de estabilidade entre as premissas. A combinação, dessa forma, é base do processo de formação da proposição, mas não é sobre ela que recai o juízo lógico. Essa consideração pode ser feita, pois Agostinho informa-nos que há combinações de palavras que não podem ser submetidas ao crivo da dialética, como, por exemplo, <<perge ad villam>> [vá para a casa de campo!], que são definidas como *de eloquendo*.

possível estabelecer um juízo lógico (*iudicatur*), que deriva da conexão (*copulationis*)³⁰⁶ de duas ou mais proposições com intuito de verificar se o que se apresenta é verdadeiro ou falso. Ambos os processos são exemplificados da seguinte maneira:

- i) *omnis homo ambulat*³⁰⁷ [todo homem caminha]: é uma sentença que não apresenta qualquer ligação/combinacão com outra sentença, há apenas conexões entre uma palavra e outra;
- ii) *si ambulat, movetur*³⁰⁸ [se caminha, move-se]: é composta de duas sentenças *Si ambulat + movetur*, nesse tipo de proposição, mais do que as palavras estarem unidas entre si, a combinacão das sentenças é passível de um juízo lógico, isto é, há na fórmula linguística a capacidade de verificar sua verdade ou falsidade.

Exempla:

a) <<*omnis homo ambulat*>>
[todo homem caminha];

b) <<*si ambulat, movetur*>>
[se caminha, move-se];

c) << *si ambulat, movetur*>>*
[se caminha, move-se];

d) <<*homo iste ambulat*>>
[esse homem caminha];

³⁰⁶ Há um paralelo entre Agostinho e Cícero, mais uma vez, no que se refere ao âmbito da lógica estoica, especialmente no da dialética. A noção de palavra (*uerbum*) presente no *Orator* (XXXII, 115) guarda semelhanças, conforme nos informa Baratin (1989c), com a que está presente no *De dialectica*, de Agostinho. Nesse sentido, a noção de palavra (*uerbum*) parece ser uma espécie de reorientação teórica do estoicismo antigo, tributário do pensamento de Crisipo, posto que o *axioma /proloquium* (proposição) era o núcleo base de análise da lógica estoica. Cicero diz: “mas, ou naquela [disciplina] antiga, ou naquela disciplina instituída por Crisipo. Reconhece, em primeiro lugar, o valor, a natureza, os gêneros das palavras, tanto as das simples, quanto daquelas em conexão [combinadas]. Depois, disse quantos e de que tipos são os modos; de modo que seja julgado, por meio da razão, se é verdadeiro ou falso.” [cf. *sed vel illa antiqua vel hac Chrysippi disciplina institutum. Noverit primum vim, naturam, genera verborum et simplicium et copulatorum; deinde quot modis quidque dicatur; qua ratione verum falsumne sit iudicetur.*]. Nas palavras de Baratin (1989c, p. 223): “Ce texte présente clairement le recentrage de la théorie dialectique du stoicisme sur la notion de mot, et la limitation à l'analyse du signifié (rien de ce que concerne le signifiant n'apparaît ici). En outre, il faut admettre que cette évolution n'a pas été perçue comme une transformation, puisque Cicéron attribue ce schéma d'analyse à Chrysippe.”

³⁰⁷ Cf. Taylor (2020, p.41): “Proposition may then be atomic, i.e. simple, such as *omnis homo ambulat*.”

³⁰⁸ Cf. *idem, ibidem*: “they may be molecular, i.e. complex, such as *si ambulat, mouetur* or *quisquis ambulat mouetur*.”

e) <<*quisquis autem ambulat movetur*>>
[qualquer um que, no entanto, anda, move-se];

f) <<*homo iste igitur / movetur*>>
[esse homem, portanto, se move].

O exemplo (a) é uma proposição simples ao passo que o (b) é composta, *(c) representa apenas a duplicação do exemplo anterior. Na proposição (b), vemos o acréscimo da conjunção <<*si*>> mais o verbo na passiva <<*movetur*>>, o que, de acordo com Agostinho, se liga à primeira proposição, que é <<*ambulat*>>, formando, assim, uma proposição composta, ou seja, duas sentenças simples, neste caso, <<*si ambulat + movetur*>> = <<*si ambulat, movetur*>>. Os exemplos (d), (e) e (f) parecem ser um cálculo proposicional engendrado por Agostinho. A proposição (f) é a conclusão (*summa*) da combinação das proposições de (d) e (e), (d) é uma proposição simples e (e) composta. Agostinho pondera que, mesmo que a proposição (d) <<*homo iste ambulat*>> tenha sido enunciada e assentida separadamente, ou seja, em um tempo anterior, e a proposição (e) <<*quisquis autem ambulat, movetur*>> tenha ocorrido na sequência (*sequi*), deve-se concluir que <<*homo iste igitur movetur*>>, isto é, a (f). Essa observação pode ser formalmente sustentada, pois a conjunção conclusiva <<*igitur*>> [portanto] indica-nos o fechamento da proposição. Nesse sentido, vemos que as conjunções operam de maneira direta no desenvolvimento do raciocínio e desdobramento das proposições. De forma geral, enquanto a conjunção condicional <<*si*>> abre a proposição, a conjunção conclusiva <<*igitur*>> encerra-a. O dado curioso é que Agostinho não apresenta uma proposição na seguinte formulação: **Si homo ambulat, igitur movetur* (Se o homem anda, portanto se move.)³⁰⁹.

Do ponto de vista da sintaxe, é possível fazer duas considerações. A primeira consiste no fato de que as proposições têm uma ligação entre si, expressão, em termos formais, da inserção das conjunções <<*si*>> e <<*igitur*>>, que respectivamente indicam o início e final da proposição combinada. Em uma visão “funcional”, o que é julgado (*iudicatur*) pelo dialético é se a conexão (*copulatio*) entre uma proposição e outra tem

³⁰⁹ De acordo com Luhtala (2000, p. 108-109) a sentença *homo festinans in montem* é um dizível incompleto. Essa posição vem do fato de Agostinho retirar o verbo *ambulat* da proposição, criando assim uma sentença deficiente, ou seja, sem um núcleo verbal. Taylor (2020, p.40-41) pondera: “so *homo ambulat* is complet *lekton*, but *ambulat* alone is not since we do not know who is walking; it is therefore incomplete or deficient or defective. Likewise, *homo festinans in montem ambulat* is a *lekton autoteles*, but *homo in montem* is a *lekton ellipes*.”. No capítulo V, abordamos esse exemplo com mais detalhes.

validade, ou seja, se aquilo que a proposição enuncia é verdadeiro ou falso. Esse parece ser um indício de que a sintaxe opera, de fato, dentro de uma visão dialética, como indicamos acima ao tratarmos também da passagem no *De dialectica* (IX). A combinação, dessa forma, enquanto fenômeno que une elementos da linguagem está a serviço de uma análise que, em um primeiro momento, visa à reflexão lógica. Por sua vez, esse aspecto da sintaxe não parece ter ficado circunscrito ao campo da dialética – em Agostinho, há usos também na *Ars breuiata*, como apresentaremos na sequência, que acrescentam outras camadas de significação à noção de *coniunctio*.

4.3.1 *Ars breuiata*: outros tipos de combinações

Na *Ars breuiata*, Agostinho apresenta e explica como a combinação entre pronomes e nomes é responsável por formar três outros gêneros nominais, além do masculino, feminino e neutro, nas palavras latinas. Na *Ars breuiata* (I, 5), Agostinho diz:

Os gêneros nominais simples são três: masculino, como *vir* [homem], feminino, como *mulier* [mulher] e neutro, como *scrinium* [escrínio]. **Desses, se fazem, quando combinados de vários modos, outros três:** o comum aos dois sexos, como *hic* e *haec homo* [ser humano]; comum ao masculino e neutro como *hic* e *hoc victor* [o vencedor], já que dizemos, de fato, tanto *victor iuuenis* [o jovem vencedor], quanto *victor numen* [uma divindade vencedora] – no feminino se faz *uictrix* [a vencedora]. Há também o comum aos três gêneros, como *hic*, *haec* e *hoc felix* [feliz]. Certos nomes são ditos mistos, quando os dois sexos se encerram em um único gênero. Então, diz-se *hic passer* [passarinho], seja masculino ou feminino, e *haec aquila* [águia], ainda que não seja feminino. Por essa razão, não são contadas como palavras atribuídas ao gênero masculino ou feminino.³¹⁰

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 5).

Nessa explicação, Agostinho destaca que as combinações de nomes com pronomes (poderíamos chamar modernamente de sintagmas nominais) geram, para além do masculino, do feminino e do neutro, outros três gêneros e que, além disso, outros três gêneros resultam de diferentes combinações (de *ex his uarie coniunctis fiunt alia tria*), ou seja, o comum de dois sexos (*commune utriusque sexu*), o comum de todos os gêneros (*commune omnium generum*) e os mistos (*promiscua*). Logo, por meio do processo de

³¹⁰ Cf. *Genera nominum simplicia tria sunt: masculinum ut <<uir>>, femininum ut <<mulier>>, neutrum ut <<scrinium>>. Ex his uarie coniunctis fiunt alia tria: commune utriusque sexus ut <<hic>> et <<haec homo>>. Commune ex masculino et neutro ut <<hic>> et <<hoc uictor>>. Dicimus enim <<uictor iuuenis>>, uictor numen>> (feminino enim <<uictrix>> facit); commune omnium generum, ut <<hic>> et <<haec>> et <<hoc felix>>. Dicuntur quaedam etiam promiscua, quando uno genere uterque sexus includitur. Nam <<hic passer>> dicitur, siue masculus siue sit femina, et <<haec aquila>> etiamsi non sit femina. Sed ideo non adnumerantur quia uel masculino uel feminino generi adtributa sunt.*

combinação entre nome e pronome, a língua latina comportaria uma divisão de seis gêneros distintos de palavras. A explicação de Agostinho é bastante peculiar, haja vista que em Donato, por exemplo, a definição e as considerações sobre os *genera nominum* (o gênero dos nomes) é bem mais esquemática, não havendo nenhuma observação que seja parecida com essa que Agostinho propõe e que envolve uma relação entre palavras, uma sintaxe (HOLTZ, 1981; BONNET, 2013).

Ainda na *Ars breuiata*, Agostinho apresenta uma consideração com relação ao uso do subjuntivo, recorrendo a uma exposição semelhante a que se encontra no *De dialectica*, vejamos o excerto:

Os modos verbais são contados por alguns em maior número, por outros em menor. No entanto, afóra a regra do declinar, agrada-nos aqueles que notaram um número menor, isto é, indicativo, imperativo, subjuntivo, optativo e infinitivo. É por meio do indicativo que podemos afirmar algo, como em: *scribo, scribebam, scripsi, scripseram, scribam*. É por meio do imperativo que ordenamos que algo seja feito, como: *scribe, scribite* [escreva! escrevei!]. **O subjuntivo é aquele é precedido por *cum* e, quando enunciado, a sentença ainda se encontra suspensa, e que assim permanece devendo ser combinada com algo, i.e., *cum scriberem* [eu escreveria].** Por meio do optativo, expressamos um desejo, como *utinam scribam* [oxalá eu escreva!]. O infinitivo não é definido quanto à pessoas e números, às vezes, nem mesmo quanto a tempo, como: *scribere* [escrever], *scripsisse* [ter escrito]³¹¹.

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 51).

Esse trecho da *Ars breuiata* contém elementos que sublinham o engenho gramatical de Agostinho. O primeiro ponto a ressaltar é que, com relação aos modos verbais, os gramáticos deliberam de maneiras diferentes, sendo que não há um consenso quanto ao número exato. Entretanto, Agostinho expõe claramente que aqueles que foram mais sintéticos em sua classificação lhe agradam mais (*placent nobis*). Os modos indicativo (*indicatiuum*), imperativo (*imperatiuum*), conjuntivo / subjuntivo (*coniunctiuum*), optativo (*optatiuum*) e infinitivo (*infinitiuum*) são aqueles que Agostinho descreve e aos quais se atém.

Destacamos, particularmente, o traço formal – sintático – da sua descrição, utilizado especialmente para explicar a construção do modo subjuntivo latino. Com

³¹¹ Cf. *Modi uerborum ab aliis plures ab aliis pauciores numerantur, salua tamen ratione declinandi, nobis illi placent. Qui pauciores notauerunt, id est Indicatiuum, Imperatiuum, Coniunctiuum, Optatiuum, Infinitiuum. Indicatiuus est per quem aliquid affirmamus, ut <<scribo, scribebam, scripsi, scripseram, scribam>>. Imperatiuus per quem ut aliquid fiat compellimus, ut est <<scribe, scribite>>. Coniunctiuis cui praeponitur <<cum>> et quo enuntiatio pendet adhuc sententia, et aliquid coniungendum manet, ut est <<cum scriberem>>. Optatiuus per quem optamus ut est <<utinam scribam>>. Infinitiuis qui neque numeris neque personis certus est et aliquando nec tempore ut <<scribere scripsisse>>.*

efeito, Agostinho o define com base no fato de que este modo tem de ser precedido por uma conjunção, que nesse exemplo é *cum*, e que, em sequência, para que a sentença não fique em “suspensão” ou em “aberto” seria preciso ligá-la a algo, ou seja, a um verbo que esteja neste modo – ou mesmo um outra sentença³¹². A estrutura *cum scriberem* exemplifica a regra postulada. Mais à frente, no parágrafo 57 da *Ars breuiata*, a exemplificação de como se conjuga o verbo *scribere* parece reforçar a regra sintática mais uma vez, quando o gramático afirma que “certamente, deve-se saber que pode ser acrescido *cum* em todos os verbos do modo indicativo, e por isso, serem vertidos para a condição de subjuntivo” (*Sane sciendum est in omnibus uerbis indicatiui modi addi posse <<cum>>, et ab hoc eum in coniunctiui conditionem uerti.*). Nesse caso, a regra de formação sintática do subjuntivo é demonstrada por meio da utilização das construções de conjunção + verbo³¹³.

<i>Ars breuiata</i> (I, 51).	<i>De dialectica</i> (II).
<i>Coniunctiuus cui praepositur <<cum>> et quo enuntiato pendet adhuc sententia, et aliquid coniungendum manet, ut est <<cum scriberem>>.</i>	<i>Sed coniunctorum verborum alia sunt quae sententiam comprehendunt, ... <alia quae> expectant aliquid <ad completionem sententiae> ut eadem / ipsa quae nunc diximus, si subtrahas verbum quod positum ... Quamvis enim verba coniuncta ..., tamen adhuc pendet oratio.</i>
O subjuntivo é aquele é precedido por <i>cum</i> e, quando enunciado, a sentença ainda se encontra suspensa , e que assim permanece devendo ser combinada com algo, i.e., <i>cum scriberem</i> [eu escreveria].	Entretanto, entre as palavras combinadas, algumas compreendem uma proposição , ...; <outras> requerem algo a mais <para completar proposição> ..., se retirares o verbo ...aí empregado, a oração ficaria incompleta , embora as palavras estejam combinadas... Deixando de lado aquelas palavras combinadas que não completam uma proposição , restam, então, aquelas outras que compreendem uma proposição .

Tabela 11. Comparação entre *Ars breuiata* (I, 51) e *De dialectica* (II).

³¹² Há uma dupla questão nessa passagem, em um primeiro plano, é plausível considerar que Agostinho esteja se referindo apenas a união entre o *cum* + verbo; em um segundo plano, podemos considerar que Agostinho esteja se referindo a uma outra sentença. Nesse caso, faltaria uma segunda sentença para que a estrutura, como um todo, fique completa. Devo essa observação à Profa. Dra. Charlene Miotti.

³¹³ De fato, essa não é a formação canônica de uma proposição / sentença. No *De magistro* (V, 16), essa parece ser a mesma conclusão a que Agostinho e Adeodato chegam, por sua vez, fazendo um exame das conjunções <<*si*>> e <<*quia*>>. Abaixo trataremos desse tópico. A formulação conjunção + verbo se afasta das concepções filosóficas de formação das proposições como possuindo um nome + verbo, discussão presente e herdada pela tradição do *Sofista* (262.a-c) de Platão, passando pelas *Categoriae* (II 1a 16-19; IV 2a 5-10) e *Peri hermeneias* (I 16a-1-2) de Aristóteles, bem como dos estoicos, em Cícero, *Tusculanae disputationes* I, 7, 14.

É possível perceber, por meio do cotejo dessas duas passagens, que Agostinho mantém-se atento a dois fenômenos linguísticos, isto é, ao que está sendo enunciado e ao processo de subtração. Na *Ars breuiata*, Agostinho considera que, para que uma sentença/frase esteja completa, o primeiro elemento enunciado precisa que outro na sequência lhe seja combinado. No caso da formação do subjuntivo, a pura e simples enunciação de <<*cum*>> promove uma espécie de suspensão no significado da sentença, exigindo um verbo para que fique completa – ou uma outra sentença. No caso do *De dialectica*, Agostinho basicamente diz o mesmo, em uma perspectiva inversa: ao se subtrair o verbo de uma proposição completa, esta deixa de ser uma proposição, tornando-se uma oração deficiente, na qual lhe falta uma de suas partes. Em ambos os casos, o termo-chave para a concatenação sintática e completude semântica é o verbo. Esses dois exemplos são cruciais, uma vez que toda reflexão dialética e gramatical antiga repousa sobre a centralidade do verbo, juntamente com o nome.

Embora na *Ars breuiata* não conste nenhuma consideração sobre a combinação de um nome e de um verbo como elementos fundamentais para formação de uma sentença ou frase, os usos que Agostinho dá aos termos *coniunctio* (*Ars br.*, I, 5 [*coniunctis*]) e *coniungere* (*Ars.*, I, 51 [*coniungendum*]) parecem manter relação com aqueles que ele emprega no *De dialectica*, ligando-se também, em certo sentido, aos mesmos termos e contextos com que Varrão diz tratar da matéria da combinação das palavras (*LL VI*, 100; *LL VIII*, 1), como apresentamos no capítulo III.

Além disso, é somente no *De magistro* que Agostinho vai mencionar o processo de formação do enunciado ou da proposição mínima de maneira explícita, como veremos abaixo. Embora não faça parte do *corpus* principal dessa tese – o *De dialectica* e a *Ars breuitata* –, para termos uma visão completa do pensamento sintático implícito às reflexões agostinianas, impõe-se também uma breve incursão nessa outra obra.

4.3.2 A combinação de *nomen et uerbum* no *De magistro*

Nos itens anteriores, vimos que Agostinho apresenta alguns fenômenos acerca das combinações das palavras e da combinação das proposições no *De dialectica* e na *Ars breuiata*, atribuindo-lhes sentidos específicos em cada um dos contextos. Diante da centralidade que confere ao nome e ao verbo, seria esperado, pelos menos em princípio, que Agostinho apresentasse em sua argumentação nessas obras uma reflexão sobre a

relação entre o nome e o verbo, o que ele acaba, de fato, não fazendo, ao menos não explicitamente. Contudo, esse tópico – que remonta à reflexão do *Sofista* (262.a-c) e que passa pelas *Categoriae* (II 1a 16-19; IV 2a 5-10) e pelo *Peri hermeneias* (I 16a-1-2) de Aristóteles, assim como pelo pensamento dos estoicos, expresso por meio das reflexões de Cícero nas *Tusculanae disputationes* (I, 7, 14) – só aparece efetivamente explicitado no último diálogo que Agostinho escreveu em seu retiro em Cassiciaco, isto é, no *De magistro*.

No diálogo em questão, que representa uma interlocução entre Agostinho e Adeodato (I, v, 16), há uma discussão que põe em causa as partes da oração usadas pelos dialéticos para porem as proposições sob escrutínio, submetendo-as, assim, à verificação da verdade ou da falsidade. Agostinho faz a seguinte observação:

Os mais famosos mestres de dialética ensinam que uma frase completa consta de nome e verbo, que pode ser afirmativa ou negativa. O próprio Túlio Cícero, em certa passagem, chama-a enunciado (*pronuntiatum*). E quando o verbo está na terceira pessoa, dizem que o nome necessariamente deve estar no caso nominativo, e o dizem corretamente, pois, se refletires comigo, como quando dizemos: “o homem está sentado, o cavalo corre”, acredito que admitirás que são duas proposições.

Ad. Admito.

Ag. Percebes que em cada uma delas há um nome: “homem” numa e “cavalo” na outra, e um verbo: “está sentado” numa e “corre” na outra?

Ad. Percebo.³¹⁴

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, v, 16; grifos nosso)

Agostinho, nessa passagem, expõe a Adeodato que os mestres mais célebres da arte da dialética (*nobilissimi disputationum magistri*) ensinavam que, para produzir uma proposição completa (*sententia plenam constat*), eram necessários apenas o nome (*nomen*) e um verbo (*uerbum*)³¹⁵, sendo, portanto, possível aquela ser avaliada como

³¹⁴ Cf. *Tradunt enim nobilissimi disputationum magistri, nomine et verbo plenam constare sententiam, quae affirmari negarique possit: quod genus idem Tullius quodam loco pronuntiatum vocat: et cum verbi tertia persona est, nominativum cum ea casum nominis aiunt esse oportere; et recte aiunt: quod mecum si consideres, velut cum dicimus: “Homo sedet”, “Equus currit”, agnoscis, ut opinor, duo esse pronuntiatia.*

Ad. - Agnosco.

Aug. - Cernis in singulis singula esse nomina, in uno “homo”, in altero “equus”; et verba singula, in uno “sedet”, in altero “currit”?

Ad. - Cerno.

(Tradução de Belmonte, 2008, p. 381. Grifos nossos).

³¹⁵ O debate entre romanos com relação aos elementos da linguagem envolvendo a centralidade do nome e do verbo na formação de uma proposição é claramente exposto pelo filósofo médio platônico, Apuleio, no pequeno tratado de lógica, intitulado de *Peri hermeneias / De interpretatione* (IV, 84-84), no qual ele diz: “Uma proposição, como diz Platão no *Theaeteto*, consta especialmente destas duas partes da oração, o nome e o verbo, como: *Apuleio argumenta [Apuleius disserit]*, que ou é verdadeira ou falsa, e, por isso, é uma proposição. Diante disso, alguns julgam existir apenas essas duas partes da oração, já que delas apenas

verdadeira ou falsa. Agostinho recorre a Cícero e nomeia as proposições como *pronuntiatum*.³¹⁶

A explicação é mais detalhada, já que Agostinho menciona a regra combinatória entre o nome e o verbo também em termos formais (morfossintáticos), ou seja, de que quando o verbo se encontra na terceira pessoa do singular é necessário que o nome esteja no caso nominativo³¹⁷. Agostinho, assim, elenca dois exemplos de proposições “O homem senta” (*homo sedet*) e o “cavalo corre” (*equus currit*) e os desmembra, perguntando a Adeodato se, em cada uma delas, *homo* e *equus* podem ser considerados

possa ser feita uma oração completa, isto é, pois formam satisfatoriamente uma proposição. Entretanto, os advérbios, os pronomes, os participios, as conjunções entre outras, as quais os gramáticos enumeram, não são mais do que partes da oração que, como as popas de navios e cabelos de homens, são ornamentos; ou pelo menos são adequados para serem classificados na estrutura geral da fala, como pregos, piche e cola.” [cf. *Ceterum propositio, ut ait in Theaeteto Plato, duabus paucissimis orationis partibus constat, nomine et verbo, ut: <<Apuleius disserit>>, quod aut verum aut falsum est et ideo propositio est. unde quidam rati sunt has duas solas orationis esse partes, quod ex his solis fieri possit perfecta oratio, id est, quod abunde sententiam comprehendant. adverbium autem et pronomina et participia et coniunctiones et id genus cetera, quae grammatici numerant, non magis partes orationis esse quam navium aplustria et hominum pilos aut certe in universa compage orationis vice clavorum et picis et glutinis deputanda. De acordo com Luhtala (2003, p. 209-210); “In a handbook on logic, it is customary to define the basic constituents of the proposition, the noun and the verb. The model for this procedure is given in Aristotle’s two texts, the *Categories* and *Peri hermeneias*. Here Aristotle distinguishes between simple expressions such as ‘man’, ‘white’, ‘walks’ and ‘runs’ and combined expression such as ‘man runs’ or ‘man wins’ (*Cat.* 2, 1a). A combined expression is a proposition that consists of a noun and a verb, e.g. ‘man runs’ (or ‘man is white’), which came to be regarded as the only ‘true’ parts of speech in the philosophical tradition. Only the combined expressions are subject to truth and falsehood and can be affirmed and denied (*Peri herm.* 1, 16a).”. Pontuamos, seguindo as considerações de Londey & Johanson (1987, p. 84), em nota, que Apuleio provavelmente esteja se referindo ao *Sofista* 261-262 e não ao *Teeteto* (206d) de Platão.*

³¹⁶ Como Collart (1971, p. 288): “Outre cette tendance à mettre la syntaxe dans les bras de la logique formelle, ces textes, où *pronuntiatum*, *proloquium* et *sententia* sont donnés comme équivalents, nous révèlent, ici ecore, les flottements de la terminologie.” O aspecto da flutuação destacado por Collart é, de fato, um fator complicador, visto que tal terminologia tem variações não só entre duas disciplinas diferentes, ou mesmo textos diferentes, mas também ocorrem no mesmo texto. No caso de Agostinho, *sententia* e *pronuntiatum* na mesma passagem do *De magistro*. Em Cícero também é possível perceber essa alternância, no *Ac. Post.*, (II, xxix-xxx, 95), encontra-se ἄξιωμα, *ecfatum* e *effatum*. Cícero diz: “É certo que é fundamento da dialética que todo enunciado (e a isto chamam ἄξιωμα, que é, por assim dizer, proposição) é ou verdadeiro ou falso. (Tradução de Seabra Filho, 2012, p. 317). Em Sêneca, o filósofo (*Ep.* 117, 13 = LS33E) encontram-se *effatum*, *enuntiatum* e *dictum*, explicitado da seguinte forma: “Aquilo que eu vejo, aquilo a que apliquei os olhos e o espírito, é um corpo. Em seguida digo: ‘**Catão está passeando**’. Ora, estas minhas palavras já não são um corpo, são a enunciação, de algo acerca de um corpo, são aquilo que uns chamam o ‘falado’ (*effatum*), outros o ‘enunciado’ (*enuntiatum*), outros o ‘dito’ (*dictum*). (Tradução de Segurados & Campos, 2014, p. 651-652 - grifos nossos). Cabe uma observação sobre a tradução do exemplo *Catão está passeando*, que Segurados & Campos traduz da expressão latina *Cato ambulat*. Essa é uma questão densa, pois na tradução portuguesa o autor desfaz o aspecto pleno do verbo *ambulat*, que é literalmente *anda/ caminha*. A tradução poderia ser também *Catão anda / Catão caminha*.

³¹⁷ Cf. Collart (1971, p. 287-288): “Augustin nous fait, en quelque sorte, l’aveu de cette attitude qui consiste, pour nous, à tirer la syntaxe vers la logique de l’énoncé, alors qu’en fait c’est justement de la logique se dégagea peu à peu la syntaxe.” A observação de Collart sobre essa passagem do *De magistro* tem um aspecto curioso, uma vez que reconhecer que Agostinho leva a reflexão sintática para dentro da lógica, implica necessariamente admitir que ele detinha tal conhecimento, entretanto, o que Collart sublinha em seguida acerca da maturação da análise sintática na Antiguidade, é que o caminho, de fato, é inverso, posto que a sintaxe sai da lógica para o domínio gramatical.

nomes (*nomina singula*) e, se *sedet* e *currit* são considerados verbos (*uerba singula*). Adeodato imediatamente confirma tais afirmações.

Agostinho, por sua vez, não cessa sua discussão com Adeodato, mas vai além, indagando o jovem aprendiz:

Ag. Portanto, se eu dissesse somente “está sentado” ou “corre”, com razão me perguntarias: “quem?” ou “o quê?”, para que te respondesse: “o homem” ou “o cavalo” ou “o animal”, ou qualquer outra coisa, com que o nome pudesse completar a proposição enunciada pelo verbo, isto é, aquela frase que pode ser afirmativa ou negativa.

Ad. Entendo.

Ag. Presta atenção ao seguinte: suponhamos que estamos vendo alguma coisa mais ao longe e não temos certeza se é animal, pedra, ou alguma outra coisa, e que eu te diga: “Porque é homem, é animal”. Eu não estaria fazendo afirmação temerária?

Ad. Totalmente temerária. Mas não seria afirmação muito temerária se dissesse: “Se é homem, é animal”.

Ag. Falas com propriedade. Pelo que me agrada o “se” na tua frase; e agrada a ti também. Mas a nós dois nos desagrada o “porque” na minha frase.

Ad. Estou de acordo.

Ag. Observa agora se estas duas frases são proposições completas: “o se agrada; o *porque* desagrada”.

Ad. Totalmente completas.

Ag. Então, dize-me quais são nestas frases os verbos e quais os nomes.

Ad. Vejo aí que os verbos são “agrada” e “desagrada” e os nomes, quais outros podem ser senão “se” e “porque”?

Ag. Portanto, fica suficientemente provado que estas duas conjunções são também nomes.

Ad. Totalmente suficiente.

Ag. Podes por ti mesmo demonstrar o mesmo nas demais partes da oração de acordo com esta mesma regra?

Ad. Posso.³¹⁸

(AGOSTINHO, *De mag.*, I, v, 16)

³¹⁸ cf. Aug. - *Ergo si dicerem, sedet tantum, aut currit tantum, recte a me quaereres, quis vel quid; ut responderem: “homo”, vel “equus”, vel “animal”, vel quodlibet aliud, quo possit nomen redditum verbo implere pronuntiatum, id est illam sententiam quae affirmari et negari potest.*

Ad. - *Intellego.*

Aug. *Attende caetera, et finge nos videre aliquid longius, et incertum habere utrum animal sit an saxum, vel quid aliud, meque tibi dicere: “Quia homo est, animal est”; nonne temere dicerem?*

Ad. - *Temere omnino: sed non temere plane diceres: “Si homo est, animal est”.*

Aug. - *Recte dicis. Itaque in locutione tua placet mihi “Si”; placet et tibi: utriusque autem nostrum in mea displicet “Quia”.*

Ad. - *Assentior.*

Aug. - *Vide iam utrum istae duae sententiae plena pronuntiata sint: “Placet Si”, “Displicet, Quia”.*

Ad. - *Plena omnino.*

Aug. - *Age, nunc dic mihi quae ibi sint verba, quae nomina.*

Ad. - *Verba ibi video esse “placet”, et “displicet”: nomina vero quid aliud quam “si”, et “quia”?*

Aug. - *Has ergo duas coniunctiones etiam nomina esse satis probatum est.*

Ad. - *Prorsus satis.*

Aug. - *Potesne ipse per te in aliis partibus orationis hoc idem ad eandem regulam docere?*

Ad. - *Possum.*

(Tradução de Belmonte, 2008, p. 380-382).

Baseando-se na discussão de que uma proposição completa é formada de um nome de um verbo, Agostinho segue o diálogo indagando Adeodato sobre tal característica, interrogando se a proposição “porque é um homem, é também um animal” (*quia homo est, animal est*) seria adequada. Adeodato responde que essa afirmação seria temerária, pois seria mais conveniente falar “se é um homem, é um animal” (*si homo est, animal est*). Agostinho, em seu turno, consente com seu interlocutor: “Portanto, na tua locução, o “se” agrada a mim e a ti; e, entretanto, aos dois desagrada o “porque da minha”. (*Itaque in tua locutione placet mihi ‘si’, placet et tibi; utriusque autem nostrum in mea displacet ‘quia’*).

Diante da resposta de Adeodato, Agostinho parece sentir-se confortável para fazer mais uma série de observações relacionadas ao tópico. Agostinho, então, formula estas duas proposições: “se agrada” (*placet si*), “porque desagrada” (*displacet quia*)³¹⁹, perguntando a Adeodato se estão completas. Adeodato imediatamente responde que estão “completas, certamente” (*plena omnino*). Agostinho, dessa forma, pede para que Adeodato então lhe diga quais são os nomes e quais são os verbos presentes nessas duas proposições. A resposta de Adeodato vem, por sua vez, dividida entre a certeza de que *placet* e *displacet* são verbos; e a formação de uma outra questão, ou seja, se <<si>> e <<quia>>³²⁰ não poderiam ser outra coisa senão nomes. Agostinho, diante desse impasse

³¹⁹ Essas duas proposições parecem, em sentido, um jogo de palavras, uma vez que “se agrada, porque desagrada” parece ser uma brincadeira com os verbos latinos *placet* e *displacet*.

³²⁰ Cabe-nos, nesse ponto, fazer uma nota contextual sobre os semas presentes no *De magistro*. A introdução do diálogo de Agostinho conta cinco referências bíblicas (*Mt* 6, 6; *1Cor* 3, 16; *Ef* 3, 16, 17; *Sl* 4, 5, 6 e *Mt* 6,9) que antecedem o exemplo da *Eneida* de Virgílio (II, 659), que é sobre o qual se passa grande parte da discussão sobre as partes da oração entre Agostinho e Adeodato. Os cinco *exempla* ou menção aos textos bíblicos encontra-se no capítulo (I, i, 2) e o exemplo de Virgílio está no capítulo (I, ii, 3). O exemplo *Nescitis quia templum dei estis et spiritus dei habitat in vobis* (*1 Cor*, 3, 16) e o exemplo de *Si nihil ex tanta superis placet urbe relinqui?* <<quia>>, <<si>> e <<placet>>, temos nessas duas partes iniciais os elementos que configuram a discussão de Agostinho sobre as proposições com Adeodato no excerto analisado acima. Duas considerações podem ser feitas, ainda que possam ser embrionárias, pois tanto <<si>>, como <<placet>> têm um lastro com o exemplo de Virgílio e, em certo sentido, com o ensino gramatical da época, uma vez que a leitura da *Eneida* era parte integrante currículo escolar romano. Logo, seria esperado que Adeodato tivesse mais contato e prazer nas discussões envolvendo o campo da poética. Quando Agostinho menciona que o <<si>> agrada aos dois, de alguma forma, recupera o processo de formação escolar que teve ainda na juventude. A fórmula <<si placet>> pode ser, em certo sentido, entendida como uma redução do exemplo de Virgílio <<Si [nihil ex tanta superis] placet [urbe relinqui]?>>. Embora Agostinho mencione que o <<quia>> desagrada aos dois na proposição formulada, foi o próprio Agostinho quem criou a proposição com <<quia>>, <<quia displacet>>. Esses dois exemplos, bem como o desenrolar da discussão sobre a dialética, demonstra-nos como Agostinho controla os elementos linguísticos que envolvem a tradição literária herdada de Cícero e Virgílio, assim como da literatura eclesiástica. Em sentido amplo, Colish (1990, p. 183-184) destaca que: “Nouns and verbs are easy to account for here, but Augustine faces greater difficulties in explaining how parts of speech such as prepositions and conjunctions can signify, given the fact that they have no objective referents and no meanings outside of the syntactical relationships which they designate in particular propositions.”.

de Adeodato, encerra a discussão, pontuando que, portanto, está provado que as conjunções são nomes (substantivos).

A operação gramatical/lógica empreendida por Agostinho nesse excerto é complexa, uma vez que ele promove uma comutação entre diferentes partes das orações (*partes orationis*), que usualmente são pouco exploradas, isto é, substitui os nomes por conjunções, ao que passo que a comutação mais esperada seria a de trocar um nome por um pronome, operação que o próprio Agostinho mostrara a Adeodato anteriormente (*De mag.*, I, v, 13). Ele comuta, portanto, nomes, como “cavalo” (*equus*), “homem”, (*homo*) um “animal” (*animal*), por conjunções, como “porque” (*quia*) e “se” (*si*) e demonstra para Adeodato que qualquer parte da oração pode ser trocada por outra desde que seja combinada com um verbo (*nomen redditum uerbo implere pronuntiatum* - um nome (re)colocado ao lado do verbo completa uma proposição).

Agostinho não detém sua reflexão sobre os componentes necessários para realizar uma proposição. Na parte em que ele propõe fazer uma recapitulação da discussão com Adeodato no excerto (I, vii, 20), Agostinho, mais uma vez, destaca que “todas as partes da oração são nomes” (*omnes partes orationis etiam nomina esse*), e “que os pronomes podem substituir todas elas” (*quod et pronomina his addi possunt*), bem como “pode ser dito que todas nomeiem algo” (*et de omnibus dici potest quod aliquid nominent*). A operação de que um pronome substitui um nome, como reiteramos acima, é não só um conhecimento filosófico, mas principalmente gramatical, da época de Agostinho, bem descrito e documentado pelos gramáticos e pelo próprio Agostinho na *Ars breuiata*³²¹. Por sua vez, a conclusão mais inesperada é aquela que consiste na seguinte síntese de Agostinho: “não há nenhuma delas que ao serem combinadas com um verbo não possa

³²¹ Cf. Lenoble; Swiggers; Wouters (2003 [1999], p. 04-06) documentam, em um artigo esquemático sobre as propriedades e definições dos pronomes nas *artes grammaticae*, as ocorrências nos seguintes autores: [Asper] V 550.25–27 K; Donat, *Ars Minor* 588.2–4 H; Donat, *Ars Maior* 629.2–4 H; Charisius 200.9–11 B; Diomède I 329.2–4 K; Probus IV 131.2–7 K; Dositheus 48.2–5 T*; Augustin III § 1We*; Audax VII 343.9–11 K e Priscien, *Institutiones grammaticae* II 577.2–5 H. A primeira análise realizada pelos autores refere-se ao aspecto funcional dos pronomes que, em geral, servem como substituto dos nomes. Segundo os autores: “La caractérisation fonctionnelle est identique chez tous les auteurs à l’exception de Priscien qui, se basant sur la tradition grammaticale grecque (et plus particulièrement sur Apollonius Dyscole), définit le pronom par la relation qu’il a, non pas avec le nom (qu’il soit appellatif ou propre), mais précisément et uniquement avec le *nom propre*. Pour Priscien, le *pronom* est ce qui *pro nomine proprio uniuscuiusque accipitur*, alors que, chez tous les autres auteurs de manuels grammaticaux, le *pronom* est défini comme un substitut du *nomen (pro nomine posita [pars orationis])*.” Dositheu e Agostinho receberam ambas uma edição recente feita por Bonnet, isto é, *Grammatica Dosithei Magistri* (2005) e *Ars breuiata* (2013)*. Ver também Swiggers (1992, p. 79-80) e Luhtala (2005, p. 143-144).

completar uma proposição” (*et nulla earum sit quae non verbo **adiuncto** pronuntiatum possit implere.*).³²²

Disso, se podem tirar duas consequências. A primeira é que Agostinho precisa reduzir todas as partes da oração a nomes, com exceção do verbo, como partes passíveis de comutação, já que, para se formar uma proposição minimamente passível de ser submetida ao exame da verdade ou da falsidade, não haveria como fugir da formulação canônica que conferia centralidade ao nome e ao verbo. A segunda é que a terminologia empregada por Agostinho para descrever essa operação da linguagem, os vocábulos *adiunctio* (ajuntada/o que procede/se segue), *pronuntiatum* (proposição) e *implere* (completa) fornecem-nos pistas de como Agostinho atuou nas fronteiras entre as reflexões da lógica estoica e a gramática. Trata-se, portanto, de um trecho em que uma notável consciência morfológica do latim está a serviço de uma análise lógica da sentença, do que decorre, também, de certo modo, uma preocupação com a sintaxe dos termos, naquilo que diz respeito à combinação entre nomes e outras partes da oração.

Em suma, a reflexão presente no *De magistro* representa investigação lógica, mas supõe uma análise morfológica e, como vimos, sintática. Para além disso, Agostinho, mesmo no *De magistro*, já demonstrava como se podia comutar os nomes com outras partes da oração; é certo que a finalidade que Agostinho propõe para esse exercício é mostrar para Adeodato que todas as partes da oração são nomes. Ao encontrar essa saída, Agostinho pode mencionar, ainda que de maneira genérica, que qualquer parte da oração, ao ser combinada com um verbo, forma uma proposição completa.

Assim, em síntese, observemos as operações linguísticas que Agostinho põe em marcha no *De magistro* (I, v, 13) e no *De dialectica* (II, 6, 2), respectivamente: “De modo que o nome possa ser recolocado junto ao verbo para formar uma proposição, isto é, aquela proposição que pode ser afirmada ou negada.” (*quo possit **nomen redditum verbo implere pronuntiatum, id est illam sententiam quae affirmari et negari potest.***).

³²² Agostinho (*De mag.*, I, vii, 20): “O nosso raciocínio ensinou-nos que todas as partes da oração são também nomes, pois a elas podem ser associados pronomes e de todas se pode dizer que denominam algo e não há nenhuma delas que, sendo-lhe acrescentado um verbo, não possa formar um enunciado completo [§§ 13-16]. Porém, embora os termos ‘nome’ e ‘palavra’ tenham o mesmo valor, porque tudo o que é palavra é também nome, contudo não são idênticos, pois vimos em nossa discussão que, com bastante probabilidade, por uma razão se chamam palavras e, por outra, nomes.” [cf. *Tantumdem autem valet generale verbum, et generale nomen. Docuit enim ratio omnes partes orationis etiam nomina esse, quod et pronomina his addi possunt, et de omnibus dici potest quod aliquid nominent, **et nulla earum sit quae non verbo adiuncto pronuntiatum possit implere. Sed cum tantumdem valeant nomen et verbum, eo quod omnia quae verba sunt, sint etiam nomina; non tamen idem valent.***]. (Tradução de Belmonte, 2008, p. 387 – grifo nosso).

O verbo *reddo*, na sua forma do particípio passado, empregado por Agostinho, parece sugerir qual é a direção da operação linguística que precisa ser feita para que a proposição volte a ter um aspecto completo. Agostinho havia dito a Adeodato que proposições completas são as do tipo *homo sedet*, depois Agostinho pergunta-lhe apenas sobre os verbos *sedet* e *currit*, indagando-lhe o que faltava em cada um desses verbos. Logo após tais questionamentos a Adeodato, Agostinho explica-lhe como se forma uma proposição completa, mostrando assim que, para que isso ocorra, o nome deve ser recolocado novamente ao lado do verbo. Com essa explicação, Agostinho mantém, em certo sentido, o verbo como núcleo da proposição, o qual só estaria completo quando preenchido com um nome.

No *De dialectica*, por outro lado, temos:

...entre as palavras combinadas, algumas compreendem uma proposição, como aquelas que dissemos acima; <outras> requerem algo a mais <para completar a proposição>, como, no segundo exemplo, se retirares o verbo *ambulat* [caminha] aí empregado, a oração ficaria incompleta, embora as palavras estejam combinadas.³²³

(AGOSTINHO, *De dial.*, II, 6, 2).

Nesse ponto, Agostinho parece propor o movimento contrário ao que vemos no *De magistro*. Agostinho retira (*subtrahit*) o verbo (*ambulat*) da proposição <<*homo festinans in montem ambulat*>> (“o homem que se apressa caminha na montanha”), pontuando que, embora as palavras ainda estejam combinadas (*quamvis enim verba coniuncta sint*), a oração ficaria incompleta (*pendet oratio*). Agostinho, nesse excerto, parece nos informar dos aspectos completos (*sententiam comprehendunt*) e incompletos das proposições (<*alia quae*> *expectant aliquid* <*ad completionem sententiae*>), isto é, no caso das proposições, que estão combinadas, há as que já estão em estado de completude gramatical/lógica e as que não estão. A expressão *expectant aliquid* (“esperam algo”) *ad completionem sententiam* (“para completar a proposição”) nos fornece uma boa pista das proposições incompletas que precisam preenchidas com algum material linguístico. O uso do vocábulo *aliquid* parece ter relação, do ponto de vista filosófico, com o vocábulo estoico *ti* (τι = “algo”) grego.

³²³ Cf. ...*coniunctorum verborum alia sunt quae sententiam comprehendunt, ut ea quae dicta sunt: <alia quae> expectant aliquid <ad completionem sententiae> ut eadem / ipsa quae nunc diximus, si **subtrahas** **verbum** quod positum est ‘ambulat’.* *Quamvis enim verba coniuncta sint ‘homo festinans in montem’, tamen adhuc pendet oratio.*

Como pudemos observar, a combinação é um aspecto da dimensão linguística importante no pensamento dialético e gramatical de Agostinho. Os dois domínios se misturam, em vários momentos. Agostinho trata da combinação como um fenômeno que, como vimos, estava na base do processo de desambiguação, problema com o qual os filósofos sempre se depararam. Enquanto no *De dialectica* Agostinho descreveu como uma proposição que tem o verbo retirado torna-se inviável para investigação dialética, uma vez que a oração fica em estágio de incompletude; no *De magistro*, por outro lado, Agostinho faz o movimento inverso, uma vez que mantém o verbo como núcleo base da investigação das *partes orationis* e propõe que a ele deva ser adicionado um nome, ou mesmo uma conjunção. Como se vê, tanto em um caso, como em outro, a noção de partes da oração está pressuposta, ainda que o objetivo da reflexão seja principalmente lógico, não gramatical. Assim, todo esse movimento leva-nos a investigar quais são os critérios de que Agostinho se utiliza para definir as *partes orationis*, que funcionam como elementos de ligação entre as demais partes do discurso.

4.4 As partes da oração: *De aduerbio, De coniunctione, De praepositione*

A origem e o desenvolvimento do sistema das partes da oração foi tema de retrospectivos testemunhos escritos por autores gregos e romanos interessados no processo evolucionário da gramaticografia. Esses testemunhos, contendo um estudo das doutrinas e dos pontos de vista referentes à quantidade e à natureza das partes da oração, podem ser classificadas ‘doxografias’: elas oferecem (pequenas) histórias das opiniões mantidas pelos gramáticos e filósofos a respeito das *partes orationis*.³²⁴

(SWIGGERS & WOUTERS, 2011, p. 69).

As partes da oração (*partes orationis*) no âmbito da gramática latina constituem-se como o tema mais investigado e difundido com relação aos saberes gramaticais na Antiguidade³²⁵. Como pontuamos nos capítulos I e II, a gramática latina desenvolveu-se,

³²⁴ Cf. “The origin and development of the parts-of-speech system was the subject of retrospective accounts written by Greek and Latin authors interested in this evolutionary process of grammaticography. These accounts, containing a survey of doctrines and viewpoints concerning the number and nature of the parts of speech, can be labeled ‘doxographies’: They offer (short) stories of opinions held by grammarians and philosophers concerning the *partes orationis*.”

³²⁵ Cf. Quintiliano (*Inst. or.*, I, IV, 19-20): “O número das partes do discurso foi a pouco e pouco aumentado pelos filósofos, principalmente pelos estoicos. Primeiro, aos conectivos juntaram-se os artigos, depois as preposições; aos nomes, os substantivos, depois o pronome; em seguida o participio, que tem parte também com o verbo; aos mesmos verbos, os advérbios. Nossa fala não se ressentia da ausência de artigos, cujo papel é desempenhado por outras partes do discurso. Por outro lado, às partes acima mencionadas junta-se a interjeição. Outros, porém, apoiando-se em autores idôneos, admitem oito partes, como Aristarco e, em nossa época, também Palêmon, que incluíram o vocábulo ou substantivo na classe dos nomes, como sendo

de um lado, como forma pedagógica para ensino de leitura dos textos (DESBORDES, 2007, p. 230) e, de outro, como descrição e classificação das partes da oração (HOLTZ, 1981; BARATIN, 1994; BIVILLE, 2005)³²⁶. As duas dimensões, que certamente estão atreladas, podem ser descritas e interpretadas separadamente. Tal perspectiva serve-nos como recurso de metodológico de explicação dos fenômenos aqui abordados.

Vejam, assim, alguns aspectos sintáticos presentes nas definições de *conjunção*, *preposição* e *advérbio* na *Ars breuiata*. Em nosso trabalho de Mestrado (FREITAS, 2016) realizamos uma descrição e explicação sistemática de todas as *partes orationis* presentes na *Ars breuiata*, mostrando sua estruturação global e interna (SWIGGERS, 1992; SWIGGERS, 2010), assim como em relação à *Ars Minor* e à *Ars Maior* de Donato e, por fim, ao *De magistro* (FREITAS, 2016, p. 73-122). Diante disso, valer-nos-emos de algumas considerações preliminares daquele estudo, quando necessárias ao desenvolvimento desta seção.

Na *Ars breuiata*, Agostinho vale-se de critérios sintáticos para explicar e definir os *advérbios*, *as conjunções* e *as preposições*. Agostinho define os advérbios da seguinte forma:

O advérbio é a parte da oração que deve ser **colocada junto ao verbo**,

como quando dizemos: *fortiter fecit, mansuete uixit, hodie venit, loco est, longe est, hic sedet, simul comitatur e outros*. Com efeito, *fecit, uixit, uenit, sedet, comitatur* são verbos, ao passo que *fortiter, mansuete, hodie, hic, simul* são advérbios. Os advérbios têm as seguintes propriedades: *sentido, comparação e forma*.³²⁷

da espécie destes.” [cf. *Paulatim a philosophis ac maxime Stoicis auctus est numerus, ac primum conuinctionibus articuli adiecti, post praepositiones: nominibus appellatio, deinde pronomen, deinde mixtum uerbo participium, ipsis uerbis aduerbia. Noster sermo articulos non desiderat ideoque in alias partes orationis sparguntur, sed accedit superioribus interiectio. Alii tamen ex idoneis dumtaxat auctoribus octo partes secuti sunt, ut Aristarchus et aetate nostra Palaemon, qui uocabulum siue appellationem nomini subiecerunt tamquam speciem eius.*] Tradução de Pereira (2006, p. 96-97).

³²⁶ Conforme Sêrvio, gramático latino da Antiguidade Tardia: “Muitos começaram a escrever suas artes pelo tratado das letras, muitos pela voz, muitos pela definição de gramática. Mas parece que todos erraram, porque não trataram de uma matéria exclusiva de seu ofício, mas comum tanto dos oradores quanto dos filósofos. Pois também o orador pode tratar das letras, e ninguém trata da voz mais do que os filósofos: a definição, por sua vez, é cara aos aristotélicos. Daí Donato ter procedido de forma mais inteligente e apropriada, pois começou pelas oito partes da oração, que pertence especificamente ao gramático. [Plerique artem scribentes a litterarum tractatu inchoauerunt, plerique a definitione artis grammaticae. Sed omnes uidentur errasse. Non enim propriam rem officii sui tractauerunt, sed communem et cum oratoribus et cum philosophis. Nam de litteris tractare et orator potest; de uoce nemo magis quam philosophis tractant; definitionem etiam Aristotelicorum est. Vnde proprie Donatus et doctius, qui ab octo partibus inchoauit, quae specialiter ad grammaticos pertinente. (SÊRVIO, *GL* 4. 405.4 – 11. Tradução de Dezotti (2011, p. 17). Muito se tem discutido sobre as *partes orationis*, ver Swiggers, Lenoble Wouters (2003); Swiggers (1992); Law (2003); Luhtala (2005); Baratin (1989a, 2000); Holtz (1981); Codoñer (2000); Desbordes (2000, 2007); Bonnet (2011, 2013); Seppänen (2014) e Denecker (2017).

³²⁷ Cf. *Aduerbiu est pars orationis uerbo adicienda, ut cum dicimus fortiter fecit, mansuete uixit, hodie uenit, loco est, longe est, hic sedet, simul comitatur et alia; nam fecit, uixit, uenit, sedet, comitatur uerba*

O advérbio define-se aqui pela sua relação com o verbo, um aspecto sintático, cujo domínio se estabelece em termos de combinação de duas partes da oração, característica evidenciada pelos *exempla* que Agostinho nos fornece, i.e.: *fortiter fecit* (*fortiter* = advérbio / *fecit* = verbo). O aspecto etimológico da definição (*ad + uerbiūm*) é mais um indício do processo relacional existente entre o verbo e o advérbio. Agostinho, por sua vez, como sugere Swiggers (1992, p. 81), tenta esconder o aspecto semântico que há entre o verbo e advérbio, posto que o advérbio deve esclarecer ou completar o sentido do verbo.³²⁸ Esse aspecto semântico é veiculado apenas quando Agostinho define que um dos acidentes dos advérbios é a *significatio* (*sentido*).

Outra parte da oração em que podemos observar uma terminologia que se relaciona com critérios sintáticos implícitos em sua definição são as conjunções.

A conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença.

Ela tem como acidente o **valor**. A conjunção tem a propriedade de cópula, como *et, que, ac*, ou disjunção, como *vel, nec, neque*, ou explicação, como *prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam* e outras, ou determinação da causa, como *nam, namque, enim, quamobrem, itaque*, ou, ainda, são como se fossem conclusivas, como *ergo, igitur, propterea*, e outras; por isso, são ditas em parte copulativas, em parte disjuntivas, em parte explicativas, em parte causais e em parte conclusivas.³²⁹

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 90)

A definição de Agostinho segue de perto a do gramático da época imperial romana, Palêmon, que foi professor de Quintiliano, a cujo testemunho temos acesso via Diomedes (*GL* I, 415.17-8), que diz: “Palêmon assim definiu-a: a conjunção é a parte da oração que **conecta e ordena** a sentença.” (*Palaemon eam ita definit, coniunctio est pars orationis conectens ordinansque sententiam.*). A variação terminológica entre as duas definições está no emprego de *adnectens* por Agostinho. Conforme Baratin (1989a, p. 48-49), há

sunt, fortiter, mansuete, hodie, hic, simul aduerbia sunt, aduerbio accidunt significatio, comparatio, figura. (Grifo nosso).

³²⁸ Cf. “la définition n'en est pas une: reposant, ce qui est classique, sur l'étymologique de mot, elle introduit surtout une norme syntactique. Tout se passe comme si l'auteur ne voulait pas poser le lien sémantique qu'on se complaît à établir avec le verbe, dont l'adverbe est supposé clarifier et compléter le sens.”

³²⁹ Cf. ***Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam.*** *Coniunctioni accidit potestas. Est uel quae copulat uerba ut et, que, ac, uel disiungit, ut aut, uel, nec, neque, aut explet ut prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam et similia, aut quae causam reddit ut nam, namque, enim, quamobrem, itaque, aut quasi ratiocinatur; ut ergo, igitur, propterea, et similia, et ideo partim copulatiuae dicuntur, partim disiunctiuae, partim expletiuae, partim causales, partim rationales.* (Grifo nosso).

uma pluralidade de variações acerca das conjunções, mas, embora a formulação se altere, a concepção geral se mantém a mesma. O que se observa com mais detalhes, ainda segundo Baratin (1989a), é que a variação terminológica se aplica apenas para (*ad-*, *co-*) *nectens*, mas não para *ordinans*, a qual mantém-se invariável³³⁰. Uma explicação plausível para essa distinção pode ser o fato de que a *ordo* (ordem) é considerada um *accidens* (acidente) inerente às conjunções. Nesse sentido, o conceito de ordem pode ter se especializado dentro da própria reflexão das conjunções, sendo, portanto, apresentado como um aspecto, ao mesmo tempo, geral, em termos de definição, e específico em relação ao funcionamento gramatical/linguístico dessa classe de palavras em particular. Em um segundo nível, é possível também observar que os aspectos semânticos e etimológicos (SWIGGERS, 1992, p. 81) auxiliam no entendimento e na definição geral do que sejam as conjunções, já que os gramáticos as classificavam em copulativas (*copulatiuae*), disjuntivas (*disiunctiuae*), explicativas (*expletiuae*), causais (*causales*) e conclusivas (*rationales*). De acordo com Baratin (1989a, p. 70-71), essa classificação em cinco categorias são as mais prototípicas entre as *Artes grammaticae* latinas (Donato, *Ars Mai.* 646 H).

O conceito de *preposição*³³¹, na *Ars breuiata*, também não é homogêneo, ou seja, baseado em uma definição apenas etimológica, ou só semântica, ou mesmo puramente sintática.³³² Para Agostinho:

A preposição é uma parte da oração que ou é preposta, devendo se unir às partes da oração, ou somente antes de dois casos – acusativo, ablativo ou ambos –, ou não devendo se unir, mas se adaptar para [criar] determinadas significações.

Assim, algumas preposições servem somente à composição, como *di*, *dis*, *re*, *am*, dizemos, com efeito, *diiudico*, *discurro*, *removeo*, *ambio*; outras servem somente aos casos, como *apud*, *pone*, *secundum*, *ultra*, *adversum*, *cis*, *cifra*, *circa*, *erga*, *intra*, *infra*, *iuxta*, *penes*, *propter*, *usque*, *coram*, *absque*, *palam*,

³³⁰ (*Ad-*, *co-*), *nectens*: Carisio (*GL I*, 224.25); Comiano em Ps.Probo (*GL IV*, 143.24); Vitorino (*GL VI*, 202.21); Ps. Agostinho (*GL V* 520. 33); Dositeu (*GL VII*, 417.22) e Audax (*GL VII*, 349.10). *Conectens*: Diomedes (*GL I*, 415.17) e Prisciano, na primeira parte das *Partitiones* (*GL III*, 465.38). *Copulens*: Os. Asper (*GL V*, 553. 10). Baratin (1989, p. 48) sublinha um dado interessante ao dizer que: “Ces différents termes forment couple avec *ordinans*, qui ne connaît pas de variante.” Ver Schad (2007, p. 23; 80-81), para mais detalhes.

³³¹ A reflexão sobre o lugar da preposição no ensino de sintaxe da língua tem uma situação bem peculiar e que, em certo sentido, ainda não foi indagada suficientemente. Dois importantes livros sobre sintaxe da língua começam suas explicações pela *preposição*. São, de fato, o primeiro tópico tratado tanto por Ernout & Thomas (1964 [1951], p. 7-10), como por Woodcock (1959, p. 3).

³³² Swiggers (1992, p. 79), por exemplo, pondera que essas divisões são pouco homogêneas, pois são baseadas, às vezes, em critérios semântico-etimológicos, morfológico-etimológicos e semântico-sintáticos. Nesse sentido, observa-se uma adequação terminológica ainda em formação, sem limites bem estabelecidos para definir as partes da oração com o mesmo critério.

sine, tenus, algumas não só atendem à composição, mas também servem aos dois casos, como quando dizemos: *adnuam, adduco e ad amicum*.³³³

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 93).

A definição da preposição formulada por Agostinho leva em consideração dois critérios, um relacionado ao eixo da morfologia, outro relacionado ao eixo sintático. O aspecto morfológico está relacionado ao conceito *componendis partibus orationis praeponitur* (“é preposta devendo se unir às partes da oração”), isto é, devem ser usadas apenas no processo de combinação entre uma *preposição* e um *nome* ou *verbo*, por exemplo. São os casos de *di + iudico = diiudico* etc. Para Swiggers (1992, p. 81), esse processo pode ser descrito como morfo-lexical. O aspecto sintático relaciona-se ao fato de que as preposições latinas só ocorrem “antes” de palavras (nomes (substantivos)/ (adjetivos), pronomes, participios) que estão flexionadas nos casos (*casus*) ablativo e/ou acusativo. É preciso, por sua vez, destacar que todo fenômeno envolvendo essas duas operações na língua servem para adicionar ou incrementar o valor semântico (*significatio*), seja das palavras ou da própria oração. Podemos interpretar que Agostinho atrela sua definição sobre a preposição a uma instância morfosintática, que define em termos gerais o processo de funcionamento dessa parte da oração, e uma morfo-lexical, vinculada ao processo (prefixo-deverbais) das preposições, enquanto fenômeno gramatical, já que as preposições atrelam-se aos verbos alterando o seu significado de base.

De acordo com Bonnet (2011, p. 362):

A sintaxe em si mesma faz parte da definição de duas partes da oração: o advérbio e a preposição... Os advérbios só existem através de sua relação com um verbo: em outras palavras, não há advérbio sem verbo (exceto, claro, em situações especiais que vão ser mais tarde tratadas pelo professor [de gramática]).³³⁴

³³³ Cf. *Praepositio est pars orationis quae aut componendis partibus orationis praeponitur, aut casibus duobus tantum accusatiuo aut ablatiio, aut utriusque, non componendis sed ad certas significationes adiuuandas. Itaque aliae praepositiones tantum componuntur, ut di, dis, re, a – dicimus enim diiudico, discuro, removeo, ambio – aliae tantum casibus seruiunt, ut apud, pone, secundum, ultra, adversum, cis, cifra, circa, erga, intra, infra, iuxta, penes, propter, usque, coram, absque, palam, sine, tenus. Ceterae et componuntur et casibus seruiunt ut adnuam et adduco dicimus et ad amicum.* (Grifo nosso).

³³⁴ Cf. “Syntax itself is part of the definition of two *partes orationis*: *aduerbium* and *praepositio*... Adverbs exists only through its relation with a verb: in other words, no adverb without a verb (except, of course, special situations which will be further dealt with by the teacher.)”.

A interpretação de Bonnet (2011) sobre os critérios sintáticos adotados pelos gramáticos para definirem os advérbios e as preposições, por exemplo, representam, de fato, uma forma completar ao estudo da “sintaxe” presente nas *artes grammaticae* latinas, em especial na de Agostinho. Se não há, de fato, uma seção específica nos textos gramaticais latinos para o tratamento “isolado” da sintaxe, há que se render às evidências de que critérios, termos e considerações sobre o campo da sintaxe estejam presentes nas definições das *partes orationis*.

4.5 Em síntese

Neste capítulo, procuramos demonstrar e explicar como o fenômeno das palavras combinadas (*uerba coniuncta*), das proposições simples (*sententiae simplicia*) e das sentenças combinadas (*sententiae coniunctae*) formam o primeiro eixo de uma reflexão sintática no pensamento gramatical-dialético de Santo Agostinho. Mostramos, por meio de um exame do *De dialectica* e da *Ars breuiata*, como a combinação das palavras é um tema que perpassa as considerações de Agostinho nessas duas obras. Além disso, empreendemos uma consideração acerca da combinação do nome (*nomen*) e do verbo (*uerbum*), bem como da combinação da conjunção (*coniunctio*) com um verbo (*uerbum*), expressa no diálogo travado entre Agostinho e Adeodato no *De magistro*.

Para mostrarmos esses aspectos, realizamos uma investigação que apresentou o “problema da ambiguidade das palavras”, quando são usadas de forma isolada, discussão essa apresentada por Agostinho no capítulo IX do *De dialectica*, cujo pano de fundo filosófico ligava-se intimamente com os postulados da doutrina estoica erigidos por Crisipo. Fizemos, na sequência, uma consideração acerca da etimologia, posto que essa representava uma prática da filosofia estoica a que Agostinho apresenta uma crítica no livro VI e VII do *De dialectica*. Agostinho não considera a investigação etimológica uma forma “segura” para se chegar ao sentido “originário” das palavras, já que a busca etimológica, nos moldes estoicos, levaria a uma espécie de “regresso ao infinito”. Outro ponto que apresentamos foi o fato de que, se Agostinho admitisse a etimologia como uma forma “eficaz” para se conhecer a “origem das palavras” (*origo uerborum*), poderia ser também, em certo sentido, uma forma de dirimir “problemas relacionados à ambiguidade”, mas, caso essa posição fosse adotada, Agostinho implicitamente também admitiria que a investigação das palavras isoladas seria suficiente para a busca filosófica.

Na sequência, voltamos nossa análise para as considerações das palavras combinadas (*uerba coniuncta*), visto que essa é proposta fundamental que Agostinho apresenta para resolver “o problema da ambiguidade” – e de maior relevância para a compreensão do tema da sintaxe. Empreendemos um exame dos capítulos I, II, III, IX do *De dialectica*, destacando como os *uerba coniuncta* são definidos por Agostinho, quais são os *exempla* que ele nos fornece e interpretamos como esse fenômeno é base de uma reflexão acerca da sintaxe nos moldes da dialética estoica. Do mesmo modo, mostramos como Agostinho define as proposições simples (*sententiae simplices*) e as proposições combinadas (*sententiae coniunctae*), ressaltando os aspectos lógicos e sintáticos presentes não só nas definições, mas também nos *exempla* oferecidos. Além disso, mostramos como na *Ars breuiata* havia também traços de uma reflexão que considerava o aspecto da combinação das palavras, assim como, de forma não exaustiva, demonstramos como Agostinho e Adeodato discutem, no *De magistro*, o processo de formação das proposições no âmbito da lógica ao recorrem à explicação da combinação de um nome com um verbo e de um verbo com uma conjunção – com consequências que supõem noções morfossintáticas e semânticas. Finalmente, mostramos como as definições das *partes orationis*, presentes na *Ars breuiata*, isto é, do *advérbio*, da *conjunção* e da *preposição* supõem também critérios sintáticos (sem excluir noções ligadas à morfologia e à semântica).

Em linhas gerais, é possível notar que Agostinho empreende um grande esforço para mostrar a diferença entre *uerba simplicia* e *uerba coniuncta*, assim como *sententiae simplices* e *sententiae coniunctae*. Ao que tudo indica, como operação combinatória de elementos linguísticos com fins dialéticos, interpretamos que essas duas acepções têm ligação com o processo de formação das proposições, seja em seu nível básico, isto é, uma palavra combinada com a outra, seja no nível da proposição, no qual o juízo (*iudicium*) lógico é feito no momento em que uma proposição se combina com outra. Além disso, a noção de *pendens oratio* (oração incompleta) sublinha uma relação, ainda que breve, com o âmbito gramatical. Logo, verifica-se que subjaz à reflexão filosófica o pressuposto de uma relação sintática entre os elementos, fundamentado pela noção de combinação. Embora não se possa falar de uma sintaxe em termos de sujeito e predicado³³⁵ ou mesmo em uma sintaxe, enquanto ordenação dos constituintes da

³³⁵ Ver Baratin (1994). Não entramos nas discussões sobre sujeito e predicado. Para mais detalhes, ver dossiê do *HEL*, 1994 n.10. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/hel_0247-8897_1994_num_10_1?sectionId=hel_0247-8897_1994_num_10_1_3393

oração/proposição, poder-se-ia falar de uma “sintaxe da dialética” ou uma “combinatória da dialética”.

V ORDINATIO VERBORVM

Neste capítulo, apresentamos o segundo eixo da reflexão acerca da sintaxe no pensamento gramatical-dialético de Santo Agostinho: a *ordinatio*. Para a realização dessa tarefa, empreendemos uma descrição e uma análise da *Ars breuiata* e do *De dialectica*, recorrendo, de forma complementar, a algumas passagens do *De uera religione*, *De ordine*, *Confissões* e das *Enarrationes in Psalmos*. De forma geral, fazemos uma contextualização acerca da questão da *Ordem*, ressaltando como esse é um dos pilares do pensamento agostiniano, uma vez que, para Agostinho, a *Ordem* apresenta-se como um dos vestígios deixados pela Trindade em todas as coisas. Após essa contextualização, iniciamos nossa investigação sobre a ordem das palavras (*ordinatio uerborum*), fazendo uma comparação entre o excerto (56) do livro do *De lingua Latina* de Varrão e a passagem (I, 8, 13) das *Confissões* de Agostinho. Por meio dessa comparação, mostramos como os pressupostos da filosofia estoica se fazem presentes nas *Confissões* e como ela mantém um paralelo com a de Varrão, no qual a figura de Crisipo, conforme vimos, é central.

Na sequência, realizamos uma interpretação que busca mostrar como a gramática e a dialética no pensamento de Agostinho estão intimamente ligadas. Em um primeiro momento, analisamos comparativamente os exemplos da lógica estoica presentes no *De dialectica*. Problematizamos e discutimos os termos *uis* (sentido) e *ordinatio* (ordenação), propondo que no *De dialectica* eles mantêm uma inter-relação com os termos *potestas* (valor) e *ordo* (ordem) da *Ars breuiata*. No último ponto, mostramos também como Agostinho, nas *Enarrationes in Psalmos* (4.4), postula uma regra de posição sintática para as conjunções diferente daquela que apresentou na *Ars breuiata*.

5.1 A questão da *Ordem* em Santo Agostinho: contextualização

O tema da *Ordem*³³⁶ ocupa um lugar de destaque no pensamento filosófico, teológico, dialético e gramatical de Santo Agostinho. Como amostra do impacto dessa temática nas reflexões do bispo de Hipona, é possível observar, por meio de levantamento quantitativo sobre esse vocábulo no *corpus Augustinianum*, a cifra de nada menos do que

³³⁶ Como forma de distinguir em nosso texto os vários sentidos que essa palavra possui dentro do conjunto da obra agostiniana, utilizaremos o seguinte recurso textual: *Ordem* (maiúscula e itálico) refere-se ao contexto teológico e filosófico, quando falamos da questão Trinitária e da questão do mal.

2618 entradas em 118 formas diferentes – nesse processo consideramos apenas os textos editados pela *PL*³³⁷. Além dessas, somamos à contabilização:

- a) 1 ocorrência no *De dialectica: ordinatio* (VI, 8, 29), ed. Pinborg (1975);
- b) 3 ocorrências na *Ars breuiata: ordinans* (I, 90), *ordo* (I, 92), *ordinis* (I, 99), ed. Bonnet (2013);
- c) 3 ocorrências no *De rhetorica: ordinem* (I, 1), *ordinationi* (I, 1), *ordinatis* (I, 1), ed. Giomini (1990).

Esse resultado mostra quão densa e ampla é a investigação sobre os aspectos da ordem em Agostinho. Diante disso, duas considerações preliminares podem ser expostas desde já. A alta frequência de uso dos semas relacionados ao vocábulo *ordo* e seus derivados (nossa procura foi realizada com base no radical da palavra, cujas formas declinadas ou conjugadas foram buscadas automaticamente pelo buscador do *Corpus Corporum*), já consistiria em uma pesquisa por si só. Esse fator impõe, sem sombra de dúvidas, uma limitação de análise do *corpus*, no que se refere a tal aspecto da obra de Agostinho.

A segunda consideração reside no fato de que, para tratarmos do tema da ordem, devemos realizar dois recortes: i) contextual, no qual destacamos como o conceito de *Ordem* aparece no campo filosófico-teológico, basicamente no *De ordine* e no *De uera religione*, servindo-nos de guia na explicitação das linhas gerais dessa problemática; ii) o recorte vinculado especificamente ao campo da linguagem, no qual a gramática e a dialética figuram como os pontos principais. Como foco da análise detemo-nos no exame da *Ars breuiata* e do *De dialectica* também ao *De ordine*, *Confissões* e às *Enarrationes in Psalmos*, com o intuito de explicitar pontos que ficaram, em certo sentido, incipientes nas considerações de Agostinho na *Ars breuiata* e no *De dialectica*.

No *De uera religione*³³⁸, Agostinho pontua que:

³³⁷http://www.mlat.uzh.ch/MLS/advwortliste.php?suchbegriff2=ord&binary=&modif=&home=&lang=0&tabelle=Augustinus_Hipponensis_cps2&corpus=2&id=&kkwlaus=wl_tabelle&von=advsuchen&suchbegriff=ord&target=

³³⁸ Neste trecho, encontramos as seguintes palavras de Agostinho (*De uera rel.*, I, 7, 12): “Ó caríssimo amigo Romano, porque, tendo te prometido há alguns anos, escrever-te acerca de minhas ideias sobre a verdadeira religião creio ter chegado a hora oportuna, após ter constatado a urgência de tuas penetrantes perguntas. Pelo laço de caridade que me une a ti, não posso sofrer por mais tempo que andes oscilando sem rumo seguro.” (Tradução de Oliveira, 2007, p. 39-40).

Conhecida essa Trindade — quanto é possível na vida presente — sem dúvida alguma a mente percebe que toda criatura intelectual, animal e corporal, recebe dessa mesma Trindade criadora: o *ser* para ser o que é; a sua *forma*; e a direção dentro de perfeita *ordem* universal... Visto que todas as coisas, substância, essência, natureza ou qualquer outro termo mais adequado, que se dê possui ao mesmo tempo estas três propriedades: é algo único, distingue-se por sua forma das demais coisas, e está dentro da **ordem universal**.³³⁹

(AGOSTINHO, *De uera rel.*, I, 7, 13. Grifos nossos)

No trecho citado do *De uera religione*, escrito entre os anos de 387 a 391 d.C., Agostinho oferece considerações sobre como a Trindade deixou vestígios nas coisas. Para formular seus argumentos, Agostinho lança mão de uma terminologia³⁴⁰ ampla. A substância (*substantia*), a essência (*essentia*), a natureza (*natura*), a forma (*specie*) e a Ordem (*ordo*). Como destacam os comentaristas Reale & Antiseri (2003 [1997], p. 93), para Agostinho, “todas as coisas criadas apresentam *unidade, forma e ordem*, tanto as coisas corpóreas como as almas incorpóreas. Ora, assim como das obras remontamos ao Criador, que é Deus uno e trino, podemos considerar essas três características como *vestígios* de si deixados pela Trindade em sua obra.”³⁴¹

Diante disso, Agostinho, para entender ou procurar compreender os mistérios da Trindade, realiza uma configuração que engloba todos os domínios humanos. Sendo a

³³⁹Cf. *Qua Trinitate quantum in hac vita datum est cognita, omnis intellectualis et animalis et corporalis creatura, ab eadem Trinitate creatrice esse in quantum est, et ordinatissime administrari, sine ulla dubitatione perspicitur; non ut aliam partem totius creaturae fecisse intellegatur Pater, et aliam Filius, et aliam Spiritus Sanctus, sed et simul omnia et unamquamque naturam Patrem fecisse per Filium in dono Spiritus Sancti. Omnis enim res, vel substantia, vel essentia, vel natura, vel si quo alio verbo melius enuntiat, simul haec tria habet; ut et unum aliquid sit, et specie propria discernatur a ceteris, et rerum ordinem non excedat.*

³⁴⁰ Cf. Ando (1994, p. 48): “Augustine's thoughts on all these disparate issues—history, time, creation, knowledge, sense-perception, signs, language, and God—are connected, and the terminology and concepts which he uses in discussing them are the same. Augustine thought that we use language because our souls cannot communicate with each other directly, because they are trapped in physical bodies. Language, like our bodies, is trapped and operates in time, and is thus largely subject to the limitations of the physical world. At the same time, language consists of signs which can cause the mind to think about things other than the sign itself...” A observação de Ando destaca que a terminologia empregada por Agostinho para tratar de temas variados se mantém em muitas ocasiões, porém, embora o mapeamento de uma terminologia possa ser realizada com certa facilidade, por ser pouco variável, também se torna um desafio, pois nem todas estão empregadas com o mesmo sentido, por não possuírem a mesma origem filosófica. Por isso, não entraremos em uma discussão sobre os termos *substância*, *essência*, *forma*, cuja vertente platônica e neoplatônica possui uma larga discussão. Sobre o significado do verbo *Ser* (*Esse*), em Agostinho, ver Zum-Brunn (1984, p. 10), que, por meio da observação de Handrix (sd, p. 39-40), diz: “« Chez saint Augustin les termes et les concepts n'ont pas toujours le sens net et défini qu'ils ont dans notre philosophie scolastique actuelle. De mot *essentia* par exemple signifie chez lui tantôt notre *existentia*, tantôt notre *essentia* et tantôt les deux à la fois »”. Para uma discussão dos termos *substantia*, *essentia* e *natura*, ver Pépin (1971). Ver Agostinho, *De Trinitate* (V; XV). A referência mais antiga de que temos testemunho é a de Sêneca, o filósofo na *Epístola 57*, que atribui a tradução do termo grego *ousia* para o latim *substantia* a Cícero. Apuleio, no *De Platone et eius Dogmate* V, 190-194, apresenta as traduções latinas para *ἰδέα* = *formae*; *Οὐσία* = *substantiae*.

³⁴¹ Cf. Reale & Antiseri (2003 [1997], p. 93 – grifos do original.).

linguagem um desses domínios, far-se-á necessário investigá-la. A linguagem, nesse sentido, como um traço peculiar das (inter-)relações humanas, contém, em certa medida, os mesmos atributos assinalados naquela investigação, quais sejam, uma *essência*, uma *forma* e uma *ordenação*.³⁴²

Contudo, antes de avançarmos para o campo propriamente dito da linguagem e observarmos a maneira pela qual Agostinho lidou com as implicações da ordem nesse âmbito, é preciso traçar as linhas gerais daquela reflexão mais ampla sobre a ordem das coisas (*ordo rerum*). No diálogo de *De ordine*, escrito por Agostinho na época em que esteve em Cassiciaco, o filósofo apresenta uma discussão a respeito desse tema, já que uma das suas inquietações consistia em saber se o mal seria proveniente da falta de ordenação e, conseqüentemente, se o bem proviria de uma ordenação.

Como destaca Silva:

[Agostinho] pensa a ordem a partir da experiência pessoal do mal e da desordem, que relata nas suas *Confissões*. Em consequência, ele pensa a ordem no contexto de uma convicção fundamental, que é esta: para explicar o mal e encontrar racionalidade para a desordem, é preciso explicar o mundo a partir de uma relação efetiva entre Deus e os homens, entre o mundo inteligível onde tudo é perfeição, e o mundo da realidade humana, onde bem e mal se misturam... a ordem está contida em toda a manifestação de realidade, Agostinho assume-a como uma categoria ontológica de máxima radicalidade. **A ordem está imiscuída em tudo e por toda a parte se manifesta.** Este facto decorre da universalidade dessa categoria, tornando-a indissociável do ser: onde há ser, há ordem e racionalidade.

(SILVA, 2012, p. 11-12. Grifos nossos).

Silva (2012), na sua obra sobre os aspectos da *Ordem* em Santo Agostinho, fornece uma interpretação para essa questão. Em seu comentário, a autora destaca que Agostinho se concentra e se utiliza da discussão da *Ordem* para tentar solucionar, entre muitos outros, o problema do mal, que se originaria, portanto, da desordem. O par *Ordem e Desordem*

³⁴² Do ponto de vista da terminologia e da metalinguagem gramatical, Baratin (2010, p. 23) sublinha que: “Apollonius cherche encore en effet à faire cohabiter des influences stoïciciens et péripatéticiens: il définit le nom tantôt comme exprimant la qualité, par opposition au pronom, expression de la substance, tantôt comme exprimant à la fois la substance et la qualité (cf. *Synt.* 2,22 et 24 vs *Pron.* 27, 9), et il recourt pour cette définition à des concepts aussi différents que *ousia*, *sôma*, *huparxis* [«être», «corps», «existence»]. Chez Priscien en revanche, la définition s’unifie et *substantia* devient le concept unique équivalent à ces trois termes.” Garcea (2009) e Luhtala (2009) empreendem observações de como referências Neo/Médio-Platônicas podem ter chegado a Prisciano. A fonte latina mais plausível seria o *De definitionibus* de Mário Vitorino. Em que pese a discussão em Prisciano sobre a adaptação desses termos à gramática, sublinhamos que a terminologia na Antiguidade é altamente intercambiável, – mesmo em um autor detidamente gramatical é possível observar empréstimos e recorrência sistemática ao âmbito filosófico. Ver Luhtala (2005).

figuraria, nesse sentido, como dois polos sobre os quais Agostinho se debruça cujas diferenças tenta mostrar. Para isso, ele tece explicações sobre o mundo inteligível, onde tudo é perfeição, e o mundo da realidade humana, no qual o bem e o mal se misturam, sendo, assim, necessário explicar como se dá a relação entre Deus e os homens (SILVA, 2012). Agostinho, então, propõe que a *Ordem* está contida em toda e qualquer manifestação da realidade. A *Ordem* seria, assim, um *vestígio* deixado pela Trindade em todas as coisas.

No prólogo do diálogo, Agostinho lança a seguinte argumentação:

Seguir e perceber a **ordem das coisas**, caro Zenóbio, a que se refere a cada uma em particular, e ainda mais ver e explicar a ordem do universo, que guia e governa o mundo, é muitíssimo difícil e raro para os homens. **Acrescente-se a isto o fato de que, embora alguém o possa fazer, não consegue encontrar um ouvinte que, quer pelo mérito de sua vida, quer por certa situação de conhecimentos, seja digno de coisas tão divinas e obscuras.** No entanto, nada há que as grandes inteligências, como também os que de cabeça erguida observam as dificuldades e tempestades desta vida, mais avidamente esperam e desejam ouvir e aprender sobre a questão de como pode ser que, ao mesmo tempo em que Deus cuida das coisas humanas, haja tanta perversidade nas coisas humanas, difundida por toda parte, de modo que não parece que se deva atribuir esse cuidado ao poder divino, mas também nem sequer a algum governo servil, se lhe fosse concedido tanto poder. Pelo que, aos que são acometidos por tais inquietações só lhes resta pensar o seguinte: ou que a divina providência não procura atingir estas coisas mesquinhas e ínfimas ou que todas as coisas más se cometem por vontade de Deus.³⁴³

(AGOSTINHO, *De ord.*, I, i, 1. Grifos nossos)

Agostinho, logo no início do diálogo, aponta os limites para quem pode alcançar o conhecimento necessário para explicar a ordem das coisas (*ordo rerum*) de forma correta e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de encontrar alguém capaz de escutar e compreender esse conhecimento. Dessa forma, parece haver uma assimetria nessa

³⁴³ Cf. *Ordinem rerum*, Zenobi, *consequi ac tenere cuique proprium, tum vero universitatis quo coeretur ac regitur hic mundus, vel videre vel pandere difficillimum hominibus atque rarissimum est. Huc accedit quod etiamsi quis haec possit, non illud quoque valet efficere, ut dignum auditorem tam divinis obscurisque rebus, vel vitae merito, vel habitu quodam eruditionis, inveniatur. Nec tamen quidquam est quod magis avide expetant quaeque optima ingenia, magisque audire ac discere studeant qui scopulos vitae huius et procellas, velut erecto quantum licet capite, inspiciunt, quam quomodo fiat ut et Deus humana curet, et tanta in humanis rebus perversitas usquequaque diffusa sit, ut non divinae, sed ne servili quidem cuipiam procurationi, si ei tanta potestas daretur, tribuenda esse videatur. Quamobrem illud quasi necessarium iis quibus talia sunt curae, credendum dimittitur; aut divinam providentiam non usque in haec ultima et ima pertendi, aut certe mala omnia Dei voluntate committi. Utrumque impium, sed magis periculosissimum animo sit; tamen in ipsis hominibus nemo quemquam non potuisse aliquid criminatus est: negligentiae vero vituperatio multo est quam malitiae crudelitatisque purgatio. Itaque velut compellitur ratio tenere non immemor pietatis, aut ista terrena non posse a divinis administrari, aut negligi atque contemni potius quam ita gubernari, ut omnis de Deo sit mitis atque inculpanda conquestio.* (Grifos nossos. Tradução de Belmonte (2008, p. 159-160)).

relação, que resulta em certa incapacidade de “transmissão direta” desse conhecimento de uma pessoa para a outra³⁴⁴. A necessidade, então, de um estudo sistemático, orientado pela educação liberal, por cada um, torna-se uma condição indispensável para o entendimento e acesso a esse saber.

Um exemplo, encontrado em outra passagem do *De ordine*, pode auxiliar-nos de forma mais concreta e objetiva, excerto a partir do qual podemos também tangenciar o problema da linguagem. Agostinho diz:

Assim são, acredito, todas as coisas, mas essas mesmas coisas requerem olhos que as entendam. Os poetas gostam de solecismos e barbarismos, como eles os denominam, aos quais eles preferiram designar mudando seus nomes para figuras e metaplasmos. Mas tirem dos poemas estas figuras e sentiremos falta dos seus agradabilíssimos condimentos. Coloque muitas dessas metáforas num só lugar e tudo parecerá sem gosto, rebuscado ou nojento. Transfira essas figuras para a linguagem livre e forense: quem não dirá que devam ser evitadas e não mandará que se restrinjam aos teatros? **Portanto, a ordem, que governa e modera essas coisas, nem suportará o uso excessivo dessas figuras sintáticas, mesmo onde possam ser empregadas, nem o seu uso em qualquer lugar.** Intercalando certa sobriedade com um estilo não polido, o discurso realça as próprias passagens e os tópicos elegantes da oração. Se a linguagem metafórica for exclusiva no discurso, este se despreza como sendo de pouco valor; mas se falta, as passagens bonitas não sobressaem nem dominam nos campos e propriedades da oratória e com seu próprio brilho prejudicam e confundem o todo.³⁴⁵

(AGOSTINHO, *De ord.*, II, iv, 13. Grifos nossos).

Nesta passagem, Agostinho estabelece relações entre os domínios da gramática, da poesia, da retórica/oratória, destacando o papel que a ordem (*ordo*) possui em todas

³⁴⁴ Nas *Confissões* (XI, 2,2), o problema de Agostinho, com relação ao conhecimento, liga-se ao tempo. Agostinho destaca uma espécie de aporia, visto que é necessário saber, mas não há tempo de saber tudo de todas as obras divinas, pois não se pode esquecer de que também é preciso anunciar o que já se sabe. Agostinho se indaga da seguinte maneira: “Quando poderei eu, com a língua da minha pena, enumerar todas as vossas solicitações, terrores, consolações e incitamentos com que me introduzistes a pregar a vossa palavra e a distribuir a vossa doutrina ao vosso povo? Mesmo que fosse capaz de as enunciar por ordem, cada gota de tempo me é preciosa.” [cf. *Quando autem sufficio lingua calami enuntiare omnia hortamenta tua et omnes terrores tuos, et consolationes et gubernationes, quibus me perduxisti praedicare verbum et sacramentum tuum dispensare populo tuo? et si sufficio haec enuntiare ex ordine, caro mihi valent stillae temporum.*]. Agostinho usa os vocábulos *omnia* (todas), *enuntiare* (enunciar/enumerar), *dispensare* (distribuir/dispersar) e *praedicare* (pregar), como Morhmann (1968) destaca, ou seja, o aspecto pastoral da vida de Agostinho como bispo. Agostinho hipoteticamente aventa poder falar ordenadamente sobre todas as coisas divinas, mas, agora, o tempo o impede.

³⁴⁵ Cf. *Talia, credo, sunt omnia, sed oculos quaerunt. Soloecismos et barbarismos quos vocant, poetae adamaverunt; quae schemata et metaplasmos mutatis appellare nominibus quam manifesta vitia fugere maluerunt. Detrahe tamen ista carminibus, suavissima condimenta desiderabimus. Congere multa in unum locum, totum acre, putidum, rancidum fastidibo. Transfer in liberam forensemque dictionem, quis non eam fugere atque in theatra se condere iubebit? Ordo igitur ea gubernans et moderans, nec apud se nimia nec ubilibet aliena esse patietur. Submissa quaedam impolitaeque simillima ipsos saltus ac venustus locos sese interponens illustrat oratio. Quae si sola sit, proicis ut vilem: si autem desit, illa pulchra non prominent, non in suis quasi regionibus possessionibusque dominantur sibi ipsa propria luce obstant totumque confundunt.* (Grifos nossos – tradução de Belmonte, 2008, p. 210).

essas disciplinas e práticas de linguagem. A atenção aos textos poéticos e suas armadilhas de linguagem concentra-se na menção ao *solecismo* (*soloecismus*)³⁴⁶ e ao *barbarismo* (*barbarismus*), dois tópicos das gramáticas latinas, também designados de *uitia orationis* (vícios da oração/discurso), que foram, entretanto, substituídos pelos termos *figuras* (*schemata*) e *metaplasmos* (*metaplasmi*), segundo Agostinho, pelos próprios poetas. No entanto, não se trata, nesse caso, apenas de uma alteração de terminologia, mas de uma justificativa para não proscriver tais usos linguísticos ou classificá-los como equívocos gramaticais, quando, fossem esses, no entanto, frutos do engenho dos poetas.

Na passagem em questão, a observação sobre o uso exagerado de metáforas na linguagem corrente, nos discursos forenses e até mesmo no teatro, revela-nos que, segundo Agostinho, o conhecimento fundamentado da ordenação das palavras poderia gerar uma espécie de equilíbrio, contribuindo para a produção de tom de um discurso moderado, para que não houvesse confusão e prejuízo para o entendimento do todo. A ordem, portanto, seria o elemento que “governa e modera todas essas coisas” (*Ordo igitur ea gubernans et moderans... De ord.*, II, iv, 13), uma definição que poderá soar como um postulado metafísico, mas que, no contexto em questão, é aplicado ao universo da organização do discurso.

³⁴⁶ Na *Ars breuiata* (I, 98-99), encontramos já delineados por Agostinho os conceitos de solecismo e de impróprio: “O *solecismo* é o vício da elocução que se faz, por meio de palavras latinas, em certas partes da oração, mas que estão unidas entre si inadequadamente. Quem, com efeito, diz *inter hominibus*, se considerasses cada uma delas isoladamente não cometeria um vício, pois tanto *inter* quanto *hominibus* são palavras latinas, mas, assim que uma é combinada com a outra, é um vício. Por isso, do mesmo modo, quando é cometido um erro em qualquer parte lógica da sentença, a qual foi relacionada com as oito partes da oração, chama-se *solecismo*. Alguns distinguem o *solecismo*, do *impróprio*, que se chama em grego *acyrologia*. Se alguém, por exemplo, dissesse *libidinem amicitiarum*, em vez de, *amore* e *factionem bonorum*, em vez de, *cessione*, a não ser que diga vituperando ou zombando, mas julgando de boa-fé (é assim que se deve dizer), portanto, jamais deve ser, desta forma, repreendido como se tivesse sido acusado de cometer um solecismo. Por isso, importa [distinguir] entre *soloecismo* e *improprium*, visto que **no solecismo deve-se repreender a ignorância da ordem, no impróprio, porém, a significação; uma coisa é não saber como as palavras devem se suceder, outra coisa é não saber o que elas significam.** [cf. *Soloecismus est uitium locutionis quod fit per Latinas quidem partes orationis, sed male sibimet nexas. Qui enim dicit <<inter hominibus>>, si consideres singula, nullum fecit uitium: nam et inter Latinum est et hominibus; sed uitiosum est sic utrumque coniunctum. Hoc ergo modo quando peccatur in qualibet ratione, quae de octo partibus orationis reddita est, soloecismus uocatur... Nonnulli a soloecismo seiungunt improprium quod Graece acyrologia dicitur. Si quis, uerbi causa, dicat <<libidinem amicitiarum>> pro <<amore>>, et <<factionem bonorum>> pro <<cessione>>, nisi uituperans aut inridens dicat, sed bono animo arbitrans ita esse dicendum, nunquam solet ita reprehendi ut soloecismum fecisse arguatur. Hoc ergo interest inter soloecismum et improprium, quod in soloecismo reprehenditur ordinis ignorantia, in improprio autem significationis: aliud est enim nescire quomodo se uerba consequi debeant, aliud nescire quid significant.]. (Grifos nossos). Para discussão acerca do solecismo na *Ars breuiata*, *De ordine*, *Confissões*, ver Law (1984), Bonnet (2013), Freitas (2016), Fortes & Freitas (2019).*

Não nos parece, então, por acaso ser o trecho subsequente uma pequena demonstração de como esse conhecimento também atua e está relacionado de maneira direta com os preceitos da dialética. Na passagem (II, v, 13) do *De ordine*, temos:

Também aqui **devem-se muitos favores à ordem**. Quem não teme as conclusões enganosas ou que se insinuam aos poucos, diminuindo ou acrescentando para aprovação da falsidade? Quem não detesta isto? *E, com frequência, tais conclusões colocadas nas discussões e em seus devidos lugares têm tanto poder que não sei como o próprio erro se torna agradável. Por acaso não se deverá louvar a própria ordem?*³⁴⁷

(AGOSTINHO, *De ord.*, II, v, 13. Grifos nossos)

Para Agostinho, como podemos perceber, a ordem tem um papel filosófico de relevo, não se limitando aos domínios da elaboração do discurso poético, forense ou comum, mas alcança o domínio dialético – epistemológico –, posto que do seu emprego se pode admitir ou não o erro e a falsidade. Nessa esteira, podemos apontar que uma das atribuições a respeito dos conhecimentos necessários para ser um bom dialético seria a de conhecer, em certa medida, não apenas a ordenação das palavras, mas também das coisas, uma vez que as disputas dialéticas se fazem por intermédio da linguagem, é verdade, mas visam a determinação da ordem das coisas no mundo.

A importância do conhecimento e como ele se inscreve na linguagem gera um certo fascínio e aporia. Agostinho, em sua famosa passagem das *Confissões* (I, 8, 13)³⁴⁸, nos dá uma amostra de tal fato:

Da infância, caminhando para o ponto onde estou, passei à meninice, ou melhor, ela chegou a mim em seguimento à infância. Esta não se afastou: para onde poderia ir? No entanto, não mais existia. De fato, **eu não era mais uma criança, incapaz de falar, e sim, um menino muito conversador**; disto eu me lembro. **E compreendi mais tarde como aprendi a falar: não eram os adultos que me ensinavam as palavras segundo um método preciso, como o fizeram mais tarde para me ensinarem as letras, era eu por mim mesmo**, graças à inteligência que tu, Senhor, me deste, era eu que procurava, através de gemidos, gritos diversos e gestos vários, manifestar os sentimentos do coração,

³⁴⁷ Cf. *Magnae et hic debentur ordini gratiae. Mentientes conclusiones, aut irrepentes paulatim, vel minuendo vel addendo in adersionem falsitatis, quis non metuat? quis non oderit? Saepe tamen in disputationibus certis et suis sedibus collocatae tantum valent, ut nescio quomodo per eas dulcescat ipsa deceptio. Nonne hic quoque ordo ipse laudabitur?* (Grifos e marcações nossas. Tradução de Belmonte, 2008, p. 210)

³⁴⁸ Parte das observações que Wittgenstein erige nas *Investigações Filosóficas* leva em consideração, pelo menos em um primeiro momento, os postulados de Agostinho. Conforme Bermon & Narboux (2017, p. xi): “Wittgenstein traces the loss of philosophical innocence to a passage from Augustine’s Confessions (PI § 1a) about language acquisition whose philosophical innocuousness we would not have thought to question: “These words, it seems to me, give us a particular picture of the essence of human language” (PI § 1b).”.

para que fizessem minhas vontades. Eu só o que não conseguia era fazer-me entender de todo e por todos. Procurava guardar na memória os nomes que ouvia serem às coisas; e vendo que as pessoas, conforme esta ou aquela palavra, se dirigiam para este ou aquele objeto, eu observava e lembrava que a esse objeto correspondia o som que produzia quando queria mostrar esse objeto. Então eu compreendia o que os outros queriam pelos movimentos do corpo, linguagem por assim dizer natural, comum a todos os povos e que se manifesta pela expressão do rosto, pelos movimentos dos olhos, pelos gestos dos demais membros e pela entonação da voz, indicadores dos estados de espírito, quando alguém pede determinada coisa ou quer possuí-la, quando a rejeita ou quer evitá-la. **Desse modo, à força de ouvir as mesmas palavras, pelo lugar que ocupavam nas frases, pouco a pouco eu chegava a compreender de que coisas elas eram os sinais, e ia acostumando a boca a pronunciá-las, servia-me delas para exprimir meus desejos.** E assim comecei a comunicar, aos que me cercavam, os sinais que exprimiam os meus desejos, e desse modo entrei mais profundamente na tormentosa sociedade dos homens, sob a autoridade de meus pais e dos mais velhos.³⁴⁹

(AGOSTINHO, *Conf.*, I, 8, 13. Grifos nossos)

A descrição vívida que Agostinho faz nesse trecho das *Confissões* sobre o aprendizado de sua língua materna, reforça, em primeiro lugar, o fascínio que os fenômenos da linguagem exercia sobre ele e, em segundo lugar, como o processo de aprendizado da linguagem “natural” era percebido como algo diferenciado do método de aprendizado das palavras pelas “letras”, método que pode ser compreendido aqui como o da “gramática”. Sobre ambos os processos, Agostinho fornece informações consideráveis, como, por exemplo, ao sublinhar que só se entra para o seio da comunidade e da sociedade efetivamente depois de conseguir estabelecer uma comunicação por meio de sinais/signos (*signa*)³⁵⁰ e da fala (*loquens*). Além disso, os pontos levantados nesse trecho envolvem o aprendizado da língua(gem) pelo movimento dos corpos (*motu corporis*), à qual se fazem pelas “palavras naturais” (*uerbis naturalibus*), pelas expressões

³⁴⁹Cf. *Nonne ab infantia huc pergens veni in pueritiam? vel potius ipsa in me venit et successit infantiae? nec discessit illa: quo enim abiit? et tamen iam non erat. non enim eram infans qui non farer, sed iam puer loquens eram. et memini hoc, et unde loqui didiceram post adverti. non enim docebant me maiores homines, praebentes mihi verba certo aliquo ordine doctrinae sicut paulo post litteras, sed ego ipse mente quam dedisti mihi, deus meus, cum gemitibus et vocibus variis et variis membrorum motibus edere vellem sensa cordis mei, ut voluntati pareretur, nec valerem quae volebam omnia nec quibus volebam omnibus, prensabam memoria. cum ipsi appellabant rem aliquam et cum secundum eam vocem corpus ad aliquid movebant, videbam et tenebam hoc ab eis vocari rem illam quod sonabant cum eam vellent ostendere. hoc autem eos velle ex motu corporis aperiebatur tamquam verbis naturalibus omnium gentium, quae fiunt vultu et nutu oculorum ceterorumque membrorum actu et sonitu vocis indicante affectionem animi in petendis, habendis, reiciendis fugiendisve rebus. ita verba in variis sententiis locis suis posita et crebro audita quarum rerum signa essent paulatim conllegebam measque iam voluntates edomito in eis signis ore per haec enuntiabam. sic cum his inter quos eram voluntatum enuntiandarum signa communicavi, et vitae humanae procellosam societatem altius ingressus sum, pendens ex parentum auctoritate nutuque maiorum hominum.* (Ed. O'DONNELL, 1992, p. 7-8, grifos nossos. Tradução de Santos & Pina, 1996)

³⁵⁰ Essa reflexão também já havia aparecido em seu diálogo de juventude *De ordine*, como mencionamos no capítulo II (2.2).

do rosto (*uultu*), pelo movimento dos olhos (*nutu oculorum*), pelo gesto dos demais membros (*ceterorumque membrorum actu*) e pela entonação da voz (*sonitu vocis*). E, por fim, mas não menos importante, uma atenção aos vários lugares e posições que as palavras poderiam ocupar nas frases (*uerba in uariis sententiis locis suis posita*).

Assim, é oportuno retomar a passagem de Varrão (LL VI, 56), que parece fazer ecoar na reflexão de Agostinho um estoicismo prototípico, oriundo das considerações de Crisipo. Vejamos os dois excertos lado a lado abaixo:

VARRÃO (LL VI, 56)	AGOSTINHO (Conf., I, 8, 13.)
<i>Loqui ab loco dictum, quod quid primo dicitur iam fari et uocabula et reliqua uerba dicit antequam suo quidque loco ea dicere potest. Hunc Chrysippus negat loqui, sed ut loqui; quare, ut imago hominis non sit homo sic in coruis, cornicibus, pueris primitus incipientibus fari uerba non esse uerba, quod non locentur. Igitur is loquitur qui suo loco quodque uerbum sciens ponit et is tum prolocutus, cum in animo quod habuit extulit loquendo.</i>	<i>et tamen iam non erat. non enim eram infans qui non farer, sed iam puer loquens eram. et memini hoc, et unde loqui didiceram post adverti. non enim docebant me maiores homines, praebentes mihi uerba certo aliquo ordine doctrinae sicut paulo post litteras... ita uerba in uariis sententiis locis suis posita et crebro audita quarum rerum signa essent paulatim conligebam measque iam voluntates edomito in eis signis ore per haec enuntiabam.</i>
Loqui (falar) provém de locus (lugar) , porque aquele que diz falar agora pela primeira vez, não só fala nomes, mas também outras palavras antes de poder as dizer cada uma em seu lugar . Crisipo nega a esse que fale, mas que parece falar ; de certo, como a imagem de um homem não é o homem, assim como, nos corvos, nas corujas e nas crianças que, de forma incipiente, começam a falar as palavras não podem ser consideradas palavras, pois não são ditas em seus lugares. Portanto, aquele que fala é quem, com sabedoria, coloca cada palavra em seu próprio lugar e então faz uma prolocutus (proposição), quando expõe ao falar aquilo que está na alma.	No entanto, não mais existia. De fato, eu não era mais uma criança, incapaz de falar, e sim, um menino muito conversador ; disto eu me lembro. E compreendi mais tarde como aprendi a falar: não eram os adultos que me ensinavam as palavras segundo um método preciso, como o fizeram mais tarde para me ensinarem as letras, era eu por mim mesmo... Desse modo, à força de ouvir as mesmas palavras, pelo lugar que ocupavam nas frases , pouco a pouco eu chegava a compreender de que coisas elas eram os sinais, e ia acostumando a boca a pronunciá-las , servia-me delas para exprimir meus desejos.

Tabela 12. Comparação Varrão LL VI, 56 com Agostinho Conf. I, 8, 13.

Há algumas relações que podem ser compreendidas do cotejo acima, entre o texto de Varrão (LL VI 52-55) e o excerto das *Confissões* (I, 8, 13), de Agostinho. Do ponto de vista textual, é possível observar o emprego de determinados vocábulos, como, por exemplo, *fari*, *loqui* e *infans*, que se faz presente nos dois textos e que, em grande parte, parecem indicar, pelo menos em linhas gerais, qual é, de fato, o papel do estoicismo nas considerações de Agostinho acerca da linguagem. O vocábulo *infans* (infância), em uma interpretação mais básica, corresponde ao momento em que a língua(gem) ainda se

encontra em um estágio incipiente. Neste caso, o adjetivo latino *infans* (*in* + *fans* [formado pela preposição *in* mais o particípio presente ativo **fans* LL VI, 52) parece estabelecer uma relação entre etapas do aprendizado linguístico com a idade dos jovens romanos, ou melhor dizendo, parece apontar para a relação estreita que há entre linguagem e a sociedade. Varrão descreve esse processo, em certo sentido, ao explicar que: *Ab eo, antequam ita faciunt, pueri dicuntur infantes; cum id faciunt, iam fari* (“Destá forma, antes que assim façam, as crianças são chamadas de não falantes [*infantes*]; quando fazem isso, já falam.” LL VI, 52). Dessa forma, os *infantes* são aqueles que ainda não falam, oposto aos que “já falam” (*iam fari*). O verbo *fari*³⁵¹ também é descrito e explicado por Varrão entre os parágrafos 52-55 (LL VI), que o define da seguinte forma: *Fatur is qui primum homo significabilem ore mittit uocem*. (“Fala primeiro aquele homem que, por meio da boca, produz um som significável.”). Há, nesse ponto, uma espécie de gradação dos aspectos linguísticos, marcada por Varrão entre os dois vocábulos.³⁵²

Além de *infans* e *fari*, em Varrão, podemos observar também o verbo *loqui* (falar) que, como o autor define, se relaciona intimamente com a ideia de lugar (*locus*), uma vez

³⁵¹ *For* (*desus. nesta pessoa*), *faris, atus sum, ari, v. dep.* (φάω). Falar, ter a faculdade, o uso da fala § fala, dizer, explicar; confessar, declarar (SARAIVA, 2006 [1927]). Cabe, neste ponto, uma observação adicional, isto é, o sinal de convenção §, no presente trabalho lexicográfico, “indica os diferentes sentidos de uma palavra” (p. iii). Para detalhes dos sinais de convenção, ver pág. iii. Não adotamos a grafia do dicionário, posto que sua edição ainda é fac-similar de 1927, cuja ortografia da língua portuguesa seguia outro padrão de convenção. Ainda no âmbito da lexicografia, o dicionário especializado de verbos latinos da *Barron's Educational Series*, editado por Prior & Wohlberg (2008 [1995], p. 214), fornece-nos as seguintes considerações: *for; fari, fatus sum*: defective. Compounds and related words: **affabilis, -e** affable; **affabilitas, -tatis, f.** affability; **affatus, -us, m.** speech; **affor (1)** to address; **fabula, -ae f.** story; **facundia, -ae, f.** eloquence; **facundus, -a, -um** eloquent; **fama, -ae f.** rumor; **fas** divinely right; **fatum, -I, n.** fate; **infamia, -ae, f.** disgrace; **infamo (1)** to disgrace; **infans, ntis, c.** speechless; **nefandus, -a, -um** impious; **nefarious, -a, -um** heinous; **nefas** wickedness; **praefer (1)** to say in advance. Dentre as acepções, podemos observar como **affatus, -us, m.** speech; **fabula, -ae f.** story; **facundia, -ae, f.** eloquence; **facundus, -a, -um** eloquent e **infans, ntis, c.** speechless estão relacionados ao campo da linguagem. (Grifos do original). Do ponto de vista da história da língua latina, ver Ernout & Meillet (1951, p. 435-437).

³⁵² Flobert (1985, p. vi): “Pour le fond néanmoins Varro est essentiellement tributaire des Stoïciens... Au niveau doctrinal, como on le voit, le livre VI, par opposition au livre V, est concerné par les ‘incorporeals’: le temp et l’action.”. A observação de Flobert destaca dois dos quatro incorpóreos estoicos, como mencionamos acima, por sua vez, essa divisão de Varrão parece se subdividir dentro do livro VI, em que se pode deprender, com mais detalhes, os aspectos lógicos e dialéticos da teoria estoica, vinculados ao âmbito da linguagem. Flobert (1984, p. x) comenta: “L’armature philosophique qui sous-tend le traitement de l’action et des ses trois degrés (41-85) se révèle manifestement comme stoïcienne. La tripartition de la pensée, de la parole et de l’action répond au modèle stoïcien: νόημα, λεκτόν, πρᾶγμα, et s’oppose à bipartition aristotélicienne que fait l’économie du λεκτόν (cf. Ammonius, SVF II, 168), fundamental pour la linguistique. Il reste que le traitement latin apparaît très habile par le choix de *agere* (il est significatif que ἄγω ne soit même pas cité), qui s’applique dans les trois domaines; on se rappellera aussi les cinq parties de l’éloquence. Le traitement de la pensée (43-50) s’ouvre avec le verbe *cogitare* dont le lien étymologique évident avec *agere* est le bienvenu; la parole bénéficie d’un développement beaucoup plus considérable (51-76); *narrare*, qui est aussi verbe de connaissance, ménage une transition subtile, mais ce qui est marquant, c’est la séquence *fari/loqui*, ainsi que le développement sur le langage enfantin et animal: là encore la dette stoïcienne est éclatante et Varron cite honnêtement Chrysippe (56). Les affinités avec le théorie moderne des actes de parole n’ont pas besoin d’être soulignées.”.

que *loqui* teria como palavra originária *locus*. Varrão, para sustentar sua posição, realiza três movimentos, isto é, apresenta a relação entre *loqui* (falar), *fari* (falar-incipiente) e, por fim, *ut loqui* (quase-fala). Como sustenta Taylor (1993, p. 277), “proferir um som, segundo Varrão, não configura que esse som seja considerado uma fala, pois não foi proferido de forma ordenada”³⁵³.

A reflexão de Varrão acerca de *loqui* e *ut loqui* baseia-se, segundo o próprio autor, em uma distinção realizada por Crisipo, uma vez que uma coisa é “quase falar” (*ut loqui*) e outra “falar” (falar). A distinção entre os dois processos liga-se ao conhecimento do lugar que as palavras precisam ter dentro das sentenças, no caso dos dialéticos, ou do discurso, no caso dos retóricos. No caso da dialética, que é, de fato, o pano de fundo do *LL*, poderia estar insinuada em Varrão uma referência aos *lékta* incompletos (*ut loqui*) e aos *lékta* completos (*loqui*). Essa é uma distinção que atrelaria os postulados de Varrão ao estudo da lógica estoica, que, como ponderamos no capítulo III, foi responsável por introduzir em Roma a reflexão sintática. Dessa forma, “falar”, do ponto de vista estoico, reside na ciência de colocar cada palavra em seu devido lugar, pois só assim se é capaz de realizar uma proposição (*prolocutus*), o que se coaduna também com o ideal de ordem cósmica que era típico do estoicismo.

Agostinho, em seu comentário, também se vale do mesmo vocabulário que Varrão, ao dizer que “ele [Agostinho] não era mais criança, que não sabia falar, mas já era um menino que era falante” (*non enim eram infans qui non farer, sed iam puer loquens eram*). A observação de Agostinho tem duas partes. Na primeira, Agostinho pontua que quando “era criança (*infans eram*), não falava nada (*non farer*)”, isto é, ainda possuía apenas rudimentos da linguagem; na segunda parte, por sua vez, que é iniciada pela conjunção adversativa *sed* (mas/porém), podemos observar a mudança ou a percepção de que o uso da linguagem para Agostinho, agora, se apresenta distintodaquele, a expressão *iam puer loquens eram*, ou seja, de que ele “já era um adolescente que falava muito (muito conversador)”³⁵⁴, mostra-nos isso.

³⁵³Cf. “The distinction between meaningful (*fari*) and non-meaningful utterances is obvious and allows Varro to explain why *infantes* ‘infants’ (literally, ‘non-speaking ones’) are so called. To utter a meaningful sound, i.e., a word is not to speak in the sense of *loqui*, however, for that requires ordering or arranging words - plural - in their proper place. Furthermore, one can also quasi-talk, *ut loqui*, by uttering words - plural - but by failing to order them properly.”

³⁵⁴ Agostinho parece manter sempre uma preocupação com os aspectos da linguagem. Em uma passagem do *Contra Cresconium* (I, 2, 2), Agostinho faz a seguinte definição: “O **falatório** é, por sua vez, um **discurso supérfluo, vício** adquirido pela paixão ao **dizer**. Muitos, por sua vez, amam falar, embora desconheçam o que falam ou o modo como falam, seja com relação à clareza de suas próprias opiniões, **seja com relação a correta pronúncia e ordem das palavras, que se aprende por meio da arte**”

Essa concepção de linguagem está vinculada, entre outros fatores, ao fato de que, daquele momento em diante, Agostinho saberia em quais lugares nas sentenças as palavras deveriam ser colocadas para que conseguisse realizar uma boa enunciação. Assim, para Agostinho, aprender a falar envolvia também observar e estar atento à posição em que as palavras aparecem nas sentenças, o que sugere uma atenção particular ao aspecto sintático da língua.

É justamente no domínio da justa ordenação das palavras que Agostinho, aliás, revela-nos o seu engenho como escritor. As técnicas gramaticais, dialéticas e retóricas de que dispõe são colocadas a serviço de uma expressão discursiva bastante eficaz para o seu propósito de, entre outros, disseminar a fé cristã. Em uma passagem das *Confissões* (I, 8, 18), por exemplo, temos uma amostra desse engenho. Vejamos, com mais detalhes, o excerto em questão³⁵⁵:

gramatical.” [cf. *Multiloquium autem est superflua locutio, vitium scilicet loquendi amore contractum. Plerumque autem loqui amant, etiam qui nesciunt quid loquantur, vel quomodo loquantur, sive ad sanitatem sententiarum, sive ad ipsum qui per artem grammaticam discitur, integrum sonum ordinemque verborum.*]. (Grifos nossos). Nesse excerto, é possível observar que Agostinho emprega o vocábulo *Multiloquium* para se referir ao processo linguístico que parece empregar o discurso de forma demasiado randômica. *Multus* (muito) indica-nos a intensidade ou mesmo uma quantidade excessiva de palavras (*loquia*). A explicação de Agostinho sublinha que para que tal problema seja sanado ou resolvido é preciso ater-se aos preceitos da gramática, a qual ensina, além de uma pronúncia clara (*integrum sonum*) e boa inteligência, também **a ordem das palavras**, isto é, em quais lugares e de que forma devem ser empregadas. Contextualmente, é a maneira que Agostinho encontrou de repreender o gramático Crescônio logo no início do tratado. É importante destacar que a expressão *ordinem uerborum*, na qual *uerborum* encontra-se no genitivo plural, dá-nos mais uma pista de que Agostinho esteja se referindo à ordenação de várias palavras e não apenas à ordenação de uma palavra, enquanto processo de formação morfológica, o que, pelo contexto não se encaixaria. Burton (2005, p. 150), em sua análise sobre o vocabulário das artes liberais nas *Confissões*, por exemplo, diz que: “The Loq- root appear... key...”. Nesse sentido, a raiz *loq-* (λόγ- do grego) é a base para que Agostinho formule várias terminologias: *Loquor*; *Loquendo*; *Eloquendo*; *Proloquendo* (*De dial.*, IV); *Soliloquium* (*Sol.*, II) e *Multiloquium* (CCD I, 2,2). Dessa forma, podemos considerar que Agostinho vai do *Soliloquium* ao *Multiloquium*, isto é, da conversa interior ao falatório. Essa terminologia sugere-nos que Agostinho conseguiu, em tese, distinguir e classificar vários tipos de usos linguísticos. Destacamos que o conceito de *Multiloquium* não se encontra no estudo que Schad (2007) realizou da terminologia gramatical latina. Do ponto de vista documental, antes do uso de Agostinho, tal vocábulo encontra-se apenas atestado em Plauto e São Jerônimo.

³⁵⁵ Nosso intuito é demonstrar como a reflexão sobre a gramática está vinculada a leitura e a composição de textos pelos autores antigos. Os dois domínios são complementares. Por sua vez, destacamos que nosso trabalho não é sobre o estilo de composição literária de Agostinho.

O estilo de composição de Agostinho, como se pode notar, opera, em grande parte, por meio de um jogo sintático entre os elementos que compõem o seu testemunho, em que cada palavra tem seu lugar para a maximização do efeito literário. Agostinho começa, justamente, utilizando-se de uma oração interrogativa, por meio do pronome “o quê?” (*quid*), seguido de uma repetição do vocábulo latino “o mais infeliz” (*miserius* > *miserio* > *miserante*). Na segunda e na terceira linhas, apresenta os motivos de alguém ser tão “miserável/infeliz”, aludindo, para isso, à passagem da *Eneida* de Virgílio, afirmando ser comum chorar pela morte de Dido, que tanto amava Eneias. Para fazer essa relação, há o uso de uma oração relativa própria, iniciada por *quae* e sustentada pelo verbo *fio* no modo indicativo, no tempo do pretérito imperfeito *fiēbat*. Se, nas linhas três e quatro, Agostinho chora a morte de Dido, por amar Eneias (*et flente Didonis mortem, /quae fiēbat amando Aenean,*); por outro lado, é nas linhas cinco e seis que podemos ver o ponto de mudança, ou seja, Agostinho fala da negação do seu choro e da negação de seu amor (*non flente autem mortem suam / quae fiēbat non amando te*) ao destinatário principal de todo esse trecho, substituindo, antes de tudo, *Dido* e *Eneias* pelo pronome *te* – que é desvelado no núcleo da passagem seguinte, como sendo o próprio *Deus*.

No âmbito sintático, as sentenças depois do vocativo (*Deus*) são coordenadas (pela conjunção *et*) e, em cada uma delas, há um aspecto, “luz do meu coração” (*lumen cordis mei*³⁵⁷); “e pão da boca interior do meu espírito” (*et panis oris intus animae meae*); “e poder fecundante da minha mente” (*et uirtus maritans mentem meam*); e seio do meu pensamento (*et sinum cogitationis meae*). Nesse ponto, Agostinho pondera que tudo o que provém de Deus ilumina e nutre-o, seja no plano espiritual (*lumen cordis...panis oris intus animae*), seja no plano intelectual (*uirtus maritans mentem...sinum cogitationis*).

Nas últimas quatro linhas desse excerto, Agostinho menciona categoricamente “não te amava” (*non te amabam*), essa sentença contém, praticamente, todos os elementos do processo “confessional” de Agostinho, posto que é a primeira vez, em todo esse trecho, que ele se utiliza do verbo latino *amare* na primeira pessoa do singular (*amabam*), contrastando com todas as formas verbais acima, que estão na terceira pessoa do singular (*fiēbat*) ou em formas nominais como, por exemplo, *flente* e *amando*. Logo, o “infeliz/miserável”, proposto pela interrogação, revela-se como o próprio Agostinho, reconhecendo sua trajetória. Além disso, a negação (*non*) e seu destinatário (*te*, que

³⁵⁷ O uso repetido do pronome possessivo *meus*, *a*, *um*, em todos os sintagmas dessa coordenação, coloca Agostinho como sendo aquele que se nutre em todos os aspectos.

retoma *Deus*) também estão expressos. Dessa forma, o “Eu”, “Agostinho”, está na forma desinencial do verbo (*amabam*) – esse recurso parece, ao mesmo tempo, por em relevo que outrora ele esteve longe do amor de Deus. Nas três linhas finais, antes das duas exclamações, que ratificavam seu anterior *modo de vida*, Agostinho relembra o motivo principal de seu afastamento do amor que agora lhe move, ou seja, a sua “fornicação”/ “prevaricação” (*fornicationem*).

Diante disso, vemos que, em Agostinho, os elementos da cultura pagã são apresentados e colocados lado a lado com os preceitos do cristianismo. Agostinho se utiliza de toda técnica aprendida na gramática, na dialética e na retórica em prol do seu projeto. Parece-nos que Agostinho, não somente teoriza sobre a ordem, mas também a materializa em seu texto, colocando cada sentença e palavra em seu devido lugar. Mais que isso, essa discussão, que decorre de uma reflexão metafísica e epistemológica, se materializa na sintaxe do texto, por sua vez, não no sentido estrito da ordenação dos termos da sentença, mas das próprias palavras em busca de um efeito retórico. Não sem razão, o conceito de *Ordem* lhe é muito caro e essa busca pelo entendimento da ordenação está presente em vários momentos de sua obra.

5.2 A ordenação (das palavras): entre dialética e gramática

Samantha Schad (2007, p. 279) oferece para o termo *ordinatio*, no âmbito da gramática, as seguintes acepções: 1. “ordem, sequência” (*order, sequence*); 2. “sintaxe” (*Syntax*). A autora apresenta como evidência de sua apresentação a tradução de Prisciano (σύνταξις = *constructio sive ordinatio*).³⁵⁸ Cabe mencionar que Schad (2007) descreve os

³⁵⁸Lewis & Short (1879): *ordinatio, ordinātio, ōnis, f. ordino*, “a setting in order, regulating, arranging; an order, arrangement, regulation (mostly postAug.)”. Lit.: *architectura autem constat ex ordinatione, quae Graece τάξις dicitur, et ex dispositione*. “A arquitetura, por sua vez, consiste de duas partes, da ordenação, que, em grego, chama-se τάξις, e da disposição.” Ernout & Meillet (1957) no dicionário etimológico também atribuem a Vitruvius a tradução termo grego τάξις para o latim *ordinatio*, que é um derivado de *ordinatus*. Agostinho, no *De rhetorica* (I, 1, 5) utiliza-o nos seguintes termos: *Subinde ordinationi rhetor explicationem rerum commodare debebit, quae duabus partibus constat, structurae qualitate et quantitate verborum*. “Na sequência, o rétor deverá acomodar a explicação das coisas de maneira ordenada, a qual consiste de duas partes, a qualidade da construção e quantidade de palavras.” Em Cícero, no *Orator* (I, 140), também há uma terminologia semelhante a que Agostinho emprega no *De rhetorica*. Cícero diz: *Sed haec nisi conlocata et quasi structa et nexa uerbis ad eam laudem quam uolumus aspirare non possunt*. “Mas essas figuras, se não estiverem dispostas e como que ordenadas e encadeadas com as demais palavras, não podem aspirar à glória que almejamos.” (Tradução de R. de Jesus, 2013, p. 111. Grifos e marcações são de nossa autoria). É preciso pontuar que no âmbito da retórica latina tais termos tinham um uso mais circunscrito do que quando aparecem na gramática ou mesmo na dialética. Bettetini (2010 [2004], p. 326), em nota, sobre a terminologia do *De rhetorica* de Agostinho, pontua que: “L’ordine è una parte della dispositio. La dispositio è composta dalla scelta delle idee e delle forme artistiche e dall’ordo dato loro in

termos baseada, mormente, no contexto gramatical e não no contexto da dialética. Por sua vez, como já destacamos anteriormente, a inter-relação entre gramática e dialética na Antiguidade nem sempre tem contornos tão delimitados. O surgimento e uso de uma determinada terminologia era facilmente intercambiável de um domínio ao outro, como procuramos exemplificar no capítulo III – Agostinho, em especial, fez, pelo menos em grande parte de sua obra de juventude, que os domínios da gramática e da dialética andassem lado a lado. É oportuno lembrar que a *Ars breuiata* e o *De dialectica* foram escritos basicamente entre os anos de 386-387 d.C.

Conforme também vimos, o campo da linguagem foi crucial para o pensamento de Agostinho, por razões ligadas à própria filosofia, e foi desenvolvido explicitamente no projeto dos *Disciplinarum libri* (*Retr.*, I, 6), que, em grande parte, culminou na divisão canônica das *artes liberales*, isto é, a gramática, a dialética e a retórica. Deste projeto, *Ars breuiata*, sua gramática, o *De dialectica* e o *De rhetorica* nos chegaram, mas não completos. Agostinho, na abertura do *De dialectica* (I, 5, 1-4), considera que as palavras são a matéria da dialética, já o que dialético não disputa ou argumenta senão por meio de palavras. Na passagem, que já apresentamos antes, Agostinho afirma:

A dialética é a ciência do argumentar bem. Disputamos, em todo o caso, com palavras. As palavras ou são simples ou são combinadas. As palavras simples são aquelas que significam uma única coisa, como quando dizemos: *Homo* [homem], *equus* [cavalo], *disputat* [ele/a argumenta], *curris* [tu corres]. Não te espantes que *disputat* [ele/a argumenta], ainda que seja composta de duas partes, tenha sido, todavia, enumerada entre as palavras simples.³⁵⁹

(AGOSTINHO, *De dial.*, I, 5, 1-4)

A definição de Agostinho ressalta, como podemos observar, a divisão das palavras em simples (*simplex*) e combinadas (*coniuncta*). Essa dicotomia perpassa, como apresentamos no capítulo anterior, toda a discussão dos capítulos de I a IV do *De dialectica*. A discussão avança para as proposições simples (*sententiae simplices*) e, em seguida, para as proposições combinadas (*sententiae coniunctae*). Nesse sentido, todo

base alla finalità del discorso: si segue l'*ordo naturalis* quando il discorso segue lo svolgersi dei fatti e lascia intatte le normali constuzione della frasi, si ha invece un *ordo artificialis* quando non si segue lo svolgimento storico dei fatti o la normale costruzione delle frasi.

³⁵⁹ Cf. *Dialectica est bene disputandi scientia. Disputamus autem utique verbis. Verba igitur aut simplicia sunt aut coniuncta. Simplicia sunt quae unum quiddam significant ut cum dicimus 'homo, equus, disputat, currit'. Nec mireris, quod 'disputat' quamvis ex duobus compositum sit tamen inter simplicia numeratum est.*

plano do *De dialectica*, nessa primeira parte, atém-se a tais tópicos. Mas e quanto ao conceito de *ordinatio*?

Agostinho apresenta essa noção somente no início do capítulo VI do *De dialectica*, tratando dele, portanto, no âmbito da discussão acerca das palavras simples. Agostinho, na passagem em questão, explicita:

Excetuando-se a sua expressão sonora, qualquer palavra, que é matéria do bem argumentar, diz respeito à prática do dialético, mas não à disciplina da dialética – do mesmo modo como as defesas de Cícero embora dizendo respeito ao domínio da retórica, não ensinavam retórica propriamente – portanto, **toda palavra**, além daquilo que soa, coloca em questão necessariamente quatro aspectos: **a sua origem, o seu valor, a sua flexão e a sua ordenação**.³⁶⁰

(AGOSTINHO, *De dial.*, VI, 8, 27-32. Grifos nossos)

O primeiro ponto digno de nota acerca da passagem acima é o fato de Agostinho pontuar que o aspecto dos sons das palavras encontra-se fora do campo disciplinar da dialética (*disciplinam*), embora faça parte da prática do dialético (*facultas dialectici*). Para respaldar sua posição, Agostinho cita, como exemplo, os textos de Cícero que versavam sobre a retórica, nas não eram propriamente tratados de retórica. Assim, Agostinho deixa marcada uma divisão entre a disciplina dialética e os conhecimentos que os dialéticos precisam ter de domínios que, nem sempre, lhes são ensinados sob a tutela da própria dialética. Como mostramos no capítulo II, Agostinho deixa bem marcada sua posição com relação aos conhecimentos dos aspectos linguísticos de cada uma das disciplinas que compõem o *triuuium* (*De ord.*, II). Além disso, ao colocar a discussão sobre os sons em outro domínio – muito provavelmente o estudo dos sons das palavras já era objeto de exame da gramática (ou mesmo, talvez, da música) – podemos entender que Agostinho assinala precisamente aí uma diferença em relação à tradição estoica: uma teoria da *phoné* era considerada a primeira parte da dialética nos moldes da antiga *Stoá* (D.L. VII).

Na segunda parte da observação de Agostinho, observa-se uma das alusões mais claras ao domínio da “sintaxe”. Agostinho, ao pontuar que “toda palavra” (*omne uerbum*) possui, para além do som, quatro propriedades – *origo, vis, declinatio, ordinatio* – faz ecoar toda a tradição do texto de Varrão, *De lingua Latina*. Esse dado, como analisamos

³⁶⁰ Cf. ***Igitur uerbum quodlibet excepto sono - de quo bene disputare ad facultatem dialectici pertinet, non ad dialecticam disciplinam, ut defensiones Ciceronis sunt quidem rhetoricae facultatis sed non his docetur ipsa rhetorica - ergo omne uerbum praeter id quod sonat quattuor quaedam necessario uocat in quaestionem: originem suam, vim, declinationem, ordinationem.***

no capítulo III, representa, de certo modo, uma reconstituição da terceira parte do *De lingua Latina*, que versava, como nos testemunha Aulo Gélcio (XVI, 8), e o próprio Varrão, sobre a *coniunctio* (LL VII; VIII), isto, é uma sintaxe nos termos e moldes varronianos.

No esquema de Agostinho é possível depreender essas quatro dimensões de análise da linguagem:

Verbum

- i) *origo* (origem/etimologia)
- ii) *uis* (sentido/semântica)
- iii) *declinatio* (declinação/morfologia)
- iv) *ordinatio* (ordenação/sintaxe)

Dessas quatro propriedades descritas por Agostinho, na parte conservada do *De dialectica*, consta apenas uma discussão acerca da etimologia (*origo*), parte na qual podemos observar que Agostinho questiona as postulações estoicas com relação ao tema da origem das palavras, como mostramos no capítulo IV; a parte da *uis uerborum* (valor/sentido das palavras) é o tópico que vai do capítulo VIII ao X do *De dialectica*; nesta parte, há algumas considerações que Agostinho realiza sobre os aspectos da *declinatio* (declinação). Contudo, nenhum tópico restante do texto de Agostinho versa especificamente sobre a *ordinatio*.

Assim, para avaliarmos a parte que Agostinho teria discutido sobre a *ordinatio*, é preciso que façamos dois movimentos de análise. O primeiro consiste em realizarmos um movimento de retrospecto de Agostinho a Varrão, método de análise mais comum entre os comentadores e que, de certa forma, temos feito ao longo desta tese; o segundo, menos convencional, é fazer uma prospecção da discussão apresentada por Prisciano (século VI d.C.), admitindo para isso que a reflexão sintática nesse autor não teria apenas como fontes o modelo grego de Apolônio Díscolo, mas também modelos latinos – da tradição donatiana, mas não varroniana. Reconhecemos que esse paralelo com autor posterior guarda certo grau de anacronismo, mas o fazemos apenas para indicar ilustrativamente como o tratamento que Agostinho confere a determinado passo do seu *De dialectica* encontra convergência na obra de dialéticos e gramáticos latinos.

Vejam, em primeiro lugar, esse movimento de retrospecto de Agostinho a Varrão. Para tratarmos desse tópico, trazemos para nossa discussão, algumas das considerações de Baratin (1989a, p. 221):

Todas as comparações que foram feitas entre o *De lingua Latina* e o *De dialectica* enfrentam o mesmo problema: o da *ordinatio uerbi*. É claro que se houver correspondência entre os dois tratados, a *ordinatio* do *De dialectica* não pode ter equivalente nem na primeira parte do *De lingua Latina* (que corresponde às categorias de *origo* e *uis*) nem na segunda (que corresponde à *declinatio*); então teria que ter seu equivalente na terceira parte. Assim sendo, por se tratar de *uerba simplicia*, em oposição a *uerba coniuncta*, seria contraditório que tivesse um equivalente na terceira parte do *De lingua latina*, cujo objeto é justamente o *uocabula coniuncta*. Esse é o problema, e nenhuma das interpretações propostas consegue superar essa aporia. Qualquer comparação linear, portanto, parece impossível. O que é preciso ressaltar, entretanto, é que essa dificuldade é apenas secundária à comparação entre os dois tratados. Esta é, antes de mais nada, uma dificuldade inerente ao próprio *De dialectica*. A noção de *ordinatio* refere-se de uma forma ou de outra a uma organização de elementos: qualquer que seja a ponte de aplicação, ela pressupõe uma pluralidade de elementos, entre os quais se supõe que designe um modo de combinação determinado. A coerência, portanto, exigiria que a apresentação dessa noção se baseasse na análise dos elementos combinados, e não na análise dos elementos considerados individualmente. Em suma, antes de qualquer comparação entre os dois tratados, deve-se entender como a categoria da *ordinatio* pode ser, mesmo dentro do *De dialectica*, uma categoria de *uerba simplicia* e não de *uerba coniuncta*.³⁶¹

Baratin (1989a) refere-se, na passagem acima, às tentativas de Wilmanns (1864), Collart (1954) e de Barwick (1957). Na perspectiva de Baratin (1989a), o problema da *ordinatio*, com relação à *coniunctio*, é um problema que embaraçou muitos intérpretes anteriores. Essa dificuldade se relaciona ao fato de que o plano geral do *LL* de Varrão poderia ser interpretado por meio do testemunho de Agostinho no *De dialectica* (VI, 8, 27-32), segundo o qual *origo*, *uis*, *declinatio* e *ordinatio* corresponderiam às três partes gerais do *LL* de Varrão. A *origo* e a *uis*, correspondentes aos livros que versam sobre a *impositio* (etimologia); a *declinatio* aos livros sobre a “morfologia” e, por fim, a *ordinatio* à terceira³⁶² parte do *LL*, que versa sobre a “sintaxe”, como discutimos no capítulo III.

³⁶¹ Cf. “Toutes les comparaisons que ont été tentées entre le *De lingua Latina* et le *De dialectica* se heurtent à un seul et même problème: celui de l'*ordinatio uerbi*. Il est clair que s'il y a une correspondance quelconque entre les deux traités, l'*ordinatio* du *De dialectica* ne peut avoir d'équivalent ni dans la première partie du *De lingua Latina* (qui correspond aux catégories de l'*origo* et de la *uis*) ni dans la deuxième (qui correspond à la *declinatio*); il faudrait donc qu'elle ait son équivalent dans la troisième partie. Cela étant, comme c'est une catégorie qui relève des *uerba simplicia*, par opposition aux *uerba coniuncta*, il serait contradictoire qu'elle ait eu un équivalent dans la troisième partie du *De lingua latina*, dont l'objet est précisément les *uocabula coniuncta*. C'est tout le problème, et aucune des interprétations proposées ne parvient à surmonter cette aporie. Toute comparaison linéaire paraît donc impossible. Ce qu'il faut cependant souligner, c'est que cette difficulté ne tient que secondairement à la comparaison des deux traités. C'est d'abord une difficulté inhérente au *De dialectica* lui-même. La notion d'*ordinatio* fait en effet référence d'une façon ou d'une autre à une organisation d'éléments: quel que soit son pont d'application, elle présuppose une pluralité d'éléments, parmi lesquels elle est censée désigner un mode de combinaison déterminé. La cohérence voudrait donc que la présentation de cette notion relève de l'analyse des éléments combinés, et non de celle des éléments considérés individuellement. En un mot, avant tout comparaison entre les deux traités, il conviendrait de comprendre comment la catégorie de l'*ordinatio* peut être, à l'intérieur même du *De dialectica*, une catégorie des *uerba simplicia* et non des *uerba coniuncta*.”.

³⁶² Cabe uma nota sobre a nomenclatura para obra de Varrão. Como vimos no capítulo III, Taylor (2020) propõe uma “nova configuração” para o plano geral do *LL*, no qual o *LL* tem duas partes e não três.

Diante desse quadro, o interesse dos comentadores dos gramáticos romanos pelo *De dialectica*, principalmente dos editores de Varrão, é acentuado, pois como destaca Baratin (1989a, p. 220) “a comparação do *De dialectica* com o *De lingua Latina* é basicamente o único meio de que dispomos para tentar reconstituir em linhas gerais a terceira parte do *De lingua Latina*”³⁶³. Todo esse esforço interpretativo e filológico, em certo sentido, apoia-se no dado de que a terceira parte do *De lingua Latina* era provavelmente a parte em que Varrão tratou de maneira sistemática e direta a questão da sintaxe.

No entanto, Baratin (1989a, p. 226) erige em sua tese o seguinte esquema comparativo entre os dois textos:

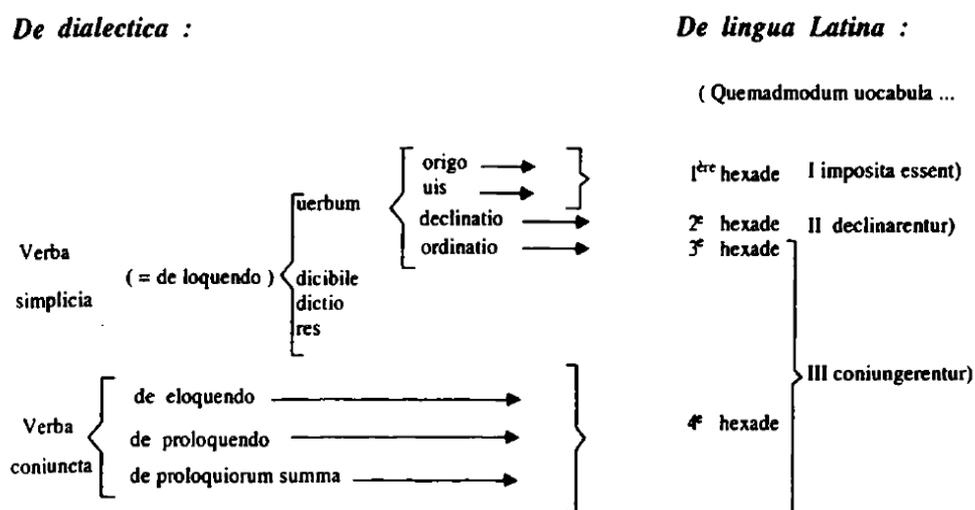


Tabela 13. Esquema de Baratin sobre a relação entre o *De dialectica* e o *De lingua Latina*.

Ressaltamos, entretanto, que essa consideração não invalida os postulados de Baratin (1989a; 1989b; 2001), uma vez que entendemos que tanto a sintaxe ainda é o ponto chave entre Agostinho e Varrão. A vantagem da explicação de Baratin (1989a), em certo sentido, sobre a de Taylor (2020), quanto ao conceito de *ordinatio*, consiste no fato de que Baratin realiza uma explicação condizente com o pensamento de Agostinho no interior do *De dialectica*. Nesse sentido, tanto as postulações de Baratin (1989a), como as de Taylor (2020) produzem um novo debate sobre a questão. Debate que nos interessa de perto, mas que precisa ser matizado, posto que em nenhum dos dois estudos a *Ars breuiata* foi inserida de forma comparativa com o *De dialectica*, o que, em certo sentido, pode produzir outras vias de reflexão sobre a *ordo / ordinatio* em Agostinho.

³⁶³ Cf. Baratin (1989a p. 220): “la comparaison du *De dialectica* et du *De lingua Latina* est, sur le fond, le seul moyen dont nous disposons pour tenter reconstituer dans ses grandes lignes la troisième partie du *De lingua Latina*.”.

Esse esquema proposto por Baratin procura demonstrar como os tópicos desenvolvidos por Agostinho no *De dialectica* encontram correspondências com os postulados de Varrão no *LL*. As partes do *LL* de Varrão estão, dessa forma, condensadas na terminologia que Agostinho emprega ao postular as propriedades que são inerentes a todas palavras. Figura dessa forma um lugar de destaque para a *ordinatio* que, pela interpretação de Baratin (1989a), aponta, ainda que em linhas gerais, para a terceira parte do *LL*. Para Baratin, essa junção de elementos torna plausível uma comparação ou tentativa de reconstituição da terceira parte da obra *De lingua Latina* de Varrão. Ainda segundo Baratin (2001), em um estudo posterior, “os dois textos apresentam paralelos incontestáveis em sua composição, posto que começam um e outro por um exame da etimologia e da semântica, e continuam através de um estudo de morfologia e, depois, lidam com a forma por meio da qual as palavras combinam-se umas com as outras.” (BARATIN, 2001, p. 23).³⁶⁴

A proposta de Baratin (1989a, 2001) preserva tanto a possibilidade de comparação entre o *De dialectica* e o *De lingua Latina*, como explicita como Agostinho lida com essa propriedade dentro do próprio *De dialectica*. Com efeito, Baratin (1989a, p. 221) destaca que a *ordinatio* “refere-se à organização dos elementos, que pressupõem uma pluralidade e que designa, de alguma forma, uma combinação determinada”³⁶⁵, ou, em outras palavras, uma combinação-ordenada desses mesmos elementos. Agostinho parece fundir, dessa forma, os dois eixos pertencentes ao plano da sintaxe.

Em suma, Baratin (1989a, p. 223) considera que:

uma vez restabelecido o verdadeiro sentido dessa oposição, ou seja, a dicotomia da palavra e do enunciado, o lugar da *ordinatio uerbi* não apresenta mais nada de incoerente: se a análise da combinatória das palavras se situa no quadro da palavra e não do enunciado, é assim que as palavras se organizam em relação umas às outras, sendo considerada como propriedade da palavra e não como propriedade do enunciado. Os dois quadros analíticos apresentam, aliás, um paralelismo marcante: o exame dos diferentes aspectos da palavra termina com a apresentação da *ordinatio*, da mesma forma que o estudo dos diferentes aspectos do enunciado termina com o cálculo de proposições, isto é, por uma análise das relações entre as afirmações. Em ambos os casos, o exame da unidade considerada termina com o mesmo tipo de análise: combinatória de palavras, combinatória de enunciados. Portanto, não é surpreendente que a

³⁶⁴ Cf. Baratin (2001, p. 23): “Les deux textes présentent d'incontestables parallelismes dans leur composition, puisqu'ils commencent l'un et l'autre par un examen de l'étymologie et de la sémantique, se poursuivent par une étude de la morphologie, et traitent ensuite de la façon dont les mots se combinent les uns avec les autres.”

³⁶⁵ Cf. Baratin (1989a, p. 221) : “La notion d'*ordinatio* fait en effet référence d'une façon ou d'une autre à une organisation d'éléments: quel que soit point d'application, elle présuppose une pluralité d'éléments, parmi lesquels elle est censée désigner un mode de combinaison déterminé.”

categoria de *ordinatio* esteja integrada no *De dialectica* na parte dedicada a *uerba simplicia*.³⁶⁶

Do ponto vista do *De dialectica*, Baratin (1989a) pontua que a aparente “incoerência” é, de fato, uma questão aparente e não um problema de inconsistência de Agostinho, pois o plano de progressão dentro próprio *De dialectica* condiz com a argumentação geral. Baratin explica, dessa forma, que “as palavras se organizam em relação umas às outras” (1989a, p. 223). Portanto, considerar a *ordinatio* um aspecto das palavras simples estaria de acordo com a visão de que as palavras se relacionam entre si enquanto unidades primeiramente. Dito de outra, embora Agostinho tenha “deslocado” o núcleo da investigação linguística do enunciado (*rhêma*) para noção de *uerbum* (palavra), tal alteração está em consonância com a discussão que ele traça dentro do *De dialectica*, como vimos ressaltando desde o capítulo IV. Nesse sentido, mesmo que Agostinho trate a palavra (*uerbum*) como núcleo da investigação linguística sobre o qual também recaem outros tipos de propriedades, como, por exemplo, a de *ordinatio*, *uis*, *declinatio*, essa posição não inviabiliza o argumento de que as palavras, enquanto unidades, se ordenem uma a uma.

Além disso, em favor dessa aproximação entre Agostinho e Varrão, seria oportuno trazer as considerações de Taylor (1974; 1993) acerca do conceito de *uerbum* em Varrão, já que segundo o autor (1993, p. 276): “Varrão dispensa os detalhes técnicos dos sons e das sílabas e estabelece a palavra como a unidade atômica mínima da análise linguística.”³⁶⁷ Assim, é possível ver mais uma característica compartilhada entre Varrão e Agostinho, pois ambos colocariam em segundo plano os aspectos sonoros da língua e manteriam a palavra (*uerbum*) como a base da investigação linguística. Outro aspecto,

³⁶⁶ Cf. “Une fois rétabli le véritable sens de cette opposition, c’est-à-dire la dichotomie du mot et l’énoncé, la place de l’*ordinatio uerbi* ne présente plus rien d’incohérent: si l’analyse de la combinatoire des mots se situe dans le cadre du mot et non dans celui de l’énoncé, c’est façon dont les mots s’organisent les uns par rapport aux autres est considérée comme une propriété du mot et non comme une propriété de l’énoncé. Les deux cadres d’analyse présentent au demeurant un parallélisme frappant: l’examen des différents aspects du mot se termine par la présentation de l’*ordinatio*, de la même façon que l’étude des différents aspects de l’énoncé se termine par le calcul des propositions, c’est-à-dire par une analyse des relations entre énoncés. Dans les deux cas, l’examen de l’unité considérée s’achève par le même type d’analyse: combinatoire des mots, combinatoire des énoncés. Il n’est donc pas surprenant que la catégorie de l’*ordinatio* soit intégrée dans le *De dialectica* à la partie consacrée aux *uerba simplicia*.”

³⁶⁷ De acordo com Taylor (1993, p. 276): “Varro dispenses with technical details of sounds and syllables and establishes the word as the minimal atomic unit of linguistic analysis.” No mesmo texto, Taylor (1993, p. 270) destaca que Varrão: “...in his major programmatic statement (*De Lingua Latina* 8.1), Varro proposes to discuss how words are systematically combined with each other so as to form a sentence, and we are entitled to infer that he is referring to what we call syntax.” Em Taylor (1987, p. 119), podemos observar como a noção de verbo já era considerada pelo intérprete uma parte substancial da reflexão de Varrão ao dizer que: “Verbum: The smallest individual part of spoken speech; the atomic element within language.”

que também permite considerar que a *ordinatio* segundo Agostinho segue o mesmo plano do *De lingua Latina* de Varrão, é que, de acordo com Baratin, “no *De dialectica*, é legítimo pensar que o termo *ordinatio* refere-se especificamente às relações sintagmáticas, uma vez que a categoria precedente, a *declinatio*, é supostamente relativa aos problemas paradigmáticos.” (BARATIN, 1989a, p. 221).³⁶⁸

Diante desse quadro, observamos, então, que a discussão de Agostinho e a de Varrão podem ser consideradas convergentes, seguindo em vários momentos um plano de progressão bem semelhante. Para além do paralelo entre Varrão e Agostinho, podemos estabelecer outras relações, não mais entre os dois autores em questão, mas também entre o *De dialectica* e as outras obras de Agostinho. Propomos, assim, mais dois passos com relação ao tema: o primeiro, mostrar como Agostinho apresenta uma sequência de proposições, no capítulo III do *De dialectica*, que ao final, somadas todas as proposições, formam um argumento específico em sentido válido (BOBZIEN; SHOGRY, 2020), utilizando-se, para isso, das considerações que há entre os *exempla* presentes no *De dialectica*; o segundo, apresentar como o uso das conjunções e as discussões que Agostinho traçou acerca dessa *pars orationis* reflete, em grande parte, uma consideração com relação ao aspecto sintático das conjunções.

5.3. Relações lógicas e gramaticais

O elo entre a gramática e a dialética apresenta-se claro no seguinte exemplo: *si ambulat, mouetur* (se anda, move-se). Há várias menções e citações a esse exemplo, o qual aparece primeiramente nos lógicos estoicos, e, posteriormente, na tradição gramatical grega e latina. No âmbito grego, é possível encontrá-lo, por exemplo, em Diógenes Laércio (VII, 78), ao se referir à doutrina dos estoicos, e na reflexão de Apolônio Díscolo, em seu *Peri Syntáxeos* (I, 9). No campo latino, destacamos, em nossa análise, as ocorrências presentes em Aulo Gélcio (*N.A.* XVI, 8), Santo Agostinho (*De dial.*, III, 6,13) e Prisciano (*De conj.*, XVI, 93; *De constr.*, XVII, 112).

Vejamos:

³⁶⁸ Baratin (1989a, p. 221): “dans le *De dialectica*, il est légitime de penser que le terme *ordinatio* concerne spécifiquement les relations syntagmatique, puisque la catégorie précédente, la *declinatio*, est censée concerner l’ensemble des problèmes paradigmatiques.”

a) Diógenes Laércio (VII, 78, 5):

<<εἰ περιπατεῖ Δίων, κινεῖται ἄρα Δίων.>>
[Se Díon anda, logo Díon se move.]

b) Apolônio Díscolo (Synt., I, 9):

<εἰ περιπατεῖ Διονύσιος, κινεῖται>· <οὐ μὴν, <εἰ>> <Διονύσιος κινεῖται, περιπατεῖ>.
ἀντιστρέφοντος γὰρ τοῦ λόγου οὐκ ἀληθεύει τὸ ὅλον.³⁶⁹

[<Se Dionísio anda, se move>. <não, certamente, <se>> <Dionísio se move, anda>.
Pois, o contrário da proposição não prova a verdade do todo.]

E nos latinos temos:

c) Aulo Gélcio (N.A. XVI, 8, 10):

<<Si Plato ambulat, Plato mouetur.>>
[Se Platão anda, Platão se move.]

d) Agostinho (De dial., III, 6,13):

<<Si ambulat, mouetur.>>
[Se anda, move-se.]

e) Prisciano (De conj., XVI, 93; De constr., XVII, 112):

<<Si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius.>>
[Se Dionísio anda, Dionísio se move.]

O primeiro ponto a ser destacado é a alternância de contextos em que esse exemplo ocorre, uma vez que, como se percebe, ele passa do campo da lógica estoica para o campo da gramática, movimento que se evidencia tanto na tradição grega, como na latina. Com efeito, Diógenes Laércio e Aulo Gélcio enquadraram esse exemplo em um contexto tipicamente estoico, para assinalar as proposições não simples (na recente tradução de Bobzien, 2006 [2003], prefere-se *asserível* no lugar de proposição). Por outro lado, os exemplos presentes em obras de Apolônio Díscolo e de Prisciano estão a serviço de uma reflexão gramatical.

³⁶⁹ Não usamos <<>> para marcar o exemplo de Apolônio Díscolo, pois as conjecturas filológicas adotadas pelo texto de Lallot (1997) poderiam se confundir com nossas marcações.

O comentário de Lallot (1997) destaca que, em Apolônio Díscolo, tal exemplo, pode, em certo sentido, ser visto de dois ângulos, ou seja, o da lógica estoica e o da gramática propriamente dita. Pelo ângulo da lógica estoica, o que está em jogo, em primeiro lugar, é o fato de, uma vez estabelecida a ordem “lógica” das proposições, assim os termos deveriam se manter, visto que a tentativa de inversão deles, poderia, em todo caso, tornar toda a proposição falsa. Nesse sentido, a ordem dos elementos das proposições não pode ser alterada. Lallot (1997) também admite a posição adotada por Baratin & Desbordes (1981), que interpretam o exemplo de Apolônio Díscolo a partir de um ângulo eminentemente gramatical.

Baratin & Desbordes (1981, p. 62) destacam, dessa forma, que o fato de Apolônio Díscolo mencionar que o enunciado hipotético inverso é falso seria secundário em sua observação, uma vez que a demonstração essencial proposta por Apolônio Díscolo consistiria em demonstrar que esse tipo de construção de significados é mal concatenado sintaticamente.³⁷⁰ Em nota a essa passagem, Lallot (1997, p. 15) pontua a dificuldade que há em traduzir esse excerto do texto, principalmente pela inserção <oū mèn ei>, proposta por Lange (diferentemente da edição de Uhlig, 1910). Mas, para além disso, o que Lallot destaca é que o exemplo foi tirado da sintaxe da frase complexa e tratado em termos de critério de verdade, o que revelaria, assim, uma ligação mais com a lógica do que com a gramática. Nesse sentido, a teoria das frases complexas de Apolônio evidenciaria o seu débito em relação aos filósofos estoicos³⁷¹ pelas “preposições não-simples” (*axiōmata oukh haplá*), e sublinharia, ao mesmo tempo, o sistema condicional *se p, q*. Além disso, como também destaca Lallot (1997), os gramáticos mantiveram nessa reflexão a ordem das cláusulas simples, como, por exemplo, *p e q*, considerando que a inversão dos termos mudaria o valor de verdade da proposição. Tanto nas considerações de Baratin & Desbordes (1981), como nas de Lallot (1997), o que se observa, em linhas gerais, é que Apolônio Díscolo nos fornece com esse exemplo uma noção de como os saberes gramaticais e dialéticos também estavam relacionados em sua obra.

O exemplo de Agostinho é bem mais condensado, se comparado ao de Aulo Gélío, por exemplo. Agostinho concentra sua observação nos elementos que ele julga

³⁷⁰ Cf. Baratin & Desbordes (1981, p. 62): “Le fait que [l'énoncé hypothétique inversé] soit faux est en soi secondaire [por A.], l'essentiel de la démonstration est qu'en tant que construction de signifiés il est mal construit.”

³⁷¹ Cf. Lallot (1997, p. 15), em nota: “De fait la théorie des phrases complexes remonte aux philosophes stoiciens qui avaient dégagé avec soin les valeurs de vérité des différents types d' *axiōmata oukh haplá* proposition non simples' qu'ils avaient répertoriés.”

fundamentais para demonstrar a estrutura mais genérica possível de uma forma de proposição não simples (forma que os tradutores têm adotado para os termos empregados nos trabalhos de Bobzien, 2006 [2003]). Bobzien & Shogry (2020, p. 16), em artigo recente, consideram esse exemplo do *De dialectica* de Agostinho como típico da lógica estoica, classificando-o como uma preposição não simples, condicional indefinido. A inserção do exemplo de Agostinho nos textos em que a lógica estoica tem sido tratada revela como as considerações presentes no *De dialectica* são indícios de que a dialética estoica foi inserida no círculo de debates acerca da linguagem.

Nesse sentido, para além das ocorrências das proposições, há também no mesmo excerto do *De dialectica* indícios adicionais de que Agostinho tinha um conhecimento mais do que incipiente da lógica estoica, pois encontra-se, nesse ponto, aquilo que os estoicos denominaram de “argumento válido em sentido não específico”. Dois textos de Crisipo, apresentados no catálogo de Diógenes Laércio (VII, 78-79; 198), informam-nos do interesse dos estoicos por essa discussão³⁷². Entretanto, curiosamente, encontra-se também no *De dialectica* (III, 6, 10-20) uma parte dessa reflexão estoica.

Bobzien (2006[2003], p. 138³⁷³; 2008 [1999b], p. 155-156) reconstrói essas considerações, fazendo, para isso, a junção das proposições contidas no texto de Agostinho, que também trazemos para nossa discussão, vejamos:

<i>De dialectica</i> III	
a) <i>Si ambulat, movetur</i>	a) Se anda, move-se
b) <i>Homo iste ambulat</i>	b) Este homem anda
c) <i>Quisquis autem ambulat movetur</i>	c) Qualquer um, ora, que anda, move-se
d) <i>Homo iste igitur / movetur</i>	d) Portanto, este homem se move.

Tabela 14. Construção do argumento no *De dialectica* (III).

³⁷² Cf. D.L. (VII, 198): Περὶ τῶν ἐξ ἀορίστου καὶ ὀρισμένου λόγων πρὸς Πάσιλον β' (“Os argumentos construídos de uma premissa indefinida e de uma definida, para Pásilon, em dois livros.”).

³⁷³ Há um adendo com relação a esse texto de Bobzien. Em seu artigo intitulado *Logic*, a discussão acerca de argumento válido em sentido não específico é, de fato, o último tópico tratado pela autora. Na versão do inglês presente no *Cambridge Companion to the Stoics* (2003, p. 123) não há a referência dos autores da Antiguidade Grega e Romana para reconstituição / exemplificação do fenômeno. O exemplo anterior provém do *De interpretatione* [*Peri hermeneias* (184.16–23) de Apuleio, o que nos levou, em um primeiro momento, a considerar que o segundo exemplo também estivesse contido no texto de Apuleio, mas após a leitura e exame dessa obra, observamos que não era o caso. A tradução do *Companion* em língua portuguesa (2006, p. 138) também não apresenta qual é a fonte. Provavelmente, a autora deve ter cortado a última parte do texto, pois, na nota inicial à publicação do texto no *Companion*, Bobzien diz: “This chapter is a modified and much shortened version of Bobzien (1999b), where more details and more textual evidence on all the topics treated here can be found, accessible for readers without Greek or Latin.”.

Retiramos toda a explicação de Agostinho no entorno dos *exempla* e montamos, a partir dele, essa estrutura, baseados no estudo de Bobzien (2008 [1999b]). Agostinho promove uma comutação do eixo vertical, na qual a premissa (a) está sem um nome no nominativo, para a posição um; depois na premissa (b) Agostinho insere o nome *homo* mais o pronome *iste*, sendo esses posteriormente comutados na premissa (c) por um pronome indefinido *quisquis*³⁷⁴ e, por fim, Agostinho reinsere o sintagma nominal (*Homo iste*), bem como a conjunção *igitur*, que marca a conclusão do argumento. Como mencionamos no capítulo IV, as conjunções <<*si*>> e <<*igitur*>> marcam, do ponto de vista formal, o início e o final de todo o argumento. A sintaxe entre os elementos é, dessa forma, encadeada pelo uso de proposições em conexão (*copulatione*) como fica expresso pela junção de <<*ambulat*>> e depois <<*mouetur*>>, conexão sobre a qual recai o juízo dialético. É importante observar que depois da inserção da conjunção <<*si*>> todas as alterações propostas por Agostinho são de comutação entre os elementos nominais, mas jamais entre os elementos verbais. A inserção da conjunção adversativa *autem* na premissa (c) também não altera o processo de construção do argumento.

Para além de toda a reflexão lógica de Agostinho nessa passagem, parece-nos também que ele deixa bem marcado, na verdade, como é possível que uma *pars orationis* substitua a outra. De fato, no eixo vertical, a comutação de elementos se assemelha ao exercício dos gramáticos, que previam a substituição do nome com o pronome. Nesse sentido, em uma primeira análise, em coerência com a própria estrutura do texto agostiniano, tal exemplo se encaixaria perfeitamente no escopo de investigação da dialética. Por sua vez, Agostinho também promoveria uma operação linguística que torna esse exemplo uma espécie de construção gramatical.

Em latim, há uma questão textual que merece ser destacada nesse trecho. Agostinho parece estar “dialogando” com uma terceira pessoa, mostrando como se constrói um argumento lógico, ancorado em um aspecto sintático. Entre as premissas (b) e (c), há a seguinte consideração: *Rursus si hoc modo velit dicere <<Homo iste ambulat>> , simplex sententia est: quam si concessero et adiunxerit aliam <<quisquis autem ambulat movetur>>... (“Novamente, se ele quisesse dizer: homo iste ambulat*

³⁷⁴ Em sentido estritamente gramatical, esse pronome indefinido pode ser entendido como *qualquer um que* ou *todo aquele que*. Há uma peculiaridade nessa consideração. A premissa anterior ao *si ambulat, movetur*, em Agostinho, é *omnis homo ambulat* (todo homem anda). Se adotarmos a interpretação e a tradução como *todo aquele que* para o pronome *quisquis* nessa passagem, poderíamos conjecturar que tal escolha linguística de Agostinho procura manter na estrutura do argumento o *omnis*, o que sugere, em termos filosóficos, um sincretismo entre os postulados aristotélicos e estoicos.

[“esse homem caminha”]; esta seria uma proposição simples. Se **eu assentir** e **[ele] acrescentar** uma outra sentença, *quisquis autem ambulat movetur* [“qualquer um que ande, move-se”]...”). Chamamos a atenção para fato de o verbo *concesso* estar na primeira pessoa do singular, enquanto *adiunxerit* e também *velit* estarem na terceira pessoa do singular. Tal movimento textual parece indicar que há nesse processo um viés pedagógico ou dialógico, em que Agostinho discute com uma terceira pessoa como forma de demonstrar que a inserção das proposições que compõem o argumento, embora sejam proferidas por pessoas distintas em tempos consecutivos, não interferem, em tese, na construção do argumento em si. Além desse aspecto textual, que, de certa forma, pode indicar o caráter propriamente dialógico do ensino da dialética, ressaltamos que o verbo *adiunxerit*, nesse contexto, significa, em linhas gerais, o processo de construção da estrutura lógica, visto que indica a adição de mais uma proposição àquela que já havia sido proferida por Agostinho. O verbo *adiungo*, assim, apontaria para o fato de que um argumento lógico é construído, o que reforça indiretamente o aspecto sintático da lógica estoica. De forma específica, é como se, por um lado, Agostinho inserisse uma proposição simples, “ele/outro” e, por outro lado, adicionasse uma proposição composta. Outro dado peculiar é que Agostinho não menciona em nenhuma parte de sua explicação a inversão desses elementos, como forma demonstrar que processo inverso poderia (ou não) invalidar a proposição como um todo.

Para avançarmos um pouco mais em nossa discussão, vejamos como Prisciano lidou com esse exemplo. Nas suas considerações, Prisciano diz:

Na oração também podemos encontrar este modo, quando as premissas, se forem combinadas às consequências, revelam-se verdadeiras, desde que estejam antepostas às consequências a primeira oração em conexão, como, por exemplo, se alguém disser ‘*si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius*’ [“se Dionísio anda, Dionísio se move”]; se alternarmos [a ordem das orações], não será verdadeiro, pois, de fato, se Dionísio se move [*mouetur Dionysius*], não necessariamente ele está caminhando [*ambulat Dionysius*], com efeito, ele pode se mover sem caminhar.³⁷⁵

(PRISCIANO, *De const.*, XVII, 112., *GL II*, 112,8-13)

³⁷⁵ Cf. *In oratione quoque hunc modum possumus inuenire, quando antecedentia, si coniuncta sequentibus fuerint, uera esse ostenduntur, dum anteponuntur consequentibus per primam orationis coniunctionem, ut si aliquis dicat ‘si ambulat Dionysius, mouetur Dionysius’: si enim conuertas, non est uerum; non enim, si mouetur Dinoysius, et ambulat Dionysius necessario, nam potest et moueri et non ambulare.* Tradução de Fortes (2012, p. 264; 2019, p. 98-99).

Fortes (2012, p. 264) ressalta, por meio dessa passagem, o papel que a *consequentia* tem no pensamento gramatical de Prisciano no que se refere ao encadeamento lógico estabelecido por duas partes da oração, ou entre outras orações. Essa é, decerto, uma observação analítica de Prisciano que destaca, além da *consequentia* (consequência)³⁷⁶, o papel da *congruitas* (congruência). Por sua vez, a discussão engendrada pelo exemplo em questão conta com a diferença de sentido, ocasionada pela mudança/inversão (*conuertas*) da ordenação dos elementos em combinação. Ou seja, pelo que se pode perceber, há princípios que limitam algumas operações na ordem dos elementos *in praesentia*. No âmbito da lógica, especificamente da estoica, esse exemplo vai além de uma demonstração de agramaticalidade, como é o caso da exposição de Prisciano, posto que levanta um debate sobre a veracidade da proposição. Não nos parece, portanto, mero acaso, que Agostinho tenha também apresentado no *De dialectica*, o mesmo tipo de exemplo, visto que sua orientação é majoritariamente dialética.

Em seu exemplo, Prisciano explicita os elementos que levariam à incongruência da oração, recorrendo ao aspecto “semântico” dos verbos em questão, isto é, *ambulat* (“anda”) implica que Dionísio *mouetur* (“se move”); por outro lado, *mouetur* (“se move”) não implica *ambulare* (“andar”), visto que Dionísio pode se mover (*moueri*) sem que esse movimento esteja relacionado com o “andar”.³⁷⁷ No livro XVI, o *De coniunctione*, Prisciano inicia sua discussão com relação às conjunções utilizando-se especificamente desse mesmo exemplo, e afirma:

³⁷⁶ O esse termo é destacado por Denecker (2017, p. 266) ao explicitar como os autores cristãos se referiam à ordem das palavras (*ordinem uerborum*), especialmente São Jerônimo.

³⁷⁷ Este é, de alguma forma, o aspecto embaraçoso da discussão travada por Agostinho e Adeodato no *De magistro* (I, iii, 6), isto é, a diferença entre *ambulare* (andar) e *festinare* (apressar). Vejamos:

“Ag. Agora, diz-me: **suponhamos que eu desconheça esta palavra** e, enquanto tu caminhas, eu te pergunte o que é caminhar, como me ensinarias?”

Ad. Faria o mesmo, caminhando mais rápido para que, após tua pergunta, notasses algo novo. E, contudo, não fora feita outra coisa além do que deveria ser-te mostrado.

Ag. Por acaso não sabes que uma coisa é caminhar e outra é fazer algo às pressas? Pois aquele que caminha não necessariamente faz algo às pressas, como nem sempre aquele que esteja fazendo algo depressa necessariamente esteja andando, pois pode-se apressar tanto ao escrever como ao ler, como também em muitíssimas outras coisas. Pelo que, se após minha pergunta fizesses mais rápido o que fazias antes, eu pensaria que caminhar não é outra coisa senão apressar-se, pois a pressa foi aquele algo de novo que acrescentaste e, por isso, eu me enganaria.”

[Cf. Aug. - *Age, nunc dic mihi, si omnino nesciens huius verbi vim, abs te ambulante quaererem quid sit ambulare, quomodo me doceres?*

Ad. - *Idipsum agerem aliquanto celerius, ut post interrogationem tuam aliqua novitate admonereris; et tamen nihil aliud fieret, quam id quod deberet ostendi.*

Aug. - *Scisne aliud esse ambulare, aliud festinare? Nam et qui ambulat, non statim festinat; et qui festinat, non continuo ambulat: dicimus enim et in scribendo et in legendo, aliisque innumerabilibus rebus festinationem. Quare cum illud quod agebas, celerius ageres post interrogationem meam, putarem ambulare nihil esse aliud quam festinare: id enim novi addideras; et ob hoc fallerer.]* (Tradução de Belmonte, 2008, p. 367. Grifos nossos).

A conjunção é a parte da oração indeclinável, que combinada com outras partes da oração, com as quais cosignifica, apresenta o valor/sentido [*uim*] ou a ordem [*ordinationem*]: valor, quando a conjunção significa que os elementos existem em conjunto, como *Eneias era piedoso e corajoso* [*et pius et fortis Aeneas*], ordem [*ordinem*], quando demonstra uma sucessão lógica entre os elementos, como *se anda, move-se* [*si ambulat, mouetur*]³⁷⁸.

(PRISCIANO, *De conj.*, XVI, 93,1-5. *GL* II 93, 5)

Como se vê na passagem, na sua definição de conjunções, os termos *uis* e *ordinatio* – que estão ausentes da explicação do *exemplum* do livro XVII (*GL* II, 112,8-13) – afiguram como elementos cruciais nesta definição. Explorando a passagem de Prisciano, verificam-se dois elementos fundamentais em sua proposta de definição das conjunções: o conceito de *uis* (sentido/força) e *ordinatio* (ordenação/ordem), os mesmos que Agostinho mobiliza para definir as propriedades das palavras no *De dialectica*. Esses dois eixos, pelo menos em uma leitura mais direta, em Prisciano funcionam, em certo sentido, de forma separada, uma vez que a *uis* / *simul* destinar-se-iam ao exemplo das conjunções coordenadas (*et...et*)³⁷⁹, enquanto que a *ordinatio* / *consequentia* estabeleceriam o paralelo com o encadeamento lógico da estrutura sintática que se inicia com uma conjunção condicional (*si*).

Em Agostinho, por outro lado, nenhuma explicação é dada, nesse sentido, para tal exemplo. No entanto, parece razoável considerar e analisar a questão recorrendo aos conceitos de *uis* e *ordinatio*, já que estes também estão presentes no *De dialectica*. Assim, em que pesem as diferenças entre Agostinho e Prisciano, é possível estabelecer o paralelo, prospectivamente, entre o *De dialectica* de Agostinho e a definição de *coniunctio* em Prisciano. Em linhas gerais, pode-se dizer que, em ambos os autores, ainda que separados geográfica e temporalmente, identificamos não somente o mesmo exemplo, mas também

³⁷⁸cf. *Coniunctio est pars orationis indeclinabilis, coniunctiva aliarum partium orationis, quibus consignificat, uim uel ordinationem demonstrans: uim, quando simul esse res aliquas significat, ut <<et pius et fortis fuit | Aeneas>>, ordinem, quando consequentiam aliquarum demonstrat rerum, ut <<si ambulat, mouetur>>*. (Grifos nossos). É importante destacar que não há uma alteração de sentido entre as formas de *ordinationem* e *ordinem*, nesse contexto.

³⁷⁹ Cf. Gourinat (2000, p. 217), ao comentar sobre o processo de composição das proposições não simples, pondera que: “Ces propositions ont un trait avec les propositions simples: syntaxiquement, elles sont définies par le terme placé en tête qui *command* la proposition, en l'occurrence une particule de liaison. En effet, même la conjonctive n'est pas exprimée par un *καί* (*et*) qui relie deux propositions simples mais par un double *καί* dont le premier se trouve placé avant la première proposition simples (*et...et*)”. Essa ponderação de Gourinat coloca mais mistério na postulação de Prisciano, uma vez que o exemplo que ele utiliza parece estar ligado, em princípio, ao campo da poética. Mas quando toda a reflexão de Prisciano é olhada como um todo, não nos parece que Prisciano desconhecesse as regras básicas da lógica estoica, já que seu exemplo de *Si p, q* tem como modelo o de Apolônio Discolo, que é um modelo estoico. Em que pese a discussão em Prisciano, o que podemos considerar é que os domínios da lógica e da gramática estão sempre em contato.

uma mesma terminologia, embora parcialmente assimétricas. Baratin (2010, p. 75; 2013, p. 223) ressalta ainda que as conjunções, ao serem combinadas com outro(s) elemento(s), precisam atender a uma ordem de sucessão determinada, implicando assim que tais elementos não podem ser trocados de “lugar”, visto que sua inversão promoveria a agramaticalidade da sentença, assim como, no campo da lógica, tal inversão não formaria uma proposição passível de ser submetida ao crivo do dialético³⁸⁰.

Assim, face a essas considerações, uma questão que se apresenta é: há alguma relação de dominância entre *uis* e *ordinatio*? Dito de outra forma, será que é o sentido (*uis*) das palavras o que determina sua posição na proposição (lógica/dialética), ou será a *ordinatio* que prevalece para Agostinho? Em termos linguísticos, é a semântica ou a sintaxe que determina a posição dos elementos linguísticos nas sentenças?

Para começarmos a esboçar uma resposta para a pergunta acima, é preciso resgatar uma passagem de Varrão no livro VIII do *LL*, a partir da qual é possível observarmos como as conjunções são elementos linguísticos que se destacaram na análise dos autores da Antiguidade e que, em grande parte, são os responsáveis por ligar as partes do discurso e/ou da proposição³⁸¹.

De acordo com Varrão:

Assim, porque dizemos na fala *Consul fuit Tullius et Antonius* ‘Túlio e Antônio foram cônsules’, com o mesmo *et* podemos ligar todos os pares de cônsules, ou, direi mais, todos os nomes, e na verdade também todas as palavras, enquanto aquele suporte de uma sílaba, *et*, permanece o mesmo. Portanto, sob

³⁸⁰ Cf. Baratin (2013, p. 223): “Deux conjonctions sont citées pour servir d’illustrations à la définition de la conjonction, *et* et *si*: la première représente le mécanisme de la <<conjonction>> sous sa forme élémentaire, c’est-à-dire l’addition de termes (*et pius et fortis*), la seconde l’articulation logique qui est à la base de toute la réflexion sur les relations entre proposition, c’est-à-dire l’implication (*si ambulat, mouetur*). Ces deux opérations correspondent à deux termes de la définition: *uis* et *ordinatio*. Pour éclairer ces deux termes, Priscien les glose à un premier niveau par le couple *simul / consequentia*, et il développe d’abord ce dernier terme par une réflexion sur la non permutabilité des propositions conjointes par *si* (<<si A, B>> diff <<si B, A>>): avec certaines conjonctions, les éléments conjoints ont un ordre de succession déterminé, qui ne peut être inversé (problème à nouveau évoqué dans le livre 17: 112.8-13 et note 25). Par opposition à cette *consequentia*, qui concerne l’*ordinatio* caractérisée par l’emploi de *si*, quel est le sens de *simul*, et par là de la *uis* caractérisée par l’emploi de *et*? On peut supposer qu’il s’agit simplement du contraire de la *consequentia*, c’est-à-dire de l’indifférence à la succession logique, et par là de la permutabilité des éléments, puis <<A et B>> = <<B et A>>; cela étant certainement aussi un sens positif, et, d’après les formules employées dans la suite immédiate de ce passage, à propos des coordinatives (93.20 *cum confirmatione*), puis à nouveau em 94.23 (*essentia rerum*), la proposition censée donner les sens de la *uis*, *quando simul esse res aliquas significant*, paraît bien faire allusion à la question de la modalisation assertive propre à l’emploi de certaines conjonctions – question déjà présente dans la réflexion stoïcienne.”.

³⁸¹ No capítulo anterior apresentamos os critérios utilizados por Agostinho para definir essa parte da oração. Para uma visão ampla sobre as conjunções nos *grammatici Latini*, ver Baratin (1989a).

a orientação da natureza, que não pensemos que todos esses vocábulos, que foram impostos sobre as coisas, estejam flexionados.³⁸²

(VARRÃO, *LL VIII*, 10)

Três elementos podem ser retirados dessa passagem. O primeiro relaciona-se com a função que as conjunções³⁸³ exercem no falar (*in loquendo*), como responsáveis por ligar (*colligare*)³⁸⁴ todos os nomes (*omnia nomina*) e todas as palavras (*omnia uerba*). Varrão, para justificar essa observação, apresenta a sentença “Túlio e Antônio foram cônsules” (*Consul fuit Tullius et Antonius*), pontuando que a conjunção *et* (“e”) permanece invariável. O segundo aspecto vincula-se aos outros dois domínios que fazem parte da reflexão que perpassa todo o plano do *LL*, ou seja, da “imposição dos nomes às coisas” (*impositio vocabula rebus*) e da “declinação/(in)flexão dos mesmos nomes” (*declinatio*). Varrão, nessa passagem, embora de forma suscinta, parece abordar, ao mesmo tempo, os três eixos do *LL*, isto é, a *impositio*, *declinatio* e *coniunctio*.³⁸⁵ (DESBORDES, 2007, p. 232).

O comentário de Taylor (1993, p. 276) sobre essa passagem nos informa que:

Nos livros remanescentes do *De lingua Latina*, encontramos pelo menos duas seções em que o tópico sintático está em questão. Em 8.10, Varrão fornece uma explicação funcional ou quase sintática para a forma invariável da conjunção *et* [“e”]. Pouco depois, ele afirma que substantivos e verbos são primários, participios e advérbios secundários, e no capítulo seguinte ele alude à teoria de uma ordem natural para as classes gramaticais, um tópico que encontramos antes e que ressurgirá em Apolônio Discolo. Portanto, parece que, nestes capítulos introdutórios ao livro oito, a sintaxe está mais à espreita na mente de Varrão do que em qualquer outro lugar, pois ele não desenvolve nada disso em suas discussões subsequentes.³⁸⁶

³⁸² Cf. *Sic quod dicimus in loquendo "Consul fuit Tullius et Antonius," eodem illo 'et' omnis binos consules colligare possumus, vel dicam amplius, omnia nomina, atque adeo etiam omnia verba, cum fulmentum ex una syllaba illud 'et' maneat unum. Quare duce natura <factum>st, quae imposita essent vocabula rebus, ne ab omnibus his declinatus putaremus.* (Tradução de Valenza, 2010, p. 25; com adaptações nossas).

³⁸³ Cf. Diógenes Laércio (VII, 58): “a conjunção é uma parte da oração indeclinável, que liga as partes do discurso.” (σύνδεσμος δέ ἐστι μέρος λόγου ἄπτωτον, συνδοῦν τὰ μέρη τοῦ λόγου).

³⁸⁴ Schad (2007, p. 66) documenta *colligatio* como *conjunction*, em sentido gramatical, conjunção; para o sentido não gramatical, a autora documenta *bond* (especialmente em Cícero). Por sua vez, não há nenhuma menção a Varrão com relação a esse termo e seus derivados. Entretanto, mesmo que Varrão esteja usando o vocábulo em sentido não técnico, é possível inferir que nessa passagem faz um comentário que vai além da forma das *partes orationis*, mas também aborda, em grande parte, sua função.

³⁸⁵ Cf. “*L'impositio* peut être étudiée par l'étymologie, qui retrouve les traces d'une motivation des mots. La *declinatio* relève de l'analogie, qui ramène à un nombre réduit de modèles réguliers la variation des formes. Pour la *coniunctio*, l'absence de texte nous réduit aux conjectures, mais il est bien probable que Varron y traitait de ce qui serait pour nous de la syntaxe.”

³⁸⁶ Cf. “In the extant books of the *De Lingua Latina* we find at least two sections where something syntactic is at issue. In 8.10 Varro provides a functional or quasi-syntactic explanation for the invariable form of the conjunction *et* ‘and’. Shortly thereafter he states that nouns and verbs are primary, participles and adverbs secondary, and in the next chapter he alludes to the theory of a natural order to the parts of speech, a topic

A observação de Taylor sublinha a reflexão de Varrão com relação a aspectos da concatenação das palavras, identificando-a nessa primeira parte do livro VIII (1; 10), já que ela não está desenvolvida em nenhuma outra parte do texto. Esse aspecto pode nos indicar que o plano de escrita do *LL* tenha sido elaborado com divisões bem delimitadas, o que, em primeiro lugar, parece demonstrar a capacidade de Varrão para lidar com problemas, questões e subdivisões do campo da linguagem, mas também, que, por um “fatalismo” filológico, estamos privados de conhecer o desenvolvimento textual de sua provável reflexão sobre a sintaxe.

Em que pese o problema filológico com relação à obra de Varrão – já várias vezes mencionado ao longo desta tese –, podemos afirmar que há, nessa passagem, uma abordagem sobre o papel das conjunções na linguagem. Como mencionamos no capítulo IV, esse foi um tópico bastante explorado pelos gramáticos latinos. Sêneca, o filósofo também já pontuava que “os gramáticos desceram até divisão das sílabas, às propriedades das conjunções e das preposições.”³⁸⁷

Assim, gramáticos e filósofos se debruçaram sobre os aspectos desta *pars orationis*. Agostinho, na *Ars breuiata*, por exemplo, dedica boa parte de suas considerações às conjunções. Como mostramos anteriormente, os critérios implicados na definição dessa classe consideravam essencialmente os seus aspectos formais. Contudo, Agostinho, em sua exposição, apresentava-nos também outras nuances, como, por exemplo, quais eram os *accidentia* (acidentes) das conjunções e qual era o significado gramatical de cada um deles. Para além disso, a exemplificação arrolada por Agostinho para explicar o funcionamento e o emprego correto das conjunções tinha uma ênfase especial em seus valores “semânticos”, se comparadas com as outras *partes orationis*.

Conforme vimos, na *Ars breuiata*, Agostinho expõe:

which we encountered before and which will resurface in Apollonius Dyscolus. So it would appear that in these introductory chapters to book eight syntax is lurking in Varro’s mind more than it is elsewhere, for he develops none of this in his subsequent discussions.”

³⁸⁷ Sêneca, o filósofo (*Ep. mor.* 88, 42): “Eu estou falando dos estudos liberais; mas mesmo os filósofos, quanta superfluidade, quanta coisa inútil neles encontramos! Também eles desceram até à divisão das sílabas, às propriedades das conjunções e preposição, rivalizaram com os gramáticos, rivalizaram com os geometras; e quanto naquelas artes era supérfluo, transferiram-no para a filosofia. Daqui proveio que dessem mais aplicação ao falar do que ao viver.” [cf. *De liberalibus studiis loquor: philosophi quantum habent supervacui, quantum ab usu recedentis! Ipsi quoque ad syllabarum distinctiones et coniunctionum ac praepositionum proprietates descenderunt et invidere grammaticis, invidere geometris; quidquid in illorum artibus supervacuum erat transtulere in suam. Sic effectum est ut diligentius loqui scirent quam vivere.*] (Tradução de Segurados & Campos, 2014, p. 428).

A conjunção é a parte da oração que conecta e ordena a sentença. O valor é um acidente da conjunção. Há aquelas que, ou fazem a união das palavras, como *et, que, ac*, ou a disjunção, como *vel, nec, neque*, ou a explicação, como *prorsus, videlicet, scilicet, quin, etiam* e outras, ou a determinação de causa, como *nam, namque, enim, quamobrem, itaque*, ou, ainda, podem apresentar uma conclusão, como *ergo, igitur, propterea*, e outras; por isso, são ditas em parte copulativas, em parte disjuntivas, em parte explicativas, em parte causais e em parte conclusivas. Mas há muitas conjunções sobre as quais os gramáticos diligentemente discutem para defini-las nestas cinco categorias, ou se outras diferenças lhes devem ser acrescentadas. Tal disputa, porque longa e difícil de ser resolvida, deve ser tomada de forma breve no que tange às conjunções. Assim, quando lermos os homens digníssimos quanto à autoridade do falar, observemos, também, para qual lugar e em qual sentença costumam ser empregadas as conjunções, a fim de que possamos usá-las conforme o costume da boa inteligência. De fato, se alguém pergunta o que seja *immo*, não responderia facilmente como podemos defini-la ou interpretá-la, sendo preferível, portanto, apresentar muitas sentenças nas quais ela está empregada. Admiro, de certo modo, que insinuemos que tenha este ou aquele significado, também com algum gesto de pronúncia, como é o caso de *immo ait o cives arrepto tempore Turnus cogite concilium et immo age et a prima dic hospes origine nobis*. É vantajoso acrescentar ainda, também expressões que formamos: *immo tu vade qui cogis alium, immo adde rationi qui detrahere studes*. É próximo do sentido dessa conjunção, de todo modo, quando dizemos *potius* [principalmente]. Conforme eu disse, deve-se não somente ir aos livros, como a eles retornar.³⁸⁸

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 90)

Como se verifica na passagem acima, Agostinho faz uma apresentação com vários *exempla*. Esquemáticamente, Agostinho define as conjunções, depois destaca que a *potestas* (valor) das conjunções é um de seus acidentes (*accidentia*), demonstrando, em seguida, suas principais formas, classificando-as em cinco tipos: copulativas (*copulatiuae*), disjuntivas (*disiunctiuae*), explicativas (*expletiuae*), causais (*causales*) e conclusivas (*rationales*). Além disso, Agostinho ainda comenta que os gramáticos deliberam diligentemente (*diligenter grammatici deliberant*) acerca da vasta quantidade de conjunções para saberem se essas cinco classificações lhes são suficientes ou se seria

³⁸⁸ Cf. *Coniunctio est pars orationis adnectens ordinansque sententiam. Coniunctioni accidit potestas. Est uel quae copulat verba ut <<et, que, ac>>, uel disiungit, ut <<aut, vel, nec, neque>>, aut explet ut <<prorsus, uidelicet, scilicet, quin, etiam>> et similia, aut quasi causam reddit ut <<nam, namque, enim, quamobrem, itaque>>, aut quasi ratiocinatur, ut <<ergo, igitur, propterea>>, et similia. Et ideo partim copulatiuae dicuntur, partim disiunctiuae, partim expletiuae, partim causales, partim rationales. Sed multae omnino coniunctiones sunt, de quibus diligenter grammatici deliberant, quo istorum quinque nominum eas uocent, uel utrum aliae differentiae sint adiciendae. Quam litem quia et longum et difficile est soluere, illud de coniunctionibus breue praeceptum sit, ut cum legimus uiros locutionis auctoritate dignissimos, aduertamus quoque quo loco et in qua sententia poni soleant, ut consuetudine intellegendi bene coniunctionibus uti possimus. Nam si quis quaerat quid sit immo, non facile dixerim quomodo ei uel definire uel interpretari hanc coniunctionem possimus: proferendo ergo multas sententias, in quibus posita est, miro quodam modo quid ualeat insinuamus cum quodam etiam gestu pronuntiandi, ut est <<immo, ait, o cives, arrepto tempore Turnus, cogite concilium >> et <<immo age et a prima dic, hospes origine nobis>>, <<immo tu vade qui cogis alium>>, <<immo adeo rationi qui detrahere studes>>. Huic autem coniunctioni utcumque uicinum est cum dicimus potius; et adeo et ad libros, ut dixi, redeundum est.*

necessário acrescentar ainda outras. Quanto a essa discussão, Agostinho não se aprofunda, mas deixa registrado que o tópico das conjunções suscita debates e que não é de fácil resolução.

Diante disso, Agostinho propõe que se considere a *auctoritas*, sugerindo que se leiam os autores “dignísimos” (*uiros dignissimos*) na autoridade do falar (*auctoritate locutionis*) com intuito de observar em quais lugares e em quais sentenças as conjunções foram empregadas (*quo loco et in qua sententia poni soleant*). Agostinho considera que essa prática teria como finalidade fomentar o emprego das conjunções de acordo com uso da boa inteligência (*consuetudine intellegendi bene coniunctionibus*). O que se vê, portanto, é que o resultado dessa reflexão continua a ser a expressão correta e clara, isto é, a adequada inteligência.

Além disso, Agostinho, para demonstrar como o tópico da *potestas* (valor) depende do contexto em que ela está empregada, coloca em destaque a conjunção *immo*. Em sua observação, não seria fácil nem definir (*definire*) e nem interpretar (*interpretari*) qual o sentido correto dessa conjunção fora de seu contexto, sendo, portanto, preferível proferir as sentenças nas quais ela está empregada (*proferendo ergo multas sententias, in quibus posita est*). Dessa forma, Agostinho apresenta finalmente quatro sentenças em que *immo* ocorre, duas em Virgílio, na *Eneida*, e dois *facta exempla* (cf. *Aen.* XI, 459-60: “Não [*immo*], cidadãos, diz Turno aproveitando a ocasião, reuni um conselho”; *Aen.* I, 757: “Ao contrário [*immo*], vá, hóspede, e diz a nós desde a origem”; “Sobretudo [*immo*] vai tu, que obrigas a outro”; “Acrescenta sobretudo [*immo*] ao discurso tu, que te esforças a resumir.”). De acordo com Baratin (1989a, p. 18): “as passagens que revelam mais claramente as diversas concepções latinas de conjunção são aquelas que possuem em sua definição e seu “valor” (*potestas*), isto é, sobre a repartição das conjunções em categorias.”³⁸⁹

Na sequência da definição e explicação dos critérios gerais das conjunções, Agostinho destina uma subseção ao *accidens* (acidente) da *ordo* (ordem), ao descrever que:

Existe a ordem das conjunções, de acordo com o que é observado, há as que são somente prepostas e as que são somente pospostas, há também as que são prepostas e pospostas: *nam* é preposta, somente; *que* é posposta, somente, *scilicet* é preposta e posposta. Com efeito, se alguém pergunta, por conta do verbo, *cui dicis?* [a quem falas?], respondemos *huic et tibi* [a este e a ti]; não podemos dizer *huic tibi et*; do mesmo modo, se respondermos *huic tibi que*, não

³⁸⁹ Cf. Baratin (1989a, p. 18): “Les passages qui révèlent le plus clairement les diverses conceptions latines de la conjonction sont ceux qui portent sur sa définition et sur sa ‘valeur’ (*potestas*), c’est-à-dire, sur la répartition des conjonctions en catégories.”

se pode dizer *huicque tibi*. Porém podemos responder: *scilicet tibi e tibi scilicet*³⁹⁰.

(AGOSTINHO, *Ars br.*, I, 92)

Através da leitura desse excerto, observamos que a ordem (*ordo*) das palavras na língua latina não parece ser tão aleatória³⁹¹. A depender da preposição a ser usada, uma ordem específica, no plano da sentença, deve ser notada. Vejamos em mais detalhes as implicações que o exemplo fornecido por Agostinho nos oferece:

Pergunta: “Com efeito, se alguém pergunta, por conta do verbo, <<*cui dicis*>>? [a quem falas?]”,

Resposta 1a: “respondemos <<*huic et tibi*>> [a este e a ti];”

Resposta 1b: “não podemos dizer <<*huic tibi et*>>;”

Resposta 2a: “do mesmo modo, se respondermos <<*huic tibi que*>>;”

Resposta 2b: “não se pode dizer <<*huicque tibi.*>>”

Resposta 3: “Porém podemos responder: <<*scilicet tibi*>> e <<*tibi scilicet*>>.”

O primeiro aspecto a ser destacado dessa passagem da *Ars breuiata* é o caráter de perguntas e respostas, ou seja, Agostinho parece se interrogar e responder como se estivesse diante de um aluno *fictício*, assim como vemos também na *Ars inor* de Donato. Entre as questões, Agostinho interroga em que posições (em que ordem) as conjunções exemplificadas ocorrem. O segundo aspecto diz respeito à própria pergunta formulada. A interrogativa <<*cui dicis*?>> precisa de um complemento que preencha a grade argumental do verbo dizer, isto é, Agostinho quer saber quem ou quais são os possíveis destinatários dessa pergunta. O terceiro aspecto vincula-se às possibilidades de ordem que cada conjunção pode ter dentro de uma sentença. Nesse sentido, quando Agostinho diz que se pode responder <<*huic et tibi*>> e não se pode responder <<*huic tibi et*>>, ele marca como a conjunção *et* só pode ocupar um lugar, isto é, no meio do sintagma; no

³⁹⁰ Cf. *Ordo coniunctionum est per quem observatur quae praeponi tantum possit, quae tantum subiungi, quae et praeponi et subiungi: nam tantum praeponitur, que tantum subiungitur, scilicet et praeponitur et subiungitur. Nam si quis quaerat, uerbi causa, <<cui dicis?>>, respondemus <<huic et tibi>>: non possumus dicere <<huic tibi et>>; item respondemus <<huic tibi que>>: non potest dici <<huicque tibi>>. Respondere autem possumus <<scilicet tibi>> et <<tibi scilicet>>.* (Grifos nosso).

³⁹¹ Parte da reflexão apresentada nesse excerto da nossa tese foi publicada como resultado parcial de pesquisa em andamento no artigo de Brito & Freitas (2018). A exposição que fazemos na tese conta com acréscimos e adaptações, uma vez que, à época, possuíamos apenas um resultado parcial dessa análise. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17859> DOI: <https://doi.org/10.34019/2448-2137.2018.17859> Acesso em 30/01/2021.

exemplo em que a conjunção enclítica *-que* é apresentada, Agostinho mostra que essa conjunção, por outro lado, só pode ser *posposta (subiungi)* ao segundo elemento da enumeração. Já a conjunção *scilicet*, por sua vez, pode estar em anteposição (*praeponi*) e posposição (*subiungi*). Assim, fica evidente que Agostinho lança luz sobre uma diferença de comportamento “sintático” das conjunções, ao mostrar, por exemplo, que o par *et* e *que* eram empregadas no contexto da frase de formas distintas em relação a *scilicet*. Além disso, toda explicação anterior de Agostinho com relação à *potestas* (valor) das conjunções só pode ser satisfatoriamente entendida, no final da sua argumentação, ao se considerar, finalmente, também essas propriedades “sintáticas”, isto é, mediante o modo como tais conjunções: a) se combinam com outros elementos e b) quais posições (*ordo*) podem ocupar na sentença.

É curioso observar que, para a conjunção *et*, a regra é precisamente a que se segue inferindo-se que seu emprego – quando não ocorre na forma correlativa *et...et* –, seria preposto ao segundo elemento, mas posposto ao primeiro. Uma indagação adicional que poderíamos fazer é: haveria alguma relação entre o emprego dos casos e a posição das conjunções na sentença latina? A princípio, pelo menos em nossa análise, parece que não há nada que relacione tais processos, pois, se observarmos bem, veremos que tanto *huic* quanto *tibi* estão no caso dativo, ou seja, se a posição das conjunções dependesse, em algum grau, de estar relacionada com qualquer caso específico, não haveria motivos para que Agostinho destacasse que há uma regra sintática de limitação para tais exemplos. Nesse sentido, a limitação, ou melhor, a regra de limitação de ordem (sintática) deixada, de maneira inferencial, por Agostinho nesses exemplos, ao que tudo indica, parece estar intimamente ligada com as propriedades das conjunções.

Na *Ars breuiata*, Agostinho não se arrisca a postular uma regra em que o *et* ocupe a posição inicial da sentença, mas apenas no meio de dois elementos distintos – parece haver um bloqueio para o uso de *et* no início da sentença³⁹². No entanto, o emprego inicial

³⁹² Para Prisciano, no livro XVI (16,25-30), a conjunção *et* pode ocupar qualquer lugar na sentença, entretanto, o gramático destaca que na poética seu uso é posposto, dando o exemplo de Virgílio e de Horácio. Cf. *Aliae paene omnes indiffenter et praeponi et supponi possunt, ut <<et>>, <<atque>>, quae poëtice postponuntur; alias non, ut Vergilius...* (“Quase todas as outras podem ser, indiferentemente, *prepostas* ou *pospostas*, como *et*, *atque*, que na poética são *pospostas*, as outras não [Prisciano se refere às outras conjunções aditivas], como em Virgílio...”). Prisciano, por outro lado, intercalou tais conceitos e, por sua vez, realizou uma delimitação mais precisa. Filosoficamente, como destaca Baratin (2010), Prisciano parece seguir a posição peripatética para estipular o estatuto epistemológico das conjunções. Nesse sentido, reside no pano de fundo da *uis* de Prisciano a *dýnamis*, enquanto que na *ordo* a *táxis*, dois termos retirados das considerações de Apolônio Díscolo (DALIMIER, 2001). Esse é um ponto complicado na comparação direta entre Agostinho e Prisciano, já que, em Agostinho, assim como nos outros *grammatici latini*, a “origem” da reflexão sobre as conjunções parece seguir de perto o modelo estoico.

de *et* será tratado por Agostinho em suas obras de maturidade, como veremos mais abaixo, uma vez que ele precisará explicar porque essa conjunção ocupa a posição inicial nas palavras dos profetas bíblicos.

Do ponto de vista do emprego da terminologia, há duas considerações a serem feitas. Na *Ars breuiata*, Agostinho faz uso dos termos *potestas* (valor / sentido) e *ordo* (ordem), termos que se configuram como nucleares nas considerações dos gramáticos latinos, justamente como dois *accidentia* (acidentes) dessas *partes orationis*. No *De dialectica*, por outro lado, os termos colocados em evidência são *uis* (sentido) e *ordinatio* (ordenação).

Vejam os esquemas que colocam os termos em destaque, aos quais acrescentamos, meramente para ilustração, os equivalentes também na obra de Prisciano:

Agostinho	Agostinho	Prisciano	Prisciano
<i>Ars breuiata</i>	<i>De dialectica</i>	<i>De coniunctione</i>	<i>De constructione</i>
<i>coniunctiones</i>	<i>omne uerbum</i>		
<i>potestas</i>	<i>uis</i>	<i>uis</i> / <i>semel</i> / <i>potestas</i>	<i>uis</i> / <i>potestas</i>
<i>ordo</i>	<i>ordinatio</i>	<i>ordinatio</i> / <i>consequentia</i> / <i>ordo</i>	<i>ordinatio</i> / <i>ordo</i> / <i>ordo</i>

Tabela 15. Comparação de termos entre Agostinho e Prisciano.

As diferenças terminológicas destacadas acima parecem pôr em evidência o fato de que, tanto a gramática, como a dialética, na época de Agostinho, já eram consideradas disciplinas em fase de maturidade, possuindo professores e pensadores vinculados a uma ou outra disciplina, ou, como é o caso de Agostinho, a ambas. Logo, a diferença de terminologia determinaria também uma distinção epistemológica a respeito de cada uma das disciplinas. Contudo, ainda que não haja consenso quanto ao uso de tais termos em cada uma das duas áreas, tal fator não parece excluir a relação existente entre eles. De fato, a *Ars breuiata* e o *De dialectica* demonstram claramente a inter-relação entre esses dois saberes pelos quais Agostinho transitava: a gramática e a dialética.

Assim, seria possível considerar que *uis* e *ordinatio* estão, do ponto de vista linguístico, hierarquicamente acima dos termos *potestas* e *ordo*, já que eles, como diz Agostinho, são propriedades inerentes a “toda palavra” (*omne uerbum*) e não apenas às “conjunções”, como são a *potestas* e a *ordo*, na *Ars breuiata*. Dessa forma, o projeto de educação consubstancializado nas *artes* por Agostinho, entre a gramática e a dialética, parecia estar em consonância não só em termos disciplinares – a gramática como um saber mais elementar em relação à dialética – mas também em termos da análise dos conceitos e de seu emprego na linguagem.

Assim, podemos dizer que, em linhas gerais, Agostinho trata da *potestas* e da *ordo* no âmbito gramatical, e da *uis* e da *ordinatio* no plano da dialética. É oportuno pontuar que, para além das semelhanças que procuramos destacar acima entre as considerações gramaticais e dialéticas de Agostinho, nas quais os termos *potestas* e *ordo*, bem como *uis* e *ordinatio* figuram, há também implicadas questões de cunho conceitual; ou seja, tanto a gramática, como a dialética, no tempo de Agostinho, e especialmente para Agostinho, como mostramos no capítulo II, são, de fato, disciplinas consolidadas e fazem parte do *curriculum* escolar praticado na Antiguidade Tardia. É “esperado” que os termos utilizados na dialética e pelos dialéticos sejam, em certa medida, distintos daqueles usados pelos gramáticos e na gramática. Por sua vez, esse pode ser um ponto que também vem ao encontro de nossas observações, visto que o aspecto propedêutico de uma disciplina em relação a outra, como reforça Agostinho no *De ordine*, visa à continuidade e ao aperfeiçoamento das práticas e do uso da linguagem e não o seu oposto. Dessa forma, distinções no nível terminológico ou conceitual servem-nos, em linhas gerais, como guias metodológicas para o entendimento das disciplinas na Antiguidade Tardia.

Como ilustração dessa reflexão “teórica” sobre a conjunção *et*, conforme comentamos acima, vejamos como Agostinho também se vale dessas distinções na prática de seus textos exegéticos. Daremos, para isso, apenas um exemplo. Agostinho avança em suas considerações sobre a conjunção *et* também em obras de maturidade, como, por exemplo, nas *Enarrationes in Psalmos* (*Comentários aos Salmos*). Na passagem dos *Comentários aos Salmos* (4.4), interpretada por Denecker (2017), encontra-se a seguinte ponderação de Agostinho com relação ao uso sintático da conjunção “e” (*et*):

“E compreendi que o Senhor fez maravilhas em seu santo”. Qual santo senão aquele que Deus ressuscitou da região dos mortos e colocou no céu à sua direita? O gênero humano é convidado a “finalmente” se converter do amor deste mundo para o Senhor. **Se alguém ficar intrigado com o acréscimo da**

conjunção “e” ao verbo “compreendei”, não lhe será difícil descobrir nas Escrituras a frequência desta espécie de locução na língua em que os profetas falaram. Muitas vezes se encontra este início: E o Senhor lhe falou. E foi-lhe dirigida a palavra do Senhor. **Se a sentença anterior não se liga à subsequente, a conjunção talvez insinue de modo admirável que a enunciação da verdade pela voz se une à visão do coração.** A frase anterior “Por que amais a ilusão e procurais a mentira?” poderia equivaler a: Não ameis a vaidade nem busqueis a mentira. Dito isso, segue-se com plena exatidão: “E compreendei que o Senhor fez maravilhas em seu santo”. Mas a interposição do “diapsalma” impede a junção desta frase com a anterior. “Diapsalma” pode vir do hebraico, conforme opinião de alguns, e significa: faça-se; ou do grego, e marca intervalo na salmodia. Denomina-se salmo o que é cantado, e diapsalma, a pausa na salmodia. Como simpsalma significa a união das vozes no canto, diapsalma representaria a separação entre elas, certa pausa, interrupção. Seja isso, aquilo ou ainda outra coisa, há muita probabilidade de que onde se achar intercalado o diapsalma não se deve continuar, nem unir o sentido.³⁹³

(AGOSTINHO, *En. Pl.*, 4.4. Grifos nossos)

Agostinho fornece muitos elementos linguísticos nessa passagem exegética. Destacamos primeiramente o fato de ele fazer uma recomendação aos leitores das *Escrituras*. Ele expõe o tópico gramatical dizendo que a conjunção *et* (“e”) é geralmente colocada antes do verbo *Scitote* (compreendei) nas *Escrituras* e que esse tipo de locução é frequente na língua empregada pelos profetas. Mas, para além da advertência sobre o estilo da linguagem presente nas *Escrituras*, Agostinho oferece uma reflexão sobre as sentenças que podem ou não estar conectadas entre si. Agostinho pondera: “A combinação da conjunção, quando a sentença que antecede não é conectada com a que se segue, de modo admirável, talvez insinue que a enunciação da verdade pela voz se una com ela pela visão do coração.” (*Quae iunctura coniunctionis, cum sententia non praecesserit cui sequens annectatur, mirabiliter fortassis insinuat prolationem veritatis in voce cum ea visione quae fit in corde esse coniunctam. En. Pl. 4.4*).

³⁹³Cf. <<*Et scitote quoniam admirabilem fecit Dominus sanctum suum*>>: quem, nisi eum quem suscitavit ab inferis, et in caelo ad dexteram collocavit? Increpatur ergo genus humanum, ut ad eum se tandem ab huius mundi amore convertat. **Sed si quem movet coniunctio superaddita, quod ait, <<Et scitote>>, facile est ut in Scripturis animadvertat huius locutionis genus familiare esse illi linguae qua Prophetiae locuti sunt.** Nam saepe invenis ita coeptum: <<Et dixit Dominus ad illum>>, <<Et factum est verbum Domini ad illum>>. **Quae iunctura coniunctionis, cum sententia non praecesserit cui sequens annectatur, mirabiliter fortassis insinuat prolationem veritatis in voce cum ea visione quae fit in corde esse coniunctam.** Quanquam hic dici possit, quod superior sententia, <<Ut quid diligitis vanitatem, et quaeritis mendacium?>> ita posita est ac si diceretur, Nolite diligere vanitatem, et quaerere mendacium; quo ita posito, rectissima locutione sequitur: <<Et scitote quoniam admirabilem fecit Dominus sanctum suum>>. Sed interpositum diapsalma vetat istam cum superiore coniungi: sive enim hebraeum verbum sit, sicut quidam volunt, quo significatur Fiat; sive graecum, quo significatur intervallum psallendi, ut psalma sit quod psallitur, diapsalma vero interpositum in psallendo silentium; ut quemadmodum sympsalma dicitur vocum copulatio in cantando, ita diapsalma disiunctio earum, ubi quaedam requies disiunctae continuationis ostenditur: sive ergo illud, sive hoc, sive aliud aliquid sit, certe illud probabile est, non recte continuari et coniungi sensum, ubi diapsalma interponitur. (ed. PEREZ, 1964, p. 27-28 – BAC XIX). (Grifos nosso. Tradução das Monjas Beneditinas (2014, p. 30)).

Destacamos nessa passagem o vocábulo *iunctura*, que também aparece no *De ordine* (II, xii, 36) ao lado de *motus* e *integritas*, os quais parecem fazer referência aos domínios da etimologia e da morfologia. A noção de *iunctura* faria, em certo sentido, referência ao domínio da sintaxe. No *De ordine*, essa tríade de termos é usada por Agostinho justamente no ponto em que o nascimento da gramática tem sua formulação engendrada por intermédio da *ratio*. Agostinho destaca que a *ratio* “denominou as letras, vogais, semivogais e mudas, **na ordem** em que foram expostas. Em seguida, formou as sílabas e, depois as palavras foram classificadas em oito categorias e formas, e, em cada uma delas, foi distinguida, com perícia e sutileza, **movimento, clareza e combinação**”. (*Itaque litteras hoc ordine, quo expositae sunt, vocales, semivocales et mutas nominavit, deinde syllabas notavit. Deinde verba in octo genera formasque digesta sunt omnisque illorum motus, integritas, iunctura perite subtiliterque distincta sunt. De ord., II, xii, 36*)³⁹⁴. Embora Agostinho tenha recorrido a um termo cuja reflexão leva-nos para um aspecto da língua que se vincula, para além da morfologia, ao campo da “sintaxe”, a passagem do *De ordine* não é entendida pelos comentadores de Agostinho como um ponto claro e pacífico tanto na interpretação, como na tradução. Os elementos da linguagem e suas características, nesse excerto do diálogo, aparecem em estágio de desenvolvimento. Esse parece configurar-se como um dos enigmas causados pelo movimento dialético de Agostinho ao compor seu texto, ou seja, no que se refere ao âmbito da linguagem, a *ratio* a formula de maneira ordenada e sistemática, mas nem todos os elementos desse “quebra-cabeça” são fornecidos em contornos claros. Nesse sentido, a pista contida nas

³⁹⁴ (Tradução de Belmonte, 2008, p. 235-236. Com adaptações nossas. Grifo nosso). *Motus, Integritas e iunctura* formam outro bloco de termos, cuja procedência, interpretação e tradução também geram dúvidas e discussões. Catapano & Bettetini (2008 [2006], p. 423) adotam como tradução dos termos latinos para o italiano os seguintes vocábulos: *Motus* = *mutamento*; *Integritas* = *purezza* e *Iunctura* = *connessione*. Essa é a tradução da edição de 2008, que foi reinterpretada, posto que, na edição de 2006, a tradução aos três termos eram respectivamente “etimologia, morfologia e sintassi”. Nas palavras de Catapano (2008 [2006], p. 457): “la precedente versione di questa traduzione interpretava le parole *motus, integritas, iunctura* come <<etimologia, morfologia, sintassi>>”. Na tradução de Borruso (2007, p. 101) para o inglês, os termos foram traduzidos como *morphology, use* e *syntax*. As considerações com relação a essa passagem do *De ordine* representam um certo enigma para os intérpretes das obras de Agostinho. Do ponto de vista do diálogo, podemos considerar que, pelo fato de Agostinho ainda estar postulando o “nascimento” das disciplinas, é plausível que haja, pelo próprio aspecto imanente do texto, um tom enigmático com relação aos nomes mais prototípicos da doutrina gramatical da Antiguidade Tardia. Law (1984, p. 167), por exemplo, pondera que: “even the term *uerba* is here used in a non-technical sense. But by comparison with other early Works this passage is atypical. Generally, Augustine's grammatical doctrine is set out in language so precise that its affinities with one group of late grammars rather than another may readily be recognised.” Embora possamos ter um certo “ceticismo” com relação à passagem do *De ordine*, na das *Enarrationes in Psalmos* a discussão parece estar ligada, de forma mais íntima, com o campo da sintaxe, do que com o da morfologia.

Enarrationes in Psalmos parece ter uma reflexão na qual os termos empregados apresentam, em linhas gerais, uma especialização.

Vejamos se tal interpretação se sustenta também acerca dessa passagem, e que contribuição metalinguística podemos extrair dessa discussão. Schad (2007, p. 228), em seu dicionário de terminologia dos gramáticos latinos, apresenta-nos que *iunctura* possui três acepções:

1 combinação (junção), conexão”

i) das letras para formar as sílabas;

ii) das sílabas para formar palavras: em verbos compostos;

2 conectar as partes do discurso;

3 na sintaxe: ‘colocação’

Prisciano usa *iunctura* para traduzir tanto *epiploké* e *syntaxis* de AD.

O primeiro ele também traduz por *adiunctio*,... e *coniunctio*...³⁹⁵

Tendo em vista as acepções anotadas por Schad, observamos que, no caso das *Enarrationes in Psalmos*, o termo *iunctura* parece estar empregado no terceiro sentido, ou seja, o de colocação de determinado termo no âmbito da frase, o que significa que, segundo Agostinho, a conjunção *et* foi empregada em uma posição sintática específica, nesse caso, no início da sentença. Uma prova posterior de que o termo *iunctura* se especializa no campo gramatical, estando aí também usado nesse sentido técnico, especialmente no âmbito da sintaxe, vem das tentativas de Prisciano empregar esse termo, pelo menos em algumas ocasiões, como na tradução de *epiploké* e principalmente de *syntaxis* (*De const.*, XVII, 201.9; *Part.*, 98). Nesse sentido, se, no *De ordine*, o termo *iunctura* tinha um contorno menos preciso no campo técnico-gramatical, já que, conforme ressaltamos na nota acima, naquela obra Agostinho poderia estar se referindo ao conceito de uma forma ampla, envolvendo tanto a formação de letras para sílabas e de sílabas para palavras, quanto das partes da oração, como nome, verbo *et alia*; não podemos descartar a possibilidade de que Agostinho conheça também o sentido técnico desse termo, fazendo referência à “colocação” das partes da oração, ou seja, da sintaxe. Como ressaltamos anteriormente, o caráter terminológico, metalinguístico e o fenômeno linguístico a ser

³⁹⁵ Cf. Schad (2007, p. 228): “1 ‘joining, connection’: i) of letters to form syllables; ii) of syllables to form words: in compound verbs; 2 connecting parts of speech; 3. in syntax: ‘collocation’. Priscien uses *iunctura* to translate both *epiploke* and *syntaxis* of AD. The former he also translates by *adiunctio*... and *coniunctio*... elsewhere (3.108.12,21 = AD *Synt* 2.4,12).”.

descrito nem sempre ocorrem em uma única passagem. No entanto, o exemplo das *Enarrationes in Psalmos* parece fornecer-nos, em algum grau, esses três aspectos.

Do ponto de vista do fenômeno linguístico descrito por Agostinho, observamos nessa passagem uma semelhança com a reflexão do *De magistro*, i.e., é possível combinar uma conjunção e um verbo; porém, quanto ao que Agostinho descreve na *Ars breuiata*, há uma diferença: enquanto no tratado gramatical, como vimos acima, Agostinho aponta para uma espécie de “bloqueio sintático” para uso da conjunção *et* (“e”) no início de sentença, nesse trecho das *Enarrationes in Psalmos*, Agostinho preconiza o inverso. Se, do ponto de vista literário, na *Ars breuiata*, o exemplo para uso das conjunções vinha dos *exempla* da *Eneida*, além de *exempla ficta*; nas *Enarrationes in Psalmos* o texto de base, agora, são as *Esrituras*. Essa parece ser uma evidência textual de que Agostinho tenha, de certa forma, alterado a própria “regra” que postulava ainda na juventude, uma vez que, como pondera Denecker (2017, p. 267), o Agostinho da maturidade, exegeta de textos sagrados, está diante não mais de uma discussão gramatical ou dialética nos limites do sistema linguístico latino, mas também deve se ocupar de peculiaridades da sintaxe da língua hebraica, que, de uma forma ou de outra, passou a ser vertida para o latim.³⁹⁶ Denecker (2017, p. 267) também destaca o termo *superaddita* que indica uma adição “excessiva” de um elemento linguístico a uma sentença que, em tese, já estaria completa.

O segundo aspecto das considerações de Agostinho na passagem das *En. Pl.* (4.4) que destacamos diz respeito à explicação, em certo sentido, metalinguística fornecida para o uso da conjunção *et* (“e”) no início da sentença: “quando a sentença que antecede não se conecta com a que se segue” (*cum sententia non praecesserit cui sequens annectatur*). Na passagem, vemos Agostinho empregar uma explicação lógica, isto é, o verbo *praecesserit* indica aquilo que antecede e faz par com verbo *annectatur*, que indica a conexão. A forma verbo-nominal *sequens* indica que o antecedente, nesse caso a conjunção (*et*), é que deve fazer a função sintática de ligá-la à subsequente, o que não ocorre nesse exemplo, posto que a conjunção está no início da sentença. A segunda parte da explicação de Agostinho tem um aspecto mais complexo de ser interpretado do ponto

³⁹⁶Cf. Denecker (2017, p. 267): “Like Jerome, Augustine in his exegetic works on the Old Testament makes a number of contrastive observations centering on the notion of complete utterances—both in terms of deficiency and of redundancy. He may have drawn in part on Jerome’s relevant statements, but he presumably relied also on his own ability to compare the text of the Latin version(s) to the Greek Septuagint. Rather than comparing Latin to Hebrew ‘syntax’, as Jerome does, Augustine is contrasting a type of syntax allegedly characteristic of ‘biblical language’—i.e. a type of Latin including typically Hebrew and Greek elements that are due to the process of translation—to the ‘standard’ type of syntax of ‘classical Latin’.”

de vista da gramática ou da lógica, posto que Agostinho considera que, se a conjunção não liga duas sentenças, o que se está realizando vai além do linguístico, isto é, do gramatical ou lógico. Agostinho considera, portanto, que a conjunção nesse caso “**une** enunciação da verdade por meio da voz com a visão do coração” (*prolationem veritatis in voce cum ea visione quae fit in corde esse **coniunctam***). Agostinho destaca que, se a regra “lógica” não consegue explicar o fenômeno em questão, a conjunção não está ligando ou unindo no plano sintático duas sentenças, mas está, por sua vez, unindo a sentença a um plano superior, em certo sentido, espiritual.

Nesse ponto, parece que toda a explicação de Agostinho almeja entrelaçar e colocar em prol de uma atividade de exegese o campo da gramática, da dialética e, em certo sentido, o da retórica, já que há também uma mobilização discursiva, por parte de Agostinho. Como vimos, no plano gramatical, as conjunções eram definidas como formas linguísticas utilizadas para combinação de duas ou mais sentenças, e tinha como o pano de fundo uma argumentação que se vinculava ao conceito de ordem (*ordo*), uma propriedade das conjunções, explicitado na *Ars breuiata* (I, 92). No *De dialectica* (VI), a *ordinatio* (ordenação) era apresentada como uma propriedade inerente a todas as palavras³⁹⁷. Podemos dizer, portanto, que combinação e ordenação são dois planos sintáticos no pensamento de Agostinho, pois só pode haver ordenação de elementos quando há combinação entre eles. Logo, não se poderia estabelecer qualquer ordem sem combinação, e essa não seria inteligível caso não se pudesse estabelecer uma ordem entre elas. Dito de outra forma, ordenações determinam processos combinatórios específicos – pode-se combinar de maneira randômica, mas tal processo não proporcionará o verdadeiro entendimento da ordem das coisas.

³⁹⁷ Prisciano (XVI, 93, 10; 104, 14) realiza uma observação interessante ao postular que: “Diz-se que a ordem é um acidente das conjunções, que comumente está em quase todas as palavras.” [*Ordo accidere dicitur coniunctionibus, qui communis est paene omnibus dictionibus.*]. Baratin (2013) destaca que Prisciano é reticente em considerar tal *accidens* para as conjunções; em todo livro essa é a única menção de Prisciano a essa propriedade. De uma forma interpretativa, a *ordo* para Prisciano ocorre em quase todas as palavras, mas Prisciano não diz quais são as outras palavras. Se compararmos retrospectivamente com Agostinho, podemos ter uma pista hierárquica entre os conceitos de *ordo* e *ordinatio*. Para Agostinho, a *ordinatio* é uma propriedade inerente a todas as palavras, logo sua aplicação às conjunções é imediata, mas, além desse dado, as conjunções também possuem, pela sua especificidade, o acidente *ordo*, o que Agostinho nos atesta também na *Ars breuiata*. Teríamos então: *ordinatio* >>> *ordo*. Esse não parece ser um esquema de fácil resolução, uma vez que tal aspecto para os gramáticos como Prisciano, poderia indicar uma certa tautologia de conceitos que se sobreporiam. Dentro de uma perspectiva mais contextual, não seria condizente que o dialético soubesse “a ordenação” apenas das conjunções para realizar suas disputas. Isso seria reduzir o papel do conhecimento linguístico que os dialéticos precisavam possuir para defender suas teses. O que se observa é que Agostinho amplia, em suas considerações, tal propriedade para todas as *partes orationis*, isto é, para *omnia uerba*. A assimetria entre *ordinatio* e *ordo* em Prisciano é latente, já que *ordinatio* foi usada como possibilidade de tradução para o termo *syntaxis* de Apolônio Díscolo, ao passo que *ordo* deriva de *táxis*.

Dessa forma, para Agostinho, se no plano sintático a conjunção liga duas sentenças, talvez o que ela faça, além disso, é ligar o plano das *Escrituras* ao espiritual – o plano da leitura, da interpretação e dos sentidos (das palavras, em suma), ao plano metafísico maior da espiritualidade da fé cristã. Considerando isso, seria possível depreender, com um pouco mais de nitidez, que os aspectos da linguagem não figuram meramente como “ornamentos” da discussão filosófica agostiniana, mas, pelo contrário, são uma ponte necessária, pois é a via pela qual os preceitos de qualquer disciplina possam promover, corolário desse processo, a interpretação e explicação correta das *Escrituras*. Não nos parece, portanto, mero acaso, que o Agostinho da maturidade também mantenha um vivo interesse pelos elementos da linguagem.

5.4 Em síntese

Neste último capítulo, procuramos mostrar o segundo eixo da reflexão acerca da sintaxe no pensamento gramatical-dialético de Santo Agostinho. Apresentamos, inicialmente, uma contextualização do conceito de *Ordem* nas considerações de Agostinho, em seu sentido filosófico e teológico. Esse conceito, como observamos, forma um dos pilares do pensamento agostiniano. Em seguida, mostramos como o autor desenvolveu considerações sobre a ordem também no nível da linguagem, visto que a linguagem e o entendimento das coisas do mundo e dos preceitos teológicos estão intimamente ligados nas reflexões de Agostinho.

Desenvolvemos, dessa forma, uma reflexão que buscou demonstrar como a *ordinatio / ordo uerborum* (a ordenação / ordem das palavras) faziam parte da agenda investigativa de Agostinho no campo da linguagem. Para isso, propusemos uma comparação entre Varrão (*LL VI*, 56) e Santo Agostinho (*Conf. I*, 8, 13), no intuito de mostrar que, também no caso da *ordinatio*, os fundamentos da doutrina estoica, via Varrão, são o ponto de partida da observação que Agostinho empreendeu ao tratar da ordem dos elementos nas sentenças. Em segundo lugar, demonstramos as relações de convergência e diferença entre os preceitos da gramática e os da dialética, contidos nos textos da *Ars breuiata* e do *De dialectica*, apresentando como o conceito de *ordinatio* foi tratado por Agostinho nesses dois campos. Em seguida, realizamos uma descrição e uma interpretação dos *exempla* da lógica estoica presentes nas considerações do *De dialectica*, ressaltando como Agostinho possuía um conhecimento mais do que incipiente da doutrina dialética estoica, posto que Agostinho fornece-nos exemplos de silogismos condicionais,

bem como é possível reconstruir um “argumento válido em sentido não específico” aos “juntarmos” todos os *exempla* “espalhados” pelo capítulo III do *De dialectica*.

Por fim, do cotejo entre a dialética e a gramática, procuramos demonstrar como parece haver uma hierarquia entre as noções de *uis* e *ordinatio*, do *De dialectica*, em relação aos termos de *potestas* e *ordo*, da *Ars breuiata*. Para isso, fizemos um exame dos critérios e dos exemplos fornecidos por Agostinho ao tratar das conjunções, detendo-nos particularmente no caso da conjunção <<*et*>> (“e”). Finalmente, refletimos sobre desdobramentos dessa reflexão na obra de maturidade de Agostinho, mostrando que há entre os tratados de juventude e a obra exegética tardia alguma continuidade, mas também ruptura. Observamos, particularmente, que, no que tange à noção de ordem, o critério de posição sintática postulado por Agostinho foi alterado nas *Enarrationes in Psalmos* (4.4). A análise dessa passagem levou-nos a concluir que a noção de *ordinatio*, que se vincula originalmente aos campos da lógica e da dialética, bem como a noção de *ordo*, utilizada no espectro da gramática são, de fato, um segundo eixo de uma reflexão acerca da sintaxe, já que auxiliam e fazem parte do processo de ordenação das proposições lógicas, ambas as noções empreendem “regras” de limitação de posicionamento sintático para as conjunções no espectro da gramática, mas que, no campo da exegese, são ferramentas de que Agostinho lança mão para assegurar uma interpretação dos textos sagrados.

CONCLUSÃO

“O estudo de Santo Agostinho é interminável...”
(*Peter Brown*, 2005 [1967], p. 10)

A epígrafe de Peter Brown sintetiza, em grande parte, o sentimento que fica àqueles que tentam empreender qualquer análise e estudo acerca das obras de Santo Agostinho. Entretanto, essa sensação pode ser vista sob um ângulo positivo, pois significa que sempre há o que se investigar, sempre há uma brecha para que uma reflexão nova possa surgir e somar-se às que já possuímos. Agostinho foi um escritor prolífico de uma obra vasta e plural, e esse é o primeiro desafio com que devem lidar aqueles que pretendem trabalhar com a sua produção, ou seja, é preciso escolher qual Agostinho, dentre “tantos”, se deve abordar. Nesse sentido, o Agostinho que propusemos trazer para a nossa reflexão é um Agostinho que está intimamente ligado a questões gramaticais, dialéticas e, em menor grau, retóricas. É, sobretudo, um Agostinho de juventude, ainda que os germens do seu pensamento mantenham diálogos, ecos ou reminiscências com a obra do Agostinho da maturidade, o Padre da Igreja Cristã. A gramática, a dialética e a retórica são os três pilares do ideário educacional da Antiguidade Tardia, do qual Agostinho fazia parte e no qual, ao mesmo tempo, ele figurou como um dos autores que pensou e remodelou esses três campos.

Diante disso, nossa tese procurou demonstrar como os tópicos da combinação (*coniunctio*) e a da ordenação (*ordinatio*) das palavras representam dois eixos daquele pensamento gramatical-dialético em Santo Agostinho, reflexão que se encontra principalmente nos dois primeiros escritos de juventude de Agostinho, isto é, na *Ars breuiata* e no *De dialectica* – mas que não somente perfaz uma linhagem de pensadores radicados na dialética estoica grega, mas particularmente atualiza e refunda, na Antiguidade Tardia, o pensamento de Varrão. Ao longo das páginas desta tese, defendemos que a *coniunctio* (combinação) e a *ordo / ordinatio uerborum* (ordem / ordenação das palavras) representam um capítulo importante do percurso da sintaxe em Roma, bem como consistem nos dois grandes eixos do pensamento de Agostinho com relação ao tema, sob o viés dialético-gramatical. Embora formuladas na *Ars breuiata* e no *De dialectica*, vimos, além disso, que essas considerações não se limitam às preocupações contidas naqueles tratados de juventude, mas também se fazem presentes em obras da maturidade, como é o caso das *Confissões*, do *De ordine*, do *De doctrina Christiana* e das *Enarrationes in Psalmos*. O pano de fundo filosófico que unifica toda essa discussão é o

legado do estoicismo, em especial daquele derivado das postulações lógicas de Crisipo, que chegou a Agostinho por meio do *Hortensius* de Cícero, bem como das postulações de Varrão no *De lingua Latina*, formando a base essencial de seu posicionamento com relação aos tópicos da gramática e da dialética, com o qual se confunde muitas vezes, mas do qual também se distancia em alguns pontos.

Na elaboração desta tese, subscrevemos os princípios teóricos e metodológicos da Historiografia das Ciências da Linguagem, particularmente aqueles postulados por K. Koerner e P. Swiggers. Nessa mesma linha, buscamos amparar nossas observações acerca dos gramáticos e filósofos gregos e latinos, procurando trazer para o nosso trabalho, não somente uma visão mais atualizada com relação à produção dos saberes gramaticais e dialéticos empreendidos pelos autores da Antiguidade grega e latina, mas também destacando, quando possível, os pontos que ainda são alvos de análise e debate. Paralelo ao trabalho de descrição, apresentação e explicação dos textos de Agostinho em que consistiu o nosso *corpus*, buscamos ressaltar, em vários momentos, a terminologia e a metalinguagem nos autores da Antiguidade, mostrando os pontos de convergência, de divergência e os problemas que emergem de sua proposição, consagração e significação nos variados textos com que lidamos nessa pesquisa.

II.

As Sir John Lyons – who was an active participant in our conference – remarked in his concluding statement, there is much food for further reflection in the writings of ancient grammarians.

(Swiggers & Wouters, 2003, p. 4).

A epígrafe acima é a observação realizada por Pierre Swiggers & Alfons Wouters (2003, p. 4), no prefácio do volume 23 (*Orbis/Supplementa*), *Syntax in Antiquity*, texto decorrente de três dias de debate no *Seminarium Historiographiae Linguisticae* (SHL) na U.K. Leuven (27-29 de setembro de 2001). Em nosso ponto de vista, o comentário não encerra um ciclo de observações sobre o fenômeno da sintaxe na Antiguidade grega e romana, pelo contrário, abre um novo horizonte com relação aos estudos historiográficos no que diz respeito ao pensamento gramatical antigo. As palavras de Sir John Lyons, tematizando o futuro da pesquisa – as reflexões que estariam por vir (*further reflections*) – apontam, paradoxalmente, para os pensadores do passado, assinalando que os gramáticos antigos têm considerações ainda desconhecidas, inusitadas e originais, seja com relação à terminologia, seja com relação à metalinguagem, seja, ainda, com relação

às descrições do funcionamento das línguas sobre as quais eles elaboraram suas observações.

REFERÊNCIAS

Dicionários

- CASSIN, B. **Dictionary of untranslatables**. A philosophical lexicon. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- DUCROT, O; TODOROV, T. **Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage**. Paris: Éditions du Sueil, 1972.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine**. 3. ed. Paris: Klincksieck, 1951.
- FARIA, E. **Dicionário Escolar Latim – Português**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1955.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.
- GLARE, P. G. W. *et al.* (ed.). **Oxford Latin Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- LIDDELL, H.; SCOTT, R. (ed.). **Greek-English Lexicon**. 9. ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- LUFT, C. **Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.
- PEREIRA, I. **Dicionário Grego-Português e Português-Grego**. 8ª ed. Braga: Livraria A.I. -Braga, 1998.
- SARAIVA, F. R. dos S. **Novíssimo Dicionário Latino-Português**. 9. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.
- SCHAD, S. **A lexicon of Latin grammatical terminology**. Studia Erudita. Roma: Fabrizio Serra, 2007.
- TRASK, R.L. **Key concepts in language and linguistics**. New York: Routledge, 1999.
- _____. **A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics**. New York: Routledge, 1993.

Textos de Santo Agostinho: edições e traduções

- AGOSTINHO. **Aurelii Augustini Ars grammatica breviata**. Edição de C. F. Weber. Marburg: Elwert, 1861.
- _____. **Aurelii Augustini Contra Cresconium grammaticum et Donatistam libri quattuor**. Edição de M. Petschenig. CSEL 52 - VINDOBONAE, 1909.
- SANCTI AURELI AUGUSTINI. **Contra Academicos libri tres, De beata vita liber unus, De ordine libri duo**. Recensuit P. Knöll. (CSEL, LXIII), Vindobonae-Lipsiae, 1922 [reimpresso 1962].

AGOSTINHO, St. **Ars (pro fratrum mediocritate) breuiata**. Ed. G. Bonnet. Les Belles Lettres: Paris, 2013.

_____. **Comentário aos Salmos** (*Enarrationes in psalmos 1-50*). Tradução das Monjas beneditinas. Introdução de R. Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. *Contra Academicos*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De beata uita*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De ordine*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De immortalitate animae*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De libero arbitrio*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De quantitate animae*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De magistro*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. *De musica*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. **Confessions: text and introduction**. Ed. James O'Donnell. Clarendon Press: Oxford, 1992. Vol. 1.

_____. *Soliloquia*. In: CATAPANO, G; *et al.* **Tutti I Dialoghi**. Bompiani: Milano, 2008 [2006].

_____. **Enarrationes in Psalmos**. Ed. Perez. Madrid: La editorial Catolica, 1964 (BAC XIX).

_____. **A Cidade de Deus**. Tradução de Dias Pereira. Lisboa: Gulbekian, 1996. 2v.

_____. **A doutrina cristã**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **A fé e o símbolo; Primeira catequese aos não cristãos; A disciplina cristã; A continência**. Traduzido por Freitas, O.; Opraem, R.; Arruda Junior & Nunes Costa. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **A Trindade**. Tradução Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. **A verdadeira religião; O cuidado devido aos mortos**. Tradução Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 2007 [2002].

_____. **Confissões; O Mestre**. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. & Angelo Ricci. São Paulo: Editora Abril, 1973.

_____. **Confissões.** Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Contra Acadêmicos; A Ordem; A Grandeza da Alma; O Mestre.** Tradução Frei Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **De dialectica.** Translated by Darrel Jackson and edited by Jan Pinborg. Dordrecht: Reidel, 1975.

_____. **De dialectica.** Translated by Jim Marchand (sd) (Illinois/Urbana) Georgetown. Disponível apenas online:
<https://faculty.georgetown.edu/jod/texts/dialecticatrans.html>

_____. Dialectique. Tradução parcial de M. Baratin & F. Desbordes In: BARATIN, M. ; DESBORDES, F. **L' analyse linguistique dans l'antiquité classique: 1.** Les théories. Paris: Klincksieck, 1981.

_____. *De rhetorica* (ed. Giomini). In: **Il maestro e la parola: il maestro, la dialettica, la retorica, la grammatica.** A cura di Maria Bettetini. Milano: Bompiani, 2010 [2004].

_____. The *De rhetorica* of Aurelius Augustine. Translated by O. Dieter & W. Kurth. **Speech Monographs**, 35,1, 1968, p.90-108.

_____. **Il maestro e la parola: il maestro, la dialettica, la retorica, la grammatica.** A cura di Maria Bettetini. Milano: Bompiani, 2010 [2004].

_____. **Obras de San Agustín:** De la doctrina cristiana; Del Génesis contra los maniqueos; Del Génesis a la letra, incompleto; Del Génesis a la letra. Traduzido por Balbino Martín. Madrid: La Editorial Católica, 1957. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. **Obras de San Agustín:** Contra los académicos; Del libre albedrío; De la cantidad del alma; Del maestro; Del alma y su origen; De la naturaleza del bien: contra los maniqueos. Traduzidas por Victorino Capanaga.; Evaristo Seijas; Eusebio Cuevas; Manual Martínez & Mateo Lanseros 3. ed. Madrid: La Editorial Católica, 1963. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. **Obras de San Agustín:** Introducción general; Vida de San Agustín, escrita por San Posidio; Introducción a los Diálogos; Soliloquios; De la vida feliz; Del orden; Bibliografía agostiniana. Traduzidas por Victorino Capanaga. 4. ed. Madrid: La Editorial Católica, 1969. (Biblioteca de Autores Cristianos).

_____. **O De excidio Urbis e outros sermões sobre a queda de Roma.** Tradução do latim, introdução e notas de Carlota Miranda Urbano. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010.

_____. **O mestre.** Tradução de A. Ricci. In: *Confissões; O Mestre.* Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J.; A. Ricci. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1980.

_____. **Solilóquios; A vida feliz.** Tradução, introdução e notas Adaury Fiorott. São Paulo: Paulus, 1998.

_____. **Tutti i Dialoghi.** A cura di Giovanni Catapano. Testo latino a fronte. Milano: Bompiani, 2008 [2006].

Textos de outros autores antigos

APOLLONIUS DYSCOLUS. *Appolonii Dyscoli quae supersunt.* In: SCHNEIDER, R.; UHLIG, G. (org.). **Grammatici Graeci**, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [Republished: Hildesheim: Olms, 1965].

APOLÔNIO DÍSCOLO. **De la construction.** I traduction, II notes et index par Jean Lallot. Paris: Vrin, 1997. 2 v.

_____. **Sintaxis.** Introducción, traducción y notas Vicente Bécares Botas. Madrid: Gredos, 1987.

_____. **The Syntax of Apollonius Dyscolus.** Translated and with commentary by Fred W. Householder. Amsterdam: Benjamins, 1981. (Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science, III: Studies in the History of Linguistics, 23).

_____. **Apollonius Discole, Traité des Conjonctions.** Introduction, texte, traduction et commentaire par Catherine Dalimier. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2001.

APULEIO. **The Logic of Apuleius.** Including a complete Latin text and English translation of the *Peri Hermeneias* of Apuleius of Madaura by D. Londey and C. Johanson. Laiden: Brill, 1987.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

_____. **Da interpretação.** Tradução João Veríssimo Teixeira da Mata. São Paulo: Unesp, 2013.

_____. **Poética.** Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **Catégories.** Présentation, traduction du Grec et commentaires par Frédérique Ildelfonse et Jean Lallot. Normandie: Édition du Seuil, 2002.

AULO GÉLIO. **Noites Áticas.** Tradução e notas de J. Seabra. Londrina: Eduel, 2010.

BOÉCIO. **Escritos (Opuscula Sacra).** Tradução, estudos introdutórios e notas de Juvenal Savian Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARÍSIO. *Charisii Ars.* In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici Latini**, I, 1-296. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

CASSIODORO. **Cassiodori Senatoris [Cassiodorus Senator] Institutiones.** Ed. Mynors, R. A. B. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1963.

CÍCERO. **De oratore I-II.** Translated by E. W. Sutton e H. Rackham. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1993. (The Loeb Classical Library).

_____. **Academicas**. Edição bilíngue. Introdução, tradução e notas: J. R. Seabra Filho. Belo Horizonte: Edições Nova Acrópole, 2012.

_____. **Cicero's Topica**. Edited with a translation introduction, and commentary by Tobias Reinhardt. Oxford. Oxford University Press, 2003.

_____. **Cicéron. L'orateur: du meilleur genre d'orateurs**. Texte établi et traduit par H. Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1921.

_____. **Sobre o destino**. Edição bilíngue. Tradução e Notas de J. R. Seabra Filho e Posfácio de Z. A. Cardoso. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

_____. **De oratore III, De fato, Paradoxa Stoicorum, De partitione oratoria**. Translation by H. Rackham. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1996.

_____. **Discussões Tusculanas**. [online]. Translated by Bruno Fregni Bassetto. Uberlândia: EDUFU, 2014, 528 p. Estudo Acadêmico collection, no. 4. ISBN: 978-65 5824-028-0. Available from: <http://books.scielo.org/id/72kk4>. <https://doi.org/10.14393/edufu-978-85-7078-308-0>.

_____. **Letters to Atticus III (Ad Atticum)**. Translated by Winstedt. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961 [1918].

DIOMEDES. *Diomedis ars*. In: KEIL, H. (ed.). **Grammatici Latini**, I, 299-529. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

DIÓGENES LAÉRCIO. **Lives of Eminent Philosophers**. Translated by R. D. Hicks. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1925.

_____. **Diogenes Laertius Lives of Eminent Philosophers**. Edited with Introduction by Tiziano Dorandi. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (Cambridge Classical Texts and Commentaries vol. 50).

DIONÍSIO TRÁCIO. *Dionysii Thracis ars grammatica*. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, R.; UHLIG, G.(ed.). **Grammatici Graeci**, I. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

DONATO. *Donati ars maior*. In: KEIL, H. (ed.). **Grammatici Latini**, IV, 367-402. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4. ed. Rio Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 4. ed. Rio Janeiro: Ediouro, 2004.

MARCIANO CAPELA. **Le nozze di Filologia e Mercurio**. A cura di Ilaria Ramelli. Testo latino a fronte. Milano: Bompiani, [2001] 2004.

MARIUS VICTORINUS. *De definitionibus*. ed. Th. Stangl. In: **Tulliana et Mario Victoriana**, Programm des K. Luitpold-Gymnasiums für das Studienjahr 1887/8 (Munich: Max Wild, 1888), 12–48. [Reimp. in P. Hadot, 1971].

_____. **Marii Victorini opera pars I: opera theologica.** ed. Paul Henry et Pierre Hadot. CSEL 83/1 (Vienna: Hoelder-Pichler-Tempsky, 1971).

_____. **Traité théologique sur la Trinité.** Texte établi par Paul Henry. Introduction, Traduction et notes par Pierre Hadot. Paris: Les Édition du Cerf, 1960. (2 vols., Sources Chrétiennes SC 68–9).

_____. **Commentary on Galatians.** Introduction, translation and notes by Stephen A. Cooper. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ORÍGENES. **Contra Celso.** Tradução de Orlando dos Reis, introdução e notas Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2004.

PALÊMÓN. [*Palaemonis*] *Ars*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici Latini**, V, 533-547. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

PETRÔNIO. **Satyricon.** Tradução de Cláudio Aquati. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PLATÃO. **A República de Platão.** J. Guinsburg organização e tradução. São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____. **Crátilo.** Tradução de Celso de Oliveira Vieira. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. **Sofista.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 2009[1980].

_____. **Teeteto, Crátilo.** Tradução de Carlos Alberto Nunes. 3. ed. Belém: UFPA, 2001[1988].

POSSÍDIO. **Vida de Santo Agostinho.** Tradução das Monjas Benedictinas. São Paulo: Paulus, 1997.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri II & III*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici Latini**. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

_____. **Grammaire Livre XVII – Syntaxe, 1.** Texto latino, tradução e anotação Grupo *Ars grammatica*. Paris: Vrin, 2010.

[PS.-CÍCERO]. **Retórica a Herênio.** Tradução de Ana Paula C. Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

SANTO AMBRÓSIO. **Examerão: os seis dias da criação.** Tradução de Célia Mariana Franchi Fernandes da Silva. São Paulo: Paulus, 2009.

SÃO JERÔNIMO. **Apologia contra os livros de Rufino.** Tradução, introdução e notas. Carpinett; Gomes de Melo. São Paulo: Paulus, 2013.

SÊNECA. **Cartas a Lucílio.** Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Gulbenkian, 1991.

SÉRVIO. *Commentarius in artem Donati*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. **Grammatici Latini**, IV, 421-448. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

SEXTO EMPÍRICO. **Contra os gramáticos.** Edição bilingue. Tradução de R. Brito & R. Huguenin. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Contra os retóricos**. Tradução, apresentação e comentários de Rafael Huguenin; Rodrigo P. Brito. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SUETÔNIO. *De rhetoribus de Suetônio*. Tradução de Artur Costrino. **Clássica**, v. 27. n.2, 2014 (Dossiê Temático). DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v27i2.320>
Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/320>

_____. **De grammaticis et rhetoribus**. Edition by R. Kaster. Oxford: Clarendon, 1995.

TÁCITO. **Diálogo dos oradores**. Tradução de Martinez de Rezende & Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VARRÃO. M. **Opere di Marco Terenzio Varrone**. Edição e Tradução de Antonio Taglia. Torino: Classic Latini, 1974.

_____. **La Langue Latine: livre VI**. Text établi, traduit et commenté par P. Flobert. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Universidade Brasília, 1983.

_____. **Eneida Brasileira**. Tradução poética de Odorico Mendes, comentada por P. S. de Vasconcellos *et al.* Campinas: UNICAMP, 2008.

Textos modernos

ADAMS, J.N. **Bilingualism and the Latin Language**. Oxford: Blackwell, 2004.

ALFARIC, P. **L'évolution intellectuelle de saint Augustin, I: Du Manichéisme au Néoplatonisme**. Paris, 1981.

ALGRA, K; BARNES, J; MANSFELD, J; SCHOFIELD, M. (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1999].

ALLAN, J. The Stoics on the origin of language and the foundations of etymology. In: FREDE, D; INWOOD, B. **Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age** Proceedings of the Ninth Symposium Hellenisticum. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.p. 14-35.

ALTMAN, C; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (orgs.). Dossiê Historiografia da Linguística. **Revista Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012, p. 11-120.

AMSLER, M. **Etymology and Grammatical Discourse in Late Antiquity and the Early Middle Ages**. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

ANDO, C. Augustine on Language. **Revue des Études Augustiniennes**. Vol, 40, 1994, p. 45-78.

ATHERTON, C. **The stoics on ambiguity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. (ed.). **Histoire des idées linguistiques**. Tome 2. Le développement de la grammaire occidentale. Paris: Mardaga, 1993.

_____. L'histoire de la linguistique. In: **Langue française**, n°48, 1980. Histoire de la linguistique française. p. 7-15. DOI: 10.3406/lfr.1980.5068. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1980_num_48_1_5068 . Acesso 03/06/2016.

AYOUB, A. *Augustinus homo dialecticus* – Agostinho em defesa da dialética no Contra Crescônio, gramático e donatista. In: **Analytica**. Revista de Filosofia. v. 21, n. 2 (2017). Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/analytica/article/view/22478>.

BAKER, M. Syntax. In: ARONOFF, M.; REES-MILLER, J. **The Handbook of Linguistics**. Oxford: Blackwell, 2003.p.265-294.

BARATIN, M. **La naissance de la Syntaxe a Rome**. Paris: Minuit, 1989a.

_____. La constitution de la grammaire et de la dialectique. In: AUROUX, S. (org.) **Histoire des idées linguistiques**. Tomo I. La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Liège: Mardaga, 1989b. p. 186-206.

_____. La maturation des analyses grammaticale et dialectique. In: AUROUX, S. (org.) **Histoire des idées linguistiques**. Tomo I. La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Liège: Mardaga, 1989c.

_____. Les difficultés de l'analyse syntaxique. In: AUROUX, S. (org.) **Histoire des idées linguistiques**. Tomo I. La naissance des métalangages en Orient et en Occident. Liège: Mardaga, 1989d.

_____. Sur la structure des grammaires antiques. In: DE CLERQ, J. ; DESMET, P. (eds.) **Florilegium historiographiae linguisticae** – Études d'historiographie de la linguistique et de grammaire comparée à la mémoire de Maurice Leroy. Leuven-la-Neuve: Peeters, 1994. pp. 143-157. (Traduzido para o português em 2017 na *Revista Rónai*. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ronai/article/view/23209>)

_____. À l'origine de la tradition artigraphique latine, entre mythe et réalité. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000. pp. 459-466

_____. Sur le *De dialectica* de Varron. **Journal of Latin Linguistics**. Vol. 6. n.1. De Gruyter | Published online: August 1, 2001 DOI: <https://doi.org/10.1515/joll.2001.6.1.21> Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/joll.2001.6.1.21/html>

BARATIN, M; DESBORDES, F. La 'triosieme partie' de '1 *Ars grammatica*. In: TAYLOR (ed.). **The History of Linguistics in the Classical Period**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 41-67.

BARNES, J. Part II Logic and Language: Introduction. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008[1999]. p. 65-69.

BARNES, J.; BOBZIEN, S. Logic. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008[1999]. p.77-176.

BASSET, L. Aristote et la syntaxe. In: SWIGGERS, P; WOUTERS, A (eds.). **Syntax in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 23). Peeters: Leuven, 2003.p .43-60.

BASSET, L.; BIVILLE, F.; COLOMBAT, B.; SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (Eds.) **Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine**. (*Orbis supplementa*, 27). Leuven: Peeters, 2007.

BATISTA, R. O. (Org.) **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. (org.). **Questões em Historiografia da Linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. Disponível em: <http://cedoch.fflch.usp.br/livro-questoes-em-historiografia>

BECCARI, A. Historiografia da Linguística entre os Estudos Clássicos e Medievais: interdisciplinaridades e inter-relações. In: BATISTA, R. O.; BASTOS, N. B. (org.). **Questões em Historiografia da Linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.p.183- Disponível em: <http://cedoch.fflch.usp.br/livro-questoes-em-historiografia>

_____. **Uma tradução da “Grammatica Speculativa” de Tomás de Erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. Tese (Doutorado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BERMON, E. Grammar and Metaphysics: About the Forms *essendi*, *essendo*, *essendum*, and *essens* in Augustine’s *Ars grammatica breuiata* (IV, 31 Weber). **Studia Patristica LIV**, 100, 2012. p. 01-10.

_____. **Le “Cogito” dans pensée de saint Augustin**. Vrin: Paris, 2001.

BERMON, E.; NARBOUX, J-P. Introduction: Finding One’s Way Through Wittgenstein’s *Philosophical Investigations* In: _____. (orgs.). **Finding One’s Way Through Wittgenstein’s “Philosophical Investigations”**: New Essays on §§1-88. Switzerland: Springer, 2017.

BERMON, E; BONNET, G. **Abrégé de la grammaire de Saint Augustin**. Paris: Les Belles Lettres, 2013.

BETTINI, M. **Agostino il maestro e la parolai: il maestro, la dialettica, la retorica, la grammatica**. Testo latino a fronte. Introduzione, traduzione, note e apparati. Bompiani: Milano, 2010 [2004].

BIVILLE, F. La syntaxe aux confins de la sémantique et de la phonologie: les interjections vues par les grammairiens latins. In: SWIGGERS, P; WOUTERS, A (eds.). **Syntax in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 23). Peeters: Leuven, 2003.p.227-239.

BLANK, D.; ATHERTON, C. From Plato to Priscian: Philosophy's Legacy to Grammar. In: KEITH, A. (ed.). **The Oxford Handbook of the History of Linguistics**. Oxford. Oxford University Press, 2013.p. 283-339.

_____. A contribuição estoica à gramática tradicional. In.: INWOOD, B. (org.). *Os estóicos*. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p. 343-362.

BLOOMER, M. Roman declamation: The Elder Seneca and Quintilian. In: DOMINIK, W; HALL, J. (eds.). **A companion to Roman rhetoric**. Oxford: Blackwell, 2007.

BOBZIEN, S. Lógica. In: INWOOD, B. (org.). **Os estóicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p. 95-138.

_____. The Stoics on fallacies of equivocation. In: FREDE, D; INWOOD, B. **Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age Proceedings of the Ninth Symposium Hellenisticum**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.p. 239-273.

BOBZIEN, S.; SHOGRY, S. Stoic logic and multiple generality. In: **Philosopher's Imprint**, vol. 20, N.31. 2020, (November).p.1-36.

<http://hdl.handle.net/2027/spo.3521354.0020.031>.Disponível em:

<https://quod.lib.umich.edu/p/phimp/3521354.0020.031/1> Acesso em: 10/01/2021.

BONNER, S. **Education in Ancient Rome: from the elder Cato to the younger Pliny**. New York/London: Routledge, 2012 [1977].

BONNET, G. Syntagms in the Artigraphic Latin Grammars. In: MATTHAIOS *et al* (eds.). **Ancient scholarship and grammar: archetypes, concepts and contexts**. Berlin/New York: De Gruyter, 2011. p. 361-374.

BOWERSOCK. G, W.; BROWN, P.; GRABAR, O. (Eds.). **Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 2001 [1999].

BRACHTENDORF, J. The decline of dialectic in Augustine's early dialogues. In: WILES, M.F.; YARNOLD, E. J. (org.). **Studia Patristica XXXVIII**. Leuven, 2001. p. 25-30.

BRISSON, L. **Leituras de Platão**. Tradução de Sônia Maria Maciel. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

BRITO, R; FREITAS, F. Sintaxe: de Xenofonte a Agostinho de Hipona. **Revista Ética e Filosofia Política**. V.2, n.21. (Perspectivas sobre a Filosofia da Linguagem na Idade Média – I), 2018. DOI: <https://doi.org/10.34019/2448-2137.2018.17859> Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/17859>

BROWN, P. **The World of Late Antiquity: From Marcus Aurelius to Muhammad**. London: Thames and Hudson, 1971.

- _____. **The Making of Late Antiquity**. Cambridge/Mass.: Harvard University Press, 1978.
- _____. **The Rise of Western Christendom**. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. **Santo Agostinho, uma biografia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *Antiguidade Tardia*. In: VEYNE, P. (org.). **História da vida privada, 1: do Império ao ano 1000**. Tradução de Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 214- 284.
- BRUNSCHWIG, J. Metafísica estoica. In: INWOOD, B. (org.). **Os estóicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. pp.229-257.
- _____. Les Stoïciens. In: CANTO-SPERBER, M. (org.). **Philosophie grecque**. Paris: P.U.F, 1997.p. 511-562.
- BURTON, P. The discourse of Later Latin. In: ROUSSEAU, P.; REITHEL, J. (eds.) **A Companion to Late Antiquity**. Oxford: Blackwell, 2009. p. 327-341.
- _____. The vocabulary of the Liberal Arts in Augustine's *Confessions*. In: POLLMANN, K; VESSEY, M. **Augustine and the Disciplines: from Cassiciacum to Confessions**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 141-164.
- CAMERON, Alan. **The Last Pagans of Rome**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- CAMERON, Averil. Education and Literary culture. In.: CAMERON, A; GARNSEY, P. (Eds.). **The Cambridge Ancient History Volume XIII: The Late Empire, A.D. 337-425**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1998].
- _____. **The Later Roman Empire**. Cambridge/Mass.: Harvard University Press, 1993.
- _____. **Christianity and the Rhetoric of Empire: The development of Christian discourse (Sather Classical Lectures)**. University of California Press, 1991.
- CANÇADO, M. **Manual de Semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CANTÓ, J. *Los grammatici: críticos literarios, eruditos y comentaristas*. In: CODOÑER, C. **Historia de la Literatura Latina**. Catedra, 1997. p. 741-753.
- CATAPANO, G. The epistemological background of Augustine's dialogues. In: FÖLLINGER, S.; MÜLLER, M. G. **Der Dialog in der Antike: Former und Funktionen einer literarischen Gattung zwischen Philosophie, Wissensvermittlung und dramatischer Inszenierung**. Berlin/Boston: Walter de Gruyter. 2013.
- _____. Augustine, Julian, and dialectic: a reconsideration of J. Pépin's lecture. In: **Augustinian Studies**, 41, 2010.p. 241-153.
- _____. **Aurelio Agostino: Tutti i dialoghi**. Testo latino a fronte, introduzione geneale, presentazioni ai dialoghi e note di G. Catapano. Traduzioni di M. Bettetini, G. Catapano, G. Reale. Milano: Bompiani, 2008 [2006].

_____. **Il concetto di filosofia nei primi scritti di Agostino.** Analisi dei passi metafilosofici dal *Contra Academicos* al *De uera religione*. Roma, 2001.

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros.** Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

CHADWICK, H. Philosophical Tradition and the Self. In: BOWERSOCK; BROWN; GRABAR. (Eds.). **Interpreting Late Antiquity:** essays on the postclassical world. Cambridge/Massachusetts/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

CHARPIN, F. La notion de partie du discours chez les grammairiens latin. **Histoire Épistémologie Langage**, VIII, ·1, 1986, p. 125-140.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia:** escolas helenísticas. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHIN, C. The Grammarian's Spoils: *De Doctrina Christiana* and the Contexts of Literary Education. In: POLLMANN, K.; VESSEY, M. (eds.). **Augustine and the Disciplines:** from Cassiciacum to Confessions. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 167-183.

_____. **Grammar and Christianity in the Late Roman World.** Pennsylvania: Pennsylvania Press, 2008.

CODOÑER, C. **Historia de la Literatura Latina.** Cátedra, 1997.

_____. L'organisation de la grammaire dans la tradition latine. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (Eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften:** An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present. Berlin/New York: De Gruyter, 2000. p. 474-484

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. **Uma História das Ideias Linguísticas.** Tradução Leon & Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

COLISH, M. **The Stoic Tradition from Antiquity to the Early Middle Ages I:** Stoicism in Classical Latin Literature. Leiden: Brill, 1990.

_____. **The Stoic Tradition from Antiquity to the Early Middle Ages II:** Stoicism in Christian Latin Thought through the Sixth Century Literature. Leiden: Brill, 1990.

COLLART, J. Saint Augustin grammairien dans le *De magistro*. **Revue des Études Augustiniennes et Patristiques**, vol. 17, n. N. 3-4, p. 279-292. Paris: Institut d'Etudes augustiniennes, 1971.

CONYBEARE, C. **The irrational Augustine.** Oxford: Oxford University Press, 2006.

COURCELLE, P. **Recherches sur les "Confessions" de saint Augustin.** Paris. 1950 [1968²].

_____. **Les lettres grecques en Occident: De Macrobe à Cassiodore.** Paris, 1943 [1948²].

CONTE, G. B. **Latin Literature: a History**. Translated by J. B. Solodow. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

DENECKER, T. **Ideas on Language in Early Latin Christianity: from Tertullian to Isidore of Seville**. Leiden/Boston: Brill, 2017.

DESBORDES, F. **Concepções sobre a escrita na Roma Antiga**. Tradução de Fúlvia Maria Luíza Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *L'ars grammatica* dans la période post-classique: le *Corpus grammaticorum latinorum*. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (Eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present**. Berlin/New York: De Gruyter, 2000. p. 466-474.

_____. **Idées grecques et romaines sur le langage** – travaux d'histoire et d'épistémologie. Lyon: ENS editions, 2007.

DESBORDES, F.; BARATIN, M. Sémiologie et métalinguistique chez Saint Augustin. In: DESBORDES, F. **Idées grecques et romaines sur le langage** – travaux d'histoire et d'épistémologie. Lyon: ENS editions, 2007. p. 359-375.

DEZOTTI, L. C. **Arte Maior e Arte Menor de Donato**: Tradução, anotação, estudo introdutório. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

DINTER, M. *Sententiae* na épica latina. **Letras Clássicas**, 51. 10.11606/issn.2358-3150.v0i14. p. 51-62.

DINUCCI, A.; DUARTE, V. **Introdução à lógica proposicional estoica**. Aracaju: Editora UFS, 2016.

DIXSAUT, M. **Métamorphoses de la dialectique dans les dialogues de Platon**. Paris: Vrin, 2001.

DONNET, D. La place de la syntaxe dans les traités de grecque des origines au XIIe siècle. In: **L'antiquité classique**, Tome 36, fasc. 1, 1967. p. 22-48. DOI : 10.3406/antiqu.1967.2643 http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/antiqu_0770-2817_1967_num_36_1_2643

DORANDI, T. Chronology. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1999].p.31-53.

_____. Organization and structure of the philosophical schools. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008[1999]. p. 55-64.

EBBESEN, S. Priscian and the Philosophers. In: BARATIN, M; COLOMBAT, B; HOLTZ, L. **Priscien transmission et refondation de la grammaire: de l'Antiquité aux Modernes**. Belgium: Brepols, 2009. p.85-107.

EGLI, U. Stoic syntax and semantic. In: TAYLOR, D. (Org.). **History of Linguistics in Classic Period**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

- ELFFERS-VAN KETEL, Els. **The Historiography of Grammatical Concepts: 19th and 20th century changes in subject-predicate conception and the problem of their historical reconstruction.** Amsterdam: Rodopi, 1991.
- ERNOUT, A. **Morphologie Historique du Latin.** Paris: Klincksieck, 1953.
- ERNOUT, A.; THOMAS, F. **Syntaxe Latine.** Paris: Klincksieck, 1959.
- FĂGĂRĂȘANU, Simona. St. Augustine and the Issue of Word Origin. In: LIVINGSTONE, E. (eds.) **Studia Patristica XXXIII: Papers presented at the Twelfth International Conference on Patristic Studies held in Oxford 1995 (Augustine and his opponents, Jerome, other Latin Fathers after Nicaea, Orientalia).** Belgium/Leuven: Peeters, 1997. p. 78-82.
- FARACO, C. **Linguística Histórica.** São Paulo: Parábola, 2005 [1989].
- FARIA, E. **Gramática superior da língua latina.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.
- FAIRWEATHER, J. **Seneca the Elder.** Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FINLEY, M. **História Antiga: testemunhos e modelos.** Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Martin Fontes, 1994.
- FOLEY, M. P. *Cicero, Augustine, and the philosophical roots of the Cassiciacum Dialogues.* **REAug**, XLV, 1999, p. 51-77.
- FORTES, F. **A construção da língua greco-romana.** Apolônio Díscolo e Prisciano na história do pensamento gramatical antigo. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2019a.
- _____. **Platão e as Letras: imagens e paradigmas do pensar no Fedro de Platão.** Tese de Doutorado. FFCH/UFMG, 2019b.
- _____. **Sintaxe Greco-Romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na História do Pensamento Gramatical Antigo.** Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 2012.
- _____. A Linguística e sua História ou: como os linguistas olham para a Antiguidade. In: SILVA, R.G.A., FORTES, F.S. & SILVA, C.R.T. (org.). **Ciências Humanas em Debate.** Recife: EDUFRPE, 2011.
- FORTES, F.; FREITAS, F. The notion of language deviations in St. Augustine's *Ars pro fratrum mediocritate breuiata*. **Rev. Archai**, n.27. Brasília, 2019.
https://doi.org/10.14195/1984-249x_27_10 Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/index.php/archai/article/view/1984-249X_27_10
- FORTES, Fábio da Silva; ROCHA, Eduardo Lacerda Faria; FREITAS, Fernando Adão de Sá; MORAES, Henrique Silva; SILVA, Hudson Carlos Alves da. Reabilitando os pensadores antigos para uma Linguística no século XXI. **Codex**, v. 4, n. 2, 2016, p. 53-73.
- FREDE, D. Determinismo estoico. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estóicos.** Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odisseus, 2006 [2003]. p.199-227.

FREDE, D; INWOOD, B. **Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age** Proceedings of the Ninth Symposium Hellenisticum. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

FREDE, M. **Essays in Ancient Philosophy**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1987.

_____. The origin of Traditional Grammar. In: _____. **Essays in Ancient Philosophy**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1987a [1977]. p.338-359.

_____. Principles of Stoic Grammar. In: _____. **Essays in Ancient Philosophy**. Minnesota: University of Minnesota Press, 1987b [1978]. p.27-75.

FREITAS, F. **O pensamento gramatical de Santo Agostinho**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2016.

FRYDMAN, P. S. **Estratégias da tradição: Cícero nas declamations de Sêneca, o rétor, e no Dialogus de oratoribus de Tácito**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2004.

FUHRER, T. Augustine on Rhetoric and Dialectic in theory and practice. **Clássica**, v.19 n.1, 2006. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v19i1.107>. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/107>

GRAFFI, G. **200 Years of Syntax: a critical survey**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GRATTI, B. **Sobre a adivinhação de Marco Túlio Cícero**. Dissertação de Mestrado. IEL/UNICAMP, 2009.

GOULD, J. **The philosophy of Chrysippus**. Leiden: Brill, 1971.

GOURINAT, J. B. **La dialectique des Stoïciens**. Paris: Vrin, 2000.

GUERREIRA, A. R. Los escritos grammaticales (y la erudición) en el siglo IV. In: CODOÑER, C. **Historia de la Literatura Latina**. Cátedra, 1997. p. 783-794.

HADOT, I. **Arts Liberaux et Philosophie dans la Pensée Antique**. Paris: Études Augustiniennes, 1984.

HADOT, P. **Marius Victorinus, recherches sur a vie et ses oeuvres**. Paris, 1971.

_____. **O que é a filosofia antiga?** Tradução Dion Davi Macedo. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1999].

_____. **Porfirio e Vittorino**. Presentatioze di G. Reale. Traduzione di G. Girgenti. Milano: Vita e Pensiero, 1993 [1968 2.vol.].

HANKINSON, R.J. Epistemologia estoica. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estóicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p.65-93.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiência no tempo**. Tradução Menezes *et alii*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HELLEGOUARC'H, J. **Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous les Républiques**. Paris: Les Belles Lettres, 1972, “*coniunctio*”, p. 80-82.

HERINQUES, C. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola, 2009.

HESSLER, G. Introduction. In: _____. **History of Linguistics 2008**: Selected papers from the eleventh International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XI), 28 August - 2 September 2008, Potsdam. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

HOLTZ, L. **Donat et la tradition de l'enseignement grammatical**. Étude sur l'*Ars Donati* et sa diffusion (IVe-IXe siècle) et édition critique. Paris: CNRS, 1981.

HOUSEHOLDER, F. W. Apollonius Dyscolus and Herodian. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). **Concise History of the Language Science**: from the Sumerians to the Cognitivists. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 111-115.

ILDEFONSE, F. **La naissance de la grammaire dans l'Antiquité grecque**. Paris: Vrin, 1997.

_____. **Os estoicos I: Zenão, Cleantes, Crisipo**. Tradução Mauro Pinheiro. São Paulo: Estação Liberdade, 2007 [2001].

INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003].

_____. Introdução: Estoicismo, uma odisséia intelectual. In: _____. **Os estoicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p.1-6.

JAMES, E. The Rise and Function of the concept “Late Antiquity”. **Journal of Late Antiquity**, v. 1, n.1, Spring, 2008. p. 20-30. Disponível em <http://muse.jhu.edu/journals/jla/summary/v001/1.1.james.html>. Acesso em 30/05/ 2014

JESUS, Renato, R. **Introdução à prosa rítmica na Antiguidade Clássica**: Estudo e Tradução do *Orator* de Cícero. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

KAHN, C. **Plato and the Post-Socratic dialogue**. The return to the Philosophy of Nature. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. **Plato and the Socratic dialogue**. The philosophical use of a literary form. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KASTER, R. Macrobius and Servius: Verecundia and the Grammarian's Function. In: **Harvard Studies in Classical Philology**, vol. 84, 1980b, p. 219-262. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/311051>. Acesso em: 05/02/2013

_____. “The grammarian’s authority”. In: **Harvard Studies in Classical Philology**, vol. 75, n. 3, 1980a, p. 216-241.

_____. Notes on “Primary” and “Secondary” Schools in Late Antiquity. **Transactions of the American Philological Association**. Vol. 113, 1983, p. 323-346.

_____. **Guardians of language: the grammarians and society in Late Antiquity.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

_____. Controlling reason: declamation in rhetorical education at Rome. In: TOO, L. Y. (ed.). **Education in Greek and Roman Antiquity.** Leiden/Boston/Koln: Brill, 2001.

KEIL, H. **Grammatici Latini.** [Leipzig: Teubner, 1855-1880]; [repub. Hildesheim: Olms, 1981], Cambridge: Cambridge University Press, 2009. v.8.

KEMMLER, R; ALTMAN, C. (Org.). **E.F.K. Koerner. Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados.** Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KIRWAN, C. Augustine's philosophy of language. In: STUMP, E.; KRETZMANN, N. (Eds.). **The Cambridge Companion to Augustine.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 186-204.

KOERNER, K. História da Linguística. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa.** Nº 46 – 1.º semestre de 2014. Rio de Janeiro, 2014. p. 09-22. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/issue/view/4/showToc> Acesso em 20/05/2015.

_____. The development of linguistic historiography history, methodology, and present state. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (Eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present.** Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2000-2006. 3v.- p. 2802-2820.

_____. On the place of Linguistic historiography within the language sciences, again. In: AUROUX, S (ed.). **History of Linguistics 1999.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 373-389.

_____. **Practicing Linguistic Historiography: Selected essays.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1987.

_____. **Ferdinand de Saussure: Origin and development of his Linguistic thought in Western Studies of Language.** A contribution to the history and theory of linguistics. Braunschweig: Friedrich Vieweg & Sohn [Oxford & Elmsford, N.Y.: Pergamon Press], 1973), 1973 [1971].

KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present.** Berlin/New York: De Gruyter, 2000-2006. 3v.

KOERNER, K.; ASHER, R. (eds.). **Concise history of the language sciences: from the Sumerians to the Cognitivists.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KRETZMANN, N. Plato on the correctness of names. In: **American Philosophical Quarterly**, v. 8, n.2, 1971.

KRUEGER, D. O indecente a sociedade: o disputador de Diógenes na cultura imperial romana. In: GOULET-CAZÉ, M-O.; BRANHAM, B. (Orgs.). **Os cínicos: o movimento cínico na Antiguidade e o seu legado**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2007.p.245-273.

LAMBERT, F. *Syntax before Syntax: Uses of the Term σύνταξις in Greek Grammarians before Apollonius Dyscolus*. In: MATTHAIOS, S.; MONTANARI, F.; RENGAKOS, A. (eds.). **Ancient Scholarship and Grammar Archetypes, Concepts and Contexts**. Berlin: De Gruyter, 2011. p. 347-360.

LALLOT, J. Origines et développement de la théorie des parties du discours en Grèce. **Langages**, 92, 1988. p. 11-23.

_____. Syntax. In: MONTANARI, F.; MATTHAIOS, S.; RENGAKOS, A. (eds.). **Brill's Companion to Ancient Greek Scholarship**. Leiden / Boston: Brill, 2015. p. 515-544.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. R. Fernandes. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1973.

LAW, V. 'St. Augustine's 'De Grammatica': Lost or Found? **Recherches Augustiniennes et Patritiques**, vol. 19. Brepols, 1984, p. 155-183.

_____. **The Insular Latin Grammarians**. Woodbridge: The Boydell Press, 1987.

_____. Late Latin Grammars in the Early Middle Ages: A Typological History. In: TAYLOR (ed.). **The History of Linguistics in the Classical Period**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987 [1986 in *Historiographia Linguistica* XIII]. p. 191-206.

_____. *Auctoritas, consuetudo and ratio in St. Augustine's Ars grammatica*. In: BURSILL-HALL; EBBESEN, S.; KOERNER, E.F.K. (orgs.). **De Ortu Grammaticae: Studies in medieval grammar and linguistic theory in memory of Jan Pinborg**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 191-208.

_____. Language and its students: the history of Linguistic. In: COLLINGE, N. E. **An Encyclopaedia of Language**. Londres/Nova York: Taylor & Francis, 2005 [1990]. p. 426- 455.

_____. (ed.) **History of Linguistic Thought in the Early Middle Ages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____. The historiography of grammar in the early Middle Ages. In: _____ (ed.) **History of Linguistic Thought in the Early Middle Ages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993b. p. 1-23.

_____. The Mnemonic Structure of the Ancient Grammatical Doctrine. In: SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (eds.). **Ancient Grammar: Content and Context**. Paris: Leuven/ Peeters, 1996. *Orbis Supplementa*. vol. 7. p. 37-52.

_____. The Middle Ages. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, J.; MUDGAN (eds.). **Morphologie / Morphology**. Berlin-New York: de Gruyter, 2000a. vol. I. p.76-90.

_____. **The History of Linguistic in Europe from Plato to 1600.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LE GOFF, J. **A História deve ser dividida em pedaços?** Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: UNESP, 2014.

LENOBLE, M.; SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. La structure des Artes grammaticae latinae: l'exemple du pronom. In: AUROUX, S. (org.). **History of Linguistics 1999.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003. p. 01-18.

LEPPIN, H. Old Religions Transformed: Religions and Religious Policy from Decius to Constantine. In: RÜPKE, J. **A companion to Roman Religion.** Oxford: Blackwell, 2007. p. 96-108.

LÉVY, C. **Cicero Academicus.** Recherches sur les Académiques et sur la philosophie cicéronienne. Rome: École française de Rome, 1992.

LIMA, A. D. **Uma estranha língua?** Questões de linguagem e de método. São Paulo: UNESP, 1995.

LONG, A. Stoic linguistics, Plato's *Cratylus*, and Augustine's *De dialectica*. In: FREDE, D; INWOOD, B. **Language and Learning: Philosophy of Language in the Hellenistic Age** Proceedings of the Ninth Symposium Hellenisticum. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 36-55.

LONG, A; SEDLEY, D. **The Hellenistic philosophers.** 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LUARAND, L. **Études sur le style des discours de Cícéron.** 3 Tomos. Paris: Les Belles Lettres, 1930.

LUHTALA, A. Syntax and Dialectic in Carolingian Commentaries on Priscian's *Institutiones grammatica*. In: LAW, V. (ed.). **History of linguistic thought in the early Middle Ages.** Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 145-191.

_____. On the grammarian's self-image in the Early Middle Ages. In: JANKOWSKY, K. (Org.). **History of Linguistics 1993.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 115-126.

_____. **On the origin of syntactical description in Stoic Logic.** Münster: Nodus Publikationen, 2000.

_____. **Grammar and Philosophy in Late Antiquity.** Studies in the history of language sciences. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

_____. Grammar and Dialectic in Late Antiquity. In: SWIGGERS, P; WOUTERS, A. (eds.). **Syntax in Antiquity.** (*Orbis supplementa*, 23). Peeters: Leuven, 2003. p. 205-225.

_____. Terms related to ambiguity in ancient grammar, rhetoric and philosophy. In: In: BASSET, L., BIVILLE, F., COLOMBAT, B., SWIGGERS, P., WOUTERS, A.

(eds.). **Bilinguismo et terminologie grammaticale gréco-latine.** (*Orbis supplementa*, 27). Leuven: Peeters, 2007a.p. 119-133.

_____. Grammar as a Liberal Art in Antiquity. In: KYBBEE, D. (ed.). **History of Linguistics 2005.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2007b.

_____. Priscian's philosophy. In: BARATIN, M; COLOMBAT, B; HOLTZ, L (orgs.). **Priscien transmission et refondation de la grammaire:** de l'Antiquité aux Modernes. Belgium: Brepols, 2009. p. 109-124.

_____. Syntactic relations in ancient and medieval grammatical theory. In: IMRÉNYI, A; MAZZIOTA, N (eds.). **Chapters of Dependency Grammar: A historical survey from Antiquity to Tesnière.** (*Studies in the Language*). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2020.

LYONS, J. **Semântica I.** Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Editora Presença/Martins Fontes, 1980.

_____. **Introdução à Linguística teórica.** Tradução de R. V. M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

MANSFELD, J. Sources. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1999]. p. 03-29.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. E. *et al.* **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINHO, Marcos. *Dionísio da Trácia, Arte.* São Paulo: **Letras Clássicas**, n.11, 2007.

_____. Suetônio: Dos Gramáticos. **Clássica**, v. 27, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revista.classica.org.br/classica/article/view/319> Acesso em 03/10/2015

MARROU, H. I. **História da educação na Antiguidade.** Tradução de M. L. Casa Nova. 4. ed. São Paulo: MEC, 1975.

_____. **Décadence romaine ou antiquité tardive? IIIe—Vie siècle.** Paris: Editions Du Seuil, 1977.

MARTIN, R. **Para entender Linguística:** epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

MATTHEWS, G. **Augustine.** Oxford: Blackwell, 2005.

MATTON, S. Cinismo e cristianismo da Idade Média ao Renascimento. In: GOULET-CAZÉ, M-O.; BRANHAM, B. (Orgs.). **Os cínicos:** o movimento cínico na Antiguidade e o seu legado. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2007.p. 265-290.

McLUHAN, M. **Trivium Clássico:** O lugar de Thomas Nashe no Ensino de seu Tempo. Traduzido por Hugo Langone. São Paulo: Realizações Editora, 2012.

- McNELIS, C. Grammarians and Rhetoricians. In: DOMINIK, W.; HALL, J. (orgs.). **A Companion to Roman Rhetoric**. Oxford: Blackwell, 2007. p. 285-296.
- MONTANARI, F *et al.* **Brill's Companion to Ancient Greek Scholarship**. Leiden: Brill, 2015.
- MORAES, Henrique S. **A filosofia em letras latinas: identidade e consciência linguística nos Acadêmicos de Cícero**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2017.
- MORENO, J. L.; EISMAN, A. L. Introducción. In: _____. **San Agustín: Sobre la Música seis libros**. Madrid: Gredos, 2007.
- MÜLLER, H. Challenges to Classical Education in Late Antiquity: The Case of Augustine of Hippo. In: BLOOMER, M. (Ed.). **A Companion to Ancient Education**. Oxford: Blackwell, 2015.
- MURPHY, J. Grammar and rhetoric in Roman schools. In: KOERNER, E. F. K.; AUROUX, S.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEG, K. (eds.). **History of the Language Sciences/ Histoire des sciences du langage/Geschichte der Sprachwissenschaften: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present**. Berlin/New York: De Gruyter, 2000-2006. 3v. p. 484-492
- MYERS, K. S. Imperial poetry. In: POTTER, D. (ed.). **A Companion to Roman Empire**. Oxford: Blackwell, 2006.
- NEVES, M. H. de M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Editora UNESP, 1987.
- _____. O legado grego na terminologia gramatical brasileira. **Alfa**, 55 (2): São Paulo, 2011.p. 641-664.
- O'DONNELL. Augustine: his times and lives. In: STUMP, E.; KRETZMANN, N. (Eds.). **The Cambridge Companion to Augustine**. Cambridge UK: Cambridge University Press, 2006. p. 8-25.
- _____. Augustine's Classical Readings. **Rech. Aug.**, XV, 1980.p. 144-175.
- PÉPIN, J. **Saint Augustine et dialectique**. École Pratique des Hautes Études. Paris: Villanova University Press, 1976.
- _____. Attitudes d'Augustin devant le vocabulaire philosophique grec. Citation, transliteration, traduction. In: **la Langue latine langue de la philosophie: Actes du colloque organisé par l'École française de Rome avec le concours de l'Université de Rome "La Sapienza"**. (Rome, 17-19 mai 1990). Roma, 1992, p. 277-307.
- PERCIVAL, K. Vivien Law's Contribution to the Historiography of Medieval Linguistics. **Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas Bulletin**, 39, 1, 5-10, 2002. DOI: 10.1080/02674971.2002.11745560.
<http://dx.doi.org/10.1080/02674971.2002.11745560>
- PEREIRA, M. A. **Quintiliano Gramático: o papel do mestre de gramática na *Institutio oratoria***. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

PFEIFFER, R. **History of classical scholarship from the beginnings to the end of Hellenistic Age**. Oxford: Clarendon, 1968.

PLACES, E. **Platon: oeuvres complètes**. Tome XIV: Lexique de la langue philosophique et religieuse de Platon. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

PINTO, L. **Do que se confia às Letras: A ciência gramatical nas *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IEL/UNICAMP, 2008.

PUTSCH, H. **Grammaticae Latinae auctores antiqui**. 1605. Disponível em: http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10218502_00312.html. Acesso em: 15/08/2015

RAGON, E. **Gramática grega**. Tradução de Bartalotti. C. São Paulo: Odysseus, 2012.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**, v. 2. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2005 [1997].

_____. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**, v. 1. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 2007 [1997].

ROBINS, R. Classical Antiquity. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, J.; MUDGAN (eds.). **Morphologie / Morphology**. Berlin/New York: De Gruyter, 2000a. vol. I. p. 52-67.

_____. **Pequena História da Linguística**. Tradução de Luiz Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ROSSETTI, L. **Introdução à filosofia antiga: premissas filológicas e outras ferramentas de trabalho**. São Paulo: Paulus, 2006 [1988].

SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SAID ALI, M. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Revisão e ampliação de M. E. Viaro. 8.ed. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Isaac Salum. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SEDLEY, D. **The Cambridge Companion to Greek and Roman Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. A Escola, de Zenon a Ário Dídimo. In: INWOOD, B. (Org.). **Os estoicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p.7-34.

SCHENKEVELD, M. D.; BARNES, J. Language. In: ALGRA, K. *et al.* (eds.) **The Cambridge history of Hellenistic philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1999]. p. 177-225.

SCHOFIELD, M. Ética estoica. In: INWOOD, B. (org.). **Os estoicos**. Tradução de Paulo Fernando T. Ferreira & Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006 [2003]. p.259-284.

- SHANZER, D. Augustine's Disciplines: *Silent diutius Musae Varronis?* In: POLLMANN, K; VEASSEY, M. (eds.). **Augustine and the disciplines: from Cassiciacum to Confessions**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SHEPPARD, A. Philosophy and philosophical schools. In: CAMERON, A *et al.* (eds.). **The Cambridge Ancient History Volume XIV: Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425–600**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [2000].
- SILVA, P. O. **Ordem e mediação: a ontologia relacional de Agostinho de Hipona**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.
- SLUITER, I. Ancient Etymology: a tool for thinking. In: F. MONTANARI, F.; MATTHAIOS, S.; RENGAKOS, A (Eds.). **Brill's Companion to Ancient Greek Scholarship**. Leiden / Boston: BRILL, 2015. p.896-922.
- SOLMON, P. The term *morphology*. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, J.; MUDGAN (eds.). **Morphologie / Morphology**. Berlin/New York: De Gruyter, 2000a. vol. I. p.15-22.
- SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: Princípios, Perspectivas, Problemas. In: BATISTA, R. O. (Ed.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.
- _____. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, 44, 2013, p. 39-59.
- _____. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações [trad. por C. Altman]. **EUTOMIA**. Revista Online de Literatura e Linguística, 3, (2), 2010. <http://www.Revistaeutiomia.com.br/eutomia-ano3-volume2-destaques.html>.
- _____. Terminologie et terminographie linguistiques: problèmes de définition et de calibrage. In: **Syntaxe et sémantique**, 2006/1 (n°7), p. 13-28. DOI 10.3917/ss.007.0013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-syntaxe-et-semantique-2006-1-page-13.htm>
- _____. **Histoire de la pensée linguistique**. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe siècle. (Linguistique Nouvelle). Paris: Presses Universitaires de France (P.U.F.), 1997.
- _____. Les Pères de 'Eglise. In: AUROUX, S. **Histoire des idées linguistique: le développement de la grammaire occidentale**. Paris: Mardaga, 1992. p. 76-81.
- _____. Reflections on (Models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, W. (Ed.). **Understandig the Historiography of Linguistics Problems and Projects**. Symposium at Essen, 23-25 November 1989. Münster: Nodus Publikationen, 1990.
- SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. Description of the Constituent Elements of the Language. In: MONTANARI, F.; MATTHAIOS, S.; RENGAKOS, A (Eds.). **Brill's Companion to Ancient Greek Scholarship**. Leiden / Boston: Brill, 2015. p. 759-797.
- _____. Definitions of Grammar. In: F. MONTANARI, F.; MATTHAIOS, S.; RENGAKOS, A (Eds.). **Brill's Companion to Ancient Greek Scholarship**. Leiden / Boston: Brill, 2015. P. 515-544.

_____. Grammatical Doxography in Antiquity. The (hi)stories of the parts-of-speech system. In: HASSLER, G. (ed.). **History of Linguistics 2008**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011. p. 69-92.

_____. Vivien Law (1954-2002) in Memoriam. In: BASSET, L.; BIVILLE, F.; COLOMBAT, B.; SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (eds.). **Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine**. (*Orbis supplementa*, 27). Leuven: Peeters, 2007. p. 07-15.

_____. (eds.). **Syntax in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 23). Peeters: Leuven, 2003.

_____. Réflexions à propos de (l'absence de?) La syntaxe dans la grammaire gréco-latine. In: _____. (eds.) **Syntax in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 23). Peeters: Leuven, 2003. p. 25-41.

_____. (eds.) **Grammatical theory and philosophy of language in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 19). Peeters: Leuven, 2002.

_____. Grammatical theory and philosophy of language in Antiquity: an introduction. In: _____. (eds.) **Grammatical theory and philosophy of language in Antiquity**. (*Orbis supplementa*, 19). Peeters: Leuven, 2002. p. 9-20.

_____. (eds.) **Ancient Grammar: Content and Context**. (*Orbis Supplementa*, 7). Leuven: Peeters, 1996.

TAYLOR, D. J. The new Varro and the structure of his *De Lingua Latina*. In: BUTTERFIELD, D. J. (ed.) **Varro Varius: the polymath of the Roman World**. Cambridge: Cambridge Philological Society, 2020.

_____. Desperately Seeking Syntax: Rewriting the history of syntactic theory in Greece and Rome. **Language & Communication**, 13, 1993, p. 265–285.

_____. (ed.) **The History of Linguistics in the Classical Period**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

_____. **Declinatio: A study of the linguistic theory of Marcus Terentius Varro**. Amsterdam: Benjamins, 1974.

VALENZA, G. M. **De lingua latina, de Marco Terêncio Varrão: tradução dos livros viii, ix e x**. Dissertação (Mestrado em Letras) Curso de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VASCONCELLOS, P. S. **Sintaxe do período subordinado latino**. São Paulo: Fap-UNIFESP, 2013.

VEYNE, P. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Quando nosso mundo se tornou cristão**. Tradução de Marcos de Castro. 2.ed. Civilização Brasileira, 2011.

VON ARNIN, H. F. A. (ed.). **Stoicorum Veterum Fragmenta**. 4 vols. Munich: K.G. SAUR VERLAG, 2010 [1903-1904].

WALLACE-HADRILL. **The barbarian west in the early middle ages a.D. 400-1000**. New York: Harper Torchbooks, 1962.

_____. **Rome's cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WARD-PERKINS. **The Fall of Rome and the End of Civilization**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.

WINTERBOTTOM, M. Introduction. In: _____. **The Elder Seneca. Declamations**. London: Heinemann, 1974, 2v.

WOODCOCK, F. C. **A New Latin Syntax**. London: Bristol Classical Press, 1959.

ZUM BRUNN, E. **Le dilemme de l'être et du néant chez Saint Augustin: des premiers dialogues aux Confessions**. Amsterdam: Verlag B.R. Grüner, 1984.